



O PERFIL DAS NOVAS COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Fabiano Couto Corrêa da Silva
Organizador



Fabiano Couto Corrêa da Silva
Organizador

O PERFIL DAS NOVAS COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2020

Coordenação do Selo Nyota

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Site: <https://www.nyota.com.br/>

Comitê Editorial e Científico

Daniella Camara Pizarro (UDESC)	Mariana Cortez (UNILA)
Felipe Meneses Tello (UNAM)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Mary Luz Alzate (UNAL)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Didier Álvarez Zapata (U. de A.)	Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Ingrid Paixão (UFBA)	Fabrcício Silveira do Nascimento (UFMG)
Fernanda Oliveira (UFRGS)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Maria do Carmo Moreira Aguilár (UFRGS)	Lourenço Cardoso (UNILAB)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Bruno Almeida (UFBA)
Ana Cláudia Borges (UFES)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Dorys Liliana Henao (U. de A.)	Frederico Luiz Moreira (UFMG)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)	Caterina Marta Groposo Pavão (UFRGS)
Ana Maria Mielniczuk de Moura (UFRGS)	Rita do Carmo Ferreira Laipelt (UFRGS)
Gercina Ângela de Lima (UFMG)	Miguel Ángel Márdero Arellano (IBICT)
Rene Faustino Gabriel Junior (UFRGS)	Tatiana de Almeida (UNIRIO)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)
Samanta Coan (UFMG)	Bruno Almeida (UFBA)
Nathália Lima Romeiro (UFMG)	Frederico Luiz Moreira (UFMG)

Diagramação: Franciéle Garcês; Nathália Lima Romeiro

Arte da Capa: Franciéle Garcês

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

S586

O perfil das novas competências na atuação bibliotecária / Fabiano Couto Corrêa da Silva (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota) 594 p.

Inclui Bibliografia.

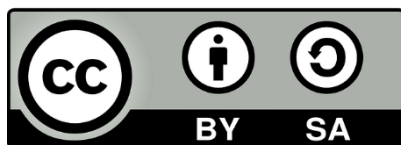
Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-65-87264-27-1 (impresso)

ISBN 978-65-87264-28-8 (ebook)

1. Biblioteconomia. 2. Perfil bibliotecário. 3. Mercado de Trabalho. 4. Novas competências. I. Silva, Fabiano Couto Corrêa da. III. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e ao organizador da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 1 jun. 2019.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 1 jun. 2019.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
O QUE É SER UM BIBLIOTECÁRIO HOJE?	
BIBLIOTECÁRIO DE REFERÊNCIA.....	15
Dirce Maria Santin	
BIBLIOTECÁRIA JURÍDICA.....	49
Suzanna Louzada	
Luciana Kramer	
BIBLIOTECÁRIA ESCOLAR.....	75
Gislene Sapata Rodrigues	
BIBLIOTECÁRIO CONTADOR DE HISTÓRIAS.....	97
Felícia de Oliveira Fleck	
BIBLIOTECÁRIO DE EDITORAÇÃO DE PERIÓDICOS.....	109
Anna Khris Furtado Dutra	
Juliana Aparecida Gulka	
Lúcia da Silveira	
BIBLIOTECÁRIO DE REPOSITÓRIOS.....	133
Claudete Fernandes de Queiroz	
Luciana Danielli de Araujo	
BIBLIOTECÁRIO DE SISTEMAS.....	165
Miguel Romeu Amorim Neto	
BIBLIOTECÁRIO DE ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL.....	179
Gabriela Pedrão	
BIBLIOTECAS, CULTURA E AÇÃO CULTURAL.....	199
Celvio Derbi Casal	
BIBLIOTECÁRIA DE GESTÃO DE PRODUTO.....	225
Camila Meneghetti	
BIBLIOTECÁRIO COMO CAPTADOR DE RECURSOS.....	245
Paola Nascimento	
BIBLIOTECÁRIO <i>MAKER</i>.....	261
Luana Alves Vieira	
Luciana de Paula Arjona	
Ricardo Rodrigues Ramos	
BIBLIOTECÁRIA ESPORTIVA.....	283
Bianca Martins Loyola de Oliveira	
BIBLIOTECÁRIO DE PATENTES.....	309
Renata Cristina Teixeira	

BIBLIOTECÁRIO DE DADOS	339
Rodrigo Calloni	
BIBLIOTECÁRIO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO.....	363
Marcelo Votto Texeira	
CURADORIA DIGITAL EM BIBLIOTECAS.....	393
Aquiles Alencar Brayner	
BIBLIOTECÁRIO TREINADOR DE BASES DE DADOS	417
Michelângelo Mazzardo Marques Viana	
BIBLIOTECÁRIA NA ÁREA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS – GED: DESAFIOS E COMPETÊNCIAS	437
Maralyza Pinheiro Martins	
BIBLIOTECÁRIA DE EDITORAÇÃO DE LIVROS CIENTÍFICOS COM ENFOQUE SOCIAL.....	455
Franciéle Carneiro Garcês da Silva	
BIBLIOTECÁRIA EM BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS.....	465
Priscila de Queiroz Macedo	
Yasmin Wink Finger	
Isadora Cristal Escalante	
Francine Conde Cabral	
BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA	497
Juliana Aparecida Gulka	
BIBLIOTECÁRIA DE AQUISIÇÃO.....	519
Lenise Di Domenico	
BIBLIOTECÁRIO DE SAÚDE: ATUAÇÃO, COMPETÊNCIAS, EXPERIÊNCIA E DESAFIOS	549
Maria Eduarda dos Santos Puga	
Daianny Seoni de Oliveira	
SOBRE O ORGANIZADOR	583
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS.....	585

PREFÁCIO

O QUE É SER UM BIBLIOTECÁRIO HOJE?

Essa é a mesma pergunta que iniciei o livro **Bibliotecários Especialistas**, lançado em 2005. Naquela época, a tradicional tríade de atuação profissional era composta pelo Bibliotecário Jurídico, Bibliotecário Médico e Bibliotecário Escolar. Essas três áreas representavam a maneira como o mercado destacava as contratações, isso quando ocorriam distinções no anúncio de uma vaga com alguma descrição além de “Vaga para bibliotecário”. A falta de um entendimento do mercado e da sociedade, como um todo, situava a atuação bibliotecária num “pacote único”, um “faz tudo” nas – e somente em – bibliotecas.

Desde então, a profissão não apenas expandiu como também ressignificou sua atuação, mas sem abandonar assistência nos serviços técnicos, na promoção da leitura e ações culturais. Os métodos utilizados pelos bibliotecários mudaram, o público também. Em bibliotecas públicas, departamentais ou universitárias, estabelecimentos literários e científicos, o bibliotecário segue sendo o elo entre as obras e os usuários, acolhendo e orientando o público em sua busca de leitura ou informação especializada. As tarefas que exerce são inúmeras, desde a organização e atividades culturais em bibliotecas infantis, até o planejamento de infraestruturas que incluem conexões informacionais para auxiliar o público em suas pesquisas e orientá-los na escolha da leitura.

Para exercer esta profissão, ser organizado e ter gosto pela leitura são, obviamente, essenciais, mas insuficientes. As ações de promoção de leitura requerem habilidade para tornar a biblioteca atraente para o público, mesmo diante de tantas possibilidades que a *web* oferece para as pessoas encontrarem uma imensidão de fontes informacionais. O bibliotecário deve ser experiente em tecnologia, tornar-se habilidoso no uso de ferramentas e um especialista em formatos de codificação para publicações digitais. A classificação e indexação das obras requerem do bibliotecário rigor, método, precisão, organização e domínio da informática (em particular para

utilizar *software* especializado). Em muitas instituições, contribui para a digitalização de manuscritos e patrimônio impresso. Para se integrar bem à cadeia do ciclo documental, ele deve conhecer a realidade e as funções dos autores, editores, distribuidores e livreiros. Às vezes, e cada vez mais devido às possibilidades digitais, o bibliotecário atua como mediador entre os leitores e outros tipos de documentos e fontes informacionais, trazendo uma mudança de papel e foco das bibliotecas acadêmicas, evidente, por exemplo, por meio da redução do estoque de acervo físico e por meio de um maior foco em espaços de aprendizagem colaborativa. Você realmente se torna um bibliotecário especialista numa área através do exercício profissional no mercado de trabalho, planejando atividades de rotina a longo prazo e resolvendo demandas.

A noção de que as tecnologias são uma força de “inovação disruptiva” nas bibliotecas tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica e na imprensa em geral. Além disso, são conhecidos os desafios e oportunidades trazidos pelos desenvolvimentos tecnológicos, como *e-books* e acesso à Internet de banda larga nas residências. Muitos desses desenvolvimentos colocaram em questão qual é (ou deveria ser) o papel das bibliotecas físicas. O desenvolvimento tecnológico inovador para aprendizagem, gerenciamento de dados e o impacto destes no setor de bibliotecas acadêmicas, incluindo a necessidade de os funcionários da biblioteca desenvolverem novas habilidades e funções, surgem como funções “integradas” da atividade bibliotecária. Estamos assistindo a uma revolução digital que está transformando a sociedade de uma forma profunda e a uma velocidade vertiginosa, pressionando as bibliotecas e os bibliotecários a expandir suas atividades e canais de comunicação frente aos recursos e demandas informacionais em diversos âmbitos, culturais e científicos. Os avanços tecnológicos estão afetando praticamente todas as áreas de nossas vidas, capturando e analisando nosso comportamento. Nesse contexto, a Biblioteconomia não somente tem se consolidado com atuação preponderante na atual Sociedade da Informação, como também se adaptou oferecendo soluções para organizar e oferecer acesso ao

emaranhado de informações que são produzidas diariamente independentemente do formato, ampliando as possibilidades de imersão no mercado.

As ferramentas de metabusca, como o Google por exemplo, e as plataformas que diminuem o grau de distância entre as pessoas, como o Twitter, Facebook, YouTube e Instagram seguirão frequentes em nosso cotidiano. E seguem alterando em todos os âmbitos, porque vivemos um momento de rápidas mudanças em que a tecnologia digital está adquirindo uma importante influência na evolução de todas as sociedades e afeta significativamente suas dimensões econômicas, sociais, políticas, científicas ou culturais. E o acesso à informação não é exceção a essa observação.

Em um mundo onde a tecnologia digital está se tornando cada vez mais importante, bibliotecários parecem não ter outra opção a não ser reservar um lugar de escolha para o digital no âmbito de sua missão. Já se foram os dias de treinamento apenas em estratégias de recuperação de informação mais tradicionais, como aquelas inspiradas pela *Association of College and Research Libraries* (2000)³. Em nossa chamada Sociedade da Informação, tornou-se muito importante que os bibliotecários não apenas ofereçam capacitação nas diferentes facetas da competência em informação, mas também para incentivá-los a fazer um uso responsável da tecnologia digital, para participar do desenvolvimento da inteligência coletiva global, ajudando-os a entender melhor o papel que a inteligência artificial (IA) será chamada a desempenhar em nossa sociedade. Atualmente, é impossível ignorar as transformações sociais e aos novos caminhos que a tecnologia digital oferece para a recuperação de informações, ou permanecer indiferente ao lugar que a IA está ganhando em todos os setores de nossa sociedade, incluindo o de acesso à informação,

³ Observe, no entanto, que o *Framework for Information Literacy for Higher Education* da *Association of College and Research Libraries* (2016) evoluiu muito desde 2000. Agora, apresenta o desenvolvimento de habilidades de informação como um processo de aprendizagem contínua que inclui toda a trajetória acadêmica dos alunos e que contribui para o alcance de outros objetivos acadêmicos e sociais. Ele oferece uma ampla definição de habilidades de informação, que destaca sua natureza dinâmica, flexível, evolutiva e colaborativa.

mesmo que ainda não tenha conquistado o cotidiano de bibliotecários e documentalistas. A IA está muito presente no processo de recuperação da informação, em particular através dos motores de busca, e embora alunos e professores usem no dia a dia, nem sempre entendem como funciona.

Ambientes de informação e cultura enfrentam o grande desafio de se adaptar a uma realidade mutável de produção e consumo em massa de informação digital. É imperativo que preparemos nossos futuros profissionais para capacitá-los a assumir um papel de liderança na gestão e uso da informação digital. O caminho a seguir é mostrado pelos avanços tanto no mundo acadêmico quanto no setor público e privado. À medida que as empresas de tecnologias, por exemplo, na área da medicina, apesar de não popularizado, os dados biométricos que serão capturados de cada um de nós chegarão a um ponto em que os médicos serão capazes de fazer previsões cada vez mais precisas sobre nossa saúde futura. Isso ajudará na prevenção de doenças, mas também abrirá questões éticas importantes. Quem será o proprietário desses dados? Podemos ficar felizes em compartilhar dados médicos com nosso médico, mas ficaríamos felizes se eles chegassem às mãos de nossa seguradora de saúde? Talvez as bibliotecas e arquivos possam desempenhar um papel vital aqui, servindo como agentes confiáveis, fornecendo aos indivíduos acesso às suas informações pessoais digitais organizadas, protegidas e preservadas nos mais altos padrões de arquivamento. Em tal cenário, os cidadãos controlariam quem tem acesso às suas informações pessoais, enquanto as bibliotecas teriam o direito de agregar e disseminar informações anônimas apenas para fins de saúde pública.

O acesso ao conhecimento será de importância crítica em várias outras áreas no futuro, para as quais os interesses comerciais podem, de fato, não servir aos melhores interesses da sociedade. A maioria das empresas espera existir por muitos anos no futuro. Mas para a sociedade em geral, algumas organizações têm responsabilidade real, e é aqui que a preservação digital pode se tornar uma questão de vida ou morte. Vejamos a indústria nuclear.

Como sociedade, realmente precisamos ter certeza de que saberemos por muito tempo no futuro – e não me refiro apenas aos próximos cinco a 10 anos, mas centenas e até milhares de anos – assegurando exatamente onde armazenamos os resíduos nucleares, de que material eles consistem, quando foram colocados lá, em que tipo de recipiente foram armazenados e assim por diante. Esses dados existem hoje, mas o desafio a ser enfrentado é como podemos ter certeza de que empresas imobiliárias, de mineração e fornecedores de água, bem como autoridades locais, governos, reguladores e a população em geral tenham acesso garantido a todas essas informações. Precisamos saber onde encontrá-las, se o formato em que as informações estão armazenadas pode ser acessado e se podemos entendê-lo quando realmente precisarmos. Soa familiar? Chama-se boa prática de preservação digital.

Bibliotecários devem ensinar a lidar com a **sobrecarga de informações**, um conceito que designa o excesso de informação recebido por um cidadão que não pode processar sem prejudicar sua atividade. Essa expressão, também citada pelo sociólogo Edgar Morin (1986) sob o termo nuvem de informação, já é encontrado na década de 1960, quando Meier (1963) identifica a sobrecarga de informações como uma fonte de estresse que leva a disfunções operacionais e perda de eficiência. Nesse contexto, preparar os cidadãos para a gestão da busca e uso das informações se torna particularmente importante, mesmo que seja apenas para torná-los conscientes desse desafio onipresente em nossa sociedade da informação e redes sociais. Esse envolvimento da atuação mais ampla da atividade bibliotecária parece fundamental em um contexto social onde a informação desempenha um papel importante no desenvolvimento da sociedade.

Diversos autores se dedicaram a definir a Biblioteconomia principalmente a partir de três pontos de vista diferentes. Por um lado, há um fluxo técnico, para o qual a biblioteca define principalmente uma coleção e instalações, sendo esta uma consideração em descenso. Uma corrente humanística, para a qual a biblioteca seria o principal meio de criar hábitos de leitura,

considerando que a biblioteca tem um papel fundamental a desempenhar na contribuição para a democracia. Neste contexto, estenderia o conceito desenvolvido pelo Manifesto da UNESCO a partir de 1994. Há um terceiro conceito, que considera a biblioteca como um sistema de elementos inter-relacionados para atingir um fim específico. Todos esses aspectos são uma síntese do quanto a atuação do bibliotecário tem mudado e está sendo impactada pelo meio onde ele está inserido e modificando esse mesmo contexto por sua visão específica de enfrentar as demandas de informação. Diante dessa conjuntura, é que me propus a organizar este livro convidando bibliotecários que são especialistas em seus campos de atuação, com a expectativa que esse conhecimento vindo da prática profissional seja registrado, compartilhado e possivelmente útil para ampliar a compreensão que temos sobre os domínios que a profissão exerce em diferentes áreas. A contribuição de bibliotecários no desenvolvimento de novas habilidades de uso da informação é abordada amplamente nas especialidades apresentadas, assim como também é abordado qual papel os bibliotecários podem desempenhar para encorajar as pessoas a agirem como cidadãos digitais esclarecidos e responsáveis. E embora a construção desse livro seja uma obra coletiva de bibliotecários que atuam em uma diversidade de áreas, as especialidades elencadas não limitam a atuação bibliotecária no mercado de trabalho. Pelo contrário, é um mapeamento ainda em busca de uma resposta: **O que é ser um bibliotecário hoje?**

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Padrões de Competência de Alfabetização de Informação para Educação Superior**. 2000. Disponível em: hdl.handle.net/11213/7668. Acesso em: 10 jun. 2019.

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. **Manifesto de la UNESCO para bibliotecas públicas**. Madrid; Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1995.

MEIER, R. L. Information Input Overload: Features of Growth in Communications-oriented institutions. **Libri**, v. 13, n. 1, p. 1-44, 1963.

MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SILVA, F. C. C. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005.

BIBLIOTECÁRIO DE REFERÊNCIA

Dirce Maria Santin

1 INTRODUÇÃO

Os serviços de referência e atendimento ao usuário ocupam um lugar central nas unidades e serviços de informação na atualidade. Surgidos no século XIX, no contexto da democratização da educação e da cultura, promoveram a expansão das ações e serviços de informação aos usuários e aproximaram as bibliotecas da sociedade. A trajetória histórica se alia à evolução tecnológica e do ambiente de informação, às transformações da sociedade e das necessidades de informação e gera um contexto diverso e complexo para a atuação do bibliotecário de referência, repleto de oportunidades e desafios.

A referência é uma atividade tradicional e, ao mesmo tempo, inovadora. A evolução tecnológica e a expansão informacional que marcam a atividade podem ser vistas mais como um *continuum* desde meados do século XX do que como um fenômeno recente. A prática do trabalho de referência está mudando rapidamente devido a novos recursos de informação, serviços emergentes, formas alternativas de trabalho e mudança das expectativas dos usuários em relação à informação. Além disso, o trabalho do bibliotecário de referência tem atualmente um componente virtual inimaginável há algumas gerações atrás.

A interação pessoal, que fundamenta o serviço de referência e promove os organismos de informação na sociedade, continua sendo um componente essencial da referência, assim como a perspectiva de serviço e o foco no usuário, cada vez mais presentes no diálogo acadêmico e profissional e nas práticas bibliotecárias. O serviço e o trabalho de referência sempre tiveram por base o contexto tecnológico, social, econômico, cultural e profissional, e não podem se furtar dos avanços tecnológicos, das transformações do ambiente de informação e das necessidades dos usuários e da comunidade.

Com base na trajetória histórica e nas transformações atuais do serviço de referência, este capítulo busca contribuir com as discussões sobre o bibliotecário de referência em vários enfoques. Primeiro, apresenta os aspectos históricos e conceituais do serviço de referência, a tradição e o desenvolvimento da área na atualidade. Em sequência, discute as funções essenciais da referência e as principais ações e serviços associados a cada função. A abordagem detalhada das funções revela os princípios da referência, o papel do bibliotecário e a amplitude dos serviços de informação. As sessões seguintes tratam do processo e entrevista de referência, destacando a sequência de etapas, a diversidade de demandas e a negociação das questões, e do serviço de referência virtual, uma modalidade de mediação humana baseada em tecnologias que tem aumentado progressivamente e ampliado o espaço e o alcance dos serviços de informação no ambiente virtual.

Outro enfoque do capítulo está no trabalho de referência, nos papéis e responsabilidades do bibliotecário e nas mudanças provocadas pela evolução tecnológica, pelo ambiente de informação cada vez mais diverso e complexo e por novas expectativas dos usuários e da comunidade. O perfil e as competências esperadas do bibliotecário de referência também são apresentados e discutidos, com vistas a contribuir para um olhar amplo sobre o profissional na atualidade. Ao final, o texto reflete sobre o futuro da referência, as oportunidades, desafios e responsabilidades compartilhadas com o presente, e reforça o papel das bibliotecas e dos serviços de informação na sociedade.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Os primeiros diálogos sobre o serviço de referência datam do final do século XIX (BUNGE, 1983; RADER, 2000). A formalização do serviço de referência teve início no primeiro congresso da *American Library Association* – ALA, em 1876, com o trabalho de Samuel Green sobre as relações entre bibliotecários e leitores em bibliotecas populares. Pioneiro no assunto, Green (1876) propôs quatro componentes principais para a função de referência: instruir o leitor

nos caminhos da biblioteca; auxiliar o leitor em suas perguntas; auxiliar o leitor na seleção de boas obras; e promover a biblioteca na comunidade.

O serviço de referência como é conhecido atualmente teve origem no final do século XIX nos Estados Unidos e se generalizou em meados do século XX. Surgiu no contexto do movimento de ampliação das bibliotecas públicas americanas, paralelo ao movimento pela democratização da educação no país, com o nome *reference service*. As transformações na educação e cultura da época converteram a biblioteca num centro dinâmico e difusor de informações, que passava a receber usuários pouco familiarizados com o conhecimento registrado. As bibliotecas passavam a ter uma função educacional: além de coletar, armazenar e formar coleções, elas deveriam facilitar o uso dos livros pela comunidade. Essa concepção de biblioteca promoveu o aumento das ações aos usuários e a consolidação dos serviços de informação como parte indispensável do trabalho bibliotecário (GROGAN, 1995; MERLO VEGA, 2000; RADER, 2000; TYCKOSON, 2003; ACCART, 2012).

Na segunda metade do século XX, os conceitos e práticas do trabalho de referência se desenvolveram de tal maneira que as formas de proporcionar serviço e a variedade de demandas também mudaram, com usuários que demandavam informação sem se importar com o suporte, tempo ou lugar. Na década de 1970, a classe bibliotecária começava a propor uma função pedagógica mais ativa, indicando que o bibliotecário deveria participar do planejamento curricular e de discussões sobre os recursos adequados para o ensino. As bibliotecas passavam a se envolver no desenvolvimento de currículos, nos processos de ensino e aprendizagem e na alfabetização informacional (CAMPELLO, 2010).

A filosofia que inspira o serviço de referência considera a biblioteca como um serviço e se baseia nos ideais democráticos de socialização da cultura e da distribuição equitativa do conhecimento. Essa visão potencializa as funções de orientação, educação e assistência ao usuário no uso dos recursos técnicos, culturais e humanos. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à informação,

mas de promover a cultura e a aprendizagem a todos os membros da comunidade (CORDÓN, 1997 apud UNFRIED-GONZÁLEZ, 2014).

O serviço de referência é reconhecido como uma das funções mais importantes das bibliotecas e serviços de informação. A palavra referência procede do inglês *reference*, usado como sinônimo de consulta. A *Reference and User Services Association* – RUSA, divisão da ALA voltada aos serviços de referência e atendimento ao usuário, define que a referência envolve a criação, o gerenciamento e a avaliação de informações ou recursos de pesquisa, ferramentas e serviços para uso local ou remoto. As transações de referência se referem às consultas nas quais os funcionários de bibliotecas recomendam, interpretam, avaliam e/ou usam recursos para atender necessidades específicas de informação (RUSA, 2008).

O serviço de referência se refere à assistência pessoal prestada pelo bibliotecário aos usuários em busca de informações, envolvendo questões simples ou mais complexas. Ocorre pela interação entre usuário e bibliotecário, com o objetivo principal de que as informações requeridas sejam satisfeitas (GROGAN, 1995; VARGAS; AVILLANEDA, 2009). Quaisquer que sejam as questões, uma resposta educada, amigável e rápida é essencial para formar impressões positivas sobre os serviços de referência (BECK, 2010). As unidades de informação devem ser lugares confortáveis e seguros e fornecer acesso a recursos e serviços relevantes. Lugares físicos e digitais para os usuários fazerem aos bibliotecários o maior número possível de perguntas e em todas as ocasiões que desejarem.

Os bibliotecários de referência e serviços ao usuário são aqueles que “[...] auxiliam, aconselham e instruem os usuários no acesso a todas as formas de conhecimento registrado. A assistência, aconselhamento e instrução incluem o serviço direto e indireto ao usuário” (RUSA, 2017, *online*). O serviço de referência não visa apenas fornecer informações, mas envolve outras funções relevantes, descritas neste capítulo. O bibliotecário de referência é um ator e um agente de transformação nas bibliotecas e na comunidade, com intervenção ativa como profissional e como pessoa (CAMPELLO, 2010; UNFRIED-GONZÁLEZ, 2014).

A referência é um fenômeno complexo, que envolve aspectos de uma atividade tradicional, inovadora e transformadora das bibliotecas e da sociedade. O trabalho de referência deve ser desenvolvido com base na visão ampla que é apropriada à sua caracterização e na perspectiva de serviço ao usuário. O bibliotecário de referência é mediador, mas não só. Ele exerce diversos outros papéis e tem papel ativo na proposição, execução e avaliação dos serviços de informação e atendimento ao usuário. É socialmente responsável, também, por manter a biblioteca ou centro de informação como instrumento da comunidade, como proposto para a função por Green (1876), que percebeu claramente a necessidade de relacionar as unidades de informação com as necessidades da comunidade.

As diferenças entre o tempo de Green (1876) e o nosso são várias e se revelam na ampliação das funções, conceitos e práticas, nos recursos e ferramentas que usamos, na diversificação de ações e na complexidade do ambiente de informação e das expectativas dos usuários. Os princípios, de forma geral, são os mesmos. Preservá-los é responsabilidade social compartilhada por profissionais, pesquisadores e pela sociedade. A consciência social e do papel das bibliotecas e serviços de informação são imprescindíveis para o atendimento da comunidade, onde quer que esteja.

3 FUNÇÕES DA REFERÊNCIA

O serviço de referência inclui assistência pessoal a usuários individuais e assistência organizada a grupos de usuários. A literatura tem certo consenso sobre as funções principais do serviço de referência, com algumas variações. As funções **informativa, consultiva e instrutiva** formam o tripé principal de ações do serviço de referência (GREEN, 1876; SCHILLER, 1965; BOPP, 1995; MERLO VEGA, 2000; HAN; GOULDING, 2003). Outras funções se referem à ação cultural e à promoção das unidades, produtos e serviços de informação.

Os serviços de referência também podem ser divididos em três blocos, como proposto por Bopp (1995): serviços de informação,

serviços de formação e serviços de orientação. Dependendo das necessidades dos usuários, são acionadas diferentes funções, que envolvem informações, orientações e/ou instruções. Se um usuário buscar por um fato ou informação, a ênfase estará em ajudá-lo a encontrar a informação. Se o usuário desejar consultar fontes de informação, precisará de orientações para encontrá-las e usá-las. Se o usuário desejar se tornar mais hábil e autônomo em relação à informação, ele receberá instruções para a identificação de fontes, localização e uso da informação (PETEK, 2018).

O Quadro 1 apresenta as funções de referência, com exemplos de ações e serviços. As ações de comunicação podem ser vistas como parte de outras funções, mas optou-se por apresentá-las separadamente por sua importância na atualidade. Na prática, as funções são combinadas e a interação com os usuários pode envolver elementos das diversas funções.

Quadro 1 – Funções essenciais do serviço de referência.

Função	Descrição	Exemplos de ações e serviços
Informativa	Atendimento a consultas dos usuários em relação à informação	<p>Consulta sobre informação geral</p> <p>Consulta sobre recursos e serviços</p> <p>Consulta bibliográfica</p> <p>Localização, intercâmbio e entrega de informação</p> <p>Informação básica, específica ou geral</p>
Consultiva	Orientação aos usuários na seleção e uso de fontes de informação, ferramentas e recursos multimídia para a aprendizagem, cultura e produção de novos conhecimentos	<p>Seleção de fontes, recursos e informações</p> <p>Recomendação de obras, fontes e recursos</p> <p>Recomendação de serviços de informação</p> <p>Orientação bibliográfica e documental para o acesso, busca, uso e produção da informação</p> <p>Apoio à pesquisa e produção de conhecimentos</p> <p>Apoio à normalização, publicação e divulgação</p> <p>Assessoramento em assuntos de informação, aprendizagem, pesquisa, cultura etc.</p> <p>Curadoria, seleção e gestão de conteúdos que os usuários podem usar de forma independente</p> <p>Extensão bibliotecária na comunidade</p> <p>Biblioterapia, ação social e cultural</p>

Instrutiva	Educação de usuários, ensino e alfabetização informacional	<p>Ações de formação individual ou em grupos para o uso das fontes, ferramentas e recursos</p> <p>Instrução direta no atendimento</p> <p>Programas de alfabetização informacional</p> <p>Desenvolvimento de currículos e atuação integrada nos processos de ensino e aprendizagem</p> <p>Cursos livres, palestras e participação em ações educativas da instituição e da comunidade</p>
Comunicativa	Comunicação, divulgação e relações com a comunidade	<p>Comunicação com os usuários e a sociedade</p> <p>Promoção da unidade de informação na sociedade</p> <p>Produção de conteúdos: informativos, guias, tutoriais, materiais didáticos etc.</p> <p>Comunicação na <i>web</i>: sites, redes sociais, referência virtual etc.</p> <p>Divulgação de recursos e serviços de informação</p> <p>Serviços de alerta e disseminação da informação</p> <p>Divulgação de projetos e do trabalho de referência</p> <p>Relações públicas com a comunidade</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

O serviço de referência consiste geralmente numa combinação dessas funções. A **função informativa** contempla a assistência pessoal aos usuários. Envolve a consulta, localização e entrega de informações. O bibliotecário auxilia, orienta e instrui o usuário na busca por informação. Pode selecionar as informações de fontes confiáveis e fornecê-las ao usuário. Pode indicar uma ou mais fontes para o usuário obter as informações. Ou orientar e ensinar o usuário na busca e uso da informação de forma autônoma, numa combinação das funções. O método escolhido depende de vários fatores, como o tipo de informação, tempo, atitude profissional, objetivos da instituição, entre outros (RADER, 1980).

As funções informativa e consultiva representam o elo entre a informação e as necessidades de usuários, destacando o papel mediador do bibliotecário. São funções tradicionais, cuja complexidade se ampliou com os avanços tecnológicos, a informação em rede e a diversidade de fontes que fazem com que a informação acessível ou de interesse dos usuários não se restrinja às coleções das bibliotecas, mas compreenda o universo das unidades de informação, redes de bibliotecas e da Internet.

O conhecimento das fontes de informação é altamente relevante para o trabalho de referência, bem como de ferramentas acadêmicas e recursos multimídia. Esse conhecimento se alia às habilidades na pesquisa bibliográfica, elaboração de estratégias de busca e uso de taxonomias, tesouros e outros instrumentos de recuperação da informação. As fontes de informação são a base para responder as questões de referência e atender as necessidades de informação dos usuários. Apesar de sua relevância, o foco do trabalho de referência deve estar no usuário e em suas necessidades de informação.

A ideia de fontes de referência para atender a função informativa também passa por transformações. Se antes o bibliotecário de referência se apoiava numa coleção de referência ao alcance das mãos nas bibliotecas, a situação atual é distinta e indicar algumas poucas fontes para o trabalho desse profissional pode ser arriscado. O contexto atual evidencia a necessidade de conhecer as

fontes e os recursos de informação, manter-se atualizado e usar os recursos adequados para cada contexto ou necessidade de informação, atentando para a perspectiva do usuário. A mudança de paradigmas que marcou a trajetória da Ciência da Informação – paradigma físico, cognitivo e social (CAPURRO, 2003) – também gerou transformações nos serviços de informação e na atuação bibliotecária no decorrer do tempo, além de novos olhares sobre os sistemas e fontes de informação.

A responsabilidade do bibliotecário de referência também se coloca em relação ao mercado editorial, num ecossistema de informação em constante transformação e marcado por oligopólios editoriais. É preciso um olhar amplo e atitude ética em relação à promoção de recursos informacionais frente às crescentes pressões do mercado editorial. O acesso aberto e amplo à informação pelo maior número de pessoas também é uma bandeira dos bibliotecários de referência.

A função consultiva fornece orientação e consultoria na busca, acesso e uso da informação. Está tradicionalmente ligada ao auxílio aos leitores na seleção de boas obras, embora atualmente a prática de auxiliar o leitor na seleção da informação vá muito além de recomendar bons livros (TYCKOSON, 2003). O crescimento exponencial da informação, das bases de dados, ferramentas e recursos virtuais multimídia, sua especialização e diversidade, aliadas às demandas cada vez mais complexas dos usuários, fazem com que o bibliotecário de referência precise recomendar fontes e recursos de informação em quase todas as interações com os usuários de bibliotecas e centros de informação.

Nas últimas décadas os usuários experimentaram o acesso mais amplo à informação na Internet e passaram a esperar das bibliotecas os mesmos resultados em termos de agilidade, eficácia e eficiência nos serviços de informação. No meio virtual, os usuários necessitam de orientação, aconselhamento e instruções para acessar a informação para suas necessidades educativas, profissionais e de lazer, inclusive em relação ao manejo crítico da informação. Os usuários precisam de assessoria, orientação e instrução em

tecnologias e sistemas, localização, organização e uso efetivo da informação, de forma presencial ou remota, o que também destaca o papel da comunicação no processo de referência e a atuação integrada do bibliotecário nas diversas funções (RADER, 2000).

A **função instrutiva** se refere à instrução formal e informal para o uso dos recursos de informação existentes em qualquer meio e em qualquer local. Esta função é tão importante quanto fornecer informações, especialmente quando se acredita que a biblioteca é, por princípio, uma instituição educacional. A função instrutiva dos serviços de referência envolve todas as unidades de informação, embora seja mais frequente em bibliotecas escolares e acadêmicas, devido aos objetivos educacionais dessas instituições.

O serviço de referência é historicamente pautado por discussões sobre a relevância da sua função instrucional, sobre a qual se desenvolve boa parte de sua base teórica, incluindo as definições e teorias sobre os serviços de instrução e informação em bibliotecas e centros de informação (SCHILLER, 1965; GUSKIN; STOFFLE; BOISSB, 1979; BUNGE, 1983; RADER, 1980, 2000; TYCKOSON, 2003; CAMPELLO, 2010; JOHNSON, 2011).

A instrução se tornou uma característica estabelecida do trabalho de referência acadêmica desde a segunda metade do século XX. Houve uma ênfase crescente nos serviços de instrução na década de 1970, inclusive com o envolvimento das associações americanas de bibliotecários (RADER, 1980). O debate sobre a função se ampliou a partir da década 1980, em boa parte como resultado dos avanços tecnológicos, da informação em rede e dos recursos de informação cada vez mais numerosos e complexos, aspecto em que a instrução assume um papel de vital importância (HAN; GOULDING, 2003). Na época, Bunge (1983) destacou o papel do bibliotecário como assessor didático e facilitador do acesso à informação frente às novas tecnologias. Gunning (1983) refletiu sobre o impacto da formação do usuário na busca por informação mediada pelas tecnologias, as demandas e estruturas organizativas mais complexas, a integração dos serviços de informação em rede e as novas habilidades exigidas dos bibliotecários de referência.

O desenvolvimento do serviço de referência revela que a instrução individual logo foi combinada com a educação em grupos e que a alfabetização informacional se tornou uma progressão natural do serviço. No final do século XX, bibliotecas acadêmicas de vários países criaram programas de alfabetização informacional para o desenvolvimento de competências informacionais e passaram a atuar no ensino de forma integrada com as instituições. A alfabetização informacional ampliou a função educativa de organismos ligados à informação e atribuiu ao bibliotecário um papel ativo no processo de ensinar as pessoas a buscar e usar a informação (RADER, 2000; CAMPELLO, 2010). Apenas nos últimos anos isso parece ter se tornado tendência no Brasil, em parte pela estrutura de informação e pessoal, em parte pela ênfase em aspectos organizativos e de sistemas que impedia os bibliotecários de cumprirem com as obrigações de serviço nos novos cenários da informação.

A função instrutiva é um componente tradicional e emergente no trabalho de referência. Os argumentos a favor e contra a função envolvem desde a ênfase na função informativa das bibliotecas até o fato de que os bibliotecários não são professores profissionais. Por outro lado, a importância crescente da instrução para o uso dos recursos de informação confere visibilidade às unidades de informação, justifica os orçamentos de pessoal nas instituições e confere valor à própria profissão do bibliotecário.

A função instrutiva atribui aos bibliotecários de referência um papel importante na educação de usuários, no ensino e na alfabetização informacional, constituindo uma parte importante do serviço de referência na atualidade. A educação de usuários e a alfabetização informacional estão no centro das ações de bibliotecas em diversos países, junto às demais funções essenciais. Nenhuma delas é mais ou menos importante. Avanços tecnológicos e do ambiente de informação revelam que, cada vez mais, os usuários precisam aprender como localizar, acessar, avaliar e aplicar a informação para solucionar problemas e resolver assuntos importantes no trabalho e na vida cotidiana.

O bibliotecário de referência tem um papel ativo, um papel educador. Ele ensina e orienta no nível individual no atendimento de referência, atua em programas de educação de usuários e alfabetização informacional e apoia o ensino. É um agente de alfabetização informacional no contexto escolar, acadêmico e de outras instituições ou na comunidade. É o profissional mais habilitado a promover cursos, capacitações e programas de alfabetização informacional, e o mais habilitado a capacitar o usuário para o uso de bases de dados e outras ferramentas e recursos de informação. Ele conhece a comunidade, as necessidades de informação dos usuários, os recursos de informação do contexto e áreas de atuação, em acesso livre ou proprietário. A atuação ocorre de forma integrada com outros educadores e especialistas, mas é competência e responsabilidade do bibliotecário de referência a capacitação para o uso crítico e efetivo da informação. Nesse sentido, é pertinente um exame das atitudes dos bibliotecários de referência em relação às suas obrigações educacionais e da possível transferência de responsabilidades a agentes externos.

A alfabetização informacional, que atualmente fundamenta o trabalho educativo do bibliotecário em vários países, representa o movimento que conseguiu unir a classe bibliotecária na busca por maior visibilidade para o seu papel pedagógico, exatamente num momento em que a profissão se encontra frente ao desafio de dar mais visibilidade às suas funções na sociedade (CAMPELLO, 2010). Os desafios dos bibliotecários de referência são grandes, e o êxito nesta área significará, em boa parte, a sobrevivência da profissão (RADER, 2000). As mudanças são uma oportunidade de reflexão para os bibliotecários, de atuação ativa e de implementação de ações que concretizem esse papel na sociedade.

A *Association of College and Research Libraries* – ACRL (2017) reforçou recentemente os papéis e potencialidades dos bibliotecários educadores, passando a utilizar o termo *teaching librarians* em substituição ao *instructor librarian* usado em publicações anteriores. Nessa perspectiva, o bibliotecário exerce o papel de educador em diversos contextos, como parte ou totalidade

de suas atividades, em especial no serviço de referência. Os programas de Competência Informacional, por sua vez, são apontados pela criação de valor, pela capacidade de contribuir com a compreensão do sistema de organização do conhecimento pelos indivíduos e com a missão educacional das instituições.

A **função comunicativa** do serviço de referência visa dar a conhecer aos usuários os recursos e serviços da biblioteca extramuros e promover as relações com a comunidade. As atividades envolvem a criação de conteúdos informativos, educativos e de recomendação de recursos e serviços, visitas guiadas, boletins informativos, guias, tutoriais, alertas e disseminação da informação, além da manutenção de sites e redes sociais e de ações de *marketing* e campanhas publicitárias para ampliar a visibilidade da biblioteca na sociedade.

A combinação de funções no trabalho de referência faz com que os bibliotecários cumpram as funções consultiva e instrutiva por meio de comunicações, que vão desde breves divulgações até a produção de recursos e materiais didáticos e instrucionais. A divulgação de fontes, recursos e serviços de informação é competência dos bibliotecários de referência e requer uma visão ampla do ambiente de informação. Esses profissionais são qualificados para produzir, divulgar e fazer a curadoria de conteúdos, fontes e recursos de informação. Sua interação com os usuários e com as fontes de informação os conscientiza dos recursos necessários para cada público. Mesmo que as bibliotecas contem com serviços de comunicação, é importante a participação ativa do bibliotecário de referência.

A produção de conteúdos envolve tempo, amplo conhecimento de fontes e recursos de informação, habilidades de escrita e *design*, entre outros esforços. A atividade é tradicional, considerando a produção histórica de guias e recursos de divulgação e sinalização, mas ganha ênfase na atualidade. A produção e divulgação de conteúdos se tornou uma atividade essencial, com importantes resultados na instrução e orientação aos usuários, na divulgação de recursos e serviços e na interação com a comunidade.

O papel ativo do bibliotecário de referência também se revela na produção e curadoria de conteúdos, na criação de materiais informativos, instrutivos e de divulgação de fontes, recursos e serviços de informação. A curadoria de conteúdos vai além da divulgação e envolve a seleção de recursos para o ensino, a alfabetização informacional, a cultura e o entretenimento. Essas ações qualificam as funções da referência e reforçam o papel do bibliotecário educador. Os bibliotecários que selecionam e preparam esses recursos devem avaliar as necessidades e os níveis educacionais de seus públicos, considerar aspectos de acessibilidade, conhecer as metodologias de ensino e aprendizagem e cooperar com educadores e especialistas para o aperfeiçoamento das ações na comunidade (ACRL, 2017).

A promoção da unidade e dos serviços de informação é uma parte importante de função comunicativa no trabalho de referência. Boa parte das estratégias de *marketing* está a cargo dos bibliotecários de referência, por seu conhecimento dos usuários e pela competência em pesquisa e divulgação. Os estudos de usuários e da comunidade e a análise do comportamento informacional são essenciais ao planejamento e avaliação do serviço de referência. Além disso, a criação e atualização de sites, blogs, redes sociais e outros meios que garantam a presença qualificada das bibliotecas na Internet constituem atividades do bibliotecário de referência, tanto por sua competência na comunicação e interação com a comunidade como pelo domínio das tecnologias que é esperado desse profissional.

O papel do bibliotecário de referência na comunicação e relações com a comunidade também merece destaque. As relações com a comunidade são um princípio do serviço de referência e envolvem as relações interpessoais, a interação entre bibliotecário e usuário e a promoção das unidades de informação na sociedade. É importante não perder de vista o papel social da biblioteca e a necessidade de estabelecer laços com a comunidade. A extensão bibliotecária e a ação cultural contribuem para a aproximação e formação de laços com a comunidade, em atividades como saraus,

debates, exposições e outras ações com o público em geral. Além disso, a participação do bibliotecário em associações e fóruns profissionais e comunitários também é relevante para promover a visibilidade das bibliotecas e dos serviços de informação na sociedade.

4 PROCESSO E ENTREVISTA DE REFERÊNCIA

O processo de referência envolve uma sucessão de etapas executadas pelo bibliotecário de referência para responder de forma rápida e eficaz as questões dos usuários, classificadas por Grogan (1995) como simples ou complexas. Demandas simples abordam fatos, acontecimentos e definições, enquanto as demandas complexas apresentam maior variedade e dificuldade na recuperação da informação. Para o autor, o processo de referência envolve basicamente as seguintes etapas: a) problema de informação; b) necessidade de informação; c) questão inicial; c) questão negociada; d) estratégias de busca; e) processo de busca; f) resposta; g) solução do problema de informação.

Uma visão semelhante é proposta por Córdon (1997 apud UNFRIED-GONZÁLEZ, 2014), para quem o processo de referência compreende as seguintes etapas: a) necessidade de informação e orientações; b) recepção da consulta; c) esclarecimento da consulta por meio da entrevista de referência; d) escolha das fontes e formulação de estratégias de busca; e) obtenção da resposta; f) fornecimento de informações aos usuários; f) avaliação da relevância da resposta; g) possível armazenamento das informações para uso futuro.

Apesar das mudanças no serviço de referência, seu foco ainda está no usuário e nas necessidades de informação. Outros modelos do processo de referência têm sido propostos, assim como modelos de busca e uso da informação para os usuários. O processo de referência descrito pelos teóricos clássicos permanece válido, assim como os princípios da referência de serviço e a teorização sobre a entrevista de referência.

A entrevista de referência é a oportunidade de o bibliotecário avaliar a necessidade de informação do usuário (GROGAN, 1995). Solicitações pouco claras, não formalizadas e parcialmente desconhecidas são organizadas na mente do usuário com o auxílio do bibliotecário. Requer habilidade e orientação para fazer as perguntas certas e estimular o pensamento do usuário em termos do que é realmente desejado. Além de formação e capacitação profissional, envolve organizar a solicitação de informação na mente do usuário, o que também é um processo educativo em nível individual.

A entrevista de referência é um procedimento de mediação usado para esclarecer o escopo da consulta a fim de transformá-la em estratégias que permitam identificar e recuperar a informação mais adequada à necessidade do usuário (UNFRIED-GONZÁLEZ, 2014). O grau de profundidade da entrevista de referência dependerá da consulta. Quanto mais especializado for o tópico levantado pelo usuário, mais detalhada será a entrevista (MERLO VEGA, 2000). A conversa que o bibliotecário de referência mantém com o usuário é a oportunidade de ter uma compreensão clara e completa da necessidade de informação antes que uma resposta satisfatória possa ser dada. Investir tempo e atenção no diálogo com o usuário é importante para alcançar bons resultados no serviço de referência.

A negociação da questão de referência é prática constante dos bibliotecários e uma das ações mais complexas da comunicação em serviços de informação. Taylor (2015) discute a negociação da questão de referência em quatro níveis: 1) a necessidade real, mas não expressa, de informação (necessidade visceral); 2) a descrição consciente, dentro do cérebro, da necessidade (necessidade consciente); 3) a declaração formal da necessidade (necessidade formalizada); 4) a pergunta apresentada ao sistema de informação (necessidade comprometida). Essa complexidade reforça a importância do diálogo e da negociação de questões de referência pelo bibliotecário com o usuário.

A diversidade de demandas no serviço de referência exige atenção e perspicácia do bibliotecário, além de conhecimento,

cordialidade e atitude ética. A literatura e os diálogos profissionais são abundantes de exemplos de consultas sobre obras e informações baseadas em cores, eventos e informações parciais que desafiam o bibliotecário e atestam a importância da entrevista de referência. Dewdney e Michell (1996) abordam os “acidentes de comunicação” que ocorrem durante a entrevista de referência, com enfoque em questões linguísticas, e sugerem ações e técnicas de entrevista para os bibliotecários. Os autores ilustram a solicitação de um aluno por um livro sobre “laranjas e pêssegos”, quando o que realmente está buscando é **A Origem das Espécies**, de Charles Darwin. É uma boa e divertida visão geral de um problema comum no atendimento de referência.

5 SERVIÇO DE REFERÊNCIA VIRTUAL

As tecnologias de comunicação e informação e, em especial, a Internet, geraram novas possibilidades para os serviços de informação e atendimento aos usuários. Boa parte dos serviços não está mais circunscrita a espaços concretos ou limitada a bibliotecas e coleções locais. A infraestrutura e o pessoal do serviço de referência também tendem a ser cada vez mais compartilhados, de modo a atender o maior número possível de perguntas, alcançar a maior quantidade de pessoas e otimizar o uso dos recursos de informação.

O serviço de referência virtual não é uma novidade do século XXI, mas começou a ser oferecido na década de 1980 em universidades americanas, expandindo-se para outras instituições e serviços na década de 1990. O termo “referência virtual” se refere a uma rede de especialistas, intermediação e recursos colocados à disposição de pessoas que buscam respostas no ambiente *online* (LANKES, 2005). É definido pela RUSA (2017b) como o serviço de referência iniciado eletronicamente no qual os usuários empregam tecnologias para se comunicar com o pessoal de serviços de informação e atendimento ao usuário sem estar fisicamente presentes. Pode ocorrer por diversos meios: e-mail, formulários da *web*, bate-papo, mensagens instantâneas, voz sobre IP, sistemas de webconferência, entre outros, e pode integrar aplicações da *web*

social e da inteligência artificial com agentes de resposta automática para perguntas frequentes simples. As tecnologias têm um papel fundamental na viabilização deste serviço, mas servem ao mesmo propósito, que é proporcionar mediação humana no contexto da informação *online* (LANKES, 2005; RUSA, 2017b).

O serviço de referência virtual tem enfoque em consultas (respostas a perguntas) e na prestação do serviço *online* (ROJO, 2010). Este serviço pressupõe o atendimento de questões de referência por profissionais qualificados e enseja respostas rápidas, pertinentes e de qualidade (ACCART, 2012). Apesar disso, não deve se limitar à função informativa, mas integrar as demais funções da referência. A entrevista de referência virtual há de ser especialmente cuidadosa, inclusive em relação à privacidade dos usuários.

O serviço de referência virtual se converteu em recurso importante e eficaz para atender as necessidades de informação de muitos usuários. É uma forma de as bibliotecas estarem disponíveis em horários mais amplos, em qualquer lugar, com atendimento em tempo real e colaboração para intercambiar informações e recursos. Além das unidades de informação, a referência virtual também ocorre em outras instituições, públicas ou privadas, e em ações de países e organismos internacionais, apoiadas ou não em bibliotecas e suas coleções. Isso indica que o serviço de referência virtual amplia o espaço de atuação dos bibliotecários, que trabalham de forma colaborativa e integrada com outros profissionais, em geral especialistas, para receber perguntas, buscar respostas, fornecer informações e orientar os usuários de informação (MERLO VEGA; SORLI ROJO, 2003).

Referência virtual é um desafio para as bibliotecas, que não é novo. Apesar do uso de tecnologias, o serviço não pode se basear mais na forma e nos sistemas que nos princípios e funções da referência. A oferta do serviço de referência virtual deve ser integrada aos planos de *marketing* e estruturada em programas para oferecer os serviços realmente necessários, com acompanhamento, satisfação de usuários e retorno sobre o investimento. Para que as novas iniciativas ou qualquer forma tradicional de referência tenham

êxito, é imprescindível a avaliação contínua dos serviços (GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, 2012).

O bibliotecário de referência familiarizado com as questões sociais, culturais, políticas e científicas que formam o contexto das unidades de informação, aspecto importante para fornecer serviços de qualidade, contrasta com um *gatekeeper* tecnológico ou um guia que faz pequenas contribuições intelectuais e direciona o usuário para determinada base de dados sem saber muito sobre os problemas subjacentes à solicitação. Dilevko (2001) alerta que é preciso cuidado para não transformar o serviço de referência virtual num simples modelo de *call center*, baseado em perguntas frequentes, protocolos de serviço, inteligência artificial e bibliotecários distanciados do contexto social. Estes devem ter capacidade de ler a situação do usuário e fornecer as informações adequadas a cada necessidade de informação.

Ainda que a referência presencial continue sendo a opção para muitos usuários, com interação presencial e atenção personalizada mais próxima, o serviço de referência virtual tem se ampliado gradualmente, abrangendo questões simples e complexas, o que também pode gerar maior demanda da sociedade. Pouco a pouco, os usuários vão mudando suas preferências pelo acesso remoto e, como resposta, há um progressivo aumento dos serviços virtuais. Ubiquidade, imediatismo, tecnologias, coleções híbridas e digitais e profissionais competentes são algumas das características necessárias a esse serviço.

6 O TRABALHO DE REFERÊNCIA

A referência congrega papéis e responsabilidades do bibliotecário em torno das funções de referência e do contexto geral das unidades de informação. O profissional tem um papel ativo na proposição e oferta de produtos e serviços que acompanhem as expectativas dos usuários, as transformações tecnológicas e do ambiente de informação. Deve compreender as necessidades de informação, o comportamento informacional e analisar a satisfação dos usuários. Os estudos de usuários e comunidades são importantes

para obter informações sobre os usuários e a comunidade e, aliados aos planos de *marketing*, apoiam o planejamento e a oferta de produtos e serviços em consonância com as necessidades dos usuários e a criação de valor em bibliotecas.

O trabalho de referência tem mudado com o tempo e não se restringe ao espaço das bibliotecas. O bibliotecário atua em espaços diversos para satisfazer as necessidades dos usuários onde eles estão, de forma integrada com as instituições e a comunidade. O apoio especializado a projetos e linhas de pesquisa, dentro e fora das bibliotecas, é um desafio e uma oportunidade para o profissional, que alia novas competências a uma postura proativa e colaborativa para atender e antecipar demandas de informação (SILVA, 2005).

Um exemplo de atuação integrada do bibliotecário de referência está no processo editorial, com o profissional estabelecendo relacionamentos mais próximos e colaborativos com as equipes editoriais, usuárias dos serviços de informação. Em instituições acadêmicas, observa-se maior colaboração e transição para a integração dos serviços de referência e de apoio ao ensino e à pesquisa. Essa tendência acompanha a transição de um serviço centralizado de referência “generalista” para um serviço especializado em conteúdo, consultoria e orientação, adaptado a diferentes grupos e usuários. Trata-se da transição de um serviço de referência reativo para um serviço proativo, de recomendação e ação, que move o bibliotecário da tradicional mesa ou balcão de referência para serviços presenciais e virtuais em espaços diversos na comunidade (BROWN; LEITH, 2007).

A crescente demanda da sociedade por espaços colaborativos gera oportunidades para a oferta de novos serviços. A promoção de espaços comunitários colaborativos como o *Learning Commons* pode ser parte importante das estratégias para socializar as bibliotecas, ampliando seus espaços físicos e digitais para a cultura e novas experiências de aprendizagem (GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, 2013). A informação em saúde e do mercado de trabalho, enfoques tradicionais em bibliotecas americanas e que envolvem informação, orientação e alfabetização informacional (VARDELL; CHARBONNEAU,

2017), também são oportunidades para o bibliotecário de referência e para a expansão dos serviços no Brasil.

O trabalho de referência pressupõe o atendimento e, tanto quanto possível, a antecipação de demandas de informação. Não se trata mais de esperar o usuário com suas perguntas, mas de sair ao seu encontro, de inovar e antecipar demandas. Trata-se de fomentar uma atitude proativa que leve o bibliotecário a sair dos muros da biblioteca para os espaços das instituições e da comunidade, com tecnologias e recursos de informação que o levem onde o usuário está. Antecipar demandas também implica em envolvimento dos bibliotecários de referência com o desenvolvimento de coleções, uma vez que conhecem os usuários, a comunidade e as questões que envolvem a mediação entre usuário e informação.

Uma visão ampla de gestão também é importante ao bibliotecário de referência, compreendendo planejamento, *marketing*, gestão de pessoas, governança e *advocacy*. A gestão se alia à função comunicativa do serviço de referência para demonstrar a utilidade e valor das unidades de informação para as pessoas, as instituições e a sociedade. Outro aspecto relevante do trabalho de referência é a gestão do conhecimento da unidade de informação em sua relação com a comunidade, que permite aprimorar produtos e serviços e ampliar as relações com os diversos públicos. *Advocacy*, por sua vez, refere-se à defesa e promoção (*advocates*) do valor dos serviços de biblioteca para a comunidade.

O serviço de referência é imprescindível nas bibliotecas e, muitas vezes, a atividade mais importante exercida pelos bibliotecários. Porém, esses profissionais não trabalham sozinhos. Os colegas das unidades de informação, sistemas de bibliotecas e redes de cooperação são importantes grupos de apoio e, muitas vezes, as melhores influências que inspiram o trabalho de referência (BECK, 2010). As parcerias e redes de cooperação também se estabelecem no entorno das instituições em redes locais, nacionais e internacionais. O bibliotecário de referência é claramente um agente de cooperação.

A prática do trabalho de referência está mudando constantemente devido a novos recursos de informação, serviços emergentes, formas alternativas de trabalho e aumento das expectativas dos usuários. As mudanças nos níveis simbólico e prático devem preservar os princípios e as funções essenciais do serviço de referência, bem como a atuação qualificada do bibliotecário nos espaços presenciais ou virtuais. Referência não é um termo metafórico. Cabe aos profissionais preservar e atribuir-lhe novos significados a partir da variedade de ações esperadas do trabalho de referência na atualidade.

7 PERFIL E COMPETÊNCIAS

O serviço de referência requer um conjunto de atributos pessoais e de competências profissionais e comportamentais do bibliotecário de referência. O profissional deve ser, em primeiro lugar, alguém que deseje ajudar os usuários a encontrar informação. O compromisso de serviço e o foco no usuário estão no centro do trabalho de referência, assim como a ética e as relações interpessoais. O profissional deve ter curiosidade intelectual, agilidade mental, pensamento analítico, flexibilidade, dinamismo, criatividade, boa memória e bom relacionamento interpessoal. Espera-se que tenha boa cultura geral, conhecimento especializado, domínio da língua materna e de idiomas, habilidade de comunicação oral e escrita, capacidade de cooperação e trabalho em equipe, domínio de tecnologias e amplo conhecimento de fontes e recursos de informação. Além disso, deve conhecer a instituição a qual está vinculado, a equipe e a comunidade e a ser atendida.

O bibliotecário de referência tem um papel de liderança e participação ativa nas unidades de informação e nos espaços de educação e cultura. Deve ser um bom agente cultural e promover a cultura e a informação na comunidade (SILVA, 2005). Em relação às habilidades comportamentais, são importantes a paciência e a empatia para se colocar no lugar do usuário, entender seus motivos e saber até onde chegar para atender a necessidade de informação. Um bom relacionamento interpessoal é essencial para dialogar com

os usuários e parceiros e para promover a unidade de informação na comunidade. Outros traços pessoais desejáveis incluem gostar de pessoas, sensibilidade às necessidades dos outros, leitura constante, acessibilidade, colegialidade, confiança, diplomacia, entusiasmo, estabilidade emocional, persistência, intuição, organização, atitude proativa, desenvoltura, tolerância, senso de humor, entre outros (AUSTER; CHAN, 2004; SILVA, 2005; PETEK, 2018).

Em relação às competências, espera-se que os bibliotecários de referência trabalhem na perspectiva de serviço, com foco no usuário, que sejam educados e dispostos a ajudar. Para fornecer serviços eficazes, devem possuir conhecimento profissional e habilidades de comunicação, além do compromisso com a aprendizagem ao longo da vida (PETEK, 2018). A formação profissional e a experiência no exercício da profissão se aliam a uma boa cultura geral, conhecimento do contexto e da área de atuação, domínio de métodos e instrumentos e uma disposição especial para enfrentar qualquer tarefa (ACCART, 2012).

A RUSA (2017a) desenvolveu uma declaração de competências essenciais para os bibliotecários de referência, tendo por base a declaração de competências para a Biblioteconomia, da ALA. A declaração prevê uma estrutura básica de competências exigidas aos profissionais de referência, como habilidades relacionadas à comunicação, tecnologia da informação, alfabetização digital, leitura e escrita, além de competências para a excelência no trabalho de referência. A declaração incorpora as **Diretrizes para Desempenho Comportamental de Provedores de Serviços de Referência e Informação**, também da RUSA, que abordava os comportamentos relacionados a percepções positivas da referência.

As competências são definidas como comportamentos e habilidades que os bibliotecários de referência com excelente desempenho mantêm de forma consistente e eficaz. São agrupadas em amplas categorias de comportamento relacionadas a sete tópicos principais, apresentados a seguir e detalhados na declaração (RUSA, 2017a):

- a. acessa conhecimento e informações relevantes e precisas registradas: oferece serviços que atendem às necessidades do usuário; organiza e projeta serviços para atender às necessidades da comunidade;
- b. avalia, coleta, recupera e sintetiza informações de diversas fontes: identifica e apresenta fontes altamente recomendadas;
- c. interage com colegas e outras pessoas para fornecer consultoria, mediação e orientação no uso de conhecimento e informação: colabora e faz parcerias no processo de busca de informações; desenvolve relacionamentos colaborativos na profissão para melhorar os serviços aos usuários; desenvolve e mantém parcerias além da profissão para fortalecer os serviços aos usuários;
- d. desenvolve conhecimentos adequados em alfabetização informacional e habilidades de instrução, incluindo alfabetização textual, digital, visual, numérica e espacial: literacia da informação; integra conceitos de alfabetização informacional em todos os serviços de biblioteca, desde instrução em sala de aula a programas comunitários de referência e instrução individual; projeta e implementa estratégias de comunicação para promover a aprendizagem; cria um ambiente de ensino centrado no aluno;
- e. promove e demonstra o valor dos serviços de biblioteca por meio de *marketing* e *advocacy*: compreende e aplica a teoria e as práticas de *marketing*; desenvolve, implementa e avalia planos de marketing para serviços de biblioteca; defende e promove (*advocates*) o valor dos serviços de biblioteca para a comunidade;
- f. avalia e responde à diversidade nas necessidades e preferências do usuário e da comunidade: avalia as necessidades do usuário; avalia serviços de informação; avalia recursos de informação; avalia a entrega do serviço; avalia interfaces de usuário para os recursos de informação;

avalia a assistência aos usuários por provedores de serviços de informação;

- g. investiga, analisa e planeja para desenvolver serviços futuros: leva uma vida como aprendiz; desenvolve e implementa planos de serviços e recursos; planeja, implementa e avalia inovações em recursos e serviços de informação.

Além do conjunto de competências, a RUSA (2017a) propõe que os bibliotecários de referência e de serviços aos usuários são responsáveis por afirmar a importância da diversidade na comunidade de informação mais ampla; possuir consciência de suas próprias visões de mundo históricas, culturais, raciais, de gênero e religiosas; e identificar se essas visões excluem outras experiências humanas. Além disso, competências em gestão e tecnologia podem ser identificadas e exercidas pelos profissionais de referência.

Algumas habilidades se tornam mais importantes com a evolução tecnológica, a variedade de recursos e a complexidade do ambiente de informação. O conhecimento de fontes e da comunidade se alia a habilidades tecnológicas, de comunicação e instrucionais, cada vez mais importantes, além da capacidade de conduzir entrevistas de referência com eficiência. Os bibliotecários de referência devem ser capazes de experimentar novos processos e estratégias de pesquisa, mostrar iniciativa e ser colaborativos. O trabalho de referência não envolve apenas a recuperação de informação relevante, mas também a avaliação do que é recuperado, tendo por base as necessidades dos usuários. A avaliação crítica das fontes e da informação recuperada na Internet é um papel importante do bibliotecário de referência na atualidade (AUSTER; CHAN, 2004; PETEK, 2018).

O bibliotecário de referência deve basear suas ações no comportamento e atitude ética, tanto em relação à privacidade e confidencialidade do usuário, como na relação com a comunidade e na proteção aos direitos autorais e à propriedade intelectual. A ética bibliotecária, que ajuda os profissionais a tomarem decisões prudentes e justas, baseadas em valores morais e fundamentadas no

papel das bibliotecas na sociedade, é imprescindível na relação com o usuário e nas estratégias educativas para promover o uso ético da informação, incluindo as práticas de citação e integridade acadêmica e o uso responsável da informação na sociedade (SANTANA-ARROYO, 2010). Deve-se fornecer o mais alto nível de serviço aos usuários, mas sem infringir a legislação, o que também é um processo educativo. A mesma atitude ética do bibliotecário fundamenta a promoção do acesso aberto à informação e ao conhecimento ao maior número de pessoas.

O trabalho de referência requer atualização, aprimoramento e aprendizado ao longo da vida. A educação continuada é um componente essencial para o bibliotecário de referência, que conta com múltiplos cursos, eventos, publicações e outras possibilidades de aprendizado formal e informal. As atividades formais visam promover a compreensão, o conhecimento e as habilidades, incluindo cursos e *workshops* de instituições educacionais ou profissionais. As atividades informais também envolvem a conhecimento e habilidades, mas fora do currículo dessas instituições. Incluem eventos, listas de discussão, literatura profissional e outras formas de aprendizado auto direcionado. As duas formas são relevantes para a atualização do bibliotecário de referência (AUSTER; CHAN, 2004; BECK, 2010).

Em texto pioneiro sobre o tema, Stieg (1980) refletiu que a educação continuada pode ser vista como uma escolha individual dos bibliotecários de referência, que podem ler ou não, participar de cursos e eventos ou não. A escolha é importante e determina o tipo de bibliotecário que cada um quer ser. Coletivamente, a combinação das decisões irá determinar o tipo de profissionais que somos e os serviços que oferecemos. Beck (2010) chama a atenção para a disposição do bibliotecário de referência em investir em si próprio. Mesmo que as instituições não disponham de recursos para enviar os profissionais a cursos e conferências, é preciso priorizar e fazer por si próprio. Além de se capacitar, os profissionais ampliarão as suas experiências e visões de mundo e terão oportunidades de aprender

algo novo, além de interagir com pessoas inspiradoras e com interesses semelhantes.

Por fim, a consciência social e o conhecimento das questões culturais, políticas, econômicas, científicas e religiosas são importantes para o bibliotecário de referência desempenhar com qualidade as diferentes funções da referência e adequar seu trabalho aos desafios de cada contexto. A mesma atenção deve ser dada aos valores morais e à formação ético-profissional. Para Arroyo (2010), somente a atitude ética e virtuosa do bibliotecário de referência no manejo da informação e na relação com os usuários fará exitoso um serviço de referência à altura da Sociedade da Informação.

8 O FUTURO DA REFERÊNCIA

O futuro da referência já é parte do processo evolutivo que caracteriza a função desde suas origens e acompanha as transformações da sociedade. Prever o futuro da referência é uma tarefa difícil, mas é evidente que algumas coisas mudarão, enquanto outras permanecerão as mesmas (TYCKOSON, 2003). Difícil é saber o que mudará e como os profissionais da informação atuarão frente a essas mudanças. A evolução tecnológica e do ambiente de informação sugerem que devemos estar atentos a novas oportunidades e desafios.

Os desafios mais significativos parecem estar no volume de informação, na alfabetização informacional e na prestação de serviços de informação à comunidade. A necessidade de vasculhar grandes volumes de informação, de descobrir novos recursos e oferecer serviços diversificados e especializados é evidente para muitos bibliotecários. Mesmo nesse contexto, alguns usuários ficam felizes em selecionar os primeiros resultados de pesquisa num buscador da Internet. A demanda por instrução e alfabetização informacional tende a aumentar, reforçando o papel do bibliotecário educador, que promove o uso eficaz da informação e as diversas possibilidades de aprendizagem ao longo da vida.

As bibliotecas e os serviços de informação serão cada vez mais avaliados pelos serviços prestados à comunidade. Bibliotecas devem

sempre lembrar de que fazem parte de uma comunidade maior, seja ela qual for, e que o serviço pessoal é o que as diferencia de outros provedores de informação. A sociedade tende a se tornar mais complexa e diversificada e espera-se que os bibliotecários também sejam diversos. Outra tendência é que os profissionais ampliem a ênfase na geração de informação, produção e curadoria de conteúdos para o aprendizado, a cultura e o apoio especializado, sem diminuir a atenção ao importante papel de mediadores que exercem entre os usuários e a informação.

O futuro da referência será principalmente móvel, social e colaborativo. O serviço de referência, qualquer que seja o seu formato, continuará sendo atividade prioritária nas unidades e serviços de informação. A interação humana no serviço de referência também tende a seguir relevante e necessária para a assistência informacional. As transformações são significativas e geram oportunidades de atuação aos bibliotecários de referência, que precisarão integrar funções e serviços tradicionais em bibliotecas a novos recursos e serviços para atender as necessidades dos usuários nos diversos espaços da informação.

A liderança da função do bibliotecário de referência lhe atribui responsabilidade sobre o futuro das bibliotecas e dos serviços de informação. Cria-se, também, um espaço de oportunidades, que pode ser motivador para aqueles que quiserem inovar, sem perder de vista a trajetória de instituições que provaram sua importância por milhares de anos. Os espaços de discussão e reflexão sobre o assunto precisam ser ampliados na formação do bibliotecário, na pesquisa, nas associações profissionais e no diálogo com a comunidade.

A função de referência tem um futuro promissor e, acredita-se, vida longa. O futuro espelha ações e olhares do presente, além da bela trajetória da referência em bibliotecas. Que o nosso trabalho seja legado e inspire aqueles que, como nós, assumem o importante desafio de promover o acesso amplo à informação, ao conhecimento, à educação e à cultura para todos.

REFERÊNCIAS

- ACCART, J.-P. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.
- ACRL - ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Roles and strengths of teaching librarians**. Chicago: ACRL, 2017. Disponível em: www.ala.org/acrl/standards/teachinglibrarians. Acesso em: 20 jul. 2020.
- AUSTER, E.; CHAN, D. C. Reference librarians and keeping up-to-date: a question of priorities. **Reference & User Services Quarterly**, Chicago, v. 44, n. 1, p. 57-66, 2004.
- BECK, S. J. Reflections of a reference librarian. **Reference and User Services Quarterly**, Chicago, v. 49, n. 4, p. 305-309, 2010.
- BOPP, R. E. **Reference and information services: an introduction**. Englewood: Libraries Unlimited, 1995.
- BROWN, D.; LEITH, D. Integration of the research library service into the editorial process: "embedding" the librarian into the media. **Aslib Proceedings**, London, v. 59, n. 6, p. 539-549, 2007.
- BUNGE, C. A. The personal touch: a brief overview of the development of reference services in American libraries. *In*: LEE, S. H. **Reference Service: a perspective**. Ann Arbor: Pierian Press, 1983. p. 79-88.
- CAMPELLO, B. Del trabajo de referencia hacia la alfabetización informativa: La evolución del papel educativo del bibliotecario. **Investigacion Bibliotecologica**, México, v. 24, n. 50, p. 83-108, 2010.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- DEWDNEY, P.; MICHELL, G. Oranges and peaches: understanding communication accidents in the reference interview. **RQ**, Chicago, v. 35, n. 4, p. 526-536, 1996.
- DILEVKO, J. An ideological analysis of digital reference service models. **Library Trends**, Champaign, v. 50, n. 2, p. 218-244, 2001.

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, N. Servicios de referencia en bibliotecas universitarias: tendencias y plan de marketing. **El Profesional de la Información**, Barcelona, v. 21, n. 6, p. 567-576, 2012.

GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, L. Learning Commons en bibliotecas académicas. **Biblios**, Lima, v. 153, n. 53, p. 88-96, 2013.

GREEN, S. S. Personal relations between librarians and readers. **Library Journal**, New York, v. 1, p. 74-81, 1876.

GROGAN, D. J. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

GUNNING, K. The impact of user education and computer service programs on reference services. In: LEE, S. H. **Reference Service: a perspective**. Ann Arbor: Pierian Press, 1983. p. 85-101.

GUSKIN, A. E.; STOFFLE, C. J.; BOISSB, J. A. The academic library as a teaching library: a role for the 1980s. **Library Trends**, Champaign, v. 28, p. 281-296, 1979.

HAN, L.; GOULDING, A. Information and reference services in the digital library. **Information Services & Use**, Amsterdam, v. 23, p. 251-262, 2003.

JOHNSON, W. G. The evolution of the reference librarian. **Community and Junior College Libraries**, Chicago, v. 17, n. 2, p. 91-103, 2011.

LANKES, R. D. Digital reference. In: DRAKE, M. A. **Encyclopedia of Library and Information Science**. Boca Raton: Taylor & Francis, 2005. p. 126-128.

MERLO VEGA, J. A. El servicio bibliotecario de referencia. **Anales de Documentación**, Murcia, v. 3, p. 93-126, 2000.

MERLO VEGA, J.; SORLI ROJO, A. Pregunte a un bibliotecario: servicios de referencia en línea. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 26, n. 1, p. 91-101, 2003.

PETEK, M. Stress among reference library staff in academic and public libraries. **Reference Services Review**, Ann Arbor, v. 46, n. 1, p. 128-145, 2018.

RADER, H. B. Reference services as a teaching function. **Library Trends**, Champaign, v. 29, n. 1, p. 95-103, 1980.

RADER, H. B. Alfabetización informacional en el entorno del servicio de referencia: preparándonos para el futuro. **Anales de Documentación**, Murcia, v. 66, n. 3, p. 209-216, 2000.

ROJO, Á. S. Información y referencia en entornos digitales. Desarrollo de servicios bibliotecarios de consulta (José-Antonio Merlo-Vega). **El Profesional de la Información**, Barcelona, v. 19, n. 2, p. 215-216, 2010.

RUSA - Reference & User Services Association. **Professional competencies for reference and user services librarians**. Chicago, 2017a. Disponível em: www.ala.org/rusa/resources/guidelines/professional. Acesso em: 15 ago. 2020.

RUSA - REFERENCE & USER SERVICES ASSOCIATION. **Guidelines for implementing and maintaining virtual reference services**. Chicago, 2017b. Disponível em: http://www.ala.org/rusa/sites/ala.org.rusa/files/content/resources/guidelines/GuidelinesVirtualReference_2017.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

SANTANA-ARROYO, S. Comportamiento y actitud ética del profesional referencista. Una visión desde el servicio de referencia de las instituciones de información. **Ciencias de la Información**, Habana, v. 41, n. 3, p. 21-28, 2010.

SCHILLER, A. R. Reference Service: instruction or information. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 35, n. 1, p. 52-60, 1965.

SILVA, F. C. C. **Bibliotecários especialistas: guia de especialidades e recursos informacionais**. Brasília: Thesaurus, 2005.

STIEG, M. S. Continuing-education and the reference librarian in the academic and research library. **Library Journal**, Chicago, v. 105, n. 22, p. 2547-2551, 1980.

TAYLOR, R. S. Question-negotiation and information seeking in libraries. **College and Research Libraries**, Chicago, v. 76, n. 3, p. 251-267, 2015.

TYCKOSON, D. On the desirableness of personal relations between librarians and readers: The past and future of reference service. **Reference Services Review**, Ann Arbor, v. 31, n. 1, p. 12-16, 2003.

UNFRIED-GONZÁLEZ, A.-J. Aspectos conceptuales para la investigación de la labor de bibliotecarios y bibliotecarias que proporcionan servicios de

referencia. **Revista e-Ciencias de la Información**, San Pedro, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2014.

VARDELL, E.; CHARBONNEAU, D. H. Health Insurance Literacy and Roles for Reference Librarian Involvement. **Reference Librarian**, New York, v. 58, n. 2, p. 124-135, 2017.

VARGAS, G. A. T.; AVILLANEDA, M. D. R. S. El servicio de referencia en la biblioteca digital. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 19, n. 39, p. 120-133, 2009.

BIBLIOTECÁRIA JURÍDICA

Suzanna Louzada
Luciana Kramer

1 INTRODUÇÃO

Lá em 2016 já se previa que, em apenas cinco anos, mais de um terço (35%) das habilidades consideradas importantes no mundo do trabalho teria mudado. A Quarta Revolução Industrial está tornando real sérios avanços na inteligência artificial, *machine learning*, robótica, biotecnologia e transporte autônomo (GRAY, 2016). Esses avanços não são somente disruptivos como têm sido extremamente rápidos, impactando de forma dramática o trabalho de uma forma geral. As bibliotecárias, claro, assim como ocorrerá com todas as outras profissões, não ficarão ilesas.

Neste capítulo, o leitor terá oportunidade de refletir sobre como as Bibliotecas Jurídicas, em específico, estão sendo afetadas pelas mudanças tecnológicas e alterações no comportamento da sociedade. Antes ocupantes de um lugar de prestígio dentro de suas Instituições, as Bibliotecas Jurídicas começaram a enfrentar problemas relacionados à desvalorização, os quais têm acarretado dificuldades orçamentárias, redução de equipe, queda no uso, entre diversos outros problemas.

Diferentemente de outras abordagens, todavia, que buscam incitar um sentimento de injustiça e um convite à luta ativista pelo reconhecimento do valor intrínseco das Bibliotecas, serão sugeridas mudanças pragmáticas acerca do exercício da profissão como uma possível solução para os tempos difíceis que estamos enfrentando, colocando a bibliotecária como protagonista no enredo do sucesso da sua própria atuação.

A fim de possibilitar a compreensão e reflexão acima proposta, o capítulo também traça uma trajetória para estabelecer conceitos acerca da biblioteca jurídica, fontes de informação jurídica e a atuação da profissional bibliotecária nestes espaços. Considera-se,

para isso, alguma revisão da literatura da área, bem como a experiência das autoras, atuantes no campo.

2 COMPREENDENDO A BIBLIOTECA JURÍDICA

A Biblioteconomia, como área do conhecimento, organiza as bibliotecas em tipologias a fim de sistematizar políticas de atuação, formação dos profissionais, público-alvo, nível de complexidade das técnicas empregadas, entre outros aspectos. Uma destas tipologias é a biblioteca jurídica, um subtipo de biblioteca especializada.

As bibliotecas especializadas diferenciam-se por sua estrutura orientada ao assunto, uma vez que as organizações maiores nas quais se inserem, têm normalmente objetivos mais específicos que gerais. Muito naturalmente se conclui que elas se distinguem também pelos tipos de pessoas de que são servidas: pessoas associadas às organizações mantenedoras e que têm interesses e habilidades especiais. (FIGUEIREDO, 1996, p. 74).

É preciso ponderar, todavia, que existem diversas bibliotecas jurídicas, existem bibliotecas não jurídicas que possuem características destas e, ainda, é preciso saber que bibliotecas de outras tipologias e bibliotecárias, independentemente da atuação, precisam conhecer as fontes de informação jurídicas a fim de oferecer bons serviços de informação. Nesta seção será detalhado um pouco deste complexo universo.

2.1 FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICAS

Antes de apresentar as definições da biblioteca jurídica (ou das bibliotecas jurídicas), é importante abordar as fontes de informação jurídica, ou fontes formais do direito, que são conceituadas por Maria Helena Diniz da seguinte forma:

As fontes formais seriam então os processos ou meios pelos quais as normas jurídicas se positivam com legítima força obrigatória. Ou seja, vigência e eficácia. O direito resulta de certos fatores sociais de valores, mas se manifesta, como ordenação vigente e eficaz, mediante certas fontes formais, que são o processo legislativo, a atividade jurisdicional, a prática consuetudinária e o poder negocial; logo, a lei, a sentença, o costume e contrato constituem formas de expressão jurídica resultantes daquelas atividades. (DINIZ, 2000, p. 281).

Ou seja, deve-se entender as fontes de informação jurídicas como, ao mesmo tempo, o resultado e o processo do Direito, no sentido de que as expressões das fontes representam a forma como a sociedade se organiza em relação a seus valores e procedimentos (legislação), bem como isto é compreendido (doutrina) e aplicado (jurisprudência). Dessa forma, no âmbito da biblioteca jurídica as fontes de informação são comumente divididas entre legislação, doutrina e jurisprudência, como será apresentado em maiores detalhes a seguir.

É importante explicar, antes da apresentação das definições específicas, que as fontes formais do direito se dividem, anteriormente, em **estatais** e **não estatais**. Segundo Diniz (2000, p. 280), “As estatais subdividem-se em legislativas (leis, decretos, regulamentos etc.) e jurisprudenciais (sentenças, precedentes judiciais, súmulas etc.)”, enquanto que as não estatais “[...] abrangem o direito consuetudinário (costume jurídico), o direito científico (doutrina) e as convenções em geral ou negócios jurídicos.” Para que se compreenda melhor esta definição da autora da área do Direito, explica-se que o costume jurídico pode ser entendido como “[...] a norma aceita por todos como obrigatória, sem que o Poder Público a tenha estabelecido” (KÜMPEL, 2009, p. 86) e o negócio jurídico tem como seu exemplo típico o *contrato*, dessa forma, considerado uma

fonte que ocorre com autonomia privada, uma vez que se dá entre as partes (DINIZ, 2000). Entretanto, como já abordado anteriormente, neste caso a principal fonte não estatal será a doutrina.

2.1.1 Legislação

“A Legislação, nos países de direito escrito e de Constituição rígida, é a mais importante das fontes formais estatais. Nos Estados modernos, em sua maioria, a formulação do direito é obra exclusiva do legislador” (DINIZ, 2000, p. 283). Uma vez que **Lei** é, segundo a autora, a fonte jurídica por excelência, verificamos também a conceituação da palavra **lei**, a qual pode ser amplíssima, ampla ou estrita. Sinteticamente, entende-se como concepção **amplíssima** aquela na qual o termo “[...] é empregado como sinônimo de norma jurídica, incluindo quaisquer normas escritas ou costumeiras”; já a concepção **ampla** “[...] designa todas as normas escritas, sejam as leis [...] decorrentes do Poder Legislativo, sejam os decretos, os regulamentos ou outras normas baixadas pelo Poder Executivo” (DINIZ, 2000, p. 284); e, por fim, a concepção **estrita** é aquela que somente admite como sinônimo de lei a elaborada pelo Poder Legislativo. Para fins deste capítulo, será adotada a concepção **ampla**, embora considerando ainda a definição de legislação como “[...] um conjunto de leis que abrange também os atos administrativos” (KÜMPEL, 2009, p. 63).

Nesta perspectiva, conforme ensina Kümpel:

A fonte principal é a lei, de forma que nunca o aplicador ou juiz pode-se valer de qualquer outra fonte em havendo lei para o caso concreto. A lei, até por força do art. 5º, II, da CF [Constituição Federal], é a expressão máxima do direito: ‘Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei’. Somente quando a lei for omissa o juiz poderá decidir e o intérprete poderá aplicar as demais fontes [...]. (KÜMPEL, 2009, p. 61).

Entende-se, portanto, que o juiz ou aplicador lançaria mão das demais fontes uma vez que não houvesse definição legal estrita para embasar sua opinião ou decisão. Será visto a seguir, porém, que as demais fontes tendem a funcionar de forma complementar à legislação.

Em se tratando das leis, elas podem ser classificadas quanto alguns aspectos, os principais são:

- A. **Hierarquia** que se dá na seguinte ordem: Constituição (incluindo Emendas Constitucionais), leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções, decretos regulamentadores e normas regulamentadoras em geral (atos administrativos tais como: portarias, ordens de serviço, circulares etc.);
- B. **Amplitude**, sendo a divisão:
 - a. **gerais**: normas que abrangem todo um ramo do direito, por exemplo: Código Civil, Código de Processo Civil;
 - b. **especiais**: abrangem algum aspecto específico dentro de um ramo do direito, por exemplo: Estatuto da Cidade, Lei de Improbidade Administrativa;
 - c. **individuais**: abrangem somente um grupo ou indivíduo específico, entram nesta classificação somente atos administrativos, por exemplo: uma ordem de serviço aplicada a um órgão do Estado.
- C. **Duração**, que se divide entre **permanentes** ou **provisórias**. As primeiras seriam as leis em geral, uma vez que nascem com intenção de serem permanentes, exceto quando revogadas por outro ato legal; já as segundas carregam a característica provisória desde seu nascimento, por exemplo, lei orçamentária anual, leis específicas para período de calamidade, entre outras;
- D. **Extensão territorial**: federal, estadual e municipal. Embora os entes federativos não tenham prerrogativa

hierárquica entre si, existem temas que são de competência de cada um, do ponto de vista legislativo, não podendo haver sobreposição de um ente que não tenha esta competência.

- E. **Natureza:** em relação a esta classificação, as leis podem ser *jurídicas substantivas* ou *jurídicas adjetivas*. No primeiro caso, são aquelas que definem, alteram ou interrompem *direitos*, enquanto que no segundo caso, são as leis que tratam de *procedimentos* perante a autoridade pública, exemplo: Código de Processo Penal;
- F. **Forma técnica:** dividem-se entre codificadas, consolidadas, esparsas e especiais:
- a. **codificadas:** têm valor normativo de forma completa, por exemplo: Código Civil;
 - b. **consolidadas:** são normas que também se dão de forma completa, porém, ocorrem com prazos de vigências diversos, por exemplo a Consolidação das Leis do Trabalho;
 - c. **esparsas:** também chamadas de extravagantes, são aquelas que surgem depois dos códigos, e os alteram parcialmente;
 - d. **especiais:** normatizam aspectos específicos dentro de um ramo do direito, cujo teor não esteja contemplado nas normas codificadas.

Do ponto de vista da Biblioteconomia, Silva (2010) aponta que para bibliotecárias e bibliotecários:

[...] é importante conhecer os trâmites do processo legislativo, isto é, a origem, a formação, as fases e os institutos responsáveis pela elaboração das espécies normativas, além das regras de redação e estruturação dos textos legais. Esses conhecimentos serão valiosos no momento da leitura técnica das fontes legislativas [...]. (SILVA, 2010, p. 73).

Para além do exposto pela autora acima, entretanto, o conhecimento do texto legislativo em sua classificação, estrutura, processo, entre outras circunstâncias, é essencial também, e sobretudo, para o melhor atendimento e serviço de referência prestado ao usuário. Assim, para cada situação e órgão específico onde se der a atuação da bibliotecária jurídica, será imprescindível que esta conheça as fontes (físicas ou digitais) nas quais se localiza a legislação pertinente ao seu público.

2.1.2 Jurisprudência

A jurisprudência é entendida como o conjunto de decisões dos tribunais. Ela “[...] fornece subsídios para sustentação e defesas das teses jurídicas [...]” sendo “[...] base para os advogados constatarem como determinados problemas estão sendo julgados pelos magistrados e qual o melhor caminho a seguir” (SILVA, 2010, p. 96). Segundo Oliveira (2019, p. 91.), “A jurisprudência constitui, assim, a definição do Direito elaborada pelos tribunais.” Esta afirmação se reforça com o argumento de Passos e Barros (2009 apud OLIVEIRA, 2019, p. 91):

[...] a depender do juízo, a jurisprudência dá um novo contexto às leis, uma vez que a interpretação jurisprudencial pode, por exemplo, rejuvenescer uma lei que não foi atualizada. É importante ressaltar que a jurisprudência não se baseia apenas na lei em si, mas em outros princípios jurídicos relevantes para se chegar a uma decisão judicial (PASSOS; BARROS, 2009 apud OLIVEIRA, 2019, p. 91).

Miranda (2017, p. 44) complementa ainda que esta interpretação se dá em “[...] casos concretos que se submetem a julgamento da Justiça, que produz sentenças no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas nos Tribunais”.

Segundo Kümpel (2009) a jurisprudência necessita de alguns requisitos, quais sejam: ausência de lei para o caso concreto;

impossibilidade de aplicação de analogia entre outras legislações; decisão judicial reiterada constante e pacífica e decisão em consonância com os princípios gerais de direito. O mesmo autor também aponta alguns efeitos da jurisprudência, além da interpretação já apontada por demais autores citados, seriam: vivificar a lei – tornando-a viva a partir da aplicação concreta; humanizar a lei – no momento que o magistrado aplica a legislação relacionando-a aos fins sociais e exigências do bem comum; suplementar a lei – de modo a complementá-la; rejuvenescer a lei – moderniza a lei ao aplicá-la a uma nova realidade.

Murilo Bastos Cunha (2010) menciona e define os tipos mais comuns de jurisprudência:

- Acórdão: decisão do tribunal; peça escrita com o resultado de julgamento proferido por um colegiado (grupo de juizes ou ministros). Compõe-se de relatório (exposição geral sobre o assunto), voto (fundamentação decisão tomada) e dispositivo (a decisão propriamente dita). Nos casos de dissídios coletivos, os acórdãos são também chamados de sentença normativa.
- Decisão monocrática: decisão final em um processo, tomada por um juiz ou, no caso do Supremo Tribunal Federal (STF), por um ministro. No STF podem ser decididos monocraticamente pedidos ou recursos manifestamente intempestivos, incabíveis ou improcedentes, ou que contrariem a jurisprudência predominante no tribunal ou, ainda, em que for evidente sua incompetência. [...]
- Sentença: decisão proferida por um juiz num processo. [...]
- Súmula: resumo do entendimento jurisprudencial pacificado por um tribunal no julgamento de casos análogos.

- Súmula vinculante: súmula aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional, que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do poder judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (CUNHA, 2010, p. 159-160).

Em artigo de 2018, Ana Carolina Ferreira e Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan apresentam um panorama das fontes de informação jurídica, no qual apontam características da jurisprudência sob a perspectiva do novo Código de Processo Civil (CPC), de 2015. Assim, destacam-se os elementos da sentença, os quais se aplicam também aos acórdãos: *o relatório*, que concentra informações como nome das partes, identificação do caso e principais ocorrências; a *fundamentação* ou *motivação*, na qual o magistrado analisa e fundamenta, lançando mão de outras fontes de informação e, por fim, o *dispositivo*, apresenta o posicionamento do juiz ou colegiado. É estabelecido também no CPC que os acórdãos conterão uma ementa, que sintetiza todo o seu conteúdo (FERREIRA; MACULAN, 2018).

2.2.2 Doutrina

Finalmente, a Doutrina, amplamente utilizada nas Bibliotecas Jurídicas, é definida como: “[...] o conjunto de princípios expostos nas obras de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a Ciência Jurídica.” (MIRANDA, 2017, p. 44). Assim, “[...] caracteriza-se pela emissão de uma opinião particular fundamentada sobre determinado assunto. Está protegida pelos direitos autorais” (OLIVEIRA, 2019, p. 92), o que significa dizer que consiste em uma produção intelectual de seus autores.

“A produção documental na área de doutrina é registrada em livros, artigos de periódicos, textos diversos (impressos ou disponíveis na internet), vídeos e outras formas de registro do conhecimento” (CUNHA, 2010, p. 161). Porém, podem também estar presentes em anais, dissertações e teses, laudos, memoriais, pareceres (OLIVEIRA, 2019).

Silva (2010) afirma que os livros e periódicos são aqueles mais comuns no âmbito das bibliotecas jurídicas, no entanto, a autora dá especial destaque ao parecer jurídico:

Embora o parecer seja classificado como documento pertencente às fontes doutrinárias, há autores que o enquadram nas fontes jurisprudenciais, tendo em vista que o parecer é o resultado escrito de uma consulta proferida por um especialista de uma determinada área do Direito, que se pronuncia sobre uma questão de ordem jurídica. Através da doutrina e da interpretação dos atos legais, o especialista atesta seu ponto de vista e opinião, indicando a solução para o problema apontado. (SILVA, 2010, p. 92-93).

Uma característica interessante na doutrina é a sua influência na legislação e na decisão judicial, isso porque tanto legisladores quanto magistrados se inspiram no estudo dos juristas publicados em matéria doutrinária. Diniz afirma que “[...] é na obra dos juristas que se encontram a origem de várias disposições legais e a inspiração de julgados que visam aperfeiçoar o direito.” (DINIZ, 2000, p. 313).

2.2 BIBLIOTECA(S) JURÍDICA(S)

Iniciando pela tradicional biblioteca jurídica, é comum na literatura da área encontrarmos as definições de Barité e Guimarães (1999 apud SILVA, 2010), que dividem a biblioteca jurídica como gerais, especializadas, mistas e especializadas em outros domínios temáticos. Enquanto as gerais se ocupariam de todo e qualquer tipo

de documento jurídico, as especializadas podem ser por áreas do direito ou por tipos de fontes. Já as mistas teriam o Direito como uma das principais áreas de tratamento, dividindo, normalmente, espaço com outras áreas das Ciências Sociais. Por fim, as especializadas em outras temáticas teriam materiais do Direito como coadjuvantes, embora ainda importantes para composição da coleção.

As definições expostas anteriormente são importantes para que se compreenda como funcionam e são compostas as bibliotecas jurídicas, mas é necessário aprofundar algumas questões. Para isso, é preciso elucidar sobre onde estão as bibliotecas jurídicas. Passos, discorre sobre isso, bem como sobre a formação do público destas bibliotecas:

[...] bibliotecas jurídicas universitárias, bibliotecas de órgãos governamentais, bibliotecas de escritórios de advocacia. Os usuários típicos dos serviços de uma biblioteca jurídica são: advogados, juízes, juristas, legisladores, professores e alunos dos cursos de Direito e o cidadão comum. (PASSOS, 2001, p. 2).

Neste sentido, Silva (2010) alerta:

Analisando a classificação das bibliotecas, percebe-se que, apesar de serem específicas do Direito, cada qual tem sua funcionalidade, seus usuários e suas fontes de informação. Assim, cabe ao bibliotecário atentar-se à política de indexação da instituição e às necessidades dos usuários que podem divergir entre uma instituição e outra, devido à área do Direito em que operam. (SILVA, 2010, p. 29).

Conforme visto, portanto, é importante ponderar que as bibliotecas classificadas como **jurídicas** possuem como fio unificador para tal classificação a atuação voltada para o público especializado

em Direito, todavia, têm diferenças importantes entre si. A título de exemplo, então, poder-se-ia mencionar que as bibliotecas dos Tribunais Trabalhistas terão enfoque, por óbvio, no direito do trabalho; as bibliotecas do Poder Legislativo terão acervos mais diversificados e público-alvo mais amplo; as bibliotecas das faculdades de direito terão acervos com obras voltadas à iniciação científica etc. Então, ainda que a biblioteca do Ministério Público Estadual seja uma classificada como **jurídica**, não se pode esperar encontrar ali vasto acervo sobre direito previdenciário ou sobre tráfico de pessoas, uma vez que essas matérias não são de sua alçada. As Procuradorias (da República, estaduais e municipais), por serem órgãos do Executivo, que têm o papel da advocacia do Estado, precisarão de maior desenvolvimento da coleção na área de Direito Administrativo e Administração Pública.

2.3 A ATUAÇÃO DA BIBLIOTECÁRIA JURÍDICA

A bibliotecária jurídica precisará ter conhecimento acerca das fontes de informação pertinentes a seu público, bem como serviços específicos que podem ser implementados a fim de atender a este público. Uma vez que as bibliotecas jurídicas reúnem um “[...] universo de materiais informacionais destinado a sanar as lacunas de informação relacionadas ao direito e áreas afins, bem como subsidiar a tomada de decisão dos diretores da organização a que ela se vincula.” (SILVA, 2018, p. 309). Entretanto, este conhecimento muitas vezes advém do cotidiano na biblioteca. “No dia a dia, aprende sobre os ramos do Direito e suas subdivisões, o ‘juridiquês’ e a terminologia jurídica, as fontes de informação jurídica e todo o conjunto de ferramentas necessárias para o desenvolvimento do seu trabalho.” (PASSOS, 2019, p. 71).

De acordo com Ferreira e Maculan:

As atribuições do profissional na prática incluem atividades diversas, como serviços de pesquisa em bases de dados de legislação e jurisprudência; representação temática de atos normativos e da jurisprudência; elaboração de

índices de publicações; controle e atualização de normas jurídicas; indexação da literatura científica jurídica, na forma de livros, artigos e pareceres; desenvolvimento e manutenção de tesouros; atendimento ao usuário; elaboração e implementação de programas de treinamento usuários; normalização de publicações; avaliação e preservação de acervos; produção de boletins; disseminação seletiva da informação; participação em redes profissionais para compartilhamento de informações, assim como gestão de unidades e de projetos de informação. (FERREIRA; MACULAN, 2018, p. 280-281).

Como se vê, a atuação não difere muito da atuação em qualquer outra biblioteca especializada. Porém, merece destaque a atividade de indexação, que Silva (2010) dá destaque em sua obra, bem como a necessidade de uma Política de Indexação adequada tanto aos tipos de usuários atendidos quanto às fontes de informação específicas. É muito comum na biblioteca jurídica, a catalogação analítica dos principais periódicos e também de livros que reúnem capítulos de autores diversos. O primor na descrição e indexação, no entanto, não será fator de garantia da relevância da biblioteca, ou ainda da valorização da profissional bibliotecária.

Os serviços relacionados com o acesso e disseminação seletiva da informação são essenciais e geralmente ocupam boa parte da demanda da biblioteca jurídica. A pesquisa na biblioteca jurídica, principalmente de doutrina, frequentemente se dá por intermédio da bibliotecária, não necessariamente o usuário a faz diretamente. Isso significa que a entrega das pesquisas serão fator importante para a qualidade do serviço da biblioteca.

Muitas vezes, para garantir o atendimento ao usuário, a bibliotecária jurídica poderá recorrer à cooperação de outras bibliotecas ou instituições. Com as facilidades de contato por e-mail, *website* e aplicativos de mensagens instantâneas, essa cooperação

ganha celeridade e também maior abrangência, proporcionando mais possibilidades de empréstimos entre bibliotecas e também de envio de cópias digitais de artigos de periódicos. Em que pese essas possibilidades, a trajetória da biblioteca jurídica também se vê afetada pelas circunstâncias da atualidade, fato que é debatido nas próximas seções.

3 O PECULIAR PRESTÍGIO DAS BIBLIOTECAS JURÍDICAS

Observa-se que as bibliotecas em geral entraram em um processo acentuado de desvalorização e desprestígio no início do século XXI. Para mencionar um exemplo, no início do ano de 2020 foi noticiada a redução da Biblioteca da Presidência da República, no intuito de destinar o espaço para abrigar um setor comandado pela Primeira Dama. Também é de comum conhecimento que muitas escolas brasileiras não possuem biblioteca, bem como o fato de que a média de bibliotecas públicas por município no país é de pouco mais de 1,08, segundo dados de 2015 (SISTEMA..., 2015, *online*). Outro exemplo interessante é o relatado por Ojala (2013 apud WALTER; EIRÃO; HENDRIX, 2019), sobre a tentativa de fechamento da biblioteca da Suprema Corte de Washington, fato que foi impedido, na época, pela resistência da comunidade.

Este fenômeno é complexo e multifatorial, mas tem como fator extremamente importante o avanço da tecnologia e o aprimoramento da computação. Além de tornar viável para o cidadão comum a aquisição de computador pessoal ou PC (*personal computer*), a evolução da tecnologia nesta área mudou por completo a maneira como produzimos, disponibilizamos, organizamos e consumimos a informação.

Antes necessariamente mediada por centros de documentação, arquivos, bibliotecas, a interação usuário-informação passou a ser, em certa medida, direta, colocando em xeque o propósito dos serviços tradicionais de informação e suas onerosas estruturas físicas e de pessoal. Indaga-se, leigamente: se todos possuem ferramental para produzir conteúdo, disponibilizá-lo na *web* de sua própria casa, acessar a informação de forma “gratuita”

na comodidade de seu próprio computador pessoal, quais seriam os motivos para manter profissionais da ciência da informação, pagar por fontes de informação caras e manter grandes estruturas físicas? É sabido que essa visão é absolutamente errônea por diversos motivos, todavia, ela acabou sendo assumida por diversos gestores, que por considerarem as Bibliotecas ultrapassadas e desnecessárias, cortaram os seus recursos de forma drástica.

Amplamente difundido, esse movimento de desvalorização não afetou as bibliotecas jurídicas na mesma medida que as demais. Na seção quatro será demonstrado que elas serão sim afetadas, mas de forma tardia. E quais seriam os motivos para tal fenômeno? Propõe-se as seguintes hipóteses: (i) em primeiro lugar, a argumentação no campo do direito carece de fundamentação. É peculiar ao direito que o seu objeto de trabalho seja justamente a argumentação jurídica, devidamente fundamentada na doutrina, na legislação e na jurisprudência. Assim o sendo, portanto, valoriza-se de forma *sui generis* as bibliotecas, por concentrarem material tão caro ao ofício por sua própria natureza. (ii) Em segundo lugar, o direito é uma área fortemente caracterizada pela dinamicidade. Além de uma infinidade de julgados que alteram os impactos da jurisprudência cotidianamente, muitos pesquisadores afirmam estar ocorrendo no Brasil a chamada inflação legislativa. **Inflação legislativa** é o processo de crescimento desenfreado da quantidade de normas jurídicas – distinto da **expansão legislativa**, fenômeno natural, resultante do aumento da complexidade social (FARIA, 1994). Para que se tenha uma ideia do tamanho do problema, estima-se que sejam editadas, em média, 774 normas por dia útil no Brasil (AMARAL et al., 2018). As mudanças constantes na legislação e na jurisprudência geram uma enorme produção de doutrina, que analisará os temas de forma ampla, considerando normas legais, infralegais, jurisprudência, correntes doutrinárias etc., e obrigam os operadores do direito a recorrerem de forma constante à literatura, sob pena de rápida desatualização.

Nesse sentido, Miranda (2017, p. 42) afirma que “[...] as bibliotecas que lidam com a informação jurídica possuem aspectos

bem peculiares no gerenciamento de suas atividades, sendo o caráter dinâmico da informação jurídica o que mais influencia nas rotinas”. A vasta produção editorial do campo e a necessidade de se manter atualizada tornam a Bibliotecária Jurídica uma figura cara aos operadores do direito, uma vez que ela será a intermediadora nessa complicada relação usuário-informação. Nela, se concentrará não só o oferecimento das informações necessárias para a atuação, mas ainda mais importante, o filtro daquilo que é realmente qualificado, atual e útil para a atuação do seu público-alvo.

Em terceiro lugar, é razoável afirmar que o direito é uma área tradicional, conservadora por natureza, avessa às mudanças. Os seus operadores e a prática jurídica, portanto, em virtude de uma conduta social e profissional, demoram mais a ser impactados pelas mudanças trazidas pela tecnologia.

4 O DECLÍNIO

Ainda que mais tardiamente do que as demais, as Bibliotecas Jurídicas também começaram a sofrer um processo de desvalorização, tanto de um ponto de vista social amplo, quanto do seu público-alvo e dos seus gestores. Assim como foram apresentadas hipóteses para a manutenção do prestígio das Bibliotecas Jurídicas, apresentar-se-ão, neste capítulo, hipóteses não excludentes entre si para o declínio desse prestígio e o início do processo de desvalorização.

Para exemplificar, apresenta-se alguns pontos da pesquisa realizada com bibliotecários jurídicos do Distrito Federal em 2019 por Walter, Eirão e Hendrix (2019). Em relação ao cenário de valorização da biblioteca, 65,5% dos profissionais concordam que as bibliotecas tendem a perder espaço físico, o que não significa necessariamente em desvalorização, mas os autores alertam sobre a necessidade de observar se a perda de espaço é acompanhada por perda de recursos financeiros, quadro de pessoal, posição hierárquica na instituição, entre outros. Em outros aspectos indagados na pesquisa, os profissionais tendem a ficar divididos, mas é apontado o fato de que a biblioteca jurídica não teria um perfil tão inovador quando

comparada a outras bibliotecas especializadas; de que o profissional precisará se adaptar para não perder espaço, entre outras questões (WALTER; EIRÃO; HENDRIX, 2019).

Para além do avanço da tecnologia citado na seção 3, acredita-se que o início do fenômeno de desvalorização no campo jurídico possa ter ocorrido com a criação das bases de dados de jurisprudência. Até alguns anos atrás, para se atualizar ou meramente consultar os acórdãos, súmulas etc., os operadores do direito contavam predominantemente com os periódicos especializados, como a **Lex – jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Revista dos juizados especiais, Revista do Tribunal Federal de Recursos, Revista Forense, Revista trimestral de jurisprudência**, entre várias outras. É possível verificar este histórico em artigo de Passos (2009), no qual a autora remonta à criação de do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), em 1972, e posterior evolução para bases de legislação e jurisprudência, que, nas palavras da autora: “vieram na esteira”. Com a disponibilização e o aprimoramento das bases de dados de jurisprudência, a busca por jurisprudência não só deixou de ser praticamente restrita ao âmbito da Biblioteca como se tornou infinitamente mais simples. Com ferramentas de busca bem construídas, passou a ser possível consultar, com um clique, o texto integral de jurisprudências que, antes, demandavam buscas morosas em acervos físicos.

O mesmo se aplica à mudança na publicação da legislação. Majoritariamente, as leis sempre foram publicadas nos diários oficiais, antes disponibilizados em formato impresso e apenas recentemente disponibilizados em formato digital. Como as alterações são constantes, o indivíduo pode acompanhar os diários oficiais para se manter atualizado, mas quando pretende estudar uma determinada normativa, precisa recorrer à uma compilação. Por óbvio, essas compilações eram feitas em formato exclusivamente impresso, largamente disponibilizadas nas Bibliotecas Jurídicas. A criação de bases de dados de legislação, assim como ocorreu com a jurisprudência, não só “tirou”, por assim dizer, uma certa

exclusividade das Bibliotecas, como facilitou enormemente a consulta.

Outro fator que pode ter vindo a contribuir para a desvalorização das Bibliotecas Jurídicas é a ampliação da disponibilidade de conteúdo doutrinário digital em acesso aberto, tanto reconhecidamente qualificado quanto de fontes poucos confiáveis. Periódicos de instituições públicas e portais que trazem notícias e colunas de especialistas. Oliveira (2019) elenca pelo menos 12 portais não oficiais de busca de legislação e jurisprudência, e alerta: “Alguns produtos alegam ser o repositório autorizado de tribunais. No entanto, ao oferecer determinados produtos para o público da instituição a biblioteca deve assegurar-se de que as informações são autênticas” (OLIVEIRA, 2019, p. 102-103). O alerta da autora é importante, porém, ao pesquisar de forma autônoma, o operador do direito ou estudante não contará com esta análise específica do profissional.

Nesta perspectiva, também é possível citar como hipótese para desvalorização das bibliotecas jurídicas a mudança no comportamento de busca por parte dos usuários. Justamente devido à expansão de conteúdo digital, distribuído em diversos portais com formas de busca, leiautes e usabilidades diferentes, o usuário tende a preferir ferramentas mais práticas e diretas. Neste sentido, tanto usuários – “geração Google” – quanto profissionais da automação de bibliotecas perseguem a agilidade e a simplicidade na busca da informação. É nesse contexto que se apresentam as soluções de Ferramentas ou Serviços de Descoberta, uma tecnologia que permite recuperação rápida de informação, buscando em diversas bases (o catálogo da biblioteca, bibliotecas digitais contratadas, repositório institucional etc.) de modo automatizado (ALMEIDA; CENDÓN, 2019).

Talvez também tenha contribuído para a desvalorização, merecendo esta hipótese análise mais aprofundada, a sobrecarga no sistema de justiça e o conseqüente empobrecimento das argumentações jurídicas. De acordo com o relatório **Justiça em Números** publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), somente em 2019 foram abertos mais de 30 milhões de casos

novos no Poder Judiciário e apenas 31,5% de todos que tramitaram foram solucionados (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020). Tamanha movimentação é incompatível com elaborados aprofundamentos nas causas. Isso sem falar no crescente uso de *softwares* de inteligência artificial e na análise de processos em massa, tanto nos tribunais quanto nos escritórios de advocacia.

Por fim, observa-se que os profissionais da Biblioteconomia possam ter contribuído para a sua própria desvalorização, na medida em que, em alguma medida, foram conservadores ou inábeis em acompanhar as avassaladoras mudanças do século XXI.

Em relação a isso, Passos traz uma dura crítica:

O profissional não pode simplesmente ficar parado esperando que meia dúzia faça por ele, não pode esperar que os cursos sejam oferecidos gratuitamente ou que seu empregador seja o responsável pelo desenvolvimento de sua carreira. Se não houver participação e comprometimento, os bibliotecários jurídicos perderão espaço para outras profissões e ficarão relegados a segundo plano. (PASSOS, 2019, p. 74-75).

Para sugerir uma reflexão, citamos a metáfora de Prakash Iyer (2020) sobre a ponte do rio Choluteca. O autor conta que em 1996 foi contratada uma empresa japonesa para construir uma ponte de 484 metros sobre o rio Choluteca em Honduras, uma região marcada por furacões. O requisito era que a ponte fosse sólida o suficiente para suportar as forças da natureza. Quando inaugurada, em 1998, ela passou a ser símbolo de orgulho e modernidade para a população da região até que, no mesmo ano, o furacão Mitch arrasou a região, deixando 7.000 mortos. Todas as pontes do país foram destruídas – com exceção da ponte Choluteca.

O problema foi que, ainda que a ponte tenha ficado intacta, tanto a rodovia que chegava até ela quanto a rodovia que saía dela foram destruídas. E isso não foi o pior: as enchentes mudaram o curso

do rio e ele passou a correr não por debaixo da ponte, mas ao lado. “Então ainda que a ponte fosse forte o suficiente para sobreviver ao furacão, ela se tornou uma ponte sobre nada. Uma ponte para lugar nenhum (IYER, 2020, tradução nossa)”.

O mundo está mudando de maneiras que não poderíamos imaginar e a ponte Choluteca é uma metáfora interessante sobre o que pode acontecer conosco. O desafio é que nós ficamos tão focados em sermos criativos em buscar soluções para determinados problemas que não esquecemos de observar que o problema em si mesmo pode mudar. Ao invés, portanto, de focar em **resistir**, é preciso focar em se **adaptar**. Se assim não o fizermos, poderemos nos tornar a própria ponte Choluteca. Uma ponte magnífica. Sobre nada. Pra lugar nenhum (IYER, 2020).

5 A POSTURA DA BIBLIOTECÁRIA JURÍDICA PERANTE AS MUDANÇAS

Tendo em vista o declínio recente do prestígio das Bibliotecas Jurídicas e os problemas mais comumente enfrentados, sugere-se algumas medidas de enfrentamento à questão. A primeira delas é a **proatividade** como força motriz das Bibliotecas Jurídicas. Como já fora apresentado, há poucos anos atrás as Bibliotecas gozavam de certa exclusividade na oferta dos seus serviços, sendo suficiente que fossem **reativas** às demandas do público usuário, uma vez que não havia outra alternativa que não recorrer a elas. Na atualidade, essa postura não é suficiente, haja vista que se enfrenta forte concorrência.

O reconhecimento de que essa concorrência existe e que o posicionamento da Biblioteca precisa se adaptar ao novo contexto – em oposição ao negacionismo e ao discurso do valor da Biblioteca em si mesmo, independentemente da qualidade dos seus serviços – é o primeiro passo para o seu resgate. Nesse sentido, sugere-se a busca por **antecipar demandas**, e não **aguardá-las**.

A segunda é o **enfoque na eficácia, eficiência e qualidade do serviço de atendimento ao público** – tanto no atendimento de rotina quanto no serviço de referência. A alocação dos profissionais mais

experientes e que se destacam no atendimento ao público presencial e remoto é determinante para o sucesso da Biblioteca. Haja vista que ela enfrenta forte concorrência, o seu diferencial precisa ser exaltado, e ele reside em grande parte nas habilidades do profissional da informação. A bibliotecária experiente, que conhece o campo de atuação da Instituição a qual está vinculada, domina o seu acervo e está atenta às demandas dos usuários, é capaz de transformar atendimentos simplórios em excelentes pesquisas de referência – habilidade que ainda não pode ser substituída pelo autoatendimento do leigo ou por grandes buscadores de Internet. Curiosamente (ou não), ainda no início do século XX, Ranganathan (2009) já insistia na necessidade de quadro de pessoal suficiente e qualificado para o serviço de referência.

Aliada à qualidade, a resposta **precisa e célere** eleva o serviço da Biblioteca a um novo patamar. Merece enfoque nesta afirmativa o termo célere. Principalmente no que diz respeito às pesquisas, há necessidade de adaptação à velocidade dos dias atuais, sob pena de se prestar um serviço excelente e, ao mesmo tempo, irrelevante. Estabelecer sete dias como prazo de resposta para toda e qualquer pesquisa, por exemplo, é uma política que tem forte potencial de levar o usuário que tem uma demanda informacional a colocar a Biblioteca em último lugar nas suas alternativas – ainda que ele saiba que a resposta será qualificada.

Em equipes pequenas, dar prioridade ao atendimento ao público eficaz, eficiente e célere pode significar certo prejuízo ao processamento técnico e a outras atividades administrativas, mas, ainda assim, sugere-se que se opte pelo primeiro. Isso porque, entre outras vantagens, essa política aumenta a demanda, fortalece a imagem da Biblioteca e aumenta a percepção de valor geral da Instituição acerca dos seus serviços, o que tende a, no médio prazo, facilitar o pleito por mais recursos. Não há propósito em ter excelência no acervo, e em seu tratamento técnico, sem que haja demanda para tal.

Alinhado a sugestões anteriores, considera-se essencial o esforço de demonstrar, sob um ponto de vista administrativo, o valor

do trabalho realizado pela Biblioteca Jurídica de forma pragmática. Reitera-se que o discurso ativista que apenas reforça o valor da Biblioteca Jurídica em si mesmo é um desserviço. Do ponto de vista gerencial, faz-se necessário coletar dados, criar métricas e estabelecer análises que demonstrem de forma clara e objetiva a importância do trabalho e do investimento no setor para a atividade-fim da instituição à qual ela está vinculada.

Esse discurso gerencial estratégico perpassa, obrigatoriamente, pela análise do planejamento estratégico da instituição e pelo desenvolvimento do trabalho em consonância com o mesmo. Manter a biblioteca alheia às demandas da contemporaneidade e aos rumos da sua instituição é correr sérios riscos de tornar o seu trabalho obsoleto.

Por fim, estar alinhado à política institucional significa também **ser ator político**. O cotidiano das Bibliotecárias Jurídicas pode ter um viés tecnicista e pode parecer interessante acomodar-se nesse papel, dados os desafios de sair dele. Ressalta-se, todavia, que ocupar espaços de tomada de decisão que extrapolem o contexto da Biblioteca Jurídica, enxergando-a e posicionando-a como parte integrante de um propósito maior, adaptando-se constantemente e trazendo de forma clara para as demais áreas e para os gestores os seus resultados, reduz sensivelmente os problemas de escassez orçamentária, de pessoal e de desvalorização.

6 CONCLUSÃO

O artigo apresentado teve o objetivo de analisar a situação das Bibliotecas Jurídicas na contemporaneidade e as novas competências exigidas para atuação na área. Para tal, foi apresentado ao leitor conceitos básicos acerca de informação jurídica e biblioteca jurídica. A seguir, relatou-se que, com o desenvolvimento recente da tecnologia, as bibliotecas em geral passaram a sofrer problemas relacionados à desvalorização, todavia, esse fenômeno foi percebido de forma tardia nas Bibliotecas Jurídicas. A este fato se atribuíram as hipóteses da peculiaridade da importância da fundamentação doutrinária e jurisprudencial como cerne da atividade jurídica, a

dinamicidade do campo e a intermediação do bibliotecário como estratégica para os juristas, e, por fim, certo tradicionalismo da área.

Ainda que tardiamente, entretanto, os serviços de informação jurídica sofreram um declínio em seu prestígio e, por consequência, escassez de recursos. As hipóteses apresentadas para tal foram a disponibilização das bases de dados de jurisprudência e de legislação, a ampliação da disponibilidade de conteúdo de qualidade em formato digital, a mudança no comportamento de busca do usuário, a sobrecarga do sistema de justiça e o eventual empobrecimento das argumentações jurídicas, além da incapacidade da própria Biblioteconomia em se adaptar às novas demandas.

Para enfrentamento dos problemas que vem se apresentando, foi enfatizada a necessidade de adoção de uma postura proativa por parte dos bibliotecários, em substituição a uma conduta reativa. Se antes bastava reagir às demandas que surgiam, atualmente, dada a concorrência, é preciso se antecipar, além de criar demandas, e não as aguardar.

Também se ponderou sobre a necessidade de aliar qualidade à eficácia e eficiência no atendimento ao público. Foi sugerido que os melhores profissionais não fiquem na parte administrativa ou no processamento técnico, mas assumam a linha de frente, oferecendo para os usuários o melhor das habilidades do profissional da área da ciência da informação.

Administrativamente, foi sugerido que se abandone o discurso ativista e haja enfoque em trabalhar com métricas e argumentos evidentes sobre as contribuições da Biblioteca Jurídica para a atividade-fim da instituição a qual pertence. Nesse mesmo sentido de adoção de uma postura estratégica, foi observada a importância de alinhar a atuação da biblioteca ao planejamento estratégico da instituição e sobre ser ator político dentro dela, ocupando espaços de tomada de decisão que extrapolem o seu microcosmos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. G.; CENDÓN, B. V. Serviços de descoberta: panorama nas bibliotecas das instituições públicas de ensino superior brasileiras. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 300-325, maio/ago. 2019.
- AMARAL, G. L. et al. **Quantidade de normas editadas no Brasil: 30 anos da constituição federal de 1988**. Curitiba: IBPT, 2018.
- CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números 2020**. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- CUNHA, M. B. **Manual de fontes de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.
- DINIZ, M. H. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 12. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2000.
- FARIA, J. E. A inflação legislativa e a crise do estado no Brasil. **Direito, estado e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 49-60, 1994.
- FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. S. Panorama sobre as fontes de informação jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, set./dez., 2018.
- FIGUEIREDO, N. M. **Textos avançados em referência e informação**. São Paulo: Polis; APB, 1996.
- GRAY, A. The 10 skills you need to thrive in the Fourth Industrial Revolution. **World Economic Forum**, [S.l.], 19 jan. 2016.
- IYER, P. The bridge on the river Choluteca. **BW Business World**, Disponível em: <http://www.businessworld.in/article/The-Bridge-on-the-River-Choluteca/23-08-2020-311912/>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- KÜMPEL, V. F. **Introdução ao estudo do direito: Lei de introdução ao Código Civil e hermenêutica jurídica**. São Paulo: Método, 2009.
- MIRANDA, A. C. C. Biblioteca jurídica: uma reflexão acerca da gestão do acervo. **Revista Folha de Rosto**, v. 3, n. 1, p. 41-55, 2017.
- OLIVEIRA, A. F. **O contexto do desenvolvimento de coleções em coleções digitais jurídicas**. Brasília, 2019. 220f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PASSOS, E. A Biblioteconomia Jurídica Brasileira no século XXI. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 69-76, jan./jun. 2019.

PASSOS, E. O apoio da Biblioteconomia Jurídica à Comissão de Juristas que elaborou o Anteprojeto de Código de Processo Penal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 46, n. 183, jul./set. 2009.

PASSOS, E. Bibliotecário jurídico: seu perfil, seu papel. *In*: ENCONTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 3., Rio de Janeiro, 2001.

Anais... Rio de Janeiro: Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro, 2001.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SILVA, A. G. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, J. L. O desenvolvimento do acervo em biblioteca jurídica: um relato de experiência da Biblioteca Dr. Gilberto de Oliveira Lomônaco da Justiça Federal de Minas Gerais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 23, n. 2, p. 307-321, 2018.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Informações das bibliotecas públicas**. 2015. Disponível em:

<http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

WALTER, M. T. M. T.; EIRÃO, T. G.; HENDRIX, L. R. H. O bibliotecário jurídico no Distrito Federal: percepções sobre perfil e formação profissional.

Cadernos de Informação Jurídica, Brasília, v. 6, n. 2, p. 5-80, jul./dez. 2019.

BIBLIOTECÁRIA ESCOLAR

Gislene Sapata Rodrigues

Malditos bibliotecários! Graças a Deus pelos bibliotecários! [...] A maioria acha que eles são reservados e quietos e que vivem dizendo 'SHHHH' para todo mundo. Agora estou convencido de que 'shhh' é simplesmente o barulho que sai das bocas deles enquanto planejam a revolução! (Michael Moore)

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas, durante a história da humanidade, foram espaços fundamentais de preservação do saber e dos conhecimentos produzidos e registrados. Até meados do século XV, a principal função era apenas a guarda. Com a invenção da imprensa e maior produção e disseminação de informações, as bibliotecas foram imersas no paradigma do acesso, ou seja, seu novo papel se tornou a organização e a disponibilização destas informações ao público. Assim, a importância das bibliotecas passou a ser propiciar aos seus usuários serviços e acervo que atendam às suas demandas informacionais. Contudo, estamos em novos tempos, a facilidade e rapidez de acesso nos trouxe a uma sociedade pautada no excesso de informações, gerando fenômenos diversos como, por exemplo, as *fake news*.

Neste contexto, a escola tem modificado as formas de organização com a disseminação das tecnologias educacionais, a ideia cada vez mais presente de um ensino híbrido, e metodologias de ensino que coloquem os estudantes como protagonistas. Assim age, preparando-os para um mundo imerso em transformações e mudanças constantes de paradigmas e observando também o papel autônomo que devem desempenhar no uso das tecnologias da informação e comunicação. O faz com base na crença de que não serão apenas receptores, mas produtores de conteúdo, seres ativos,

cidadãos digitais devendo transitar neste espaço virtual de forma ética e consciente.

A biblioteca escolar, por muito tempo associada ao castigo e ao silêncio, busca se inserir dentro deste cenário em constante mutação, tornando-se um espaço de formação e de aprendizagem para seus usuários, todavia são inúmeros desafios em um país em que ainda há um percentual alto de escolas que sequer atende à premissa da Lei nº 12.224/2010 (BRASIL, 2010) que institui a obrigatoriedade da biblioteca em escolas, da rede pública e privada. Falta de investimentos, ausência do profissional bibliotecário, espaços físicos inadequados, incontáveis problemas que fazem parte do cotidiano das bibliotecas escolares espalhadas em todo o Brasil contribuem para essa falta. No entanto, o que queremos discutir é como essas bibliotecas podem se tornar espaços potentes para a formação de leitores, como esses espaços podem contribuir para aquisição de competências leitoras e informacionais, bem como repertório cultural. A biblioteca escolar tem o potencial de ressignificar e tornar-se um espaço de apoio ao desenvolvimento leitor, científico e pessoal dos estudantes. O conceito da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB, 1985), no seu Modelo Flexível para um Sistema de Bibliotecas Escolares, definiu a Biblioteca Escolar como:

É um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite: fomento da leitura; a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade; estimula a comunicação; facilita a recreação; apoia os docentes em sua capacitação profissional; fornece aos docentes a informação necessária para a tomada de decisões em sala de aula; trabalha também com os pais e com outros agentes da comunidade. (FEBAB, 1985).

As bibliotecas escolares estão vinculadas a uma instituição de ensino, então se torna imprescindível que todas as ações e projetos convirjam para a missão, os valores e a visão desta escola, sendo assim observar o projeto político-pedagógico, o conhecimento do público e as demandas da comunidade escolar ações que possibilitam planejar de forma assertiva considerando a complexa conjuntura na qual a biblioteca está inserida. Outro ponto a considerar é a importância do alinhamento de expectativas, entre a gestão, o público e os professores, quanto mais a biblioteca conseguir promover esse espaço de diálogo mais próximo chegará de entregar um serviço qualificado e relevante. Portanto, é fundamental que os profissionais que atuam na biblioteca escolar tenham competências atitudinais, gestão, pedagogia, tecnologias educacionais, psicologia, para aterrissar nesse espaço tão incrível e cheio de inúmeras possibilidades, e colocar mãos à obra! Não é hora de desanimar, e quanto mais o bibliotecário buscar qualificar seu trabalho, mais impacto poderá promover a partir de suas práticas em biblioteca escolar.

2 O COTIDIANO DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

O bibliotecário é o profissional liberal que tem sua profissão regulamentada pela Lei nº 4.084/62 (BRASIL, 1962), que torna o exercício profissional privativo a bacharéis em Biblioteconomia. Este profissional está apto a atuar dentro das áreas da documentação, no tratamento e organização da informação e sua formação possibilitam que desempenhe funções de gestão e atendimento a necessidades informacionais no âmbito das bibliotecas, centros de informação entre outros dos mais variados espaços.

A ausência de profissionais habilitados para atuar nestes espaços talvez seja a grande dificuldade, pois um profissional comprometido e capacitado consegue, apesar de limitações estruturais e financeiras, executar ideias e projetos. O bibliotecário é o profissional que por força de lei deve estar à frente da biblioteca escolar. Segundo a edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil: bibliotecas escolares (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2019), as bibliotecas

em funcionamento com sua gama de produtos e serviços podem contribuir significativamente no desempenho dos estudantes em avaliações, uma vez que os resultados revelaram que o fato das bibliotecas escolares terem um responsável qualificado na biblioteca, envolvido com os projetos da escola, aumentava em quatro pontos o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), métrica utilizada pelo INEP para diagnóstico da educação brasileira e o efeito cresce nas escolas mais vulneráveis para 16 pontos.

O profissional bibliotecário pode transformar a biblioteca em espaço de encantamento pela leitura de toda a comunidade escolar. Moro e Estabel (2011, p. 14) mostram a nova face do bibliotecário mediante a mudança paradigmática da biblioteca, de um modelo tradicional, no qual o zelo e o silêncio eram as palavras de ordem, para o espaço do acesso, ocupado por quem realmente importa: o usuário. Emerge, neste contexto de mudanças, a figura denominada bibliotecário-educador que promove o acesso e uma revolução ao quebrar as paredes da biblioteca, ao proporcionar não apenas o acesso ao acervo, mas a uma variedade de habilidades que o tornam capaz de participar efetiva e afetivamente dos processos educativos, ao se inserir na escola de forma atuante.

3 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR GESTOR

Ao ingressar na biblioteca escolar, existem hoje inúmeras realidades em um Brasil tão desigual em acesso e distribuição de oportunidades. Assim sendo, o bibliotecário tem diante de si a responsabilidade na gestão de uma ou mais bibliotecas, com recursos e carências diversas. Nesse cenário, a gestão desempenha um papel importante de otimização de recursos e prevenção a danos. Maciel e Mendonça (2006) descrevem a importante função do planejamento que possibilita ao bibliotecário escolar alcançar os objetivos da biblioteca a partir de demandas e projetos sendo

[...] planejar consiste, portanto, em preparar e organizar bem a ação necessária ao alcance dos objetivos fixados, somado ao acompanhamento

e revisão para confirmar ou corrigir o que foi anteriormente decidido (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 46).

O diagnóstico da biblioteca nos concede a oportunidade de avaliar a situação atual da biblioteca e guiar as decisões; torna-se imprescindível verificar quais são as forças e fraquezas daquela biblioteca e como qualificar os serviços para a comunidade escolar. Parte do diagnóstico também é o estudo de comunidade e de usuários que, conforme Tarapanoff (1995), almeja o levantamento de dados para traçar os perfis táticos dos usuários, influenciando o planejamento tático bem como avaliando os serviços e produtos ofertados. Assim, o estudo oferece informações para desenvolver mecanismos de aproximação entre a comunidade escolar e a biblioteca. Ao longo do ano, coletar sistematicamente estatísticas de uso da biblioteca, do acervo, dos computadores, também propicia reconhecer quais ações se deve investir energia e reforçar a atuação⁴ (informação verbal) e a construção de indicadores e esses dados estatísticos podem ser apresentados para a gestão da escola e compartilhados com a comunidade para que ambos conheçam a relevância dos serviços prestados pela biblioteca. Os indicadores da biblioteca também podem ser utilizados como um embasamento para investimentos. Sabe-se que em muitos espaços a biblioteca ainda, infelizmente, é vista como depósito ou espaço de menor importância, mas cabe ao bibliotecário escolar ter resiliência e buscar fazer o melhor com os recursos que tem. É importante salientar que de forma alguma a acomodação é uma saída, é preciso lutar por melhores condições de atender os usuários e ter um espaço adequado é, com certeza, parte importante. Há inúmeros estudos discorrendo sobre a importância do espaço físico para a aprendizagem e a biblioteca escolar; como espaço de aprendizagem que é, deve ser cuidada e planejada da mesma forma.

⁴ Informação verbal – Mestre em Ciência da Informação e Bibliotecária escolar Marcelly Chrisóstimo no “Curso Assumi a Gestão, e agora?” na página do Instagram @mocinhadabiblio.

Outro ponto importante é a maximização de recursos. No contexto das bibliotecas escolares, os bibliotecários enfrentam uma série de empecilhos para que as propostas aconteçam. No entanto, é necessário procurar alternativas e soluções tais como a parceria com editoras, com Universidades e outros profissionais e até mesmo as famílias da escola, professores e ex-alunos podem render inúmeras atividades para dinamizar a biblioteca. Oficinas, encontros de leitores, palestras, rodas de conversa, clubes do livro, a organização dos eventos é parte importante da atuação do bibliotecário escolar e a viabilização das atividades passa pela construção de parcerias. O bibliotecário escolar deve ser um agente cultural: conhecer escritores, espaços culturais da cidade, projetos, Organizações Não-Governamentais, projetos educativos de instituições governamentais e explorar de que forma podem aproveitar e fazer relações com o currículo e necessidades da comunidade escolar. Nas escolas públicas, estar atento aos programas governamentais, possibilidades em editais, enfim, explorar todas as oportunidades de elevar a qualidade de serviços e acervo da biblioteca.

Novos tempos exigem de os bibliotecários escolares aprender novas habilidades como, por exemplo, utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação a seu favor: divulgar as ações da biblioteca usando as redes sociais, planejar eventos *online*, promover curadoria de conteúdos e, enfim, valer-se das ferramentas digitais para a inserção de seu público no contexto de leitura e escrita. Um ponto imprescindível na gestão da biblioteca escolar é promover ações de *marketing* visando divulgar as práticas propostas pela biblioteca. Há muitos projetos significativos em bibliotecas escolares que merecem ser compartilhados. Assim, faz-se necessário que os bibliotecários escolares escrevam sobre suas práticas, participem de eventos da área de leitura e bibliotecas, busquem participar também de premiações e publicações na área da Educação, posto que a biblioteca é um espaço pedagógico e impacta positivamente na vida dos estudantes. Se a escola possuir mídias sociais ou site é importante propor pautas e *posts* sobre a atuação da biblioteca, seus

produtos e serviços e, do mesmo modo, os projetos realizados em parceria com professores.

Outro ponto importante na biblioteca escolar é a coleção de materiais que possa responder aos anseios da comunidade concatenada com a missão e valores da escola na qual a biblioteca está inserida. O desenvolvimento da coleção da biblioteca escolar passa pela seleção descrita por Vergueiro (1995), que descreve que “[...] a seleção é um momento de decisão [...]”, entendida como uma atividade intelectual de escolha dos conteúdos que serão incorporados às diversas coleções do acervo, sempre respeitando os critérios definidos em políticas existentes, missão e objetivos institucionais. O acervo da biblioteca escolar deve abranger aspectos como a diversidade: cultural, étnico-racial e de gênero, a qualidade literária considerando o texto, ilustrações, autoridade, premiações ou indicações da obra. Isto posto, é importante também estabelecer um processo contínuo de avaliação do acervo que permita que esteja alinhado ao uso, expectativas e necessidades dos usuários. O descarte descrito por Figueiredo (1997, p. 55), “processo de retirada de títulos ou partes da coleção, para fins de doação ou eliminação, esta última decisão tomando em consideração o aspecto físico da obra”, também é importante na biblioteca escolar. Muitas vezes, a ação é temida pela gestão ou profissionais, mas se faz necessária quando nos deparamos com um material que já cumpriu a sua missão ou não tem mais sentido na composição daquele acervo.

Para concluir as reflexões da gestão de biblioteca escolar, é inevitável pensar no relacionamento da biblioteca com a gestão da escola. Observa-se que nem sempre é uma equação simples balancear os anseios do bibliotecário escolar e as expectativas da gestão, em especial, quando as demandas de investimento financeiro se fazem presentes, embora na educação pública se tornam, por vezes, inexistentes. A realidade é que, muitas vezes, infelizmente, em desrespeito à legislação vigente, não há o profissional bibliotecário na escola ou este desempenha uma carga horária ínfima que impossibilita fazer outras atividades além do processamento técnico. Todavia, o diálogo é uma ferramenta importante para a

consecução das propostas de trabalho: apresentar resultados, pontuar soluções e prever riscos; nem sempre são tarefas fáceis, mas são importantes para que a biblioteca escolar possa funcionar ativamente na escola.

4 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR MEDIADOR DE LEITURA

O bibliotecário, quando se propõe a mediar a leitura, torna-se ponte para o encontro entre o texto e o leitor, e assume seu papel na formação de leitores. A biblioteca é um espaço de natureza subversiva dentro das escolas. Muitas vezes, os estudantes associam a leitura na escola com o imperativo da obrigação, dos prazos, da leitura como avaliação. A biblioteca mostra ser um oásis ao possibilitar que o leitor possa contatar e dialogar com tantas vozes que estão à espera nas estantes. O bibliotecário escolar tem duas saídas: ou ser um reproduzidor de regras, normas e manuais ou perceber que há na sua frente crianças e jovens ávidos por conhecer o mundo mágico da leitura. Petit (2009) ao reconhecer a importância da atuação do bibliotecário na formação de leitores e a consequente percepção dos jovens a essa atuação, afirma:

Muitos bibliotecários têm um espírito um tanto libertário. Sua profissão se constituiu em parte distinguindo-se da do professor e a ideia de monitorar o leitor, de lhe impor qualquer coisa, ofende a muitos deles. Os jovens percebem muito bem esta especificidade. E se vêm à biblioteca para fazer suas tarefas estabelecem com muita clareza a diferença entre a escola, vista como lugar de obrigação e a biblioteca como terra de liberdade, de eleição. (PETIT, 2009, p. 168).

E sendo a biblioteca terra de liberdade e eleição, o bibliotecário se torna o cicerone desse lugar, ao indicar livros, contar histórias, promover debates, organizar clubes de leitura, convidar autores e outros profissionais para que componham o cenário em

ebulição que é a biblioteca escolar. A tarefa de mediação exige que o profissional conheça o público da biblioteca: seus gostos, seus anseios, suas dúvidas, suas certezas, mas também reconheça em seu acervo as histórias, as pessoas para que enfim possa promover o encontro entre o leitor e os livros.

Esse papel desempenhado pelo bibliotecário é, inevitavelmente, percebido pelos usuários da biblioteca, que tornam aquele profissional como referência para que possam andar e navegar em segurança neste oceano de histórias. Contudo, é sempre importante reforçar o viés libertário desta atividade. É imprescindível não confundir esse poder com imposição, haverá dias em que o leitor não ouvirá as indicações, não aceitará as sugestões, e não há nada de errado com isso. Estamos diante de um sujeito detentor de vontades próprias, repleto de meandros, complexo. Mas não há motivos para desistir ou se decepcionar, pois a referência está formada, o leitor sabe a quem recorrer em caso de apuros, sabe que encontrará na casa dos livros ele: o bibliotecário mediador de leitura, capaz de propiciar tantos encontros. Lois (2010) reafirma esta proposição:

Se houver um equilíbrio entre mediar, auxiliar e dar liberdades de escolhas ao estudante, desde cedo ele terá mais possibilidade de ver na leitura um forte referencial de diálogo consigo mesmo e com o mundo (LOIS, 2010, p. 69).

A face mediadora do bibliotecário nem sempre esteve presente. Por um longo tempo na história das bibliotecas, as palavras de ordem eram a guarda e a preservação. Por isso, causa estranhamento, principalmente àqueles que desconhecem a função do bibliotecário, a grande preocupação com o acesso e a nova face disseminadora, trazendo à tona um profissional não mais pautado no tecnicismo, mas preocupado com a dimensão humana de seu trabalho. Nóbrega (2009) aborda este assunto:

[...] na biblioteca há sempre uma tensão de vida entre suas três faces principais: a face guardiã,

que preserva os tesouros da humanidade, a face disseminadora que oportuniza o acesso à construção humana; e a face educadora que instiga a constante inquietude em busca da apropriação do conhecer e criar caminhos possíveis de reflexão e ação” (NÓBREGA, 2009, p. 105).

A atuação deste bibliotecário mediador promove assim uma nova configuração e vivências leitoras, pois o público acostumado (ao menos em seu imaginário) com o bibliotecário silenciador encontra à frente da biblioteca um profissional do barulho, do movimento, mesmo que estes aconteçam apenas entre o livro e o leitor.

Seus conhecimentos, habilidades e especialidade devem atender às demandas de uma determinada comunidade escolar. Além disso, ele deve organizar campanhas de leitura e de promoção da literatura, dos meios de difusão e cultura infantis. (IFLA, 2002, p. 12).

É na escola que existe (ou pelo menos deveria existir) um local recheado de histórias e um profissional que transita por este espaço: o bibliotecário. Foi-se o tempo em que o significado da biblioteca era apenas casa de livros. A escola e a sociedade da informação querem mais. Querem um profissional atuante que efetivamente promova outros letramentos, inclusive o literário. Querem que a biblioteca não esteja estanque, alheia ao processo educativo, muito pelo contrário. Querem uma biblioteca integrada e integrante, que esteja a par da proposta de trabalho, da missão da instituição educacional e que se reconheça como formadora e influenciadora na criação das práticas de leitura desse espaço e esse trabalho cabe ao bibliotecário. Moro e Estabel (2011) nos faz refletir sobre essa contribuição ao afirmar que:

A biblioteca escolar [...] é onde o bibliotecário, além de exercer a função de mediador, estabelece elos entre a informação, a leitura, o

livro e os usuários, exercendo a função de educador e contribui para a construção de um mundo melhor (MORO; ESTABEL, 2011, p. 68).

E é essa face mediadora que possibilita ao bibliotecário escolar promover acesso, encantar e despertar para a leitura.

5 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR E A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA, MIDIÁTICA E INFORMACIONAL

O contexto em que vivemos é complexo, a quantidade de informação produzida nos últimos 20 anos supera o volume de informações produzidas nos últimos 4 mil anos de humanidade. O bibliotecário tem um grande desafio, se por um lado os estudantes estão cada vez mais conectados, usando inúmeros aplicativos e vivenciando massivamente as redes sociais, por outro lado, os nativos digitais se veem em dificuldades quando percebem as nuances dessa sociedade da informação. *Fake news* e fontes não confiáveis são algumas destas mazelas. Entretanto, o bibliotecário pode a partir de seu *know how* desenvolver programas de alfabetização midiática e informacional. Nesse contexto em que os estudantes nativos digitais sentem uma dificuldade em distinguir discursos factíveis de notícias falsas ou tendenciosas, torna-se fundamental promover a Alfabetização Midiática e Informacional que possibilita o desenvolvimento de diversas habilidades para a produção e consumo de informação descritas na proposta da UNESCO de um currículo de alfabetização midiática e informacional. Conforme Wilson (2013):

A alfabetização midiática e informacional incorpora conhecimentos essenciais sobre (a) as funções da mídia, das bibliotecas, dos arquivos e de outros provedores de informação em sociedades democráticas; (b) as condições sob as quais as mídias de notícias e os provedores de informação podem cumprir efetivamente essas funções; e (c) como avaliar o desempenho dessas

funções pela avaliação dos conteúdos e dos serviços que são oferecidos (WILSON, 2013, p. 14).

O desenvolvimento das habilidades dos estudantes, faz-se essencial no contexto em que todos, de alguma forma, precisamos ser curadores dos conteúdos que consumimos. Abordar os prejuízos e a gravidade de boatos e *fake news* proporciona aos educandos a possibilidade de refletirem e observarem fenômenos informacionais que têm impactos nas variadas esferas da sociedade. A monetização e o uso das notícias falsas usadas para interesses políticos e econômicos aumentam o alerta e a responsabilidade da escola promover conteúdos que apoiem os estudantes na construção e exercício de sua cidadania dentro e fora do mundo digital.

A Base Nacional Comum Curricular prevê, nas suas competências gerais, o uso da informação e das tecnologias e o bibliotecário pode auxiliar os estudantes na tomada de consciência e uso, produção e distribuição de informações de forma ética e autônoma como prevê:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p. 9).

A biblioteca escolar também tem um papel importante na pesquisa escolar, servindo com referência nas buscas de fontes variadas, independentemente do suporte de informação, possibilitando que os estudantes verifiquem questões de autoria, alertando e coibindo práticas como o plágio. Moro e Estabel (2004) descrevem habilidades praticadas pelos estudantes ao desenvolver uma pesquisa escolar:

Ao elaborar a atividade de pesquisa escolar, é importante que os alunos adquiriam a competência de realizar consultas em diferentes fontes (pessoais, bibliográficas, tecnológicas) que localizem os assuntos procurados independentemente, que identifiquem as idéias principais do texto e saibam compreendê-las e interpretá-las, que relacionem assuntos correlatos, que elaborem sínteses e conclusões a partir dos textos lidos e que referenciem as fontes consultadas (MORO; ESTABEL, 2004, p. 7).

A pesquisa escolar organizada e com roteiro pré-estabelecido pelo professor se difere da pesquisa científica que pode ser uma ferramenta de trabalho e experimentação do mundo riquíssima na educação básica. A pesquisa científica pode ser estimulada ao longo do ano e culminar nas famosas feiras de ciência, mas também pode ser um processo contínuo no qual os estudantes nas diversas disciplinas têm contato com a informação científica seja na leitura seja na produção destes textos. A linguagem científica, o método e a importância da ciência para a sociedade possibilitam o exercício de um conhecimento autônomo considerando a curiosidade e olhares das crianças e adolescentes. A segunda competência geral da Base Nacional Comum Curricular (2017) aborda o pensamento crítico, científico e criativo dispõe:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas (BRASIL, 2017, p. 9).

Neste contexto, a biblioteca escolar pode promover a alfabetização científica dos estudantes a partir de orientação ao uso das fontes, desenvolvendo a autonomia na recuperação e uso da informação e apoiando professores tanto na pesquisa escolar quanto no desenvolvimento do pensamento científico dos estudantes a partir de vivências que remontam o método científico no ambiente escolar.

6 BIBLIOTECÁRIOS E PROFESSORES: PARCERIA QUE DÁ CERTO

Quando iniciamos a atuação em uma biblioteca escolar, observamos aqueles seres com suas canetas, quadros brancos, sempre apressados e com muitas, muitas provas, notas para inserir no sistema. São eles: os professores. Alguns pontos devem ser considerados: nem todos os professores sabem exatamente quais são as habilidades do bibliotecário escolar, devido à pouca visibilidade da profissão que, muitas vezes, torna-os restritos em função de estereótipos já superados.

Nesse cenário, é fundamental construir essa relação profissional de forma dialógica, conhecer os projetos existentes na escola, de que forma ocorrem, quais são os desafios daquele grupo de professores e quais são os passos e as ações que podem ser propostas para apoiar o trabalho em sala de aula. O uso da palavra apoio, não significa, no entanto, que o bibliotecário não possa criar projetos da biblioteca, mas que esse trânsito de informações, essa troca de saberes, enriquece e potencializa a atuação da biblioteca dentro da comunidade escolar.

A compreensão de que a Biblioteca pode e deve agir em várias frentes e em vários segmentos dentro do contexto escolar com a percepção de que o processo de escolarização passa pela junção de uma equipe multidisciplinar que promoverá situações de aprendizagem. O Manifesto da IFLA reforça a importância dessa cooperação entre professores e bibliotecários:

A cooperação entre professores e bibliotecário escolar é essencial para maximizar o potencial

dos serviços da biblioteca. Professores e bibliotecários trabalham em conjunto para atingir o seguinte: [...] preparar e realizar projetos especiais de trabalho, num ambiente mais amplo de aprendizagem, incluindo a biblioteca [...] (IFLA, 2006, p. 13).

A chave para maior alcance da atuação dos bibliotecários escolares pode ser a parceria com os professores. O relacionamento com a equipe pedagógica deve ser estreito: participação em reuniões, jornadas pedagógicas e formações possibilita articular parcerias para ações da biblioteca e planejar produtos e serviços que atendam às demandas da sala de aula.

7 ESTUDANTES: A RAZÃO DE SER DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A cena se repete: o sinal toca, a biblioteca se enche com adolescentes ávidos por revisar um conteúdo antes da prova, retirar um exemplar ou apenas conversar com os colegas. No turno da tarde é o barulho das crianças, que sentam nas almofadas e devoram gibis e livros com os olhos. Com variações de uma biblioteca escolar para outra, esse é o recreio típico de uma biblioteca escolar. É inegável: os estudantes são a parte mais importante desse espaço.

Dependendo da organização, a biblioteca escolar atenderá crianças, jovens e até adultos nas escolas que contam com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), e é necessário pensar neste espaço buscando as peculiaridades destes públicos. As crianças desde bem pequenas devem ter contato com os livros e com a leitura, pensar na construção de uma bebêteca, buscar adquirir materiais variados para os livros, procura de qualidade literária e variedade de títulos. Se na infância o contato com a literatura de forma lúdica, proporciona belos encontros, as mudanças da adolescência bem como a organização do currículo escolar nos anos finais pode trazer inúmeros desafios para o uso da biblioteca pelos adolescentes, sendo comuns as queixas dos bibliotecários escolares em relação aos desafios de aproximar os jovens da leitura e formar leitores. Não há receitas. A realidade do Brasil não é a das mais animadoras: segundo a pesquisa

Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRÓ LIVRO, 2020), a média de livros lidos pela população brasileira é de apenas dois livros inteiros ou em partes por ano somado a estarrecedora estatística que demonstra que 40% da população nunca comprou um livro. Se pensarmos na situação das escolas o problema se mostra mais complexo, os índices de analfabetismo funcional são assustadores (29% da população) e as desigualdades sociais aumentam com o passar das décadas, agravando as dificuldades de acesso e permanência na escola.

Entretanto, é importante considerar a necessidade e o prazer em criar ficção, expostas por Nancy Huston (2010) na obra **A Espécie Fabuladora**, bem como a categorização de *Homo fictus*, trazida por Gottshall apud Fisher (2019) no qual reconhece o ser humano como homem ficcionalizador, uma vez que a necessidade e o gosto pela ficção são inerentes a todos nós e se manifestam, inclusive, nos nativos digitais. Assim sendo, uma geração que consome ficção seja nos jogos de *videogame*, seja em serviços de *streaming* nos provoca a rever as estratégias para transportá-los para o mundo da leitura e para que reconheçam o espaço da biblioteca como valioso aporte para suas demandas científicas, pessoais e leitoras.

Além disso, o mito do jovem que não lê nos impede de explorar a potencialidade deste público enquanto consumidor de palavra escrita, mesmo que em novas mídias, com diferentes abordagens. Michele Petit, em seu texto **Os Jovens e a leitura**, tece algumas considerações sobre o quanto a leitura pode exercer fascínio aos olhos de uma juventude tão conectada às tecnologias, uma vez que tem um papel primordial na construção da cidadania e do senso crítico destes jovens: “Estou convencida de que a leitura, em particular a leitura de livros pode ajudar os jovens a serem mais autônomos e não apenas objetos de discursos repressivos e paternalistas” (PETIT, 2009, p. 19). Mas para tanto é essencial proporcionar espaços, modos e sentidos para que esse jovem se relacione com a leitura; promover este encontro é necessário.

A interlocução entre biblioteca e usuários é uma das principais formas de pensar as ações a serem realizadas na biblioteca, a

articulação com o grêmio estudantil, representantes de turma e usuários assíduos da biblioteca podem ser formas de aproximação e envolvimento destes públicos.

O bom atendimento e a acolhida aos estudantes são imprescindíveis, o bibliotecário precisa interagir e abrir um espaço para a dialogicidade com as culturas juvenis. A indicação de leituras e aproximação entre os estudantes e a biblioteca, sua equipe e seu acervo. A mediação de leitura é uma prática que pode gerar resultados positivos: a indicação de livros e novas leituras cria um ambiente de troca no qual tanto a equipe da biblioteca quanto os usuários agem numa via de mão dupla, compartilhando impressões sobre obras lidas em uma verdadeira comunidade de leitores. O teórico e bibliotecário Denis Grogan (1995), em sua obra **A prática do serviço de referência**, mostra a importância desta interação entre equipe da biblioteca e usuário para a melhor e mais eficaz satisfação em relação aos serviços prestados pela biblioteca. Assim, a promoção da leitura na biblioteca escolar passa por reconhecer os estudantes como parte indissociável do contexto sendo a razão de ser da biblioteca escolar.

8 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR: NOVOS DESAFIOS DIANTE DE NOVOS TEMPOS

Ser bibliotecário escolar é abastecer em pleno voo. Com um mundo pautado em rápidas e irreversíveis mudanças, estar atento e buscar atualização, ampliar habilidades e se adaptar aos novos tempos. No contexto atual, é fundamental que o bibliotecário escolar possua *know how* em tecnologias educacionais. Os desafios já colocados com a emergência do ensino híbrido e das metodologias ativas de aprendizagem traz novas perspectivas para o trabalho na biblioteca escolar. O uso da gamificação e de metodologias como sala de aula invertida trazem à biblioteca embasamento para desenvolver novas habilidades nos estudantes a partir de projetos potentes junto ao corpo docente. A sobreposição do ensino à distância ao ensino presencial em função da pandemia global do coronavírus em 2020 transportou as bibliotecas para novos e imensos desafios: a garantia

de acervos híbridos, as questões acerca da proteção dos direitos autorais com a avalanche de materiais disponibilizados de forma irregular, a necessidade de transpor os serviços oferecidos presencialmente de forma remota, a curadoria de conteúdos para estudantes e professores, além é claro, da redução de quadros na biblioteca e consequente redução de postos de trabalho. Também há a questão das dificuldades de um país tão desigual como o Brasil, no qual a inclusão digital inexistente em várias camadas da população, agravando ainda mais a desigualdade social e de acesso à educação formal no país.

O estudo de Guasque e Casarin (2016) mostra as novas facetas da biblioteca escolar totalmente conectada às novas tecnologias, tornando-se um *learning center* com espaço *maker*, computadores, dispositivos móveis e salas de aprendizagem colaborativa. Um verdadeiro centro de aprendizagem no qual a conexão com o currículo permeia todas as ações e os estudantes se tornam protagonistas de suas aprendizagens, adquirindo competências que os permitam se situar e se colocar no mundo de forma crítica, reflexiva e protagonista.

A biblioteca escolar se constitui neste espaço emanado de significados, espaço de acesso à informação, de democratização da leitura e engrenagem capaz de transformar a sociedade como define o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1994) como o espaço que:

[..] proporciona informação e ideias que são fundamentais para o funcionamento com sucesso em nossa sociedade contemporânea com base em informações e conhecimento. Ela proporciona aos alunos competências para a aprendizagem ao longo da vida e ajuda a desenvolver a sua imaginação, permitindo-lhes realizar-se na vida como cidadãos responsáveis (UNESCO, 1994, p. 19).

Assim, a biblioteca escolar encerra em si o poder transformador não apenas no contexto escolar, mas de quaisquer realidades, pois se configura como um espaço de acesso, de acolhida, de leitura e possibilita, assim, o exercício pleno da cidadania e a inserção social dos indivíduos. Aqui, cumpre-se o papel do profissional bibliotecário escolar, que em suas inúmeras facetas, habilidades e desafios se torna um profissional imprescindível no contexto educacional por fazer bater o coração da escola: a biblioteca.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. E. A. A Biblioteca faz a Diferença. *In*: CAMPELLO, B. S. A **Biblioteca Escolar**: temas para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/versao-2/areas>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Lei 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 4084 de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm. Acesso em: 21 ago. 2020.

FIGUEIREDO, N. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1997.

FISCHER, L. A. O fim do cânone e nós com isso: Passado e presente do ensino de literatura no Brasil. **Remate de Males**, Campinas, v. 34, n. 2, jul./dez. 2014.

GUASQUE, K. C. G. D.; CASARIN, H. C. S. Bibliotecas escolares: tendências globais. **Em questão**, v. 22, n. 3, set./nov. 2016.

GROGAN, D. J. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

HUSTON, N. **A Espécie Fabuladora**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar**. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. Disponível em: <https://prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 23 set. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura em bibliotecas escolares**. Disponível em: <https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/apresentac%C3%A7%C3%A3o-parapublicar2019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LOIS, L. **Teoria e Prática da Formação do Leitor: leitura e literatura na sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. *In*: MORO, E. L. S. et al. (Org.). **Biblioteca escolar: presente!** Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 13-70.

MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. A Pesquisa Escolar Propiciando a Integração Dos Atores – Alunos, Educadores e Bibliotecários – Irradiando o Benefício Coletivo e a Cidadania em um Ambiente de Aprendizagem Mediado por Computador. **Revista Renote**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2004.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

NÓBREGA, N. G. No espelho, o Trickster. *In*: **Mediação de Leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores**. São Paulo: Global, 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: FEBAB, 1985.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora 34, 2009.

TARAPANOFF, K. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 1995.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

WILSON, C. et al. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília, DF: UNESCO, 2013.

BIBLIOTECÁRIO CONTADOR DE HISTÓRIAS

Felícia de Oliveira Fleck

1 MINHA HISTÓRIA COM AS HISTÓRIAS

Minha vida sempre foi entremeada por muitos livros. Os primeiros me foram dados de presente por meus pais, ótimos leitores, que também embalavam as minhas noites e os meus sonhos com histórias lidas ao pé da cama.

Com meus avós, em veraneios prolongados a 14 quadras do mar, foi semeada em mim a curiosidade. Entre uma palavra cruzada e outra, eles diziam provérbios, expressões populares, cantavam músicas antigas, contavam histórias da família e, principalmente, desafiavam a mim e ao meu irmão com adivinhações e perguntas-pegadinhas, que vinham acompanhadas do riso largo e zombeteiro do meu avô. De alguma forma, as perguntas e a busca pelas respostas me acompanham até hoje e acho que é por isso que gosto tanto de contar e ouvir histórias de adivinhação e esperteza, aquelas aonde vencem o mais astuto.

O amor aos livros e a curiosidade pelo saber me levaram ao curso de Biblioteconomia. Gostei muito, e mais ainda quando cursei a disciplina de Biblioterapia, em que conheci a potencialidade terapêutica da leitura da literatura. Foi uma experiência tão rica que, a partir dela, resolvi mergulhar fundo no universo das histórias: participando de diversos cursos de formação dentro e fora de Florianópolis, de rodas de histórias, de eventos e de grupos de contadores.

Desenvolvi alguns trabalhos como bibliotecária em bibliotecas escolares e em uma biblioteca comunitária na Lagoa da Conceição, a Barca dos Livros. Mas minha atuação como contadora de histórias foi crescendo, e com ela, a necessidade de ter tempo livre para viajar pelo estado de Santa Catarina e fora dele e de me dedicar integralmente a essa prática.

Consolidei-me, então, como contadora de histórias profissional autônoma, passando a trilhar meu caminho pelas

bibliotecas e pela área da Biblioteconomia de outra maneira. Passei a viver intensamente a prática de contar histórias como artista e de partilhar minha experiência por meio de cursos e oficinas de formação para adultos, jovens e crianças.

Paralelamente, segui na área acadêmica, no Mestrado em Ciência da Informação na UFSC (2009), em que investiguei a profissionalização do contador de histórias. Com este estudo, tive a alegria de conhecer diversas pessoas que se dedicam profissionalmente a esta arte e, com elas, enriquecer a minha prática, além de poder sistematizar minhas reflexões sobre o lugar e o papel do contador de histórias na contemporaneidade.

Passados alguns anos, entrelaçando as experiências como contadora de histórias e formadora de novos contadores, com os desdobramentos da pesquisa de mestrado, em que despontaram questões sobre a identidade dos narradores, resolvi aprofundar o meu olhar, no doutorado, em Ciência da Informação, na UFSC (2018), sobre a figura do contador de histórias no tocante a sua trajetória de vida e suas escolhas profissionais, na forma como coloca sua própria história e sua identidade em narrativa. E em como esses novos contadores, que ressurgem dentro de um espaço fortemente marcado pela cultura letrada, as bibliotecas, acabam por ressignificar a palavra oral, promovendo o encontro entre a narração oral e o livro, a oralidade e a escrita, a tradição e a contemporaneidade.

Há 15 anos sigo por essa via, entrelaçando arte e pesquisa da narração oral. Compartilho neste texto, um pouco do que estudei e vivenciei apresentando a contação de histórias como uma possibilidade de especialização dentro da Biblioteconomia.

2 UMA BREVE HISTÓRIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NAS BIBLIOTECAS

Nas sociedades primitivas, contar uma história era a forma usada para transmitir os saberes adquiridos especialmente por meio da experiência e da observação dos fenômenos naturais, bem como para propagar as crenças e os valores importantes para a vida em comunidade.

Desde sempre se conta e ouve histórias; nascida da espontaneidade da tradição, em diferentes culturas e épocas, a prática ressurgiu no meio urbano, passando também a se institucionalizar. Esse movimento, chamado comumente de ressurgimento ou renascimento da arte de contar, incorpora características e marcas próprias da contemporaneidade, como a apropriação dos recursos tecnológicos e dos meios de comunicação em sua performance. O contador de histórias do século XXI expõe seu trabalho por meio de espetáculos de narração oral, performances artísticas elaboradas, com o domínio de técnicas vocais e corporais e critérios de seleção para a escolha de histórias.

Shedlock (2004) acredita que contar histórias é uma performance de alto padrão e muito mais difícil do que representar um papel no palco. O contador de histórias atua numa área muito próxima das artes cênicas. A diferença entre a narração de histórias e o espetáculo cênico é quase imperceptível. A relação estabelecida pelo olhar de quem conta e seus ouvintes provavelmente é a mais nítida. É o olhar o fio que conduz, o elo que liga o narrador à plateia.

Além disso, não há uma encenação e uma construção marcada de personagens, e sim uma narração de fatos que, embora possa ser exaustivamente ensaiada, propõe-se a aparentar a mais perfeita simplicidade e naturalidade. É por isso que Shedlock (2004, p. 23) conclui que “contar histórias é a arte de esconder a arte”.

A contação de histórias pode se complementar ainda lançando mão da música, da dança, da poesia, da declamação, da mímica, das artes plásticas... Não existem regras fixas; alguns contadores utilizam objetos, outros preparam cenários e figurinos sofisticados, enquanto há aqueles que empregam exclusivamente a própria voz com grande maestria e são capazes de manter a audiência atenta por bastante tempo. Cada um determina a sua maneira de narrar. Há contadores que se apresentam em grupos, duplas ou mesmo sozinhos (FLECK, 2007).

A arte de narrar destinada às crianças e ligada essencialmente às bibliotecas e às escolas surgiu, segundo Céspedes (1991) e Bruno

(2011), na Escandinávia no final do século XIX e foi pouco a pouco se estendendo pela Europa e América.

Na Inglaterra, segundo Simon Heywood, citado por Carmelo (2016), a narração oral se tornou uma prática nas bibliotecas no início do século XX, com o estabelecimento de uma pré-graduação para bibliotecários na *University College* em Londres e a abertura de bibliotecas infantis. Na Espanha, é na década de 1930 que surge a “hora do conto”. A partir de então, a prática de contar toma forma especialmente entre bibliotecários, professores e escritores de livros infantis. É nos anos 1980, e especialmente nos 1990, que há uma consolidação desta prática no país, com o surgimento de um pequeno grupo de pessoas que passa a se dedicar profissionalmente a esse ofício. O fato é resultado de um movimento de revalorização do conto oral iniciado em meados do século XIX, por parte de estudiosos, escritores e folcloristas e, posteriormente, de uma renovação pedagógica que incentivou a entrada do conto nas salas de aula e nos currículos escolares (a partir dos anos 1970) (BRUNO, 2011, 2017).

Situação semelhante é relatada por Andrade (2012), que aponta que a arte de contar atrelada a projetos desenvolvidos nas bibliotecas também esteve presente nos Estados Unidos na década de 1950. Ao longo dos anos 1970 e 1980, a proliferação do contar histórias nas bibliotecas foi um movimento importante na França. Em Portugal, ocorreu a partir dos 1990, com a construção de uma rede de bibliotecas municipais (PATRINI, 2005; CARMELO, 2016). Sanfilippo (2005) identifica que nos anos 1980, em vários países europeus, o teatro estava recuperando o prazer de contar histórias, ao mesmo tempo em que os centros de ensino e as bibliotecas passavam a valorizar a narração oral.

No Brasil, o movimento se assemelha. Patrini (2005) identifica, em estudo sobre os contadores de histórias no Brasil e na França, que o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas e pelos bibliotecários brasileiros em relação à arte de contar histórias inicia a partir dos anos 1980.

Também denominada em nosso país de “hora do conto” ou “hora da história”, a atividade ganhou impulso a partir de então, nas bibliotecas públicas e escolares, assim como nas salas de leitura, sendo desenvolvida por “bibliotecários, estagiários e estudantes dos cursos de Pedagogia, Letras, Comunicação e, também, por professores, arte-educadores, artistas de teatro, etc.” (PATRINI, 2005, p. 21). O surgimento da contação de histórias nas bibliotecas redimensionou, na visão de Patrini (2005, p. 21), “o seu espaço para uma multiplicidade de usos”, exigindo um novo posicionamento dos bibliotecários e funcionários, em relação às tradicionais concepções associadas a este espaço, antes considerado quase como sagrado. A dimensão cultural das bibliotecas passou a ser mais valorizada e junto com ela a necessidade de se oferecer um espaço convidativo e agradável ao leitor, com novas práticas de ocupação.

Uma década depois surgiu o PROLER, Programa Nacional de Incentivo à Leitura, instituído pelo Decreto Presidencial nº 519, em 13 de maio de 1992, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, órgão do (extinto) Ministério da Cultura (MINC). Por meio de Comitês Municipais, esse Programa tinha por finalidade “contribuir para a ampliação do direito à leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escrita críticas e criativas” (PROLER, 2016).

Por ter entre seus eixos de ação a formação continuada de promotores de leitura, oferecendo, entre outros, cursos de contação de histórias, acredita-se que o PROLER tenha contribuído para a proliferação dos contadores de histórias no Brasil, já que considera essa prática fundamental para implementar o gosto pela leitura e o consumo de livros. Nesta mesma linha, Sisto (2001) relaciona o *boom* dos contadores de histórias à difusão das bibliotecas no Brasil e ao seu reconhecimento como organismos dinâmicos de promoção da leitura.

A partir desse breve histórico, trazendo autores que identificam o panorama em diferentes países, podemos afirmar que a biblioteca se configura como um espaço legítimo para o ato de contar histórias. Não se trata de restringir a um movimento único,

mas sim de reafirmar que a prática do contar encontra nas bibliotecas um importante espaço de expressão e florescimento.

3 O BIBLIOTECÁRIO CONTADOR DE HISTÓRIAS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO E ENTRELAÇAMENTOS

Embora a contação de histórias seja reconhecida no espaço da biblioteca, nem sempre os bibliotecários se sentem encorajados a assumi-la em suas atividades cotidianas. Trata-se, efetivamente, de uma expressão artística que demanda tempo de preparo, dedicação e estudo. Mesmo que o bibliotecário não queira se profissionalizar nesta área específica, ele pode e deve sempre buscar o aprimoramento da prática, buscando formas de desenvolvê-la de uma maneira que lhe seja natural e prazerosa. Uma possibilidade é realizar a contação de histórias vinculada à mediação da leitura, ou seja, lendo em voz alta em vez de contar oralmente.

Outro caminho possível é estabelecer parceria com outros profissionais, educadores por exemplo, e, ocasionalmente, promover eventos maiores em que se contratem contadores de histórias profissionais. Uma atividade não substitui a outra, são práticas complementares.

Neste segundo caso, os momentos prévios ao de uma apresentação de contação de histórias são propícios para um encontro agradável com o livro. Uma pequena introdução, sugestão ou convite à leitura feita pelo bibliotecário antes da sessão de contos pode estimular os participantes a terem uma atitude receptiva, ativa e tranquila diante do livro (POLO, 2004).

Importante ressaltar que muitas vezes há o entendimento de que a contação de histórias se trata de uma ação restrita ao público infantil, especialmente da educação infantil e dos anos iniciais, não se vislumbrando a possibilidade de atingir um público mais amplo, como as crianças maiores, os jovens e os adultos. É comum também a vinculação da prática do contar atrelada apenas ao espaço da biblioteca escolar e da biblioteca pública.

Para ampliarmos um pouco essa visão, apresento brevemente algumas possibilidades de atuação do bibliotecário contador de

histórias, que pode ser desenvolvida para diferentes públicos e com distintas intencionalidades. O bibliotecário pode se especializar nesta área, assim como relacioná-la a outras práticas como a mediação de leitura (já citada), o *storytelling* e a biblioterapia.

3.1 MEDIAÇÃO DE LEITURA

A arte do contador de histórias se aproxima da prática do mediador de leitura, na medida em que esse profissional compartilha com seus ouvintes aquilo que primeiro o tocou como leitor. O mediador é um leitor experiente capaz de apresentar a outros potenciais leitores o vasto universo dos livros e das histórias.

Segundo Munita e Manresa (2012, p. 120), para falar sobre mediação de leitura é preciso considerar a noção de “zona de desenvolvimento proximal” apresentada por Vigotski (2009). Ou seja, considerar a distância entre aquilo que o sujeito pode fazer sozinho e o que pode fazer a partir da ajuda de um agente externo, que neste caso, atua como facilitador de seu processo de aprendizagem.

Estes autores apresentam a ideia de mediação como

el acercamiento del niño a los libros y su entrada al campo literário, así como la progresiva apropiación de sus particularidades discursivas, necesitan de unos adultos que mediaticen el objeto de aprendizaje (el discurso literário), dotándolo de sentido en el contexto de la actividad de niñas e niños (MUNITA; MANRESA, 2012, p. 120).

A mediação é, então, um convite para adentrar o universo da leitura e da literatura de uma forma prazerosa e envolvente e também uma prática que pode potencializar o desenvolvimento da competência leitora.

3.2 STORYTELLING

As narrativas orais de histórias também são utilizadas como ferramenta de compartilhamento de experiências em ambientes organizacionais. Na área da Ciência da Informação, Valério Brusamolín (2008; BRUSAMOLIN; MORESI, 2011) desenvolve pesquisas sob este prisma. Segundo ele, estudos realizados em empresas atestam que a informação quando é apresentada primeiramente sob a forma de exemplo ou história é lembrada de maneira mais rápida e acurada pelas pessoas.

O *storytelling* é usado para promover produtos com histórias que embasem o posicionamento da marca da organização e também na comunicação interna das empresas: para traduzir conceitos técnicos e transformar o conhecimento científico em algo palatável para todos os funcionários; para falar sobre habilidades e para amenizar notícias pouco agradáveis com histórias que mostrem prós e contras da informação de uma maneira mais lúdica.

Segundo Oliveira e Cogo (2012), quando empregadas no contexto organizacional, as histórias devem ser curtas, com propósito definido e carregadas de analogias, metáforas e visões de mundo. Para prender a atenção dos ouvintes, é recomendável que tenham pontos altos e desfechos marcantes ou mesmo inesperados. Além disso, a narração deve ser conduzida de forma natural, com adição de conteúdo emocional e detalhes sensoriais. Não são necessárias performances exageradas, o mais importante é que palavras e gestos transmitam credibilidade (BRUSAMOLIN, 2008).

As narrativas orais são consideradas eficientes meios de interação, pois comunicam, fornecem e transmitem informações. O *storytelling* é uma tentativa de humanização do espaço de interação profissional, já que as histórias conectam a partir da emoção, criam sentidos e ampliam a visão de mundo.

3.3 BIBLIOTERAPIA

A prática da Biblioterapia, a terapia por meio dos livros e da leitura, tem sido apresentada em diversos estudos da área da Ciência da Informação como uma possibilidade de atuação do bibliotecário.

A Biblioterapia pode se utilizar da contação de histórias como ferramenta de aplicação.

Caldin (2001) identifica que a Biblioterapia se origina de dois termos gregos: *biblion* – livro, e *therapeia* – tratamento. Para além do significado etimológico da palavra, ela define a Biblioterapia como “o cuidado com o desenvolvimento do ser mediante a leitura, narração ou dramatização de histórias” (CALDIN, 2010, p. 188). Tal prática favorece a interação entre as pessoas, levando-as a expressarem seus sentimentos e a partilharem experiências, valores e dificuldades da existência.

O desenvolvimento da atividade biblioterapêutica pode ser realizado em diversos contextos. Embora possa beneficiar a todos de modo geral, as principais referências documentadas descrevem ações em hospitais, asilos, prisões, e no tratamento de problemas psicológicos em crianças, jovens, adultos, idosos, deficientes físicos, doentes crônicos e dependentes químicos.

Na Biblioterapia, o bibliotecário pode contar com a ajuda de outros profissionais, já que se trata de um campo teórico e prático interdisciplinar, que tem melhores resultados quando desenvolvido em conjunto com outras áreas como a literatura, a educação, a medicina, a psicologia e a enfermagem.

Caldin afirma que a Biblioterapia não se confunde com a psicoterapia, já que a primeira se limita a “mobilizar a criatividade dos leitores de modo a favorecer o surgimento de emoções e a produção ficcional a partir dessas emoções” (CALDIN, 2010, p. 47). Cabe aqui destacar que profissionais da saúde, como psicólogos e psicoterapeutas, podem se valer da Biblioterapia. No entanto, esse tipo de prática é definido como Biblioterapia Clínica, enquanto aquela praticada por bibliotecários é chamada de Biblioterapia de Desenvolvimento.

4 PALAVRAS FINAIS – PARA CONTAR MAIS E MAIS

Como foi apresentado ao longo desse texto, a contação de histórias é um campo fascinante e repleto de possibilidades de atuação. Encerro com um Manifesto, a fim de trazer algumas dicas e

inspirar os bibliotecários a inserirem a atividade mais e mais em suas práticas.

Manifesto do bibliotecário contador de histórias

1. A biblioteca é um espaço fértil de florescimento da arte de contar histórias;

Valorize e prepare o ambiente para a atividade. Fazer uma recepção afetuosa aos participantes e garantir o mínimo de ruídos contribui muito para o sucesso da atividade. Ter livros relacionados à temática abordada em exposição pode aguçar o envolvimento e a curiosidade.

2. Contar histórias é uma arte;

E como tal, merece e exige estudo, preparação estética, cuidado e aprimoramento.

3. Todos gostam de ouvir histórias, desde a mais tenra idade;

Podemos iniciar a prática de contar histórias já para os bebês (ou, melhor ainda, na barriga!). Quanto mais cedo as crianças forem familiarizadas, mais potencialmente poderão ver os livros, a leitura e a contação de histórias como uma atividade natural e prazerosa.

4. Adapte à sua realidade e ao seu público;

Boas histórias podem ser contadas para públicos variados, com pequenas variações de linguagem, ênfase e intenção. Experimente!

5. Conte histórias do seu jeito e no seu tempo;

Aproveite para conhecer, explorar e valorizar as suas habilidades, gostos e o seu jeito, que é único, e por isso, especial.

6. Faça desta uma prática frequente;

Não conte histórias apenas em datas comemorativas ou eventos muito esporádicos, crie e mantenha uma frequência

recorrente para que seu público se habitue e para que os resultados possam ser potencializados.

7. Ouse, experimente, construa junto com seu público – este é um espaço de compartilhar, de estar junto.

Esteja atento e aberto a novas demandas, temáticas e formas de aprimorar ainda mais a experiência de contar e ouvir histórias. Aproveite esse momento como um encontro lúdico e afetuoso com as pessoas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. **Quem conta um conto, aumenta um ponto**: contadores de histórias no distrito federal (1991 a 2011). 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BRUNO, P. **La hora del cuento**. Disponível em: http://www.pepbruno.com/index.php?option=com_content&view=article&id=435:otros-oficios-i&catid=44&Itemid=68&lang=es. Acesso em: jul. 2017.

BRUNO, P. Una historia de la profesionalización de la narración oral en España. **Cuadernos de Literatura Infantil y Juvenil**: CLIJ, v. 244, nov./dic. 2011.

BRUSAMOLIN, V. Narrativas para a gestão de mudanças: um estudo de caso na indústria vidreira. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, jan./abr. 2011.

BRUSAMOLIN, V.; MORESI, E. Narrativas de histórias: um estudo preliminar na gestão de projetos de tecnologia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 37-52, jan./abr. 2008.

CALDIN, C. **Biblioterapia**: um cuidado com o ser. São Paulo: Porto de ideias, 2010.

CALDIN, C. A leitura como função terapêutica: Biblioterapia. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 32-44, 2001.

CARMELO, L. C. **Narração oral**: uma arte performativa. 2016. 328 p. Tese (Doutorado em Comunicação, Cultura e artes) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Algarve, 2016.

CÉSPEDES, F. G. **El arte escénico de contar cuentos**. Madrid: Ed. Frakson, 1991.

FLECK, F. O. O contador de histórias: uma nova profissão? **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 12, n. 23, p. 216-227, 2007.

GIRARDELLO, G. **Uma clareira no bosque**: contar histórias na escola. Campinas: Papyrus, 2014.

MUNITA, F.; MANRESA, M. La mediación en la discusión literaria. *In*: COLOMER, T.; FITTIPALDI, M. **La literatura que acoge**: Inmigración y lectura de álbumes. Barcelona: Banco Del Libro – Gretel; Fundación SM, 2012.

OLIVEIRA, P. R. N.; COGO, R. S. Narrativas em comunicação organizacional e as interações com a memória. **Esferas**, ano 1, n. 1, julho a dezembro de 2012.

PATRINI, M. L. **A renovação do conto**: emergência de uma prática oral. São Paulo: Cortez, 2005.

POLO, C. G. La biblioteca y la escena. **Educación y biblioteca**, año 16, n. 142, jul./ago., 2004. Dossier Teatro, títeres y cuentacuentos en bibliotecas.

PROLER - PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA. **O que é o proler?** Disponível em: <http://www.proler.culturadigital.br/o-que-e-o-proler>. Acesso em: fev. 2016.

SANFILIPPO, M. **El renacimiento de la narración oral en Italia y España (1985-2005)**. 2005. 571 p. Tese (Doutorado em Literatura Española y Teoría de la Literatura) – Facultad de Filología, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2005.

SHEDLOCK, M. Da introdução de A arte de contar histórias. *In*: GIRARDELLO, G. (Org.). **Baús e chaves da narração de histórias**. Florianópolis: SESC, 2004.

SISTO, C. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Chapecó: Argos, 2001.

BIBLIOTECÁRIO DE EDITORAÇÃO DE PERIÓDICOS

Anna Khris Furtado Dutra
Juliana Aparecida Gulka
Lúcia da Silveira

1 INTRODUÇÃO

A comunicação feita por meio de periódicos científicos é um modelo bastante tradicional, realizado há mais de 350 anos. Durante esse tempo, várias foram as mudanças pelas quais esse formato de publicação passou, sendo um dos mais recentes, a informatização do processo editorial, que culminou na publicação *online* dos artigos científicos. Toda essa trajetória teve o acompanhamento de bibliotecários, seja por meio da gestão das coleções impressas, da composição de bases de dados indexadoras desse material, da representação descritiva dos conteúdos publicados ou pelo apoio dedicado à sua produção.

A atuação do bibliotecário na editoração de periódicos científicos vem se fortalecendo com o passar das últimas décadas. O profissional da informação tem dado conta de fornecer suporte às mais variadas atividades que envolvem a produção e publicação do conhecimento científico. Esse trabalho não está restrito a periódicos por si só, mas se estende aos Portais de Periódicos, às editoras e até mesmo a empresas especializadas na gestão de conteúdos científicos.

Este capítulo tem como objetivo identificar e caracterizar as práticas desenvolvidas no âmbito da editoração científica, como forma de auxiliar no debate e aprofundamento da temática na profissão e com isso, ajudar mesmo que indiretamente na formação ou atualização dos bibliotecários. A atuação de um bibliotecário não se limita, no entanto, ao listado aqui, visto que, conforme já dito, a comunicação científica é uma área em constante evolução, impermanente, de modo que o que se pretende é apenas refletir o

momento atual, não excluindo outras possibilidades de atuação e habilidades desejáveis ou futuras.

O desafio deste capítulo é aliar duas práticas de um mesmo contexto, porém de ângulos diferentes, uma sob o prisma do bibliotecário enquanto membro de equipe de um periódico e outra da perspectiva do bibliotecário membro de equipe de um portal de periódicos, atuando junto a um conjunto de periódicos de uma mesma instituição.

2 A PRÁTICA DO BIBLIOTECÁRIO NA EDITORAÇÃO DE PERIÓDICOS

As funções desempenhadas nas atividades de editoração de periódicos científicos estão associadas ao contexto técnico do fazer bibliotecário, com necessidades das funções da comunicação científica, como o registro da descoberta, preservação a longo prazo, avaliação por pares/fidedignidade, visibilidade/acessibilidade e interoperabilidade (ROOSENDAAL; GEURTS, 1997), bem como com as novas demandas do ecossistema da ciência aberta.

A editoração científica é vista como um conjunto de fases e processos de tratamento de um determinado manuscrito, para a veiculação em um canal de informação (periódico científico) de grande circulação em seus respectivos campos e áreas de conhecimento. Quanto maior sua qualidade científica e editorial, maior a visibilidade e alcance do conteúdo por meio da distribuição e interesse do assunto.

Assim, o bibliotecário ao entender o universo da produção, editoração e comunicação científica, atuará num cenário altamente competitivo e permanentemente atualizado, o que exige conhecimentos técnicos, políticos, sociais, habilidades de negociação e, sobretudo, trabalho colaborativo. A respeito disso, a *Society for Scholarly Publishing* (SSP), fundada em 1978, investigou em 235 respondentes as habilidades necessárias para atuação de profissionais da indústria editorial. A pesquisa foi publicada em 2019, e tem como resultado um mapa de características, com um conjunto de competências para a promoção dessa carreira.

O referido *Professional Skills Map* define três categorias para o desenvolvimento das competências: as desejadas, as essenciais para o sucesso e as emergentes. As habilidades **desejadas** são: ser orientado por metas, ser analítico, criativo e empático. Para as habilidades **essenciais**, indica os seguintes aspectos: colaboração, trabalho em rede, resolução de problemas, escuta ativa, liderança, apresentação em público, gestão de relacionamentos, ter especialização acadêmica, habilidades de escrita, saber coletar dados, saber analisar e criar relatórios, desenvolver propostas ou planos de negócios, ter conhecimento da indústria e mercado e saber gerenciar projetos. Já em relação às habilidades **emergentes** a profissão vai precisar saber: negociação, gestão do tempo ou dos recursos, colaboração, trabalho em rede, gestão de pessoas, persuasão, gestão de relacionamento, planejamento estratégico, contratos ou negociações legais, gerenciamento de projetos desenvolvimento de propostas ou planos de negócios, pesquisa ou análise de mercado, orçamento ou finanças, coleta de dados, análise ou criação de relatório, e desenvolvimento contínuos de características pessoais.

A *Library Publishing*, coalizão de bibliotecas dos Estados Unidos, registra, desde 2014, os serviços de publicação oferecidos por bibliotecários. Em seu relatório anual de 2020, descreve o trabalho de 150 instituições que fortalecem essa prática, e identifica as atividades predominantes nas bibliotecas, sendo: 79% de conselhos sobre direitos autorais, 77% de serviços de metadados, 70% de atribuição de identificadores persistentes, 68% para treinamento, 63% análise métrica, 11% de desenvolvimento do modelo de negócios e 10% de catalogação.

Santana e Francelin (2016) estudam as funções dos bibliotecários que colaboram com revistas do Portal de Periódicos da USP e faz a associação das funções técnicas do bibliotecário à publicação científica, vinculando-as com quatro grandes áreas de atuação: a Administração, a Biblioteconomia, a Editoração e a Tecnologia da Informação. Do mesmo modo, Silveira (2016) ao diagnosticar a presença de gestão em portais de periódicos

brasileiros das universidades federais, retrata que 64 bibliotecários estão envolvidos com atividades editoriais semelhantes às já citadas, evidenciando que no cenário nacional também há sincronia com as demandas internacionais.

Os exemplos citados acima demonstram como os bibliotecários têm incorporado essas novas demandas tanto do ponto de vista de habilidades quanto de técnicas. Apesar desse retrato ainda não ser muito extensivo, por falta de pesquisas que demonstram o quantitativo de bibliotecários envolvidos com a editoração de conteúdos no mundo, esses dados já nos dão evidências que os cursos de graduação de biblioteconomia precisam incluir essa nova demanda, já que tem se mostrado uma tendência dos últimos anos, e aqui não basta incluir questões sobre a editoração científica em si, ou de acesso aberto, mas sim, incorporar todas as dimensões da ciência aberta. Algumas universidades como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará e Universidade de São Paulo oferecem a disciplina de editoração. No entanto, para um universo de mais de 100 universidades públicas no país, ainda são poucas as instituições que estão preparando para este campo de atuação.

Assim, para agregar mais significado a essa realidade, vamos integrar nossas experiências nessas funções, seja tanto compondo a equipe editorial de um periódico, quanto participando de um portal de periódicos e colaborando com mais de 40 títulos. Para organizar as funções desempenhadas, foi utilizada como base, as grandes áreas de atuação apresentadas por Santana e Francelin (2016), ainda que essas se transpassem entre si na prática do bibliotecário.

3 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS EDITORIAIS DO BIBLIOTECÁRIO

Além do fluxo editorial que é composto pela submissão, avaliação e publicação de artigos científicos, as atividades relacionadas aos periódicos também perpassam funções de gestão e administração de equipes, recursos financeiros e projetos, bem como

o atendimento ao público (autores, revisores, editores, leitores e fornecedores), essa última ação mais rotineira.

Nesse contexto, o planejamento se destaca por permitir ao periódico prospectar cenários e pensar de forma proativa (ao invés de reativa) onde se pretende chegar, seja no sentido do alcance da publicação, indexação, quantidade de textos publicados, tamanho da equipe e demais aspectos relacionados. É recomendado um planejamento de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento contínuo do periódico.

Planejar é a função mais importante na administração da publicação científica, principalmente para equipes que trabalham à distância, as quais normalmente são constituídas por voluntários, por isso, planejar otimiza o tempo da equipe, todos ficam cientes de onde se pretende chegar. (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020, p. 132).

O bibliotecário contribui com a gestão dos periódicos fazendo parte de sua equipe ou por meio de consultorias específicas. Farias, Lima e Santos (2018) afirmam que:

Para garantir o sucesso na criação e manutenção do tempo de vida de uma revista científica, algumas instituições sensibilizaram-se para a importância do planejamento, idealização e construção de um periódico científico. Assim, é comum que solicitem a consultoria ou o auxílio de um bibliotecário para elaborar projetos de criação ou de outra natureza relacionados a esse universo (FARIAS; LIMA; SANTOS, 2018, p. 71).

Outras atividades nas quais o bibliotecário é apto a se envolver são: elaboração de relatórios que envolvam aspectos da gestão e outras questões relacionadas ao fluxo editorial do periódico,

relacionando variáveis como quantidade e taxas de submissão e rejeição; auxílio ao público; análise das métricas de acesso e *downloads*; trabalho de divulgação da publicação, entre outros.

Na elaboração de projetos para captação de recursos, o bibliotecário se envolve na formatação das informações de modo analítico e metódico, adequando a redação aos editais de fomento, bem como obtendo os indicadores necessários que precisam ser informados e, de uma forma mais ampla, preparando o periódico anteriormente à candidatura.

Com relação ao desenvolvimento dessas atividades pelo bibliotecário membro de portal de periódicos, ou coordenador/gestor do portal, essas mesmas ações são desenvolvidas, mas com sutis diferenças na forma de oferecer o serviço. Sendo assim, a diferença entre o gestor de portal e bibliotecário de periódicos é o papel político que o gestor necessita assumir. Essa função política está em principalmente administrar, com diplomacia e negociação, questões que envolvem desde projetos internos e institucionais, prever necessidades do setor, ter clareza do que as equipes editoriais dos periódicos precisam (estudo de interagentes), e a partir disso, articular com as hierarquias institucionais (por meio de projetos de fomento, comunicações internas, reuniões, entre outros).

Além disso, as soluções precisam estar o mais alinhadas possíveis com o ecossistema da ciência aberta, abordando questões, como por exemplo: como associar os dados científicos à publicação de modo a identificar a legitimidade e autenticidade desses dados; quais as mudanças quanto ao papel do revisor de conteúdo científico frente a esses dados; e como se certificar em relação aos direitos autorais. Esses e outros aspectos começam a exigir cada vez mais profissionalização por parte das equipes editoriais, incluindo os avaliadores. Em alguns casos de dados mais densos, os editores de periódicos trabalham em cooperação com institutos de estatística para checagem.

Neste aspecto, algumas instituições criaram comissões específicas para tratar o assunto de forma institucional, gerando

normativas, estabelecendo políticas para que cada ator da comunidade científica saiba como proceder. Cabe ao gestor de portal na instituição estar atento a essas demandas, não esperar ser convidado para participar e ter voz ativa para colaborar com o debate, assim como convidar um representante dos editores. Quando um documento como esse fica pronto, é o momento de implementar, e nesse caso, construir junto com a equipe do portal as devidas alterações em conjuntos rotinas, manuais, bem como mensurar e verificar o impacto para as equipes editoriais, propondo ajustes quando necessário. Ter uma infraestrutura de governança de portal de periódicos institucional propicia atingir objetivos de forma mais eficiente.

O detalhamento desta atividade tem como objetivo exemplificar o papel político do bibliotecário dentro do contexto institucional. Todavia, essa atitude política não está apenas nas relações internas, mas também externamente, com outras instituições e profissionais, seja para o desenvolvimento de algum acordo de cooperação técnica interinstitucional (como é o caso da Rede Cariniana), seja para organização de eventos para promoção de formação das equipes.

Outro papel do gestor é promover um ambiente propício para o desenvolvimento da própria equipe, valorizar as competências e o perfil de cada um, cultivando o relacionamento interpessoal. Ter uma liderança é fundamental, mas ter uma equipe que tem uma colaboração entre si, que cria e se desenvolve é o mais importante, e o comportamento do gestor é muitas vezes fator decisivo para favorecer esse ambiente.

O bibliotecário de portal de periódicos precisa ter um olhar macro com diferentes dimensões. Em alguns momentos o olhar é mais político, em outro mais técnico ou de gestão, e, por vezes, há a união dessas dimensões. Um exemplo dessas funções é na gestão dos periódicos hospedados, onde se necessita pensar nas características de cada área, na singularidade das equipes editoriais, nas fortalezas e oportunidades que um periódico tem ao ser um canal de comunicação de uma área específica do conhecimento. Para auxiliar

nessa visão ampla, o bibliotecário precisa conhecer o processo de produção científica, de avaliação do pesquisador, quais documentos e legislações exercem forças nas áreas (documentos da CAPES, por exemplo), pois isso impacta no planejamento de ações do periódico.

As atividades associadas à administração também estão no aspecto da gestão de periódicos, seja nas habilidades de negociação, no conhecimento das competências individuais da equipe, com a gestão do tempo, gestão de projetos, gestão de informação e conhecimento, integradas à corrente da ciência aberta e tudo que for necessário para as técnicas e longevidade dos canais de informação estarem em funcionamento.

Quanto ao papel do bibliotecário junto com as equipes editoriais (professores, estudantes de graduação e pós-graduação, avaliadores), entende-se que em primeiro lugar é uma relação de colaboração mútua, uma troca de conhecimentos que favorece o desenvolvimento de novos serviços ou técnicas em que o objetivo comum é a qualidade do que é publicado. Assim, esse contato com os editores é desenvolvido por meio de reuniões individuais ou coletivas para discussões de temas comuns que afetam o trabalho. Por experiência, devido a algumas singularidades de cada editor ou particularidades do periódico, os serviços mais personalizados são os mais promissores, pois respeitam as características de cada um ou cada coletivo.

O ponto de partida é estar aberto para conhecer as necessidades do outro, ter empatia, solidariedade, pois, às vezes, os problemas são complexos, demandam ações institucionais, nacionais ou internacionais para ter uma solução eficiente, e as respostas podem demorar e tornar cansativo e desgastante as relações. Por isso, é importante que ambas as equipes saibam que estão trabalhando em conjunto.

Assim, o bibliotecário de periódicos precisa se preocupar com as políticas institucionais, políticas públicas de desenvolvimento científico, políticas internacionais de promoção da ciência, acordos internacionais, entre outros. Para isso, é essencial que se compreenda a relação de competitividade e cooperação tanto entre

universidades, quanto dos próprios pesquisadores e periódicos de uma mesma área, para que a ciência na América Latina se fortaleça em sua singularidade.

4 FUNÇÕES DA BIBLIOTECONOMIA: PADRONIZAÇÃO, INDEXAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A indexação na biblioteconomia é atribuída enquanto técnica de duas formas: a primeira para o conteúdo, ou seja, como tratar e representar esse documento para que ele seja melhor recuperado pelos seus leitores. O bibliotecário de editoração poderá utilizar de ferramentas de controle de vocabulário, tesouros e dicionários para ajudar na padronização dos termos, sem desconsiderar os utilizados pelo autor. A segunda, trata de ampliar a distribuição do periódico para que o conteúdo chegue a quem precise. A finalidade de ambas as formas é similar, ampliar as possibilidades de recuperação e acesso, mas as atividades em si são diferentes.

Quando um periódico é indexado em uma base de dados, recebe automaticamente uma chancela de qualidade. Isso porque as bases possuem critérios e diretrizes que variam das mais as menos exigentes e que direcionam o periódico para um determinado padrão. Assim, só é aceito em uma base de dados a publicação que atinge esse padrão.

Além disso, estar em uma base significa dar visibilidade e facilitar a recuperação dos artigos científicos. Em um cenário digital, é muito raro os pesquisadores acessarem os periódicos individualmente para obter alguma informação. Assim, as bases de dados funcionam como agregadores de conteúdo, facilitando as pesquisas e o levantamento de literatura científica.

O bibliotecário precisa estar atento para como as informações serão alimentadas em base de dados. Muitas das bases rastreiam e indexam automaticamente os conteúdos, basta para isso configurar e fornecer o *link* OAI-PMH, protocolo que garante a interoperabilidade entre os sistemas, já no contexto aberto. Outras, no entanto, necessitam que se envie o conteúdo. Isso acontecerá, vale ressaltar, a cada vez que o periódico publicar artigos novos.

Exemplo dessa sistemática são o DOAJ, SciELO e Redalyc, sendo que as duas últimas exigem uma marcação especial nos arquivos para seu recebimento, em formato XML-JATS.

Além disso, algumas bases solicitam auxílio no tratamento dos metadados indexados, sobretudo nos descritores dos artigos para sua melhor indexação e recuperação. Essa atividade está alinhada com a função do bibliotecário, pois se trata de representação da informação e uso de linguagens documentárias. A LILACS é uma base de dados da área da saúde que serve de exemplo para essa situação.

Outro cenário em que estar em uma base (indexador) é influenciado, trata da elegibilidade para participar de editais de fomento. Tem se tornado cada vez mais comum que editais de fundamentações de pesquisa, órgãos como CNPq e CAPES e até mesmo editais internos das próprias universidades se utilizem da indexação como um dos critérios de seleção. Tais documentos elencam uma lista de bases de dados desejáveis e pontuam os periódicos que estão nelas positivamente.

Algumas bases de dados também oferecem recursos de métricas e indicadores, a exemplo do Fator de Impacto, que é gerado exclusivamente para periódicos que estão indexados na base de dados *Web of Science*, e o SJR, gerado pela Scopus.

Existe uma infinidade de bases de dados disponíveis atualmente para indexar os periódicos científicos. O bibliotecário deve estudar o periódico e a base de dados para reconhecer e selecionar qual a mais adequada para o periódico que se pretende indexar. Uma opção é observar as bases de dados listadas por área de conhecimento no Portal de Periódicos CAPES, pois, parte-se do pressuposto de verificar onde as pessoas pesquisam documentos, para assim, verificar a viabilidade de incluir nesses locais o periódico em questão.

Antes de adentrar na fase de análise dos critérios da base escolhida, é preciso se certificar de que ela é íntegra. Para isso, recomenda-se identificar se a mesma é vinculada a algum *publisher* conhecido, seja uma universidade, instituto de pesquisa ou mesmo editora comercial. Também é possível avaliar, em um primeiro

momento, se existem outros periódicos da mesma área temática indexados na base, o que não apenas abre precedente para um aceite, mas também evidencia a concordância temática da indexação.

Após selecionar a base na qual se pretende indexar o periódico, inicia-se a fase de diagnóstico. Nessa etapa, o bibliotecário deve estudar todos os critérios de admissão elencados pela base de dados e cotejar os mesmos com o estado atual do periódico. É comum que as características intrínsecas e extrínsecas dos periódicos não atenda a todos os requisitos da base de dados, culminando na necessidade de criar um plano de ação para a melhoria, podendo-se utilizar ferramentas de gestão de processo como uma matriz para tomada de decisões, a exemplo da GUT: Gravidade (G) Urgência (U) e Tendência (T) (SILVEIRA et al., 2018).

Assim, com esse recurso o bibliotecário cumpre o papel de orientar a equipe editorial do periódico para as mudanças imprescindíveis, ou ele mesmo faz essas alterações se forem requisitos técnicos. Em alguns casos, são necessárias algumas mudanças planejadas, sobretudo, as que dependem de médio e longo prazo, como mudança na periodicidade ou aumento da quantidade de artigos publicados.

Nessa fase, o bibliotecário deve estar atento também para a necessidade ou não de se fazer um contrato com a base de dados escolhida. Em caso positivo, solicitar o documento com antecedência para avaliar as cláusulas e, se for o caso, consultar um advogado para melhor orientação. É essencial verificar, sobretudo, a questão de transferência de direitos de publicação para a base, o que é um assunto delicado, pois retira a autonomia do periódico ou, em alguns casos, coloca embargos à sua publicação.

Se tudo estiver adequado, tanto o periódico alinhado com os critérios, quanto o contrato existente, se procede para o pedido de indexação. Usualmente, se preenche um formulário contendo informações completas do periódico, e algumas bases também solicitam o envio de arquivos das publicações mais recentes. O tempo de resposta das bases varia de acordo com a quantidade de

submissões que cada uma recebe, e ao seu próprio trabalho de avaliação. É comum esperar até um ano por um retorno sobre aceite ou rejeição da indexação. Algumas bases também possuem período de embargo no caso de o pedido de indexação ser rejeitado por o periódico não atender aos critérios, a exemplo da *Web of Science*, no qual é obrigatório aguardar dois anos para enviar uma nova aplicação.

Além da indexação, outra atividade editorial relacionada à biblioteconomia é a normalização. Essa talvez seja uma das funções mais comuns que o bibliotecário desempenha, seja quando ele não está atuando em bibliotecas, seja como uma renda complementar. Ela está intimamente relacionada a trabalhos acadêmicos, sendo bastante oferecida diretamente para pesquisadores e autores. No cenário dos periódicos, a relação entre bibliotecário e normas assume novos contornos. O bibliotecário passa a atuar na adequação do periódico para o cumprimento de determinados padrões, além de auxiliar no desenvolvimento das diretrizes para autores e, claro, na revisão final dos artigos antes de sua publicação.

No sentido de adequar o periódico, o bibliotecário deve estar atento às informações que precisam aparecer na sua página *online*, na identificação de fascículos, na legenda bibliográfica de artigos, entre outros elementos obrigatórios. Ao trabalhar com as diretrizes para autores, o bibliotecário precisa dar conta de, juntamente com a equipe editorial, estabelecer os critérios para submissão de artigos no periódico. Isso vai além da definição do padrão de citações e referências, e se cruza com outros tipos de exigências. Por fim, ao trabalhar diretamente com os artigos, o bibliotecário diagrama e padroniza o texto a fim de atender, as questões de citação e referência informadas nas diretrizes para os autores, e adequá-los às normas adotadas pelo periódico.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) possui um comitê para as normas relativas à informação e documentação. Algumas delas são relacionadas a periódicos, as quais estão listadas a seguir, propositalmente sem a identificação do ano, pois se recomenda que se acesse no catálogo da própria ABNT para

conferência da norma que está em vigor no momento da leitura desse texto:

- NBR 6021 – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação;
- NBR 6022 – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação;
- NBR 6023 – Referências – Elaboração;
- NBR 6024 – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação;
- NBR 6028 – Resumo – Apresentação;
- NBR 10520 – Citações em documentos – Apresentação;
- NBR 10525 – Número padrão internacional para publicação seriada – ISSN.

Muitos periódicos brasileiros também utilizam outras normas, seja por causa da internacionalização, seja por que elas são mais adequadas à área temática na qual o periódico está inserido. Alguns exemplos dessas normas são APA (*American Psychological Association*), Vancouver – utilizada em Ciências da Saúde, Chicago, MLA (*Modern Language Association*) – utilizada em Ciências Humanas e Artes, ICMJE (*International Committee of Medical Journal Editors*) e Harvard.

Para além das normas de informação e documentação, existem ainda padrões voltados para casos específicos, como por exemplo o *Contributor Roles Taxonomy* (CRediT), que elenca as contribuições individuais dos autores na elaboração do artigo e as classifica em 14 papéis: Conceituação, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração de projeto, Papel do colaborador, Grau de contribuição, Recursos, *Software*, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição. Essas classificações de contribuições de autoria têm sido cada vez mais usadas para manter a transparência no processo editorial e reconhecimento de todos os perfis. Assim, o bibliotecário auxilia e orienta o editor a adotar tais condutas nas políticas editoriais para autor.

5 FUNÇÕES DE EDITORAÇÃO: DA PRODUÇÃO EDITORIAL AO FLUXO DE INFORMAÇÃO

Além de atuar na normalização dos artigos científicos, os bibliotecários também se envolvem na diagramação dos mesmos. Nesse sentido, é fundamental em um primeiro momento, o conhecimento dos formatos de entrada e saída de arquivos nas publicações de periódicos. Como formatos de entrada, ou seja, o envio do manuscrito que é feito pelos autores, tem-se normalmente os arquivos *.doc* (proprietário do Microsoft Word) e *.odt* (formato livre baseado no OpenOffice). Já na saída, as variações vão desde o PDF e PDF/A, que são os tipos mais comuns, até o *epub* e *mobi*, para leitura em dispositivos móveis, e por fim, os formatos para interoperabilidade entre máquinas, como o *XML JATS*.

É importante também que o bibliotecário tenha domínio básicos em *software* de edição de imagem e em programas tipo *Excel* para planilhas, gráficos e tabelas. Além disso, o conhecimento de alguns itens é essencial para o trabalho do bibliotecário na editoração de periódicos como:

1. Identificadores persistentes: nome dado ao um conjunto de caracteres designado ao um objeto, que permanece o mesmo. Os mais utilizados:
 - ISSN (*International Standard Serial Number*) identifica publicações seriadas, que são editadas sucessivamente, com periodicidade e frequência. Periódicos devem ter um número de ISSN diferente para cada tipo de suporte (físico e eletrônico);
 - DOI (*Digital Object Identifier*) é um código único para artigos, anais e outras publicações científicas *online*. Cria um *link* permanente do material publicado;
 - ORCID (*Open Researcher and Contributor ID*) é um identificador digital único, gratuito e persistente, que distingue um pesquisador de outro e resolve o problema da ambiguidade e semelhança de nomes.
2. Licenças *Creative Commons*: permitem definir o que é possível fazer com a publicação: usar, compartilhar,

adaptar, compartilhar igual etc. O bibliotecário auxilia a distinguir o que o periódico retém de direito e o que é do autor, respeitando as legislações vigentes sobre direitos autorais.

Nas questões do fluxo editorial, encontra-se também a promoção da ética em periódicos científicos, na qual o bibliotecário atua tanto no que diz respeito à orientação das equipes editoriais, como na criação de manuais e documentos que forneçam suporte para as atividades rotineiras que envolvem essa questão. Em um portal de periódicos, leva-se em conta que a implementação destes recursos deve ser coletiva para o grupo. O bibliotecário auxilia também no atendimento aos autores e avaliadores e na definição de práticas e tomadas de decisão quando detectada alguma situação conflituosa.

No âmbito de um periódico científico, o bibliotecário pode atuar em diversas frentes que vão buscar minimizar práticas consideradas antiéticas e educar o olhar das equipes editoriais para promover melhorias na qualidade das publicações. Além das contribuições às equipes editoriais, o profissional da informação pode atuar junto a biblioteca universitária na orientação aos pesquisadores, estabelecendo uma proximidade aos programas de pós-graduação, laboratórios de pesquisa, etc., construindo uma base sólida ao mostrar os caminhos de ‘como pesquisar’ e evitando que a má conduta chegue nos periódicos ou em outros veículos de comunicação científica. (GULKA; LUCAS, 2018, p. 231).

Nesse sentido, é importante que o bibliotecário conheça normas, diretrizes e boas práticas no tocante a ética na publicação. Um exemplo disso são os artigos resultantes de pesquisas que envolvem seres humanos e devem indicar se os procedimentos

respeitaram o constante na Declaração de Helsinque, além do atendimento a legislações específicas (quando houver) do país no qual a pesquisa foi realizada. Para os artigos originais decorrentes de pesquisa realizada no Brasil, deve-se respeitar os preceitos da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e da Resolução nº 516 de 03 de junho de 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Alguns recursos já existentes contribuem na qualificação do bibliotecário de editoração para atuar nesse contexto. Um exemplo são os documentos fornecidos pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE), uma organização internacional dedicada a promover a ética nas publicações científicas. O COPE fornece uma série de estudos de caso e fluxogramas que auxiliam na resolução de problemas como alegações de má conduta, disputa de autoria, falsificação de dados, plágio, conflito de interesses, e outras questões enviadas por seus membros. O bibliotecário pode ainda selecionar e operar sistemas de checagem de similaridade de texto, o que previne potenciais problemas futuros, com a detecção de plágio, autoplágio e publicação redundante durante o processo de avaliação.

Outra função do bibliotecário é selecionar sistemas de gestão editorial que melhor se adequem às necessidades da instituição associando com aspectos da ciência aberta. Os *softwares* auxiliam e registram todo o fluxo editorial de um periódico, desde o momento em que o autor submete o artigo, passando por sua avaliação, até a edição final e publicação. Alguns dos programas mais utilizados são o *Open Journal System* (OJS), *OpenEdition*, *Ambra*, *DPubS*, *Submission* e o *ScholarOne*. No Brasil, o OJS é amplamente utilizado, por se tratar de uma versão baseada em *software* livre, customizável, e que recebe apoio do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT).

Independentemente do sistema adotado, o bibliotecário precisa conhecer as necessidades tecnológicas (interoperabilidade, ligação de dados, linguagem de edição de textos) e de padrões nacionais e internacionais de editoração de periódicos para tomar decisões de quais ferramentas são mais adequadas ao contexto, e, se for o caso, mudar ou incorporar novos sistemas que ajudem a

acelerar ou tornar mais transparente e interoperável o fluxo de produção científica, assim como possibilitar a ligação de dados das investigações científicas. Isso quer dizer que é fundamental ter conhecimentos sobre as questões técnicas da ciência aberta porque afetam diretamente na escolha ou ampliação do *software*.

No entanto, é preciso salientar que, no tocante a sistemas, o bibliotecário não trabalha sozinho. É desejável uma equipe que contenha pelo menos um analista de sistemas, já que algumas questões relacionadas à instalação ou customização são extremamente técnicas. Outro profissional que pode agregar valor nessa função é um *designer*. Personalizar o sistema de editoração com as cores da universidade ou do periódico cria uma identidade e diferencia a revista das demais.

A chave, nesse caso, é sempre trabalhar em equipe: por conhecer os processos envolvidos na comunicação científica, as padronizações recomendadas e o funcionamento do fluxo editorial, o bibliotecário consegue ser a ponte entre o periódico e esses dois profissionais, não esquecendo, é claro, da própria equipe editorial atuante no periódico.

Nesse sentido, algumas atribuições do bibliotecário não estão apenas em selecionar o *software* mais adequado, mas também colaborar com a atualização do sistema (migração de dados, conferência técnica de dados), selecionar *plugins* compatíveis com os recursos ou padrões estabelecidos pelo periódico, auxiliar no processo de migração ou inclusão de novo periódico no portal e atualizar o site da revista ou do portal sempre que necessário. É preciso ainda ter conhecimentos sobre as questões técnicas da ciência aberta, a exemplo dos recursos de publicação de dados científicos, de seleção de campos dos metadados para a ligação entre outros sistemas, a disponibilização de versionamentos do manuscrito, a abertura da avaliação por pares etc.

As funções de editoração apresentadas nesse item se relacionam entre si desde a produção editorial até o fluxo de informação. A atuação do bibliotecário, nesse caso, se dá tanto diretamente com uma equipe editorial, até na gestão de um portal

de periódicos, que por sua vez, pensará em soluções e ações coletivas para o conjunto de periódicos que hospeda.

6 PREOCUPAÇÕES EDITORIAIS NA CIÊNCIA ABERTA

A ciência aberta nos últimos seis anos tem tomado proporções integradas com políticas governamentais, como um pacto em comum aos 78 países que aceitaram implementar medidas para o governo aberto para a promoção da transparência, prestação de contas e participação pública (OPEN GOVERNMENT PLAN, 2020). A ciência aberta é um dos elementos tratados nesta aliança realizada pelo *Open Government Plan* (OGP) e reúne diversos outros movimentos que iniciaram em momentos diferentes e têm propostas de abertura para as etapas do ciclo de produção científica, conhecido como ecossistema de ciência aberta (SILVA; SILVEIRA, 2019). Alguns autores defendem que a ciência aberta é a verdadeira ciência, ou seja, a ciência como ela deve ser, íntegra, transparente, acessível, replicável, reproduzível e reutilizável.

Dentro do contexto de editoração científica alguns impactos são percebidos com um dos movimentos mais antigos. O uso de *software* livre (22 anos), em que os pesquisadores são incentivados a usar desde editores de texto a sistemas de amparo a suas investigações em código aberto, justamente para evitar problemas de leitura, interoperabilidade e preservação da informação. Essa disputa entre direitos privados e públicos no contexto dos *softwares* inviabiliza a troca, colaboração e preservação do conhecimento. Posteriormente, o acesso aberto (21 anos) onde a intenção inicial era a abertura total de acesso aos artigos científicos sem barreiras, exceto pelo acesso à Internet.

Os próximos movimentos foram inseridos na última década, mais intensamente a partir de 2014. O movimento de abertura de acesso aos dados brutos das pesquisas ocorre principalmente para evitar inconsistências e falta de transparência dos resultados de pesquisas publicados em artigos de periódicos, com o objetivo de evitar más condutas na pesquisa. Isso impacta desde as políticas de publicação de dados, infraestrutura tecnológica necessária para

incorporar os dados aos periódicos, a alimentação desses dados utilizando modelos de gestão de dados, a modelos de citação e referência dos mesmos. Gera-se um fluxo de criação, organização e publicação de dados (em alguns casos disponibilização), facilitando o seu uso, reuso, replicação e reprodução, chamados de 3R.

Para tal o bibliotecário editorial precisa compreender essa realidade e saber os motivos técnicos para poder ajudar nas mudanças de infraestrutura, práticas e políticas editoriais dos periódicos, assim como políticas institucionais, quando for o caso. Uma das questões técnicas que necessita ser explorada é a *Web Semântica* e o *LinkedData*, pois é essencial pensar em facilitar o acesso da informação por humanos e máquinas ligando informações a dados, sendo fundamental para esses vínculos metadados bem estruturados e padronizados, com identificadores únicos, além de ter também políticas e ações de preservação digital do periódico como um todo.

Uma das dimensões pouco explorada na Ciência Aberta é a necessidade de preservação da informação a longo prazo. No caso dos periódicos científicos, normalmente, a preocupação está no artigo e não em toda complexidade editorial da vida desse veículo de informação, envolvendo perdas históricas de políticas editoriais, fluxo editorial, equipes editoriais, entre outros. Esse conteúdo é estudado no arquivamento da *web*, dentro do contexto das humanidades digitais e também está associado com a preservação da memória institucional.

Outra dimensão que ainda carece de maior atenção é a disponibilização de textos acessíveis, e aqui, acessibilidade se refere a construir uma obra que permita que programas leitores de texto sejam usados sem que o conteúdo da obra necessite ter um tratamento prévio para ser usado por pessoas cegas ou com baixa visão. Essa melhoria se refere desde a sistemas que façam a gestão editorial, até a publicação acessível. O consultor José Carlos Rodrigues, um dos autores da próxima citação, fez uma análise do sistema de editoração OJS versão 2.4.8.3 e o resultado foi que o mesmo não permite o acesso direto ao sumário da revista, tão pouco

uma navegabilidade e descrição de conteúdos de imagem, afetando o entendimento completo do manuscrito para o leitor.

Se a leitura é um dos hábitos mais democráticos e, naturalmente, um direito do ser humano, assegurá-lo a todos igualmente deve estar no radar de todos os profissionais que atuam direta e indiretamente com a produção e disseminação da informação e conhecimento; portanto, todos são agentes naturais da inclusão por essa vertente. (RODRIGUES; SOUZA, 2020, p. 121).

Ações que promovem o acesso a manuscritos são desenvolvidas em universidades nos setores específicos de acessibilidade, para tratamento do texto. Legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Decreto nº 9.522, de 08 de outubro de 2018, que promulga o Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto Impresso (BRASIL, 2018), são fundamentais para que esse tema seja absorvido pela ciência aberta já que isso é uma necessidade global.

Seguindo com as dimensões da Ciência Aberta, a avaliação por pares aberta, surgiu devido aos vieses indevidos dos pareceres, afetando a rápida disseminação do conteúdo avaliado. Segundo investigação de Ross-Hellauer (2017), a avaliação por pares aberta possui mais de 22 formas de implementação, e suas principais formas são a abertura gradativa das avaliações e divulgação opcional das identidades (autores, avaliadores e editores) do relatório de parecer (público, posterior à publicação do artigo, ou simultâneo ao processo de avaliação) e avaliação com a comunidade (interação anterior a processo de avaliação, ou simultânea e/ou posterior ao processo de publicação).

Qual a função do bibliotecário editorial nesse contexto de Ciência Aberta como um todo? Desde os primeiros movimentos o bibliotecário esteve envolvido, justamente porque a barreira de acesso à publicação científica, devido a seus altos custos, inviabiliza a compra dos materiais bibliográficos, prejudicando pesquisadores e a própria sociedade. Esse período é chamado de crise dos periódicos. Desde a década de 1980, as mobilizações no mundo repercutiram no modelo de publicação aberta. Nesse sentido, o bibliotecário enquanto agente democratizador do conhecimento deve dar preferência a recursos que promovam esse objetivo coletivo.

É importante saber discernir o que é melhor para cada caso dentro do contexto e ser crítico, não ser apenas um mero replicador de técnicas. Saber fazer, com sabedoria e argumentação técnica, mesmo que no final, a decisão seja uma escolha política, ter alicerces fortes é o mais salutar para a carreira profissional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, com a descrição de todas essas práticas anteriores, a aproximação com a formação do bibliotecário que, embora essas demandas podem não ser tratadas especificamente na graduação, são diluídas com a perspectiva voltada para a atuação em bibliotecas, e por isso há uma mudança temporal no que diz respeito à atuação do bibliotecário.

Se antes o profissional estava mais envolvido com a aquisição, tratamento, controle, padronização, gestão da informação, distribuição e divulgação posterior a publicação, essa nova função permite que o bibliotecário atue na construção da publicação, aplicando suas habilidades no momento da produção bibliográfica, fazendo com que esse perfil de atuação do bibliotecário tenha um valor significativo.

É preciso levar em conta que o trabalho dos editores, responsáveis pelo aspecto científico e por grande parte da comunicação científica brasileira, é voluntário (editores e revisores de periódicos não têm remuneração financeira), e com isso, há rotatividade nas equipes editoriais científicas dentro dos periódicos.

O bibliotecário se torna a constante, pois ele auxilia na gestão da informação do processo editorial, favorecendo a tomadas de decisões mais eficazes, tornando-se um perfil estratégico para a longevidade do periódico científico.

No Brasil, os periódicos científicos são, principalmente, vinculados a Universidades Públicas, Associações Profissionais e Entidades de Classe. O mercado de trabalho para o bibliotecário de editoração ainda é tímido visto que as ofertas de trabalho ainda não apresentam características para essa função. No entanto, alguns editais de concurso público para a área apresentavam alguns dos conhecimentos citados neste capítulo. Isso faz sentido justamente porque o Brasil tem um modelo de publicação em acesso aberto, onde as produções científicas são em sua maioria produzidas e publicadas pelas universidades públicas.

É recente no país a criação de empresas especializadas em gestão de periódicos. Algumas como a *Lépidus*, editora Cubo, Zeppelini, Galoá e *Open Journal Solutions* têm oferecido serviços de publicação para periódicos. Muitos profissionais de diversos campos têm se profissionalizado na editoração de periódicos e prestado serviços de forma autônoma, alguns já são reconhecidos por sua fama e indicados via “boca a boca”. Alguns casos, as empresas observam a atuação dos portais de periódicos, de editoras internacionais, e acompanham fóruns de discussões temáticas, para investigar as tendências já que é um campo que precisa se estruturar. Para atender esse mercado, os cursos de graduação em biblioteconomia do país têm um papel primordial em incluir uma disciplina/conteúdo que incorpore os conhecimentos e técnicas para a atuação do bibliotecário no campo da editoração.

O papel do bibliotecário de editoração, seja ele em portais ou em um periódico específico, é não ser apenas um mediador de informação, formação técnica ou melhoria de qualidade, mas sim, ser um agente democratizador da informação, tornando em especial a informação pública um direito a qualquer cidadão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.
- BRASIL. **Decreto n. 9.522 de 8 de outubro de 2018**. Promulga o Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraquexe, em 27 de junho de 2013. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9522-8-outubro--2018-787228-publicacaooriginal-156549-pe.html>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- FACHIN, J.; SILVEIRA, L.; ABADAN, D. Ferramentas de gestão editorial para periódicos em acesso aberto. *In: SILVEIRA, L.; SILVA, F. C. C. **Gestão Editorial de Periódicos Científicos: tendências e boas práticas***. Florianópolis: BU Publicações; Edições do Bosque, 2020. p. 127-168.
- FARIAS, M. G. G.; LIMA, J. S.; SANTOS, F. E. P. Bibliotecário e editoração: mercado e competências necessárias. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 2, p. 63-81, maio/ago. 2018.
- GULKA, J. A.; LUCAS, E. R. O. O bibliotecário enquanto personagem na contribuição para a ética em periódicos científicos. *In: MATOS, J. C. et al. **Reflexões sobre ética na gestão da informação***. Florianópolis: Editora UDESC, 2018.
- RODRIGUES, J. C.; SOUZA, S. C. Como pensar a acessibilidade em artigos de periódicos: tendências em design universal para pessoas com deficiência visual. *In: SILVEIRA, L.; SILVA, F. C. C. **Gestão Editorial de Periódicos Científicos: tendências e boas práticas***. Florianópolis: BU Publicações; Edições do Bosque, 2020. p. 127-168.
- ROSENDAAAL, H. E.; GEURTS, P. A. T. M. **Forces and functions in scientific communication: an analysis of their interplay**. 1997. Disponível em: <https://research.utwente.nl/en/publications/forces-and-functions-in-scientific-communication-an-analysis-of-t>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- ROSS-HELLAUER, T. What is Open Peer Review? A Systematic Review. **F1000Research**, v. 588, n. 6, 2017.

SANTANA, S. A.; FRANCELIN, M. M. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, jan./jun. 2016.

SILVEIRA, L.; SILVA, F. C. C. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, Campinas, v. 31, e190001, 2019.

SILVEIRA, L. et al. Serviço de indexação no portal de periódicos da UFSC: estratégia para a indexação de periódicos no Scielo. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 69-91, mar. 2018.

SOCIETY FOR SCHOLARLY PUBLISHING. **Professional Skills Map**. 2019, New Jersey. Disponível em: <https://www.sspnet.org/careers/getting-into-publishing/professional-skills-map/>. Acesso em: 01 set. 2020.

BIBLIOTECÁRIO DE REPOSITÓRIOS

Claudete Fernandes de Queiroz
Luciana Danielli de Araujo

1 INTRODUÇÃO

O profissional Bibliotecário pode aprender e interagir com novas fontes de informação, produtos e serviços que permitem que a qualificação desse profissional seja cada vez mais valorizada nas Instituições de Ensino e Pesquisa. O futuro das Bibliotecas universitárias, escolares e especializadas, a partir do advento da Internet, tomou um rumo que permitiu a interação *online* entre os profissionais e seus usuários – externos e internos.

O Bibliotecário pode, assim, oferecer serviços mais relevantes, rápidos e precisos, para atender as necessidades de informação das comunidades, das instituições em que está enquadrado e a própria sociedade. A competência deste profissional se tornou mais dinâmica, de forma que as informações oferecidas para os usuários tivessem um *link* de acesso para as bases de dados a partir do aperfeiçoamento dos novos sistemas e do desenvolvimento de produtos e serviços, com foco no controle da qualidade da informação. Do ponto de vista profissional, o Bibliotecário precisou estar mais atento e capacitado para atender as necessidades e acompanhar a evolução dos recursos e das competências necessárias para contribuir com a missão e função da Biblioteca.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵ (BRASIL, 2002) classifica o Bibliotecário como o “profissional da informação (2612-05)”, tendo o “Documentalista” e o “Analista de informações” como ocupações relacionadas. Na CBO são apresentados alguns sinônimos para esse profissional como: Bibliógrafo, Biblioteconomista, Cientista de informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação e Gestor de informação.

⁵ Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/261205-bibliotecario>

É importante destacar a importância das legislações que regem a profissão do Bibliotecário no contexto nacional, que são: Lei nº 4.084/1962 (BRASIL, 1962) que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício; a Lei nº 7.504/1986 (BRASIL, 1986) que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084/1962; o Decreto nº 56.725/1965 (BRASIL, 1975) que regulamenta a Lei nº 4.084; e a Lei nº 9.674/1998 (BRASIL, 1998) que dispõe sobre o exercício da profissão e dá outras providências. Esse conjunto de leis são fundamentais porque além de regulamentarem o exercício, também corroboram com a atuação desta profissão no território brasileiro.

O Bibliotecário é o profissional com graduação de nível superior, habilitado a executar diversas tarefas como: planejamento de bibliotecas e centros de documentação, organização e gestão dos acervos (físicos e *online*), avaliação, assessoria, consultoria, normalização de documentos, classificação, indexação etc., sendo capaz de atuar em diferentes tipos de Bibliotecas com o objetivo principal de atender às necessidades de informação da sociedade.

Para o exercício pleno das suas atividades é exigida a formação de bacharel em Biblioteconomia, sendo esses requisitos fundamentais para alinhar a realidade a qual o Bibliotecário está exposto e integrado às funções de uma biblioteca enquanto centro da guarda do conhecimento e instrumento a serviço da pesquisa, ensino, investigação científica, preservação e difusão do patrimônio da Instituição. Desta forma, os Bibliotecários são considerados gestores do conhecimento, até porque não guardam apenas a informação, mas também porque participam nos processos de organização do conhecimento, do armazenamento, da preservação e da disseminação permitindo que outros tenham acesso ao conteúdo tratado.

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a disponibilidade da informação através da Internet, os serviços disponíveis nas Bibliotecas precisaram ser reinventados, constituindo outras oportunidades de tornar esse profissional mais visível no campo da gestão do conhecimento, permitindo a interação

entre o trabalho em rede e as pessoas, facilitando o acesso e diminuindo o tempo de atendimento.

Outro fator que surgiu para que o Bibliotecário vislumbrasse outras atividades dentro do seu ambiente de trabalho, foi o surgimento do Movimento do Acesso Aberto⁶ na década de 1970, que se mostrou como uma manifestação capaz de dinamizar a informação quanto a divulgação gratuita e acessível para todos. Dentro deste contexto, a proposta deste trabalho é destacar a atuação do profissional de Informação que trabalha com Repositórios, e que tem como objetivo o gerenciamento da produção intelectual de uma Instituição, bem como dinamizar o potencial dos sistemas de informação digitais em rede para os usuários.

O texto aborda alguns tópicos como: a importância da comunicação científica para o uso dos repositórios; o sistema de comunicação científica; os Periódicos e as Editoras; Repositórios; o Bibliotecário como gestor de Repositórios; e alguns relatos de experiências, como a Rede Sudeste de Repositórios Institucionais; e do Arca – Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz. Ao final será apresentada uma conclusão sobre o tema.

2 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA PARA O ESTUDO DOS REPOSITÓRIOS

A origem da comunicação científica tem origem nos meados do século XV, principalmente com a fundação das primeiras universidades e início dos debates históricos e filosóficos. Após a invenção da imprensa, os documentos puderam ser disseminados para outros cientistas e o livro científico impresso passou a fazer parte do panorama editorial da Europa, rompendo desta forma, com a barreira entre as elites, que detinham o acesso aos conhecimentos e saberes relacionados com a pesquisa (BUENO, 2009).

A narrativa tem início no século XV, destacando as primeiras iniciativas, que ocorreram

⁶ Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico>

paralelamente ao desenvolvimento da ciência e da imprensa. A partir daí, os principais acontecimentos de cada século são comentados: as novas academias de ciência que se espalharam pelo continente europeu e cujas atas dão origem aos primeiros periódicos científicos (século XVI); o livro como instrumento de divulgação científica (séculos XVII e XVIII); as conferências científicas como forma de divulgação do conhecimento científico dirigida à sociedade (século XVIII); a consolidação das disciplinas e da especialização, e, paralelamente, dos periódicos científicos separadamente dos veículos de divulgação científica (MUELLER; CARIBÉ, 2010).

A produção de obras durante esse período é imensurável, mas destacamos algumas como: o *Compêndio de Conhecimentos Médicos* conhecido como *Fascículo de Medicina*, editado em 1491 em Veneza; a obra de Galileu Galilei intitulada *Dialoghi Sopra I Due Massimi Sistemi Del Mondo, Tolemaico e Copernicano* (Diálogos sobre os Dois Sistemas Máximos do Mundo, Ptolomaico e Copernicano) editado em 1632; os primeiros periódicos científicos conhecidos, intitulados *Journal des Savants* na França, e o *Philosophical Transactions of The Royal Society of London* do Reino Unido, ambos publicados em 1665; a *Gaceta Médica de México* produzida em 1864; a *Revista Médica de Chile* de 1872; a *Gaceta Médica de Caracas*, editada em 1893; e a revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*⁷ da Fundação Oswaldo Cruz⁸, iniciada em 1909, sendo editada até os dias atuais. A revista é considerada como uma das fontes de pesquisa na área de saúde mais importantes da América Latina (MUELLER; CARIBÉ, 2010).

O termo **Comunicação Científica** registra as inovações, descobertas e avanços alcançados através de estudos e pesquisas de

⁷ Disponível em: <https://memorias.ioc.fiocruz.br/>

⁸ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/>

um determinado assunto. É através dela que um cientista, pesquisador e estudioso pode registrar seu trabalho, permitindo também que outros tenham acesso aos dados dessa mesma pesquisa. Nesse processo, encontramos termos, teorias, fórmulas e uma linguagem apropriada e específica para cada assunto, de acordo com a área estudada. A “Comunicação Científica” também está disponível para pessoas leigas, que podem ter acesso aos registros dessas inovações através das mais variadas fonte de informação como: bases de dados, repositórios, bibliotecas digitais e sites das universidades e institutos de pesquisa (BUENO, 2009).

No contexto da Comunicação Científica, encontramos o termo “Divulgação Científica” que se refere ao processo de veiculação da informação científica e tem sido empregado na literatura para falar sobre a disseminação da ciência para o grande público, ou seja, é a transferência do discurso científico para o público geral, apresentando o conhecimento através de uma linguagem mais acessível, compreensiva e que consiga ser compreendida por pessoas que não são especialistas em determinado assunto (BUENO, 2009).

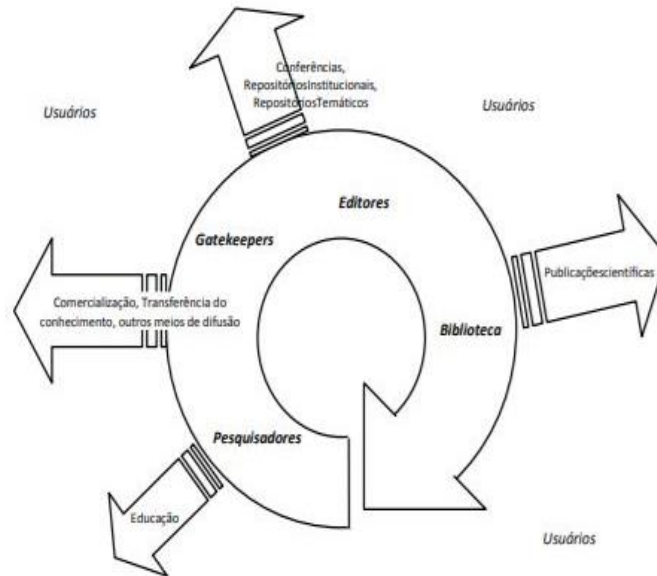
Os conceitos sobre Comunicação Científica também se baseiam nas diversas fontes primárias, secundárias e terciárias que fazem parte desse cenário informacional, onde estão dispostas entre os periódicos, repositórios e provedores de serviços. Em função da explosão informacional, do advento da Internet e da globalização, a comunicação científica tem se transformado, seja por canais de comunicação formal ou informal.

2.1 O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Shearer e Birdsall (2002) apresentam o conceito de um Sistema de Comunicação Científica (Figura 1) mostrando um conjunto de elementos no processo de disseminação dos resultados de uma pesquisa em diferentes estágios, e que envolvem pesquisadores, *gatekeepers*, editoras, Bibliotecas e principalmente os usuários. Dentre desse sistema, podemos perceber a função de cada um, discorrendo como as atividades serão realizadas e a forma de interação entre eles, como:

- a) **Os pesquisadores**, que dependem do sistema de comunicação científica para disseminar os resultados das suas pesquisas, como também ter o acesso ao conhecimento produzido por pesquisadores de outras Instituições/Universidades;
- b) **Os gatekeepers**, que controlam o fluxo da informação, entre os membros de uma organização, circulando ou não uma informação e que podem exercer funções de editores, revisores, organizadores, dentre outras;
- c) **As editoras**, que exercem a função de publicar os resultados dos trabalhos realizados, através dos periódicos científicos e de outros documentos;
- d) **As bibliotecas**, que têm uma função essencial, pois coletam, organizam, gerenciam, disseminam, recuperam e preservam as publicações;
- e) **Os usuários**, que são as comunidades que realmente utilizam os resultados das pesquisas (SHEARER; BIRDSALL, 2002).

Figura 1 – Sistema de Comunicação Científica.



Fonte: Shearer e Birdsall (2002).

2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA – OS PERIÓDICOS E AS EDITORAS

Após o desenvolvimento da imprensa de Gutenberg e da evolução das TICs, uma grande quantidade de documentos foi publicada, principalmente no século XX, ocasionando assim, uma vasta variedade de informações, sendo a maior formada por publicações científicas, especialmente os periódicos. Esse acontecimento ficou conhecido como “explosão bibliográfica”.

Weitzel (2002) afirma que:

Seu ápice ocorreu a partir da 2ª. Guerra Mundial, quando os grandes investimentos governamentais em pesquisa e desenvolvimento promoveram avanços científicos e tecnológicos fantásticos. Por sua vez, o desenvolvimento da ciência e tecnologia -C&T- impulsionou a comunicação científica formal resultando na multiplicação de textos publicados. Esse processo de aquisição e comunicação formal do conhecimento especializado, caracterizado pelo ciclo documentário, desencadeou a necessidade de maior controle bibliográfico para facilitar a busca por material de relevância específica destinado a apoiar novas pesquisas. Sendo assim, já não era mais possível colecionar em bibliotecas tudo o que foi publicado no mundo, nem tampouco saber ou ler tudo na mesma velocidade na qual a informação estava sendo produzida (WEITZEL, 2002).

Segundo Mueller (2006), a crise dos periódicos aconteceu no meio da década de 1980, mas desde os anos 1970, esse problema era evidente, onde:

[...] o gatilho da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisa americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma

crescente demanda de seus usuários, impossibilidade decorrente da falta de financiamento para a conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, mais alta mesmo que a inflação e outros índices que medem a economia. Isso já vinha acontecendo nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, cujas bibliotecas já não conseguiam manter suas coleções atualizadas, mas a crise só detonou quando atingiu as universidades norte-americanas (MUELLER, 2006, p. 31).

Nesse sentido, organizar e gerenciar essa grande produção foi um fator decisivo para as bibliotecas e para os centros de documentação. Os pesquisadores e cientistas das mais variadas áreas de estudo precisaram repensar suas práticas de produção e gestão informacional, tendo em vista que um dos grandes problemas enfrentados foi o acesso gratuito aos periódicos científicos, já que o mercado editorial tem sido dominado por seis grandes editoras comerciais após os anos 1990 (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015).

O cientista/pesquisador produz o conteúdo para submeter a uma editora visando a publicação do seu artigo, resultado das pesquisas, que, na maioria das vezes, é realizada com verba pública, e ao submeter o documento para a editora, verifica que ficará embargado por um período determinado e o acesso só será disponibilizado para o usuário mediante pagamento. O problema enfrentado pela comunidade científica neste tipo de situação, é porque os pesquisadores são pressionados para publicar seus trabalhos em revistas com fator de alto impacto. Essa afirmação foi baseada num estudo sobre o “oligopólio das editoras de periódicos científicos e a pressão por publicações dos cientistas”, publicada na revista Plos One em 2015 (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015).

O estudo é baseado na análise de 45 milhões de documentos indexados na plataforma Web of Science entre 1973 e 2013. Os autores

observam o crescimento de seis editoras comerciais: Elsevier, Blackwell, Springer, Taylor & Francis, American Chemical Society e Sage, que se fundiram com editoras menores. O grupo concentra 70% da produção em ciências naturais e médicas e ciências sociais aplicadas indexadas na Web of Science. Por exemplo, em 1995 a concentração dos artigos de ciências sociais nessas editoras era de 15%, mas em 2013 passou para 66% das publicações (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015, s.p. tradução nossa).

Vale ressaltar que o conflito entre os interesses editoriais e o preço dos artigos científicos tem gerado diversos problemas entre os pesquisadores e a sociedade. A partir do momento que o autor assina com essas editoras, o direito da obra passa a ser monopolizado e o acesso ao documento passa a ter um custo muito alto. Dentro desse aspecto, a crise dos periódicos e o monopólio das editoras, foram dois aspectos importantes para o surgimento do Movimento de Acesso Aberto criado com a premissa de entender o “Acesso Aberto” (*Open Access*) como a livre disponibilidade do conteúdo digital de caráter científico a qualquer usuário, permitindo a disseminação ampla e irrestrita da informação para toda sociedade.

Essa questão e seu impacto na literatura científica têm sido debatidos pelos profissionais de informação e pesquisadores, principalmente com relação à produção dos autores das Instituições. O conceito de “Acesso aberto” tem sido debatido constantemente pela comunidade científica, principalmente no tocante às iniciativas para viabilizá-lo com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

Podemos mencionar alguns acontecimentos importantes para a comunidade científica e que colaboraram para o fortalecimento do Movimento de Acesso Aberto, como: a Convenção de Santa Fé (1999); Declaração de

Budapeste (2002); a Declaração de Bethesda (2003); a Declaração de Berlim (2003), Declaração de Havana (2001) e a Declaração de Haia (2014) (RIOS; LUCAS; AMORIM, 2019, p. 150).

Alves e Veiga (2016) relatam que o acesso aberto é

um movimento internacional que visa promover o acesso livre e irrestrito à literatura científica e acadêmica, favorecendo o aumento do impacto do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores e instituições, contribuindo, também para a reforma do sistema de comunicação científica.

É importante comentar que esse movimento foi criado para dar disponibilidade à literatura produzida, priorizando e fortalecendo a Comunicação Científica.

O Acesso Aberto é um importante aliado da informação científica e tem sido uma preocupação em vários países, com diferentes formas de atuação e valorizando a disseminação do conhecimento científico para toda a sociedade, de forma democrática e gratuita e visando principalmente resguardar a produção intelectual.

Björk (2005) apresenta os canais mais importantes para o Acesso Aberto, que são:

- 1) periódicos científicos eletrônicos com avaliação prévia pelos pares;
- 2) servidores de e-prints para áreas específicas;
- 3) repositórios institucionais; e
- 4) autoarquivamento em páginas pessoais dos autores (Björk, 2005, documento digital não paginado).

Dentro deste contexto, ressaltamos a importância da criação dos repositórios, integrados às propostas do Movimento de Acesso Aberto baseados em duas estratégias a partir da Reunião de Budapeste em 2002 que definiu o 1º protocolo de interoperabilidade, o *Open Access Initiative-Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH): a via verde, quando os documentos são depositados em repositórios institucionais de livre acesso; e a via dourada, que se refere à produção em periódicos de Acesso Aberto.

Isso demonstra que os repositórios nasceram com o objetivo de armazenar e disseminar a literatura científica, tornando-se um espaço para depositar a produção intelectual de determinada instituição, visando assim, gerenciar, dar acesso, promover, dar visibilidade, e preservar o conteúdo digital.

2 REPOSITÓRIOS

Os Repositórios foram criados para organizar e reunir a produção científica de uma instituição através de um sistema/banco de dados, que permite armazenar diferentes tipos de arquivos nos mais diversos formatos. Os Repositórios permitem que a produção científica de uma instituição e seu conteúdo digital esteja em acesso aberto, promovendo a disseminação e a preservação da memória institucional (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2016).

Um dos primeiros repositórios digitais que surgiu na década de 1990, nos Estados Unidos foi criado por Paul Ginsparg e intitulado ArXiv5 com abrangência nas áreas da Ciência da Computação, Física, Matemática e Ciências Não Lineares. O Repositório ArXiv foi desenvolvido experimentalmente como uma alternativa ao modelo adotado no processo de comunicação científica, propiciado pela crise das revistas científicas. Nesse contexto, os repositórios digitais surgiram como uma alternativa ao acesso, disseminação e preservação da produção científica que cresceu no final do

século 20. A Iniciativa dos Arquivos Abertos ou Open Archives Initiative (OAI) propiciou novas possibilidades para o processo de comunicação científica por meio da inserção dos repositórios institucionais de acesso aberto com o objetivo de organizar, disseminar e prover o acesso às informações científicas (Baptista et al., 2007).

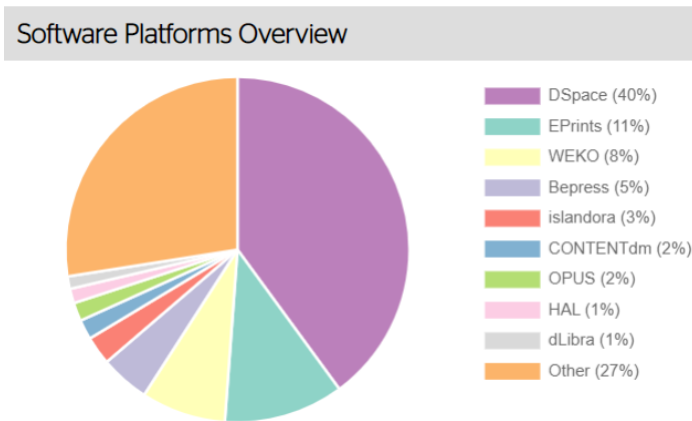
Os repositórios podem ser classificados como institucionais, temáticos e de dados de pesquisa, de acordo com a finalidade estabelecida pela instituição e devem ter como características: autenticidade, fidedignidade, integridade e inteligibilidade.

No caso dos repositórios institucionais, podemos afirmar que sua principal característica é reunir a produção de uma instituição num único local, visando melhorar a visibilidade tanto da instituição quanto dos autores. Os repositórios temáticos reúnem a produção intelectual pelas áreas do conhecimento e os de dados de pesquisa reúnem os resultados das pesquisas produzidas por pesquisadores.

Segundo Shintaku e Meirelles (2010), “os Repositórios podem ser implementados de várias maneiras e para várias finalidades, destacando-se, a utilização do DSpace⁹, principalmente por sua presença em várias instituições, como o software mais utilizado para implementação de repositórios institucionais de acesso aberto”. Esta afirmação é corroborada até os dias atuais (agosto 2020), conforme apresentado no site do OpenDoar¹⁰ (Figura 2), destacando o DSpace como o mais usado pela maioria das instituições nacionais e internacionais.

⁹ Disponível em: <https://duraspace.org/dspace/>

¹⁰ Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/opensdoar/>

Figura 2 – Software Platforms Overview.

Fonte: Dados da pesquisa.

Podemos afirmar que os repositórios representam a “via verde”, que consiste principalmente no autoarquivamento, por parte dos autores ou representantes, de uma cópia de suas publicações, permitindo que o próprio autor deposite seu trabalho sem intermédio de terceiros, num repositório digital de acesso livre.

Esse processo ajuda o autor a publicar seu trabalho no repositório da Instituição ao qual está vinculado para disponibilizá-lo de forma mais ágil e democrática. O Autoarquivamento é um dos maiores desafios do Acesso Aberto, pois demanda uma política definida pela Instituição para seus pesquisadores. Essa iniciativa começou em 2003, através da Universidade de Southampton, Departamento de Eletrônica & Ciência da Computação, que foi pioneira na adoção de uma política mandatória de autoarquivamento (ALVES; VEIGA, 2016, p. 34).

No Brasil, ainda existem poucas instituições que já têm uma Política Institucional definida e alinhada para seus Repositórios, mas

podemos citar a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz¹¹, que tornou mandatário o depósito dos Artigos, Dissertações e Teses no Arca – Repositório Institucional da Instituição¹² de forma a fortalecer e preservar a memória institucional, promovendo o livre acesso e se constituindo num importante instrumento para organizar, reunir, disseminar, e dar visibilidade ao conhecimento gerado (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

Podemos elencar alguns resultados alcançados com a implementação dos Repositórios, como: o gerenciamento e acesso à produção científica; visibilidade dos trabalhos; aumento na média de citações; institucionalização da produção intelectual; confiabilidade das informações; preservação digital dos documentos; consolidação da produção num único lugar; alinhamento com o Movimento de Acesso Aberto; integração com outros sistemas de informação; fornecimento de métricas e de dados estatísticos.

Também podemos destacar alguns benefícios alcançados pelos pesquisadores com a implementação dos Repositórios, como: aumento da visibilidade das suas descobertas científicas; acessibilidade 24 horas; ambiente seguro em que os trabalhos são permanentemente armazenados; disseminação da literatura cinzenta; identificação dos trabalhos com um endereço eletrônico simples e persistente, identificação das referências utilizadas; e atendimento as demandas das agências de fomento em relação à divulgação científica (GONÇALVES; QUEIROZ; ARAUJO, 2019).

No desenvolvimento dos Repositórios Institucionais é imprescindível selecionar o sistema que será utilizado, dando preferência a sistemas de código aberto, com padrões técnicos e tecnológicos estabelecidos e a definição do esquema de metadados¹³

¹¹ Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf

¹² Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/>

¹³ “Metadado é a informação estruturada que descreve, explica, localiza, ou ainda possibilita que um recurso informacional seja fácil de recuperar, usar ou gerenciar. O termo metadados frequentemente designa dados sobre dados”. Os esquemas e

para as tipologias. Esses requisitos serão imprescindíveis para promover a padronização, interoperabilidade, normalização e gestão do conteúdo informacional como também possibilitar a integração das buscas e textos completos, tais como as fontes primárias, secundárias e terciárias na Internet (WEITZEL, 2006).

É importante destacar algumas ações de incremento e que ajudam a alavancar os repositórios dentro das instituições, tais como: realização de reuniões, eventos e treinamentos; fortalecimento do povoamento; mobilização permanente; inclusão de documentos sobre temas importantes e emergentes como por exemplo, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19)¹⁴; participação em redes sociais para troca de informações e divulgação em meios de comunicação institucional.

Para o estabelecimento de um Repositório de Dados, além das questões informáticas citadas anteriormente, a instituição precisa estar atenta para a gestão deste tipo de informação e que demanda conhecimentos sobre o que é um Dado de Pesquisa e sua relevância para a Comunidade Científica. Os trabalhos deverão conter uma série de estratégias e ações para a organização deste tipo de Repositório que envolve uma política de gestão, compartilhamento e abertura de dados, processos colaborativos entre os profissionais de informação (Bibliotecários de Dados), pesquisadores e os usuários, de forma a estimular o avanço da Ciência Aberta dentro da sociedade e da própria Instituição.

3 O BIBLIOTECÁRIO COMO GESTOR DE REPOSITÓRIOS

Os profissionais Bibliotecários são considerados como gestores e organizadores do conhecimento, atuando em vários serviços e processos que ocorrem dentro das Bibliotecas e Centros de Documentação de uma organização. Ele atua na criação, tratamento,

estruturas de metadados mais significativos para a área de bibliotecas digitais são: MARC – *Machine-Readable Cataloguing*; MODS – *Metadata Object Description Schema* e DUBLIN CORE (SAYÃO, 2007).

¹⁴ Veja no Arca (www.arca.fiocruz.br) o botão criado com a estratégia de busca para COVID-19, cujo objetivo é direcionar as buscas de forma mais seletiva e ágil.

armazenamento, disseminação e gestão dos documentos, como também, interage com o usuário, permitindo assim que a informação esteja disponível em tempo hábil de forma precisa e eficiente.

O Bibliotecário organiza as informações para fornecer acesso aos seus usuários, de forma que o conteúdo esteja disponível através de canais variados como por exemplo, a Internet. Os desafios enfrentados envolvem melhorar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos, como também apresentar as suas competências e capacidades com foco na gestão do conhecimento.

O profissional Bibliotecário que atua com Repositórios precisa estar alinhado com outras particularidades, como por exemplo, sua atuação como gestor do sistema, nas comunidades e coleções dentro de um contexto informacional bem abrangente, visando atender a instituição e seus pesquisadores. Nesse sentido, Shintaku e Meirelles (2010) discorrem sobre a atuação desse profissional na gestão dos Repositórios, definindo seus papéis de forma bem variadas, como administrador do sistema e gestor das informações, interagindo com várias equipes como:

leitores (usuários que acessam o repositório à procura de informações); grupo gestor do repositório (administradores ou usuários do repositório que definem as políticas gerais e que decidem sobre a sua atuação; equipe de informática (profissionais responsáveis pela execução de procedimentos técnicos, específicos de informática); catalogadores (usuários que submetem os documentos ao repositório, em alguns casos de autoarquivamento é o próprio autor); avaliadores, certificadores dos conteúdos e revisores dos metadados (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 17).

O gerenciamento do Repositório é muito importante para o funcionamento das informações que serão depositadas, e por isso, o Bibliotecário deve estar atento para o monitoramento dos

procedimentos de forma assertiva. Shintaku e Meirelles (2010) afirmam que a atuação do Bibliotecário como administrador do Repositório reitera que

essa grande responsabilidade requer conhecimentos específicos de gestão em vários aspectos como: entender o sistema usado, disseminação, recuperação e organização da informação, alinhamento dos propósitos da instituição em relação ao repositório, usuários importantes para o funcionamento do repositório, visão das diversas categorias de usuários sobre os serviços e funcionalidades do repositório, garantir aos outros usuários a disponibilidade adequada das ferramentas e informações do repositório (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010).

É fundamental que o profissional que gerencia e trabalha com Repositórios tenha habilidades e competências para atuar em diversos processos. As competências envolvem conhecimentos, aptidões e qualidades decorrentes das experiências acumuladas, como também capacidades nas ferramentas computacionais e trabalho em rede. Esse profissional precisa ainda, ter habilidades no manejo adequado das tecnologias de informação e nas estratégias de monitoramento e usabilidade do sistema para aprimorar e melhorar as competências tecnológicas e informacionais, que exigem um mínimo de conhecimento (AMANTE, 2014).

As competências envolvem também atitudes que são capazes de mobilizar conhecimentos, ações e valores que precisam interagir com as tomadas de decisões e o gerenciamento dos recursos humanos e orçamentários. Os bibliotecários que atuam como gestores, precisam garantir a qualidade e o acesso aos dados que foram depositados (AMANTE, 2014).

Nesse campo de atuação, deve ser imprescindível para o bibliotecário participar do debate sobre Comunicação Científica e de

como a publicação científica vai ser apresentada para o público e quais as fontes de informação da literatura em acesso aberto que poderão integrar os conteúdos nos Repositórios.

Esse profissional, enquanto gestor do conhecimento, deve compreender o potencial dos sistemas de informações digitais em rede dentro das bibliotecas e deve colaborar na promoção e uso do acesso aberto, promovendo e disponibilizando os documentos publicados, bem como identificar os recursos de informação externos indispensáveis para que a organização e seus membros possam desenvolver as suas atividades (AMANTE, 2014).

O desenvolvimento dos repositórios nas Instituições mostra a importância da atuação dos profissionais de informação como gestores desse processo, porque tem uma visão ampla da organização em que estão inseridos, integrados com a missão e os valores institucionais. Atuar como líderes, executar projetos de gestão nos Repositórios, participar da divulgação das publicações são pontos relevantes para esse profissional (GONÇALVES; QUEIROZ; ARAUJO, 2019).

Segundo Amante (2014), os repositórios permitem aumentar o impacto e a visibilidade dos resultados das atividades da produção científica, e dentro deste enfoque, o Bibliotecário deverá atuar como um interlocutor para prover a qualidade e a relevância científica dos textos depositados, contribuindo também para a melhoria da comunicação interna entre as comunidades. Sendo assim, a gestão dos repositórios:

implica avaliar, selecionar, facilitar o acesso, agrupar e disponibilizar o conhecimento, processos que sempre constituíram o coração da Biblioteconomia. Para os bibliotecários, à medida que diminui o seu papel de guardiões do acesso aos recursos de informação externos aumenta o seu papel como guardiões da informação, do conhecimento produzido internamente. O desenvolvimento de repositórios segue um conjunto de fases/etapas

mais ou menos planejadas que deve seguir qualquer projeto de mudança e de inovação organizacional. Implica uma dimensão técnica operacional e uma dimensão comportamental e de mentalidades não menos importante (AMANTE, 2014, p. 249).

O desenvolvimento dos repositórios permite intensificar as relações colaborativas entre várias áreas que ajudam a promover o reconhecimento da atuação das Bibliotecas e dos gestores de repositórios perante a instituição ao qual estão ligados. Os repositórios representam uma oportunidade para trabalhar em rede com outras bibliotecas, permitindo assim, uma aprendizagem conjunta e a interação entre os demais profissionais, resultando em estabelecer contatos, intercâmbio e colaboração das informações disponibilizadas (AMANTE, 2014).

Na atuação dos Bibliotecários que atuam com os Repositórios de Dados de Pesquisa, podemos enfatizar que a participação desses profissionais está atrelada às diferentes fases estabelecidas e que permeiam as pesquisas. É importante que o Bibliotecário possua competências e habilidades voltadas para a gestão e planejamento dos dados, e principalmente tenha conhecimentos sobre os conceitos que envolvem a Ciência Aberta, que promove o acesso aos documentos produzidos, como também aos resultados das pesquisas, que são coletados em diversas formas e tipologias, como: cadernos de laboratórios, planilhas, tabelas, apontamentos etc.

A Ciência Aberta também está atrelada à gestão e à abertura dos dados de pesquisa, que são componentes fundamentais da Ciência para a disponibilização dos dados nos chamados Repositório de Dados, além de valorizar a pesquisa e a divulgação científica dentro das instituições, destacando a importância do pesquisador e dos seus resultados. Segundo Rodrigues et al. (2018), Ciência Aberta

é a atividade científica praticada de modo aberto, colaborativo e transparente, em todos os domínios do conhecimento, desde as

ciências fundamentais até às ciências sociais e humanidades. Está associada as temáticas como o acesso aberto, dados abertos, ciência cidadã e sistemas abertos de avaliação pelos pares.

O profissional Bibliotecário também deve estar atento para o modelo de gerenciamento dos Repositórios de Dados de Pesquisa, que tem uma vertente diferente do Repositório Institucional. Segundo Sales et al. (2019), o

Bibliotecário de Dados é um profissional da área de biblioteconomia com formação em gestão de repositórios de dados e de curadoria, indexação e catalogação de dados e conhecedor dos fluxos das pesquisas locais. Promove cursos e apoia a elaboração do PGD (SALES et al., 2018, p. 7).

Esse profissional precisa conhecer os fluxos de pesquisa da Instituição em que atua para poder gerenciar e auxiliar no desenvolvimento de um plano de gestão de dados e apoiar as políticas institucionais voltadas para a coleta e inserção dos dados no Repositório. Para os pesquisadores e para a sociedade, o depósito desses dados, poderão garantir o acesso e o reuso das informações em outras pesquisas, permitindo a consolidação de parcerias estratégicas na comunidade científica, além de promover o acesso aberto para todos.

Dentro desse contexto dos Repositórios, é importante alinhar o papel do profissional Bibliotecário também como curador das informações depositadas, ou seja, como a Curadoria Digital (Figura 3) envolve atividades de gestão dos conteúdos através do estabelecimento de diretrizes e padrões para o processo de organização e dos procedimentos. Os resultados esperados com o trabalho de curadoria permitirão assegurar um padrão de qualidade dos registros e dos objetos digitais inseridos; além de fomentar ações

para a preservação digital e organização de forma adequada da produção científica da Instituição inserida no repositório (MARANHÃO; QUEIROZ; RODRIGUES, 2017).

As tarefas requeridas e apresentadas até aqui evidenciam o importante papel dos bibliotecários nos Repositórios, que estão capacitados para lidarem com o cotidiano da gestão das informações bibliográficas, dos dados de pesquisa, da curadoria e também da Preservação Digital. O imenso desafio e as responsabilidades deste profissional, tornam-se evidentes e ascendem para a qualidade na formação diversificada nas diferentes áreas de atuação do conhecimento dos gestores dos diversos tipos de Repositórios.

Figura 3 – Curadoria Digital.



Fonte: Maranhão, Queiroz e Rodrigues (2017).

4.1 RELATOS DE EXPERIÊNCIA – REDE SUDESTE DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Uma pesquisa realizada em 2019¹⁵ pela equipe da Fundação Oswaldo Cruz, que coordena a Rede Sudeste de Repositórios Institucionais (Sudeste/RIAA)¹⁶ (Figura 4) permitiu verificar que na Região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santos e Minas Gerais), das 68 instituições¹⁷, públicas e privadas, que participam da Rede, 80% possui repositórios institucionais em funcionamento, coordenados pelas bibliotecas e gerenciados por Bibliotecários. A Rede foi criada em 2017, e pode ser considerada um exemplo de sucesso de como a gestão dos Repositórios pelos Bibliotecários é muito importante e relevante para a área de Informação das Instituições.

A participação dos profissionais de informação que trabalham com os Repositórios Institucionais na Rede Sudeste fortalece a ação colaborativa nas Instituições e corrobora para um trabalho em âmbito regional que promove a parceria, o compartilhamento de informações, e a troca de experiências. A Rede tem como propósito garantir o acesso de forma aberta, gratuita e pública ao conhecimento produzido pelas Instituições membros e apresentar como os profissionais da informação que atuam de forma colaborativa, ajudam a gerenciar e administrar os Repositórios (REDE SUDESTE..., 2019).

¹⁵ Os resultados da pesquisa estão disponíveis no Relatório da Sudeste/RIAA: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39711>.

¹⁶ A Rede Sudeste faz parte da Rede Nacional de Repositórios Digitais coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

¹⁷ Dados de agosto de 2020.

Figura 4 – Logomarca da Sudeste/RIAA.

Fonte: Rede Sudeste... (2019).

Os principais objetivos da Rede e dos profissionais de informação envolvidos na gestão da Rede são:

- Criar, com o apoio dos profissionais de informação, repositórios digitais, institucionais e temáticos, observando os pressupostos do acesso aberto à informação científica;
- Incentivar o depósito da produção científica nos seus repositórios institucionais;
- Buscar o estabelecimento de uma política de ciência aberta e de funcionamento dos repositórios;
- Organizar ações contínuas de capacitação de usuários;
- Proporcionar ajuda mútua na implantação e gerenciamento de repositórios;
- Buscar novas instituições que possuam perfil para integrar a rede;
- Apoiar as ações dos grupos de trabalho criados no âmbito da rede;
- Promover o autoarquivamento das publicações produzidas;
- Fortalecer a elaboração de Políticas Institucionais das Instituições que compõem a Rede Sudeste.

A Rede atua de forma assertiva para manter a qualidade dos repositórios e dos seus conteúdos, a partir da atuação colaborativa dos profissionais da informação. Nesse sentido, considera-se que o trabalho compartilhado e o desenvolvimento dos projetos conjuntos realizados são relevantes e fundamentais para outros profissionais no Brasil e no exterior (REDE SUDESTE..., 2019).

4.2 A EXPERIÊNCIA DO ARCA – REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

O Arca – Repositório Institucional da Fiocruz¹⁸ (Figura 5) foi criado em 2007 como um projeto de recuperação da memória digital do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICT). O trabalho de criação foi desenvolvido em três fases: o projeto incubador, a fase de povoamento e a escolha do *software* DSpace. Em 2011, o Repositório foi oficialmente incorporado como “Repositório Institucional da Fundação” e a partir de 2014, com o lançamento da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento¹⁹, foi possível o estabelecer três estruturas de governança, a saber:

- 1) Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento;
- 2) Comitê Gestor do Repositório;
- 3) Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAACs).

A Política determinou como mandatário o depósito no Arca das dissertações e teses dos programas de pós-graduação no âmbito da Fiocruz e dos artigos produzidos publicados em periódicos científicos. O Arca tem como missão “reunir, hospedar, preservar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Fundação Oswaldo Cruz”, sendo o principal instrumento de realização do Acesso Aberto na Instituição. Atualmente, é composto por 28 comunidades e cerca de 39.000²⁰ objetos digitais depositados desde 2011, que dão visibilidade aos trabalhos produzidos por seus autores, contribuindo para ampliar, consolidar e preservar a pesquisa científica (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020).

De acordo com a Política, a gestão do Arca é realizada pelo Comitê Gestor do Repositório e pelos Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAACs). O Comitê Gestor do Arca²¹ é formado por

¹⁸ Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br>

¹⁹ Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf

²⁰ Dados atualizados em agosto de 2020.

²¹ Os componentes da Equipe Executiva do Repositório Arca são: Aline Silva; Adilson

uma equipe de Bibliotecários e Analistas de Sistemas, que atuam diretamente como administradores da base, gerenciando todas as comunidades do Repositório e fornecendo subsídios para apoio tecnológico e informacional, treinamentos, atendimentos e suporte. Os NAACs possuem uma composição mínima de profissionais, de acordo com a especificidade da estrutura organizacional (Vice-Diretor de Pesquisa, Ensino, Desenvolvimento Institucional, Desenvolvimento Tecnológico, Informação e Comunicação). Vale destacar que nos NAACs, os profissionais da área de informação (preferencialmente bibliotecários) atuam na gestão, certificação e aprovação dos documentos de forma a garantir a qualidade e a autenticidade dos dados e do material depositado. Eles são responsáveis pelo fluxo da gestão informacional de toda a produção das Unidades Técnico Científicas da Fiocruz.

Figura 5 – Página principal do Arca – Repositório Institucional da Fiocruz.



Fonte: www.arca.fiocruz.br

O Arca está organizado internamente em Comunidades, que representam as diversas Unidades da Fiocruz, em Subcomunidades e

Junior, Andréa Gonçalves do Nascimento; Angelo José Moreira Silva; Catarina Barreto Malheiro Pereira; Claudete Fernandes de Queiroz, Éder de Almeida Freyre; Leonardo Simonini Ferreira; Lucas Zinato Carraro; Luciana Danielli de Araujo, Raphael Belchior Rodrigues; Rita de Cassia da Silva; e Vinicius Belchior Asséf Neto. Dados atualizados em junho de 2020.

em Coleções, que reúnem os documentos por tipologia. As Comunidades estão divididas da seguinte forma: Casa de Oswaldo Cruz, Centro de Desenvolvimento de Tecnologia em Saúde, Editora Fiocruz, Escola Corporativa Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fiocruz África, Fiocruz Amazonas – Instituto Leônidas e Maria Deane, Fiocruz Bahia – Instituto Gonçalo Moniz, Fiocruz Brasília, Fiocruz Ceará, Fiocruz Mata Atlântica, Fiocruz Mato Grosso do Sul, Fiocruz Minas – Instituto René Rachou, Fiocruz Paraná – Instituto Carlos Chagas, Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães, Fiocruz Petrópolis, Fiocruz Piauí; Fiocruz Rondônia, Fiocruz São Paulo, Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Instituto de Tecnologia em Fármacos, Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Instituto Oswaldo Cruz, Presidência Fiocruz.

O estabelecimento de diretrizes e padrões para o processo de gestão e de organização das informações e dos objetos digitais são levados em consideração durante o processo de alimentação no Repositório. Ressaltamos ainda que o Arca é a principal fonte de informação da Fiocruz contendo a produção da Instituição de forma a garantir a confiabilidade e integridade das informações, em concomitância com o objetivo Movimento de Acesso Aberto e da sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando assim dar maior visibilidade, uso e interoperabilidade aos conteúdos depositados. Podemos afirmar que o papel do Gestor Bibliotecário para a realização do trabalho no Arca é fundamental para o sucesso do Sistema, reconhecido na Instituição como uma ferramenta de gestão do conhecimento, de forma a oferecer à sociedade um serviço de saúde público digno, gratuito, confiável e estruturado.

Os documentos produzidos pela Fiocruz e que estão disponibilizadas no Arca permitem a disseminação e a preservação da memória institucional para a comunidade científica e para a

população em geral. Ressaltamos ainda que o Arca é reconhecido como uma fonte de informação valiosa para a Instituição, além de ser um grande banco de cientistas, presentes nas diversas Unidades da Fiocruz com os trabalhos integrados a diferentes autores de Instituições Públicas e Privadas de âmbito nacional e internacional e que reflete a imensidão do sonho iniciado por Oswaldo Cruz há 120 anos com a criação da Fundação.

4 CONCLUSÃO

Concluimos este trabalho reafirmando a importância do Bibliotecário que trabalha em Repositórios, considerando a atuação deste profissional fundamental para o gerenciamento e sucesso desses sistemas, interagindo principalmente com o usuário e com o conhecimento produzido, de forma a garantir a confiabilidade, o acesso e a integridade das informações.

Este trabalho busca ainda enfatizar a relevância do Bibliotecário em todos os campos do conhecimento, mas principalmente como gestor de um sistema de informação que promove visibilidade, uso e interoperabilidade das informações. A diversidade e transformações provocadas pelas TICs e pelas demandas crescentes das instituições, intensificaram o debate em torno do compromisso com pesquisadores e usuários.

Podemos afirmar que o Bibliotecário que atua, gerencia e coordena os Repositórios são responsáveis pelas informações depositadas, bem como pela curadoria dos dados que ficarão disponibilizados. Esse gestor deve estabelecer processos, critérios, estratégias para sistematizar e organizar as informações, priorizando as políticas institucionais, a comunicação científica, os registros bibliográficos e os dados de pesquisa. Ele deve, acima de tudo, priorizar o conhecimento adquirido no trabalho e nas experiências vividas, para que desta forma, possa contribuir e subsidiar soluções para a pesquisa científica e para a Instituição que trabalha, provendo o acesso ao seu usuário, e, principalmente, disseminando as informações para atender toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. S.; VEIGA, V. S. O. **Repositórios**: conceito, tecnologia e aplicação. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2016. 76 p. Trabalho apresentado no Curso de Acesso à Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Modalidade: Qualificação. Disponível em: <http://arca.fiocruz.br/handle/icict/16385>. Acesso em: 10 jul. 2020.

AMANTE, M. J. O bibliotecário como gestor do conhecimento: o caso dos repositórios. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 243-254, jun. 2014.

BAPTISTA, A. A. et al. Comunicação científica e o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., p. 1-17, 2007.

BJÖRK, B. C. Open access to scientific publications: an analysis of the barriers to change **Information Research**, v. 9, n. 2, p. 170, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, número especial, p. 1-12, 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Sobre o Arca**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/terms/sobre.jsp>. Acesso em: 7 jul. 2020.

GONÇALVES, A. G.; QUEIROZ, C. F.; ARAUJO, L. D. **A importância dos Repositórios e da Preservação Digital para a pesquisa científica**. Rio de Janeiro, Fiocruz/ICICT, 2019. 93 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Repositórios digitais**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>. Acesso em: 5 ago. 2020.

LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. **Plos One**, v. 10, n. 6, p. 1-15, 2015.

MARANHÃO, A M. N.; QUEIROZ, C. F.; RODRIGUES, Raphael Belchior. Curadoria digital de dados no Arca - Repositório Institucional da Fiocruz: relato de experiência. **RECIIS** - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-4, nov. 2017. Suplemento.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

MUELLER, S. P. M.; CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica para o público leigo: breve histórico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, número especial, p. 13-30, 2010.

REDE SUDESTE DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS. **Relatório de atividades**: Rede Sudeste de Repositórios Institucionais 2019. Rio de Janeiro: Sudeste/RIAA, 2019. 43 p. il. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39711>. Acesso em: 5 jul. 2020.

RIOS, F. P.; LUCAS, E. R. O.; AMORIM, I. S. Manifestos do Movimento de Acesso Aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 1, p. 148-169, 2019.

RODRIGUES, E. et al. **O que é Ciência Aberta?** Rio de Janeiro: Campus Virtual Fiocruz/Escola Corporativa Fiocruz; Universidade do Minho, 2018. Material multimídia (Microcurso 1/3, Série 1 - Formação Modular em Ciência Aberta). Disponível em: https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/mod_hotsite/ciencia-aberta. Acesso em: 20 jul. 2020.

SALES, L. F. et al. Competências dos bibliotecários na gestão dos dados de pesquisa. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 48 n. 3 (Supl.), p. 303-313, set./dez. 2019.

SAYÃO, L. F. Padrões para bibliotecas digitais abertas e interoperáveis. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., p. 18-47, jan./jun. 2007.

SHEARER, K.; BIRDSALL, B. **The transition of scholarly communication in Canada**. 2002. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16374/6/Modelo%20gen%C3%A9rico%20de%20ges>

t%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20-%20Fernando%20Leite.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. F. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. 88 p.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61- 67, jan./jun. 2002.

WEITZEL, S. R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006.

BIBLIOTECÁRIO DE SISTEMAS

Miguel Romeu Amorim Neto

1 INTRODUÇÃO

À medida que novas tecnologias surgem, diferentes problemas se apresentam e novos usos são incorporados em um ciclo contínuo. Não importa o nível de saturação tecnológica dentro de uma organização, existem ciclos identificáveis de experimentação, adoção, exploração, maturação, adaptação e obsolescência.

No âmbito das bibliotecas, as primeiras iniciativas de automação apareceram em 1936 com a adoção pela Universidade do Texas de um sistema de cartão perfurado para gerenciar a circulação, que se seguiu na década de 1960 com o desenvolvimento do padrão *Machine-Readable Cataloging* (MARC) e o aparecimento das primeiras redes de cooperação²².

A criação dos bancos de dados relacionais e automação de catálogos no final dos anos 1970 e início dos 1980 foi a grande revolução que permitiu que as bibliotecas se mantivessem ativas em projetos tecnológicos. Nos anos seguintes, com o desenvolvimento de outros aplicativos, também receberam atenção: pesquisa de bases de dados de referência, funções administrativas e atividades de automação de escritório.

É neste contexto que surgiu uma das áreas mais desafiadoras e estimulantes da biblioteconomia, a partir do envolvimento com tecnologias emergentes. Trabalhando com a automação de maneira geral e cuja responsabilidade é garantir que os outros profissionais na biblioteca estejam cientes das implicações, políticas e práticas apropriadas sobre as tecnologias adotadas.

Este é o bibliotecário de sistema, um indivíduo-chave dentro das organizações para liderar os processos de disrupção. Eles trazem

²² OCLC surgiu como *Ohio College Library Center* em 1967 e em 1978, após uma reestruturação que fez expandir seu portfólio de serviços e que permitia a filiação de bibliotecas de qualquer região dos Estados Unidos, foi rebatizada para *Online Computer Library Center*.

para a mesa um amplo entendimento da tecnologia e suas questões técnicas, bem como das possibilidades de uso pela biblioteca e como podem impactar em questões humanas.

Bibliotecários de sistemas trazem consigo uma gama de habilidades e abordagens relacionadas à tecnologia, organizações e informações. Esses profissionais técnicos oferecem experiência e sensibilidade para computação no ambiente da biblioteca, estando divididos entre dois mundos (Bibliotecas e Computação) e combinando o que de melhor cada um desses mundos tem a oferecer. Seu objetivo profissional é descobrir novas maneiras de usar computadores para melhorar os serviços de biblioteca.

Um bibliotecário de sistemas é um especialista, assim como um bibliotecário de aquisições, bibliotecário de referência ou bibliotecário de empréstimo entre bibliotecas. Entretanto, por não possuir um treinamento direcionado, desenvolvem experiência a partir da prática, ou do contato com profissionais de tecnologia. Já o conhecimento e os níveis de habilidade de que precisam são adquiridos por meio de uma variedade de oportunidades de trabalho prático, estudo e experimentação.

No passado, a biblioteconomia era associada apenas a livros porque estes eram as principais manifestações da informação. Com o passar dos anos e o surgimento de novos suportes e formatos, além da coleta, organização e armazenamento, foram incluídas as atribuições de avaliação e disseminação de informações.

Atualmente, a informação se manifesta em muitos meios e o mais notável é o meio eletrônico, dada principalmente à velocidade com que se multiplica e se propaga. A biblioteconomia de sistemas é a combinação dos princípios biblioteconômicos com as habilidades de computação. As atividades de um bibliotecário de sistemas envolvem a responsabilidade pela gestão de todas as tecnologias de informação usadas na biblioteca. Suas atribuições vão desde o estudo sobre como as tecnologias podem ser aplicadas à biblioteca, passando pela escolha da melhor ferramenta de *software* a ser adotada, planejamento, implantação e gestão do *software*. Pode atuar também no desenvolvimento, aperfeiçoamento ou

personalização de tecnologias para atender a demandas específicas da instituição em que trabalha.

É irônico que uma organização possa gastar milhares de recursos financeiros em tecnologia e nenhum centavo nos materiais necessários para usá-la com eficácia, mas isso acontece. Nas bibliotecas, uma das áreas de responsabilidade mais comuns dos bibliotecários de sistemas é o treinamento, a documentação, manutenção da tecnologia e o suporte ao usuário. Os bibliotecários nessas posições estão ativamente envolvidos no fornecimento de assistência individual e sessões de grupo tanto formal quanto informalmente sobre o uso do sistema integrado de biblioteca (*Integrated library system – ILS*), processamento de texto, pesquisa de banco de dados, e-mail, pesquisa na *web* e muito mais.

Diante disso, além de habilidades técnicas e conhecimento, um bibliotecário de sistemas deve possuir habilidades de comunicação. Criar um registro escrito de como as coisas funcionam e quais etapas devem ser seguidas para resolver problemas específicos é fundamental para que um departamento de sistemas e um programa de tecnologia de biblioteca funcionem bem. Precisam ser capazes de traduzir processos e procedimentos altamente técnicos em uma linguagem que os leigos possam entender e se beneficiar. Além disso, são responsáveis por informar outros bibliotecários sobre as necessidades das bibliotecas e seus usuários em linguagem técnica e lógica que façam sentido para eles. Ademais, muitas vezes os bibliotecários de sistemas precisarão se comunicar com fornecedores que não atendem a comunidade de bibliotecas diretamente ou com agências e indivíduos fora do mundo das bibliotecas.

A capacidade de se comunicar bem garante um alto nível de atenção de um bibliotecário de sistemas, tanto dentro da biblioteca como com departamentos externos, ao fomentar e manter canais abertos e produtivos, importantes tanto para um trabalho técnico eficaz quanto para criar e preservar percepções positivas sobre os serviços da biblioteca prestados à comunidade.

A criatividade e a inovação também são qualidades que contribuem para a resolução de problemas variados, permitindo que

tarefas antiquadas sejam abandonadas e aumentando a produtividade para as equipes. Neste sentido, cabe ao bibliotecário de sistemas desenvolver tecnologias e pensar em novos usos para as já existentes, atendendo as necessidades da biblioteca ou da rede de bibliotecas e, conseqüentemente, contribuindo para melhoria do trabalho dos demais profissionais. Dois exemplos que podemos citar são a implementação do Gerador de ficha catalográfica de Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (CRISTIANINI; MORAES; CASTRO, 2010) e a adoção da Plataforma de Ensino à Distância Moodle como área técnica. A adoção de ambos permitiu a quebra de alguns paradigmas na instituição onde trabalho. O primeiro possibilitou que vários bibliotecários se dedicassem a outras atividades mais importantes, haja vista que os usuários ganharam total autonomia na confecção e sem precisar esperar o retorno de um profissional; o segundo permitiu nivelar o grau de conhecimento técnico de todas as equipes e manter todos constantemente atualizados sobre normas, manuais e melhores práticas a serem adotadas na rede, através do compartilhamento de documentos de trabalho. Ou seja, para se tornar verossímil, esse profissional precisa demonstrar um histórico de realizações efetivas dentro de sua instituição.

As tradicionais divisões em bibliotecas, serviço de referência e processamento técnico, também influenciaram no desenvolvimento da biblioteconomia de sistemas, em termos de responsabilidades e competências. A falta de compreensão do que constituiria a entrada de computadores nas bibliotecas fez – e às vezes ainda faz – com que na maioria delas seja tratada como uma atividade que faça parte dos serviços de processamento técnico.

Geralmente, são bastante exigidos quando há expectativas ou projetos de migração para um ILS diferente, calculando o nível de risco e as conseqüências que podem ocorrer se as projeções forem imprecisas, uma vez que o risco pode e deve ser conhecido e gerenciado. A possibilidade e a viabilidade costumam ser confundidas ou mal utilizadas. Afirmar que algo é possível em termos técnicos significa que alguém o fez ou que a tecnologia existe para

que isso possa ser realizado. A viabilidade é ainda mais complexa pois envolve a inclusão de outros fatores relacionados às circunstâncias em que a implementação pode ocorrer e os custos.

Para algumas bibliotecas, a solução pode estar na terceirização e cabe ao Bibliotecário de Sistemas avaliar os impactos tecnológicos dessa escolha. Por exemplo, há alguns anos atrás, na instituição em que trabalho tivemos a demanda pela compra da 23ª Edição da Classificação Decimal de Dewey. Devido à quantidade de exemplares necessários o valor era muito elevado; a partir da comparação e análise do serviço equivalente *online*, foi tomada a decisão de adquirir o *WebDewey*. Dois anos após essa decisão, ela ainda se mostrou correta pois a versão impressa foi descontinuada, ou seja, o bibliotecário de sistemas economizou um gasto vultuoso e que inevitavelmente, seria duplicado se fosse tomada a decisão equivocada.

A terceirização, entretanto, é uma decisão que carece de uma análise multivariada. Dependendo do tipo de serviço, é necessário observar se não violará algum tipo de legislação, por exemplo, ao expor dados dos usuários. Em geral, é aconselhável não depender muito de um único fornecedor de produtos e serviços de tecnologia. Tendo sempre em mente que, embora as bibliotecas possam ter um bom desempenho na terceirização de uma série de serviços, a responsabilidade e a prestação de contas não podem ser terceirizadas.

Para compreender a natureza da biblioteconomia de sistemas, é necessário contrastá-la com outros tipos de biblioteconomia. Os bibliotecários de sistemas são semelhantes a outros especialistas em bibliotecas porque eles trazem um determinado conjunto de habilidades para a mesa e oferecem certas perspectivas para uma organização. Os bibliotecários de sistemas se concentram especificamente no apoio às operações da biblioteca por meio da aplicação de tecnologias. Eles buscam gerenciar os recursos tecnológicos organizacionais de uma maneira que melhor atenda a todos os usuários. Seu grau de responsabilidade, no entanto, é muito mais alto que os demais bibliotecários, tendo em vista que qualquer

indisponibilidade pode afetar o andamento de todos os serviços da biblioteca ou da rede de bibliotecas.

Com tamanha responsabilidade, este profissional de sistemas deve estar preparado para trabalhar em ambientes exigentes, que necessitem de mudanças de foco entre questões amplas e específicas. A capacidade de aprender novas habilidades rapidamente, versatilidade para adotar novos paradigmas com elegância e equilibrar as prioridades concorrentes continuamente são essenciais.

Nesta perspectiva, é seu dever conhecer intimamente a tecnologia, quer a que se encontra atualmente em uso, quer a potencialmente útil, quer as aplicações e modelos de serviços em uso e disponíveis no mercado. Isso não implica que os bibliotecários de sistemas sejam os únicos responsáveis pelo “fazer tecnológico” nas bibliotecas e unidades de informação; na verdade, seu papel é viabilizar que todos possam usufruir da tecnologia. Por meio de implementação, manutenção e treinamento eficazes, os bibliotecários de sistemas garantem que o investimento que uma organização fez em tecnologia permaneça produtivo e útil. Entretanto, como exatamente esse papel se desempenha varia de instituição para instituição.

Embora seja útil ter conhecimento sobre *hardware* e ser capaz de moldar as tecnologias já existentes, prontamente disponíveis ou adquiridas de maneira barata para atender a necessidades específicas, não é indispensável e frequentemente contraproducente esperar soluções que se ajustem às circunstâncias para as quais não foram projetadas. Saber o limite apropriado de determinados equipamentos é difícil, se não impossível, uma vez que dependem de fatores ambientais de condicionamento. Além disso, detalhes de configuração e capacidade influenciam no desempenho, confiabilidade e longevidade, além da escalabilidade.

As áreas comuns de responsabilidade para bibliotecários de sistemas dependem do tamanho da instituição e da quantidade de recursos humanos disponíveis – sejam bibliotecários, auxiliares e profissionais de Tecnologia da Informação. De maneira geral, são:

além do gerenciamento ILS; projeto, implantação, gerenciamento e suporte de outros sistemas (repositórios, periódicos, conferências, acesso remoto a conteúdo, descoberta etc.); projeto, gerenciamento e suporte de rede da biblioteca; administração de servidores e *hosts*; configuração de *desktop* dos operadores; treinamento, documentação e suporte aos operadores; desenvolvimento de aplicações; planejamento e orçamento; especificação e compra; exploração e avaliação de tecnologia; suporte de tecnologia diversa; gestão de risco técnico; sistemas de segurança, comunicação e coordenação.

Outras atividades típicas deste profissional são:

- Acompanhar os novos desenvolvimentos na tecnologia de sistemas de informação e explorar suas funcionalidades;
- Contato com gerentes e equipes da biblioteca para definição da natureza e o escopo dos projetos de automação de tarefas;
- Gerenciar e controlar instalações e operações de *hardware* e *software* de computadores de bibliotecas através da administração da Divisão de Automação e Serviços Técnicos;
- Auxiliar na formulação, implementação de políticas e procedimentos na área de desenvolvimento de sistemas;
- Planejamento de longo prazo para desenvolvimento de sistemas de informação e estratégias para adquirir hardware para atender às necessidades de aplicativos;
- Orientação de melhores práticas sobre dados, informações organizacionais e propriedade intelectual;
- Mediação da biblioteca com o departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) viabilizando o melhor custo-benefício das despesas de automação de bibliotecas;
- Mediação com o Departamento de TIC em problemas do usuário relacionados a computadores pessoais (*desktops*), infraestrutura de rede e equipamentos relacionados;
- Apoio as operações e projetos de suporte técnico de TIC.

- Manutenção dos registros de inventário do *hardware* e *software* da biblioteca;
- Modelagem, preparação e geração de relatórios da(s) biblioteca(s).

É importante também conseguir observar a empresa de maneira ampla, de uma perspectiva de gerenciamento total dos recursos; o funcionamento dos sistemas é mais do que apenas alguns computadores sofisticados ou uma presença interessante na *web*. Estar em pleno funcionamento significa estar ajustado para o melhor desempenho e eficiência, ou seja, apresentar resultados precisos e relevantes no menor tempo de resposta possível.

Com as mudanças nas gerações de sistemas que integram dezenas de recursos eletrônicos para acesso de usuários, a necessidade de bibliotecários de sistemas se tornou mais comum. Entretanto, para a maioria das bibliotecas, os elementos-chave serão operações rotineiras de monitoramento de desempenho, gerenciamento e manutenção.

O bibliotecário de sistemas é responsável por monitorar o sistema e notificar o fornecedor quando algo não estiver funcionando corretamente ou algo suspeito tiver ocorrido, atendendo a reconstruções de ambientes, restaurações, agendar relatórios, tipos de acessos e privilégios individuais ou grupos de usuários.

Os detalhes sobre quem é responsável pelo que é importante, pois cada unidade dentro da organização precisa estar ciente e entender sua responsabilidade, porque as bibliotecas precisam de suporte de computação e rede na forma de especificação e compra, instalação e manutenção, e operações e gerenciamento, licenciamento de *software*.

2 CENÁRIO ATUAL E OS RUMOS DA ÁREA EM QUE ATUA

Por muitos anos, alguns bibliotecários acharam que a computação em biblioteca era um meio de reduzir o custo operacional de uma biblioteca na forma de redução de pessoal ou até mesmo levaria à extinção da profissão – mito que era muito comum por volta dos anos 2000. Entretanto, não há nenhuma prova documentada dessa redução. Na verdade, existem muitos exemplos do contrário. Há poucas evidências de que a automação reduziu o tamanho das equipes. Embora possa ter reduzido drasticamente o tamanho de certos departamentos (mais notavelmente a catalogação), isso geralmente não leva à redução do número de funcionários da biblioteca como um todo. Mais frequentemente, significou a redistribuição de pessoal. Os estudantes de biblioteconomia ou bibliotecários novos devem considerar as áreas nas quais a aplicação de tecnologias, combinada com planejamento e disciplina apropriada, podem reduzir a duplicação de esforços, aumentar a eficiência e melhorar os serviços gerais aos usuários. A automação das funções da biblioteca proporciona maior eficiência, maior produtividade e a criação de novos serviços. Ao adotar a automação na forma de computadores e tecnologias de telecomunicações, as bibliotecas agora são capazes de oferecer novos serviços de valor agregado.

Geralmente, o mercado de trabalho para o bibliotecário de sistemas é demandado por Universidades, Instituições de Pesquisa, Empresas de Desenvolvimento de *Software* da área – seja no Brasil ou no Exterior – ou atuar de maneira independente como Consultor. Creio que cabe aqui uma pequena noção sobre os parâmetros de remuneração, onde destaco que **Paridade** e **Equidade** são duas métricas na avaliação de possíveis vagas. A paridade compara os dados de salários dentro de um grupo de cargos em todos os setores; equidade compara os salários dentro de uma organização, instituição ou unidade. No Brasil, os melhores vencimentos estão no serviço público, e por isso são limitados aos planos de cargos e salários com formação em nível superior dos governos federal, estadual e municipal. Já no exterior, uma consulta ao site de vagas da *American*

Library Association (ALA) mostra que os vencimentos podem variar de 50 mil ao ano para os recém-formados ou com até 1 ano de experiência, até superiores a 80 mil ao ano para profissionais com experiência de mais de 8 anos.

Os profissionais técnicos geralmente têm um futuro brilhante. Ao contrário da crença de que os computadores estão avançando com rapidez e que o pessoal de suporte não será necessário no futuro próximo, as organizações continuam a investir porções substanciais de seus orçamentos em suporte de tecnologia da informação. No momento em que escrevo este texto, o mundo vem passando pela pandemia da COVID-19 (Sars-CoV-2) que vem modificando todas as rotinas e dinâmicas de trabalho, seja pela adoção permanente/frequente do *home office*, seja pela aceleração da digitalização de processos que envolvem algum tipo de burocracia das instituições.

Diante de toda essa modificação, adivinhem qual o especialista que é chamado para avaliar as áreas nas quais as operações podem ser simplificadas ou, em alguns casos, cortadas por já não refletirem a realidade?

3 CAMINHOS PARA A CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Apesar de importante, o bibliotecário de sistemas não desfruta do mesmo *status* ou reconhecimento que outras áreas da biblioteconomia. Isso está relacionado à falta de compreensão do que constitui especificamente seu fazer. Quando os computadores foram introduzidos nas bibliotecas, em sua grande maioria, a responsabilidade por sua disseminação passou equivocadamente a fazer parte dos **serviços técnicos**.

O trabalho com sistemas exige um conforto com o aprendizado baseado em necessidades específicas de sua atuação e compreensão conceitual de que é esperado deste profissional. Combinado ao valor da educação formal e da experiência, o trabalho técnico exige a capacidade de aprender à medida que avança em suas atividades. É preciso ter em mente que ninguém saberá tudo desde o início, pois

o universo do conhecimento é muito amplo e a mudança muito persistente. Funcionar nesse ambiente geralmente requer um aprendizado rápido, o que pode incomodar algumas pessoas.

No exterior, onde a formação universitária é mais aberta, o bibliotecário de sistemas se origina nos cursos de graduação em computação e completa sua formação com um mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Entretanto, no Brasil, devido à rigidez das ementas dos cursos de graduação em biblioteconomia, é necessário a formação seja complementada com curso no mínimo de tecnólogo em computação²³ ou que o profissional já tenha certa familiaridade com a lógica, tecnologias de informação e faça investimentos em capacitações diversas.

Algumas habilidades fundamentais são:

- Conhecimento dos princípios e práticas modernas da biblioteconomia;
- Conhecimento sobre as organizações, procedimentos, políticas, objetivos e serviços das bibliotecas modernas;
- Conhecimento da tecnologia da computação que podem ser aplicadas ao ambiente de bibliotecas;
- Conhecimento sobre planejamento, excussão de projeto, implementação e uso de sistemas automatizados em um ambiente de biblioteca;
- Conhecimento de computadores (pessoais e servidores), desenvolvimento de *software*, sistemas operacionais e aplicação de automação de bibliotecas;
- Familiaridade com os padrões de descrição (MARC, Dublin Core, RDF, METS, PREMIS etc.), protocolos de comunicação (Z39.50, OAI-PMH), e linguagens de marcação (HTML, XML, CSV, JSON);
- Capacidade de desenvolver aplicativos relacionados à *web* para criar serviços e/ou conteúdo para biblioteca;

²³ Este cursos se apresentam com diversas nomenclaturas de acordo com a instituição. Os mais comuns são: Tecnólogo em Sistemas, Análise e desenvolvimento de Sistemas ou Análise e Processamento de Dados.

- Capacidade de análise para determinar as demandas da organização;
- Capacidade gerencial para simultaneamente gerir projetos, administrar sistemas, solucionar problemas de computação, planejar e executar mudanças no ambiente de computação da biblioteca e mediar a relação com profissionais de tecnologia da informação;
- Compromisso com *design*, implementação e exploração de coleções e serviços de bibliotecas digitais;
- Capacidade de trabalhar em equipes, comitês e grupos de trabalho;
- Capacidade de manter relações de trabalho eficazes com outras instituições, fornecedores, membros de equipes e representantes de outros departamentos;
- Habilidades organizacionais, interpessoais e orais para criar apresentações eficientes, e boa comunicação escrita para preparar materiais/manuais instrucionais e procedimentais para o uso dos recursos automatizados;
- Conhecimento de metodologias e técnicas de pesquisa para realizar levantamentos diversos sobre os sistemas da biblioteca.

Uma característica importante é ser proativo e aberto às oportunidades de aprendizado, consumindo o máximo de informações disponíveis na Internet. Grupos de notícias e jornais *online* também são fontes muito interessantes. É indispensável também selecionar fontes que ampliam e aprofundam seu entendimento e desenvolver uma lista pessoal das que são mais úteis. Uma leitura obrigatória é o *website* do Bibliotecário de sistemas e consultor Marshall Breeding²⁴.

O aprendizado pode ser alcançado de várias maneiras. Os bibliotecários de sistemas precisam se manter sempre informados e acompanhar os desenvolvimentos em campos relevantes para o ambiente real e o potencial de suas bibliotecas. É uma atitude

²⁴ Disponível em: <https://librarytechnology.org>

inteligente aproveitar oportunidades interdisciplinares, *online* e *offline*, que podem incluir leitura relevante, tutoriais *online*, registros na *web* e listas de anúncios, cursos formais e educação no trabalho. Toda atividade profissional é uma oportunidade de aprendizado.

Como em qualquer outro campo relacionado ao computador, as coisas mudam com frequência e há mais para saber do que se poderia esperar que uma pessoa soubesse. Você precisa aprender coisas novas rapidamente. As habilidades e a filosofia subjacentes ao campo, no entanto, baseiam-se nos fundamentos da própria biblioteconomia; um histórico da biblioteca é essencial para a eficácia de qualquer bibliotecário de sistemas. Quanto mais conhecimento um bibliotecário de sistemas adquirir, mais forte será sua experiência em tecnologia e em biblioteconomia, mais valor agregado ele terá para a instituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança é a única característica constante desde a invenção dos computadores e das tecnologias de informação e comunicação. Neste sentido, cabe ao bibliotecário de sistemas se manter sempre atualizado utilizando as mais diversas fontes de informação.

Essa especialidade da biblioteconomia envolve uma ampla gama de habilidades e abordagens de computação no contexto das bibliotecas e configurações baseadas na modulação das informações. Se mais bibliotecários descobrirem maneiras de melhorar e refinar o que fazemos, a biblioteconomia poderá continuar a fornecer serviços úteis e benéficos por gerações ou mais alguns séculos.

Não há como esconder o fato de que a biblioteconomia de sistemas é um campo exigente. Entretanto, não é sem recompensa e prazer. Para os profissionais que frequentemente atuam nos bastidores, é importante fazer o que é necessário para realizar o trabalho. Com as bibliotecas dependendo cada vez mais de várias tecnologias, é importante que todos tenham em mente o valor de indivíduos ligados aos vários aspectos do gerenciamento das bibliotecas.

O casamento de computadores e informações por décadas exige profissionais qualificados que entendam em grande profundidade ambos universos intelectuais, bem como uma série de contextos humanos em que essa relação reside, e os bibliotecários de sistemas fornecem um meio de aprimorar o suporte geral e o uso da tecnologia. É provável que essa necessidade não diminua tão cedo.

REFERÊNCIAS

CRISTIANINI, Gláucia Maria Saia; MORAES, Juliana de Souza; CASTRO, Maria Alice Soares de. Sistema para geração automática de ficha catalográfica para teses e dissertações: mais autonomia para o usuário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** 2010. Disponível em: https://www.gapcongressos.com.br/eventos/z0070/trabalhos/final_293.pdf. Acesso em: 29 ago 2020.

BIBLIOTECÁRIO DE ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL

Gabriela Pedrão

1 O QUE É ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL?

A informação, nos dias de hoje, está presente em praticamente tudo que nos cerca. Vivemos mais do que nunca a máxima de que informação é poder. Com o atual cenário de pandemia estamos assistindo a uma corrida de divulgações de tratamentos, remédios e vacinas a todo momento, e de um dia para o outro tudo que sabemos até então muda completamente. A ciência está em conflito constante com o resto do mundo para fazer valer pesquisas e desmentir tratamentos e remédios que vêm sendo receitados sem estudos prévios e comprovações de eficácia.

Em meio a esse bombardeio de informações e novidades que mudam a cada hora, estamos nós, o público leigo. Como saber em quem acreditar, ou como pesquisar uma fonte segura dessas informações sobre tratamentos e remédios para Covid-19²⁵? Como podemos realizar uma pesquisa com a certeza de que não cairemos em notícias falsas ou sem embasamento científico, por exemplo? Essa habilidade é chamada de alfabetização informacional.

Citei como exemplo o cenário de pandemia, mas atualmente vivemos essa realidade nas mais diversas esferas. Vivemos o período de eleições mais tecnológico e cheio de informação da história. Nunca se falou tanto em confiabilidade e *fake news*²⁶. Os debates questionaram as fontes de informações e nos vimos de frente com

²⁵ Doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

²⁶ Notícia falsa em inglês. Termo utilizado para identificar informações de fontes duvidosas e de cunho sensacionalista. Geralmente envolvem escândalos, discursos de ódio e a intenção de desmoralização. Atualmente existe até mesmo a 'indústria das fake news' que trabalha produzindo esse tipo de informação falsa. O termo ganhou força durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016 e no Brasil em 2018, por conta das publicações duvidosas divulgadas sobre diversos candidatos nas corridas presidenciais com o objetivo de desmoralizá-los frente à população.

uma indústria que até então não havíamos questionado o poder: a das notícias falsas. Muito além de uma mensagem encaminhada por inocência, essa indústria tem o poder de desmoralizar pessoas e ideias, incitar medo e ódio e de polarizar comunidades. A informação nunca foi tão disputada; vivemos um momento no qual o meio político e empresarial viu que esse pode ser caminho do sucesso para seus objetivos e para a aprovação popular, mesmo que de forma desonesta. Esse é o grande perigo.

Quando a informação é passível de corrupção e até mesmo censura em casos onde determinados dados são simplesmente escondidos para a conveniência de quem os divulga, precisamos redobrar o cuidado na busca pelo que irá nos informar e onde depositaremos nossa confiança. Por isso, a alfabetização informacional é uma habilidade cada vez mais discutida e necessária. Mas do que se trata essa competência? O termo surgiu pela primeira vez em 1974, em um relatório escrito por Paul G. Zurkowski (1974) para a *National Commission on Libraries and Information Science*. Ele utilizou *information literacy* para descrever as pessoas que tinham habilidades e técnicas para utilizar ferramentas de informação na solução dos seus problemas no dia a dia e traçou uma separação entre os ‘alfabetizados informacionais’ e os ‘analfabetos informacionais’. Pouco tempo depois, em 1976, um artigo do *Library Journal* discutia a dificuldade na definição do termo, pois não se trata apenas de quem sabe ou não utilizar as ferramentas de informação. Também é uma questão de acesso e que envolve questões sociais.

O artigo em questão comenta que a alfabetização informacional difere de contexto para contexto e que esse contexto influencia muito em quem tem acesso a recursos informacionais e quem não tem (BEHRENS, 1994). As pessoas com acesso saem na frente, pois têm uma vantagem sobre as outras, sabem de algo que um outro grupo não sabe, e dessa forma, podem tomar decisões mais inteligentes e com maior embasamento externo do que apenas um sentimento ou ‘achismo’. Vemos essa diferença especialmente em épocas como as citadas no início do capítulo, como as eleições, por exemplo. Um grupo mais bem informado tem a condição de fazer

uma escolha melhor, baseada em fatos, em pesquisas, em campanhas e no que cada candidato se propôs a realizar dentro daquela comunidade. Já quem não tem acesso à informação ou tem dificuldades para utilizar ferramentas informacionais, tem menos aparato e estrutura para fazer uma escolha embasada; é um grupo que depende do que é repassado e que pode não ser uma informação confiável.

De forma mais objetiva, a *Association College Libraries* (2016) define a alfabetização informacional como o conjunto de habilidades que engloba a descoberta da informação, a compreensão de como é a produção dessa informação, a valorização da informação e o uso dessa informação para a criação de novos conhecimentos e participações em comunidades de ensino e aprendizagem. Ou seja, podemos dizer que alfabetização informacional é a habilidade de buscar informações confiáveis e que solucionem de maneira eficiente problemas, dúvidas ou auxiliem em um processo de trabalho, por exemplo. Utilizar essa habilidade com excelência inclui a produção de novos conhecimentos com os adquiridos com essa informação e o compartilhamento do mesmo dentro de uma comunidade, para que esse processo se torne cíclico e alcance cada vez mais pessoas.

Com a vinda de uma geração altamente tecnológica, a alfabetização informacional se tornou uma disciplina necessária desde o início escolar. Nunca foi tão importante aprender a pesquisar. Assim, essa habilidade vem sendo ensinada cada vez mais cedo e diversas instituições de educação estão incluindo o estudo da mesma em sua grade curricular.

Levando em consideração todo esse contexto exposto, vemos que estar informado hoje em dia é quase algo obrigatório. No mundo atual, as notícias correm rapidamente, em escala global e através de diferentes meios e mídias. Assim, a dificuldade não é simplesmente se informar, mas **como** se informar. Recebemos notícias, novidades, textos, vídeos e áudios de tantos canais ao mesmo tempo que é cada vez mais difícil filtrar o que é de qualidade e o que não é. Por isso, a discussão sobre alfabetização informacional é tão importante.

Devemos pensar nessa habilidade como um direito no mundo atual, pois como já dito, informação é poder e um grupo desinformado é mais suscetível à manipulação e censura, por exemplo. Se não entendemos as fontes de pesquisa, se não sabemos como utilizar ferramentas de acesso, como saberemos que algo nos é vetado? Como saber que um livro é proibido, se não sabemos da existência do livro? A informação é um fator de liberdade; o não acesso a ela está intimamente ligado à dependência e ao acesso limitado que é dado pelos que detêm a informação e divulgam apenas um recorte. A grande questão é quem faz o recorte, qual é o recorte e qual é o interesse por trás dele.

Toda a discussão sobre alfabetização informacional foi ganhando espaço nas últimas décadas, especialmente junto à área de educação. O *Presidential Committee on Information Literacy*, da *American Library Association's* (ALA), publicou um relatório em 1989 onde as questões de alfabetização informacional estão ligadas ao que acabei de mencionar: liberdade. O comitê ainda discute o fato do acesso à informação como algo que impacta diretamente na estrutura democrática de um país e que a grande habilidade é, como já mencionado, o aprender a aprender. Durante muito tempo, o conhecimento sobre como utilizar as ferramentas de informação foi algo adquirido por impulso pessoal. O aprendizado era informal, baseado na vontade de própria pessoa de saber sobre o assunto.

Com o passar do tempo o abismo entre os alfabetizados e os analfabetos informacionais, por assim dizer, foi crescendo e se tornou um ponto de discussão dentro de instituições de ensino e bibliotecas. Entendeu-se que essa era uma necessidade de ensino. O relatório mencionado acima discute, em 1989, a inclusão dos temas dentro dos currículos escolares e a participação da biblioteca nesse processo de aprendizagem. Naquela época já se discutia uma reforma dentro das escolas nas questões ligadas à aprendizagem e métodos de ensino. O relatório inclusive menciona que as crianças e adolescentes estavam, naquela época, desenvolvendo cada vez mais interesses pessoais fora do espaço escolar e criando redes com outros alunos e suas comunidades.

Nossa realidade continua a mesma de mais de 30 anos atrás, e as escolas ainda não conseguiram realizar efetivamente essa reforma na estrutura de ensino. Muitas ainda aplicam os mesmos métodos de 50 anos atrás, apenas trocando a busca em enciclopédias pela busca na Internet. Isso não é alfabetização informacional e acaba apenas incentivando o mesmo método da enciclopédia: o de cópia de informação. Mais uma vez, é preciso aprender a aprender. Os professores devem criar uma ponte entre a sala de aula e o local ideal do ensino a busca por informação: a biblioteca. Esse vínculo nunca foi tão importante. O bibliotecário deve estar preparado para auxiliar nesse processo, mas novamente, não apenas para liberar um acesso ao computador, mas para **ensinar como utilizar as mais diversas fontes de busca**.

Estou frisando até o momento o desenvolvimento dessas competências dentro de uma instituição, o que seria o ideal. Quando pensamos no processo de aprendizagem de uma ferramenta ou na construção de uma habilidade é sempre interessante que ele parta de dentro da escola, por exemplo, com profissionais capacitados e recursos disponíveis. Mas sabemos que nem sempre é assim, e estou, na verdade, aqui para discutir a alfabetização informacional a partir de outro ponto: o dos bibliotecários que produzem conteúdo livre na Internet, ou seja, que não estão necessariamente vinculados a uma instituição formal de ensino.

Como já disse, muitas pessoas aprendem por livre demanda e vontade própria. A partir disso, a procura por aulas, fóruns de discussão e canais de aprendizado *online* vem se tornando cada vez maior. Especialmente entre os jovens, a busca pelo que não é ofertado dentro da escola é cada vez mais comum. Como bibliotecária escolar, vivo diariamente a realidade de estudantes que preferem tirar suas dúvidas com vídeos ou textos encontrados na Internet do que com o professor. Elas fazem isso não pelo professor em si, mas, muitas vezes, pelo ambiente da sala de aula que não é favorável à discussão, pelo tempo escasso de cada aula e pela grande demanda de dúvidas.

Dessa forma, a Internet se tornou um espaço cheio de possibilidades para qualquer pessoa que deseje ofertar informação sobre qualquer coisa. O universo *online* se tornou um ambiente para as pessoas que desejam extrapolar e sair do conhecimento básico, afinal, através dele é possível até mesmo assistir a uma aula de uma universidade como Harvard, por exemplo. A única coisa necessária é saber como fazer isso.

Pensando no cenário que estamos vivendo nesse momento, o de uma pandemia pela Covid-19, as habilidades de alfabetização informacional nunca foram tão necessárias. Estamos vivendo um movimento de migração para o universo *online* por conta de todas as atividades suspensas no mundo presencial. Aulas, reuniões, plantões de dúvidas, apresentações, atendimentos, estudos, tudo está acontecendo dentro de plataformas virtuais. Para quem não estava familiarizado com essa realidade, essa mudança vem sendo um grande desafio, e muitos preferiram até mesmo se desligar de empregos pela dificuldade de adaptação.

Dentro desse contexto, gostaria de discutir um pouco o papel do bibliotecário e como podemos atuar dentro do universo *online* independente de instituições de ensino. Sei que o trabalho no mundo *online* e em redes sociais, por exemplo, pode não ser financeiramente atrativo, pois é um oferecimento de conteúdo de forma gratuita. Mas acredito que seja um trabalho que está intimamente ligado ao nosso trabalho social e ao olhar do bibliotecário como um agente de transformação. Meu objetivo é discutir um pouco sobre como é possível auxiliar pessoas na busca por informação de qualidade, sobre como podemos abrir espaços para debates e dúvidas entre colegas de profissão e como podemos levar a atuação bibliotecária para o meio virtual.

2 COMO AJUDAR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL FORA DE UMA BIBLIOTECA?

A Internet hoje nos oferece múltiplas opções na busca por informação, de fontes mais tradicionais como as bases de dados, até

vídeos no YouTube²⁷. Temos hoje diversas formas de produzir e divulgar um conteúdo. Se pensarmos em meios mais formais, muitas revistas estão simplificando seus processos de publicação e migrando para o modo de *preprints* ou *online first*. Processos que consistem em publicar artigos científicos sem esperar um número específico de uma revista para ser encaixado, ou antes de passar pelo processo editorial completo (em casos de temas urgentes, como a Covid-19). Claro que muitas revistas ainda restringem a submissão de artigos a profissionais com título de doutor, por exemplo, mas a simplificação nos processos de publicação já são um avanço. Temas urgentes ou de ponta são divulgados com mais rapidez e podem entrar em debate ou serem aplicados mais cedo. Por outro lado, essa prática pode causar confusão, afetar o entendimento do público sobre o que é ciência (SHELDON, 2018) e divulgar artigos mal revisados e com conteúdo duvidoso, exatamente porque o material em questão não passou pelo crivo dos pares. Essa é a grande dificuldade; vivemos um momento no qual o equilíbrio é delicado, por isso é importante ter domínio das ferramentas de pesquisa.

Se pensarmos em meios informais as possibilidades fazem lista. Vou começar citando um meio muito utilizado que saiu da lista de fontes controversas e vem ganhando espaço nas fontes formais de pesquisa: a Wikipédia²⁸. A página de conteúdo editáveis sempre foi tida como uma fonte insegura de pesquisa justamente pela característica de ser editável. Qualquer pessoa pode criar um artigo sobre qualquer tema dentro da Wikipédia e deixá-lo disponível. A partir do momento que está publicado, outras pessoas podem editá-lo e acrescentar ou corrigir informações sobre aquele determinado tema.

Atualmente, há uma série de etapas para editar um artigo na Wikipédia. Além de ter uma conta cadastrada, o editor deve saber que, caso ele faça qualquer edição em um texto sem estar

²⁷ O Youtube é uma plataforma para divulgação de vídeos. Atualmente a plataforma pertence ao grupo Google e para disponibilizar um vídeo é preciso apenas ter uma conta Google. Os vídeos são disponibilizados gratuitamente.

²⁸ Enciclopédia virtual e de edição aberta e livre.

identificado por uma conta cadastrada, seu IP²⁹ ficará público para todos que acessarem aquele artigo. A condição de sigilo do IP é estar cadastrado, ou seja, a pessoa será identificada em qualquer situação. Dessa forma, a edição se torna um processo mais rígido e quem tira ou acrescenta algo em um artigo não ficará anônimo. Ainda assim, a confiabilidade da página pode ser incerta, mas é um norte para quem possa estar iniciando uma busca. Pensando no tema discutido aqui, alfabetização informacional, fiz uma busca na Wikipédia (preferi a página em inglês, pois os resultados tendem a ser mais completos) e obtive uma boa lista de materiais de referência, consultados para compor o texto do artigo na página. Ou seja, o texto da Wikipédia está bem embasado, com referências de credibilidade e bem organizado.

Um outro meio que vem ganhando espaço nos últimos tempos são as mídias sociais. As redes onde qualquer pessoa pode abrir uma conta e postar o que quiser, seja da sua vida pessoal, quanto da sua carreira profissional, estão se tornando atrativas também para compartilhar informação. Os chamados influenciadores digitais estão fazendo da atividade de compartilhar (seja o que for) uma profissão, e com isso mais e mais pessoas vêm se aventurando no universo *online* em busca de uma oportunidade de tornar sua conta rentável. Alguns conseguem, outros não, mas o importante é que a informação se tornou algo desejável e rentável, e quem se beneficia com isso somos nós que temos a oportunidade de nos mantermos informados nos mais diversos meios.

Obviamente, a informação presente em redes como o YouTube ou Instagram³⁰ não são confiáveis *a priori* e é preciso fazer um filtro sobre quem se segue e em que se confia, assim como na Wikipédia. Esse filtro é mais difícil nas redes sociais, especialmente porque dentro delas há o fator pessoal. Na Wikipédia, não sabemos exatamente quem escreve, nas redes sociais sim, então um artista

²⁹ Internet Protocol, é um número de identidade dado ao seu computador ou roteador de internet ao conectar-se à rede. Esse número é fixo.

³⁰ Rede social voltada para aparelhos celulares para compartilhamento de fotos e vídeos.

carismático e querido por um grande número de pessoas pode ser uma fonte perigosa de desinformação, pois quem questionará o que essa pessoa afirma? A partir disso surgem problemas como as *fake news*, as notícias sem embasamento científico, as bolhas sociais e as chamadas câmaras de eco, nas quais cada um só segue pessoas que pensam e agem como si próprio.

Apesar desse lado complexo e que abre espaço para sérios problemas de desinformação, as redes sociais estão crescendo pelo motivo que mencionei acima: a monetização de conteúdo. A monetização pode ajudar sendo um fator de equilíbrio, pois a pessoa que não cuida das informações que compartilha ou que provoca polêmicas com assuntos do momento tende a não conseguir contratos e parcerias rentáveis. Um exemplo dessa movimentação contra a propagação de desinformação é o grupo de cyberativistas *Sleeping Giants*³¹, que denunciam e incentivam empresas a cortarem anúncios e propagandas de meios de comunicação que divulgam notícias falsas. Assim, as empresas e usuários que buscam crescimento e retorno financeiro dentro das redes buscam criar um nicho de credibilidade confiabilidade entre seus seguidores. Evidentemente, isso não é uma regra e o conteúdo postado sempre pode ser questionável.

O Instagram vem migrando de apenas uma plataforma de compartilhamento de fotos para algo maior, com mais possibilidades de criação para seus usuários. Hoje é possível compartilhar vídeos longos, fotos, conteúdos no formato 'carrossel', onde é possível em uma única postagem compilar até 10 fotos que podem também ser de textos e conteúdos e até mesmo fazer um evento ao vivo com duas pessoas conversando para quem quiser assistir. Durante o período de isolamento social que estamos vivendo por conta da pandemia da Covid-19, essas redes estão sendo cada vez mais utilizadas como ferramentas de disseminação rápida de informação e diversos veículos formais de mídia, ciência e educação, por exemplo, estão presentes em locais como o Instagram e o YouTube.

³¹ Disponível em: https://twitter.com/slpng_giants_pt

Estar nessas redes vem se tornando uma possibilidade de ser visto e, para jornais, por exemplo, que estavam com sua vida impressa em decadência por conta da rápida veiculação de informação *online*, essa se tornou uma saída atraente: levar chamadas de notícias, conteúdos rápidos e informações breves sobre o que está acontecendo no mundo e ainda chamar o usuário para outros conteúdos externos à plataforma, como o próprio site do jornal e que pode ter conteúdos pagos, por exemplo. Junto de veículos formais que estão garantindo seu espaço nas redes, temos também os já falados influenciadores digitais, que estão presentes nos mais variados setores.

No princípio da abertura da Internet, no começo dos anos 2000, quando os computadores pessoais começaram a se tornar mais acessíveis, começaram a aparecer os *blogs*, páginas pessoais nas quais o usuário poderia falar livremente sobre qualquer assunto. A partir desse movimento algumas pessoas ganharam destaque, especialmente com conteúdos relacionados à moda, jogos e cinema, e assim começou a imagem do influenciador digital. A pessoa em questão com poder do carisma e da experiência no assunto que fala passou a ser um ícone dentro daquele nicho conseguindo influenciar a comunidade que o segue a consumir determinados produtos, marcas e levar um estilo de vida semelhante ao seu.

A ‘profissão blogueira’, de quem vive para falar sobre o que gosta e consome virou um fenômeno na Internet e evoluiu para o termo ‘produtor de conteúdo’. Com o crescimento das redes, a luta por um espaço se tornou maior e o caminho de monetizar o próprio estilo de vida ficou cada vez mais sedutor. Afinal, quem não quer ganhar dinheiro apenas vivendo seu dia a dia e falando sobre o que gosta? Mas com isso, apenas saber sobre moda, jogos e cinema, por exemplo, passou a ser pouco. O grande público passou a ter acesso facilitado a informações sobre esses e diversos outros temas, assim não bastava apenas falar sobre algo ligado ao seu estilo de vida, as redes começaram a exigir mais e a competição entre contas passou a ficar maior. O público passou a buscar por um diferencial, algo que acrescentasse em suas vidas, assim os influenciadores digitais

passaram a produzir conteúdo mais elaborado, com mais informação e cada vez mais embasados em fontes seguras.

O YouTube, diferentemente do Instagram, é uma plataforma exclusivamente de vídeos. Há hoje a possibilidade de o usuário postar novidades por escrito em sua página, mas os conteúdos são compartilhados através de vídeos. Essas produções têm se tornado cada vez mais profissionais para chamar a atenção do público, especialmente porque no YouTube, diferentemente das outras redes sociais, qualquer um pode monetizar seu conteúdo sem precisar vender um produto ou esperar uma empresa se interessar pela sua produção. Basta você permitir que o site veicule comerciais no início, meio ou fim dos seus vídeos e pronto, você recebe uma porcentagem por permitir o anúncio. A porcentagem é mínima e é calculada de acordo com o número de visualizações, ou seja, quanto mais o vídeo é visto, mais o dono daquela conta fatura.

O YouTube se tornou um excelente lugar para divulgação de informação e conhecimento. De resenhas de livros até aulas de professores famosos, encontramos todo tipo de vídeo. As pessoas ensinam as mais variadas coisas, de uma conta matemática a uma receita culinária ou até mesmo a consertar um eletrodoméstico, hoje em dia é só digitar na busca o que você precisa aprender que com certeza terá um vídeo de alguém ensinando. Essa popularização e facilitação do acesso à informação foi um salto rápido e incrível para nós enquanto consumidores de todo esse universo, mas ainda gera problemas sobre a confiabilidade e sobre o que buscar.

O limiar entre a formalidade e a informalidade das informações é cada vez mais tênue e, apesar da oferta ser quase infinita, ainda é difícil encontrar exatamente o que se precisa. Estamos todos os dias apendendo a não cair nas armadilhas e a filtrar informações. Assim, voltamos à importância da alfabetização informacional. É preciso entender os dispositivos, os aplicativos, as redes sociais, as ferramentas de busca e nem sempre conseguimos caminhar na mesma velocidade dessas inovações. Precisamos nos manter informados não só em questão de notícias e sobre como anda o mundo, mas também sobre através de quais veículos anda o

mundo, quais são os últimos dispositivos móveis, quais são os aplicativos mais utilizados, quais redes e mídias têm mais veiculação de informação confiável, enfim, um pouco sobre tudo.

Acredito que nesse momento entra o bibliotecário, como uma figura que independe de uma biblioteca ou instituição para fazer esse trabalho e auxiliar as pessoas sobre quais caminhos seguir para bons resultados em suas buscas e na solução de problemas. Ocupar esses espaços e oferecer informações de qualidade sobre como utilizar as redes sociais, as ferramentas de busca e combatendo a desinformação é muito importante e creio que seja uma tarefa tão importante quanto as funções tradicionais dentro de uma biblioteca. É preciso estar onde as pessoas estão; essa é nossa função social: impedir a desinformação e oferecer caminhos confiáveis.

Em linhas gerais e de uma forma simples, acredito que seja possível para nós bibliotecárias e bibliotecários, produzirmos e divulgarmos um conteúdo facilitador de acessos; seja uma postagem no Instagram sobre as melhores bases de dados para pesquisa em Biblioteconomia, por exemplo, seja um vídeo de um compilado de dicas de leituras sobre o uso de dados privados pelas mídias sociais, ou até mesmo *tweets* rápidos com repasse de conteúdos de outras bibliotecas, tanto nacionais quanto internacionais que fazem trabalhos importantes de divulgação científica, por exemplo.

Acredito que essa possa ser uma dificuldade entre nossa classe pelo simples fato de que ainda não nos apropriamos desse caminho e dessas possibilidades, mas esse cenário que vivemos atualmente, em meio a um grande estímulo informacional e uma pandemia que parou o mundo, talvez seja uma oportunidade de rever algumas práticas profissionais e começarmos a tentar um caminho mais voltado a práticas sociais. Nosso fazer diário tem sido cada vez mais impactado pela tecnologia e práticas como a classificação, catalogação e indexação já não levam o mesmo tempo que antigamente. Os sistemas e bases estão cada vez mais autossuficientes na alimentação de dados e a importação de registros já é parte de nossa rotina de tratamento da informação. Assim, o que fazemos com o tempo que sobra?

Creio que, hoje mais do que nunca, nosso papel social precisa falar mais alto. É um momento importante de posicionamento na sociedade e de oferecer um trabalho de acesso e democratização da informação. É isso que precisamos fazer com o tempo que sobra. Incentivo à leitura e processamento técnico são muito importantes, mas precisam estar engajados com trabalho social, facilitação de acesso e democratização do conhecimento e da informação, senão nosso papel perde sentido.

Durante os últimos dois anos houve um crescente de bibliotecárias e bibliotecários que abriram contas nas mais diversas redes sociais e vêm se mobilizando com conteúdo informativo. É um trabalho duro e que, na maioria das vezes, não garante nenhum retorno financeiro, mas que está ligado a essa função social e que tem o poder de transformar nossa sociedade em um local mais justo e igualitário. Oferecer informação é isso, é trabalhar por um mundo mais equilibrado, onde todos têm a mesma condição de decisão.

3 UMA CONVERSA SOBRE O CANAL E A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS ONLINE

Pensando sobre essa questão da ocupação dos espaços *online* como uma forma de trabalho bibliotecário e no objetivo de auxiliar as pessoas no acesso à informação, farei um breve relato da minha experiência trabalhando no YouTube e Instagram. Criei o canal 'É o último, juro!' em fevereiro de 2014, enquanto trabalhava como bibliotecária escolar em um colégio particular pequeno em Ribeirão Preto. Nessa época, os canais sobre literatura no YouTube estavam ganhando espaço e houve um grande aumento no número de pessoas produzindo esse tipo de conteúdo.

Decidi então abrir uma conta para servir como um incentivo para o desenvolvimento do meu próprio hábito de leitura (na época eu havia finalizado o mestrado e tudo que lia era voltado para área de biblioteconomia) e também como algo que me auxiliasse no meu trabalho dentro da biblioteca escolar. A biblioteca escolar onde eu trabalhava naquele momento tinha um fluxo constante de alunos, mas eu sentia que o alcance estava estagnado. O colégio não tinha

nenhuma biblioteca até o momento da minha contratação e, quando entrei, tive a missão de criar o espaço, organizar o acervo e fazer todo o processamento técnico para poder abrir o espaço aos alunos.

Essa experiência foi muito rica e consegui, em pouco menos de um ano, começar os atendimentos ao público escolar. Havia uma parcela de alunos e alunas interessados, mas por não haver nenhum tipo de biblioteca antes, não havia a cultura da leitura e da literatura que não fosse a obrigatória de sala de aula. Mais do que emprestar livros, eu precisava também criar essa cultura, eu precisava criar algo que servisse como uma ponte entre a biblioteca e os alunos. Assim surgiu o canal, com o objetivo inicial de divulgar resenhas sobre minhas leituras, especialmente de fantasia e ficção científica, tanto para a comunidade *online*, quanto para os alunos do colégio. Passei a escolher algumas obras que estavam no acervo da biblioteca para ler e resenhar e tentar, através desses vídeos, criar um vínculo maior com as turmas. Deu certo e o resultado foi impressionante: os alunos ficavam empolgados com o fato de que eu estava na Internet e isso passou a atrair grupos que até então não frequentavam a biblioteca.

Os alunos começaram a ir até a biblioteca para saber sobre o canal, sobre o que eu falava e junto dessas conversas eu incluía o conteúdo literário. Quando um aluno não se identificava com nenhum livro, eu sugeria que ele assistisse ao canal, às resenhas e que voltasse depois para conversamos e talvez tentar alguma leitura. A maioria sequer sabia do universo chamado *Booktube*³² e que existia uma grande variedade de canais dedicados a resenhar obras literárias. A sugestão do canal deu certo e vários alunos passaram a pedir os livros resenhados. A influência foi tão boa que consegui até mesmo um financiamento da escola para compra de novos títulos baseados nos pedidos que chegavam após os alunos entrarem em contato com o universo dos livros no YouTube, assistindo ao meu canal e a diversos outros que estavam crescendo na época.

Com esse incentivo, passei a receber também diversos alunos que queriam entender melhor o YouTube e como a ferramenta

³² Classificação dada informalmente a comunidade de canais dedicados à literatura no YouTube.

funcionava. Passei então a auxiliá-los em buscas e em meios de obter melhores resultados dentro do site. A biblioteca tinha finalmente se conectado aos estudantes daquele colégio, não apenas na função de fornecer acesso à literatura, mas também criando um ambiente amigável em torno dos livros, ligando-os ao universo *online* e mostrando àquele grupo que era possível falar sobre livros nos mais diversos lugares.

Com o passar do tempo o canal cresceu e ganhou uma pequena visibilidade. O que nunca imaginei é que junto dos estudantes viria um público totalmente inesperado: um grupo de pessoas interessadas na profissão de bibliotecária. Sempre comentei em meus vídeos sobre minha profissão e, inesperadamente, algumas pessoas começaram a manifestar curiosidade sobre o fato de eu ser bibliotecária e passei a receber diversas perguntas sobre a profissão, desde a famosa falácia do possível fim das bibliotecas até meus motivos pessoais para ter escolhido essa formação. Notei então que não havia ninguém conversando sobre esses temas e decidi organizar uma série de vídeos informativos sobre o fazer bibliotecário.

Assim nasceu o 'Fala, Bibliotecária', com a intenção de levar conteúdo sobre a profissão para pessoas de fora da área e informar de uma forma simples, mas confiável, quem tivesse curiosidade sobre o universo da Biblioteconomia, buscando também combater o velho rótulo de profissão ultrapassada e desnecessária após a popularização da Internet. Esse pequeno trabalho de alfabetização informacional, em um nicho tão específico, mais uma vez me surpreendeu. Junto dos curiosos começaram a aparecer também colegas de profissão, e com isso passei a receber diversos pedidos para abordar temas mais específicos da nossa área, dúvidas sobre a rotina de trabalho e perguntas de estudantes de graduação. Percebi que a falta de informação não estava apenas naquela pequena biblioteca onde eu trabalhava, entre os alunos que não sabiam exatamente sobre o que um livro falava ou que era possível buscar uma resenha de uma obra na Internet. Essa falta estava também entre nós bibliotecários e bibliotecárias.

A partir das conversas e comentários de colegas bibliotecários no canal, passei a produzir um conteúdo informativo mais técnico. Essas nuances da produção de vídeo foram se tornando normais e com o tempo passei a falar também sobre pós-graduação. Tudo isso para dizer que, em resumo, esse se tornou um trabalho de alfabetização informacional em pequena escala. Eu estava – e ainda estou – produzindo conteúdo informativo com explicações, diretrizes, dicas e fontes de pesquisa sobre esses temas e tentando auxiliar pessoas de dentro da Internet a encontrar informações de qualidade.

Para ilustrar um pouco, vou citar como exemplo um dos últimos vídeos que produzi para o canal, sobre bibliografia. Uma das dúvidas e dos pedidos que mais recebo, tanto por e-mail, quanto pelos comentários nas redes, é sobre como organizar uma bibliografia e, na maioria das vezes, são pedidos para que eu envie bibliografias sobre os mais variados temas. Bem, esse é uma questão difícil para ser ajudada, pois uma bibliografia é algo muito particular de cada situação e que leva tempo, estudo e pesquisa para ser elaborada. Vi então que a maioria das pessoas não estava entendendo o conceito de bibliografia e o que é necessário para a elaboração de uma lista de obras sobre um determinado tema. Decidi estudar um pouco sobre o tema e produzir um vídeo simples e rápido sobre o que é uma bibliografia, para que serve e porque não é algo simples de se pedir para alguém, não temos uma bibliografia pronta sobre um tema x ou y, é algo que se constrói e se organiza junto de uma pesquisa. Nesse mesmo vídeo, há uma pequena lista de sugestões de obras clássicas e fundamentais em Biblioteconomia, que é um dos temas que as pessoas mais comentam e pedem. A lista é um compilado de sites e sugestões, tanto minhas, quanto de outros bibliotecários. Esse foi um pequeno exemplo do que pode ser trabalhado como alfabetização informacional nas redes. É algo simples, mas norteador, que pode auxiliar as pessoas e que abre as portas para novas pesquisas e novos conhecimentos.

No Instagram tive um processo semelhante ao do YouTube nas produções, mas como a rede é mais rápida, o conteúdo planejado

tende a ser mais superficial (o que não significa supérfluo; é apenas uma abordagem com menos profundidade). Com as ferramentas de postagens rápidas que desaparecem em 24 horas, a tendência de dicas, informações ágeis e trocas entre usuários se tornou uma prática comum. Com esse crescente de possibilidades de divulgação, o Instagram ganhou força e espaço entre as pessoas e as contas com conteúdo informativo aumentaram, inclusive sendo utilizadas como uma ponte entre um conteúdo mais rápido, no próprio Instagram, e um mais longo, como os disponibilizados no YouTube, por exemplo.

Por ser uma rede rápida e descomplicada, feita para celulares e com um grande número de usuários no mundo todo (o próprio site do Instagram divulga o número de 1 bilhão de usuários!)³³, o conteúdo produzido para essa plataforma tende a ser mais simples e assertivo. No início minha opção foi por uma conta pessoal, desvinculada do trabalho que eu fazia no 'É o último, juro!', mas com o crescimento e aumento de pessoas migrando de outras redes para o Instagram, passei a mesclar conteúdo por lá também. Hoje, é um combinado de tudo e utilizo como uma porta de entrada para minha produção do YouTube e como divulgação de trabalhos, cursos, artigos e eventos.

Há ainda redes como o Twitter, que está passando por uma fase de redescoberta, onde muitos usuários estão retomando suas contas para acessar informações mais rápidas e críticas. O Twitter se tornou uma rede oficial para posicionamentos, manifestações e divulgações sobre governantes e grandes mídias e a partir dessas contas oficiais há diversas outras que comentam, questionam e criticam temas do momento. É uma rede onde as pessoas se sentem mais à vontade para comentar e se manifestar. Assim, os discursos presentes também podem beirar discursos de ódio e manifestações desrespeitosas. Ainda assim, a plataforma vem crescendo, pois a circulação de notícias e veiculação de matérias jornalísticas é muito rápida. Através das chamadas *hashtags* (#), a informação é indexada e facilmente recuperada pelo usuário. É só clicar em uma das

³³ <https://about.instagram.com/about-us>

hashtags nos tópicos mais discutidos (chamados *trending topics*) e ter acesso a tudo que vem sendo discutido sobre o tema.

Todo esse oferecimento pode causar ansiedade. Estamos recebendo estímulos, notícias e informação dos mais diversos locais. De uma simples mensagem vinda do aplicativo de comunicação WhatsApp até um vídeo de uma palestra de um professor de Harvard no YouTube, temos acesso a tudo e instantaneamente, por isso é urgente adquirir a habilidade do filtro. Precisamos mais do que nunca dominar as redes e os estímulos para entendermos o que é seguro, o que é urgente e o mais importante, o que é confiável. Isso é a alfabetização informacional em seu nível mais básico, mas também mais essencial.

O que tive como objetivo com esse tópico foi apresentar um pouco da realidade que estamos vivendo e como é possível para nós, bibliotecárias e bibliotecários, nos inserirmos nesse meio e fazermos um trabalho de ensino a pesquisa, de questionamento e de auxílio ao acesso. Estar nesses locais *online*, fazer parte de comunidades de pessoas e de nichos de interesses é um caminho para combater a desinformação e propagar como o conhecimento e o saber aprender e saber buscar são importantes. É, para além disso, também um meio para lutarmos contra os estereótipos que ainda circulam em torno da nossa profissão e de colocarmos em prática uma das vertentes mais importantes da nossa profissão: a social.

4 CONCLUSÃO

Vimos, ao longo desse capítulo, que alfabetização informacional foi um termo que apareceu pela primeira vez na década de 1970, e que não se trata apenas de uma questão de acesso e de saber buscar informação, mas é também algo social. Saber se informar é ter poder para fazer suas próprias escolhas da maneira mais independente possível, especialmente quando olhamos para contextos de eleições, ou até mesmo o da pandemia que estamos vivendo durante esse ano de 2020, quando falamos sobre a aplicação de tratamentos de saúde com pouco embasamento científico. Quando estamos informados e possuímos o domínio das ferramentas

de informação, temos a liberdade da opção, de escolher com mais embasamento quem irá nos representar ou se um tratamento x que está sendo indicado pode ser questionável. Estar desinformado é não conseguir fazer essas escolhas e correr o risco de cair na manipulação de terceiros com interesses que, em muitos casos, podem ser o oposto dos nossos.

Com o crescimento e a facilitação do acesso à Internet, essa habilidade passou a ser fundamental para não cair nas ciladas da desinformação e das *fake news*, tanto que passou até mesmo a inteirar currículos escolares. Aprender a aprender, aprender a pesquisar e a como transformar esses resultados em novos conhecimentos se tornou algo desejável desde os primeiros passos da aprendizagem, e ensinar para formar cidadãos independentes passou a ser um posicionamento de resistência contra a desinformação.

Junto desse crescente vieram as redes sociais e mídias rápidas, com acesso fácil, gratuito e diversas possibilidades de comunicação. Essas plataformas como o YouTube, Instagram e Twitter, chamaram atenção de pessoas comuns como eu e você, que passaram a se manifestar e agregar conteúdo aos seus compartilhamentos diários e também de grandes canais de mídia e até mesmo de personalidades e governantes. Hoje em dia todo mundo está *online* comentando tudo que acontece.

Essa movimentação e migração para o mundo das redes sociais se tornou uma oportunidade de divulgação e abertura de portas para pessoas, negócios e instituições e muitos passaram a investir em postagens educacionais, por exemplo. Aí entra nossa oportunidade: enquanto bibliotecárias e bibliotecários podemos e devemos ocupar esses espaços e levarmos não apenas informações confiáveis, mas também nossas manifestações. Acredito que essa seja uma oportunidade para finalmente assumirmos de vez o papel do profissional do século XXI que alia necessidades técnicas com sociais no mundo da informação.

Creio que o passo que dei em 2014 criando o 'É o último, juro!', pode ser dado por mais colegas e que podemos, e devemos, ocupar

as redes com nosso trabalho. Divulgar fontes de pesquisa, propor debates sobre acessibilidade e sobre o papel da biblioteca atualmente são trabalhos que precisam ser feitos e que precisam de espaço e destaque. Hoje, mais do que nunca, precisamos sair do convencional e ganhar e força com o que está em crescimento, nesse caso a alfabetização informacional e todos os debates que estão ligados a ela.

Espero que esse breve relato tenha sido proveitoso e que através dele eu possa inspirar colegas a se manifestarem e a abrirem seus espaços pela Internet para fazer o trabalho que nos propomos desde o começo de nossas formações: ser ponte entre pessoas e informação e auxiliar que essa informação seja confiável, correta e o mais importante de tudo, acessível para qualquer pessoa. Nossa profissão nunca foi tão necessária, nosso olhar e nossa voz têm espaço, só precisamos ocupa-lo com um trabalho sério, assertivo e acessível.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, S. J. A conceptual analysis and historical overview of information literacy. **Association of College & Research Libraries**, American Library Association, v. 55, n. 4, 1994.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: Final Report. January 10, 1989, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Framework for information literacy**, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/framework1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SHELDON, T. Preprints could promote confusion and distortion. **Nature**, v. 559, n. 445, 2018.

ZURKOWSKI, P. G. The information service environment relationships and priorities. **National Commission on Libraries and Information Science**, National Program on Library and Information Services, related paper number five, 1974.

BIBLIOTECAS, CULTURA E AÇÃO CULTURAL³⁴

Celvio Derbi Casal

1 INTRODUÇÃO

O leitor passeia pela biblioteca. Anda pelos corredores do acervo e desliza o dedo pelas lombadas dos livros, organizados por assunto. As estantes da biblioteca são palco de conferências atemporais, encontros entre autores do passado e do presente, ininterruptamente debatendo suas questões, achados e métodos. Uma conversa não raro tensa, cheia de discordâncias e até mesmo acusações.

Há um tipo de acesso transversal aos registros escritos inventado nas bibliotecas, ancestral do hipertexto, que torna possível conduzir a leitura passando de um texto a outro, colecionando trechos de diferentes livros, seguindo múltiplas possibilidades, caminhos e diálogos, reencarnando vozes de interlocutores do passado e rearticulando debates, através das referências, citações, compilações, bibliografias, catálogos e notas de rodapé (O'DONNELL, 2000).

O leitor puxa um livro pela lombada, lê uma, duas páginas, anota uma referência, puxa outra lombada... Incauto, é pego na trama das conversas do acervo e convidado a espiar o debate, que é sempre parcial, até porque, nem todos os autores foram convidados... Toda biblioteca tem uma política de seleção para o seu acervo e, como espelho invertido e raramente explicitado, uma política de ausências.

Mas o leitor, ao aceitar o convite, não espia timidamente pelo buraco da fechadura: ele escancara a porta e entra, levando consigo toda a sua comunidade, através de seus códigos de compreensão do

³⁴ Este capítulo é um exercício de reflexão teórica a partir da experiência do autor como idealizador e coordenador, ao longo dos dois últimos anos, do programa de extensão “Biblioteca Viva: Laboratório de Criatividade”, que realiza ação cultural junto com a comunidade acadêmica e sociedade, na Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

mundo e de seu tempo e também seus sentidos e expressões, suas contradições, limitações e estranhamentos, prontos para entrar na conversa e alterar substancialmente os seus rumos.

[...] deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular. (CHARTIER, 1998, p. 19).

De incauto o leitor não tem nada. Como o acervo, ele é um tramado de vozes e conflitos, apagamentos e resistências, que se costuram ao seu corpo como a tinta costura as letras, palavras, frases e parágrafos nas páginas dos livros. No encontro na biblioteca, essas duas tramas tecem juntas uma tapeçaria de histórias possíveis, emoldurada pelas dinâmicas da colonialidade/modernidade na forma das ausências do acervo e da fragmentação da cultura.

A cultura é, portanto, peça fundamental para entender a função de uma biblioteca, ou como ela articula, seleciona (ou descarta), disponibiliza, apresenta e medeia os debates que nela acontecem. Suas coleções buscam representar os interesses de seu público, seja esse público os reis Assírios ou Alexandrinos – que por vaidade e ostentação pretendiam juntar “todos os livros do mundo” –, seja os moradores de algum bairro periférico de alguma cidade atual; ou os estudantes e professores de uma universidade... e esses interesses estão inscritos na cultura.

Bibliotecas, especialmente as comunitárias, utilizam a ação cultural como forma de estar em relação com as comunidades que atendem. Pela realização de debates, oficinas, rodas de conversa, trocas de experiências sobre temas de interesse comum, exposições e outras atividades, e também pela participação ativa nos espaços coletivos de convívio e de decisão comunitários, bibliotecários buscam incentivar a leitura e o uso do acervo e também a partilha de saberes. Mas, que saberes são esses? Quais vozes habitam os

corredores e as estantes do acervo? Quais ficam de fora das conversas? E que comunidades são essas? Como se relacionam com suas bibliotecas?

Como, nos encontros na biblioteca, livros e leitores engendram narrativas, a partir do reconhecimento das diferenças culturais, capazes de produzir um sentido de comunidade? Como os sentidos produzidos coletivamente se refletem na constituição dos acervos? Podem essas narrativas funcionar como linhas de fuga dos agenciamentos coloniais que atravessam tanto a comunidade quanto a biblioteca?

Para que a cultura dos livros efetivamente encontre a cultura dos leitores – e vice-versa –, permitindo que o potencial que uma biblioteca carrega como espaço de encontro e de criação se efetive, propomos aqui que os bibliotecários precisam se envolver, se afetar, mergulhar nos conflitos e contradições de sua comunidade – carregando consigo os seus próprios – e juntos produzirem sentidos, para que a biblioteca, seu acervo e suas atividades efetivamente estejam integradas às formas de pensar e agir da comunidade.

O objetivo deste capítulo é articular alguns referenciais das Ciências Humanas, especialmente dos Estudos Culturais e Decoloniais e da Psicologia Social, à prática de ação cultural em bibliotecas, como forma de pensar as possibilidades das bibliotecas enquanto dispositivos culturais, como lugares de encontro e produção de saberes, espaços vivos e abertos ao conflito, à diferença e à diversidade de modos de ser e viver.

2 O QUE É CULTURA?

Começamos pela nada simples discussão em torno do conceito de cultura. É uma daquelas ideias que cruzam os campos do saber, respondendo de maneira diferente de acordo com a disciplina, problema ou a abordagem que a evocam. Dentre as inúmeras definições possíveis para “cultura”, partimos aqui daquela proposta no campo dos Estudos Culturais, e que influencia fortemente disciplinas como a sociologia, antropologia, educação e psicologia. Stuart Hall define cultura como o conjunto dos “muitos e variados

sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros” (HALL, 1997, p. 2).

De acordo com essa definição, cultura é, então, o conjunto das práticas que definem como os grupos humanos enxergam a si mesmos e aos outros e interagem entre si, ou, como Guareschi formula:

[...] ao se construir sentidos sobre as práticas os sujeitos produzem a cultura e a si mesmos. Ela é tomada como práticas sociais que, ao forjarem sentidos, ganham efeitos de verdade e instituem modos de viver, de ser, de compreender, de explicar a si mesmo e o mundo. (GUARESCHI, 2008, p. 4).

Essa produção não ocorre sem conflitos. Na realidade, são justamente as tensões e negociações sobre esses sentidos, que se dão “em um território de lutas e contestações pelos quais nos tornamos sujeitos” (GUARESCHI, 2008, p. 5), que constituem a cultura. Assim, a cultura produz a sociedade e é produzida socialmente, em interações complexas entre os indivíduos e os grupos sociais. Isso implica que as culturas (no plural) existem de forma situada política e historicamente, produzindo comunidades em torno de práticas e modos comuns de existência e atravessadas por fluxos externos, delimitando e diluindo identidades e diferenças em tensionamentos dinâmicos das relações de poder.

Podemos, como exemplo, observar as festas populares do Bumba meu Boi, no Maranhão, do Boi Bumbá, no Amazonas, e do Boi de Mamão, em Santa Catarina. Embora bastante semelhantes entre si e com provável origem comum, guardam muitas diferenças, pelos relacionamentos interculturais que trazem e pelos locais onde se manifestam. As raízes africanas, indígenas e europeias cristãs, presentes nas três festas populares, se articulam e transformam de maneira diferente, conforme a região e a mistura dos imaginários. Tornam-se encenações únicas de ciclos da existência: do

maranhense, do caboclo do norte, do manézinho do sul. São rituais que afirmam a vida dessas populações, enraízam seus costumes e geram pertencimento, identidade e reconhecimento.

Muitas outras manifestações populares, desses e de outros lugares, trazem diferentes recortes, outras “culturas populares”, de comunidades diversas, que encarnam os modos de vida da gente daquele lugar, e acontecem em um tempo sazonal, um retorno cíclico para uma consciência de comunidade, como é próprio das festas populares.

Agora imaginemos uma reportagem televisiva, sobre a festa do Bumba meu Boi. Nela, são exibidas as danças, as cores e movimentos, instrumentos e brincadeiras populares. A festa ganha um sentido de curiosidade, um afastamento que perde a dimensão de enraizamento, de reprodução do ciclo mítico que acontece, desde o preparo dos grupos de boi, das roupas e bandeiras, dos eventos que sucedem a morte do boi, das rezas e pedidos. A reportagem segue um roteiro, um padrão técnico na apresentação das imagens, intercalando as falas com as cenas de danças, construindo uma narrativa guiada para o entretenimento.

Esse programa de TV poderá ser assistido inclusive na casa da família maranhense que brincou na festa do boi. A mesma família talvez seja entrevistada pelo antropólogo, interessado em documentar e interpretar as relações da festa do Boi e suas representações do imaginário maranhense.

O capital também se posiciona nesses tensionamentos, com um poder bastante desigual na relação de forças: é uma cena comum nas grandes festas populares os quiosques e banheiros químicos bancados por empresas em troca da publicidade, muitas vezes, em parcerias com o poder público local. Não é raro essas empresas “marcarem presença” nas festas populares com investimento em “infraestrutura”, como os grandes carros de som e palcos que espetacularizam a festa e com isso alteram alguns de seus traços mais tradicionais.

As resistências se dão nesse campo complexo e difuso. Nos momentos em que a festa reencarna o mito e reafirma a vida da

comunidade. A reportagem divulga e também dilui essa expressão. O registro científico do antropólogo busca a preservação, mas também agrega elementos novos no cotidiano. É bastante conhecido o fato de que alguns terreiros de candomblé recriaram tradições africanas já esquecidas, a partir do trabalho de historiadores e antropólogos, alguns deles saídos de suas próprias comunidades. A música de massa utiliza ritmos e instrumentos das festas populares, cantores em *reality shows* saúdam os Orixás, gerando identificação imediata com parte do público que compartilha a referência cultural, num jogo de apropriações e ocupações de territórios. Dessa forma, diferentes tempos culturais, o ciclo da cultura popular, as séries da cultura industrial de massa, e a pretensamente neutra cultura erudita, vão se encontrando, se chocando em alguns pontos, coexistindo em outros. Todas atravessadas e atravessando contextos socioeconômicos, religiosos, de raça e de gênero, marcados pela colonialidade do poder.

A matriz colonial de poder, conforme a proposta de Mignolo, é “uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Nesse lado mais escuro (na verdade mais branco), estão as invasões europeias dos territórios, o genocídio e a escravização das populações, na África, Américas e no Caribe, a partir do século XV e, posteriormente, em parte da Ásia e na Oceania.

Trata-se de um discurso subjacente à ideia de modernidade³⁵ e que acompanha seus desdobramentos no mundo globalizado. A celebração globalizada das conquistas da modernidade europeia, tanto no campo econômico (capitalismo/socialismo) quanto epistemológico (ciência/conhecimento), resulta na massificação do pensamento colonial europeu sobre os povos “conquistados” – o que hoje equivale a dizer: todo o mundo globalizado – gerando uma narrativa de supremacia racializada (branca) e eurocentrada, que

³⁵ Os Estudos Decoloniais situam a época das invasões coloniais europeias no século XV como o advento da modernidade e não no iluminismo ou na revolução industrial como é comumente aceito (QUINTERO; FIGUEIRA; CONCHA ELIZALDE, 2019).

opera o apagamento das formas culturais divergentes (africana, árabe, indígena, aborígene...), superando o período colonial e se atualizando nas formas de poder, saber e ser das sociedades contemporâneas. A régua do mundo passa a ser o pensamento branco capitalista europeu.

Colonialidade do saber, segundo Lander et al. (1993, p. 5), é a capacidade do pensamento colonial de “[...] apresentar sua própria narrativa histórica como o conhecimento objetivo, científico e universal e a sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada – mas igualmente normal – da experiência humana³⁶”. Maldonado-Torres (2007) relaciona a colonialidade do saber e do ser a partir da máxima cartesiana “penso, logo existo”: se o pensamento moderno prevalece sobre o dos subalternos, a própria existência desses sujeitos passa a ser questionada, produzindo uma desqualificação epistêmica do outro na forma de uma negação ontológica (QUINTERO; FIGUEIRA; CONCHA ELIZALDE, 2019). Esse epistemicídio se traduz no desaparecimento das formas culturais tradicionais, na sua substituição pelos modos de ser colonizados e na desvalorização da vida de quem habita corpos dissidentes da norma colonial³⁷.

Os Estudos Decoloniais³⁸ apresentam as decolonialidades como estratégias localizadas de resistência aos processos colonizadores da cultura e de afirmação dos modos de ser e viver marginalizados e invisibilizados pela lógica da colonialidade. A primeira e principal estratégia é lembrar que a matriz colonial de

³⁶ Tradução nossa para o trecho: “[...] *presentar su propia narrativa histórica como el conocimiento objetivo, científico y universal y a su visión de la sociedad moderna como la forma más avanzada -pero igualmente normal- de la experiencia humana.*”

³⁷ Daí a importância política de movimentos como o “Vidas negras importam!”.

³⁸ Os Estudos Decoloniais começam na América Latina, como crítica e desdobramento dos Estudos Subalternos e Pós-Coloniais, conduzidos por autores como Edward Said, Ranajit Guha e Gayatri Spivak. As propostas decoloniais se apresentam em trabalhos como os de Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Edgardo Lander, Walter Dignolo, Rita Segato, Arturo Escobar, entre outros, articulando as relações entre modernidade/colonialidade com as categorias raça, gênero, subjetividades, ecologia e outras (QUINTERO; FIGUEIRA; CONCHA ELIZALDE, 2019).

poder, embora hegemônica, nunca apagou totalmente os outros modos de vida e saberes, tidos como subalternos, que existem e resistem ao esmagamento colonial desde seu surgimento até os dias atuais.

Ao definirmos cultura dessa forma, nos afastamos radicalmente da noção pela qual se diz que uma pessoa “tem cultura” ou “é culta”, quando compartilha de um determinado registro de hábitos, conhecimentos, crenças e valores, considerado superior em relação a outros. Essa ideia de cultura está na raiz do modo como o pensamento moderno europeu se espalhou pelo mundo dito “civilizado”, através do discurso do desenvolvimento, levando consigo o projeto colonial de diluição e apagamento das diferenças culturais nos lugares onde se instala³⁹. A principal premissa cultural da colonialidade é o apagamento das diferenças.

Latour (1994) situa no projeto epistemológico da modernidade a tentativa de purificação das entidades e objetos por meio de oposições binárias (sujeito/objeto, indivíduo/social), cujo efeito foi, em parte, a constituição de campos do saber pretensamente separados ou antagônicos (ciências humanas e ciências naturais; Sociologia e Psicologia). As operações de análise do pensamento moderno provocam assim uma fragmentação da realidade em categorias dicotômicas como: real/imaginado, individual/coletivo, natureza/cultura, teoria/prática, mente/corpo, entre outras. Latour introduz sua noção de redes como forma de superar as dicotomias da modernidade, integrando elementos humanos e não humanos na apreensão da composição de entidades coletivas e heterogêneas, constantemente diferenciadas (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

Tanto na conceituação de redes para Latour, quanto na proposta decolonial, a modernidade/colonialidade apresenta fissuras e rachaduras em seu projeto de pureza e universalidade. Por essas brechas é possível perceber que a hierarquização de saberes e

³⁹ Sobre a colonialidade associada à ideia de desenvolvimento cultural, indicamos o documentário “Escolarizando o Mundo: o último fardo do homem branco”, que acompanha as consequências sociais e culturais da chegada de escolas ocidentais em uma comunidade tradicional rural do sudeste asiático (BLACK, 2010).

de formas culturais que coloca saberes “científicos” acima de saberes tradicionais indígenas e africanos, por exemplo, e que cria a distinção entre “alta cultura” e “cultura popular” é uma narrativa construída politicamente, favorecendo apenas um modo de pensar e ser. Por essas fissuras e rachaduras no bloco monolítico colonial/moderno, pode-se também dar passagem à diferença cultural.

Por outra via, Rolnik (2005, p. 51-52), define o sujeito moderno como “[...] um sujeito que se vê como uma essência identitária, uma ordem estável, sempre igual a si mesma, inafetável pelo outro, igualmente entendido como tendo uma essência identitária”. Para a subjetividade moderna, a diversidade do mundo contemporâneo é sentida com pânico, um medo terrível da destruição da própria noção de identidade:

Aquela essência identitária, vivida com o inabalável na época anterior, é tomada de estranhamento, como se a casa estivesse sendo invadida por um estranho que teria imposto sua presença, independentemente de convite ou aceitação, já que ele é fruto do encontro com o outro, e que este encontro é inelutável.

Coelho (2001, p. 21) diz que “Cultura é o que move o indivíduo, o grupo, para longe da indiferença, da indistinção; é uma construção, que só pode proceder pela diferenciação. Seu oposto é a diluição”. É, portanto, justamente no encontro e reconhecimento da diferença, nos limites das identidades, do comum, que a cultura se desdobra também enquanto resistência à colonialidade, para além da repetição e diluição da cultura midiática, tornando possível criar novas subjetividades descolonizadas.

Passando longe também de demarcações discerníveis das fronteiras identitárias, a cultura acontece deslizante e híbrida, movimenta-se entre as bordas, em assimetrias, descontinuidades e desdobramentos de si própria. Para Homi Bhabha:

Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 20).

Bhabha propõe a categoria da “negociação” como a possibilidade analítica de compreender os processos híbridos da cultura sem incorrer no binarismo dialético: “[...] cada posição é um processo de tradução e transferência de sentido. Cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura” (BHABHA, 1998, p. 53).

A interação cultural produz assim um corpo híbrido a partir das diferenças, para muito além das identidades e comunidades fixas. A cultura está em constante mutação e atualização no encontro das diferenças culturais. E o que surge desse encontro é sempre novo e imprevisível; negociado, no sentido proposto por Bhabha. Sendo assim, não existe uma cultura “pura” ou “original”, nem mesmo a possibilidade do resgate cultural de tradições de outrora. Essa perspectiva possibilita um deslocamento do olhar para observar os fenômenos culturais não mais a partir da identidade, mas da alteridade, reconhecendo que não há uma cultura essencial, que escape aos processos hibridizantes e atravessamentos coloniais.

O estranhamento, a não identificação e a diferença se tornam então fatores importantes para “desnaturalizar” a cultura, possibilitando a percepção de que os diversos códigos culturais – principalmente os nossos próprios – não são universais e de que não existe um modo de se fazer as coisas que não seja contextual, relacional e historicamente situado.

3 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NA CULTURA

Esse sobrevoo breve e parcial sobre o complexo debate da cultura já nos permite fazer algumas observações iniciais sobre o lugar das bibliotecas na cultura, começando pela questão do

reconhecimento das desigualdades no acesso às bibliotecas. Como aponta Gomes:

É necessário pensar na relação informação e sociedade nas atividades de produção e disseminação da informação dos grupos que estão à margem em relação à dominação hegemônica valorizando seus conhecimentos e saberes, que por serem distintos, não podem ser inferiorizados. [...] a biblioteca precisa garantir o direito à leitura oportunizando o acesso de suas (seus) leitoras (es) não só ao acervo, mas também às ações que dinamizem o espaço e dialoguem com o público leitor e não leitor configurando-se como um espaço social com sentido de pertencimento à comunidade. O entendimento de público também deve ganhar outro sentido, questões socioeconômicas, gênero e raça são também pertinentes quando discutimos acesso e democracia. (GOMES, 2016, *passim*).

Tanto nos materiais que compõem o acervo, quanto na possibilidade de utilizá-lo, há uma gigantesca desigualdade, fruto das dinâmicas culturais da colonialidade. Esse é o grande desafio que se impõe às bibliotecas a partir das proposições decoloniais: a corriqueira afirmação de que as bibliotecas são “a casa do saber”, passa a ser imediatamente questionada: do saber de quem? Ao tentarmos responder essa pergunta, torna-se evidente quais autores e livros – e também quais pessoas da comunidade – não receberam o convite para os congressos silenciosos nas estantes das bibliotecas...

Silvia Cusicanqui⁴⁰, em sua visita à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos⁴¹, como professora convidada de uma importante universidade daquele país, relata seu duplo estranhamento. Com o impressionante acervo e eficiência dos serviços à sua disposição e com o tratamento dado ao tema de sua pesquisa sobre o uso tradicional das folhas de coca: nos cabeçalhos de assuntos das bibliotecas estadunidenses, “coca” ou estava associado à “coca-cola” ou ao narcotráfico, ao lado de cocaína, crack e outros entorpecentes; obras relativas à importância, simbólica, ritual e também cotidiana, das folhas de coca para os povos originários andinos, estavam representadas sob esses descritores. Ou seja, era preciso procurar por “narcotráfico” para encontrar um livro sobre como indígenas andinos utilizam as folhas de coca. Após encontrar um livro que procurava em um sebo, com o carimbo “DESCARTADO” de uma biblioteca, ela conclui que muitos livros importantes sobre temas de outras culturas, acabam perdidos nas bibliotecas estadunidenses, que se converteram em grandes “cemitérios do conhecimento” (CUSICANQUI, 2014, p. 111).

A maioria das ferramentas de classificação e indexação de assuntos em bibliotecas apresenta apagamentos carregados de colonialidade. Vamos tentar classificar um livro sobre Candomblé utilizando a Classificação Decimal Universal (CDU)? Vejamos as subdivisões para a classe “2 Religião”:

- 21 Teologia;
- 22 A Bíblia. Sagrada escritura;
- 23-28 O Cristianismo. A Religião Cristã (subdividida em: 23 teologia dogmática; 24 teologia prática; 25 teologia pastoral; 26 “a igreja cristã em si”; 27 história geral da igreja

⁴⁰ Silvia Rivera Cusicanqui: indígena Aymara, boliviana e importante teórica do pensamento decolonial e do feminismo comunitário indígena.

⁴¹ A *Library of Congress* é a maior biblioteca do mundo, famosa por suas coleções abrangerem registros culturais de muitos outros países, incluindo originais e cópias de documentos que já não estão mais disponíveis no país de origem (CASAL, 2011).

cristã e 28 “igrejas, seitas e denominações cristãs”);
29 Religiões não-cristãs.⁴²

Dentro da subdivisão “29 Religiões não-cristãs”, ao final de uma pequena lista de religiões não-cristãs específicas – que começa com religiões Greco-romanas e germânicas antigas – temos a subdivisão “299.6 Religiões dos povos africanos”, sem maiores especificidades.

Esse sistema de classificação pretensamente “universal” e seu concorrente, a Classificação Decimal de Dewey (CDD) – que consegue ser ainda pior, em termos de colonialidade – foram produzidos no século XIX no contexto da internacionalização política e científica promovida a partir de países europeus e dos Estados Unidos⁴³ e são utilizados ainda hoje na maioria das bibliotecas do mundo, incluindo as brasileiras. Há muitos outros exemplos como estes, mas já podemos, a partir destes começar a imaginar o tamanho do problema, quando os assuntos pelos quais localizamos os livros nos catálogos e nas estantes das bibliotecas revelam esse nível de colonialidade e racismo.

E quando o livro sequer está na estante? Os procedimentos de desenvolvimento de coleções adotados por bibliotecários geralmente buscam atender às necessidades e interesses identificados nos estudos de comunidades e usuários. No entanto, a lógica colonial também opera nessas ferramentas do trabalho do bibliotecário e se reflete no que fica ausente nas estantes.

A principal fonte para políticas de aquisição nas bibliotecas universitárias são as bibliografias indicadas nos currículos das disciplinas. Estudantes e professores negros e indígenas vêm denunciando a branquitude⁴⁴ dos currículos e bibliografias

⁴² Utilizamos a Classificação Decimal Universal (CDU): edição-padrão internacional em língua portuguesa. 23. Ed. Brasília: UDC Consortium/IBICT, 1997.

⁴³ Que teve como resultado mais significativo a criação das Nações Unidas e de diversos outros organismos internacionais (CASAL, 2011).

⁴⁴ Branquitude é um conceito que surge a partir dos Estudos das Relações Étnico-Raciais e que demonstra como a experiência de pessoas brancas é universalizada no

acadêmicas, que ainda encontram muita dificuldade em dialogar com epistemologias diversas das do eixo Europeu. As bibliotecas poderiam auxiliar nessas discussões dando visibilidade às epistemologias contra-hegemônicas e promovendo debates que busquem o tensionamento do conhecimento naturalizado como universal, estimulando encontros de diferentes modos de saber.

Em outro ponto do universo das bibliotecas, nas públicas e comunitárias brasileiras é comum a existência dos “kits”, formados por coleções semipadronizadas de livros: literatura brasileira e estrangeira, infanto-juvenil e infantil, algumas revistas e talvez algumas mídias digitais, doados ou distribuídos por editoras, empresas e governos e que, muitas vezes, formam o núcleo do acervo de pequenas bibliotecas. Não há nenhum problema em ter obras de Machado de Assis ou títulos da Coleção Vagalume, e até mesmo as obras de Monteiro Lobato (conhecido racista) nas estantes. O problema é quando a composição das coleções considera apenas as obras consagradas e amplamente reconhecidas e/ou não faz a discussão de como esses materiais interagem – com seus conflitos e contradições – com a comunidade, de modo que o processo de formação do acervo acaba decidido a partir de solução pré-formatadas, que pouco dialogam com as realidades das comunidades.

Essas e outras práticas da representação de assuntos e desenvolvimento de coleções revelam uma dimensão muito profunda da colonialidade do saber bibliotecário, associada diretamente ao entendimento do propósito das bibliotecas e, de forma mais ampla, da própria ideia colonial de cultura.

As bibliotecas em geral estão impregnadas de uma histórica ideia de utilidade, de salvação pela leitura, pelo estudo. E de fato, várias delas iniciaram como ações de caridade ou assistencialismo paternalista (MILANESI, 1983). Assim, as equipes de todo o tipo de

discurso. Quando se fala amplamente em “sociedade”, “cultura”, “humanidade”, se está de fato falando da experiência branca. No entanto, quando se fala em raça, a experiência branca desaparece e os estereótipos raciais são atribuídos quase exclusivamente à experiência negra (HIRANO, 2013).

biblioteca não raro imaginam que sua missão seja proporcionar à sua comunidade o acesso ao conhecimento, como se esse conhecimento irradiasse do acervo e chegasse até os leitores, estes vistos como “livros em branco” ou incompletos, esponjas prontas para absorver da fonte.

No entanto, quando entendemos a cultura como as complexas relações de uma comunidade, entre si e com “os outros”, com seu contexto social, atravessadas pelas dinâmicas da colonialidade, produzindo subjetividades e saberes híbridos nas interações com a diferença, essa visão assistencialista das bibliotecas se torna insustentável e o conhecimento dos livros passa a ser apenas mais uma produção de sentido que vai interagir com os sentidos produzidos pela comunidade.

Algumas inquietações são básicas para o trabalho crítico de qualquer bibliotecário: quais livros compõem as coleções de uma biblioteca? Que percepções de mundo refletem? Qual a cor da pele e a nacionalidade dos autores? Há livros escritos por mulheres sobre as temáticas cobertas pelo acervo? O que/quem fica de fora? Como a biblioteca apresenta esses diálogos e ausências aos leitores? Como os modos de viver, ser e saber da comunidade estão representados no acervo? Que debates são possíveis em torno dessas diferenças e dos procedimentos adotados para a formação do acervo?

É necessário que bibliotecários sejam capazes de se fazer essas perguntas e reflexões sobre as coleções que administram e disponibilizam ao público, sob o risco de que nossas bibliotecas se assemelhem mais aos cemitérios do conhecimento observados por Silvia Cusicanqui. É neste ponto que a ação cultural entra em cena, como um repertório de ferramentas tão vasto quanto a criatividade da equipe da biblioteca e de sua comunidade, para que, partindo destes e de outros questionamentos, possam produzir juntas um espaço vivo e intenso de encontros.

4 AÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS

Por ação cultural, entendemos a articulação capaz de provocar encontros significativos entre pessoas e grupos, estabelecendo

interações a partir de suas identificações, e também dos conflitos, diferenças e estranhamentos, estimulando a produção de novas ideias e projetos. Trata-se de um processo de criação

[...] movido pela possibilidade, pelo vir-a-ser. É esse tipo de pensamento e essa modalidade de prática, em parte privilegiada também pela ciência mais criativa, que permite o "movimento" de mentes e corpos tão privilegiados pela ação cultural. É esse na verdade o tipo de pensamento que altera os estados, transforma o estado em processo, questiona o que existe e o coloca em movimento na direção do não conhecido. A proposta, portanto, é usar o modo operativo da arte - livre, libertário, questionador, que carrega em si o espírito da utopia - para revitalizar laços comunitários corroídos e interiores individuais dilacerados por um cotidiano fragmentante. (COELHO, 2001, p. 33-4).

A ação cultural não tem outra finalidade que não o próprio encontro. É no espaço-tempo do encontro que se dá todo o seu potencial como disparadora de fluxos no porvir. Esse potencial de criação do novo a partir do encontro possibilita à ação cultural se tornar um meio de navegar pela dinâmica cultural de uma comunidade, seus afetos e modos de ser e de se relacionar com o mundo, em composições de fluxos e linhas que interagem de forma complexa, envolvendo as relações em determinado território.

Para entendermos o potencial dos encontros, vamos tomar a ideia de "coletivo" como plano de produção do comum e o conceito de "relação" como "agenciamento" conforme proposto por Escossia e Kastrup:

A relação, entendida como agenciamento, é o modo de funcionamento de um plano coletivo, que surge como plano de criação, de co-entendimento dos seres. Cabe ressaltar que

este plano coletivo e relacional é também o plano de produção de subjetividades. Subjetividade aqui não é sinônimo de indivíduo, sujeito ou pessoa, pois inclui sistemas pré-individuais/pré-pessoais (perceptivos, de sensibilidade, etc) e extrapessoais ou sociais (maquínicos, econômicos, tecnológicos, ecológicos, etc). Assim, os processos de subjetivação são sempre coletivos, na medida em que agenciam estratos heterogêneos do ser. (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 303).

Para as autoras, o coletivo constitui um plano relacional que perpassa e ultrapassa a dicotomia indivíduo-sociedade. Assim, as relações num plano coletivo não se reduzem à observação do social totalizado nem das relações interindividuais. Trata-se de “criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 303).

Entendemos que os encontros de ação cultural nas bibliotecas constituem um plano coletivo e, portanto, produtor de subjetividades e também produtor do comum, que, como proposto por Jullien: “é um conceito político. Não é dado a priori, mas se enraíza na experiência, se aprofundando e se enriquecendo com ela. Devemos construir um comum que não é pautado em relações de semelhança nem tampouco de identidade” (JULLIEN, 2009 apud KASTRUP; PASSOS, 2013).

O comum é onde Agamben citado por Pelbart (2008, p. 9),

[...] evoca uma resistência vinda, não como antes, de uma classe, um partido, um sindicato, um grupo, uma minoria, mas de uma singularidade qualquer, do qualquer um, como aquele que desafia um tanque na praça Tiananmen, que já não se define por sua pertinência a uma identidade específica, seja de

um grupo político, seja de um movimento social (AGAMBEN, 2002 apud PELBART, 2008, p. 9).

É essa resistência, da singularidade marcada pela diferenciação constante, inquestrável pelas lógicas da modernidade/colonialidade que nos interessa, e que emerge de um processo de ação cultural que se assemelha muito ao método cartográfico, como utilizado no campo da Psicologia Social, pois ele

[...] opera comunicação entre singularidades heterogêneas, num plano que é pré-individual e coletivo. Trata-se de incluir as múltiplas linhas ou vetores que Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997) chamam de rizoma e que Bruno Latour (2000; 2007) evoca como rede de articulação e composição, para que possamos fazer emergir o entendimento de uma realidade complexa. (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 265).

A cartografia, por sua abertura para a complexidade envolvida nos encontros e a ampla participação, abrangendo a heterogeneidade campo, permite acompanhar processos, percorrer as histórias, deixando-se levar pelo campo coletivo de forças para dar passagem aos afetos e inventar coletivamente as linhas de fuga. “O desafio é evitar que predomine a busca de informação para que então o cartógrafo possa abrir-se ao encontro” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 57).

O método cartográfico requer uma atenção especial ao que não se espera encontrar:

[...] às irregularidades, surpresas, inconsistências, às forças declaradas ou não e aos seus jogos, aos movimentos e devires. Não busca essências ou descobertas de objetos dados, e sim a problematização do que se encontra naturalizado (VORGA, 2014, p. 797).

Também pressupõe a formação de vínculos entre os envolvidos, constituindo uma ética da confiança:

O ethos da confiança tem o sentido de abertura ao plano da experiência e de aumento da potência de agir. A cartografia como método pressupõe uma descentralização nas práticas de pesquisa, em prol de um processo coletivo e compartilhado de produção de conhecimento. Em vez de um regime de suspeita em relação à experiência, no qual toda dimensão de vínculo é tratada sob a égide do controle e do juízo, a cartografia aposta na riqueza deste plano. Conta com a sua potência de criação, abrindo-se para ser articulada por ele. Eis o que encontramos na palavra confiança – *com fiar* – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem. (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013, p. 283).

É importante destacar que, quando falamos aqui na confiança e na potência dos encontros, não estamos falando de identificação ou de consenso. Não se trata de “encontrar pontos em comum”, ou convergências nas trocas que ocorrem nos encontros, mas, de atingir zonas de indeterminação, capazes de lançar os participantes em trajetórias inventivas (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013). Desse modo, a cartografia cria uma composição, sempre compartilhada, dos sentidos e afetos. O processo de organização e realização das ações culturais, bem como os desdobramentos que surgem a partir dos encontros – novos encontros, ações e projetos – funcionam como cartografias da comunidade e estabelecem percursos por suas paisagens existenciais. São essas paisagens que desnudam o acervo e a comunidade, revelando, por meio das tensões e conflitos desta, as ausências daquele.

Assumindo o papel de agente cultural e cartógrafo, o bibliotecário se torna um articulador desses encontros de criação. Um promotor das condições para que se estabeleça o diálogo entre

os membros de sua comunidade e através dele o reconhecimento das diferenças e sua relação com os fluxos mais amplos da cultura, para que esse reconhecimento permita abrir um caminho para a auto-emancipação da comunidade.

[...] um processo de ação cultural resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim sujeitos - sujeitos da cultura, não seus objetos. (JEANSON, 1973 apud COELHO, 2001, p. 14).

Como tudo relativo à cultura, esse papel nunca é neutro: o bibliotecário pisa o terreno levando consigo toda a sua bagagem de expectativas intenções e saberes, e também de preconceitos, conflitos e estranhamentos.

Nas bibliotecas, a ação cultural começa com a abertura da biblioteca e de sua equipe para se relacionar e ser afetada profundamente por sua comunidade. O objetivo principal e o foco do processo todo são essa relação. O que acontece a partir daí, é imprevisível, algo novo, protagonizado pela biblioteca **junto com** a comunidade.

Essa definição inverte os procedimentos de planejamento e gestão usualmente adotados por bibliotecários, que primeiro estabelecem os fins, os objetivos a serem alcançados, e a partir de então, planejam as atividades **para** seu público.

A chave postural dessa forma de atuação está na mudança do “**fazer para**” para o “**fazer com**”, que envolve o convite à participação em todos os processos constitutivos e de gestão da biblioteca. Não se trata de um antagonismo entre as ferramentas e técnicas de planejamento e gestão tradicionais dos bibliotecários e a ação cultural, mas que esta seja a bússola daquelas: o encontro e a relação com a comunidade, como orientação para produzir políticas de acervo e serviços que façam sentido para a comunidade.

Esse deslocamento é de extrema importância, pois reflete a postura ética da confiança ao convidar o bibliotecário a se perceber

como parte da comunidade onde atua, com condições de propor, mas também com responsabilidade de escutar e se disponibilizar para os conflitos e tensões que compõem não apenas as coleções da biblioteca, mas também as suas relações com a comunidade. Dessa forma, as bibliotecas se apresentam também como espaços de produção e negociação privilegiados, pelo seu potencial de trânsitos, pela sua relação com a sociedade, e por suas características institucionais.

A maioria das bibliotecas já possui tradicionalmente um conjunto de elementos que facilitam a produção de encontros onde a ação cultural pode ocorrer: o espaço físico, o ambiente, o escopo temático das coleções e o reconhecimento da comunidade⁴⁵. É esse conjunto de fatores – básicos para qualquer biblioteca e cuja articulação o profissional bibliotecário toma para si como missão – que as torna potenciais pontos de convergência para suas comunidades, e o local ideal para a ação cultural.

Na tipologia das bibliotecas, as que mais têm familiaridade com a ideia de ação cultural apresentada aqui são as bibliotecas comunitárias, ao menos no contexto brasileiro. Mas muitas bibliotecas de outros tipos, como a pública, a escolar, a universitária e mesmo algumas especializadas realizam ação cultural e qualquer biblioteca pode se beneficiar dessa prática. Efetivamente, o que propomos é a criação de híbridos culturais também na tipologia das bibliotecas: que a forma de atuação em bibliotecas comunitárias que já trabalham com ação cultural e, mais importante, a forma como percebem suas comunidades, seja modelo para a atuação em qualquer outro tipo de biblioteca.

As bibliotecas comunitárias são o campo ideal para a ação cultural, principalmente pelas características de seu público: diverso o suficiente para apresentar uma ampla gama de interesses e necessidades; pequeno o suficiente para que esses interesses e necessidade possam ser minimamente conhecidos; próximo o suficiente para se estabelecer relações significativas que possibilitem

⁴⁵ Embora, com frequência, a imagem das bibliotecas esteja desgastada pela desconfiança gerada com a postura colonial geral das instituições.

a efetiva participação da comunidade na construção e funcionamento do espaço.

A própria forma como se constituem as bibliotecas comunitárias as aproxima da ação cultural. Machado (2009, p. 89, grifos da autora) aponta, dentre as particularidades que distinguem esse tipo de Biblioteca, que “[...] são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural”. Conforme a autora, a ação cultural está envolvida na própria gênese das bibliotecas comunitárias. Isso impacta de forma constituinte o envolvimento e a sensação de pertencimento da comunidade em relação à sua biblioteca.

Ainda conforme Machado, Bibliotecas comunitárias

[...] são um projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como uma entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições governamentais, articuladas com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social (MACHADO, 2009, p. 91).

Essa relativa independência institucional das bibliotecas comunitárias, permite-lhes a flexibilidade necessária para compor tanto o seu acervo quanto a forma do uso de seus espaços em consonância com a complexidade das transformações culturais das comunidades. É verdade que essa aparente independência de regulação institucional, muitas vezes, ocorre a partir do descaso de governos e organizações sociais com as comunidades. Entretanto, mesmo em circunstâncias estruturais e orçamentárias adversas – e às vezes precisamente por causa delas – as bibliotecas comunitárias costumam conseguir uma grande participação de suas comunidades.

Ações como saraus, rodas de conversa, oficinas, cursos, exposições, grupos de leitura, debates sobre temas relativos à comunidade, cinedebates, encontros diversos com artistas,

escritores, mutirões de jardinagem nas praças, criação de hortas urbanas etc., são realizadas em bibliotecas comunitárias, com frequência envolvendo a comunidade e a equipe da Biblioteca – que não raro é só uma pessoa – na proposição e organização, articulando com lideranças comunitárias, associações e representantes e também com o poder público e instituições privadas. A participação comunitária também se dá na gestão das políticas e dos serviços da biblioteca, com a formação de conselhos gestores com representação da comunidade e consultas amplas à comunidade nos processos decisórios.

Esse engajamento, muitas vezes, é fruto da atuação de bibliotecários ou outros colaboradores que buscam ativamente o envolvimento com suas comunidades, estimulando formas radicais de participação como a gestão compartilhada ou autogestão dos espaços. “É a idéia da gestão participativa que, além dos objetivos específicos que pode alcançar, tem como principal benefício social a própria organização da comunidade” (ALMEIDA, 1987).

A articulação com os atores da comunidade, na maioria das vezes, requer sair das bibliotecas e participar de reuniões de associações de moradores, frequentar as praças, bares e outros espaços de convívio, dialogar com moradores do bairro e também com escolas, grupos de mães e de idosos, coletivos e comércios e estabelecer relações e parcerias com igrejas, terreiros e outras organizações do território. Ao tecer essas redes e relações, as bibliotecas vão chamando e se abrindo para a participação da comunidade, observando que:

As pessoas são convidadas a participar, mas tomam suas decisões de forma espontânea. Nesse sentido, cabe lembrar que há a necessidade da equipe da biblioteca estimular essa participação individual, levando em conta que existem padrões de participação que favorecem determinados grupos e esses padrões devem ser identificados, para que possam ser minimizados os desequilíbrios entre

os diversos grupos existentes na comunidade.
(MACHADO; VERGUEIRO, 2010, p. 251).

E assim, ouvindo histórias, conhecendo as diferentes trajetórias e também os problemas e conflitos da comunidade e colocando o espaço e recursos da biblioteca à disposição das pessoas e tecendo redes de confiança, a ação cultural já está posta em movimento.

Não há receita pronta para desenvolver a ação cultural em bibliotecas e cada contexto apresentará dificuldades e oportunidades específicas, mas, tendo os principais ingredientes – a disposição para o envolvimento com a comunidade e a abertura para o que quer que venha a surgir desses encontros – é possível transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 31-38, 1987.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCOSSIA, L. (Org.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ESCOLARIZANDO O MUNDO: o ultimo fardo do homem branco. Direção: BLACK, C. Estados Unidos; Índia, 2010, 66"

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1998.

COELHO, T. **O Que é Ação Cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CUSICANQUI, S. R. Un paseo por la biblioteca colonial. *In*: **Hambre de huelga**: Ch'ixinakax Utxiwa y otros textos. Querétaro: La Mirada Salvage, 2014. p. 119.

ESCOSSIA, L.; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da

dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, 2016.

GUARESCHI, N. M. F. Cultura, identidades e diferenças. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, 2008.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALL, S. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HIRANO, L. F. K. O imaginário da branquitude à luz da trajetória de Grande Otelo: raça, persona e estereótipo em sua performance artística. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 48, n. 47, p. 77-125, 2013.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013.

LANDER, E. et al. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 80, 2009.

MACHADO, E. C.; VERGUEIRO, W. A prática da gestão participativa em espaços de acesso a informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 33, n. 1, p. 241, 2010.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1, 2017.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

O'DONNELL, J. J. **Avatars of the word: from papyrus to cyberspace**. Cambridge (Massachusetts); London: Harvard University Press, 2000.

PELBART, P. P. Elementos para uma cartografia da grupalidade. *In*: SAADI, F.; GARCIA, S. (Org.). **Próximo ato**: Questões da Teatralidade Contemporânea. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p. 33-37.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; CONCHA ELIZALDE, P. Arte e descolonização: uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, São Paulo, v. 3, p. 12, 2019.

ROLNIK, S. Subjetividade e história. **Rua**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 49-61, 2005.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 281-298, 2013.

VORGA, M. P. Cartografar (n)a prisão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 795-813, 2014.

BIBLIOTECÁRIA DE GESTÃO DE PRODUTO

Camila Meneghetti

1 A GERENTE DE PRODUTO

Assim como ser formada em Biblioteconomia exige explicar constantemente o que se faz a profissional, agora na posição de *Product Manager* ou Gerente de Produto não escapei da pergunta: “mas o que faz uma Gerente de Produto?” Por isso, é importante definir o que estamos chamando de produto. Marty Cagan (2018), no livro *Inspired*, traz essa definição de forma precisa e vou utilizar ela para iniciarmos essa conversa.

Existem inúmeros produtos no nosso cotidiano, mas vamos focar o olhar da Gerente de Produto nos produtos digitais, que possuem base tecnológica, como por exemplo: aplicativos para celular, *e-commerce*, *marketplace*, *software*, *gadgets* etc. Esses produtos podem promover experiências *online* e *offline*.

Ainda podemos nos aprofundar na explicação de Cagan e definir que um produto precisa ter funcionalidades (*features*), tecnologia, preocupar-se com a experiência do usuário, monetização e estratégias de *marketing*. Para que isso ocorra, ele não pode ser composto apenas de desenvolvedores, é necessário um time diverso para alcançar sucesso no mercado. Portanto, a Gerente de Produto é essencial nesse processo, porque será ela que comunicará ao time qual a visão do produto que deve ser alcançada por todos e é a principal responsável por engajar o time, retirar impedimentos e alcançar o resultado esperado.

É comum escutar que o papel da *Product Owner (PO)* é igual ao da *Product Manager (PM)*, porém, não são similares. *Product Owner* é originário das metodologias ágeis, sendo responsável pelo *backlog* do produto, ou de forma mais simples, a lista de possíveis funcionalidades que serão construídas. Porém, o papel da Gerente de Produto vai além disso. Uma empresa pode ter os dois perfis profissionais, mas caso opte apenas por ter a Gerente de Produto será necessário que ela saiba executar as atividades de *Product*

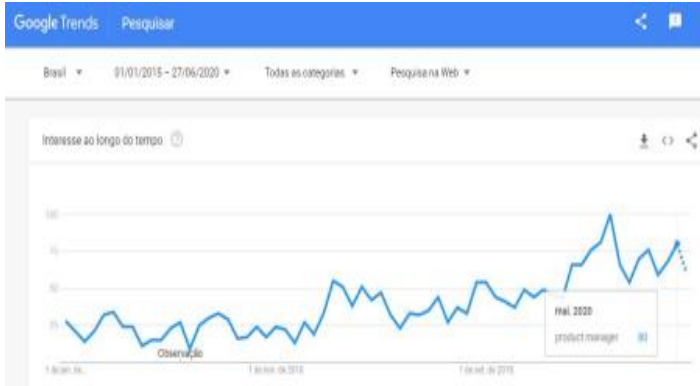
Owner também.

No livro *Inspired*, o autor apresenta algumas responsabilidades da *Product Manager* ou Gerente de Produto que esclarecerá a pergunta: “o que faz uma gerente de produto?” A profissional deve analisar oportunidades de mercado e definir o que será entregue aos usuários do produto; o *backlog* é construído baseado nessas decisões.

Aqui é importante observarmos como a área de produtos também tem o olhar focado no usuário, assim como a Ciência da Informação. Porque uma organização pode ter o time perfeito para executar um produto, mas caso o usuário opte por não consumir a solução final, a empresa estará em apuros financeiros. Sendo assim, a Gerente de Produto sempre precisa executar ou estar envolvida nas pesquisas de usuário, entendendo a fundo o consumidor. Isso permitirá tomar decisão baseada em fatos e não em palpites.

Se considerarmos as pesquisas no **Google Trends**⁴⁶, podemos visualizar como nos últimos cinco anos a pesquisa pelo termo “Product Manager” cresceu no Brasil.

Figura 1 – Pesquisa pelo termo *Product Owner Manager*.



Fonte: Google Trends (2020).

⁴⁶ GOOGLE TRENDS. 2020. Disponível em: [https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2015-01-01%202020-06-27&geo=BR&q=p roduct%20manager](https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2015-01-01%202020-06-27&geo=BR&q=p%20roduct%20manager). Acesso em: 30 maio 2020.

Uma boa notícia para as profissionais de produto é que continuaremos a ser requisitadas no mercado. No report da **Product School**⁴⁷ sobre o **Futuro da Gerenciamento de Produto** é possível observar que as empresas desde 2017 incluíram mais Gerentes de Produto nas contratações, avançando de 5,5 para 12,17 profissionais no planejamento de contratações para os próximos 12 meses. E mais de 85% dos profissionais no mercado acreditam que daqui 10 anos ainda serão relevantes no mercado.

Assim como encontrei propósito na área de produto usando habilidades conquistadas na Ciência da Informação, quero convidar você a vislumbrar essa opção na sua carreira. Vamos?

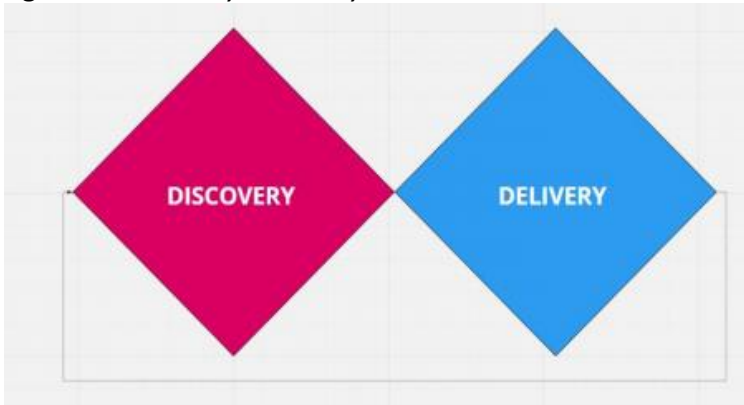
2 A ROTINA NA GESTÃO DE PRODUTOS

Na minha rotina acabo diferenciando as atividades de Gerente de Produto em dois grandes momentos, *Discovery* e *Delivery*. E sim, tem muito vocabulário em inglês utilizado na área de produtos, mas podemos traduzir para Descoberta e Entrega (Figura 2).

Gosto de iniciar essa conversa com a metodologia “Diamante duplo” que é originária da área de *Design*, popularizada pelo *Design Council*⁴⁸.

⁴⁷ PRODUCT SCHOOL. **Future of product management.** Disponível em: <https://productschool.com/future-of-product-management/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁴⁸ DESIGN COUNCIL. **What is the framework for innovation?** Design Council’s evolved Double Diamond. 2020. Disponível em: <https://www.designcouncil.org.uk/news-opinion/what-framework-innovation-design-council-evolved-double-diamond>. Acesso em: 21 jun. 2020.

Figura 2 – *Discovery* e *Delivery*.

Fonte: Baseado em Design Council (2020).

Basicamente no primeiro diamante, nós realizamos o *Discovery*, iniciando uma investigação sobre determinado tópico, hipótese, dúvida etc. Então, nós vamos divergir para realizar pesquisas, testes, validações de protótipos, para depois voltar a convergir em uma possível solução.

Nessa etapa, é comum que a Gerente de Produto atue em conjunto com uma UX Designer que é especialista em experiência do usuário. Porém, caso a empresa não tenha uma profissional UX, a Gerente de Produto deve executar as técnicas de pesquisa que envolvem o *Discovery*.

Caso a solução faça sentido, nós evoluímos para o segundo diamante. Porém, o *Discovery* serve também para eliminar hipóteses, muitas ideias são descartadas e é importante que isso ocorra porque o prejuízo de investir em um produto sem adesão de mercado é maior que realizar uma pesquisa pela segunda vez.

O segundo diamante é composto do desenvolvimento tecnológico e da entrega, por isso chamamos de *Delivery*. Assim como *delivery* de comida, nós iremos realizar a entrega de um conjunto de funcionalidades. É comum que os times de engenharia trabalhem com metodologias ágeis nessa fase, porque é possível realizar entregas incrementais, o que significa que iniciamos a

entrega com o mínimo viável e depois vamos aperfeiçoando o produto.

Aqui, a Gerente de Produto é responsável por gerenciar esse time e definir em conjunto com as desenvolvedoras qual metodologia será utilizada para realizar as entregas. Algumas cerimônias são realizadas, como uma reunião diária para remover impedimentos que podem impactar o desenvolvimento do produto, conhecida como *daily*, entre outros encontros como a *planning*, que visa estabelecer o que será entregue em um período determinado.

Porém, gosto de enfatizar que existem diversas metodologias no mercado e que não precisamos seguir todas nos mínimos detalhes, podemos adaptá-las para a rotina do time. Mas é importante que você as conheça e estude, para entender quando e como utilizar.

2.1 METODOLOGIAS

Visando destacar as metodologias que utilizo, optei por escolher alguns dos cursos mais conhecidos do mercado e destacar quais competências e técnicas são ensinadas na área de produto para que a rotina dessa profissional fique mais clara. Os cursos escolhidos para análise foram: **Cursos PM3**⁴⁹, **Product Arena**⁵⁰, **Udemy**⁵¹, **Agile Trends**⁵², **Alura**⁵³, **Carioli.org**⁵⁴ e **Somos Tera**⁵⁵. Não vou expor o

⁴⁹ PM3. 2020. Disponível em: <https://www.cursospm3.com.br/#conteudo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

⁵⁰ PRODUCT ARENA. 2020. Disponível em: <https://productarena.io/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁵¹ UDEMY. **Curso completo de gestão de produtos (product management)**. 2018. Disponível em: <https://www.udemy.com/course/gestao-de-produtos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

⁵² AGILE TRENDS. **Gestão de Produtos**. 2020. Disponível em: <https://agiletrendsbr.com/gestaodeprodutos/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁵³ ALURA. **Curso de Gestão de Produtos, Inovação & Gestão**. 2020. Disponível em: <https://www.alura.com.br/cursos-online-inovacao-gestao/gestao-de-produtos>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁵⁴ CAROLI.ORG. 2020. Disponível em: <https://www.caroli.org/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

⁵⁵ SOMOS TERA. 2020. Disponível em: <https://somostera.com/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

conteúdo oferecido nas capacitações, caso exista interesse é necessário analisar individualmente cada um.

Para o nosso contexto, selecionei as principais técnicas que percorrem todos e que serão essenciais para a Gestão de Produto.

- **Matriz CSD**

A matriz CSD possui o propósito de colocar um time na mesma página, levantando todas as informações que possuem sobre um determinado tema, permitindo deixar claro as certezas, suposições e dúvidas do grupo. A matriz também possibilita a construção das **primeiras hipóteses do time**.

Nas experiências que tive utilizando a matriz CSD (Figura 3), busquei envolver diversos membros da organização, essa ação torna mais inclusiva a discussão das ideias do grupo e incentiva a continuidade do engajamento de todos após ver o resultado da *Discovery*.

Figura 3 – Matriz CSD (Certezas, Suposição, Dúvida).

CERTEZAS (eu já sei)	SUPOSIÇÃO (talvez seja útil)	DÚVIDA (preciso descobrir)
■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■
■ ■ ■	■ ■ ■	■ ■ ■
■ ■ ■	■ ■	■ ■ ■
■ ■ ■	■	■
■ ■	■	

Fonte: Jorge Horácio (2015).

- **Jornada do usuário**

A jornada visa entender a rotina do usuário, antes, durante e depois de determinado evento. Dessa forma, é possível compreender os sentimentos, as necessidades e também identificar quando o usuário possui contato com nosso produto ou concorrência.

É nesse momento que conseguimos esclarecer algumas

dúvidas, como por exemplo: o que um professor faz antes de preparar uma aula? E durante o preparo, quais fontes ele consulta? Será que depois ele envia esse planejamento para alguém?

Quadro 1 – Planilha de jornada do usuário.

	ANTES	DURANTE	DEPOIS
AÇÕES DO USUÁRIO			
CONTATO COM TECNOLOGIA			
SENTIMENTO			
NECESSIDADES			

Fonte: Baseado em Fabio Michelin (2019).

- **Design Sprint**

É uma metodologia construída pela consultoria GV⁵⁶ e conhecida mundialmente no livro *Sprint*⁵⁷, que possibilita ao final de cinco dias a validação de um protótipo. Para cada dia, a metodologia propõe uma atividade que visa agilizar a tomada de decisão sobre seguir ou não com uma ideia. Caso você descubra que sim, vale a pena, você já a validou com usuários, já possui rabiscos do layout e já sabe quais funcionalidades devem ser priorizadas.

- **Lean Inception**

Criado por Paulo Caroli (2018), a metodologia *Lean Inception* permite que ao final da dinâmica você saia com o Mínimo Produto Viável (MVP). Dentro das atividades propostas por Caroli, encontramos diversas técnicas, tais como: *Pitch elevator*, o produto É - Não é - Faz - Não faz, *Personas*, *Brainstorming* de funcionalidades, Gráfico do Semáforo, Tabela de esforço-negócio-UX, Jornada dos usuários, Sequenciador de funcionalidades e Canvas MVP.

- **Backlog**

Corresponde a uma lista de funcionalidades que serão

⁵⁶ GV. 2020. Disponível em: <https://www.gv.com/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁵⁷ KNAPP, Jake. **Sprint**: o método usado no Google para testar e aplicar novas ideias em apenas cinco dias. Intrínseca, 7 abr. 2017.

executadas. A Gerente de Produto sempre vai precisar refinar o *backlog*, inserindo informações que permitam a priorização e estimativa de esforço por parte da equipe. A construção do *backlog* pode ser feito em planilhas, *power point*, ou em qualquer outra ferramenta que permita a visualização das informações.

Você pode iniciar um *backlog* criando um **Épico** que irá possuir uma ou mais **User story** (estória de usuário) que, por sua vez, irá se dividir em **tasks** (tarefas). Um épico é uma grande entrega de valor. Por exemplo, em um produto de educação pode ser uma página para que o professor registre a frequência dos alunos nas aulas. Dentro desse exemplo, podemos criar algumas **estórias de usuário** que visam descrever as necessidades dos usuários e que irão se transformar em um requisito para o produto.

Abaixo, existem duas formas de escrever uma *user story*, mas as duas visam apresentar quem é o usuário, o que ele deseja e o motivo daquela solicitação.

User story [1]: Eu, enquanto **professor de escola pública, desejo** inserir a frequência de todos os alunos em uma única página no produto **para** reproduzir a mesma experiência que tenho no diário físico.

User story [2]: **Como** professor de escola pública **eu quero** inserir a frequência de todos os alunos em uma única página no produto **para** reproduzir a mesma experiência que tenho no diário físico.

E cada *user story* dará origem a diversas *tasks* técnicas para serem priorizadas posteriormente e iniciarmos o desenvolvimento delas. Porém, vale lembrar que a Gerente de Produto não trabalha sozinha, ela precisará do apoio do time para construir o *backlog*. A profissional de UX poderá reforçar as necessidades dos usuários e os desenvolvedores vão poder contribuir na construção técnicas das *tasks*. Não existe um fim para a construção do *backlog*, ele vai ser constantemente atualizado com novas ideias, porque o processo de

discovery e *delivery* permanece acontecendo.

- **Release**

É comum que a Gerente de Produto olhe para o *backlog* e escolha quais *tasks* serão feitas pelo time baseado na estratégia adotada para o produto no mercado. Por isso, falamos que quando esse conjunto de tarefas é escolhido, ele vira uma *Release*, que significa um pacote de entregáveis que geram valor ao usuário. Uma *Release* não é a entrega de uma funcionalidade, mas sim a entrega de um propósito que está relacionado ao seu *roadmap*.

- **Priorização**

A rotina da Gerente de Produto envolve priorizar o que será desenvolvido pelo time. Existem diversas metodologias para auxiliar nesse momento, mas é importante compreender que nem sempre você utilizará a mesma, ou dependendo do estágio em que estiver o produto você irá adaptar o modelo com a qual está acostumada a trabalhar. Alguns dos *frameworks* mais conhecidos do mercado, são: Matriz GUT, RICE e Modelo Kano.

- **Roadmap**

Atua como uma ferramenta de comunicação da Gerente de Produto com as *stakeholders*. É no *roadmap* que apresentamos o que está planejado para o produto nos próximos meses. Apesar de alinhar a expectativa do que será produzido, não é esperado um detalhamento técnico e de datas, porque o *roadmap* não visa fixar um compromisso de entrega, mas um horizonte de resultados previstos. E por que isso ocorre? Porque é impossível prever mudanças no mercado, como foi o caso da Covid-19 que alterou o comportamento de compra dos usuários. E você precisa estar preparada para lidar com esses cenários e do impacto que terá no produto pelo qual você está responsável.

- **Market-fit**

É comum visualizar no mercado empresas que construíram produtos e que não possuíram engajamento do que até então seria o público alvo. Isso ocorre porque elas não encontraram o *market-fit* da solução. E o que seria isso? É quando você como Gerente de Produto encontra espaço no mercado para o seu produto porque os

usuários o consideram uma solução para um problema.

O ideal é que o *market-fit* ocorra antes da construção do produto, evitando assim retrabalho e custos. E você pode identificar ele com algumas ações básicas: definição do público-alvo, descoberta das necessidades desse grupo, definição da proposta de valor que será entregue a eles e por fim, testes e coleta de *feedbacks* da solução com os possíveis consumidores.

- **Métricas de Produto**

Uma métrica é algo que pode ser medido e na gestão de produtos utilizamos para monitorar estratégias e auxiliar na tomada de decisão, como por exemplo: continuidade de funcionalidades, escolha de ferramentas, alteração de processos etc. Existem diversos tipos e categorias de métricas para apoiar a Gerente de Produto. Porém, é fundamental entender a necessidade atual e qual resultado se espera alcançar com a medição.

- **Testes A/B**

O Teste A/B é conhecido por possibilitar o teste de variáveis em versões separadas do mesmo ambiente. Por exemplo, você gostaria de testar qual cor do botão na página inicial do seu site garante um número de cliques maior. Então você divide aleatoriamente o tráfego de acesso dos usuários em duas “versões” daquela página. Uma versão com o botão amarelo e outra versão com o botão verde. Dependendo de qual grupo um determinado usuário cair, ele só verá uma cor do botão. Após o teste, é essencial medir qual versão possui a maior taxa de conversão.

Alguns pontos de atenção na aplicação do Teste A/B é sempre testar as duas versões ao mesmo tempo, evitando que fatores externos influenciem na decisão do usuário, como datas festivas. Outro ponto é testar apenas um elemento por vez, porque se você optar por testar um botão, uma imagem, uma estrutura na página, todos ao mesmo tempo, não será possível entender qual teste é responsável exatamente pela conversão.

2.2 ROTINA REAL

É comum que após a conquista do primeiro cargo como Gerente de Produtos, ou após a finalização de um curso, exista a intenção de mudar completamente a dinâmica de trabalho, visando seguir as metodologias *by the book*. Porém, essa não é a realidade da maioria das Gerente de Produtos nas empresas. Em muitos casos, o tempo não é direcionado à entrega de valor de fato. Isso é motivado por diversos fatores, mas o principal é a cultura de produto organizacional. Nessa situação, existem duas possibilidades: alterar e conscientizar a organização sobre os papéis dentro da área de produto ou migrar para uma nova empresa que contemple seus objetivos como Gerente de Produto.

Para termos uma dimensão maior do tema, uma pesquisa aplicada em 2018 com *Product Managers* no Brasil⁵⁸, visava entender como o tempo desse profissional era aproveitado nas organizações.

- Para 75% dos profissionais o tempo que dedicam aos *feedbacks* do usuário sobre o produto é insuficiente;
- 64% dos entrevistados também considera insuficiente o tempo dedicado a realizar experimentos;
- 42% considera alto o tempo despendido para lidar com as políticas da empresa.

Portanto, alcançar a senioridade no cargo de Gerente de Produtos é também aprender a dizer não e gerenciar o seu esforço nas atividades para que o foco seja em entregar valor ao usuário e alcançar os objetivos definidos para o produto.

3 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS OFERTADOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A profissão tem se tornado uma oportunidade para profissionais com formações diversas e visualizo muito do que aprendi no curso de Biblioteconomia na minha rotina como Gerente de Produtos. Sendo assim, aproveitei para analisar alguns dos

⁵⁸ TERA. **Mercado de produto digital no Brasil - Product Management Report**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/somos-tera/mercado-de-produto-digital-no-brasil-product-management-r eport-5cb5595be18c>. Acesso em: 20 jul. 2020.

currículos na área da Ciência da Informação e compartilhar quais disciplinas têm proximidade com as minhas atividades na profissão. Podemos dividir em cinco grupos temáticos as disciplinas oferecidas na Ciência da Informação e que auxiliam muito no fortalecimento das competências exigidas para uma Gerente de Produto.

1º Grupo: *Discovery*

Como já observamos, a profissional Gerente de Produtos deve realizar processos de pesquisa de forma rotineira, acompanhando sempre a necessidade do usuário e a usabilidade do produto. E dentro da Ciência da Informação temos diversas disciplinas que tornam esse profissional um dos mais capacitados para auxiliar a UX.

Fique de olho nos conteúdos sobre: Recuperação da informação, Estratégias de busca em base de dados, Motores de busca, Modelos de recuperação da informação, Pesquisas qualitativas e quantitativas, Análise de redes sociais, Serviços de referência e informação, Metodologia de entrevista, Estudos do usuário e Fontes informacionais.

2º Grupo: Definição de requisitos

Após o *Discovery*, é necessário definir as funcionalidades que irão compor o produto e os requisitos que o time técnico deve seguir. Porém, é importante que a Gerente de Produtos vá além do básico na definição de requisitos. Portanto, dentro da Ciência da Informação temos as disciplinas que promovem um olhar mais amplo sobre os requisitos, tais como: Normas e padrões sobre acessibilidade, Estudo de tecnologia assistiva, Propriedade intelectual, Marcas e patentes, Marco Civil da Internet, Lei de Acesso à Informação, Proteção de dados pessoais e Segurança da informação.

3º Grupo: Proximidade técnica com equipe de desenvolvimento

Para ser uma Gerente de Produtos não é necessário programar ou ser formada em Sistemas de Informação ou Ciências da Computação, mas é importante compreender o mínimo da rotina técnica de desenvolvimento. E essa noção básica é encontrada em

diversos conteúdos oferecidos na Ciência da Informação, como: Introdução a algoritmos, Lógica, Raciocínio lógico-matemático, Banco de dados, Modelagem de sistemas, Linguagem de programação, Data Science, Gestão da qualidade, *Cloud Computing*, *Software* livre e Arquitetura da informação.

4º Grupo: Planejamento

Dentro da profissão você vai precisar planejar e ajustar constantemente as ações realizadas; gerenciar produtos é algo vivo e que exige flexibilidade por parte do time para se adaptar às diversas mudanças que irão ocorrer. Dentro desse planejamento é necessário se basear em informações das pesquisas com usuários, das análises de mercado e também gerenciar as expectativas dos *stakeholders*. Portanto, apoie-se em disciplinas como: Planejamento estratégico, Análise de risco e negociação, Ferramentas para análise, Gerenciamento de conflitos, Inteligência competitiva, Teoria da decisão, Árvores de decisão, *Marketing* da informação, Coleta e análise de informações e Direito na Gestão da Inovação.

5º Grupo: Métricas

A Gerente de Produtos precisa acompanhar as métricas relacionadas ao produto que gerencia ou a determinadas funcionalidades. E dentro da Ciência da Informação temos alguns conteúdos que auxiliam nas análises e construções de métricas, como: Estatística, Probabilidade, Correlação, Técnicas de amostragem, Representação tabular e gráfica e *Data Science*.

5 COMO ME TORNEI *PRODUCT MANAGER*

Após a contextualização realizada no capítulo você deve estar imaginando qual foi a minha história, como eu saí da Biblioteconomia para ser Gerente de Produto? Inicialmente dentro do curso de Biblioteconomia, acabei me interessando por matérias como Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva. O que me direcionou a trabalhar como Analista de Inteligência de Mercado, onde meu foco era voltado à análise de dados, informações e tendências para

diversos setores socioeconômicos, além da gestão de pessoas.

Após sete anos na área de inteligência, eu não encontrava mais motivação para continuar e queria muito mudar de profissão. Foi quando achei que o caminho mais lógico era migrar para ciência de dados, por não ser algo tão distante do que eu fazia. Até porque começar uma nova carreira do zero dá muito medo.

Iniciei cursos voltados à área de dados e conforme ia me aprofundando, ficava claro que não era dessa forma que gostaria de continuar minha carreira. Então, decidi trocar de empresa porque poderia ser isso que me deixava insatisfeita. Mas fiz a troca e percebi que queria ser outra coisa que ainda não conhecia.

Foi quando resolvi participar de eventos da área de tecnologia que a mudança aconteceu. Foi no **TDC**⁵⁹ que conheci a área de gestão de produtos e percebi que a figura da Gerente de Produtos era meu perfil. Além disso, tive o prazer de conhecer o **Mulheres de Produto**⁶⁰, que realizava *meet ups* em Florianópolis para falar sobre os desafios da área, voltado exclusivamente para pessoas que se identificam como mulher. Após participar do primeiro encontro, pedi para ajudar na organização e hoje ainda continuo nesse papel. Faz mais de dois anos que tenho aprendido muito com mulheres maravilhosas.

Participando desses eventos, comecei a compreender quais eram as atribuições esperadas da Gerente de Produtos, quem são as profissionais referência e quais cursos são interessantes. A troca com outras profissionais do mercado fez toda a diferença para entender a rotina de uma *Product Manager*.

Quando decidi investir financeiramente em cursos, entendi que não poderia pagar um valor alto, até porque no momento não teria esse dinheiro. Por isso, recomendo a todos que estão se interessando pela área, a iniciarem o curso de Gestão de Produtos da

⁵⁹ THE DEVELOPER'S CONFERENCE. 2020. Disponível em: <https://thedeveloperconf.com/tdc/2020/index.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁶⁰ MULHERES DE PRODUTO. 2020. Disponível em: <https://medium.com/mulheres-de-produto>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Udemy⁶¹ que geralmente está à venda por R\$ 30.

Com esse curso você terá uma visão geral do gerenciamento de produto, entendendo termos, atribuições, metodologias, possibilitando avançar em pesquisas e estudos individuais sobre o tema. E foi exatamente o que fiz para aumentar meu conhecimento. Comecei a procurar fontes, livros, autores, profissionais dentro do *LinkedIn* que eram referência e produziam conteúdo.

A partir desse momento, sentia-me mais empoderada sobre o que sabia ou não da área e quais eram os meus pontos de desenvolvimento. Senti-me confortável em começar a falar para as pessoas que queria ser Gerente de Produtos, que buscava uma oportunidade de aplicar o meu aprendizado.

E foi então que aconteceu, dentro da empresa em que trabalhava consegui migrar de área e iniciei como *Product Owner* de produtos de turismo, que se dividiam entre um *e-commerce*, aplicativo e *software*. E foi incrível a experiência, porque atuei com metodologias ágeis e trabalhei muito com gerenciamento de *stakeholders*.

E após esse momento, atualizei meu *LinkedIn* e currículo com a inclusão da experiência como *Product Owner* e passei a tentar vagas no mercado que exigiam um mínimo de experiência. Por isso, é comum escutar que é mais fácil migrar para a área de produto dentro da estrutura organizacional que você já está. É incomum uma empresa contratar uma profissional sem experiência com produtos para atuar como Gerente de Produtos.

Conforme ocorria a participação em processos seletivos, fui alcançando novas posições. Após atuar com turismo, cuidei de produtos na área de educação pública e, atualmente, estou trabalhando em uma solução de pagamentos online para delivery. Outro comportamento que me auxiliou a ficar mais visada como profissional foi começar a produzir conteúdo sobre o meu dia a dia, ilustrando com *cases* que vivenciei. Compartilhei esses conteúdos no *LinkedIn*, *Instagram*, *Medium* e como palestrante em eventos. E

⁶¹ Udemy (2020).

agora estou aqui contando a você.

5.1 DICAS E APRENDIZADOS

Seria muito fácil tentar ensinar um caminho perfeito para se tornar uma Gerente de Produtos, mas foi e continua sendo muito desafiador atuar nessa profissão. Pensando nisso, separei alguns aprendizados que tive durante essa jornada e que podem ser úteis para você.

- **Fluência em inglês**

Acredito que existe um incentivo generalizado para aprender inglês e alavancar o currículo em qualquer profissão e na área de produto não é diferente. Porém, ser fluente em outra língua no Brasil é um privilégio. Durante os anos que estou no mercado de trabalho busco aperfeiçoar meu inglês e alcançar a fluência. Mas como Gerente de Produtos nunca precisei utilizar meu inglês para resolver algum problema na minha rotina ou me comunicar com outras pessoas.

Portanto, quando alguém fala que uma Gerente de Produtos obrigatoriamente precisa saber inglês é importante analisar criticamente essa questão. Muitos dos conteúdos da área de produto já foram traduzidos para o português, mas existem inúmeras fontes e profissionais estrangeiros referência no mercado. Além disso, é essencial o aprendizado de uma segunda língua se você atuar em empresas de outros países ou que mantenham contato direto com outras nacionalidades.

Já me desafiei diversas vezes participando de processos seletivos que exigiam o inglês fluente para treinar e estar preparada para ocasiões futuras. Mas novamente, não restrinja o seu potencial ou se boicote, simplesmente porque não sabe uma língua estrangeira. Se você não pode pagar por aulas particulares, cursos de idiomas, ou não tem tempo na sua rotina para um estudo aprofundado, utilize as ferramentas que temos ao nosso favor, como tradutores *online*, interação com séries e músicas internacionais e diversos aplicativos.

- **Participar de processos seletivos**

Acompanhe sempre o mercado na área de produto, principalmente para entender o que está em alta. Por exemplo, com a Covid-19 mercados como *delivery*, ensino a distância e tecnologia, receberam investimentos e abriram diversas vagas. Não espere corresponder a 100% dos requisitos da vaga para enviar seu currículo, porque raramente vai acontecer. Assim como gerenciar produtos é sair da sua zona de conforto, entrar no mercado também vai te tirar desse local confortável. Busque participar de processos seletivos para se testar e também compreender como é viver essa experiência, além de ir aprimorando seu comportamento durante as entrevistas.

Prepare-se para o que for possível, como treinar a fala da sua história profissional, as motivações para tentar a vaga, o que espera alcançar caso entre na empresa e também conte vivências positivas e negativas que você já teve em experiências passadas.

Lembre-se que uma negativa em um processo seletivo não deslegitima a profissional que você é, encare como um aprendizado. E também, caso ocorra uma confirmação positiva no processo, você também não é obrigada a aceitar. Avalie sempre o que você quer para a sua carreira e quais experiências quer vivenciar.

- **Transição de carreira**

Muitas mulheres estão migrando para a área de produtos e o principal questionamento é como conseguir uma vaga sem ter experiência como *Product Manager* ou *Product Owner*. E a resposta quase sempre é “dentro da empresa que você trabalha existe essa possibilidade?”.

Observe se na estrutura organizacional há uma área de produtos ou metodologias de produto sendo implementadas, geralmente no time de tecnologia. Caso sim e se existir a figura da Gerente de Produtos, há uma possibilidade para que você busque uma oportunidade na empresa em que já atua.

Converse com as pessoas dessas áreas e busque entender a rotina delas, quais competências estão buscando em profissionais e vá demonstrando interesse em migrar de área. Caso não exista

nenhuma alternativa no seu emprego atual de realizar a transição, tente processos seletivos para produto, mas também para seu cargo atual em outras empresas que possuam cultura de produto para futuramente arriscar uma transição.

- **Converse com outras Gerentes de produto**

Acompanhar o mercado também envolve conversar com outras profissionais. É nesses encontros que ocorre uma troca sobre metodologias, aprendizados e estratégias utilizadas. Por exemplo, caso você tenha iniciado como Gerente de Produtos em um *delivery*, entre em contato com outras profissionais do mesmo ramo utilizando ferramentas como *LinkedIn*, *Instagram*, *Telegram*, e-mail e grupos de discussão temáticos.

Prepare-se para esses momentos, já deixando perguntas pré-selecionadas caso vocês não consigam engajar organicamente em um assunto.

- **Participe de eventos**

Eventos também são excelentes para realizar a troca de experiência com outras profissionais. Porém, é um momento para ampliar o conhecimento sobre as temáticas na área, assistindo *cases* e participando de capacitações.

Nesse momento, estamos vivenciando a maioria deles no formato *online* e tivemos uma explosão de *lives*, exigindo que você selecione melhor o conteúdo para assistir, porque agora está mais fácil, mais barato, e em muitos casos gratuito, com a possibilidade de assistir à gravação depois. Então, existe a tendência de tentar acompanhar todas as novidades e preencher a sua agenda com diversos conteúdos. Mas tente priorizar assuntos que você quer se especializar e que irá utilizar a curto prazo no seu dia a dia. Não será possível fazer tudo ao mesmo tempo, crie uma agenda de estudos e foque nela. E não se preocupe, além das gravações, diversos treinamentos e eventos se repetem semestralmente ou anualmente.

Espero que após a leitura desse capítulo você possa se sentir confiante com a escolha do curso de graduação realizada, as possibilidades para profissionais formados na Ciência da Informação são inúmeras. Obrigada por terem me acompanhado até aqui. :)

REFERÊNCIAS

- AELA. **Jornada do Usuário** - O que é e sua importância em UX. 2019. Disponível em: <https://medium.com/aela/jornada-do-usu%C3%A1rio-o-que-%C3%A9-e-sua-import%C3%A2ncia-em-ux-design-f8ac0cb025ca>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- AGILE TRENDS. **Gestão de Produtos**. 2020. Disponível em: <https://agiletrendsbr.com/gestaoedeprodutos/>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- ALURA. **Curso de Gestão de Produtos, Inovação & Gestão**. 2020. Disponível em: <https://www.alura.com.br/cursos-online-inovacao-gestao/gestao-de-produtos>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- CAGAN, M. **Inspired**: How to create tech products Customers Love. 2. ed. John Wiley & Sons, 30 jan. 2018.
- KNAPP, J. **Sprint**: o método usado no Google para testar e aplicar novas ideias em apenas cinco dias. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
- CAROLI.ORG. 2020. Disponível em: <https://www.caroli.org/>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- CAROLI.ORG. **Lean Inception**: como alinhar pessoas e construir o produto certo. 2018. Disponível em: <https://www.caroli.org/direto-ao-ponto-livro/>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Matriz Curricular**. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/cin/pages/biblioteconomia/matriz-curricular.php>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- DESIGN COUNCIL. **What is the framework for innovation?** Design Council's evolved Double Diamond. 2020. Disponível em: <https://www.designcouncil.org.uk/news-opinion/what-framework-innovation-design-councils-evolved-double-diamond>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- GOOGLE TRENDS. 2020. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2015-01-01%202020-06-27&geo=BR&q=p%20product%20manager>. Acesso em: 30 maio 2020.
- GV. 2020. Disponível em: <https://www.gv.com/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Matriz Curricular**. 2020. Disponível em: <https://cinfo.paginas.ufsc.br/matriz-curricular/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- HORACIO, J. **Que tal aquecer com uma matriz CSD?** Jorge Horácio "Kotick" Audy. 2015. Disponível em: <https://jorgeaudy.com/2015/10/02/que-tal-aquecer-com-uma-matriz-csd/>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- MICHELAN, F. **Como criar uma jornada do usuário?** 2010. Dog Hero Brasil.

Disponível em: <https://medium.com/doghero-brasil/como-criar-uma-jornada-do-usuário-5f84fa88ac4f>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MULHERES DE PRODUTO. 2020. Disponível em: <https://medium.com/mulheres-de-produto>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MUNIZ, A. **Matriz CSD no processo de pesquisa e desenvolvimento de produtos**. Pan Design. 2020. Disponível em: <https://medium.com/pan-design/matriz-csd-no-processo-de-pesquisa-e-desenvolvimento-de-produtos-a895a89df42b>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PM3. 2020. Disponível em: <https://www.cursospm3.com.br/#conteudo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PRODUCT ARENA. 2020. Disponível em: <https://productarena.io/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PRODUCT SCHOOL. **Future of product management**. Disponível em: <https://productschool.com/future-of-product-management/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RESULTADOS DIGITAIS. **O que é teste A/B, o que você pode testar e como começar a fazer**. 2020. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/o-que-e-teste-ab/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SOMOS TERA. 2020. Disponível em: <https://somostera.com/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TERA. **Mercado de produto digital no Brasil - Product Management Report**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/somos-tera/mercado-de-produto-digital-no-brasil-product-management-report-5cb5595be18c>. Acesso em: 20 jul. 2020.

THE DEVELOPER'S CONFERENCE. 2020. Disponível em: <https://thedeveloperconf.com/tdc/2020/index.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UDEMY. **Curso completo de gestão de produtos (product management)**. 2018. Disponível em: <https://www.udemy.com/course/gestao-de-produtos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SENA, J. **Entenda o que é o Design Sprint e como aplicá-lo em sua organização**. Ninho Desenvolvimento Empresarial. 2018. Disponível em: <https://ninho.biz/blog/gerenciamento-de-projetos/entenda-o-que-e-o-design-sprint-e-como-aplicar-lo-em-sua-organizacao/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BIBLIOTECÁRIO COMO CAPTADOR DE RECURSOS

Paola Nascimento

1 INTRODUÇÃO

Em 2013, iniciei minha graduação na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, no curso de Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação. Mal sabia que seria o início de algo desafiador, algo que seria hoje o motivo de levantar todos os dias com um imenso sorriso no rosto ao ir trabalhar. Ainda no primeiro ano de faculdade, encontrei-me perdida por diversas vezes, tudo era novo, afinal, vir de uma escola pública onde fiz o ensino médio para um ensino de nível superior foi um choque muito grande, era outro universo.

Mas o medo é algo instigante e enfrentá-lo sempre foi a única opção. Durante o curso, sempre aprendia algo novo a cada dia. Os professores desde a primeira fase do curso enfatizavam que a Biblioteconomia é muito mais do que um espaço físico de uma biblioteca, que o curso era habilitado também na gestão da informação e deveríamos pensar fora da caixa com o intuito de motivar os alunos a encontrarem novas atuações no mercado de trabalho. E com toda essa enxurrada de informações, eu não tinha ideia do que fazer, mas possuía uma certeza: eu não queria atuar em Biblioteca!

Seguindo essa linha de raciocínio, no segundo ano, resolvi me arriscar num estágio remunerado. Na saída de uma aula, encontrei no mural um cartaz com vaga de estágio em um escritório de projetos, intrigada, resolvi pesquisar sobre a empresa e me candidatei para a vaga onde fiz a entrevista e passei. Ali se iniciava uma história com uma das ferramentas de captação de recursos mais utilizadas no setor cultural, a Lei de Incentivo à Cultura (também conhecida como Lei Rouanet).

Hoje, tenho mais de seis anos de experiência nessa área, com participação em mais de 40 projetos socioculturais, sendo grande parte voltados para Unidades de Informação, totalizando um valor

aproximado de mais R\$11 milhões de reais. E para entender um pouco mais sobre esse nicho, neste capítulo será abordado sobre o que é um captador de recursos e suas ferramentas, com destaque para a Lei de Incentivo à Cultura e também seus incentivadores, além de relatar *cases* de sucesso através da Lei de Incentivo à Cultura. Por fim, espero que você leitor esteja atento às possibilidades no mercado de trabalho que poderão surgir durante sua leitura no decorrer deste capítulo.

2 O QUE É UM CAPTADOR DE RECURSOS?

Para explicar de forma mais simples possível, ser um captador de recursos não exige uma formação acadêmica, até porque não existe um curso específico para este profissional, mas sim uma junção de conhecimento, habilidades e claro uma boa comunicação. Sendo assim, qualquer profissional independentemente de sua formação pode ser um captador de recursos.

Talvez você não saiba, mas em algum momento da sua vida você já foi este profissional. Como assim? Voltando no tempo, mais precisamente na época de colégio, era muito comum as turmas de ensino médio realizarem diversas ações com o objetivo de arrecadar dinheiro para a formatura, isso foi uma das maneiras encontradas para captar recursos, que neste caso é de cunho financeiro. O interessante quando pensamos nesse exemplo é que involuntariamente essas ações tornaram jovens com habilidades específicas e reconhecidas pelos próprios colegas e instituição, surgindo oportunidade e adquirindo mais conhecimento.

Outro exemplo muito comum é o *telemarketing*, em que o objetivo é basicamente vender algum serviço ou produto, o que tornaria essa pessoa um profissional que realiza a captação de recursos para a organização. Nestes dois exemplos citados, podemos perceber que a experiência e as habilidades adquiridas são características fundamentais para que um captador de recursos obtenha sucesso.

Sendo assim, vejamos o texto publicado pelo Diretor Executivo da Associação Brasileira de Captadores de Recursos – ACBR, João Paulo Vergueiro (2016), sobre a captação de recursos:

Na teoria, a captação de recursos é o processo estruturado desenvolvido por uma organização para pedir as contribuições voluntárias de que ela precisa, sejam eles financeiros ou outros recursos, buscando as doações com indivíduos, empresas, governos, outras organizações e etc. Na prática, captação de recursos significa ter uma equipe dedicada a pensar em ideias criativas para trazer as doações, a aproximar a organização da comunidade, a defender que ela seja o mais transparente possível e etc. Captar recursos é, principalmente, ter pessoas na organização que entendem que o trabalho delas é fundamental para conseguir os recursos tão importantes para que a ONG tenha impacto e seja transformadora na sua atuação, cumprindo integralmente a sua missão.

O autor destaca que a captação de recursos nada mais é do que uma estratégia desenvolvida por uma equipe formada por pessoas multidisciplinares com o objetivo de trazer recursos para a Instituição. É importante frisar que não existe um curso de nível superior que gradue este tipo de profissional. O que se encontra são cursos para aprimorar algum setor por meio de metodologias para atender as necessidades da organização.

Com isso, podemos também citar o bibliotecário como um profissional adequado para exercer essa função, uma vez que ele tem maior conhecimento sobre sua Unidade de Informação e a comunidade que está inserida. Grande parte das atividades desenvolvidas numa Unidade de Informação necessitam de recursos, tornando o bibliotecário um mediador dessas informações, logo um captador de recursos. Tudo isso, com o objetivo de atender as necessidades da organização e comunidade em geral.

Por fim, entendemos que o captador de recursos é a pessoa responsável por apresentar estratégias e liderar toda mobilização desses recursos para a entidade. A seguir, iremos identificar as formas disponíveis e que podem ser utilizadas em Unidades de Informação.

3 QUAIS SÃO AS FERRAMENTAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS?

Existem inúmeras formas de captar recursos para uma entidade/instituição. Porém, o que define como será realizado dependerá do tipo de proposta que será apresentada pelo bibliotecário. Para exemplificar, vejamos algumas dessas ferramentas e possíveis situações seguir (Figura 1).

Figura 1 – Ferramentas de captação de recursos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

1ª Situação: em uma biblioteca escolar existe a necessidade de adquirir um acervo mais atualizado, porém, a instituição não tem mais verba e por esse motivo necessita de um auxílio externo. Neste caso, é possível o bibliotecário organizar um pedido de doação seja

de cunho material ou financeiro, como por exemplo, arrecadações realizadas pelos pais dos alunos.

2ª Situação: a biblioteca municipal, que em sua equipe compõe apenas um bibliotecário e dois assistentes para gerenciar as inúmeras atividades das Unidades de Informação, possui uma necessidade de uma equipe mais completa e especializada. Supomos que a grande dificuldade dessa instituição é a parte técnica, um profissional que tenha conhecimento da área. Para resolver este problema, o voluntariado pode ser uma solução, pois este profissional pode adquirir maiores experiências e assim contribuir com a Unidade de Informação. Para este serviço, poderia ser uma alternativa um estagiário não remunerado ou um profissional que tenha disponibilidade de aprimorar seus conhecimentos.

3ª Situação: numa comunidade, uma Associação de Moradores criou uma biblioteca comunitária. No entanto, existia um espaço, um profissional, acervos doados, mas o mobiliário ainda era o problema do local, pois não havia estantes adequadas, mesas, cadeiras e até mesmo equipamentos de informática como computadores para pesquisas. Para resolver essa situação, o custo seria muito alto, e por isso uma estratégia que poderia ser adotada, seriam eventos promovidos com o intuito de arrecadar fundos para esta finalidade. Estes eventos poderiam ser, um jantar de gala, um almoço, um bingo, café colonial, um sorteio, enfim, tudo vai depender da pesquisa de interesse da comunidade para poder realizá-lo.

4ª Situação: um centro cultural gerido por uma Associação Comunitária tem como desafio manter o espaço com auxílio de verba privada e de empresas que se identificam com o local. Neste sentido, os editais e as Leis de Incentivo à Cultura, são ferramentas de extrema importância para manter suas atividades. Pois são através delas que é possível manter o equipamento cultural, seja pagando um professor de oficina, uma conta de luz ou aquisição de equipamentos.

Os editais são de grande importância para Unidades de Informação, e é de grande importância que o bibliotecário e as instituições estejam cientes desses editais que em todos os anos são

liberados em diversos sites como: Biblioteca Nacional, pelo Programa Ibero Americano de Bibliotecas, pela Secretaria Especial de Cultura, fora os editais regionais e locais que são disponibilizados.

Outra ferramenta utilizada como captação de recursos são as Leis de Incentivo à Cultura. São mais de 300 leis espalhadas pelo Brasil no âmbito municipal, estadual e federal que se destacam. Porém, a Lei de Incentivo à Cultura de âmbito Federal, também conhecida como Lei Rouanet, desde a sua criação já movimentou mais de 17 bilhões de reais, sendo considerada também a maior ferramenta de fomento à cultura no país.

4 COMO FUNCIONA A LEI ROUANET?

Na área da Biblioteconomia, é possível perceber que existe um desconhecimento muito grande no uso desse mecanismo e isso se deve pela desinformação ou até mesmo falta de conhecimento acerca desta ferramenta. A título de curiosidade, uma pequena busca pelo sistema de transparência da Secretaria Especial de Cultura chamado Versalic, foi utilizado as palavras: bibliotecário, associação de bibliotecários e bibliotecas, como termos de pesquisa e foram encontrados ao todo 530 projetos aprovados desde a criação do sistema em 2009, o que ainda é considerado muito pouco pela quantidade de municípios que o Brasil possui.

Ainda assim, não podemos generalizar, pois os bibliotecários podem estar atuando como pessoa física, ou com outras áreas e por isso os termos utilizados possam não ter encontrado. Mas esta busca nos trouxe informações valiosas como, por exemplo, a queda de aprovações de projetos nos últimos três anos, que pode ter ocorrido por diversos motivos e que vale a pena uma pesquisa mais aprofundada sobre isso. Vejamos a imagem a seguir (Figura 2).

Através da busca realizada no sistema, este foi o resultado apresentado em tela e que nos mostra um caminho que ainda precisa ser descoberto, uma vez que estes projetos permitem que as unidades de informação possam realizar diversas ações como, por exemplo, aquisição de equipamentos e acervos, oficinas,

apresentações, eventos literários e até mesmo a manutenção do equipamento cultural (construção, reformas etc.).

Figura 2 – Projetos Aprovados.



Fonte: Sistema Versalic (2020).

Vale ressaltar que em 2015 a Associação de Bibliotecários do Ceará apresentou um projeto com o objetivo de realizar o **XV Encontro de Bibliotecários do Ceará**⁶², porém, o projeto não chegou a ser aprovado. Dito isso, vamos entender como de fato funciona essa ferramenta de captação de recursos para projetos voltados às unidades de informação.

A Lei nº 8.313/1991, conhecida como Lei de Incentivo à Cultura e apelidada como Lei Rouanet, foi criada por Paulo Sérgio Rouanet, o então secretário de cultura da época. Ela é baseada no princípio de renúncia fiscal, ou seja, onde o governo deixa de receber parte do imposto de renda para ser destinado a projetos no setor cultural e que este já movimentou bilhões de reais desde sua criação (KADLETZ, 2020).

⁶² Projeto XV Encontro de Bibliotecários do Ceará. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/159621>.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC (BRASIL, 1991) foi criado através desta Lei, onde se subdivide em três vertentes, são eles:

- Fundo Nacional de Cultura – FNC;
- Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART;
- **Incentivo a Projetos Culturais.**

No entanto, o que será retratado neste capítulo é o que diz respeito ao terceiro item, que são os projetos incentivados.

Esta Lei é regida por uma instrução normativa 02 de 2019 que:

Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). (BRASIL, 2019).

E que devido à pandemia, sofreu algumas alterações por meio da instrução normativa 05 de 2020 que:

Estabelece procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) em razão da Covid-19 e em face das diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal. (BRASIL, 2020).

Essas normas são fundamentais e precisam ser estudadas para pessoas que tem interesse em trabalhar com esta ferramenta de captação de recursos, uma vez que ela coloca diversas orientações de quem pode ou não apresentar uma proposta e quais os campos necessários a serem preenchidos no ato do cadastramento.

Sendo assim, vamos aos personagens principais dessa história, são eles:

- **Proponente:** Pessoa física ou jurídica responsável pelo projeto diante do atual Ministério do Turismo – Secretaria Especial de Cultura;
- **Ministério do Turismo – Secretaria Especial de Cultura:** Órgão responsável por analisar os projetos;
- **Incentivador:** Pessoa jurídica ou física responsável por aportar nos projetos.

Um proponente, vamos chamá-lo neste exemplo como Associação Catarinense de Bibliotecários – ACB. Esta entidade sem fins lucrativos apresentou uma proposta que tem como objetivo realizar um evento literário. Sendo assim, após ter todos os documentos e critérios de acordo com as normas, é feito o cadastro na plataforma Salic e enviado ao Ministério. A Secretaria Especial de Cultura recebe e repassa ao parecerista que irá avaliar o projeto que em tese leva no mínimo 90 dias para analisar. No entanto, vai depender do tipo de projeto (tamanho da complexidade) e do parecerista que estará disponível.

Em seguida, o Ministério publicará no Diário Oficial da União a aprovação do projeto. Será este documento que permitirá que o incentivador tenha certeza de que qualquer valor aportado terá isenção no imposto de renda. Cabe ressaltar que dependendo do enquadramento do projeto, o incentivador poderá abater de 30% a 100% do valor que ele investir na declaração do imposto de renda.

Para você compreender o que seria esse enquadramento e mais detalhes sobre como apresentar uma proposta, existe uma cartilha chamada **Capacitar: Lei Rouanet 4ª edição** que você pode baixar gratuitamente pelo site: <http://www.capacitar.vc/cartilhas>. Nesta cartilha, é possível encontrar o passo-a-passo de como elaborar um projeto, além de outras informações importantes.

Por fim é necessário ter um entendimento tanto da lei quanto das normas para que seu projeto não reprove logo na análise inicial, mas que ele seja apenas o início da realização de grandes projetos.

5 QUEM SÃO OS 10 MAIORES INCENTIVADORES NO BRASIL?

Existe, no Brasil, um potencial de renúncia fiscal enorme tanto pessoa física quanto jurídica. Porém, fatores como desconhecimento do uso como também críticas que a Lei sofreu durante os últimos anos, tornou um ambiente de medo e de resistência. Porém, não é impossível e existem sim inúmeros incentivadores que continuam aportando em diversos projetos no país com números muito expressivos. Vejamos a imagem a seguir (Figura 3).

Figura 3 – Os 10 maiores incentivadores do Brasil de 2019.



Fonte: Sistema Comparar (2019).

Foram mais de R\$ 2,5 bilhões de reais distribuídos para inúmeros projetos, lembrando que nesta listagem estão somente os 10 maiores.

É possível perceber o rol de oportunidades espalhados pelo Brasil, lembrando que nada impede, por exemplo, que o projeto fictício da ACB, citado anteriormente possa captar em outro estado, pois estamos falando do imposto no âmbito federal.

Mas como saber se a empresa pode ou não aportar em projetos incentivados? Primeiramente, são empresas “que fazem a opção de pagamento do seu IR com base na tributação do Lucro Real” (KADLTEZ, p. 28, 2020). Logo, sabemos que são empresas de grande porte. Também é possível pesquisar na base de dados de indicadores chamada “comparar” em que é possível identificar projetos apresentados, em análise, aprovados, incentivadores, valores aportados, dentre outras informações que envolvem o proponente e o incentivador.

Além de empresas, o investidor pessoa física, também tem a possibilidade de doar parte do seu imposto de renda. Porém, neste caso só poderá aportar se o mesmo declarar seu IR no modo completo. Talvez essa informação seja também de grande ajuda, uma vez que você leitor pode ser um possível incentivador e doar parte do seu imposto de renda para projetos socioculturais.

Para os proponentes que estão em fase de captação é necessário se atentar para algumas dicas que podem facilitar a comunicação com seu investidor. São elas: identificação, exigências, apresentação da proposta, execução e prestação de contas. Antes de solicitar uma reunião num possível investidor, é necessário fazer uma identificação, ou seja, saber se a empresa aporta em projetos incentivados e se a mesma na sua política interna abrange projetos como seu. Geralmente, nos sites dessas empresas de grande porte existem mais informações sobre aportes incentivados.

Após esse filtro, é importante entender suas exigências, pois para captar recursos exige também por parte do proponente certa resiliência, pois geralmente empresas de grande porte possuem uma política para aporte de projetos incentivados. Nesse sentido, o proponente vai identificar essas exigências e ajustando conforme sua política podendo sofrer alterações.

Marcada a reunião o proponente deve estar com a política da empresa em mãos e com uma boa apresentação da sua proposta, isso conta pontos para o incentivador e demonstra interesse também no que o mesmo tende a oferecer.

Feito o aporte, não podemos nos esquecer do patrocinador. Sendo assim, durante o período de execução do projeto é importante deixa-lo ciente das atividades que estão sendo desenvolvidas, através de e-mails, presentes, convite, dentre outras formas de demonstrar que as ações estão sendo realizadas. Ao final do projeto, a prestação de contas deve ser enviada para o Ministério e também para o incentivador. Mostrar que a organização durante a execução do projeto faz toda a diferença.

Mas supondo que lá no início o investidor disse que não aportaria no projeto; a resposta será sorria e agradeça, pois quem sabe essa mesma porta que se fechou poderá abrir daqui a alguns anos. Sendo assim, isso o proponente saberá somente na prática, o que poderá proporcionar maiores experiências e entender o lado do incentivador.

Ainda sobre os projetos voltados para as unidades de informação em 2020, temos o exemplo, um projeto chamado “Nossas Bibliotecas - Histórias Além Muros”⁶³ recebeu um aporte no valor de R\$ 150 mil reais para realizar mediação da leitura e desenvolvimento de acervo numa biblioteca prisional no Rio de Janeiro em plena pandemia.

Outro que também recebeu um aporte bem expressivo foi o projeto “Biblioteca Pequeno Príncipe”⁶⁴ que recebeu um aporte total de R\$ 717.406,10. Esta biblioteca fica localizada no interior do Hospital Pequeno Príncipe em Curitiba e tem o objetivo de realizar a manutenção do espaço, acervo e infraestrutura do local promovendo diversas ações de leitura para o público infanto-juvenil em seu período de tratamento oncológico.

Por fim, nesses dois projetos é possível perceber o cunho social presente, é o bibliotecário sendo agente transformador, é a biblioteconomia social se fazendo presente por meio de projetos como estes.

⁶³ Projeto Nossa Bibliotecas - Histórias Além Muros:
<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/201797>

⁶⁴ Projeto Biblioteca Pequeno Príncipe:
<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/193787>

6 CASES DE SUCESSO

Existem vários projetos por todo Brasil que foram de extrema importância para comunidade e região, mas dois deles serão destacados pelo fato de estarem inseridos em localidades de alta vulnerabilidade social, o que quer dizer que o acesso à cultura, às tecnologias e até mesmo uma educação de qualidade são difíceis, são eles: Centro de Cultura de Alto Bela Vista e Centro de Cultura de Minaçu. Ambos os Centros de Cultura foram construídos 100% via Lei de Incentivo à Cultura, além de oferecer diversas atividades oferecidas em grande parte de forma gratuita ou com cobrança de valores simbólicos.

O Centro de Cultura de Alto Bela Vista fica localizado no município de mesmo nome no oeste de Santa Catarina. A cidade conta com cerca de três mil habitantes. Um município extremamente pequeno comparado à capital Florianópolis. O Centro de Cultura, inaugurado em 2013, possui um auditório de aproximadamente 300 lugares, salas de oficinas, uma biblioteca equipada com computadores, sala administrativa, banheiros (incluindo PNE), além de o espaço oferecer um acesso democrático à comunidade.

Atualmente, o Centro Cultural é mantido por um projeto já aprovado para os anos de 2020 e 2021 pela Lei de Incentivo à Cultura. Seu projeto anterior de 2018 e 2019 teve um aporte total de R\$ 362.237,00⁶⁵ onde foi possível realizar diversas apresentações de música, dança, teatro, além de oficinas culturais e palestras que em grande parte foram oferecidas à comunidade de forma gratuita.

Aproximadamente 150 alunos são atendidos no Centro de Cultura, dentre eles vale destacar a turma da APAE e também jovens atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS com o objetivo de reintegrá-los à sociedade, participando das atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural.

Já o Centro de Cultura de Minaçu, localizado na cidade também de mesmo nome em Goiás, foi inaugurado em agosto de

⁶⁵ Projeto Plano Bianual de Atividades do Centro de Cultura de Alto Bela Vista 2018/2019: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/177307>.

2019, onde cerca de 30 mil habitantes puderam apreciar um espaço novo totalmente dedicado à comunidade. O espaço conta com um auditório de aproximadamente 300 lugares, salas de oficina, rol de exposições, uma biblioteca, sala de reunião, sala da coordenação e um espaço externo.

Infelizmente, devido à pandemia as atividades presenciais foram suspensas deixando cerca de 500 alunos na expectativa de realizarem as atividades como: capoeira, dança, teatro, música, artesanato, dentre outras atividades, já que mais de 60% da comunidade nunca havia entrado num anfiteatro/auditório. No entanto, algumas aulas puderam ser realizadas de forma *online* e por enquanto estão sendo feitas desta forma. Atualmente, o Centro de Cultura possui seu projeto ativo até dezembro de 2020 no qual arrecadou mais de R\$ 1 milhão⁶⁶ entre 2019 e 2020, projeto este também mantido pela Lei de Incentivo à Cultura.

Ambos os Centros de Cultura priorizam todo serviço de colaboradores locais gerando renda estão realizando suas atividades de forma remota devido à pandemia. Nota-se que ambos os Centros de Cultura são instituições culturais de extrema importância para o município, além de gerar renda, fomentar a cultura e transformar vidas.

Nós, como bibliotecários, somos considerados agentes transformadores, e estamos dispostos a mudar o curso de vida de milhares de crianças, jovens, adultos e idosos trazendo um novo caminho, uma esperança de dias melhores. Isso é biblioteconomia social!

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ALTO BELA VISTA. Secretaria Especial de Cultura. **Plano Bienal de Atividades do Centro de Cultura de Alto Bela Vista 2018/2019. 2017.** Disponível em:

⁶⁶ Projeto Plano Bianual de Atividades do Centro de Cultura de Minaçu 2019/2020: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/185308>.

<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/193787>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DO CEARÁ (Ceará). **Encontro de Bibliotecários do Ceará**. 2015. Disponível em:

<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/159621>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019**. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais, relativos ao mecanismo de incentivos fiscais do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. Diário Oficial da república federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instru%C3%87%C3%83o-normativa-n%C2%BA-2-de-23-de-abril-de-2019-84797797>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 5, de 20 de abril de 2020**. Estabelece procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) em razão da Covid-19 e em face das diretrizes fixadas pela União, estados, municípios e Distrito Federal. Brasília, DF Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-20-de-abril-de-2020-253341026>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Diário oficial da república federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm. Acesso em: 14 jul. 2020.

CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME (Curitiba). Secretaria Especial de Cultura. **Biblioteca Pequeno Príncipe**. 2019. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/193787>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CONEXÃO CIDADÃ. Secretaria Especial de Cultura. **Plano Bianual de Atividades do Centro de Cultura de Minaçu 2019/2020**. 2018. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/193787>. Acesso em: 2 ago. 2020.

KADLETZ, Mariana. **Cartilha Lei Rouanet, 4ª edição**. Florianópolis, 2020.

SISTEMA VERSALIC. **Versalic**. 2020. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SISTEMA VERSALIC. **SALIC**. 200?. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SAPOTI PROJETOS CULTURAIS S/S LTDA-ME. Secretaria Especial de Cultura. **Nossa Bibliotecas:** histórias além muros. Histórias Além Muros. 2020. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/177307>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SISTEMA COMPARAR. **Maiores incentivadores por ano.** 2019. Disponível em: <http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VERGUEIRO, João Paulo. **Captção de Recursos.** 2016. Disponível em: <https://captadores.org.br/captacao-de-recursos/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BIBLIOTECÁRIO MAKER

Luana Alves Vieira
Luciana de Paula Arjona
Ricardo Rodrigues Ramos

1 PANORAMA E EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO MAKER

Observar, aprender, copiar e transformar são habilidades que nos acompanham em toda a nossa evolução como espécie. Entretanto, com o contínuo desenvolvimento da Humanidade através dos séculos, a necessidade do fazer foi se modificando com o tempo e diminuindo gradativamente. Talvez por nos tornarmos segmentados, talvez pela consolidação da sociedade de consumo – que nos oferece soluções para saciar as mais diversas necessidades – mas o fato é que nossa relação com os objetos foi reduzida apenas com a finalidade para o uso a pronta entrega.

A necessidade de responder aos desafios que nos são impostos, buscado maneiras diferentes de solucionar os problemas dada a ausência de recursos para fomentar o comportamento de consumo excessivo até então, faz com que haja um resgate da essência “do fazer” no século XX. Portanto, nascia nos Estados Unidos o movimento “*Do IT Yourself (DIY)*” ou “faça você mesmo”, “onde um aumento no custo de mão de obra incentivou uma parcela da população americana a buscar formas mais acessíveis de adquirir bens de consumo” (DERBONA et al., 2016, p. 5). O movimento propunha que pessoas comuns poderiam construir, modificar, criar, consertar objetos com as próprias mãos/ferramentas e foi justamente, em virtude dessa condição, que foi atribuída a origem do Movimento *Maker*.

Ao buscarmos conceitos sobre o Movimento *Maker* percebemos que não há um consenso sobre o tema por se tratar de um movimento em evolução, o que absolutamente não impacta a sua importância. Nas leituras, identificamos que diversos personagens foram e são fundamentais para consolidação do movimento.

Dale Dougherty, criador da empresa *Maker Media*, é considerado um dos responsáveis pela popularização do Movimento *Maker* no mundo e é o criador da revista *Maker* e organizador de *Maker Fairs*. Dougherty (2012) atribui o surgimento do Movimento *Maker* em parte devido à necessidade das pessoas em se envolverem apaixonadamente por objetos de maneiras que os tornam mais do que apenas consumidores.

Cris Anderson (2012, p. 20), autor da obra “Makers: a nova revolução industrial”, é um dos entusiastas do movimento e sugere três marcos importantes para a consolidação do movimento:

- Lançamento da Revista *Make* em 2005 (primeira revista dedicada a publicações sobre o assunto, projetos e afins);
- Primeira *Maker Fair* em 2006 (feiras dedicadas à exposição de objetos e projetos desenvolvidos com a mentalidade do movimento *maker*);
- RepRap em 2007 (Primeira impressora 3D para *desktop* de código aberto).

Considerando esses eventos e suas datas, podemos dizer que é um movimento relativamente novo e essa talvez seja uma das explicações do porquê encontramos definições e históricos diferentes sobre ele.

2 MAKERSPACES OU ESPAÇOS MAKER

Conforme o movimento vai se desenvolvendo e atraindo cada vez mais interessados surgem os espaços dedicados a ele, espaços onde a “mão na massa” e a mentalidade *maker* são estimuladas para acontecerem. Esses espaços são conhecidos como *Makerspaces* ou Espaços *Maker* (termo que adotaremos ao longo do texto). “Um *makerspace* pode ser visto como uma combinação de oficina mecânica, estúdio de arte e laboratório de computação, mas é fundamental encará-lo como um espaço de trabalho, não um local para só passar o tempo”, definiu Dougherty em uma entrevista concedida ao Estadão (ABDO; AMARAL, 20??).

Durante nossa jornada de leitura nos deparamos com muitas descrições de espaços *maker*, definidos como lugares com

ferramentas de prototipagem, aparatos tecnológicos onde pessoas podem trocar, construir e criar coletivamente. Na importante obra de Hatch (2014), *The Maker Movement Manifesto*, o autor coloca como muito importante o papel do maquinário e também entrega ao leitor uma ideia de quais objetos seriam interessantes para compor esses espaços. Não temos a intenção de confrontar essas definições e nem reduzir sua importância. Contudo, gostaríamos de refletir sobre a possibilidade de iniciativas que transformem lugares comuns em espaços *maker* sem necessariamente haver a necessidade de utilização desses recursos.

Temos em diversos lugares do mundo espaços *maker* (em diferentes graus de desenvolvimento) inseridos em escolas, oficinas, espaços comunitários e bibliotecas. Há no Brasil, muitas iniciativas acontecendo, contudo não é novidade mencionarmos os obstáculos encontrados para os leitores utilizarem nossos ambientes educacionais pois, além das dificuldades no uso de espaços compartilhados advindos da nossa cultura, ainda estamos aprendendo a trabalhar conjuntamente, entender de que forma podemos fazer a utilização de espaços e/ou recursos de forma comunitária e compreender melhor o sentido do uso individual e coletivo.

Jogando luz para a temática desta conversa, gostaríamos de discutir de que forma podemos contribuir para a criação de “espaços do fazer” dentro das nossas bibliotecas (públicas ou privadas) no Brasil. Como podemos identificar as possibilidades que são apresentadas e tão necessárias no sentido de transformação dos espaços, dos profissionais, dos serviços e produtos na busca da disseminação do conhecimento e da construção coletiva da aprendizagem e do saber por meio, primeiramente, de uma mudança de mentalidade. Afinal, como podemos ter uma mentalidade *maker*?

Dougherty (2013, p. 2) nos provoca a iniciar o processo considerando esse direcionamento de transformação de mentalidade quando afirma que

[...] até podemos criar uma oficina ou *makerspace*, podemos adquirir ferramentas e materiais, mas não terá sucesso na criação de pensamentos e feitos inovadores se não formos capazes de promover uma mentalidade *maker* (DOUGHERTY, 2013, p. 2).

3 DE QUE MANEIRA AS BIBLIOTECAS PODEM PARTICIPAR DESSE MOVIMENTO?

Entendendo todo o histórico do movimento, de onde partiu e para onde tem sido direcionado, como pensar as bibliotecas como equipamentos em que essa abordagem possa ser aproveitada? Afinal, o que faz da biblioteca também um espaço *maker*?

As bibliotecas com essa mentalidade estimulam um ambiente que considera ferramentas e recursos para que o seu público possa realizar experimentações e fomentar seu aprendizado de forma mais “mão na massa”. Um ambiente que as pessoas tenham a liberdade de criar individualmente ou em grupo e compartilharem seu conhecimento com os demais. O enorme potencial de ser um ambiente inventivo que promova o pensar, o testar, o fazer de forma inclusiva e que se disponha a solucionar problemas que podem vir a ser de interesse comum e compartilhável.

Ainda, se bibliotecas têm como proposta ser uma extensão do aprendizado para ampliar o conhecimento de sua comunidade, podem ser o meio ideal para que sua proposição seja mais efetiva considerando um ambiente como esse. Por isso, várias são as iniciativas de ressignificar as bibliotecas com essa orientação: um lugar transformador em sua estrutura e em seu modo de interagir com o outro.

Dougherty (2017, p. 12) colabora com essa visão quando afirma que:

Quando você está fazendo algo, o objeto que você cria é uma demonstração do que você aprendeu a fazer, portanto, você está fornecendo evidências de seu aprendizado. A

oportunidade de falar sobre aquele objeto, comunicar-se sobre ele, contar uma história sobre ele é outra maneira de nós aprendermos ao mesmo tempo que ensinamos aos outros. (DOUGHERTY, 2017, p. 12, tradução livre).

Em outras palavras, a predisposição de fomentar um espaço para “o fazer”, considera que a trajetória é parte do processo de aprendizado, desde a concepção da ideia à sua criação, incorporando o ato de contar às pessoas a sua trajetória, visitar o projeto e promover melhorias a partir da troca com os demais como etapas importantes de todo o ciclo.

Sobre a ideia de que um espaço *maker* está necessariamente associado ao uso demasiado de ferramentas de última geração ou a um parque tecnológico extremamente sofisticado, Heloisa Neves, em entrevista ao Estadão, traz uma importante fala sobre o que representa a tecnologia no movimento *maker* quando afirma que “a tecnologia somente facilita a criação. A cultura *maker* vira ao avesso o que aprendemos na escola. Você é o agente que causa.” (HIRABASHI et al., s.d.).

Podemos com isso compreender que a tecnologia é o meio, e não o fim do processo. Portanto, se a essência do movimento *maker* está baseada no potencial criativo das pessoas pelo “fazer”, o espaço que fomenta a criação, compartilhamento e concretização de ideias não deveria privilegiar apenas o uso de recursos cujo investimento poderia inviabilizar o seu objetivo. Caso contrário, quaisquer iniciativas – que não são poucas – de bibliotecas que atuam com essa mentalidade, mesmo com poucos recursos para despender em espaços de cocriação e estímulo à criatividade, poderiam ser invalidadas ou desconsideradas como partes integrantes do movimento.

Dado esse cenário, podemos começar a vislumbrar novas perspectivas de atuação das bibliotecas como esses “espaços do fazer”. Uma ampliação quanto à sua atuação oferecendo recursos, novos serviços, interações, articulações como parte de um processo de transformação contínua de sua própria existência. Ampliação essa

que vai muito além do empréstimo de livros, uso de bases de dados, acesso a computadores e todo arsenal tradicionalmente encontrado nesses espaços, optando em repensar sobre tudo que já fazemos e buscando a ressignificação de nossas entregas baseadas na construção com o outro.

Portanto, para acionarmos esta chave precisamos começar a discussão por outra perspectiva de atuação, mudança de mentalidade e de necessidade de desenvolvimento de novas competências dos bibliotecários. A conexão com essa cultura que parte da reflexão sobre alguns caminhos para novas funções que considerem a essência da cultura *maker*. Logo, conduziremos o debate não pelo viés do espaço e disponibilização de recursos, mas, especialmente, sobre a forma como os profissionais da informação podem orientar suas ações diante de sua escolha em participar ativamente desse movimento.

Estimularemos a discussão repensando de que forma podemos ampliar para outros sentidos as atividades bibliotecárias em seus espaços de trabalho. E de que maneira isso pode gerar mais valor e orientar nosso ofício como elemento propulsor à construção de uma mentalidade de participação e participação ativa junto à nossa comunidade, absolutamente conectadas ao movimento *maker*.

4 COMO OS BIBLIOTECÁRIOS PODEM SER AGENTES DESSE PROCESSO?

Iniciaremos essa abordagem partindo do pressuposto que aquilo que é realizado nos ambientes das bibliotecas tem um objetivo claro de disseminação de informação e formação de pessoas, construção de aprendizado e mediação de cultura e lazer. Sucintamente quando delimitamos o que uma biblioteca pode entregar, basicamente nos deparamos com esses dois itens: conteúdo e serviço. Conteúdo este, presente na forma como fazemos o tratamento e disseminação do acervo impresso, digital, audiovisual, bases de dados e toda manifestação de informação dentro do espaço. Em serviços, entendamos como mediação da

informação, ações de incentivo à leitura e culturas diversas e à própria estrutura física do ambiente, ou seja, tudo que será disponibilizado e tem potencial de consumo do nosso público.

Outro objeto importante para nortear nossa discussão é que, entendendo que o escopo de nossa conversa está nas inúmeras possibilidades de atuação de bibliotecário *maker*, não podemos desconsiderar o principal ativo de nossa profissão – a informação. Isso não exclui todas as outras características ou iniciativas dentro de espaços *maker*, mas pautaremos nosso discurso sob essa perspectiva como forma de ampliar o olhar sobre o tema.

Construir coletivamente com nossos usuários e compartilhar o resultado com todos os demais para que nossos esforços sejam orientados a uma visão de criar **com o outro**, e não para o outro. Essa premissa passa a ser norteadora de nossas ações e a participação ativa da comunidade na geração de inovação ajuda a mitigar problemas futuros nas entregas ou necessidades de novos investimentos para adequações não previamente contempladas. Apresenta-se então a essência do que poderíamos sugerir como o bibliotecário *maker*. Isso porque o que mais importa é o quanto estamos dispostos a entender as necessidades de nosso público e adequar soluções que lhes façam sentido, considerando legítimas suas opiniões, seus desejos, necessidades e traçando estratégias para tangibilizar suas ideias com o objetivo de colocar a experiência do seu usuário como foco central de todas as ações da biblioteca.

Sem pensarmos muito fora da caixa e de uma forma mais próxima de nossa realidade, seria possível que dentro dessas funções houvesse alguma maneira diferente de entregarmos nossos projetos e processos pelo olhar de quem os consome? Seriam esses produtos, espaços e serviços atualmente adequados para que o público se aproprie de toda a potência desse ambiente? De que forma podemos ser inovadores aproveitando do capital intelectual de quem usa, avalia e critica nossas iniciativas? E por que não aproveitar todos esses insumos para criar algo que realmente gere impacto e valor para o outro?

Colocar o usuário como centro de todas as iniciativas da biblioteca pode dar um certo trabalho. Pode requerer que ele participe da decisão do que é prioridade, e, muitas vezes, do planejamento e execução das ideias. As etapas não se diferenciam do que faríamos comumente frente a qualquer projeto, com o grande diferencial de que, sob esse ponto de vista, quem usufrui do serviço participa de todo o seu processo de criação junto com a equipe que o conduz.

E há muito que se ganhar com essa abordagem, afinal, incontáveis são as vezes que depositamos tempo, dinheiro e recursos extras sem termos a certeza do real retorno de todo esse investimento e, em muitos casos, as soluções que alcançamos não atendem plenamente às expectativas de quem as utiliza, necessitando de acréscimo posterior de recursos. É interessante compreender que as necessidades e desejos das pessoas variam ao longo do tempo e que nossas decisões sobre o que pode ser feito deveriam considerar essa mutabilidade.

Pensemos, por exemplo, a forma como tratamos a informação e o jeito como capacitamos nosso público para utilizá-la. Agora, perguntemos e construamos com eles o formato que melhor atenda às suas necessidades para acessar todo esse conteúdo. Observemos o que pode ser otimizado, novos atributos que possam ser incorporados, maneiras diferentes de atuarmos em nossas áreas de atendimento, estilos de comunicação que sejam atrativos e gerem valor para a produção de suas pesquisas e trabalhos. O jeito do outro de compreender, apreender e aplicar tudo que podemos oferecer e construir de forma coletiva. As experiências de quem precisa do serviço agregada à expertise de quem lida com a estrutura em que a informação mais fidedigna se apresenta. Um lugar que se transporta da condição de transferência de informação para um ambiente de compartilhamento de conhecimento.

Para que essa dinâmica aconteça é necessário entender que ambientes de inovação e cocriação preveem olhar empático, escuta ativa e outros atributos que discutiremos posteriormente, mas podemos começar a avaliar observando de que forma o nosso

ambiente de trabalho estimula esses comportamentos dentro de nossas atividades diárias.

Para dar andamento à conversa, vamos pensar de que maneira é constituída nossa forma de organização do trabalho. Somos tradicionalmente distribuídos dentro de nossas unidades de informação participando de organogramas com papéis definidos e atuações delineadas em determinadas funções. O desafio é pensar como seríamos capazes de transitar por todas essas frentes de trabalho e contribuir para um olhar mais ampliado de todas as pessoas dedicadas à biblioteca, agregando esforços, olhares diferentes e complementares para agir diante do que nossa comunidade precisa. Áreas técnicas, de atendimento, de projetos, de ação cultural, de comunicação e todas as demais que compõem o sistema de informação trabalhando juntas para criar novas pontes, reunir novos pontos de vista e estimular um ambiente mais integrado e coparticipativo.

Agora, reverberemos isso a outras instâncias de nossa corporação. Provocamo-nos a pensar se, por exemplo, a forma como disponibilizamos a informação faz sentido para quem precisa dela ou de que maneira nossos espaços refletem um ambiente em que o conhecimento e o compartilhamento fluam de forma natural.

Para melhor demonstrar o que estamos querendo dizer, ilustraremos a seguir dois casos verídicos vivenciados por nós onde atributos quanto à atuação *maker* se fizeram presentes e geraram impacto e valor ao nosso público, evidenciados pelos indicadores que acompanhamos. Esses casos têm como base projetos que nasceram de desafios que eram observáveis no processo de aprendizagem, uso dos recursos e espaço pelo público utilizador. Para cada um deles, a premissa foi a de pensar soluções conjuntas que pudessem ser elaboradas com a comunidade para que o resultado fosse mais acertado. Vale ressaltar que o processo de aperfeiçoamento é contínuo e, portanto, faz-se necessário o acompanhamento dos resultados para que melhorias possam ser implantadas. Mas são exemplos que elucidam como a mentalidade *maker* pode estar

presente no processo de proposição de respostas às demandas que recebemos rotineiramente.

5 BIBLIOTECÁRIO *MAKER* EM ORIENTAÇÃO À PESQUISA

Um espaço bastante comum em bibliotecas, muitas vezes denominado como Serviço de Referência, apresenta-se com grande potencial para ser um espaço *maker*. As diretrizes da biblioteca, alinhadas com as estratégias da instituição, podem proporcionar a toda comunidade deste local um espaço de construção bastante sólido, colocando o bibliotecário em situação muito além de mero observador ou facilitador do que ali ocorre. A atuação do bibliotecário passa a ser de construtor, junto com os alunos, das soluções que necessitam para suas demandas. A sua contribuição faz com que também se sintam mais seguros em todos esses processos e consigam otimizar seu tempo e se dedicar cada vez mais ao conteúdo que está sendo analisado e produzido e ao real significado de suas pesquisas. Ao adotarmos experiências reais vivenciadas neste espaço podemos, não apenas ilustrar de forma elucidativa os processos construtivos, como também analisar competências fundamentais no perfil.

Mariana é pós-graduanda em Direito. Encontra-se na fase final da produção de seu trabalho de conclusão do curso que será dividida em três etapas. As duas iniciais consistem, além do levantamento bibliográfico, em respostas a questões que auxiliarão o orientador avaliar ideias e conhecimentos que Mariana possui sobre o tema. A terceira e última, é a consolidação das primeiras e a redação do trabalho propriamente dita.

Mas de que forma a biblioteca pode estar inserida na produção da dissertação além de simplesmente informar quais normas acadêmicas, bases de dados ou fontes de pesquisa há disponíveis? A resposta para essa indagação começa bem antes com a criação de forma colaborativa junto aos docentes da trilha de Direito de todos os materiais de apoio que serão disponibilizados na página virtual da biblioteca. Discutir com eles as normas vigentes (no país e no exterior), bem como entender as expectativas que possuem e suas

preferências por formatos de escrita e diagramação textual, são rotinas que existem há alguns anos e ocorrem de maneira orgânica. Os docentes promovem junto aos alunos o espaço e o serviço de orientação da biblioteca, bem como elucidam que as informações que precisam para construir seus trabalhos não estarão em nenhum outro lugar, ou ferramental da instituição que não seja com a biblioteca e com o bibliotecário de referência; e, que este profissional está totalmente alinhado com os objetivos do curso e apto a criar com eles os caminhos para chegarem aos seus objetivos finais.

A difusão dessa ideia em sala de aula vai ao encontro de uma espécie de mantra dito pelos bibliotecários desde o dia da ambientação das novas turmas: a biblioteca está presente em toda sua jornada acadêmica, desde hoje até o último dia com a entrega do seu trabalho de conclusão de curso. Talvez o exemplo mais tangível dessa construção colaborativa aconteça na fase em que Mariana se encontra, próximo ao início da primeira etapa do trabalho acadêmico. Um dia do curso é reservado para que os bibliotecários de orientação à pesquisa possam ir até a sala de aula e revisem com os alunos as diretrizes básicas para cada entrega do trabalho e também promovam uma oficina com toda a turma, onde, como os docentes costumam dizer, muitos dos alunos sairão com boa parte do primeiro rascunho de seu trabalho pronto.

A dinâmica é dividida em duas etapas. A primeira parte consiste em uma espécie de entrevista com os alunos que desejam expor suas ideias de trabalho. Mariana, uma das alunas que se candidatou, é incentivada por um dos bibliotecários a falar sobre seu projeto. O comum nesta situação é uma narrativa sem ou com poucas conexões, sem limitações de tema e, principalmente, sem uma organização metodológica. A tendência de Mariana é a mesma de praticamente todos os discentes sem experiência em pesquisa científica: acreditar que o título pensado é suficiente para explicar e ser o norteador de seu trabalho.

A dinâmica vivenciada por Mariana e sua turma, desmistifica alguns preconceitos, traz clareza para traçar de forma linear sua pesquisa e ajuda a entender, sem ressalvas, cada parte da dissertação

que irá escrever futuramente. O formato de conversa aberta com todo o grupo e o constante estímulo feito pelos bibliotecários para que ela explique de diversas formas a mesma ideia, gera um conteúdo aleatório que é anotado rapidamente na lousa da sala pela equipe da biblioteca. Esse conteúdo se torna cada vez mais denso por termos e opiniões que passam a vir, não apenas de Mariana, mas de seus colegas da turma. A discussão colaborativa entre eles passa pelo ponto de vista de cada um acerca do tema e também por suas experiências pessoais e profissionais. O docente intermedia junto com os bibliotecários e também expõe suas experiências e o quanto os temas estão em voga ou podem ser melhor aproveitados.

Toda a discussão, que já dura mais de cinquenta minutos, está representada no quadro da sala por frases, tópicos e termos técnicos. Quando um rápido encerramento é proposto, os bibliotecários passam a ligar os conteúdos entre si, a dividir os tópicos e, de forma bastante simples, mas extremamente estruturada, apresentam toda a discussão utilizando diversas cores de giz na lousa e conectam tudo aquilo que foi construído por todos: a estrutura do trabalho de Mariana. Temática; justificativa; objetivos; metodologia, conceitos para serem aprofundados e todos os demais elementos se apresentam definidos e o que resta, antes de começar a escrever seu trabalho, é o levantamento de dados e informações.

A segunda etapa da oficina é o início da busca de informações por meio de levantamento para auxiliar Mariana e seus colegas na análise quanto à viabilidade de sua pesquisa. Os bibliotecários passam a apresentar para eles quais fontes de pesquisa utilizar. Conteúdos acessíveis gratuitamente e também todos os disponibilizados pela instituição de forma adquirida. Cada uma das ferramentas que fazem sentido ao tema de Mariana é apresentada e em todas ocorre a demonstração de como inserir os termos sugeridos por eles para efetuar a busca de conteúdo. As melhores formas de relacionar termos; como pesquisar termos compostos; como avaliar a informação; como aplicar os filtros disponíveis para refinar a busca e como extrair cada documento são compartilhadas pelos bibliotecários. Por fim, a apresentação do documento de

Normas da ABNT é apresentado e todos podem verificar que esse material foi feito com colaboração de outros alunos que já passaram por essa experiência e que, toda a sua diagramação que – envolve figuras e cores diversas para categorizar – foi construída por muitas mãos com o intuito de facilitar cada vez mais a entrega final com base na experiência dos bibliotecários dados os questionamentos levantados ao longo do tempo.

A devolutiva de Mariana para a equipe da biblioteca, após autorizar a publicação do seu trabalho, retrata não apenas o quanto os bibliotecários foram facilitadores e desenvolvedores do trabalho junto com ela, como demonstra o quanto profissionais com a atitude *maker* podem agregar valor na experiência de aprendizado.

Mas, e se Mariana fosse uma aluna de Ensino Fundamental ou Médio, ou se frequentasse biblioteca pública ou corporativa, haveria espaço para essa abordagem? Seria apenas o ambiente universitário propício para tais ações? Ou as competências do profissional bibliotecário precisam ser revisitadas qualquer que seja sua área de atuação?

6 QUE ATITUDES *MAKER* PODEM SER OBSERVADAS NESTE EXEMPLO?

A maioria das bibliotecas dispõe de um serviço de referência em que seu objetivo é auxiliar os seus usuários quanto ao uso de informações, utilização de normas, levantamento de dados, entre outras responsabilidades. Este caso elucida a reflexão quanto à necessidade de transformação de um serviço específico da área de referência da biblioteca. Com a participação dos bibliotecários no **processo de criação junto aos alunos**, os docentes passaram a investir menos na tarefa de equalizar o conhecimento da turma quanto a maneiras de buscar conteúdos e estruturar a pesquisa, passando a ser o objetivo principal o processo de orientação do trabalho propriamente dito. Os alunos com pouco habilidade para desenvolverem seus trabalhos, passaram a receber um outro tipo de orientação, especializada para este fim, externando assim competências desconhecidas ou perdendo a insegurança por algo

que não dominam. Com essa transformação, todos os envolvidos passaram a ser agentes da mudança, ganhando evidência em suas ações.

Portanto, a primeira atitude de **construção coletiva** pode ser observada a partir da criação de documentações diversas que consideravam toda a experiência individual dos orientadores e as dúvidas recorrentes de seus alunos. Com isso, foram criados subprodutos, em constante readequação de linguagem, forma e manifestação que fossem aderentes às necessidades de todo o grupo de alunos e servissem de apoio para a elaboração de seus trabalhos.

Já, em sala de aula, quando a equipe da biblioteca é convidada para estimular os alunos a iniciarem o processo de pensarem seus temas, são observáveis as manifestações de competências e/ou atitudes voltadas à **empatia, escuta ativa, tolerância ao erro e abertura para a construção coletiva e aprendizado**. Isso porque, naquele momento de construção coletiva em que o bibliotecário e o aluno se colocam, são inevitáveis sensações de vulnerabilidade a que ambos estão expostos. Quando aceitamos que essa vulnerabilidade, ao invés de limitadora, é propulsora do processo de concepção daquela ideia com os demais presentes, a confiança se instaura naquele ambiente e no grupo para que todos sejam ouvidos, errem e sejam **contribuidores ativos da discussão**. Todos começam a fazer parte da solução daquele problema. A linha de condução para discussão, em que o bibliotecário se apresenta como facilitador, começa a fazer sentido aos demais que se inspiram na dinâmica para iniciarem seus próprios processos de construção. **Todos aprendem** nesse processo e **criam seus próprios produtos**, a essência de **construir e compartilhar** com os outros presentes na mentalidade *maker*.

7 RESSIGNIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA

Longas mesas de madeira impecavelmente envernizadas; cadeiras com encostos altos e assentos almofadados revestidos em couro preto e fixados nas laterais com proeminentes tachas em bronze. As paredes altas, recobertas com estantes de madeira que se

encontram na abóbada do teto também revestido em madeira, dispõem inúmeros volumes de livros de diversas Áreas do Conhecimento, magistralmente organizados seguindo a norma universal de classificação. As luminárias baixas pendem do teto por longos cabos pretos e com suas lâmpadas amareladas impõem seus fachos de luz acima das mesas.

Nas esguias janelas ao fundo da enorme e silenciosa sala, um esmeraldino gramado se estende ladeado de árvores com altas copas visitadas por um sem fim número de pássaros, que mesmo com seu gorjear bloqueado pelos vidros cristalinos, cantam o início da Primavera. Tal cenário é o mais perfeito ambiente para se estudar, ler um livro e assimilar tudo aquilo que recebemos de informação. Não há como duvidar. E sequer passa pela cabeça de alguém em sã consciência eleger algo diferente. Será mesmo?

Esse bucolismo pode agradar os leitores de Lord Bayron ou bibliotecários apaixonados por silêncio e mobiliários em carvalho. Mas, será que agrada aos leitores de Oswald de Andrade e os bibliotecários adeptos dos longos vãos livres em concreto armado rodeados por avenidas barulhentas com seus sons cosmopolitas?

A escolha pelo melhor lugar para se estudar envolve diversos fatores racionais, sociais e até mesmo os presentes no subconsciente oriundos de experiências particulares a cada indivíduo. Entretanto, a disposição desses espaços de estudo, e também de bibliotecas, muitas vezes, são escolhidos exclusivamente por outrem que não faz uso do ambiente ou suas opiniões prevalecem em detrimento à opinião real do usuário. Posteriormente, o que assombra o pensamento de gestores e demais envolvidos na administração da área é quais incessantes empreitadas terão que adotar para atrair frequentadores após avaliar o uso efetivo daquele espaço.

Após 18 anos de existência e pequenas reformulações na planta onde, ora havia a incorporação de espaços adjacentes, ora mobiliários eram trocados ou adicionados, a biblioteca de uma universidade vislumbrou reestruturar suas dependências. O tipo de crescimento espacial adotado anteriormente, onde há apenas o ganho de metragem quadrada, mas não há uma reformulação de

conceito de uso, faz com que algumas questões surjam com o tempo. Além de paredes desnecessárias, que atrapalham a dinâmica de circulação e contribuem para uma má disposição de mobiliário, a real capacidade de uso do espaço é reduzida.

Esses problemas eram enfrentados cotidianamente pela equipe da biblioteca; sejam eles referentes ao mobiliário e sua capacidade (acondicionamento do acervo) como também relacionados às suas possíveis disposições, já que ao se incorporar um espaço ao outro não havia a atualização da planta de elétrica e rede. Equipamentos com a mesma finalidade (extração de dados e pesquisa) se encontravam tanto junto ao acervo, quanto em outra sala a mais de 30 metros de distância dos demais.

Essa outra sala era um grande espaço que contava com uma centena de mesas com repartições utilizadas para estudo individual e estava situada no caminho entre a entrada da biblioteca e o acervo. Logo, a tarefa dos bibliotecários ao receber a demanda de atendimento para orientação à pesquisa e extração de dados, era bastante cansativa, não apenas pela locomoção necessária, mas pela necessidade constante de pedir silêncio junto aos utilizadores que manuseavam os computadores do acervo e do ambiente de estudo individual. Até mesmo para realizar o atendimento nestes espaços era necessário controlar o nível de voz e procurar manter uma distância menor entre os envolvidos.

Com essas e outras dificuldades mapeadas, além de desejos e sugestões de melhorias relacionadas para o melhor desenvolvimento das atividades, já era possível à biblioteca a contratação de um projeto de arquitetura que atendesse às suas necessidades. Portanto, a nova diagramação do espaço seria concebida frente à percepção dos bibliotecários, conhecedores do ambiente e capazes de melhor determinar o uso dele.

Conhecedores também são os bibliotecários que um acervo se dá por livros e outros suportes de informação que estão agrupados à espera de seus usuários; que o serviço de referência aguarda pela demanda dos pesquisadores e que o espaço de estudo, em consonância com seu nome, necessita que haja interessados em

utilizar aquele local. Ou seja, que uma biblioteca só existe em função de que haja alguém para consumir seus conteúdos. Seria então a mais sensata opção direcionar seus anseios para a empresa de arquitetura ou somente à equipe da biblioteca e ignorar o que os usuários sequer tiveram a oportunidade de expressar suas vontades?

O projeto que se apresentava possuía uma envergadura maior que simplesmente escolher a paleta de cores do novo mobiliário e onde ficariam as estantes e vasos. Era necessário ir além e pensar absolutamente fora do convencional conhecido. A nova biblioteca deveria ser, literalmente, reconstruída por todos os alunos, colaboradores e professores.

O grupo de colaboradores da biblioteca destacado para coordenar o projeto, além da trivial pesquisa por espaços distintos já existentes para servir de inspiração, passou a utilizar abordagens existentes para captar, conhecer e entender a demanda dos usuários. Na realidade, dos diversos perfis de usuários. Entendendo a biblioteca que não tinha conhecimento sobre qual a melhor forma de conduzir toda a jornada, passou a buscar alternativas de métodos ou ferramentas que a auxiliasse nesse propósito. Além de um grupo de graduandos de Engenharia para contribuírem com os conhecimentos aplicados em suas dinâmicas de aulas, também docentes com conhecimento de *Design Thinking* foram convidados para avaliar se essa abordagem caberia para a condução do projeto.

A cada semana uma nova pergunta era direcionada aos usuários do espaço fixada em um cavalete na sala de estudos. Papéis coloridos autocolantes e canetas eram disponibilizadas para registrar as respostas que, posteriormente, eram classificadas pelo grupo de bibliotecários. As respostas geraram protótipos que ficavam à disposição para testes por alguns dias considerados também como um meio de captar as opiniões após o uso.

Oficinas de criação aconteciam para avaliar as ideias que foram amadurecidas e grupos representando perfis diversos de usuários interagiam desenvolvendo novos modelos para cada espaço que estava sendo pensado.

Com a conclusão desta longa jornada, geradora de conhecimento referente a todos os fatores que envolviam, a biblioteca passou a ser discutida com um escritório de arquitetura para que o projeto contemplasse a aplicação das necessidades e conceitos levantados. O que se apresentou nesta etapa não foram simples reuniões para captar aprovação ou rejeição entre cliente e fornecedor baseado em perspectivas. O repertório de conhecimentos dos bibliotecários envolvidos contribuiu para que as argumentações fossem discutidas com propriedade, garantindo que as necessidades fossem colocadas em prática na execução do projeto.

O produto dessa cocriação resultou em um espaço amplamente aproveitado em todos os sentidos. O acervo de livros, símbolo do conhecimento, foi alocado de forma central no ambiente, garantindo o devido destaque que merece; mas o acesso ao seu interior dar-se-ia por todas as direções, pois se tratava de um território aberto e convidativo para todos que o visualizam. E tudo que acontece na biblioteca acontece ao seu redor: a ida dos grupos que irão estudar em salas localizadas após as estantes; o estudo individual realizado em poltronas, sofás, *puffs* ou no chão; a convivência diária no intervalo das aulas... A biblioteca ganhou vida, passou ser referência dentro do *campus*. O uso do espaço foi potencializado em todos os sentidos, seja pelo viés da frequência, seja pelo viés da otimização do espaço, pois todas as estações de trabalho, tanto de colaboradores e quanto de frequentadores permitem a integração de suas atividades de forma orgânica, tudo em um ambiente acessível, que contemplava as necessidades de colaboradores e usuários com suas necessidades específicas ou, inclusive, deficiências. O espaço é motivo de orgulho e sempre é possível ouvir os alunos ao o apresentarem para os novos graduandos que tudo ali foi concebido de forma coletiva, entre usuários e bibliotecários.

8 QUE ATITUDES MAKER PODEM SER OBSERVADAS NESTE EXEMPLO?

O projeto foi concebido sob a premissa da construção coletiva, privilegiando o protagonismo dos utilizadores do espaço na condução de sua solução. **Diversos erros e acertos acompanharam o projeto, e o testar foi elemento constante** em toda a sua trajetória apoiado em desconstruções de ideais que dessem lugar aos desejos e expectativas de quem faria uso do espaço.

Para isso, foi absolutamente fundamental que os líderes do projeto (bibliotecários) primeiramente **se capacitassem** para aplicarem abordagem de *design thinking* como ferramenta para resolução de um problema. A pergunta focal – como melhorar a experiência de interação da comunidade com o espaço físico da biblioteca – traria uma provocação que nortearia todas as ações e foi o fio condutor de todo o projeto. A abordagem do *design thinking* incitou o time a trabalhar de forma em que **a troca, a complementação de ideias, o construir a partir da perspectiva do outro fossem os princípios essenciais** e mais relevantes de toda a proposta.

Para que essa dinâmica fosse passível de ser executada, outros elementos indispensáveis aos bibliotecários foram atrelados às suas capacidades já desenvolvidas. Competências voltadas à **mobilização e articulação de pessoas** precisaram ser afloradas, já que era imprescindível persuadir a maior quantidade possível de pessoas a participarem. Além disso, habilidades para gestão e organização de todas as informações captadas, bem como a prática da neutralidade e da observação sem julgamentos precisaram ser amplamente colocadas em prática; não poderia haver seleção ou desconsideração de ideias levando em prática o juízo de valor pessoal. Outra preocupação genuína era a de garantir que tudo que estava sendo interpretado, coletado e documentado nas etapas de **interação com a comunidade**, estivessem representados no conceito arquitetônico do espaço.

Cada etapa concluída trazia mais adeptos à iniciativa de forma que o grupo crescia cada vez mais, evidenciando traços de atitudes

maker como o **engajamento, capacidade de inspirar** e senso de **coletividade**, trazendo novos atores movidos pela **curiosidade e possibilidade de experimentação de suas ideias**. Assim, mesmo aqueles que a princípio eram apenas observadores, passaram a ser parte integrante da **criação e solução do problema**.

Os momentos de prototipagens (modelagens) das ideias sempre são muito importantes pois incentivam as pessoas a serem mais receptivas a críticas e dispostas a **mudarem o percurso quando necessário**, além de **reconhecerem seus erros e aprenderem a transformá-los** em melhorias que tragam resultados mais positivos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de pensarmos a transformação de bibliotecas em espaços *maker*, faz-se necessária a transição de mentalidade e disposição para mudanças dos agentes desse espaço para esse novo jeito de fazer as coisas. Portanto, como ponto de partida, mais do que pensar no espaço, é preciso pensar as pessoas como o bem mais valioso para iniciar essa jornada.

É importante desconstruir para reconstruir. E para que isso aconteça, é imprescindível a prática constante do exercício da escuta ativa e atenta e a compreensão de que a opinião do outro é legítima e importa. Trata-se de uma mentalidade em que todas as pessoas ganham, pois, partindo da contribuição individual e tornando-a coletiva, a possibilidade de aprendizado se apresenta para todos. Aprendizado este que se demonstra não somente no conhecimento adquirido durante a execução das tarefas ou nas etapas de um projeto, mas na capacidade de desenvolver competências interpessoais para melhor articular pessoas, mobilizar e inspirar os outros à sua experimentação.

O movimento *maker* se apresenta na vontade humana do criar em que, naturalmente, o sujeito se percebe um “fazedor” de coisas e se reconhece como alguém capaz de inventar, colaborar, compartilhar, cocriar e, por fim, gerar valor. É um movimento diverso onde não há prerrogativa quanto à formação acadêmica, perfil ideal,

disposição de recursos financeiros ou tecnológicos, tudo gira em torno da predisposição das pessoas para iniciarem o processo.

A única maneira de aprender é fazendo. Colocar em prática o hábito de se desafiar a pensar de outra forma, sem esperar cenários favoráveis ideais à prática. O ato de executar no movimento *maker* é o que nos torna cada vez mais aptos a ir além de um modelo tradicional de pensamento para a resolução dos problemas, trazendo a perspectiva de entendimento que todos possuem potencial de contribuição; e também se valendo do prazer e da alegria despertada em cada um ao realizar aquilo que gosta, gerando engajamento às pessoas ao redor.

Para ser *maker* não há regra, não há método e não há cartilha, porque ele é adaptável a cada situação. Incita algumas mudanças na cultura da organização, manifesta o desenvolvimento de alto grau de empatia e pode resultar em transformações sociais que de fato gerem impacto para os ambientes em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ABDO, H.; AMARAL, L. “Penso no movimento maker como um tipo de renascença”, afirma Dale Dougherty, **Estadão**, [20??]. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/movimento-maker/dale-dougherty.php>. Acesso em: 4 set. 2020
- ANDERSON, C. **Makers: The New Industrial Revolution**. New York: Crown Business, 2012.
- DERBONA, C. H.; MONTANHEIRO, D.; COUTINHO, L.; SILVA, T. T. O movimento “Do It Yourself” e a grande indústria em momentos de crise. *In*: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2016. p. 1-12.
- DOUGHERTY, D. The maker movement. **Innovations: Technology, governance, globalization**, v. 7, n. 3, p. 11-14, 2012.
- DOUGHERTY, D. The maker movement. **The MIT Press Journal**, v. 7, n. 3, p. 11-14, 2012.
- DOUGHERTY, D. The maker mindset. *In*: HONEY, M.; KUNTER, D. (Ed.). **Design, make, play: growing the next generation of STEM innovators**. New York: Routledge, 2013.

HATCH, M. **The maker movement manifest: rules for innovation in the new world of crafters, hackers, and tinkerers.** New York: McGraw Hill Professional, 2013.

HIRABASHI, G. Da gambiarra ao movimento maker: uma nova forma de ser inventor. **Estadão**, s. d. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/movimento-maker/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BIBLIOTECÁRIA ESPORTIVA

Bianca Martins Loyola de Oliveira

1 BIBLIOTECONOMIA E ESPORTE? COMBINAM!

Este capítulo pretende introduzir o cenário da Biblioteconomia e de sua relação com o Esporte, trazendo a noção da informação base que une essas áreas. Tal iniciação permite a introdução do termo Bibliotecário Esportivo, o qual buscará explicar, respondendo sobre quem é esse profissional, quais são suas possíveis realizações e, especialmente, em que ambientes ele pode atuar.

Existe uma conhecida argumentação que o Brasil é o país do futebol e de que o povo brasileiro é um consumidor nato da prática esportiva. Essa afirmativa faz com que o esporte, acabe se tornando um elemento constituinte da nossa identidade nacional. Por ser uma fonte inesgotável de informações especializadas que atrai uma demanda de consumidores, o esporte também pode ser extraído em massa pela mídia, considerando que seu produto é um fator que gera fontes de lucro para esses ambientes, como podemos ver nos noticiários, programas esportivos, transmissões das partidas, entre outros.

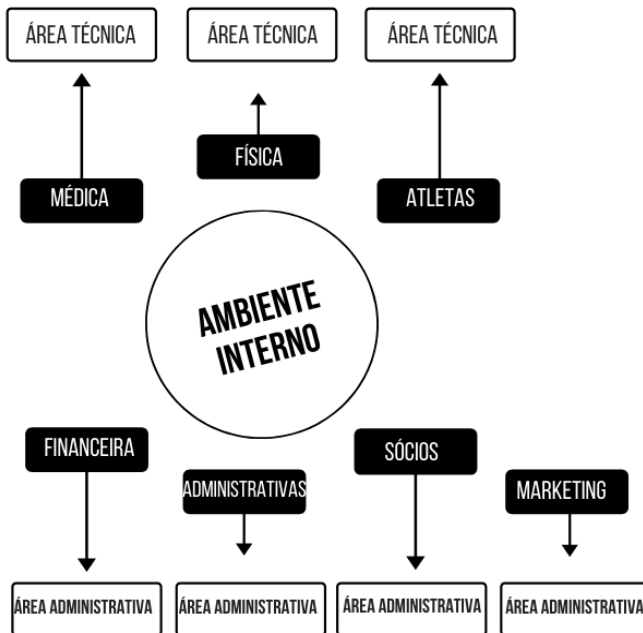
Tais informações especializadas são consideradas uma informação esportiva, pois se originam no ambiente esportivo, podendo ser geradas tanto no contexto administrativo, quanto na própria prática do esporte. Essa informação é segmentada de acordo com o contexto de produção e de uso, ou seja, ela pode possuir duas vertentes, por meio do contexto interno e externo, onde no ambiente interno constam informações assimiladas à área técnica, que é composta por atletas, treinadores, comissão, departamentos entre outras funções que são referentes à prática esportiva (JORGE; VALENTIM, 2015).

No ambiente interno também podem ser encontradas informações assimiladas à área administrativa, que é encarregada de atuar na área da gestão desportiva, assuntos financeiros, através da elaboração e processo de contratos, na criação de publicidade e

propagandas por meio do *marketing* digital, entre outros. A área administrativa também presta apoio à área técnica independentemente da modalidade esportiva (JORGE; VALENTIM, 2015).

Podemos considerar que o ambiente interno tem um caráter bruto associado às fontes de informação primárias, sendo disponibilizado de maneira estruturada em registros, o que, de certa forma, testifica a veracidade dessas informações como se pode ver na imagem abaixo (Figura 1), que ilustra os tipos de informação e suas fontes.

Figura 1 – Ambiente interno da informação esportiva.



Fonte: Adaptado de Jorge e Valentim (2015).

O ambiente externo é composto por informações que podem ser geradas e mediadas pela área técnica e administrativa do ambiente interno, como também, podem ter uma produção

independente e desvinculada à essa esfera por meio de especulações e achismos (JORGE; VALENTIM, 2015). Desse modo, grande parte das informações no ambiente externo não é registrada formalmente ou possui pouca credibilidade, como no caso de opiniões de torcedores, que têm por base, informações advindas do ambiente interno de seus clubes. Porém, são exemplos notados no ambiente externo (Figura 2).

Figura 2 – Ambiente externo da informação esportiva.



Fonte: Adaptado de Jorge e Valentim (2015).

Alguns benefícios considerados na informação esportiva são o uso de dados e modelos analíticos de atletas, torcedores, da partida. A inteligência analítica beneficia o clube no âmbito administrativo, técnico e na tomada de decisão dentro e fora de campo (JORGE; VALENTIM, 2015).

O uso da informação esportiva de maneira estratégica pode ser considerado uma prática realizada por variados esportes como o beisebol, o futebol, o basquete. Já a informação esportiva voltada para o campo técnico, como a estatística, pode ser utilizada, por exemplo, no basquete, gerando dados e informações, buscando o alinhamento no uso das informações para vantagem competitiva (DAVENPORT; HARRIS, 2007). Cada esporte conta com sua própria gama de informações, portanto, a precisão da informação esportiva está de acordo com as fontes de informações e necessidades informacionais dos usuários desses segmentos.

2 QUESTIONAMENTOS SOBRE A INFORMAÇÃO ESPORTIVA

Existem muitas dúvidas acerca de como funciona a informação esportiva dentro da área da Ciência da Informação e muitos alunos da graduação de Biblioteconomia, até mesmo bibliotecários, já devem ter tido estes questionamentos. Desse modo, alguns pontos de incertezas⁶⁷ comuns relacionados à Biblioteconomia e Esporte são:

1) Quem busca esse tipo de informação?

É muito provável que esse seja o tipo de perfil de usuário que esteja interessado em buscar, consumir, produzir e disseminar a informação esportiva:

- Gestores Desportivos;
- Comissão técnica;
- Treinadores;
- Atletas;
- Árbitros;
- Instituições de Comunicação Social;
- Especialistas;
- Pesquisadores;
- Profissionais da Informação;
- Público Geral.

⁶⁷ As respostas foram adaptadas de Jorge e Valentim (2015).

- 2) Por que esses possíveis usuários estão interessados na informação esportiva? Quais são as suas motivações?
- Gestores Desportivos possivelmente buscam a informação esportiva para definições de políticas e estratégias administrativas para a gestão de seus respectivos clubes;
 - Comissão técnica possivelmente busca a informação esportiva com a finalidade de traçar estratégias táticas no âmbito da prática do esporte;
 - Treinadores possivelmente buscam a informação esportiva para alinhar o processo de tomada de decisão e estratégias de jogo com seu elenco/atletas;
 - Atletas possivelmente buscam a informação esportiva para estarem atualizados sobre o mercado de trabalho, pesquisar novos aprendizados, entre outros;
 - Árbitros possivelmente buscam a informação esportiva para aprendizado e atuação;
 - Instituições de Comunicação Social possivelmente buscam a informação esportiva para enriquecer o corpo das reportagens e coberturas de eventos esportivos;
 - Especialistas possivelmente buscam a informação esportiva para atuar dentro do corpo técnico do clube e desenvolver pesquisas acadêmicas;
 - Pesquisadores possivelmente buscam a informação esportiva para contribuir academicamente com pesquisas e inovações na área;
 - Profissionais da Informação possivelmente buscam a informação esportiva para fins de atuação profissional;
 - Público Geral possivelmente busca a informação esportiva pelo interesse nos esportes.
- 3) Quais assuntos na informação esportiva costumam ser do interesse desses usuários?
- Gestores Desportivos costumam se interessar em informações administrativas, políticas, legislações, entre outros;

- Comissão técnica, Treinadores, Atletas e Árbitros costumam se interessar em fundamentos dos esportes, técnicas e táticas, estatísticas, resultados de competições, classificações, normas, regras, entre outros;
 - Instituições de Comunicação Social costumam se interessar em informações históricas; estatísticas, atualidades, entre outros;
 - Especialistas e Pesquisadores costumam se interessar em informações esportivas científicas;
 - Público Geral e Profissional da informação costumam se interessar em biografias de atletas, resultados de competições, mercado de transferência, estatísticas, entre outros.
- 4) Quais são as principais fontes de informação esportiva? Onde ela pode ser localizada?
- Atualidade política;
 - Diretórios;
 - Relatórios;
 - Informações estatísticas;
 - Legislação;
 - Normas;
 - Obras especializadas;
 - Atas de congressos;
 - Periódicos;
 - Bases de dados bibliográficos;
 - Material audiovisual;
 - Agências fotográficas;
 - Jornais;
 - Rádios;
 - Emissoras de Televisão;
 - Bibliotecas Especializadas;
 - Museus Especializados;
 - Confederação Brasileira de Esporte;
 - Clubes;

- Centros de Documentação Técnica;
- Redes Sociais, entre outros.

É preciso ter em mente que certas informações esportivas produzidas e repassadas nesses ambientes não estão devidamente armazenadas, ou seja, essa área ainda carece de profissionais que reconheçam o potencial dessas informações para prospectar, monitorar, filtrar, registrar e principalmente, proporcionar a produção de conhecimento.

3 O PROFISSIONAL DO *FRONT*: O BIBLIOTECÁRIO ESPORTIVO

A área do esporte necessita ser representada como uma matriz social, atrelada aos estudos das propriedades gerais da informação (objeto/fenômeno) e do momento em que a informação é transformada em conhecimento. Portanto, é nítida a falta de um interagente nesse fluxo, que tenha competências técnicas e especializações para desenvolver a análise das atividades informacionais, dos atores envolvidos, da organização onde as informações esportivas estão inseridas, isto é, indo além da produção dessa informação (BELLUZZO, 2009).

Para que haja uma integração sociocultural entre os agentes com a intenção de garantir uma informação esportiva acessível, autêntica, íntegra, fidedigna, inteligível e utilizável em todo o processo de criação, registro e disseminação, visando à construção do conhecimento, é necessário que haja um profissional especializado nesses ambientes que capte o comportamento da informação esportiva, sua propriedade e correlações, as necessidades informacionais dos usuários e produtores desse tipo de informação.

E quem melhor se encaixa nesse perfil de profissional que cuida, organiza, registra, armazena e dissemina a informação esportiva? Os bibliotecários! Mas para que eles captem esse comportamento da informação esportiva, precisam ter especializações nessa área, ser, de fato, um bibliotecário esportivo, possuindo competências técnicas para atuar junto da informação esportiva e, conjuntamente, promover a construção de

conhecimentos ao usuário, tornando-se uma figura representativa dentro da área do esporte.

4 A TRAJETÓRIA DO BIBLIOTECÁRIO ESPORTIVO

A premissa básica do bibliotecário esportivo, é que ele precisa ter conhecimentos e afinidade com os esportes, pelo menos, os mais populares que fazem parte da identidade nacional brasileira como no caso, o futebol, vôlei, tênis de mesa, natação, futsal, atletismo, basquete etc.

Todo o desenvolvimento do bibliotecário esportivo se dá em sua formação. Desde a graduação é importante estar envolvido com a temática. Um caminho interessante para o estudante de Biblioteconomia que gosta de esportes é começar com o estágio. Existem unidades de informação esportivas que contratam estagiários de Biblioteconomia, os alunos interessados podem estagiar em bibliotecas especializadas, emissoras de televisão, clubes de futebol, jornais, entre outros.

O estágio nesses ambientes é importante para que o aluno tenha uma experiência efetiva com a área, reflita se trabalhar com esportes é aquilo que ele espera quando se formar e, se realmente quer se consolidar como um bibliotecário esportivo. Depois de formado, o bibliotecário esportivo precisa buscar conhecimentos que vão além da graduação, pois a informação esportiva é produzida num nível considerável e está em atualização constante, ou seja, esse profissional precisa estar a par do mercado do esporte, aperfeiçoar-se através de cursos, palestras, programas de pós-graduação, entre outros. Consequentemente, esse aprimoramento pode fazer a diferença em processos seletivos e beneficiar o crescimento profissional.

Pode-se observar que há poucos trabalhos de conclusão de curso nas graduações de Biblioteconomia que tratem sobre o esporte, a informação esportiva, entre outras temáticas relacionadas. Essa falta de pesquisas científicas gera certo questionamento: será que os alunos não possuem interesse na Biblioteconomia e Esporte ou eles não sabem como expor

ideias/opiniões para a criação do conteúdo acadêmico aos seus respectivos professores/orientadores, já que há uma falta de representatividade nessa área?

Considera-se, então, que dentro da graduação de Biblioteconomia o contato inicial com a informação esportiva é escasso pela falta de pesquisas científicas que abordam essa temática na área da Ciência da Informação. Portanto, faz-se necessário consolidar academicamente a junção da Biblioteconomia e o Esporte, por meio do termo *Bibliotecário Esportivo*, para que, as organizações que lidam com essa área, possam ter em mente a obrigatoriedade de se ter um profissional especializado dentro desses ambientes informacionais.

5 ATRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS DE MERCADO DO BIBLIOTECÁRIO ESPORTIVO

O bibliotecário esportivo precisa desenvolver habilidades interpessoais como:

- Demonstrar conhecimento e afinidade com a área esportiva;
- Ser eficiente na busca da informação esportiva através de diferentes mídias e fontes de informação;
- Ser capaz de organizar, registrar e armazenar a informação esportiva para que ela possa ser localizada e utilizada;
- Ser um bom comunicador;
- Se comprometer em prestar um serviço de excelência ao usuário;
- Ter senso crítico no tratamento da informação esportiva;
- Manter contato com profissionais de outras áreas do conhecimento (arquivistas, jornalistas, historiadores etc.).

É comum o bibliotecário esportivo se fazer presente nessas linhas de atuação:

- Bibliotecas Especializadas;
- Emissoras de televisão;
- Clubes esportivos;

- Pesquisa científica.

Por ser uma área pouco consolidada com bibliotecários esportivos, muitas unidades que lidam com informações esportivas desconhecem a necessidade de encaixar esse profissional dentro de seus setores e, se há uma ocupação, não estão devidamente explícitos com a intitulação de bibliotecário. Porém, os campos de atuação estão expandindo como:

- Agências fotográficas;
- Jornais especializados;
- Editoras especializadas;
- Rádios especializadas;
- Confederações de Esportes.

Sendo assim, serão pontuadas as atribuições e requisitos necessários para o exercício profissional do bibliotecário esportivo no arquivo de conteúdo da emissora de televisão cuja autora tem experiência profissional. Por questões legais de direitos autorais a emissora de televisão não terá seu nome mencionado.

Contextualizando o cenário de atuação, essa emissora é uma empresa que faz parte de uma rede de televisão comercial aberta que está consolidada no mercado a partir de 1965. Ela iniciou seus trabalhos em 1991, com o objetivo de oferecer uma programação variada de canais de televisão por assinatura com a transmissão a cabo. Atualmente, é considerada uma das maiores programadoras de televisão por assinatura da América Latina, com ênfase em liderança no mercado brasileiro. Disponibiliza sua assinatura por diversos suportes, tais como a Internet, os dispositivos fixos e móveis, além de um aplicativo próprio para o consumo de sua programação.

O acervo do arquivo de conteúdo dessa emissora de televisão agrega materiais audiovisuais dos canais solicitantes que são disponibilizados tanto em canal aberto (garantindo o acesso gratuito) como fechado (por meio de assinaturas). Os assuntos que compõem o acervo vão desde o entretenimento até o esporte. Esses conteúdos são disponibilizados por meio de filmes, séries, programas, reportagens, jogos televisionados etc., que são captados em áudio, com a narração dos acontecimentos e em imagens em movimento,

nas quais são destinadas à comunicação, à distribuição ao público ou feitas para fins de documentação.

O suporte que aloca esses conteúdos é o *betacam* que faz parte da família de reprodutores/*feeders* e gravadores da marca Sony e é considerado o formato mundialmente preferido para produção de conteúdos de definição do mais alto padrão de qualidade (SONY, 2020). Também são utilizadas as fitas LTO 5 para *backup* de conteúdos, permitindo a compatibilidade entre as mais variadas unidades de *backup* (Figura 3).

Figura 3 – Fitas LTO 5.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os usuários que buscam o arquivo de conteúdo são profissionais da emissora como repórteres, cinegrafistas,

apresentadores, produtores, editores, além de alguns possíveis clientes externos, que carecem de alguma informação específica. A equipe que compõe o arquivo de conteúdo dessa emissora é multidisciplinar. Conta com bibliotecárias esportivas, arquivistas, historiadores, jornalistas e servidores técnico-administrativos.

Os arquivistas cuidam da representação descritiva da mídia na etapa inicial, com o cadastramento e registro do suporte. Essa representação descritiva se dá, na maior parte, por meio de números de registro, códigos de identificação, título, número dos programas, datas de exibição, minutagem (duração e localização da matéria), entre outros. Eles também são responsáveis pela etapa final com o armazenamento das fitas *betacam* no local de guarda em seu espaço físico (Figura 4).

Os jornalistas e historiadores cuidam da decupagem do conteúdo contido na mídia, isto é, da descrição detalhada das ações apresentadas no conteúdo audiovisual. Basicamente, eles realizam a descrição de cada movimento dos personagens envolvidos nas ações, situações, eventos onde as ações acontecem dos diálogos entre os envolvidos, do texto ou narrativa apresentada na imagem, dos efeitos inseridos na edição de imagem, da forma como a imagem se apresenta para o usuário, dentre outros elementos relevantes para a recuperação do conteúdo informacional.

As bibliotecárias esportivas cuidam da representação temática dos conteúdos, da construção do tesouro e vocabulário controlado da emissora, da criação, padronização e organização de categorias e hierarquias entre os termos para auxílio em pesquisa de conteúdo. A criação do tesouro começou como projeto em 2010, onde teve por necessidade, a padronização e organização de todos os conteúdos da emissora para a melhor recuperação da informação. Antes do tesouro, a indexação do conteúdo audiovisual não era padronizada, ou seja, não havia um controle dos termos indexáveis, pois a política de indexação não contemplava esse controle de vocabulário.

Figura 4 – Fita Betacam.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A partir desta necessidade, foi iniciado o processo de organização do conhecimento, com a formação de categorias e classificações para agrupar os termos. Posteriormente, foram criadas as relações entre esses termos e por último, a migração para o sistema da emissora. Atualmente, o tesouro continua sendo alimentado através de uma equipe específica que administra o vocabulário controlado.

Todos os conteúdos a serem indexados são organizados por meio de uma planilha, alimentados semanalmente. Vale destacar que cada bibliotecária esportiva tem total liberdade de selecionar uma quantidade X de registros a serem indexados por dia, portanto, não existe uma numeração específica de itens para se trabalhar diariamente, pois depende da demanda de inserção de termos no sistema. Nessa planilha, constam alguns campos que as profissionais

precisam preencher após a representação, como: quem realizou a indexação daquele item; o tempo de duração da indexação; qual esporte estava sendo indexado (se havia atletas brasileiros ou não); o nível da indexação (intermediário, avançado etc.), entre outros.

Os tipos de conteúdo audiovisual que costumam ser representados tematicamente são os programas esportivos da emissora e as partidas televisionadas (que se aplicam a qualquer esporte transmitido). Esses conteúdos costumam passar primeiro pela fase de registro no sistema – com a equipe de arquivo –, seguindo com as marcações cena a cena – com a equipe de decupagem – e após esses processos, eles são disponibilizados para as bibliotecárias esportivas.

As partidas televisionadas são disponíveis na planilha de indexação em três registros diferentes:

- transmissão original (bruta e sem áudio);
- transmissão com a arte (narrada e com os logotipos da emissora);
- transmissão dos melhores momentos (onde as ações relevantes do conteúdo já foram marcadas cena a cena).

Os metadados preenchidos na realização da indexação do conteúdo esportivo são:

- Local (Cidade/Estado);
- Estádio, Arena e/ou Ginásio;
- Data;
- Placar (Seleção e/ou Time/Técnico/Placar);
- Árbitros (Seguindo na hierarquia: Árbitro Principal/Árbitro Auxiliar/Árbitro Assistente);
- Atletas (Seguindo na hierarquia de escalação, incluindo atletas substituídos na partida);
- Funcionários (Seguindo na hierarquia: Narrador/Comentarista/Repórter/Entrevistado);
- Competição;
- Esporte.

É importante destacar que existe o metadado “palavras-chave”, mas o mesmo é inserido, por meio do vocabulário controlado

pela equipe de jornalistas na parte da decupagem. Todo registro a ser indexado possui um conteúdo audiovisual e é através dele que as bibliotecárias esportivas se baseiam na hora de preencher os campos no sistema.

Através da política de indexação da emissora, é determinado qual conteúdo terá a indexação exaustiva e qual não terá a necessidade de contemplar todos os metadados. No futebol, as competições que trazem mais visibilidade e audiência para esta emissora, como a Copa do Mundo, Copa Libertadores da América, Copa do Brasil e o Campeonato Brasileiro Série A, por exemplo, precisam ser descritos detalhadamente no sistema, pois são competições relevantes na busca e recuperação de informações.

A seguir, serão apresentados três exemplos de indexação da partida final da Copa Libertadores da América de 2017, sendo o primeiro exemplo com a transmissão original, o segundo com a transmissão com a arte e o terceiro com os melhores momentos. Vale destacar que a seleção e os indivíduos (jogadores, atletas, funcionários) são inseridos com os nomes completos, mas para não ficar uma ficha muito extensa, os exemplos serão feitos de maneira simplista, sem preencher os nomes inteiros (Quadro 1).

Quadro 1 – Transmissão Original.

Local	Lanús, Argentina		
Estádio	Estádio Ciudad de Lanús		
Data	29/11/2017		
Placar	Seleção: Lanús	Técnico: Jorge Almirón	Placar: 1
	Seleção: Grêmio	Técnico: Renato Portaluppi	Placar: 2
	Enrique Villafañe	Patrício Cáceres	Árbitro principal
	Eduardo Cardozo		Árbitro Auxiliar

Árbitros	Juan Zorrilla		Árbitro Auxiliar
	Eber Aquino		Árbitro Auxiliar
	Mário Díaz de Vivar		Árbitro Assistente
	Milcíades Saldivar		Árbitro Assistente
	Victor Carrillo		Árbitro Assistente
Atletas	Seleção: Lanús	Andrada	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	José Gómez	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Marcelo Herrera	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Rolando García	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Maxi Velázquez	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Marcone	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Román Martínez	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Pasquini	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Alejandro Silva	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	José Sand	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Lautaro Acosta	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Marcelino Moreno	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Germán Denis	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Matías Rojas	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Marcelo Grohe	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Edílson	Jogador de Futebol
Seleção: Grêmio	Geromel	Jogador de Futebol	
Seleção: Grêmio	Bressan	Jogador de Futebol	
Seleção: Grêmio	Cortez	Jogador de Futebol	

	Seleção: Grêmio	Jaílson	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Ramiro	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Luan	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Fernandinho	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Barrios	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Rafael Thyerre	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Michel	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Cícero	Jogador de Futebol
Competição	Copa Libertadores da América, 2017		
Esporte	Futebol		

Fonte: Elaborado pela autora.

É muito importante deixar claro que essa é uma atividade de indexação porque as bibliotecárias esportivas estão representando tematicamente o assunto contido no conteúdo audiovisual, diferentemente da representação descritiva do material que aloca essa informação, feito pelos arquivistas, ou seja, os campos preenchidos na indexação podem ser associados a uma função de catalogação, ficha catalográfica etc. Porém, o foco da atividade é o assunto do audiovisual.

Todas as informações preenchidas na indexação são encontradas no conteúdo audiovisual fornecido no registro do item. Pode acontecer da bibliotecária esportiva não identificar alguma informação disseminada no conteúdo, como por exemplo, a lista de

jogadores relacionados para uma partida etc. Sendo assim, ela pode recorrer ao próprio portal de notícias da emissora que dissemina as informações da partida em tempo real, ou outras fontes de informação relevantes.

Outro caso que pode ocorrer é a bibliotecária esportiva ter assistido à partida X em sua residência e notou a presença do jogador Y na transmissão, no dia seguinte, ela ter selecionado o registro da partida que ela assistiu, entretanto no conteúdo audiovisual, o jogador Y não se faz presente. Nesse caso, a bibliotecária esportiva não irá identificar o jogador Y no metadado “Atletas”. O campo só é preenchido com jogadores que estão aparecendo no item. Isso se aplica a todos os pontos de acesso.

No campo “Árbitro”, o Árbitro principal é preenchido com o que apita a partida, os auxiliares são os profissionais de linha e os assistentes são os árbitros de vídeo (VAR). Na transmissão original o metadado “Funcionários” não tem a necessidade de ser preenchido, visto que não há a participação do corpo da emissora (narrador, comentarista e repórter) no item e, é importante ressaltar, que durante a partida, costumam-se entrevistar os técnicos e jogadores, mas se a figura que for entrevistada já estiver preenchida no campo “placar” (como treinador) ou “atleta”, opta-se por não preencher novamente como um entrevistado no campo “Funcionários”. A transmissão com a arte se assemelha à transmissão original (Quadro2).

Quadro 2 – Transmissão com a arte.

Local	Lanús, Argentina		
Estádio	Estádio Ciudad de Lanús		
Data	29/11/2017		
Placar	Seleção: Lanús	Técnico: Jorge Almirón	Placar: 1
	Seleção: Grêmio	Técnico: Renato Portaluppi	Placar: 2

Árbitros	Enrique Patricio Cáceres Villafañe		Árbitro principal
	Eduardo Cardozo		Árbitro Auxiliar
	Juan Zorrilla		Árbitro Auxiliar
	Eber Aquino		Árbitro Auxiliar
	Mário Díaz de Vivar		Árbitro Assistente
	Milcíades Saldivar		Árbitro Assistente
	Victor Carrillo		Árbitro Assistente
Atletas	Seleção: Lanús	Andrada	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	José Gómez	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Marcelo Herrera	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Rolando García	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Maxi Velázquez	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Marcone	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Román Martínez	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Pasquini	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Alejandro Silva	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	José Sand	Jogador de Futebol
Seleção: Lanús	Lautaro Acosta	Jogador de Futebol	

	Seleção: Lanús	Marcelino Moreno	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Germán Denis	Jogador de Futebol
	Seleção: Lanús	Matías Rojas	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Marcelo Grohe	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Edílson	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Geromel	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Bressan	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Cortez	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Jaílson	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Ramiro	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Luan	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Fernandinho	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Barrios	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Rafael Thyerre	Jogador de Futebol

	Seleção: Grêmio	Michel	Jogador de Futebol
	Seleção: Grêmio	Cícero	Jogador de Futebol
Funcionários	Galvão Bueno		Narrador
	Casagrande		Comentarista
	Maurício Saraiva		Comentarista
	Arnaldo Coelho	Cezar	Comentarista
	Julio César Santos		Repórter
Competição	Copa Libertadores da América, 2017		
Esporte	Futebol		

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebe-se que ambos os exemplos são preenchidos quase que com totalidade, ou seja, essa indexação exaustiva pode ser considerada uma ficha técnica do jogo.

As bibliotecárias esportivas precisam checar se as informações apresentadas no audiovisual são verídicas na hora de preencher os campos, pois pode acontecer de uma cena do conteúdo estar com uma arte diferente, como já foi o caso de um *layout* ocasionar a troca do nome de um funcionário da emissora. Sendo assim, a profissional precisa se policiar ao que está sendo disseminado nesse conteúdo, conferindo também, em outras fontes de informação se o que está sendo transmitido está de acordo com o conteúdo original, para uma representação precisa do item.

Vale destacar que o sistema permite duplicar a indexação de um registro, isso facilita o ‘copia e cola’ dos campos preenchidos, o que gera otimização no processo, visto que a diferença de um item com transmissão original para a transmissão com arte pode se basear, por exemplo, apenas na falta de preenchimento do campo “Funcionários”.

Em vista disso, a versão “Melhores Momentos” apresenta os lances mais importantes da partida, portanto, ela não costuma possuir a presença de funcionários, do áudio pré-jogo e pós-jogo, da entrada dos jogadores, entrevistas, entre outras cenas. Logo, ela é preenchida apenas com os campos “Local”, “Estádio”, “Data”, “Placar”, “Competição” e “Esporte” a fim de recuperação do item (Quadro 3).

Quadro 3 – Melhores Momentos.

Local	Lanús, Argentina		
Estádio	Estádio Ciudad de Lanús		
Data	29/11/2017		
Placar	Seleção: Lanús	Técnico: Jorge Almirón	Placar: 1
	Seleção: Grêmio	Técnico: Renato Portaluppi	Placar: 2
Competição	Copa Libertadores da América, 2017		
Esporte	Futebol		

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Competições internacionais como a Copa do Mundo de Futebol, as Olimpíadas, os Jogos Olímpicos, onde os esportes são disputados mundialmente, costumam vir em transmissão original e com arte. Os campos preenchidos são: “Local”, “Estádio”, “Data”, no caso do “Placar”, o subcampo “Seleção” é preenchido com os países que estão disputando a partida, ou se for uma final, é preenchido com os países do pódio (1º, 2º e 3º lugar); o subcampo “Técnico” é preenchido quando houver, pois há esportes que não possuem

treinadores, como no caso do vôlei de praia, nado sincronizado etc., e a pontuação da mesma maneira; “Árbitro” se houver; “Atletas”, no caso o subcampo “Seleção” é preenchido com o país que o atleta representa, o nome é preenchido apenas com os atletas brasileiros e atletas de pódio que participaram da partida e as designações; “Funcionários” só é necessário preencher na transmissão com arte e, entrevistados brasileiros que não foram preenchidos em campos anteriores; “Competição”; “Esporte”. Segue abaixo o exemplo da transmissão original da final do Campeonato Mundial de Natação de 2018 que auxilia na compreensão da indexação (Quadro 4).

Quadro 4 – Transmissão original esporte olímpico.

Local	Hangzhou, China		
Estádio	Hangzhou Sports Park Stadium		
Data	14/12/2018		
Placar	Seleção: Brasil	Técnico:	Placar:
	Seleção: Rússia	Técnico:	Placar:
	Seleção: China	Técnico:	Placar:
Atleta	Seleção: Brasil	Luiz Altamir Melo	Nadador
	Seleção: Brasil	Fernando Scheffer	Nadador
	Seleção: Brasil	Leonardo Coelho Santos	Nadador
	Seleção: Brasil	Breno Correia	Nadador
	Seleção: Rússia	Martin Malyutin	Nadador
	Seleção: Rússia	Ivan Girev	Nadador
	Seleção: Rússia	Mikhail Vekovichchev	Nadador

	Seleção: Rússia	Aleksandr Krasnykh	Nadador
	Seleção: China	Ji Xinjie	Nadador
	Seleção: China	Xu Jiayu	Nadador
	Seleção: China	Sun Yang	Nadador
	Seleção: China	Wang Shun	Nadador
Competição	Campeonato Mundial de Piscina Curta, 2018		
Esporte	Natação		

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No campo “Seleção”, pode-se observar as três primeiras seleções do pódio. Se caso a seleção brasileira não tivesse no pódio, porém, participado da partida, ela seria incluída, por causa da política de indexação da emissora. Com a transmissão original, não houve a necessidade de preencher o campo “Funcionários” e, por fim, é necessário destacar que independentemente da modalidade do esporte que está sendo indexada, os processos são semelhantes. Pode-se considerar que por mais que exista esportes que não façam parte do cotidiano de uma bibliotecária esportiva, ela pode adaptar a indexação para aquela necessidade através da busca pelo conhecimento e da política de indexação.

Estes foram alguns exemplos de conteúdos que são indexados diariamente na emissora. De certo, não há a possibilidade de detalhar mais atividades e funções realizadas, porém, foram selecionadas e destacadas as informações consideradas mais relevantes na contribuição da disseminação da informação esportiva dentro desse ambiente.

É importante destacar que cada unidade de informação esportiva possui uma respectiva política de indexação que melhor atende ao seu usuário, sendo assim, a indexação feita nessa emissora de televisão específica pode ser diferente de outras emissoras.

Alguns metadados preenchidos nessa emissora citada podem ser considerados parecidos com os metadados que outras emissoras de televisão trabalham, mas é preciso ter em mente que a metodologia para o desenvolvimento da política de indexação e atividades diárias do bibliotecário esportivo precisa ser feita a partir da necessidade informacional do usuário de cada emissora. Logo, o que se aplica nos exemplos descritos nesse capítulo é para servir como base para quem está iniciando a carreira como bibliotecário esportivo e, não obrigatoriamente, ser executado nos demais ambientes esportivos, visto que, cada unidade de informação esportiva tem suas particularidades.

Sendo assim, as competências do bibliotecário esportivo requerem uma análise cautelosa e detalhista, pois levam em consideração os detalhes e a pluralidade de uso e de contexto de cada espaço esportivo. Portanto, o potencial informativo se baseia na linguagem dos usuários/clientes – reflete na automação do sistema de armazenamento e recuperação da informação –, da política de indexação adotada pela organização, dos objetivos e do público-alvo da mesma, entre outros.

Existem muitos espaços com potencial de serem habitados por bibliotecários esportivos. Esses ambientes possuem a necessidade de um profissional competente em pesquisa bibliográfica, busca e recuperação da informação esportiva, tratamento, acondicionamento, preservação da memória, prospecção, monitoramento, filtragem, entre outras atribuições, mas para que essa perspectiva de mercado seja ampliada, é necessário consolidar esse profissional. O bibliotecário esportivo, de fato, precisa estar a par desse movimento de informações esportivas, identificar as necessidades sociais e informacionais de seus usuários para, então, garantir a melhor e mais precisa distribuição dessas informações a fim de promover o principal, que é a construção de conhecimento.

Que este capítulo sirva como um despertar. Que alunos, professores e bibliotecários entendam que o papel do bibliotecário esportivo vai além da parte técnica e que sua representação social possa estar em evidência. Espera-se que quem o leia, desenvolva um

gatilho mental e, através da paixão pelos esportes, curiosidades etc., pesquise e contribua mais sobre essa área. Quem sabe, em um futuro próximo, torne-se um bibliotecário esportivo e, conseqüentemente, até divida a bancada com a autora que vos escreve.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, R. C. B. O acesso e uso da informação no esporte: uma competência cidadã. **Revista Eletrônica do CEDOC/SEME**, São Paulo, v. 1, número especial, dez. 2009.

DAVENPORT, T. H.; HARRIS, J. G. **Competição analítica**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

JORGE, C. F. B.; VALENTIM, M. L. P. Informação e esporte: a informação esportiva e sua relação com clubes de futebol, **Informação & Informação**, v. 20, n. 1, p. 183-208, 2015.

SUGESTÕES DE LEITURA

BOTELHO, M. A.; MONTEIRO, A. M.; VALLS, V. A gestão do conhecimento esportivo: a experiência da biblioteca da Seme, **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 175-188, jan./abr. 2007.

JORGE, C. F. B.; VALENTIM, M. L. P. O profissional da informação no contexto da gestão esportiva: clubes de futebol, uma proposta para o Marília Atlético Clube, **Revista EDICIC**, Marília, v. 1, n. 3, p. 112-126, Jul./Sep. 2011.

LOYOLA, B. A atuação do bibliotecário em ambientes midiáticos: uma análise da informação esportiva. *In*: SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ, 9., Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

SANTOS, F. E. P. Documentos e informações audiovisuais: a teoria arquivística e as técnicas da biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de TV. **DataGramZero**, v. 14, n. 5, p. 3, 2013.

SANTOS, F. E. P.; FARIAS, M. G. G.; FEITOSA, L. T. Perfil profissional do bibliotecário em ambientes de informação audiovisual. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 31, n. 2, p. 147-165, 2017.

BIBLIOTECÁRIO DE PATENTES

Renata Cristina Teixeira

1 INTRODUÇÃO

A informação é o insumo básico para toda e qualquer atividade, seja ela empresarial ou pessoal. O desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação promoveu mudanças expressivas nos modos de consumo de informação. Na conjuntura empresarial, busca-se informação para minimizar incertezas e reduzir riscos, aumentando assim, a assertividade das decisões. E, nesse contexto de aumento das necessidades de informação, a acuracidade destas se torna um diferencial entre as empresas, capaz de potencializar a competitividade das mesmas.

A capacitação nas diversas formas de acesso à informação e de sua transmissão é intrínseca aos profissionais bibliotecários e isso os distingue no cenário atual. De acordo com Myburgh (2004), os desenvolvimentos e convergências das tecnologias da informação e comunicação têm transformado a atuação de profissionais da informação dentro das empresas, mudando o foco destes dos documentos para a informação contida nesses documentos e no uso destas.

O presente trabalho almeja apresentar a atuação do bibliotecário no manejo de informações com foco em pesquisa, desenvolvimento e inovação no ambiente empresarial. Almeja também divulgar os documentos de patentes – insumo diferenciado quando se trata de inovação tecnológica – e expor suas principais potencialidades para o uso na monitoração e prospecção tecnológica.

A seção 2 caracteriza a inovação e aponta como esta gera valor nos diversos contextos, com foco no contexto empresarial. A seção 3 ressalta o documento de patente como fonte de informação imprescindível ao monitoramento e à prospecção tecnológicos, tendo em vista a sua grande variedade de conteúdo, onde muito desse conteúdo apenas é disponibilizado neste tipo de documento. A

seção 4 mostra as diversas possibilidades dos documentos de patentes como insumo para a gestão de tecnologias, além de apresentar os diferentes tipos de pesquisas realizadas com patentes de acordo com o objetivo a ser alcançado. Também nessa seção, são apresentados estudos que se utilizaram de patentes como insumo para exemplificação de algumas das diversas possibilidades de usos de patentes em diferentes áreas do conhecimento. A seção 5 apresenta as diferentes atuações do bibliotecário de patentes, onde se percebe a concentração em atividades de busca e disponibilização de documentos, de treinamento de usuários e, em muito menor número, esse profissional como consumidor da informação patentária para produção de análises. Segue-se a seção 6 com as considerações finais.

2 INOVAÇÃO E GERAÇÃO DE VALOR

A inovação é reconhecida por desempenhar um papel central na criação de valor de empresas e na sustentação da vantagem competitiva destas. Ela está fortemente ligada à transformação, uma vez que é utilizada como instrumento para influenciar um ambiente ou para se proteger de mudanças ocorridas nos ambientes. A inovação tem sido reconhecida pelas empresas como uma maneira essencial para a diferenciação, especialmente em empresas de base tecnológica (HUANG et al., 2014). Embora o presente estudo tenha foco no contexto empresarial, é importante ressaltar que a inovação não é benéfica apenas para empresas, mas para toda a sociedade, uma vez que a inovação transforma para gerar valor. Conforme Gullo e Guerrante (2004), mais do que a acumulação quantitativa de conhecimento é a transformação qualitativa que sugere novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e social de um país.

Bessant et al. (2005) enfatizam que a inovação representa o principal processo de renovação em qualquer organização, uma vez que determina como as empresas criam e entregam valor aos mercados, garantindo-lhes perspectivas de sobrevivência e crescimento. As autoras Baregheh, Rowley e Sambrook (2009) definem a inovação como um processo de vários estágios, uma vez

que não a entendem como um ato discreto, mas sim contínuo, onde ideias são transformadas e aprimoradas para novos mercados. Ainda segundo as autoras, o objetivo da inovação reflete tanto o objetivo estratégico geral da inovação desenvolvida quanto os contextos sociais e ambientais potencialmente diversos nos quais ela ocorre.

O Manual de Oslo (OECD, 1997) define a inovação como a aplicação de novas ideias a produtos, processos ou a qualquer outro aspecto da atividade empresarial. A inovação tem foco no processo de comercialização ou na extração de valor das ideias. Diferentemente da inovação, a invenção contém apenas o aspecto de novidade, não estando necessariamente associada à monetização. Ainda conforme o Manual, uma inovação é qualquer bem, serviço ou processo novo ou substancialmente aprimorado que tenha sido comercializado, ressaltando que novo não necessariamente significa inédito no mundo, podendo ser apenas original em determinado contexto.

O processo de inovação se inicia com uma ideia simples ou complexa e introduz novidade na tecnologia a partir da experiência ou da intuição do inventor, ou com base em pesquisa científica (GARCIA, 2006). A inovação, conforme anteriormente mencionado, é reconhecida como uma invenção que chega ao mercado, ou seja, são tecnologias aceitas pelos consumidores. Tecnologia é conhecimento científico, empírico ou intuitivo, absorvido e assimilado, que contribui, impulsiona e atua determinando o grau de desenvolvimento científico, econômico e social de uma nação (GARCIA, 2006).

Não fica dúvida de que a inovação é matéria-prima essencial na provável totalidade dos setores, especialmente em setores complexos capital e tecnológico-intensivos, que são dependentes do desenvolvimento e implantação bem-sucedidos de novas tecnologias em processos e produtos. A tecnologia e a inovação, ligadas à boa gestão, garantem competitividade e promovem a sustentabilidade das empresas.

Os ganhos obtidos por meio do desenvolvimento tecnológico são cada vez mais significativos na receita das empresas. Porém, se

as empresas não tiverem acesso às tecnologias que necessitam, adquirindo-as ou desenvolvendo-as de maneira oportuna e econômica, ou se não as implantarem com eficiência, isso poderá ter efeitos adversos relevantes na saúde financeira da empresa, bem como poderá afetar o cumprimento do planejamento estratégico e mesmo a licença de operação da empresa.

Um forte portfólio de patentes está na base da tecnologia empregada em diversos negócios. As informações de patentes são parte do insumo para ajudar as empresas a determinar o conteúdo, o escopo e o orçamento para o desenvolvimento de novas tecnologias que suportem suas atividades. As novas tecnologias são desenvolvidas para garantir o alinhamento do portfólio com as ambições estratégicas e os compromissos de implantação propostos.

Uma das ferramentas utilizadas para se acelerar a geração de inovação com o uso de informações contidas em documentos de patentes é o processo de prospecção e monitoração de tecnologias⁶⁸. A prospecção tecnológica, definida por Kupfer e Tigre (2004) como um meio sistemático de mapear desenvolvimentos científicos e tecnológicos futuros capazes de influenciar de forma significativa uma indústria, a economia ou a sociedade como um todo, tem no documento de patente sua mais importante fonte de informação. Lucheng, Yanhua e Zihua (2010) apontam as informações provenientes das patentes como a melhor fonte de informação tecnológica disponível para consulta, contendo de 90 a 95% de toda a informação mundial de ciência e tecnologia. A patente é, por excelência, uma fonte de informação tecnológica conforme narrado por Garcia (2006) e oferece vantagens indispensáveis para geração de novas tecnologias.

⁶⁸ Para exemplos de análises em trabalhos de monitoração e prospecção de tecnologias por meio de documentos de patentes, ver: RUSSO, Suzana Leitão (Org.). **Mapeamento tecnológico: tendências competitivas**. Aracaju: Backup Books, 2020. (v. 1.) Disponível em: <https://bit.ly/3e3jAWO> Acesso em 13 jun. 2020.

3 PATENTES

A patente é um título de propriedade temporária para uma invenção (BRASIL, 1996). A invenção, conforme descrito anteriormente, é uma ideia que se aplica à resolução de um problema técnico, e quando comercializada gerando lucros para seu inventor, ganha o nome de inovação.

Para se requerer uma patente de invenção, é necessário o cumprimento de três requisitos: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. O requisito de novidade é cumprido quando a invenção não está compreendida no estado da técnica⁶⁹. O requisito de atividade inventiva é cumprido quando a invenção não decorre de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica, segundo a análise de um técnico especialista no assunto. E o requisito de aplicabilidade industrial implica que a invenção é suscetível de uso ou produção em qualquer tipo de indústria (BRASIL, 1996). No Brasil, a concessão de uma patente garante ao seu proprietário o monopólio da tecnologia patenteada por um período de até 20 anos contados da data de depósito do pedido de patente.

Os documentos de patentes, ou seja, os depósitos de patentes e as patentes concedidas, contêm a descrição detalhada da invenção e de suas reivindicações, isto é, exatamente o objeto que a patente deseja proteger. O documento de patente é considerado por Federman (2006), em função das suas características, a mais atual e completa fonte de informação sobre tecnologias. Para que uma patente seja concedida a seu requerente, ela deve descrever o completo estado da técnica do objeto reivindicado até a data do depósito, detalhando o que a matéria reivindicada acrescenta à tecnologia referenciada, sob a pena de ter o pedido negado. A redação de um pedido de patente deve ser minuciosa ao ponto de a tecnologia descrita na solicitação poder ser reproduzida pelo técnico

⁶⁹ O estado da técnica é constituído por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso de qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior (BRASIL, Lei nº 9.279, de 14/5/1996, artigos 12, 16 e 17).

analista do escritório nacional de patentes responsável pela concessão.

A patente é um documento de proteção para seu detentor, uma vez que garante a este o direito de uso exclusivo de sua invenção, ou seja, exclui terceiros de usufruir do objeto protegido por determinado período de tempo. De acordo com Klein (2020), as patentes criam um incentivo privado para investir em pesquisa e desenvolvimento, já que permite às empresas aproveitarem os retornos de suas inovações por meio de um período de lucros monopolistas. Além de objeto de proteção, as patentes também podem ser ferramentas para comercialização (licenciamento ou transferência) e empreendedorismo, quando utilizadas para a geração de novos negócios, como já acontece com as chamadas *startups*⁷⁰. Grzegorzczuk (2020) apresenta diversas estratégias de uso e gestão de patentes com ênfase em várias formas de cooperação, mostrando opções de monetização alternativas à direta comercialização e licenciamento. As patentes podem ser incrivelmente valiosas, tanto em termos da quantidade de dinheiro a ser gerada, quanto em termos de proteção contra reivindicações de infração por parte dos concorrentes, conforme apresentado por Zwicky (2019).

Cabe a ressalva de que nem toda tecnologia desenvolvida por empresas é patenteada, uma vez que muitas tecnologias são mantidas como segredo industrial. A prática do segredo industrial tem duração indeterminada uma vez que não se sabe se os concorrentes conseguirão ou não reproduzir o invento por engenharia reversa ou em suas pesquisas e desenvolvimentos.

Outra estratégia tecnológica possível, caso a empresa que desenvolveu a tecnologia não tenha interesse em comercializá-la ou impedir outrem de utilizá-la, apenas garantindo que terceiros não

⁷⁰ Startup é uma empresa nova, até mesmo embrionária, que conta com projetos promissores e altamente escaláveis, ligados à pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras. Possui alto risco de negócio, tem baixos custos iniciais e grandes possibilidades de retorno financeiro. SEBRAE. **Inovação**: o que é uma empresa startup? [s.d.] Disponível em: <https://bit.ly/3hqz4GH> Acesso em: 07 jun. 2020.

patenteiem a tecnologia, causando o impedimento de uso para a própria empresa, é disponibilizá-la em domínio público, seja por meio da publicação de artigos científicos ou da divulgação em outras fontes. Diferentemente do patenteamento, a disponibilização em domínio público é uma estratégia que não gera custo para a empresa.

4 USO DE PATENTES PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO

O trabalho de monitoração e prospecção tecnológica busca reduzir as incertezas e diminuir os riscos na tomada de decisão de cunho tecnológico. Acompanhar o desenvolvimento das tecnologias ao redor do mundo, identificar sua evolução – emergentes, maduras, geradoras de novas tecnologias ou que estão se tornando obsoletas –, conhecer as principais inovações disponíveis para aquisição e licenciamento, monitorar quem são as empresas, quais são as instituições de ensino e pesquisa e quem são os profissionais que mais desenvolvem soluções tecnológicas inovadoras são alguns dos pontos envolvidos no estudo de tecnologias. Todo esse trabalho é suporte para a gestão tecnológica, atividade que, segundo Ernst (2003), compreende a gestão da criação, armazenamento e uso do conhecimento tecnológico, conhecimento este que pode ser criado internamente pelas próprias atividades de pesquisa e desenvolvimento da empresa e utilizado em seus produtos, processos e serviços. Segundo o autor, os dados de patentes devem ser entendidos como uma fonte de informação estratégica, que contribui com informações importantes para o gerenciamento eficaz e eficiente da tecnologia (ERNST, 2003).

Os documentos de patentes, como fontes de informação tecnológicas, são documentos essenciais à gestão tecnológica, uma vez que além de relatarem o mais novo no estado da técnica, cobrem praticamente todos os campos tecnológicos. Mais de 90% das invenções no mundo são patenteadas e cerca de 70% das informações técnicas descritas em documentos de patentes não são divulgadas ao público em nenhuma outra forma de literatura (FENG; ZHAO, 2015). Os documentos de patentes divulgam não apenas os conceitos relativos à utilidade geral da invenção, mas também

forneem informações sobre sua aplicação prática na indústria (RADHAKRISHNAN; BALASUBRAMANIAN, 2008).

Outras vantagens do uso de documentos de patentes como fonte de informação são que eles têm um formato relativamente padronizado, incluindo uma revisão bibliográfica de anterioridade, descrição e, na maioria dos casos, desenhos que ilustram a invenção, além de detalhes completos sobre o requerente e de serem classificados de acordo com os campos técnicos. O quadro reivindicatório da patente é a parte do documento onde a essência da matéria a ser patenteada é detalhadamente descrita, sendo esta a seção mais importante do documento.

Alguns aspectos restringem as possibilidades da efetividade do uso de informações tecnológicas provenientes de documentos de patentes. Algumas dessas limitações elencadas por Ernst (2003) são o fato de a proteção de patentes ser menos importante em algumas indústrias ou o uso do segredo industrial como proteção de tecnologias ou até mesmo o período de sigilo de cerca de 18 meses entre o depósito e sua publicação.

4.1 PESQUISA EM DOCUMENTOS DE PATENTES

A pesquisa em documentos de patentes é de grande valia para a construção de conhecimento técnico e científico. As patentes podem ser usadas para explorar a história das tecnologias, rastreando como estas mudaram ao longo do tempo e examinando como as gerações seguintes de inventores se utilizaram das tecnologias existentes para desenvolver novas invenções e inovações (ZWICKY, 2019). Além disso, vale ressaltar que as patentes são classificadas de acordo com esquemas padronizados, o que facilita a exaustividade de sua busca e também a análise detalhada de aspectos tecnológicos específicos.

Existem diferentes tipos de pesquisa a serem conduzidos em documentos de patentes dependendo do objetivo a ser atingido. As pesquisas mais comumente executadas são: (a) anterioridade, (b) liberdade para operar, (c) oposição ou invalidação e (d) prospecção de oportunidades ou ameaças.

A pesquisa de anterioridade é normalmente executada para que se decida pelo patenteamento ou não de uma tecnologia em desenvolvimento. Trata-se essencialmente do levantamento do estado da técnica, ou seja, de todos os documentos relevantes publicados sobre uma dada tecnologia. A pesquisa do estado da técnica se destina a estabelecer os conhecimentos e informações já disponibilizadas sobre o tema. Os escritórios nacionais de patentes realizam pesquisa de anterioridade como parte do trabalho de exame de concessão da carta patente e cada inventor também o faz, tanto no início da pesquisa quanto imediatamente antes de realizar o depósito de sua invenção para não incorrer em despesas inúteis.

A busca de informações com o objetivo de liberdade de operação, segundo Clark (2018), é a pesquisa mais complexa e dispendiosa em função do seu objetivo de descobrir lacunas onde operar sem infringir a propriedade intelectual de outrem. Conforme anteriormente mencionado, patentes são direitos de exclusão, ou seja, concedem ao seu proprietário o direito de impedir que outros explorem a invenção definida na patente em determinado território e período de tempo.

Já a pesquisa de oposição, é realizada por uma empresa com o intuito de barrar a concessão da patente a seu requerente, no caso, a uma empresa concorrente. De acordo com Clark (2018), a essência de uma pesquisa de oposição é trazer argumentos ao escritório nacional competente sobre o motivo pelo qual a patente não deve ser concedida em sua totalidade, ou minimizando ao máximo o seu escopo. A pesquisa de invalidação é análoga à pesquisa de oposição, acontecendo, porém, em algum momento durante a vida útil da patente com o intuito de anulá-la.

A pesquisa para prospecção de oportunidades e ameaças de base tecnológica permite traçar uma verdadeira radiografia da tecnologia estudada, mapeando seus desenvolvedores e os mercados potenciais, conhecendo o desenvolvimento tecnológico de um processo ou produto industrial e, a partir desse conhecimento, estabelecer critérios de pesquisa para os avanços da tecnologia ou para o licenciamento da mesma, além de antecipar possíveis

pendências judiciais decorrentes de danos a direitos de terceiros. Pela identificação de rotas tecnológicas, é possível antever desenvolvimento de atividades industriais futuras antes que seus efeitos venham a se refletir no mercado de atuação.

O estudo do conteúdo dos documentos de patentes é capaz de mostrar quem são os atores envolvidos em determinado desenvolvimento tecnológico. Isso pode ser extremamente relevante para o conhecimento tanto dos concorrentes atuais ou futuros quanto de futuros parceiros e licenciadores, além de informar sobre as redes de inventores e sua mobilidade. Outra análise de grande interesse na prospecção de patentes diz respeito à difusão do conhecimento de determinadas tecnologias e sua influência para o surgimento de outras invenções. Por tudo isso, os estudos de tecnologias são insumos essenciais para ideias inovadoras e até disruptivas. Como os estudos de patentes fornecem uma história de progresso tecnológico no campo a que se relacionam, a pesquisa da patente sobre um assunto específico pode incentivar o pesquisador a desenvolver novas ideias e reorientar seus esforços de pesquisa, conforme Radhakrishnan e Balasubramanian (2008). Cabe salientar que, em todos os tipos de pesquisa de patentes, sempre será necessário incluir outras fontes de informação como artigos técnicos, notícias da mídia especializada, apresentações de eventos técnicos, teses, dissertações e, a mais interessante das fontes, o diálogo com especialistas no assunto pesquisado.

4.2 ESTUDOS QUE SE UTILIZARAM DE PATENTES COMO INSUMO

Vários são os estudos que utilizam as informações contidas em documentos de patentes como insumo para a gestão estratégica da inovação, explicitando os conhecimentos produzidos e patenteados. Alguns deles estão ilustrados a seguir.

Ernst (2003) abordou como informações de patentes podem ser usadas para monitoramento de desempenho, avaliação de tecnologia, gerenciamento de portfólio de pesquisa e desenvolvimento, identificação e avaliação de fontes usadas para

geração externa de conhecimento tecnológico, especialmente por meio de fusões e aquisições, e até para o gerenciamento de recursos humanos. A análise de redes sociais em documentos de patentes permite identificar os movimentos de pesquisadores, suas redes de contatos e até mesmo as estratégias de contratação de talentos por empresas e suas formas de realizar parceiras.

Shih, Liu e Shu (2010) propuseram uma técnica de mineração de dados utilizando documentos de patentes capaz de identificar mudanças nas tendências de patenteamento sem a necessidade de conhecimento especializado. A abordagem proposta consistiu na coleta de patentes, cálculo de indicadores e detecção de alterações. Nesta última fase, foram extraídos os padrões de cada período e estes foram posteriormente comparados para determinar as mudanças de tendência. Embora os resultados obtidos sejam extremamente ricos, os autores reconhecem a necessidade de melhoramento da ferramenta, uma vez que esta não cobre a mineração textual, e a principal parte de um documento de patente é seu quadro reivindicatório.

O potencial comercial de patentes individuais foi avaliado por Choi et al. (2020) a partir do estudo da probabilidade de uma patente sobreviver até o máximo de sua data de validade, uma vez que a comercialidade de uma patente tem forte correlação com a vida útil desta. As informações de citações diretas de uma patente são frequentemente usadas como medida de valor de uma patente, medindo sua qualidade e impacto técnico. Porém, essa é uma medida difícil de se conseguir nos primeiros anos de uma patente. Os autores utilizaram então diversos indicadores internos⁷¹ a uma patente, como os escopos técnico e geográfico, faixa de prioridade e grau de cooperação, e indicadores ambientais⁷² usados para capturar uma

⁷¹ Dados bibliográficos, como os números de reivindicações independentes e dependentes, quantidade de classificações que a patente pertence, números de citações estrangeiras, número de prioridades e nações prioritárias, informações das famílias e grau de cooperação de uma patente, dentre outros.

⁷² A atividade do Código Internacional de Patentes (IPC, na sigla em inglês) na qual a patente se encontra classificada, o tamanho do IPC, a competitividade do IPC, o

mudança dinâmica nos campos da tecnologia. Uma vantagem da abordagem é sua ampla aplicabilidade, uma vez que pode lidar com patentes com pouca ou nenhuma citação direta. Além disso, a abordagem proposta pode fornecer às empresas informações de qualidade sobre seu mercado competidor, uma vez que pode ser empregada para examinar patentes com alto potencial comercial, descobrir potenciais ameaças em portfólios de competidores ou para prever tecnologias emergentes.

Zhang e Zhang (2020) analisaram o impacto do crescimento do depósito de patentes de empresas que passaram pelo lançamento de ações no mercado, ou oferta pública inicial, e que recebem apoio de fundos de capital de risco⁷³. Os autores estudaram empresas do mercado chinês entre 2003 e 2013. Os resultados mostraram que o interesse em inovação tecnológica, retratado no estudo por número de depósitos de patentes durante o período em que receberam apoio de capital de risco tem um efeito positivo na competitividade dessas empresas e no desenvolvimento sustentável da economia das mesmas. As empresas com maior número de depósito de patentes exibiram desempenho superior comparado a outras empresas também apoiadas por fundo de capital de risco, porém com menor número de depósitos de patentes ou mesmo por empresas não apoiadas por esses fundos, corroborando que a inovação é um robusto indicador de performance de longo prazo.

Os dados de patentes são importante fonte de informação que as empresas podem usar para obter vantagem estratégica. Qualquer variação nas tendências de patentes em um setor é informação que pode influenciar as estratégias de pesquisa e desenvolvimento em empresas envolvidas nesse setor. A monitoração e prospecção em informações de patentes provê aos decisores insumos para planejar as estratégias que mais se adequem à realidade de seus mercados.

número total de seções do IPC e o intervalo médio das patentes citadas pela patente estudada.

⁷³ Trata-se de um tipo de fundo de investimento com foco em empresas médio porte que já possuem carteira de clientes e receita, porém necessitam de capital para crescimento. O termo utilizado em inglês é *venture capital*.

De acordo com as abordagens existentes, para detectar essas mudanças nas tendências de patentes, as empresas devem contar com analistas de patentes para comparar diferentes períodos de tempo. Atualmente, apesar dos diversos programas analíticos⁷⁴, a descoberta de mudanças de tendências ainda precisa de esforços humanos trabalhosos. Dentre os diversos profissionais competentes para o trabalho de geração de valor a partir de análise de patentes, o bibliotecário possui capacitações que o torna indispensável a essa função. A seção seguinte apresenta um pouco do histórico da atuação do bibliotecário e sua atuação no manejo de informações de patentes.

5 PANORAMA DA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO DE PATENTES

O bibliotecário é um profissional essencial para os trabalhos que se utilizam da informação na geração de valor, uma vez que a qualidade do insumo é o que vai ditar o resultado desse tipo de trabalho. De acordo com Pizarro e Davok (2008), a função do gestor da informação empresarial é a de analisar o conteúdo informacional e dialogar com os produtores e consumidores sobre a qualidade da informação e seu adequado tratamento. Além da atenção com a qualidade da informação, outra característica do bibliotecário que impulsiona o resultado de trabalhos de monitoração e prospecção tecnológica para a geração de inovação é a capacidade de interlocução com toda e qualquer área. Não importa qual o campo do conhecimento do assunto a ser estudado, o bibliotecário é capaz de dialogar e de entender que o que se constrói junto tem maior probabilidade de ser mais completo, mais abrangente e menos tendencioso. A interdisciplinaridade perpassa a profissão de bibliotecário.

Além da contínua interação com diferentes áreas, outra necessidade constante para esse profissional quando atuando com

⁷⁴ Para conhecimento de softwares de análise de informações, ver: VERGARA, Juan Carlos; COMAI, Alessandro; TENA MILLÁ, Joaquín. **Software para la Inteligencia Competitiva de Patentes**: Evaluación de aplicativos informáticos y necesidades de inteligencia tecnológica. Barcelona: Emecom, 2006.

informação para geração de vantagem competitiva em empresas é a imprescindibilidade de lidar com diferentes metodologias de trabalho e diversas técnicas de análises, tanto quantitativas como qualitativas: técnicas bibliométricas, análise de redes sociais, análise SWOT, análise das cinco forças de Porter, cenários, jogos de guerra, dentre outras técnicas⁷⁵ utilizadas nos trabalhos de prospecção.

Entretanto, segundo a literatura, nem todos os bibliotecários que lidam com informações patentárias atuam no campo da análise desses documentos, mas sim, em sua maioria, na busca e disponibilização de documentos de patentes e no treinamento de usuários para o uso de bases⁷⁶ de patentes. Todos os estudos referenciados na presente seção foram produzidos por bibliotecários⁷⁷.

Para o entendimento do que é narrado por diversos bibliotecários estadunidenses na literatura referenciada na presente seção, é importante a contextualização que se segue: o Escritório Nacional de Marcas e Patentes dos Estados Unidos (USPTO, na sigla em inglês) criou em 1871 o Programa de Bibliotecas Depositórias de Marcas e Patentes (PTDLP, na sigla em inglês) para que as bibliotecas pudessem prestar assistência em pesquisas e dar acesso aos documentos de patentes e marcas por todo o país. Desde 1977, todos os estados do país dispõem de pelo menos uma biblioteca cadastrada no programa, somando-se um total de 86 bibliotecas entre acadêmicas e públicas. De acordo com Jenda (2011), desde a criação das PTDL, o USPTO promove encontros anuais para treinamento dos bibliotecários, com oficinas e seminários que incluem a participação

⁷⁵ Para conhecimento de algumas das diversas técnicas de monitoração e prospecção tecnológica, ver: ANTUNES, Adelaide Maria de Souza et al. Métodos de Prospecção Tecnológica, Inteligência Competitiva e Foresight: principais conceitos e técnicas. In: RIBEIRO, Núbia Moura (Org.). **Prospecção tecnológica**, v. 1. Salvador: PROFNIT, 2018. p. 19-109. Disponível em: <https://bit.ly/3fmsGOF> Acesso em 14 jun. 2020.

⁷⁶ Para uma lista de bases de patentes, ver: MEIER, John J. Patent searching for STEM researchers. **Issues in Science and Technology Librarianship**, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30G6UBB> Acesso em: 02 jun. 2020.

⁷⁷ No Brasil, são considerados bibliotecários os graduados em Biblioteconomia. Nos Estados Unidos e Canadá não existe Bacharelado em Biblioteconomia e para se tornar um bibliotecário é necessário cursar um Mestrado na área.

de funcionários do USPTO: examinadores de patentes, advogados de marcas, classificadores de patentes e outros especialistas da instituição, além mesmo de bibliotecários de outros países para troca de experiência.

Crawford (1999) narra que uma das bibliotecas do PTDL, a Biblioteca da Universidade Estadual do Oklahoma, nos Estados Unidos, passou por um momento de insegurança quando a IBM e o USPTO iniciaram a disponibilização de bases de dados de patentes na Internet. Isso afetou o serviço de referência e de disponibilização de patentes e marcas da biblioteca, uma vez que, apesar da consulta ser um serviço gratuito para o público universitário, era pago para o público externo e a disponibilização de documentos era cobrada a todos os públicos. Os bibliotecários tiveram seus serviços pagos afetados, sofrendo uma queda na arrecadação da instituição e tiveram de repensar como seus serviços poderiam continuar atraentes e valiosos para os usuários.

Buholte (2003) apresentou os serviços disponíveis na Biblioteca Nacional de Patentes e Tecnologia da Letônia. A biblioteca atua em conjunto com o Escritório Nacional de Patentes do país e funciona como um repositório de documentos de patentes. A biblioteca fornece exclusivamente informações técnicas e científicas a seus usuários, além de treinamento na busca eletrônica em bases de patentes.

A trajetória da Biblioteca de Marcas e Patentes na Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, é narrada por Grigg (2003). A biblioteca é a única do PTDL no Estado, portanto, atende a uma clientela diversificada e geograficamente dispersa. A autora elenca as competências esperadas do bibliotecário de patentes para além de todas as competências de um bibliotecário de referência: (a) capacidade de interlocução com especialistas de diferentes áreas tecnológicas, (b) capacidade de fornecer treinamento em busca de informações de patentes a outros bibliotecários, (c) capacidade de trabalhar com o corpo docente para integrar o uso de patentes nos currículos e (d) capacidade de realizar pesquisas conforme solicitadas pelo USPTO. Os bibliotecários

trabalham preenchendo as lacunas entre os usuários e os recursos de busca de informação, além de atuar para divulgar os benefícios do uso das informações contidas em patentes para professores e estudantes.

Os bibliotecários da Biblioteca da Universidade de Saskatchewan, nos Estados Unidos, desenvolveram um treinamento sistemático de uso de informações de patentes com base em conhecimentos básicos de patentes, técnicas básicas e avançadas de pesquisa nesses documentos, uso do sistema de classificação de patentes e a análise de padrões de citação, conforme narrado por Zhang (2009). Os bibliotecários dessa instituição analisaram todo o portfólio de patentes pertencente à Universidade. O autor ressalta que dentre os diversos estudos bibliométricos, a análise quantitativa de patentes é usada, principalmente, na perspectiva dos negócios, para identificar tecnologias essenciais, medir resultados de pesquisas e prever tendências industriais, fornecendo evidências para a tomada de decisões em políticas tecnológicas.

MacMillan e Thuna (2010) apresentaram estudo sobre o treinamento para a pesquisa em documentos de patentes para estudantes de graduação e pós-graduação de cursos de ciências naturais nas Universidades de Calgary e Toronto Mississauga, no Canadá. Os autores apontaram que noções preconcebidas sobre as dificuldades da busca de patentes e a especificidade da linguagem utilizada na redação das patentes aparecem como os principais motivos pelos quais os bibliotecários não as integraram nos treinamentos de usuários rotineiros. Ainda segundo os autores, a pesquisa de classificação de patentes representou um desafio contínuo para os usuários, pois eles tendem a preferir o uso de palavras-chave, que lhes é familiar. Incentivar os usuários a usar citações para rastrear os antecedentes e descendentes de uma patente é importante, pois reforça o uso de bibliografias e ferramentas de citação para expandir um conjunto de informações. Ressaltaram também que os treinamentos para a pesquisa de patentes não apenas aprimoram as habilidades dos alunos, mas

também os ajudam a aprender mais sobre as disciplinas que estão cursando.

A produção tecnológica de biodiesel foi analisada pelos bibliotecários brasileiros Maricato, Noronha e Fujino (2010) por meio de indicadores bibliométricos de patentes. Os autores investigaram a evolução do registro de patentes por organizações e indivíduos, assim como a classificação das invenções. No período pesquisado, foram identificadas 626 patentes no tema, sendo 74% de empresas, universidades e institutos de pesquisa. Do total de patentes recuperadas, em 10% há divisão de propriedades, ou seja, as empresas dividiram esforços no desenvolvimento. Entre as 170 patentes das organizações que mais patentearam no período, 83% está relacionada às tecnologias baseadas em química, ou seja, focados no desenvolvimento do combustível propriamente dito. Ainda segundo os autores, apesar da primeira patente brasileira ter sido registrada há mais de 30 anos, as tecnologias relacionadas à produção e uso do biodiesel são estudadas de modo mais intensivo somente há poucos anos, cabendo ainda muito espaço para pesquisa e desenvolvimentos.

Eichin (2010), bibliotecária de patentes na Petrobras, utilizou a análise de citações de patentes, método aplicado à teoria de mercado que pode indicar os desenvolvimentos tecnológicos importantes em determinada área, para estudar as patentes de titularidade da empresa concedidas pelo escritório de patentes dos Estados Unidos (USPTO) no período de 1976 a 2009. A análise do número de citações no conjunto de patentes analisado pela autora mostrou que 68% destas foram citadas, variando de uma patente com 158 citações até 45 patentes citadas apenas uma única vez. A patente da Petrobras mais citada tem a concorrente Shell como a titular de quase a totalidade das patentes citantes. Essa patente se refere a um processo para desobstrução de tubulações condutoras de fluidos viscosos, utilizando dispositivos elétricos para a geração de calor, combinados ou não com a injeção de fluidos especiais (EICHIN, 2010). A autora comentou que ao analisar o conteúdo das patentes da Shell que citam a patente da Petrobras, percebe-se a relação

existente entre os dispositivos elétricos desenvolvidos pela empresa para o aquecimento da formação, visando promover o escoamento do óleo, e a necessidade da Shell em aplicar tais dispositivos com o objetivo de viabilizar o processamento térmico do petróleo ou do carvão *in situ*.

Feng e Zhao (2015) contaram da mudança da atuação dos bibliotecários na Biblioteca da Universidade de Tecnologia de Nanjing, na China, depois que o governo chinês lançou um programa para o tratamento estratégico da propriedade intelectual no país. O programa trouxe grandes mudanças para a pesquisa chinesa, uma vez que estas passaram a contar obrigatoriamente com planos detalhados de gestão de propriedade intelectual. Os pesquisadores das universidades passaram a prestar mais atenção à inovação e expandiram sua missão de pesquisa e desenvolvimento à industrialização e comercialização. Tudo isso se refletiu nas atividades das bibliotecas acadêmicas, exigindo destas o fornecimento de novos serviços, além de novas competências de seus profissionais.

Segundo os autores, os bibliotecários envolvidos no tradicional serviço de referências, perceberam que, devido à falta de profundo conhecimento em um campo específico de tecnologia, eles não podiam tirar o máximo proveito de sua capacidade de busca, análise e gerenciamento de informações em bases de patentes. Logo, para auxiliar efetivamente os pesquisadores no uso dos documentos de patentes de maneira mais produtiva, satisfazendo suas necessidades de informação de forma oportuna e eficaz, os bibliotecários passaram a trabalhar em estreita colaboração com os pesquisadores e a participar de seus processos de pesquisas. Essa relação estreita do bibliotecário de patentes com a área tecnológica tratada nos estudos realizados por meio da utilização de informação patentária é primordial para determinar a qualidade do que é produzido e é fundamental ter em mente que o bibliotecário não necessita de uma nova formação universitária para ter o domínio de cada tecnologia estudada, mas sim a interlocução e a capacidade de trabalhar em conjunto.

Um estudo conduzido pela bibliotecária da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos, buscou na comparação entre teses defendidas nas áreas de Ciências, Tecnologias, Engenharia e Matemática e no patenteamento do conhecimento produzido por essas teses subsídios para instruir estudantes de pós-graduação e professores sobre as questões relacionadas ao processo de patenteamento. Os nomes de 620 autores que tiveram suas teses aprovadas em instituições estadunidenses no ano de 2008 foram utilizados para a recuperação de pedidos de patente na base de dados do USPTO. Os resumos das teses e as informações das patentes foram comparadas para a certificação de que a pesquisa estudada no curso era a mesma da invenção protegida. O estudo aponta que, quanto mais aplicada a disciplina, maior o percentual de teses que produzem pedidos de patente e maior a probabilidade de estas estarem prontas para patenteamento no momento de suas aprovações. Entretanto, quando analisada a proporção de solicitações por disciplina, considerando o total de teses que produziram pedidos de patente, as ciências básicas demonstraram maior taxa. Ademais, descobriu-se que os pedidos são protocolados imediatamente antes da defesa, informação relevante para justificativas de postergação de prazos para estas (BUTKOVICH, 2015).

O trabalho de alfabetização em informação patentária é relatado por Magid (2016), bibliotecária do Departamento de Engenharia da Universidade de Nova York, em sua filial nos Emirados Árabes Unidos. O currículo de Engenharia da instituição se concentra na invenção, inovação e empreendedorismo, ficando a cargo do bibliotecário apontar aos alunos as melhores fontes de informação e ensiná-los a usá-las (MAGID, 2016). A autora aponta a necessidade de se estudar detalhadamente a fonte a ser ensinada, uma vez que bases de patentes podem permitir buscas muito distintas das buscas em bases literárias, como, por exemplo, utilizar classificações e subclassificações. Segundo a autora, o processo de treinamento de pesquisas em bases de patentes deve ser contínuo e interativo, uma

vez que os estudantes retêm mais informações quando estão envolvidos no processo de aprendizagem.

Os bibliotecários da Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, após oferecerem completo treinamento sobre informações de patentes, investigaram como estudantes de engenharias e tecnologia se utilizaram de patentes no processo de criação de seus projetos. Os autores analisaram os trabalhos realizados na disciplina de Desenho Assistido por Computador e os resultados revelaram que os estudantes usaram patentes para averiguar a patenteabilidade de suas ideias, para explorar o estado da técnica de suas tecnologias, e para inspirar a solução criativa de problemas. Esses resultados têm implicações para o planejamento de alfabetização no uso de patentes e treinamentos, sugerindo abordagens alternativas em como os bibliotecários discutem informações de fontes patentárias (PHILLIPS; ZWICHY, 2017).

Almeida (2017), bibliotecária de patentes na Petrobras, analisou as tendências no patenteamento de brocas de perfuração de poços de petróleo, instrumento essencial à atividade de exploração e produção, e de custo extremamente elevado nessa indústria. A autora identificou que quatro empresas (Baker Hughes, Smith Internacional, Halliburton e Schlumberger) detém o maior número de tecnologias protegidas por patenteamento e que estas pouco patenteiam em cotitularidade, ou seja, não formam parcerias nos seus desenvolvimentos. O estudo também identificou que as tecnologias mais utilizadas nos reservatórios do pré-sal brasileiro são as brocas tri-cônicas, brocas impregnadas e brocas de diamante policristalino e que, de forma geral, os principais focos tecnológicos relacionados às brocas de perfuração são: equipamentos, elementos da broca, sensores, materiais e tipos de broca. A autora apresentou uma análise macro compreendendo as principais empresas que atuam no desenvolvimento desse tipo de tecnologia, as principais parcerias realizadas nesse segmento, os países de domínio tecnológico e de interesse na comercialização ou utilização da proteção de mercado.

Já Zwicky (2019), narra que, em sua experiência como bibliotecário de patentes, é muito importante enxergar além da patenteabilidade, além da tradicional utilidade dos documentos de patentes como ferramentas de pesquisa de mercado para empreendedores e de recursos técnicos para cientistas e engenheiros, vislumbrando-as como inspiração estética para *designers* e também como fontes primárias para historiadores. O autor afirma ainda que as patentes e a pesquisa de patentes têm um incrível potencial como ferramentas de ensino e pode ser parte integrante do papel do bibliotecário como professor e defensor da alfabetização da informação.

O conjunto de patentes concedidas a universidades públicas do sul do Brasil no mercado nacional foi estudado por Cativelli, Vianna e Pinto (2019) no que se refere às suas áreas do conhecimento. Os resultados reuniram 11 universidades públicas que obtiveram a concessão de 68 patentes. Os dados de Classificação Internacional de Patentes (IPC) foram cruzados com as áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde se destacaram a seção de Química e Metalurgia no IPC, com 25 registros, e as áreas de conhecimento Bioquímica, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e Química com maior volume de patentes, totalizando 24. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é proprietária do maior percentual de patentes, 16%, e 24% dos inventores com duas ou mais patentes têm formação em Química. Quando se analisa a utilização de patentes por bibliotecários brasileiros, percebe-se que os estudos bibliométricos são os que recebem a maior atenção desses profissionais. Cabe ressaltar que os campos de um documento de patente possibilitam os mais diversos cruzamentos de informações bibliográficas, possibilitando estudos muito ricos, incluindo a inferência de movimentos de futuro.

Hampton (2020) apresentou a história do Grupo de Usuários de Informação de Patentes (PIUG, na sigla em inglês), que foi fundado em 1988, nos Estados Unidos, para troca de experiências e

aprimoramento do trabalho com informações patentárias. A autora comenta a importância dos profissionais que se dedicam a essa fonte de informação tão importante para a inovação, uma vez que é capaz de avaliar a relevância atual e futura de tecnologias e mercados para orientar o gerenciamento de portfólio interno e o desenvolvimento de novos negócios. A autora aponta ainda que a pesquisa de patentes é desafiadora e gratificante, sendo um plano de carreira para acadêmicos e bibliotecários com conhecimento das ciências por trás das invenções e é uma habilidade essencial para aqueles que se preparam para carreiras nas áreas de Ciências e Tecnologia.

Santos e Moura (2020), bibliotecárias e acadêmicas brasileiras, apresentaram análise bibliométrica e de citação em documentos de patentes sobre células-tronco para caracterização da produção tecnológica sobre o tema. As patentes mais citadas, 181 no total, foram selecionadas para estudo e segundo as autoras, 80% destas pertencem a empresas com sede nos Estados Unidos e mais de 50% dos documentos estão classificados na área de Necessidades Humanas. O conhecimento utilizado como insumo para o desenvolvimento dessas 181 patentes foi o total de 6.970 patentes e 7.701 artigos científicos, mais uma vez corroborando os documentos de patentes como fonte de informação imprescindível à inovação e à compreensão do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

A literatura sobre bibliotecários que trabalham com patentes mostra um grande número desses profissionais envolvidos no treinamento de usuários para o acesso a esse tipo de informação (CRAWFORD, 1999; BUHOLTE, 2003; GRIGG, 2003; MACMILLAN; THUNA, 2010; JASZI et al., 2016; MAGID, 2016; PHILLIPS; ZWICHY, 2017; ZWICKY, 2019; HAMPTON, 2020).

Em uma pesquisa *online* realizada com esses profissionais, White (2008) reportou que mais de 50% dos bibliotecários relataram que o ensinamento sobre patentes era um componente formal ou informal dos currículos em cursos de engenharias e tecnologias de suas instituições e que mais de 40% desses bibliotecários oferecem cursos e oficinas para os estudantes. Segundo os dados da pesquisa, apenas 32% dos bibliotecários classificaram alertas de buscas como

muito importante. Isso pode indicar que os bibliotecários não têm envolvimento com a pesquisa realizada, ou seja, trata-se de um trabalho de busca e recuperação de informação e não um trabalho de análise, onde o bibliotecário é o consumidor da informação.

No Brasil, conforme analisado⁷⁸ na Plataforma Lattes, banco de currículos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a grande maioria dos profissionais graduados em Biblioteconomia e que em algum momento de suas carreiras trabalharam com o tema patentes o fez como trabalho de conclusão de curso, não prosseguindo nos estudos desse tipo de fonte de informação. Os profissionais que publicam⁷⁹ no tema são, em sua grande maioria, acadêmicos ou estudantes de pós-graduação e estes, conforme exemplificado pelas publicações citadas anteriormente na presente seção, estão envolvidos com a monitoração e prospecção de tecnologias se utilizando de patentes como insumo, ou seja, são os consumidores das informações contidas nos documentos de patentes.

Entretanto, algumas ressalvas merecem ser pontuadas. Muitos dos profissionais que atuam em equipes de prospecção e inteligência tecnológicas normalmente o fazem em empresas ou instituições privadas voltadas à pesquisa e desenvolvimento de inovações. Esses profissionais não têm incentivo para disponibilizar suas informações profissionais na Plataforma Lattes e além do mais, os dados de seus trabalhos do dia a dia são sigilosos. Esse é um fator que dificulta o

⁷⁸ Busca realizada na base de currículos da Plataforma Lattes, em 13 de junho de 2020, a partir do uso do MapComp – ferramenta proprietária da Petrobras. O termo patente foi utilizado como estratégia de busca no campo assunto, nas bases de doutores e demais pesquisadores, limitando-se aos pesquisadores nascidos no Brasil. Dos 4.310 currículos recuperados, foram considerados relevantes apenas os currículos de graduados em Biblioteconomia, e que tivessem alguma publicação no tema, não apenas algum treinamento como formação complementar, onde apenas 45 currículos atenderam a todas as restrições.

⁷⁹ Foram realizadas buscas por artigos nas bases *Web of Science* [TS=(patent*) AND WC=(Information Science & Library Science) AND CU=(Brazil)], *Elsevier* [TITLE-ABS-KEY (patent AND librar*)] e *Scielo* [patentes no campo assunto. Filtros: Brasil e subárea Ciência da Informação e Biblioteconomia]

conhecimento da atuação de bibliotecários de patentes e dos pormenores de seus trabalhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo apresentou o uso das informações contidas em documentos de patentes como um dos mais valiosos insumos para a geração de valor por meio da inovação. As análises de prospecção tecnológica permitem identificar quais são as empresas e instituições que investiram e investem esforços no desenvolvimento de tecnologias de interesse, apontando concorrentes, possíveis parceiros e estratégias de desenvolvimento destes, por intermédio da verificação das redes de relacionamento entre os desenvolvedores, tanto de instituições como de indivíduos. Os estudos que se utilizam de informações contidas em documentos de patentes são capazes de identificar a intensidade dos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento ao longo do tempo, mostrando sua evolução e grau de maturidade.

O uso desse tipo de informação é de grande utilidade para a promoção de inspiração a novos desenvolvimentos e, cada vez mais, tem sido reconhecido pelas empresas como forma de direcionar suas estratégias de inovação e seus investimentos. Foram também apresentadas algumas das características do documento de patentes, bem como algumas formas de uso das informações patentárias tanto para a gestão tecnológica quanto para a produção de pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos e geração de valor.

A necessidade da inclusão de diversas outras fontes de informação, além da patente, para a exaustividade do conhecimento sobre tecnologias é mais uma vantagem de se contar com profissionais bibliotecários em equipes de monitoração e prospecção tecnológicas. Conforme mencionado, a habilidade desse profissional nas formas de acesso à informação e no seu manejo o torna qualificado ao trabalho com patentes.

Foram apresentadas as diferentes atuações do bibliotecário lidando com documentos de patentes, onde se percebeu, no exterior, grande concentração em atividades de busca e disponibilização de

documentos, além de treinamento de usuários, e no Brasil, embora em muito menor número, o bibliotecário como consumidor da informação patentária para produção de análises.

Outro ponto percebido no presente estudo foi que a grande maioria dos profissionais que publicam no tema patentes não são oriundos de empresas, e sim da academia, e destes, um número pequeno tem a patente como fonte rotineira em seu trabalho. Predominantemente, são profissionais atuando na formação de outros profissionais.

Conforme anteriormente reportado, os profissionais que atuam em equipes de prospecção e inteligência tecnológicas voltadas ao desenvolvimento de inovações exercem essas atividades em empresas e não têm estímulo à divulgação de seus dados na Plataforma Lattes, além de terem grandes restrições à publicação de artigos, principalmente nos temas ligados ao mercado onde estão inseridos – temas estes que são os que melhor dominam em função da familiaridade diária.

A patente representa uma oportunidade para o bibliotecário, uma vez que, quando incorporada aos serviços de informação, identifica uma nova abordagem para esse profissional no apoio aos pesquisadores, estejam eles em empresas ou universidades, sobre o uso eficaz de documentos de patentes no processo de pesquisa. É essencial que, cada vez mais, os bibliotecários compreendam os documentos de patentes e sua utilidade para pesquisa e desenvolvimento.

Durante a execução do presente estudo, os principais desafios identificados para o fornecimento de serviços de informações sobre patentes em bibliotecas foram a falta de hábito com os documentos de patentes e a dificuldade de financiamento para a compra de *software* de análise de informações de patentes, necessários ao serviço de informações detalhadas sobre patentes.

Recomenda-se estudo investigativo onde os bibliotecários, principalmente os que estão lotados em empresas de base tecnológica, sejam entrevistados e questionados sobre seus conhecimentos a respeito de documentos de patentes e sobre a

aplicabilidade atual dessa fonte de informação em seu labor cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. S. **Prospecção tecnológica em brocas de perfuração de poços de petróleo**. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) – Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2017.

BAREGHEH, A.; ROWLEY, J.; SAMBROOK, S. Towards a multidisciplinary definition of innovation. **Management Decision**, v. 47, n. 8, p. 1323-1339, 2009.

BESSANT, J. et al. Managing innovation beyond the steady state. **Technovation**, v. 25, n. 12, p. 1366-1376, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.279 de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio 1996.

BUHOLTE, A. Resources and services at the Patent and Technology Library of Latvia. **World Patent Information**, v. 25, p. 71-73, 2003.

BUTKOVICH, N. J. Converting STEM doctoral dissertations into patent applications: a study of Chemistry, Physics, Mathematics, and Chemical Engineering dissertations from CIC institutions. **Issues in Science and Technology Librarianship**, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2YFBHfk>. Acesso em: 8 jun. 2020.

CATIVELLI, A. S.; VIANNA, W. B.; PINTO, A. L. Áreas do conhecimento em que as universidades do Sul do Brasil possuem patentes concedidas. **Em Questão**, v. 25, ed. 1, p. 111-132, 2019.

CHOI, J. et al. A novel approach to evaluating the business potential of intellectual properties: a machine learning-based predictive analysis of patent lifetime. **Computers & Industrial Engineering**, v. 145, 2020.

CLARKE, N. S. The basics of patent searching. **World Patent Information**, v. 54, p. S4-S10, 2018.

CRAWFORD, J. Obsolescence or opportunity? Patent & trademark librarians in the Internet age. **World Patent Information**, v. 21, p. 267-269, 1999.

EICHIN, A. C. N. **Análise do portfólio das patentes da PETROBRAS concedidas pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO)**. Rio

- de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) – Academia da Propriedade Intelectual e Inovação, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2010.
- ERNST, H. Patent information for strategic technology management. **World Patent Information**, v. 25, n. 3, p. 233-242, 2003.
- FEDERMAN, S. R. **Patentes: desvendando seus mistérios**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- FENG, J.; ZHAO, N. A new role of Chinese Academic Librarians: the development of embedded patent information services at Nanjing Technology University Library, China. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 41, p. 292-300, 2015.
- GARCIA, J. C. R. Patente gera patente? **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 213-223, 2006.
- GRIGG, K. S. The evolution of the Patent and Trademark Depository Library and the role of the Patent and Trademark Librarian in the Digital Age. *In*: AMERICAN SOCIETY FOR ENGINEERING EDUCATION ANUNUAL CONFERENCE & EXPOSITION, 2003, Nashville. **Proceedings...** Washington, DC: ELD/ASEE, 2003.
- GRZEGORCZYK, T. Managing intellectual property: strategies for patent holders. **Journal of High Technology Management Research**, v. 31, n. 1, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2AzGV43>. Acesso em: 6 jun. 2020.
- GULLO, L. M. G.; GUERRANTE, R. S. **Maiores depositantes de pedidos de patente no Brasil, com prioridade brasileira**. Rio de Janeiro: INPI, 2004.
- HAMPTON, B. J. PIUG: Patent Information Users Group, Inc.: a history of the International Society for Patent Information Professionals. **Journal of the Patent and Trademark Resource Center Association**, v. 30, n. 1, artigo 6, 2020.
- HUANG, L. et al. Four dimensional science and technology planning: a new approach based on bibliometrics and technology roadmapping, **Technological Forecasting & Social Change**, v. 81, p. 39-48, 2014.
- JASZI, P. et al. Copyright and intellectual property: what you need to know. **The Serials Librarian**, v. 70, p. 34-43, 2016.
- JENDA, C. A. Patent and Trademark Depository Libraries and the United States Patent and Trademark Office: a model for information dissemination. *In*: MILLER, W.; PELLEN, R. M. (Org.). **Libraries beyond their institutions: partnerships that work**. New York: Routledge, 2011.
- KLEIN, M. A. Secrecy, the patent puzzle and endogenous growth. **European Economic Review**, n. 126, p. 1-20, 2020.

- KUPFER, D.; TIGRE, P. B. Prospecção tecnológica. *In*: CARUSO, L. A. C.; TIGRE, P. B. (Coord.). **Modelo SENAI de Prospecção**: documento metodológico. Montevideo: Cinterfor/OIT, 2004. p. 17-35.
- LUCHENG, H.; YANHUA, Y.; ZHIHUA, Z. A study on the application of data mining in the patent information analysis for company. *In*: INTERNATIONAL WORKSHOP ON EDUCATION TECHNOLOGY AND COMPUTER SCIENCE, 2, 2010, Shanghai. **Proceedings...** Shanghai: IEEE, 2010. p. 618-622.
- MACMILLAN, D.; THUNA, M. Patents under the microscope: teaching patent searching to graduate and undergraduate students in the life sciences. **Reference Services Review**, v. 38, n. 3, p. 417-430, 2010.
- MAGID, A. The Road to Interactive Patent Searching at an American University in the UAE. *In*: IEEE GLOBAL ENGINEERING EDUCATION CONFERENCE (EDUCON), 2016, Abu Dhabi, UAE. **Proceedings...** Abu Dhabi: IEEE, 2016. p. 438-442. Disponível em: <https://bit.ly/3e0hVBq>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- MARICATO, J. M.; NORONHA, D. P.; FUJINO, A. Análise bibliométrica da produção tecnológica em biodiesel: contribuições para uma política em CT&I. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 89-107, 2010.
- MYBURGH, S. Competitive intelligence: bridging organizational boundaries. **The Information Management Journal**, v. 32, n. 2, p. 46-55, 2004.
- OECD. **The Oslo Manual**: proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data. Paris: OECD, 1997.
- PHILLIPS, M.; ZWICHY, D. Patent information use in engineering technology design: an analysis of student work. **Issues in Science and Technology Librarianship**, 2017.
- PIZARRO, D. C.; DAVOK, D. F. O papel do Bibliotecário na gestão da informação empresarial: uma pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 13, n. 1, p. 37-58, jan./jun., 2008.
- RADHAKRISHNAN, R.; BALASUBRAMANIAN, S. **Intellectual property rights: text and cases**. New Delhi: Excel Books, 2008.
- SANTOS, F. B.; MOURA, A. M. M. Patentes em células-tronco: suas principais características e análise de citação. **Em Questão**, v. 26, ed. 2, p. 32-57, 2020.
- SHIH, M. J.; LIU, D. R.; SHU, M. L. Discovering competitive intelligence by mining changes in patent trends. **Expert Systems with Applications**, v. 37, n. 4, p. 2882-2890, 2010.

WHITE, M. J. **Patent databases and Academic Engineering Librarians: a pilot survey**. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2UJL4cC>. Acesso em: 9 jun. 2020.

ZHANG, L. Developing a systematic patent search training program. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 35, n. 3, p. 260-266, 2009.

ZHANG, Y.; ZHANG, X. Patent growth and the long-run performance of VC-backed IPOs. **International Review of Economics and Finance**, v. 69, p. 33-47, 2020.

ZWICKY, D. Thoughts on patents and information literacy. **Journal of the Patent and Trademark Resource Center Association**, v. 29, n. 1, artigo 1, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/30DoiHb>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BIBLIOTECÁRIO DE DADOS

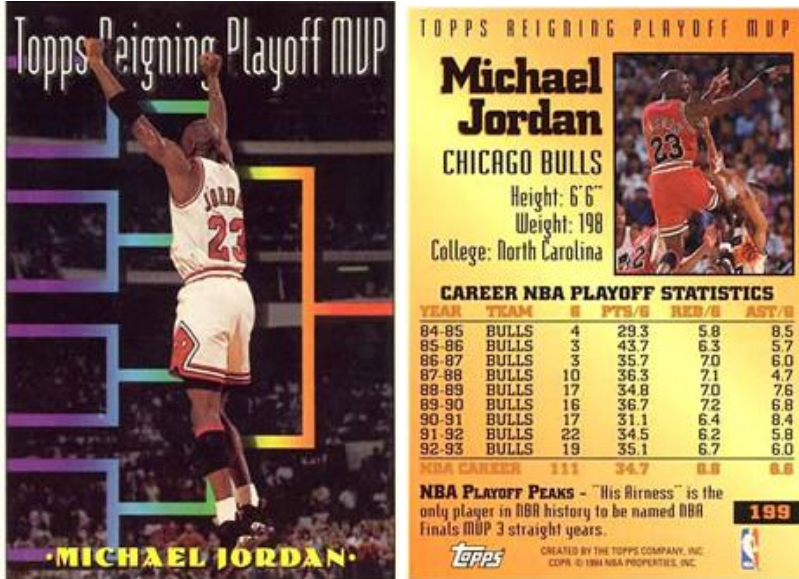
Rodrigo Calloni

Quando recebi o convite para participar dessa obra e escrever algumas palavras sobre o perfil do/a Bibliotecário/a de Dados no atual mercado de trabalho, imediatamente me recordei da disciplina “Representação Descritiva I” que cursei no segundo semestre da graduação em Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP no ano 2000. Então ministrada no período da manhã pelo professor Fernando Modesto (José Fernando Modesto da Silva), foi nessa disciplina que, pela primeira vez, pude trabalhar com a organização de metadados e base de dados, usando como ferramenta o nosso querido e saudoso Microsis (também conhecido como CDS/ISIS da Unesco)⁸⁰.

Como trabalho final para essa disciplina fomos orientados pelo professor a criar uma base de dados e descrever alguma peça de informação que tínhamos interesse. Sempre fui um amante de esportes e colecionava desde a adolescência cartões de estatísticas de jogadores da liga profissional de basquetebol masculino dos Estados Unidos (NBA). Os chamados *trading cards* traziam uma foto do atleta em uma das faces e estatísticas relevantes de performance do atleta na outra. A seguir, exemplos (Figura 1 e 2).

⁸⁰ Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/information-society/open-source-and-low-cost-technologies/information-processing-tools/cdsisis-database-software/>

Figura 1 e 2 – Topps Beignin Playoff MVP



TOPPS REIGNING PLAYOFF MVP

Michael Jordan
CHICAGO BULLS
 Height: 6'6"
 Weight: 198
 College: North Carolina

CAREER NBA PLAYOFF STATISTICS

YEAR	TEAM	G	PTS/G	REB/G	AST/G
84-85	BULLS	4	29.3	5.8	8.5
85-86	BULLS	3	43.7	6.3	5.7
86-87	BULLS	3	35.7	7.0	6.0
87-88	BULLS	10	36.3	7.1	4.7
88-89	BULLS	17	34.8	7.0	7.6
89-90	BULLS	16	36.7	7.2	6.8
90-91	BULLS	17	31.1	6.4	8.4
91-92	BULLS	22	34.5	6.2	5.8
92-93	BULLS	19	35.1	6.7	6.0
NBA CAREER		111	34.7	6.8	

NBA PLAYOFF PEAKS - "His Airness" is the only player in NBA history to be named NBA Finals MVP 3 straight years. **199**

TOPPS CREATED BY THE TOPPS COMPANY, INC. © 1994 NBA PROPERTIES, INC.

Fonte: <https://www.tradingcarddb.com/ViewCard.cfm/sid/2177/cid/675469/1993-94-Topps-199-Michael-Jordan?PageIndex=1>

Mal percebia que lá no ano 2000 eu já estava lidando com... dados! Tanto dados descritivos (nome, altura, peso, Universidade, temporada, time), dados quantitativos (média de pontos, rebotes, assistências) e também algo que hoje chamamos de “*insight*”⁸¹, que posso descrever como uma descoberta importante que a análise e comunicação dos dados nos pode ajudar a entender de maneira rápida (no caso acima, que Michael Jordan é o único jogador da história a ser eleito Mais Valioso – MVP – em três finais seguidas).

Quando entreguei o trabalho final, ele consistia de uma base de dados com mais de 100 jogadores com esses detalhes disponíveis, permitindo por exemplo fazer buscas pelo nome do atleta usando o índice invertido que possui o Microslis. O foco da disciplina, como o

⁸¹ Se você não tem tempo para analisar os dados e tirar conclusões, o “*insight*” é aquele pedaço valioso de conhecimento que você pode adquirir a partir desses dados.

nome diz, era na descrição de recursos de informação e nós, alunos, estávamos iniciando a jornada pelas regras de catalogação (AACR2⁸²). 20 anos depois, percebo que essa disciplina foi o primeiro passo no desenvolvimento de habilidades que são fundamentais para o/a Bibliotecário/a de Dados e que podem lhe posicionar estrategicamente em seu futuro profissional como um agregador de valor para seus empregadores e para a sociedade como um todo.

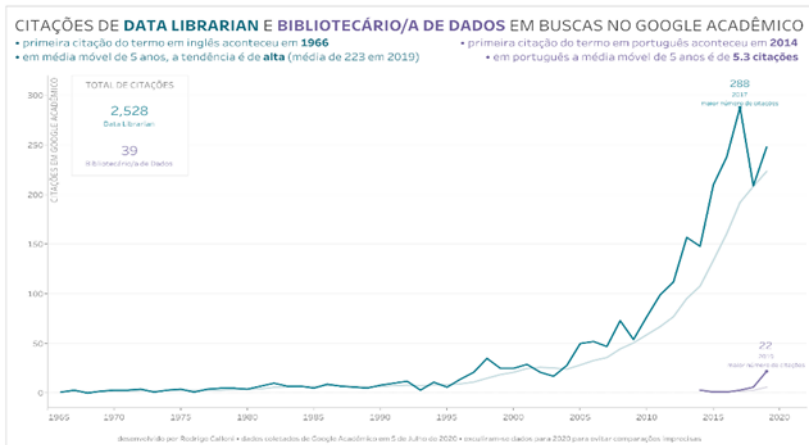
Voltando ao presente de 2020. Estou vivendo fora do Brasil há mais de 12 anos e estou afastado da vida acadêmica desde 2003 (ano de minha formatura na graduação da ECA/USP). Então, tive que recordar as boas práticas científicas, começando por revisar a literatura, para entender um pouco melhor em que momento estamos em termos da definição sobre o que é, e possivelmente o que faz um/a Bibliotecário/a de Dados.

Iniciei o processo fazendo uma rápida coleta de dados sobre a quantidade de citações para os termos “*data librarian*” e “bibliotecário/a de dados” disponíveis na coleção do *Google Acadêmico*⁸³. No gráfico a seguir (Figura 3), mostro como a frequência do uso do termo em inglês na literatura acadêmica indexada no Google Acadêmico se intensifica na última década (2010-2019).

⁸² https://en.wikipedia.org/wiki/Anglo-American_Cataloguing_Rules

⁸³ <https://scholar.google.com/>

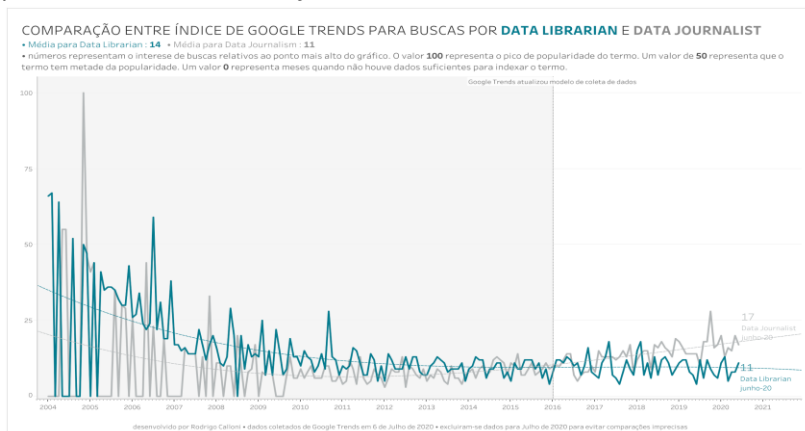
Figura 3 – Citações de “*data librarian*” e “*Bibliotecário/a de dados*” em buscas no Google Acadêmico.



Fonte: <https://public.tableau.com/profile/calloni#!/vizhome/Citacoes-de-Data-Librarian-e-Bibliotecario-de-Dados-em-Buscas-no-Google-Academico/Citacoes-de-Data-Librarian-e-Bibliotecario-de-Dados-em-Buscas-no-Google-Academico>

No Brasil, o termo surge em 2014 e aparenta estar em franca ascendência, apesar da pouca quantidade de dados ainda não permitir uma análise mais precisa dessa tendência. Um problema que existe nessa análise é a falta de contexto de como esses dados se comparam frente a demais profissões que possuem perfil similar. Em outras palavras, a pergunta “as quase 2.600 citações representam uma quantidade alta/baixa de citações?” não possui resposta definitiva. Contexto é fundamental para um processo crítico de análise de dados; senso crítico é uma habilidade fundamental para quem trabalha com dados, informação e conhecimento, ainda mais nos dias atuais. Por isso, fui atrás de outra fonte de dados para comparar o interesse no termo “*data librarian*” em comparação com outro perfil profissional ligado à área de dados: “*data journalist*”. Para isso, usei a ferramenta *Google Trends* e comparei o nível de interesse de esses dois perfis desde 2014. O gráfico abaixo mostra os resultados da comparação (Figura 4).

Figura 4 – Comparação entre índice do *Google Trends* para buscas por *data librarian* e *data journalist*.



Fonte: <https://trends.google.com>

O que se pode notar pelas tendências mensais é que ambas as buscas seguem com similar interesse no período estudado (nota: *Google Trends* iniciou a coletar dados em 2004, mudando seu critério em 2016). A média histórica do índice de interesse para *Data Librarian* (14) é maior que para *Data Journalist* (11). Porém, quando se analisa a curva das tendências, observa-se que *Data Journalist* está em leve tendência de alta enquanto a curva de interesse para *Data Librarian* se aplainou.

Quando olhamos as duas linhas temporais (*Google Acadêmico* e *Google Trends*), podemos observar que no meio acadêmico há um crescimento constante de estudos que visam traçar o perfil desse novo segmento da área de Biblioteconomia, enquanto que o interesse de buscas públicas sobre esse perfil de profissional está estagnado quando comparado com um perfil de características similares.

Agora, por que toda essa introdução para esse capítulo de definição sobre o perfil do/a Bibliotecário/a de Dados? O ponto é justamente demonstrar que podemos entender muitos de nossas tarefas profissionais cotidianas como desafios que contam com um

componente de dados importante. Tanto na minha experiência acadêmica de 2000, como na tarefa de escrever esse capítulo, procurei atacá-los como processos que necessitam de dados para conseguir chegar a um entendimento do tema. Vejo que isso se torna uma realidade para muitas profissões (Bibliotecário/a de Dados; jornalista de dados, entre outras) e o/a bibliotecário/a tem em seu perfil muitas habilidades para se posicionar de maneira estratégica e adicionar valor a seus empregadores e para a sociedade civil como um todo.

Dessa forma, quando revejo as definições sobre o perfil do/a Bibliotecário/a de Dados que encontro na literatura, tenho um pouco de receio que podemos estar perdendo uma grande oportunidade de pensar esse perfil profissional com um pouco mais de ambição. Por exemplo, encontrei na literatura essa definição de 2008 de Swan e Brown: “Bibliotecário/a de Dados são pessoas que se originam da comunidade bibliotecária, treinados e especializados na curadoria, preservação e arquivamento de dados” (SWAN; BROWN, 2008 apud OHAJI; CHAWNER; YOONG, 2019, tradução livre):

Uma segunda definição, que se alinha com a de Swan e Brown por ser restritiva, está no *site Australian National Data Service*:

Bibliotecário/a de Dados são profissionais bibliotecários comprometidos em gerenciar dados de pesquisa, utilizando dados de pesquisa como uma fonte, ou apoiando pesquisadores nessas atividades (ANDS, 2018, tradução livre).

As limitações que vejo nessas duas definições estão relacionadas ao encurralarem o/a bibliotecário/a a um perfil profissional reativo e não proativo. Não é mais ideal que esperemos os dados sejam produzidos para daí então fazer sua curadoria e preservação. Também não é estratégico que sejamos lembrados apenas para o tratamento de dados de pesquisa (e, muitas vezes, apenas de pesquisas acadêmicas) numa era em que a maioria das organizações mundiais (incluindo as governamentais) são empresas

que fundamentam seu modelo de negócio na geração, gerenciamento e entendimento dos dados.

Em meus sonhos de mundo ideal, vislumbro que o perfil do Bibliotecário/a de Dados ande de mãos dadas com os objetivos de suas instituições e de seus pesquisadores para que esses profissionais sejam parte importante do desenvolvimento de negócios/atividades/aplicações/pesquisas que envolvam a coleta, armazenamento, curadoria, análise, comunicação e preservação de dados. É fundamental para os parceiros do/a Bibliotecário/a de Dados que seus dados possam ser consumíveis, analisáveis e que, fundamentalmente, adicionem valor a seus negócios e/ou investigações, cumprindo seu valor estratégico e social. Traçar processos para que os dados sejam capturados e armazenados para que atinjam esses fins é uma função chave em que podemos e devemos estar.

Por fim, a definição que encontrei que encaminha o perfil profissional para esse tipo de necessidade está exposta no site do CRB8 e foi publicada como um presente a todos nós bibliotecário/as na comemoração do dia 12 de março, data que celebramos o Dia do/a Bibliotecário/a no Brasil. Elaborada por Francisco Tadeu Foz⁸⁴ em formato de infografia (que para mim ganha inúmeros pontos extras; Figura 5), essa definição informa os aspectos pessoais e técnicos básicos para o sucesso do/a bibliotecário/a de dados, tanto no mundo empresarial, como um facilitador no entendimento de dados por parte da sociedade em geral:

⁸⁴ <https://www.linkedin.com/in/francisco-tadeu-foz-25691196/>

Figura 5 – Bibliotecário de dados.

BIBLIOTECÁRIO DE DADOS

CONHECIMENTOS E HABILIDADES ^{1 2}

por Francisco Tadeu G. O. Foz

INTERPESSOAIS

- Alta capacidade de comunicação formal, como a redação de documentação técnica, estudos de caso.
- Capacidade de adaptação a mudanças.
- Vontade de aprender constantemente: 'ser curioso'.
- Saber onde aprender, mantendo-se atualizado.
- Reconhecer a importância de admitir 'saber o que você não sabe'.

CONHECIMENTO CONTEXTUAL SOBRE AMBIENTES INSTITUCIONAIS

- Ter conhecimento sobre as práticas da investigação científica na instituição.
- Compreender os métodos, os processos, a ética e a comunicação da ciência, além das políticas de direito autoral, propriedade intelectual e licenciamento.

USO DE DADOS

- Compreender os tipos de dados.
- Ter conhecimento na aplicação de metadados, utilizando coletas, padrões, mapeamento, catalogação e ontologias (Dublin Core, Darwin Core, RDF, DIF, ANZLIC, RIF-CS).
- Compreender assuntos relacionadas à experiência de usuário, interfaces da web e interfaces gráficas de usuário.
- Ter conhecimento sobre DOI e preservação de dados digitais.

CONHECIMENTOS SOBRE TECNOLOGIAS DE MANIPULAÇÃO DE DADOS

- Ter conhecimento em linguagens de programação (Python, R, SQL, Java, XML).
- Saber estruturar bases de dados e minerar dados.
- Saber utilizar métodos estatísticos para análise de dados.
- Conhecer e manusear ferramentas de visualização de dados, processamento de linguagem natural, IoT e Big Data.

BIBLIOTECÁRIO DE DADOS

Este profissional não somente terá habilidades de gestão, curadoria, visualização, análise e referência de dados, mas também deverá promover a implementação dos serviços da biblioteca, desenvolvendo melhores meios de uso estratégico da informação para os usuários.

REFERÊNCIAS

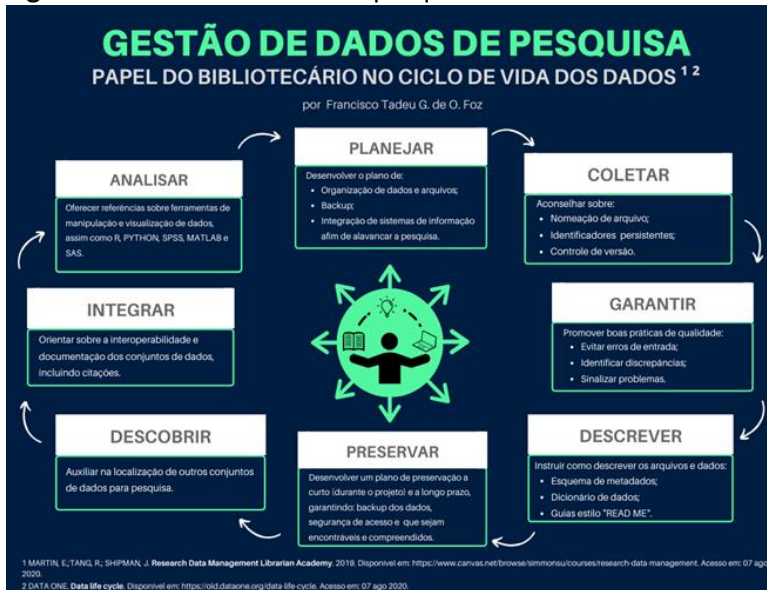
1 SEMELER, A.R.; PINTO, A.L. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioeconomia de dados. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 113-129, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4461/4102>. Acesso em: 07 mar. 2020.

2 KENNAN, M. Data management: Knowledge and skills required in research, scientific and technical organizations. In: *IFLA WLIC*, 2016. Disponível em: <http://library.ifla.org/4466/1/221-kennan-en.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

Fonte: <http://www.crb8.org.br/bibliotecario-de-dados-conhecimentos-e-habilidades/>

Para complementar essa definição do perfil, Tadeu também nos brinda com uma visão atual do papel do/a Bibliotecário/a de Dados em todo o ciclo de vida dos dados, desde de sua geração até sua preservação e possível descarte. Outra vez em formato visual, Tadeu resume as principais atividades em que o/a Bibliotecário/a de Dados pode adicionar valor nesse processo (Figura 6).

Figura 6 – Gestão de dados de pesquisa.



Fonte: Francisco Tadeu G. de O. Foz.

E peço agora ao próprio Tadeu que possa expandir sobre o resumo acima. Fiquei muito honrado e feliz ao receber o convite para contribuir com esta obra com minhas infografias, pois é um tema no qual me apaixonei e venho me especializando.

Este ciclo de dados foi descrito pelo curso da RDLMA⁸⁵ (*Research Data Management Librarian Academy*), no qual é um programa gratuito e *online* para bibliotecários e profissionais que

⁸⁵ <https://www.canvas.net/browse/simmonsu/courses/research-data-management>

trabalham com muitos dados. Há diversos modelos de ciclo de dados, mas o modelo adotado por eles em seu curso foi o da *Data One*⁸⁶, no qual é formado por oito etapas:

1. **Planejar:** a principal etapa do ciclo, pois aqui serão traçados quais dados serão coletados e utilizados no processo, como serão armazenados, acessados, organizados e compartilhados, incluindo as implicações e documentações éticas e legais do tema. O papel do/a Bibliotecário/a de Dados é desenvolver este plano de gestão de dados junto com os pesquisadores para gerir e integrar este sistema a fim de promover o uso efetivo da informação.
2. **Coletar:** etapa de geração de dados, no qual o/a Bibliotecário/a de Dados deve aconselhar os pesquisadores em como organizar estes dados nos arquivos, orientar sobre os benefícios de identificadores persistentes para conjuntos de dados (*datasets*) e no controle do versionamento, promovendo a organização desde a origem dos dados.
3. **Garantir:** processo de garantia de qualidade sobre os dados coletados, verificando valores fora do padrão e erros de entrada. O/a profissional da informação dará o suporte necessário para que ocorra toda a documentação e organização deste processo.
4. **Descrever:** etapa de descrição objetiva dos dados, para que eles sejam entendidos por terceiros e até pelos próprios pesquisadores no futuro. O papel do/a Bibliotecário de Dados será de aconselhar os pesquisadores em como descrever estes conjuntos de dados e pastas eficientemente, desenvolvendo esquemas de metadados, guias no estilo “Leia-me” (descrevendo todos os aspectos, desde autores e datas até ferramentas

⁸⁶ <https://old.dataone.org/data-life-cycle#:~:text=The%20DataONE%20data%20life%20cycle%20has%20eight%20components%3A,placed%20a%20into%20digital%20form>

e métodos de coleta) e dicionários de dados (orientando sobre as características e variáveis específicas).

5. **Preservar:** etapa fundamental para a integridade dos dados. Deve-se tomar medidas a curto (durante o projeto) e longo prazo (após a conclusão), tendo como referência três aspectos: *backup*, segurança e a encontrabilidade. Os Bibliotecários de Dados podem auxiliar desenvolvendo procedimentos a serem seguidos, envolvendo formas de descrição, arquivamento, técnicas de segurança e usabilidade de arquivos.
6. **Descobrir:** é a etapa em que se abre a possibilidade de encontrar outros conjuntos de dados que possam auxiliar na pesquisa, tanto como fator comparativo ou como agregação. O profissional da informação poderá orientar em quais repositórios de dados buscar (como o *Zenodo*, *FigShare*, *Dryad*, *Re3data*, *Mendeley data*, *Kaggle*, *Data.World* etc.), assim como orientar sob todos os aspectos éticos que isso inclui.
7. **Integrar:** processo de integração dos conjuntos de dados que foram produzidos e descobertos, com todos os procedimentos documentados. O/a Bibliotecário/a de Dados irá instruir sobre as melhores práticas de citação e a compatibilidade entre os metadados, documentando no plano, garantindo assim a interoperabilidade entre os mesmos.
8. **Analisar:** ao coletar e/ou descobrir conjuntos de dados, eles passarão por processos de modelagem, transformação e visualização, para que sejam analisados. Este processo também deverá ser documentado, através de fluxogramas e/ou *scripts* de programação completos. O/a Bibliotecário/a de Dados oferecerá referências sobre ferramentas de manipulação e visualização de dados, como o R, Python, SPSS, MATLAB, Tableau, Qlik, PowerBI, Infogram, Flourish, SAS entre outras.

No ciclo de vida dos dados não necessariamente é obrigatório existirem todas as etapas, nem seguirem esta ordem linear. Cada projeto terá características específicas, o ciclo é uma estrutura norteadora.

O papel do/a Bibliotecário/a de Dados é essencial para que haja um uso efetivo da informação (neste caso, codificada em conjuntos de dados) pelas organizações, no processo de busca por soluções de problemas. Diminuir incertezas através do fornecimento de informações organizadas e contextualizadas é uma aptidão muito valiosa que a biblioteconomia tem a oferecer a sociedade.

2 BIBLIOTECÁRIO/A DE DADOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE

Para entender a importância do/a Bibliotecário/a de Dados para nosso contexto social é preciso estudar e compreender o conceito de *data literacy*, cuja tradução mais próxima que consigo chegar é **letramento de dados**. E lá vou eu de novo atrás de dados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, o país possuía 11,3 milhões de pessoas analfabetas acima de 15 anos de idade. Isso representa 6,8% da população para essa faixa etária⁸⁷. Porém, quando olhamos a taxa para outro indicador (analfabetismo funcional), em 2018, o Índice Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF⁸⁸) detectou que cerca de 30% dos brasileiros de idade entre 16 e 64 anos não são capazes de interpretar um texto que acabaram de ler (Figura 7).

⁸⁷ <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/taxa-de-analfabeti-smo-no-brasil/>

⁸⁸ https://especiais.gazetadopovo.com.br/wp-content/uploads/sites/19/2019/03/24082711/Inaf2018_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf

Figura 7 – Três a cada dez brasileiros são considerados **analfabetos funcionais**.



Fonte: INAF (2018).

Se esses já são números alarmantes (sim, três a cada 10 brasileiros não sabe interpretar o que acabou de ler) agora vamos refletir: qual seria a quantidade de brasileiros que saberiam interpretar a quantidade massiva de dados que agora chegam até nós por todas as partes? Eu ousaria a especular que esse número seria próximo ou inferior a 1. Sim, um a cada 10 brasileiros não sabem ler ou compreender dados.

Pode ficar pior? Sim, pode! Com o processo crescente de geração de dados por meio de dispositivos portáteis (celulares, *smartphones*, etc.), saberiam os brasileiros como tomar medidas que possam resguardar sua privacidade e segurança ao fornecer seus dados de maneira gratuita aos sedutores aplicativos aos quais temos acesso hoje? Temos ideia que toda imensidão de dados que geramos em uma rede social virtual, em uma conversa no grupo familiar no telefone, estão sim sendo monitorados e possivelmente vendidos para empresas que os usam para agressivas campanhas de *marketing*? Entendemos que essas campanhas de *marketing* acabam por bombardear as pessoas (e até nós mesmos) com ofertas e anúncios para aguçar seu desejo de consumir? E, por fim, temos a capacidade de analisar os riscos quando nossos dados são usados (sem nossa devida permissão) em campanhas políticas a fim de influenciar as pessoas de nosso meio familiar/social a decidir por candidato A, muitas vezes, a partir de notícias falsas que servem como meio para reafirmar certas convicções e pensamentos que compartilhamos de maneira privada nessas mesmas redes?

Todos esses são exemplos em que o indivíduo que não possui letramento de dados acaba se tornando refém do sistema para o qual

ele/a é peça fundamental. Ao fornecer seus dados de maneira gratuita, o cidadão (que podemos agora denominar cidadão digital) se coloca em posição de fragilidade em relação às grandes corporações que usam os dados como seu maior capital.

Ah, você leitor pode argumentar que agora os cidadãos possuem mais acesso aos dados também; veja como são populares os portais de dados abertos disponíveis em vários países e idiomas. Os dados estão sendo democratizados, o mundo nunca foi tão transparente em relação à disponibilidade de dados, certo? Bem... eu pediria que tenhamos muita calma nessa hora. Se temos um problema no letramento de dados, se pouquíssimos privilegiados brasileiros possuem a capacidade de coletar, armazenar, analisar, compreender os dados, sinto em dizer que toda essa quantidade de dados disponíveis tem servido para aumentar (e não reduzir) a distância social e econômica entre aqueles que sabem para aqueles que não sabem lidar com dados.

E como fazemos para tentar equilibrar essa complicada balança e trazer um pouco mais de equidade de conhecimento sobre dados para nossa sociedade? É uma tarefa árdua, mas o/a profissional com perfil de Bibliotecário/a de Dados tem algumas ferramentas em suas mãos para facilitar tanto o entendimento sobre os riscos de segurança no compartilhamento de dados, como na comunicação de dados para que esses possam atingir uma parcela maior de nossa população, finalmente os democratizando.

O primeiro desafio de capacitar o cidadão digital sobre a segurança no gerenciamento de seus dados é uma tarefa que pode estar presente em cada biblioteca pública ou comunitária (e até nas acadêmicas e corporativas). Por meio de campanhas de conscientização dos benefícios, responsabilidades, direitos e riscos que passamos a ter ao nos tornarmos entidades digitais é possível desenvolver o senso crítico necessário para que as pessoas passem a questionar o tipo de dado que compartilham *online*, além de apontar quais dados podem ser usados para prejudicar a pessoa tanto financeiramente como colocar em risco sua identidade e privacidade.

Já sobre o segundo desafio de comunicação dos dados, vejo uma oportunidade de ouro nas mãos do/a Bibliotecário/ de Dados. Uma forma poderosa de comunicar dados para audiências que não são letradas nessa área é pelo meio de visualização de dados. Foi por esse caminho que justamente migrei do perfil de Bibliotecário/a de Sistemas para Bibliotecário/a de Dados, e por esse tema cresci uma profunda paixão.

Com o uso de metodologias que fazem uso das nossas capacidades visuais, o processo de visualização de dados é muito mais do que apenas converter uma planilha de dados em uma representação gráfica dos mesmos. Pelo contrário, é fundamental para qualquer indivíduo que deseja comunicar algo usando esse tipo de representação saber que através de decisões práticas, podemos fazer nossos olhos literalmente olharem para onde mais importa, para onde está a informação que vai fazer a diferença na tomada de decisão da pessoa, seja no ambiente de negócios, seja na nossa vida em sociedade. Uma excelente metodologia de comunicação de dados e introdução a esse novo mundo pode ser encontrada em **Storytelling com dados**: um guia sobre visualização de dados para profissionais de negócio⁸⁹, de autoria de Cole Nussbaumer Knaflic⁹⁰. Não se perca pelo título, nesse livro Cole explica e exemplifica estratégias que podem ser aplicadas em qualquer ferramenta de visualização de dados para que se possam transmitir dados de maneira eficiente a quaisquer audiências.

Eu vejo que esse é um atalho que podemos tomar para diminuir essa distância entre os letrados e não letrados em dados. E como uma boa parcela de bibliotecários/as possui capacidade e habilidade de comunicar e contar histórias, vejo um caminho natural poder contar outras histórias para a sociedade, histórias que são baseadas em dados para que todos possam entender melhor os desafios do dia a dia sem precisar para isso destrinchar milhares de pontos de dados para que esses façam sentido.

⁸⁹ <https://www.amazon.com.br/Storytelling-com-Dados-Visualiza%C3%A7%C3%A3o-Profissionais/dp/8550804681>

⁹⁰ <http://www.storytellingwithdata.com/>

3 ANÁLISE CRÍTICA

Pela narrativa que tenho proposto nesse capítulo, penso que já foi possível notar um tom crítico sobre alguns aspectos que definem o perfil do/a Bibliotecário/a de Dados e como esse perfil pode ter um papel importante na redução de inequidades existentes entre os poucos que possuem habilidades de entender e usar dados em seu cotidiano e aqueles milhões que estão alijados dessas oportunidades por viverem sem o necessário letramento de dados.

O aspecto que gostaria de aprofundar nesse fechamento é apresentar uma visão crítica sobre a formação necessária para que estudantes das escolas de biblioteconomia e ciência de informação possam se capacitar para seguir uma caminhada profissional que lhes permitam atuar com projetos/atividades que têm em seu foco os dados. Uma primeira habilidade que é fundamental para os estudantes é aprimorar o seu conhecimento no idioma Inglês. Isso se deve pelo simples fato que a maioria da literatura e desenvolvimento da área de dados acontece nesse idioma. Saber ao menos ler em inglês é fundamental para que o estudante possa se inserir no diálogo corrente das comunidades de dados e criar relacionamentos (muitas vezes de amizade) com seus pares ao redor do mundo. No meu contexto profissional, vivendo nos Estados Unidos há mais de uma década, já vivi situações em que candidatos a integrar equipes que participava não passaram à frente no processo por ter pouco ou quase nenhum inglês entre suas habilidades.

Mas como fazer para se expor mais a um idioma completamente diferente do português vivendo, estudando e trabalhando para seu sustento no Brasil? Realmente, essa é uma pergunta que podemos refletir e pensar soluções muito complexas como mudar o currículo escolar (desde ensino básico, médio e até universitário), capacitar docentes para melhor orientar estudantes no uso do idioma, etc. A minha melhor dica para quem procura melhorar qualquer habilidade (pessoal ou técnica) na era atual é, aprimore sua capacidade de fazer buscas pela Internet. E aqui a boa notícia, bibliotecário/as são conhecidos por serem ávidos buscadores e capazes de encontrar aquela informação que seus usuários

precisam. Então, façam o mesmo para seu próprio benefício, usem a boa Internet para se capacitar para a sociedade que vivemos. Por exemplo, fiz uma busca rápida no YouTube por “cursos de inglês Brasil” e o canal “*English in Brazil by Carina Fragozo*⁹¹” tem conteúdo dinâmico e divertido (porque a vida pode ser divertida, certo?) e bem útil para começar a se acostumar com o idioma em si. Para estudantes e profissionais que se consideram mais iniciantes nesse idioma, uma busca por “inglês para iniciantes” no mesmo YouTube vai localizar um canal bem didático “*ABC Fluent*⁹²” que conta com módulos para vários níveis de conhecimento do idioma.

Dica: não se preocupe com a qualidade dos cursos se esses forem “de graça” em plataformas como YouTube. Os autores (*youtubers*) têm sua remuneração a partir da quantidade de visualizações que seus canais alcançam. Então, por isso se preocupam em gerar conteúdos bons para que mais pessoas os assistam. Quanto mais dados os *youtubers* gerarem pro YouTube, mais dinheiro no bolso deles (YouTube e autores).

Uma maneira de praticar o inglês (prática leva à perfeição) é se registrar na *Research Data Management Librarian Academy*⁹³ (RDMLA) já aqui citada. Essa academia oferece um curso grátis e bem atualizado sobre muitos aspectos da área de dados e ferramentas disponíveis que podem auxiliar o/a profissional a iniciar o processo de modelagem de seu perfil. Eu sugeriria aos responsáveis por esse curso que retirassem o “*Research*” do seu nome para (repito) não encurrular o/a bibliotecário/a apenas à área de pesquisa, uma vez que a área de atuação pode ser muito mais ampla.

Agora que temos maneiras práticas de melhorar uma habilidade básica para o sucesso do/a Bibliotecário/a de Dados, vou abordar as habilidades técnicas que possui o/a Bibliotecário/a e como essas podem ser alinhadas às necessidades de negócio relacionadas com dados. Para isso, proponho o cenário a seguir que

⁹¹ <https://www.youtube.com/channel/UCcNm9fM9V5wf-0PZVmkM08g>

⁹² <https://www.youtube.com/c/ABCFluent>

⁹³ <https://rdmla.github.io/>

acontece muito frequentemente quando se executam projetos que têm entre seus objetivos a captação de dados.

Imaginemos que a empresa “RC Massas” pretende lançar uma página na Internet para promover seu negócio de venda de Lasanhas Customizadas (nota: lasanha é minha comida favorita). O processo natural é que a página seja lançada e, alguns dias depois, surge a primeira pergunta de negócio: **como está a performance de visitas da nossa página?** Na maioria dos cenários, essa resposta virá de plataformas *online* que fazem a captação do consumo e visitação da página, muito frequentemente por meio da ferramenta *Google Analytics*⁹⁴. Porém, nesse caso o desenvolvedor da página não foi orientado a fazer uma boa descrição da página, definindo *links/URLs (uniform resource locators)* sem uma estrutura semântica consistente (<http://www.rc-massas.com.br/pagina1.html> e também esquecendo de caprichar no título da página, descrevendo na meta-tag <title> apenas “Página 1”. Considerando que o desenvolvedor adicionou o código que permite o monitoramento da página pelo *Google Analytics*, será possível responder a pergunta de negócio e contar o número de visitantes da nossa página, porém a baixa qualidade na descrição da página vai prejudicar tanto o monitoramento futuro da página, como também sua capacidade de aparecer em boa posição em mecanismos de busca da Internet (*Google, Bing, Yahoo* etc.). É justamente aí que o perfil do/a bibliotecário/a pode e deve fazer a diferença. E veja que não foco apenas no/a Bibliotecário/a de Dados, qualquer perfil profissional que esteja ligado à área de descrição documental pode ser um agente para elevar o nível de qualidade dos dados que produzimos digitalmente, seja no âmbito empresarial, como no âmbito social. Empresas e organizações civis que não fazem uso de bibliotecário/as quando da criação de seus produtos digitais, perdem uma oportunidade de ouro de começar o processo de coleta de dados com uma qualidade que vai (1) facilitar toda a vida útil desse dado em sua organização e (2) economizar muito no investimento necessário para

⁹⁴ <https://analytics.google.com/>

“limpar” esses dados depois que foram coletados com baixa qualidade.

Continuemos observando o mesmo cenário. Em algum momento a parte de metadados das páginas desse site vai melhorar. “Página 1” vai passar a se chamar “RC Massas – Receitas Artesanais” e a URL da página principal vai se tornar apenas “https://www.rc-massas.com.br”. Porém, não existe a possibilidade de ajustar os dados depois de eles estarem capturados pelo *Google Analytics*. No momento em que se fez o ajuste para melhorar a qualidade dos metadados, acabou se criando um problema (muitas vezes, até maior que o original) porque agora parte dos dados de consumo e visitação estão relacionados à página com título “Página 1” com o “*page path*” de /pagina1.html, e a outra parte agora está vinculada à página “RC Massas – Receitas Artesanais” com “*page path*” de apenas /. Agora sim temos uma missão que pode ser absorvida por um profissional que possui as qualifica es de Bibliotecário/a de Dados. De maneira estratégica, o profissional pode usar as mesmas habilidades de organiza o documental para criar algo similar a uma Série de documentos (nesse caso, séries de páginas do site). Para cada varia o do título da página principal do site e/ou de sua URL, será necessário criar uma equivalência para que se possa depois extrair os dados de *Google Analytics* e agrupar os dados de acordo com a série a que pertencem. Segue um exemplo dessa tabela de equivalência (Quadro 1).

Quadro 1 – Exemplo de tabela de equivalência.

Série	Título	URL
Página Principal	Página 1	/pagina1.html
Página Principal	RC Massas – Receitas Artesanais	/

Fonte: Elaborado pelo autor.

Isso feito, o/a Bibliotecário/a de Dados poderá se valer de ferramentas de análise de dados gráficas (exemplos: *Google Data*

*Studio*⁹⁵, *MS PowerBI*⁹⁶, *Tableau*⁹⁷, entre outras) ou de linguagens de programação (como SQL, R, Python) para extrair os dados puros da fonte (nesse caso *Google Analytics*) e fazer a “limpeza” necessária usando essas tabelas de equivalência para harmonizar os dados. Esse processo de harmonização da informação para adicionar valor é algo que está nos alicerces da biblioteconomia e ciência de informação. Posso ser ambicioso e afirmar que nenhum outro perfil profissional que atua na área de dados (analistas de sistema, jornalistas de dados, administradores de banco de dados, cientistas de dados etc.) vai ter a diligência e, até certo ponto, a preocupação com detalhes de um/a bibliotecário/a em tarefas similares a essas.

Aqui, vejo um momento importante para refletir sobre o último parágrafo. Por mais que seja uma carreira que lida com multidisciplinas, a biblioteconomia é por natureza uma carreira mais ligada à área das humanidades. Sim, somos “de humanas”. Então, como fica essa extensão do perfil mais para a área de exatas; como assim aprender/dominar linguagens de programação? O que são as linguagens SQL, R e Python que mencionei? Então, outra vez, tenhamos muita calma nessa hora. Na verdade, eu mesmo não virei programador ou especialista em nenhuma dessas. Onde acabei me encontrando foi no mundo das ferramentas gráficas. Essas, servem como verdadeiros tradutores de comandos dessas linguagens por meio de ações que executamos na tela do computador. Por exemplo, quando conecto a *Google Analytics* por meio da aplicação *Tableau Desktop*, na verdade *Tableau* está fazendo todo o trabalho de retaguarda por meio das outras linguagens para trazer de volta os dados de maneira que eu, o “cara de humanas”, só tenha que me preocupar com a curadoria, limpeza e, por consequência análise dos dados (quando essa for necessária). Isso não significa que o/a Bibliotecário/a de Dados possa se acomodar e apenas seguir com as ferramentas gráficas; penso que dentro da curva de aprendizado, conhecer essas linguagens (em especial SQL) vai ajudar a melhor

⁹⁵ <https://datastudio.google.com/>

⁹⁶ <https://powerbi.microsoft.com/>

⁹⁷ <https://www.tableau.com/>

posicionar o/a profissional para projetos de dados em geral. Porém, o fundamental é notar que o perfil do/a bibliotecário/a está alinhado com a criação **intelectual** de estratégias para ou (1) criar dados de qualidade desde o início e/ou (2) oferecer soluções para adicionar valor aos dados existentes quando eles não estejam de acordo com as necessidades do negócio.

Antes de prosseguir, um pequeno resumo para retomar o ponto da análise. Observem que bibliotecário/as trabalham com estruturação e qualidade de dados desde os primórdios da ficha catalográfica. Com a informatização dessas fichas, também seguimos liderando o processo de descrição eletrônica de informação com regras, padrões (muitos deles internacionais), vocabulários controlados e taxonomias que servem até hoje para integrar de maneira quase transparente catálogos de biblioteca mundo afora. É o caminho natural para o/a bibliotecário/a apoiar outras disciplinas na estruturação de seus dados para que justamente se aproveite ao máximo o que eles (os dados) podem nos oferecer.

Mencionei a pouco que as ferramentas gráficas me capacitaram a poder literalmente tocar os dados para executar sua limpeza, curadoria e... análise. É importante ponderar sobre a capacidade e habilidades necessárias para o/a Bibliotecário/a de Dados fazer análise de dados. Algumas questões para provocar essa reflexão: devemos nos sentir confortáveis ao tirar conclusões sobre dados relacionados com a pandemia de COVID-19 sem possuímos o conhecimento sobre as áreas de medicina e epidemiologia? Quais são os aspectos éticos que devemos considerar antes de analisar dados que no fundo representam pessoas que foram infectadas por uma doença ou, pior, que morreram devido a mesma doença?

Essas questões são muito importantes, não apenas para o/a Bibliotecário/a de Dados, mas para qualquer profissional que está lidando com esse tipo de análise. Quando vemos um número anotado em uma célula de uma planilha de dados em Excel, ou em uma coluna de uma base de dados relacional, muito provavelmente esse valor representa alguma atividade humana. E se não somos especialistas no conhecimento dessa atividade, cabe ter bom senso

e buscar com os devidos especialistas um melhor entendimento sobre o contexto a que estão submetidos esses dados para enfim entender o que realmente significam esses números. A vantagem que vejo para o/a bibliotecário/a é que já temos esse vínculo estabelecido com pesquisadores e especialistas de qualquer área do conhecimento humano. Eles são nossos clientes nas atividades de busca de informação e de orientação de pesquisa. No fundo, já somos grandes colegas profissionais. Levar essa relação a um novo patamar é um dos desafios para o/a Bibliotecário/a de Dados, para que possamos tanto apoiar os pesquisadores no processo de coleta efetiva de dados de suas investigações, como andar de mãos dadas no processo de análise e comunicação efetiva dos resultados de tais pesquisas, aumentando assim o alcance dos dados a mais diversas audiências.

Outras relações importantes para o sucesso da carreira do/a Bibliotecário/a de Dados é com (1) os líderes das empresas/organizações com que se relacionam e (2) com os profissionais das áreas de tecnologia. Com os líderes é importante que o/a Bibliotecário/ de Dados se apresente como aquele/a que vai contribuir para o sucesso de seus negócios ao garantir que os dados gerados pelas atividades terão, desde o princípio, a qualidade necessária para apoiar a tomada de decisões estratégicas. Com os colegas da área de tecnologia da empresa/organização, há que se criar um vínculo de respeito e de colaboração para que as atividades que geram dados estejam alinhadas com os padrões e tecnologias correntes para captura, organização, curadoria e armazenamento eficiente dos dados. É importante enxergar esses dados como um dos mais importantes ativos da empresa/organização e, com o trabalho em conjunto, se vai alcançar um retorno de investimento (da sigla em Inglês ROI, *return of investment*) importante tanto para os patrões (no ambiente empresarial) como para as comunidades que podem vir a ser melhoradas por se saber mais sobre suas carências e necessidades por meio desses dados.

Por todos esses nuances da profissão que propus na descrição desse perfil profissional uma abordagem proativa para demonstrar

como as habilidades que desenvolvemos como bibliotecário/as são importantes para todo o ciclo de vida de dados em uma organização. Veja o diagrama sobre esse ciclo de vida abaixo (Figura 8).

Figura 8 – Ciclo de vida de dados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Agora imagine que troquemos a palavra Dados por Informação ou por Documento. Em todos esses passos do ciclo de vida (seja de dado, informação ou documento) o/a bibliotecário/a tem a possibilidade de participar ativamente para garantir que o ciclo seja eficiente e funcional.

Minha posição segue contra as definições que empurram o/as Bibliotecário/as de Dados para uma função passiva, à espera de receber dados para aí realizar sua descrição, limpeza e estocagem. Nessa visão o/a bibliotecário/a estaria restrito a basicamente apenas à fase “Arquivar” desse ciclo. Mas espero que, nessa breve leitura sobre o perfil do/a Bibliotecário/a de Dados, tenha conseguido demonstrar que podemos (e devemos!) aplicar nossas habilidades profissionais para influenciar todos os momentos da vida útil de dados.

Para encerrar o capítulo com uma frase que você, Bibliotecário/a de Dados, vai ouvir muitas vezes de seus chefes,

gerentes, CEOs, em suas apresentações que usam muitos e muitos dados (Figura 9):

Figura 9 – Frase para bibliotecário/a de dados.



Fonte: https://i2.wp.com/thuliobittencourt.com/blog/wp-content/uploads/2019/08/Screenshot_1.jpg?w=605

BIBLIOTECÁRIO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

Marcelo Votto Texeira

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, considero-me um bibliotecário catalogador. Com isso não quero delimitar a conversa, quero apenas estabelecer um ponto de partida, do meu ponto de vista, para que daqui possamos ampliar o leque de questões pertinentes ao bibliotecário de processamento técnico. Assim como é difícil para uma criança de seis ou sete anos dizer que deseja ser bibliotecária quando adulta, é difícil um bibliotecário em formação dizer que quer ser catalogador. Logicamente há exceções, mas se eu trazer todas as exceções ao texto não teremos um capítulo, no mínimo, interessante. Então, este é o nosso primeiro acordo: algumas questões e exceções ficarão de fora e outras serão trazidas ao texto.

A minha formação acadêmica se deu na, então, Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a qual em 2007 alterou o seu nome para Universidade Federal do Rio Grande, subtraindo o “Fundação” de seu nome e ensinando para vários alunos de catalogação do curso de Biblioteconomia daquela instituição o valor das Remissivas Ver Também. Exposto isso, a minha formação, com disciplinas teóricas e práticas, além dos estágios em bibliotecas universitárias e públicas me permitiu conhecer uma parte da catalogação a qual só realmente foi explorada quando já bacharel em Biblioteconomia e, agora, bibliotecário de processamento técnico em uma biblioteca universitária de grande porte. Isso em meados de 2009.

Entre 2009 a 2018, atuei quase que exclusivamente como bibliotecário de processamento técnico, com pequenas ressalvas para atendimentos esporádicos aos usuários, capacitações sobre o uso de base de dados acadêmicas e apresentações sobre os serviços e produtos da biblioteca para alunos recém ingressos na universidade. E a cada saída do processamento técnico para apresentações sobre a biblioteca ou bases de dados, eu percebia

como que o conhecimento adquirido no tratamento informacional me auxiliava a explicar aos usuários o funcionamento de diferentes sistemas de recuperação da informação, assim como ter o contato com os usuários me permitia compreender as suas necessidades, rotinas e práticas na busca por informações que eu registrava na biblioteca. Após aprender os elementos descritivos, as regras de descrição, os sistemas de classificação e os instrumentos de indexação, passei a questionar o porquê da descrição e das formas como estavam sendo descritas e a formação de um catálogo com dados relevantes ao usuário e não apenas à prática bibliotecária.

Provavelmente quando menciono no parágrafo acima o trecho “quase que exclusivamente como bibliotecário de processamento técnico” você imagine que estive em uma sala dedicada exclusivamente à prática da catalogação e que dali não saíamos por nada. Incorreto, ou quase. Como tratado antes, realidades distintas existem em cada biblioteca e eu passei por algumas destas realidades, podendo compartilhar as minhas experiências de como a área de processamento técnico pode ser estabelecida em diferentes organizações.

O primeiro aspecto que percebo e que quero alinhar no início deste capítulo é a nomenclatura dada à catalogação enquanto um setor em bibliotecas. Basta um olhar mais atento à assinatura institucional de e-mails dos colegas bibliotecários em listas de discussões para perceber a infinidade de denominações possíveis para uma prática comum. Partimos dos tradicionais nomes, como, **Setor de documentação, Setor de Processamento Técnico** ou **Setor de Preparo Técnico** para nomes mais amplos como **Área de Tratamento da Informação, Área de processamento de dados** e **Setor de Gestão da Informação**. O fato é que independentemente da nomenclatura, compreendemos nesse texto que se você em algum momento do dia registra dados dos recursos de sua biblioteca em um sistema (análogo ou digital), permitindo com que este mesmo dado seja pesquisável e recuperado pelo usuário, permitindo-o acessar o recurso registrado, você goste ou não, bem-vindo ao time, você é o nosso catalogador!

Definições teóricas sobre o que é a catalogação existem em grande quantidade e em ótima qualidade nas pesquisas na nossa área, mas o que quero trazer aqui é o ponto de partida da prática comum dos bibliotecários catalogadores e busco como fonte um documento intitulado Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2016), ao mencionar que as decisões que tomam os catalogadores são regidas por princípios gerais, sendo treze⁹⁸ ao todo e que como ponto inicial, e mais relevante do que os demais, está o princípio de *Interesse do usuário*, compreendido como:

Interesse significa que se deve fazer todos os esforços para manter todos os dados compreensíveis e adequados para os usuários. A palavra “usuário” compreende a qualquer indivíduo que busque no catálogo e utilize os dados bibliográficos e/ou de autoridades. As decisões referentes a criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos, devem ser decididas tendo em mente o usuário (IFLA, 2016, p. 5).

Dessa forma, pensar a estrutura física ou nomenclatura das áreas de processamento técnico em bibliotecas se torna menos relevante quando direcionamos nossos olhares para o propósito destes espaços e os princípios que os gerem. O **interesse do usuário** é o ponto de partida dos catalogadores e nela todos os setores que tratam a informação estão norteados, indiferente o nome do setor ou cargo aplicado. Junto a isso, os demais princípios gerais citados na declaração da IFLA, como o **uso comum**, indicando que os termos ou vocabulários utilizados pelos catalogadores na descrição bibliográfica e nos pontos de acesso devem estar de acordo com a maioria dos usuários. O princípio da **Representação**, o qual indica que a descrição realizada pelo catalogador deve representar o recurso tal como parece, direcionam para uma técnica voltada a necessidade de

⁹⁸ Acesso aos 13 princípios gerais:
https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf

instrumentos que padronizem nossas ações. Códigos de catalogação, sistemas de classificação e vocabulários controlados são aqui compreendidos como instrumentos que potencializam a descoberta e o acesso aos recursos informacionais catalogados e conectam os catalogadores a uma rede de ação comum, já que, por mais que tenhamos usuários distintos, o compartilhamento de instrumentos técnicos nos remete a uma prática uniforme e com necessidades e anseios compartilhados.

2 ALI É ONDE OS LIVROS SÃO CATALOGADOS

Dentro de uma perspectiva lógica, se todo processamento técnico de uma biblioteca possui catalogadores, tão logo, todos catalogadores estão no processamento técnico. Correto? – Não!

O primeiro ponto a ser irrompido da fala aqui é a contextualização de que para alguns bibliotecários o catalogador somente é um catalogador quando possui uma estação de trabalho, um computador, o AACR2 e a CDD ou CDU sobre a sua mesa e tempo dedicado exclusivamente para a arte da catalogação. Pois sim, como cita Charles Cutter (1904, p. 10), “A catalogação é uma arte, não uma ciência...” e dela deriva a arte de tornar os recursos da biblioteca passíveis de serem descobertos e acessados por aqueles que fazem uso da sua coleção. Sabemos que esta não é a realidade de quantidade significativa dos bibliotecários brasileiros e que a sua rotina infere em um profissional solitário na gestão da unidade, ou seja, do atendimento à colagem de etiquetas, aquele bibliotecário é o braço, a mente e o coração dos fazeres da biblioteca. Como é citado na música da banda gaúcha Engenheiros do Hawaii, **Exército de um só**, “somos um exército, o exército de um homem só, sem bandeira, sem fronteiras para defender...”.

A catalogação nos espaços em que o bibliotecário atua em todas as frentes da biblioteca ainda deve ser compreendida como ação técnica, reconhecendo nela a existência de princípios e instrumentos de trabalho. Fusco (2011) aborda que o papel da catalogação pode ser o de mediação entre uma determinada informação e um usuário, sendo através de um catálogo estruturado

e de um ambiente de pesquisa eficiente que os usuários encontrarão o recurso que satisfaça as suas necessidades informacionais. A partir disso, percebe-se que a quantidade de pessoas na operação é irrelevante para que a catalogação exista.

O que nos é permitido mensurar aqui é o tempo de dedicação e atenção concentrada que uma equipe reduzida de catalogadores poderá oferecer na sua prática e como a redução destes pode impactar o usuário. Outro aspecto que considero crucial, é o quanto de pensamento crítico o bibliotecário que atua sozinho disponibilizará enquanto registra dados a serem recuperados em seu catálogo, tendo em vista as infinitas outras necessidades e frentes de trabalho que devem lhe passar à mente enquanto executa a catalogação. Não é o interesse ou objetivo de quem aqui escreve apontar o dedo para estes profissionais, muito pelo contrário, o intuito desta escrita ao reconhecer estes espaços de catalogação é dar o entendimento para estes profissionais de que sim, vocês são, também, catalogadores e possuem os mesmos direitos e deveres dos profissionais que atuam especificamente com a catalogação.

Já bibliotecas que conseguem destinar uma proporção de sua equipe de bibliotecários para a catalogação podem alcançar um *status* de **bibliotecas de grande porte** e delas se esperam trabalhos consistentes e catálogos a serem referenciados por toda a classe. Isso nem sempre ocorre e os motivos perpassam desde a uma aplicação simplista dos instrumentos de catalogação, ignorando os princípios que regem a prática, ou, então, as limitações tecnológicas que programas de computadores direcionam ao fornecerem o mesmo produto para bibliotecas distintas, algo comum e relevante para a sobrevivência das empresas proprietárias destes programas.

Assim, a existência do processamento técnico, enquanto setor, não deveria estar relacionada à quantidade de profissionais disponibilizados a atuar com a catalogação. Isso é um aspecto relevante, mas não único. O setor de processamento técnico emerge da necessidade de mapeamento do fluxo informacional dos recursos adquiridos pela biblioteca, com vista a mapear e organizar as possíveis rotinas existentes da necessidade de um recurso até a sua

disponibilização aos usuários. A quantidade de pessoas existentes no processo apenas amplia ou limita as designações de funções ao longo do mapeamento, mas diferentes etapas podem ser executadas pelas mesmas pessoas, inclusive, todas as etapas do processo podem ser executadas pela mesma pessoa e, ainda assim, ser compreendido como um processo técnico, ou seja, um processamento técnico. Até porque bibliotecas com grandes grupos de catalogadores dedicados exclusivamente à catalogação, mas que não possuem nas suas rotinas um mapeamento e organização das atividades podem ser consideradas mais um aglomerado de profissionais do que um processamento técnico.

Compreender o processamento técnico como um espaço dedicado ao fluxo que a informação percorrerá até estar disponível ao usuário é relevante para o contexto deste capítulo. Você pode estar sozinho em sua biblioteca, mas ao separar três gaveteiros abaixo do balcão da biblioteca, separando, por exemplo, os livros para **carimbar; catalogar; etiquetar** você está mapeando o fluxo que os livros percorrerão em sua área de processamento e com isso atuando de forma organizada. Com esta organização, você poderá aprofundar a sua percepção sobre cada etapa, estudando as melhores formas de carimbar os livros, como, estabelecer um manual indicando as páginas que recebem o carimbo institucional, ou, então, compreender os padrões de metadados e as principais regras de descrição aplicadas na etapa de catalogação. Por fim, estudar os melhores modelos de etiquetas a serem utilizadas nos livros, incluindo o modelo escolhido para a biblioteca, o tipo de fonte utilizado e a altura e disposição das etiquetas nos livros.

Paula e Vall (2014) mencionam que a gestão dos processos empresariais pode ser compreendida como **processos de negócio, processos organizacionais e processos gerenciais**, sendo os processos de negócio vinculados diretamente à atuação da organização, dando origem aos produtos e serviços utilizados pelos clientes, bem como, os processos organizacionais, os quais servem como suporte aos “processos produtivos”. Dessa forma, ao tentar classificar o processamento técnico como um determinado tipo de

processo percebemos como ele transita entre a esfera dos processos de negócio e processos organizacionais, já que a partir da catalogação surge o catálogo, ou seja, um produto utilizado pelos clientes, caracterizando, por ora, o processamento técnico como um processo gerencial e em outra esfera o temos servindo como suporte às demais áreas da biblioteca, trazendo para ele características de processos organizacionais. Esta classificação ambígua do processamento técnico enquanto área de processo empresarial reflete a complexidade de ações que temos em uma área técnica como a nossa e que pode ser uma dúvida existente entre os gestores das bibliotecas.

Outro ponto que merece destaque é que ao promover a compreensão do processamento técnico como um conjunto de rotinas organizadas e mapeadas, abre-se o leque de que nem todos os operadores deste processo sejam bibliotecários. Os Técnicos em biblioteconomia ou os Auxiliares de bibliotecas possuem relevância crucial para o desenvolvimento economicamente sustentável das nossas atividades e merecem sim um olhar dedicado para as suas ações. Primeiramente, os técnicos em biblioteconomia ou os auxiliares de bibliotecas permitem que rotinas com certo grau de repetibilidade ou que possam ser devidamente controladas por manuais, sejam realizadas por estes profissionais, bem como, ações rotineiras do processamento técnico. Por exemplo, a colagem de etiquetas possa ser compartilhada entre técnicos ou auxiliares e permita ao bibliotecário de processamento técnico focar suas ações em atividades de tratamento da informação nos sistemas de recuperação. Ações de preparo técnico, como carimbagem, impressão, colagem ou descolagem de etiquetas podem ser executadas pelos técnicos e auxiliares, assim como, ações inerentes ao processamento, como, pré-catalogação, ou seja, descrição dos elementos básicos dos recursos, agilizando o processo de disponibilização dos recursos no catálogo da biblioteca e dando flexibilidade para o catalogador atuar de forma crítica em elementos e funções com vistas ao interesse do usuário.

Dito isso, trazemos para o bibliotecário de processamento técnico uma atribuição nova, levemente relacionada ao ensino, mas ainda assim vinculada. O bibliotecário de processamento técnico que atua com técnicos em biblioteconomia ou auxiliares de bibliotecas precisa conhecer os instrumentos de trabalho para que assim possa ensinar aos demais as práticas necessárias para o exercício das rotinas. Um novo auxiliar de biblioteca no processamento técnico, no seu primeiro dia de trabalho, provavelmente não terá conhecimento sobre termos, como, “tratamento da informação” ou “preparo técnico de materiais”. Para ele tudo é novo e determinados elementos de trabalho precisam ser explicados de forma didática e relacionada à sua futura prática. Um ponto de partida para isso é explicar para este novo funcionário a missão ou os objetivos do processamento técnico, os quais, para mim, sempre estiveram relacionados com a constituição do acervo bibliográfico e do catálogo da biblioteca. Do processamento técnico partem os materiais classificados e etiquetados e que serão ordenados nos acervos da biblioteca, bem como, estes mesmos materiais estarão passíveis de serem descobertos pelos usuários a partir do catálogo. Dessa forma, podemos simplificar para o técnico ou auxiliar que o processamento técnico atua na descoberta e no acesso aos recursos informacionais, pois de que adianta um livro ser descoberto no catálogo, mas a etiqueta dele ter sido colada errada ou trocada por outro exemplar? Tal erro prejudicará toda a experiência de acesso ao recurso por parte do usuário. Dessa forma, um livro disponível adequadamente no acervo pode nunca ser descoberto devido a um erro de digitação no seu título ou à inadequada disponibilização no sistema, fazendo com que a sua exibição nos resultados de busca no catálogo seja baixa ou inexistente, isto é, escondendo o livro do usuário.

Encerrando esta seção, se você não reparou, repare novamente no título. Ele está em itálico e não por um erro editorial, mas sim porque ele remete à tradicional citação de um bibliotecário de referência que sempre ao receber alunos de biblioteconomia e ao apresentar a área de processamento técnico, mencionava de longe: - **Ali é onde os livros são catalogados!** Deixando de lado toda a

organização, teoria e técnica por detrás da nossa prática. Eu realmente não julgo de forma pejorativa a percepção deste colega, pois mentira não era, nós realmente somos a área onde os livros são catalogados, mas ao receber os alunos na sala, eu fazia uma leve correção ao dizer: - Aqui é o local em que o acervo e o catálogo da biblioteca são criados.

3 ROTINAS DO PROCESSAMENTO TÉCNICO

Alinhamos de imediato que o processamento técnico é uma área com rotinas de trabalho, mas isso não quer dizer, em hipótese alguma, que nele não seja possível inovação e um olhar crítico sobre as rotinas realizadas. Ao trazer a rotina como um elemento de trabalho do processamento técnico, parte-se do pressuposto de que as ações que possuem determinada condição de repetição, possam ser passíveis de controle da qualidade, permitindo assim com que a uniformização das atividades gere sempre experiências positivas aos usuários da biblioteca. Do que adiantaria, por exemplo, o bibliotecário “A” realizar o resumo descritivo dos livros catalogados, enquanto o bibliotecário “B” não, ou, o auxiliar de biblioteca “A” colar etiquetas a uma altura de 3 cm, enquanto o auxiliar de biblioteca “B” cola as mesmas etiquetas a uma altura de 5 centímetros. Nestes casos hipotéticos, teríamos rotinas idênticas gerando produtos diferentes e prejudicando tanto a recuperação da informação, quanto a experiência de acesso por parte do usuário. E exposto isso, compreendo se você estiver pensando algo como “em pleno 2020 e falando sobre etiquetas...”, mas trato isso como um ponto de partida apenas e se o seu ponto de partida ou base básica de trabalho não está perfeitamente alinhada, como falaremos se sistemas mais complexos, como vocabulário controlado ou sistemas de classificação temática?

A rotina de um bibliotecário de processamento técnico começa muito antes do processamento técnico em si. Compreender e conhecer os acervos da sua biblioteca é essencial para um adequado mapeamento das rotinas e organização das atividades e, para isso, o processamento técnico deve estar em constante consonância com a

área de desenvolvimento de coleções ou **setor de aquisição**, como algumas bibliotecas denominam. A tipologia dos recursos adquiridos por uma biblioteca é o ponto chave para o processamento técnico, pois ele necessita prever o tratamento descritivo e temático para materiais específicos, necessita prever a visualização dos dados no catálogo para cada tipo de material existente e, por fim, prover o local de guarda destes recursos no acervo, quando item físico.

Um aspecto de relação entre a aquisição e o processamento técnico é justamente os tipos de aquisição existentes na biblioteca. Tradicionalmente trabalhamos com a **compra**, **doação** e a quase extinta **permuta**, muito aplicada aos periódicos impressos pelas instituições de ensino superior. Contudo, cabe um olhar adequado às **reposições** de itens perdidos por usuários ou às bibliotecas que aceitam doações de materiais como pagamento das multas por atraso na devolução. Constituir um banco de dados adequado com as diferentes tipologias de aquisição dos itens e o controle dos nomes dos doadores é uma tarefa crucial para o controle bibliográfico do acervo e para aqueles que talvez pensem que eu quero tudo para o processamento técnico, digo-lhes que julgo esta ser uma atividade muito mais inerente ao setor de aquisição do que a nós.

Ao mapear os tipos de aquisição, existentes compete ao bibliotecário de processamento técnico controlar o fluxo dos materiais adquiridos de forma com que as prioridades sobre materiais comprados ou repostos estejam mantidas sobre os materiais doados. Tendo em vista que recursos adquiridos com verba da instituição devem ter prioridade sobre os materiais doados com direcionamento da biblioteca, os quais, por sua vez, possuem prioridade sobre livros doados de forma geral. Somente este pequeno mapeamento já nos remete a uma distinção física no espaço do processamento técnico, assim como, todo o estabelecimento de rotinas sobre estes materiais, pois, ainda que as compras sejam prioridades, quando você não as tiver, qual será a ordem de catalogação das doações? Será por data de doação? Relação do doador com a instituição? Assunto do material doado? E a análise das doações não aceitas, partirá de qual documento normativo?

Questões extremamente relevantes para o adequado funcionamento do processamento técnico e que necessitam de um olhar atento do bibliotecário.

Vencida esta etapa, passamos a não nos relacionar mais com o setor de aquisição, correto? Não. Com as novas assinaturas das bases de livros eletrônicos (*e-books*), passamos a ter um acervo digital que a bem dizer é concedido temporariamente à biblioteca, por intermédio de contrato de concessão de uso. Junto a isso, novas questões emergiram para os bibliotecários de processamento técnico com o setor de aquisição. No início dos anos 2000 surgiram as primeiras bases comerciais de livros eletrônicos, trazendo para as bibliotecas uma coleção de mais de cinco mil títulos, os quais os gestores queriam que logo estivessem no catálogo e, somente após a assinatura do contrato, descobriam que não constava neste contrato o fornecimento de registros em MARC 21 dos títulos adquiridos por assinatura. Com isso, quantos bibliotecários de processamento técnico passaram a catalogar livros eletrônicos em seus catálogos, tentando dar vencimento de todo o acervo físico e agora digital adquiridos. E nem quero colocar para conversa a questão de que estas bases de livros eletrônicos atualizavam o acervo sem periodicidade programada, retirando títulos da noite para o dia e sem aviso prévio. Atualmente, as atualizações são periódicas e comunicadas aos bibliotecários, assim como, elas fornecem registros em MARC 21 para as bibliotecas parceiras e tudo isso seria perfeito se não fosse uma questão: a rotina.

Como cada biblioteca adota direcionamentos de descrição bibliográfica e de controle de autoridade conforme os interesses de seus usuários, chamando tais direcionamentos de **catálogo decisório**, é impossível não perceber nos catálogos das bibliotecas uma discrepância no nível de detalhamento dos dados descritos pelos bibliotecários de processamento técnico e os registros fornecidos pelas empresas terceirizadas que prestam serviços aos fornecedores de livros eletrônicos. Isso seria um problema menor se não afetasse diretamente a descoberta dos recursos pelos usuários, pois, em um exemplo real, temos um livro intitulado **Administração**

de marketing, em que o bibliotecário indexou os termos *Marketing* e *Administração* para o registro bibliográfico do formato impresso, enquanto que o livro eletrônico deste título teve na sua indexação de assuntos somente o termo *Administração*, gerando diferença entre a versão impressa e digital do mesmo título.

Se tratamos na seção anterior que o catálogo é o produto da catalogação, hoje nossos catálogos recebem **registros convidados**, ou seja, registros advindos de empresas fornecedoras de conteúdo que compreenderam com o tempo que não adianta apenas prover o conteúdo à biblioteca se os usuários não o recuperam no catálogo, vinculando assim a relação de descoberta com o acesso. Contudo, a diferença entre registros elaborados pelos bibliotecários de processamento técnico da organização e os registros que hoje são recuperados dentro do catálogo é um tema de importante relevância para discussão em nossa área, visto que a experiência do usuário no catálogo está sendo afetada e a qualidade dos registros necessita ser padronizada. O'Dell (2014) aborda a questão de estarmos evoluindo de um atual catálogo de registros bibliográficos para um catálogo de dados, com infinitas novas oportunidades em *design* de interface ao usuário e, por isso, talvez estejamos próximos do fim do que conhecemos como catálogo *online*, ou como aprendemos em nossas graduações, o *Online Public Access Catalog (OPAC)*, visto que muitos sistemas gerenciadores de bibliotecas de última geração esperam que a instituição adquira ou elabore o seu próprio catálogo, personalizando a interface ao usuário.

Concomitante ao exposto, a padronização dos elementos descritivos aplicados a cada tipo de recurso existente na biblioteca é uma das rotinas necessárias para o adequado funcionamento do processamento técnico. Ao reconhecer os tipos de materiais existentes nos acervos da biblioteca é aberta a possibilidade um olhar específico sobre os elementos descritivos de cada material, podendo ser dedicado um olhar crítico sobre cada elemento e o seu interesse para o usuário. Compreendo que uma gravação musical em CD pode não ser tão relevante academicamente para uma biblioteca universitária quanto um livro de bibliografia básica, mas ao

reconhecer este tipo de material e estudar os seus elementos descritivos, o bibliotecário de processamento técnico poderá estabelecer quais dos atributos deste recurso serão descritos, bem como, a forma de exibição destes dados no catálogo. Com isso, transpomos a ideia de exibição de registros no catálogo e começamos a detalhar como cada tipo de dado será experienciado pelo usuário.

Um exemplo prático disso pode ser analisado a partir do novo código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA, 2020), com as novas orientações para a descrição de imprensa. Até recentemente tínhamos o conceito de descrição da imprensa indeterminante o tipo de material, tanto que, na catalogação com AACR2 utilizamos o mesmo metadado do MARC 21 para Registros Bibliográficos, a TAG 260. Todavia, o RDA apresenta uma nova percepção sobre estes dados, ao reconhecer a diferença no tratamento de um local geográfico para um livro e para um filme cinematográfico, já que no livro o local geográfico em questão assume o atributo de **local de publicação**, enquanto no filme cinematográfico um local geográfico pode assumir os atributos de **local de produção ou local de distribuição**. Perceba que tais novas atribuições devem constar na exibição dos dados no catálogo, com vista a proporcionar melhor experiência de acesso aos dados descritivos por parte do usuário. Justamente por isso tais dados passaram a ser descritos na TAG 264 do MARC Bibliográfico, com o segundo indicador apresentando as diferenciações dos dados descritos.

O mesmo RDA amplia a concepção de descrição das autoridades para pessoas, entidades e famílias, recomendando a descrição de atributos para além do nome preferido ou nomes variantes de um mesmo agente. Atributos como local de nascimento ou local de falecimento, ocupação, campo de atividade, entidade associada ou idioma vinculado passam a ser atributos descritos no controle de autoridades e possuem orientações do RDA sobre os seus respectivos preenchimentos. Junto a isso, retoma-se a discussão de como o usuário se beneficiará dos novos dados descritos, seja a partir do formato de exibição destes no catálogo ou das possíveis novas

formas de recuperação da informação, agora também atreladas aos dados dos criadores e não somente do recurso catalogado. Imagine um catálogo de biblioteca pública em que você pode pesquisar por todos os livros de autores nascidos na cidade de São Paulo ou mapas cartográficos projetados por cartógrafos vinculados em algum momento ao IBGE. Tudo isso agora se torna possível pois estamos descrevendo estes dados nos catálogos, ou seja, tornando isso uma rotina de trabalho.

Ainda nas rotinas do bibliotecário de processamento técnico temos a classificação temática dos recursos e cabe aqui destacar: classificação temática é aplicada em todos os recursos da biblioteca, seja físico ou digital. Não devemos confundir a classificação temática com o número de chamada, que possui a classificação temática, juntamente com a notação de autor, dados de coleção e exemplar. A classificação temática possui a função inicial de ordenar o acervo bibliográfico, iniciando com o educador e filósofo William Harris, ao criar o primeiro sistema de classificação bibliográfica, intitulado *Book Classification* (SALES, 2017), advindo justamente das teorias de classificação que nascem dos estudos sobre as classificações filosóficas, iniciada com Platão e ampliadas por Bacon e Hegel. Contudo, o impacto das tecnologias digitais ampliou as funções da classificação temática para as bibliotecas, servindo hoje, inclusive, como um mecanismo para a elaboração de relatórios dos títulos existentes, a partir dos assuntos classificados.

Enquanto bibliotecário de processamento técnico, tive a oportunidade de atuar em bibliotecas universitárias de grande porte e recordo que em uma delas, percebíamos que os usuários tinham muita dificuldade em localizar os livros descobertos via catálogo no acervo físico da biblioteca. Compreendíamos que o acervo estava bem organizado, mas algo estava dificultando a experiência do usuário ao ir até as estantes localizar o livro desejado e foi daí que surgiu a ideia de gerar dois relatórios: o primeiro indicando quantas classificações temáticas diferentes existiam no acervo da biblioteca e o número foi de aproximadamente sessenta mil classificações diferentes. O segundo relatório gerado buscou filtrar, dentro das

sessenta mil classificações diferentes, quantas tinham apenas uma ocorrência, ou seja, a classificação era única no acervo e o dado foi aproximadamente 20 mil registros com classificações únicas. Dessa forma, passamos a compreender que a dificuldade que o usuário encontrava no acervo estava no fato de que um terço das classificações do acervo eram únicas, os livros estavam praticamente sozinhos em cada classificação, gerando muitas dúvidas nos usuários. Isso sem comentar a extensão das classificações, algumas com mais de 10 dígitos.

Trazendo o número de chamada para a discussão, este instrumento de ordenação do acervo físico é repleto de detalhes e direcionamentos que exigem do bibliotecário de processamento técnico um olhar crítico sobre o trabalho realizado e a busca por referenciais para o estabelecimento adequado das rotinas. Muitas bibliotecas fazem uso da Tabela de Notação de Autor *Cutter-Sanborn Three-Figure*, mas ignoram o fato desta mesma tabela apresentar 10 regras para o seu uso, incluindo orientações sobre, por exemplo, quando dois autores compartilham o mesmo número de notação ou que os nomes que começam com o Mc, M' e Mac são todos tratados como se tivessem sido escritos "Mac". Outras questões como a ordenação de livros em volumes, edições e impressões são pertinentes de padronização das rotinas do processamento técnico, com vista a manter a uniformidade nos processos e garantir a qualidade para o usuário.

Recordo de um bibliotecário, o qual tive o prazer de trabalhar junto e que uma vez me ensinou a prática a importância das etiquetas dos livros da biblioteca. Este bibliotecário apontou, no início do ano letivo, os exemplares de determinado título que tinha alta rotatividade na biblioteca e que estavam nas estantes com as etiquetas gastas ou levemente rasgadas. Por sugestão deste colega, trocamos as etiquetas gastas por novas da metade dos exemplares e começamos a perceber que os usuários davam preferência por retirarem os livros com as etiquetas novas, pois, para eles, o fato da etiqueta estar nova remetia a algum padrão de qualidade no livro que os exemplares com etiquetas gastas ou rasgadas não tinham.

Começamos a perceber também que sempre que trocávamos a etiqueta de um livro de literatura antiga, este item era emprestado em um curto espaço de tempo. A partir disso, não trocamos desesperadamente todas as etiquetas da biblioteca, mas começamos um processo de melhor investimento na qualidade das novas etiquetas da biblioteca, compreendendo que a durabilidade delas ampliariam o tempo de uso dos livros. Isso é apenas um pequeno detalhe diante de todos os contextos que há em um processamento técnico e que somente é percebido quando a etiquetagem é mapeada como uma rotina e analisada criticamente.

Chegando ao fim desta seção, desejo tratar da relação que os bibliotecários de processamento técnico possuem com os bibliotecários de referência. De início, ressalto que o bibliotecário de referência pode ser o melhor aliado da catalogação, seja por compreender a comunidade que utiliza nossos serviços e produtos, ou, seja pelos contextos inerentes às rotinas da biblioteca. No âmbito das bibliotecas universitárias ou escolares, a compreensão dos períodos de provas ao final de semestre e da retenção de títulos no processamento técnico é uma das questões em que ao trabalharmos em conjunto com a equipe de referência, ganhamos otimização do tempo e agilidade na prestação dos serviços. Idealizar um modelo de fluxo da informação em um processamento técnico de biblioteca sem vincular tal fluxo aos processos inerentes aos da referência é limitar a perspectiva de ação do próprio processamento técnico. Materiais em restauração podem obedecer a um fluxo cronológico, ou seja, por ordem de chegada ou, acima deste condicionante, atribuímos o valor de prioridade acadêmica, com variáveis respeitando a quantidade de empréstimos ou quantidade de outros itens disponíveis, com dados compartilhados entre o setor de referência e o processamento técnico.

4 A QUEBRA DA QUARTA PAREDE DO PROCESSAMENTO TÉCNICO

A ação de derrubar a quarta parede é utilizada no teatro, na televisão, na literatura e no cinema, remetendo ao ato da personagem dirigir a sua fala aos espectadores, fazendo com que todos façam parte do mesmo contexto ficcional (WIKIPÉDIA, 2020). O efeito gerado por este ato visa incitar a plateia a assistir à ficção sob diferente ângulo, de forma menos passiva e, principalmente, de forma mais **crítica**. Trazendo para o contexto do bibliotecário de processamento técnico, a quebra da quarta parede pode se dar na constituição de um profissional que esteja disposto a sair do espaço físico do processamento técnico, mas sem deixar o processamento técnico para trás. Falar com o seu público, interno e externo, explicar o trabalho técnico realizado e estar disposto a um olhar crítico por parte do usuário e demais bibliotecários podem ser ações inovadoras para a promoção e o aprimoramento de serviços tradicionais.

Rotineiramente, é atribuída aos bibliotecários de atendimento ou referência a função de capacitação sobre os serviços da biblioteca, compreendendo-se que ao bibliotecário de processamento técnico compete o tratamento da informação e a disponibilização do acervo à comunidade. Não desejo aqui reestruturar funções basilares de competências tão enraizadas nas práticas bibliotecárias, mas me permito questionar o nível de contribuição que o bibliotecário de processamento técnico poderia oferecer ao levar o seu conhecimento sobre sistemas de recuperação da informação aos usuários da biblioteca. O quanto do seu conhecimento sobre os dados tratados e descritos na prática da catalogação poderiam contribuir para a competência informacional dos usuários na realização de buscas e análise em bases de dados, incluindo o catálogo da biblioteca e os novos sistemas de descobertas.

Ao mencionar a quebra da quarta parede do processamento técnico, o catalogador estará em constante contato com o usuário da biblioteca, devendo compreender os contextos que levam estes usuários a buscar nos produtos e serviços informacionais da biblioteca as suas necessidades. Uma possibilidade de compreensão

destes contextos pode partir dos tradicionais **estudos de usuário**, em que pesquisas de opinião buscam revelar em avaliações dos usuários do catálogo e acervos diferentes possibilidades de melhorias. Todavia, sigo com certa criticidade sobre estes instrumentos de coleta de opiniões quando não convergem com linhas teóricas, como os objetivos e funções do catálogo apresentados na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC) ou, então, as tarefas do usuário na busca por informações dispostas mais recentemente no *Library Reference Model* (LRM).

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação dedica uma seção do seu conteúdo para estabelecer os **objetivos e funções do catálogo**, mencionando que o catálogo deverá ser um instrumento eficaz e efetivo que permita ao usuário **encontrar, identificar, selecionar, adquirir ou obter e navegar e explorar** (IFLA, 2016). Enquanto isso, o *Library Reference Model* também dedica uma seção inteira às **tarefas do usuário** no momento de pesquisa, conforme o Quadro 1 abaixo, trazendo como tarefas as ações de **encontrar, identificar, selecionar, obter e explorar** (IFLA, 2017). Ao percebermos que ambos os documentos abordam as mesmas ações, mas a partir de pressupostos diferentes, podemos indagar qual deles está com o foco correto. Porém, o que desejo destacar ao dispor estas similaridades é que os **objetivos e funções do catálogo** devem estar em constante consonância com as **tarefas do usuário** e por isso estas similaridades não devem surpreender o catalogador.

Exposto estas teorias, parte-se do princípio que ações técnicas de análise, avaliação e escolha de catálogos *online* pelos bibliotecários de processamento técnico poderiam ter como base as tarefas do usuário, assim como, a partir do momento em que estas tarefas são a base estrutural do catálogo, elas serviriam como parâmetro para os **estudos de usuários** na parte de avaliação destes mesmos catálogos. Dessa forma, passamos a projetar a experiência do usuário na descoberta de recursos no catálogo, possibilitando ao bibliotecário de processamento técnico pesquisar em outras disciplinas, como as de **Usabilidade** e **User Experience**, conceitos e práticas que lhe forneçam conhecimento para uma validação crítica

das funcionalidades do catálogo e as ações dos usuários em nossos ambientes. Outro ponto que desejo trazer para discussão agora, mas que sempre pairou por este capítulo, é o catalogador como agente crítico da sua existência profissional e da sua produção técnica.

Quadro 1 – Tarefas do usuário no LRM.

Resumo das tarefas do usuário	
Encontrar	Reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse pesquisando sobre qualquer critério relevante
Identificar	Compreender claramente a natureza dos recursos encontrados e distinguir entre recursos semelhantes
Selecionar	Determinar a adequação dos recursos encontrados e aceitar ou rejeitar recursos específicos
Obter	Acessar o conteúdo do recurso
Explorar	Descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles e, assim, contextualizá-los

Fonte: IFLA (2017).

Enquanto nós catalogadores geralmente atuamos a partir de uma premissa de catalogar os recursos adquiridos pela instituição, com ênfase na velocidade e não na qualidade, catalogando por um modelo de *fastfood* (ROBERTO, 2008), os catalogadores críticos atuam em conjunto com uma perspectiva de catalogação garantida, ou seja, de ler e examinar os cabeçalhos de assunto, os esquemas de classificação e os códigos de catalogação a partir de uma premissa que contemple toda a comunidade, priorizando a diversidade, a equidade, a inclusão e a justiça social como parte do seu trabalho. Os catalogadores críticos entendem o catálogo de maneira holística e veem sistemas, como o Cabeçalho de Assuntos da *Library of Congress* (LCSH), a Classificação Decimal Universal (CDU) e Classificação Decimal de Dewey (CDD) como documentos vivos que podem ser revisados e melhorados (WATSON, 2020).

Nos Estados Unidos, em 1971, o bibliotecário Sanford Berman publicou o livro intitulado ***Prejudices and Antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People***, em que direciona críticas à

LCSH, desencadeando um movimento de correção de cabeçalhos de assuntos com o termo preferido tendenciosos e preconceituosos. Este livro é reconhecido como um marco da catalogação crítica, por abrir o espaço de análise e discussão sobre a catalogação de assuntos, área pertinente à catalogação.

Olson (1997) aponta que a indexação de assuntos é um exemplo útil para examinar a necessidade de pensamento crítico, pois a análise conceitual de um documento e a tradução dos conceitos escolhidos para a linguagem de um vocabulário controlado são as principais oportunidades para exercer o julgamento profissional usado para beneficiar os usuários da biblioteca. E de fato, muitos cabeçalhos de assuntos exibem viés, isto é, utilizam uma linguagem que mostra o favorecimento de determinados pontos de vista em detrimento de outros. Um exemplo relativamente recente deste tipo de ação nos Estados Unidos foi a petição aberta por um grupo de alunos da Dartmouth College⁹⁹ solicitando à *Library of Congress* a correção do termo preferido do assunto “*illegal aliens*” (estrangeiros ilegais) para “*undocumented immigrants*” (imigrantes sem documentação). Após aprovação da *American Library Association* (ALA) e o encaminhamento para que a *Library of Congress* realizasse a alteração, a instituição teve que recuar da atualização diante da oposição do Partido Republicano no Congresso (WATSON, 2020).

Este mesmo contexto de criticidade nos termos preferidos pode ser aplicado ao catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional do Brasil, a qual mantém como base a LCSH e possui mais de 40 mil registros de terminologia e aproximadamente 280 mil registros de autoridade (GRINGS, 2015). Até o ano de 2018, a Biblioteca Nacional do Brasil representava o evento da intervenção militar em nosso país, na década de 1960 do século passado, como “Brasil – História – Revolução, 1964”¹⁰⁰, trazendo no descritor uma tradução literal do

⁹⁹ Conteúdo relacionado a esta matéria disponível no site: <https://americanlibrariesmagazine.org/2020/09/01/conscientious-cataloging/>

¹⁰⁰ Dado de autoridade disponível no [link](http://acervo.bn.br/sophia_web/autoridade/detalhe/137847); http://acervo.bn.br/sophia_web/autoridade/detalhe/137847

termo preferido pela LCSH “*Brazil – History – Revolution, 1964*”. Em 3 de junho de 2018 a Biblioteca Nacional do Brasil alterou o termo preferido que representa este evento para “Brasil – História – Golpe civil-militar, 1964”, trazendo positivamente à luz uma posição crítica dos catalogadores da Biblioteca Nacional, indo além da mera tradução da LCSH para eventos nacionais.

Retomando os conceitos em torno da catalogação crítica, Roberto (2008) menciona o fato de que o catalogador necessita estar centrado no usuário e não meramente no catálogo, possuindo em sua ação uma avaliação criteriosa dos registros bibliográficos disponíveis e conhecimentos técnicos necessários para validar ações que possam estar em conflito com os padrões internacionais de catalogação, mas que proporcionam a inclusão e imparcialidade no tratamento da informação. Os sistemas de classificação bibliográficas, como a CDD e CDU, também devem ser vistas do ponto de vista social, uma vez que são estruturas socialmente produzidas, ou seja, produtos do trabalho humano que carregam traços de todo o racismo, sexismo e classicismo intencional e não intencional dos que os criaram (DRABINSKI, 2008). Pode-se trazer para a discussão, por exemplo, a expansão existente na CDD para o Cristianismo na classe da Religião (classe 200), em detrimento às demais religiões.

Em relação ao tratamento descritivo, nos últimos anos houve muitos novos padrões e práticas, os quais passaram a exigir do catalogador uma educação continuada e aprimoramento no seu fluxo de trabalho. Todavia, as condições organizacionais nem sempre propiciam um espaço para as discussões e pensamento reflexivo da prática cotidiana, colocando o bibliotecário de processamento técnico diante da decisão de trazer para si, e conseqüentemente sua vida pessoal, a escolha por se atualizar e apropriar destes novos padrões ou esperar que a demanda venha da organização e que ela proveja as condições para a sua atualização.

A implementação do código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA) em bibliotecas brasileiras é um possível exemplo disso, já que ele é datado do ano de 2010 e desde 2017 já se discute a reestruturação e redesenho do RDA para alinhamento

conceitual com o LRM e que, conforme mencionam Chen e Joyce (2019, p. 113, tradução nossa), “essas mudanças representam estruturas e modelos variáveis em metadados que até o bibliotecário mais experiente precisa de tempo para absorver”. Ao saber que o RDA, após 10 anos da sua criação, passa por atualizações significativas em sua estrutura e modelagem, dirigimo-nos para um cenário brasileiro com pouca adesão atual ao novo código e diversos questionamentos emergem sobre o porquê disso.

No viés da atualização do código de catalogação, um olhar social deve ser dado sobre o acesso a ele, um aspecto que a catalogação crítica brasileira necessita discutir. Se a importação de conceitos advindos de uma tradução já são parte da rotina de uso do *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), não estávamos acostumados com a precificação e acesso internacional do código, como ocorre com o RDA, tendo em vista sua publicação e comercialização unicamente pela *American Library Association* (ALA), até o momento.

Ao quebrar a quarta parede do processamento técnico o catalogador passa a trabalhar sobre e sob a crítica, mapeando e organizando suas rotinas de forma com que o interesse do usuário esteja norteando suas ações e permitindo com que os demais colegas tenham conhecimento das ações técnicas realizadas e as potenciais contribuições que temos a oferecer nos diferentes serviços da biblioteca.

5 OS PRÓXIMOS PASSOS NO PROCESSAMENTO TÉCNICO

Em um artigo publicado com os dados de pesquisa sobre o quão suscetíveis são os empregos frente à inteligência artificial e ao aprendizado de máquinas, Frey e Osborne (2017) estimam que a probabilidade do trabalho dos técnicos em biblioteconomia ser substituído pela informatização é de 99%, enquanto que para os auxiliares de biblioteca é de 95% e os bibliotecários de 65%. Ainda que estes dados possam ser alarmantes, essas projeções não possuem sua totalidade a curto prazo, pois tecnologias requerem

tempo para serem construídas e, principalmente, integradas às rotinas profissionais e sociais.

Desde o início da década de 2010, é tratado sobre o fim do padrão MARC e hoje ainda temos o MARC em nossas bibliotecas. Isso quer dizer que o MARC não acabará? Obviamente não. O formato MARC vai ser substituído por um novo padrão, denominado *Bibliographic Framework Initiative* (BIBFRAME), o qual estará relacionado com as tendências de *Linked Data* e a *Web Semântica*. Contudo, teremos ao longo das próximas décadas, um rastro de diferentes estágios de implementações tecnológicas na catalogação, similar ao que houve com a transição das fichas catalográficas impressas para o próprio formato MARC. Basta lembrar que até o ano de 2015, o consórcio de bibliotecas *Online Computer Library Center* (OCLC)¹⁰¹ ainda imprimia fichas catalográficas para bibliotecas, ou seja, tecnologias não avançam de maneira uniforme, mas nem por isso elas não chegam até nós.

Sobre o BIBFRAME, o que me permito tratar é o fato de ser estruturado em uma linguagem XML organizada de forma a representar os dados dentro de um contexto, ou seja, com uma ontologia, denominada *Resource Description Framework* (RDF) e que serve como meio para a aplicação da *Web Semântica*. Na prática, se é possível conseguirmos tratar de forma prática, cada dado descrito na catalogação de um recurso bibliográfico ou uma autoridade receberá um identificador uniforme de recurso, ou, no original em inglês, um *Uniform Resource Identifier* (URI). Provavelmente, você já tenha visto esse termo na catalogação em MARC, principalmente no campo 856 \$u, indicando um *link* para um registro disponibilizado na Internet e é justamente isso que emerge com o RDF e abre os caminhos necessários para o *Linked Data* e a *Web Semântica* na catalogação.

No Quadro 2, procuro exemplificar o que seria a catalogação com o BIBFRAME, detalhando a descrição, em inglês, do atributo ‘tipo de conteúdo’, com o elemento *Text* em um dado bibliográfico, em

¹⁰¹ Disponível em: <https://library.oclc.org/digital/collection/p15003coll6/id/386/>

comparação com o mesmo elemento descrito em MARC 21 para Dados Bibliográficos.

Quadro 2 – Dados bibliográficos e URIs aplicadas na vinculação de dados.

MARC 21	BIBFRAME
336 \$atext\$btxt\$2rdaconte nt	<bf:content> <bf:Content rdf:about="http://id.loc.gov/vocabulary/contentTypes/txt"> <rdfs:label>text</rdfs:label> <bf:source>

Fonte: *Library of Congress* (2020).

Uma das inovações que passaremos a desenvolver, se comparado ao que fazemos atualmente com os formatos MARC, é que acrescentaremos *links* para todos os dados estruturados, ou seja, para aqueles dados passíveis de controle de terminologia em um dado bibliográfico ou de autoridade. A *Library of Congress* (LoC) já disponibiliza a *Library of Congress Data Service*¹⁰², permitindo aos catalogadores consultarem e utilizarem as URIs que vinculem os dados da biblioteca com os dados da LoC. No Quadro 3, exemplifico alguns tipos de dados estruturados que podem ser aplicados URIs e os respectivos endereços para o acesso aos dados.

¹⁰² Disponível em: <https://id.loc.gov/>

Quadro 3 – Alguns dados bibliográficos e URIs aplicadas na vinculação de dados.

Atributo	URI
Tipo de conteúdo	http://id.loc.gov/vocabulary/contentTypes/
Tipo de mídia	http://id.loc.gov/vocabulary/mediaTypes/
Tipo de suporte	http://id.loc.gov/vocabulary/carriers/
Tipo de gravação	http://id.loc.gov/vocabulary/mrectype/
Assunto tópico	http://id.loc.gov/authorities/subjects/
Assunto de gênero-forma	http://id.loc.gov/authorities/genreForms/
Assunto geográfico	http://id.loc.gov/authorities/names/
Identificadores de nomes	http://id.loc.gov/authorities/names/
Grupo associado	http://id.loc.gov/authorities/names/
Idioma associado	http://id.loc.gov/vocabulary/languages

Fonte: Teixeira et al. (2020).

Ao abordar estas questões, claramente emergem nas discussões as novas competências do catalogador e sim, novas competências serão demandadas, para além dos códigos de catalogação e dos padrões de metadados. A bibliotecária norte-americana, Allison O’Dell, apresentou na Conferência Anual da *American Library Association*, em 2014, um trabalho relacionando as novas competências do catalogador frente às demandas geradas

pelo BIBFRAME e, neste trabalho, intitulado *Cataloger 3.0*, a autora menciona que na história da catalogação, tivemos o **catálogo 1.0**, com as fichas catalográficas e os fichários, evoluindo para o **catálogo 2.0**, que são os nossos catálogos *online* atuais e que evoluiremos para um **catálogo 3.0**, em que o catálogo será semântico, facilitando o acesso aos dados bibliográficos, ao invés dos registros. A partir da perspectiva estabelecida, O'Dell (2014) direciona a formação do catalogador para o contexto atual, chamando-nos de **catalogador 2.0**, em que estamos voltados aos princípios de organização da informação em bibliotecas, esquemas de classificação, formatos MARC e orientações de descrição, como o RDA ou o AACR2. Junto a isso, a formação de um **Catalogador 3.0** será complementada com o ensino de novos princípios de organização da informação para a *Web Semântica*, como RDF, SKOS¹⁰³ ou OWL¹⁰⁴ e transferência e transformação de dados, atuando com elementos de transmissão, como JSON ou XML, aplicando *design* ou *layout* com CSS, atuando em bancos de dados bibliográficos, com SQL ou SPARQL e se comunicando através de programação, com PERL ou Python.

Diante do que tratamos até aqui, percebe-se que na medida em que a catalogação muda de um modelo de serviço isolado, confinado pelos formatos MARC, para um modelo mais amplo, como o BIBFRAME, antigos fluxos e rotinas de tratamento da informação começam a ruir e novos modelos precisam ser construídos. Haverá muitos fluxos de trabalho que precisarão ser revisados para fazer a transição com sucesso para um novo ambiente de atuação do processamento técnico. Além das novas formas de tratar a informação, o catalogador deverá estar atento às questões de legado do acervo, pois a transição entre os registros em MARC para o BIBFRAME e a complementação do *Linked Data* nos dados catalogados é um processo que não acontecerá rapidamente, levando-se em consideração questões de capacitação das equipes, infraestrutura, *software*, entre outros.

¹⁰³ SKOS – Simple Knowledge Organization System. Disponível em: <https://www.w3.org/2004/02/skos/>

¹⁰⁴ OWL – Semantic Web Standards. Disponível em: <https://www.w3.org/OWL/>

O próprio dinamismo com que se trata as novas tecnologias para acesso ao conteúdo e o impacto delas no desenvolvimento das coleções em bibliotecas, apontando diretamente para o fim do livro, é um caso de plena cautela por parte dos catalogadores. Em estudo bianual da *Association of College & Research Libraries* (ACRL, 2018), com indicações sobre as tendências para as bibliotecas acadêmicas norte-americanas, no estudo publicado em 2018, a última tendência citada é o **Gerenciamento da coleção**, a qual foi subdividida em três tópicos, com o **Desenvolvimento no modelo de aquisição, Políticas de desenvolvimento de coleções de acesso aberto e estrutura de financiamento** e as **Coleções impressas já existentes**. Sendo assim, ao convidar as bibliotecas acadêmicas dos Estados Unidos a reconhecerem como uma tendência um olhar sobre as coleções impressas já adquiridas e disponíveis nos acervos, a ACRL direciona um olhar para que os bibliotecários não deixem de atuar no gerenciamento, promoção e envolvimento da comunidade com a coleção impressa. Para o bibliotecário de processamento técnico isso reflete uma tendência de que os livros e demais recursos com mídia física continuarão a transitar em nossas rotinas e necessitarão da ação crítica do catalogador em seu tratamento.

Por fim, ao direcionar para o encerramento, resalto o que foi mencionado no primeiro parágrafo deste capítulo: **algumas questões e exceções ficarão de fora e outras serão trazidas ao texto**. Dessa forma, compreendo que muitas das questões trazidas aqui ficaram abertas para discussões e outras questões não abordadas nesse momento, precisarão ser trazidas por outros colegas. Pois sim, a força motriz da catalogação brasileira são os catalogadores de processamento técnico e neles está um forte potencial para a inovação, a criticidade no desenvolvimento de novas teorias e o aprimoramento de nossas práticas.

REFERÊNCIAS

- ACRL - Association of College and Research Libraries. 2018 top trends in academic libraries: A review of the trends and issues affecting academic libraries in higher education. **College & Research Libraries News**, [S.l.], v. 79, n. 6, p. 286, jun. 2018.
- CUTTER, C. A. **Rules for a dictionary of catalog**. 4. ed. Washington: Government Printing Office, 1904.
- DRABINSKI, E. Teaching the radical catalog. *In*: ROBERTO, K. R. (Ed.). **Radical cataloging**: essays at the front. North Carolina: McFarland & Company, 2008.
- FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation? **Technological Forecasting and Social Change**, n. 114, p. 254-280, 2017.
- FUSCO, E. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.
- GRINGS, L. Controle de autoridades na Biblioteca Nacional do Brasil: breve histórico e práticas atuais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 139-154, 2015.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação**. Traduzido por Marcelo Votto Texeira e Jorge Moisés Kroll do Prado. Haia: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. **Library Reference Model**: um modelo conceitual para a informação bibliográfica. Traduzido por Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli, José Fernando Modesto da Silva, Liliana Giusti Serra, Luiza Wainer, Marcelo Votto Texeira, Raildo de Sousa Machado e Zaira Regina Zafalon. Den Haag: IFLA, 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017_rev201712-por.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.
- LIBRARY OF CONGRESS. **Compare MARC converted to BIBFRAME**. 2020. Disponível em: <https://id.loc.gov/tools/bibframe/compare-id/full-ttl>. Acesso em: 12 out. 2020.
- O'DELL, A. J. **Cataloger 3.0**: competencies and education for the BIBFRAME catalog. Disponível em: <https://medium.com/@allisonjaiodell/cataloger-3-0-9c4984b5a918>. Acesso em: 12 out. 2020.
- OLSON, H. A. Thinking professional. **Technical Services Quarterly**, [S.L.], v. 15, n. 1-2, p. 51-66, 1997.

PAULA, M. A. VALLS, V. M. Mapeamento de processos em bibliotecas: revisão de literatura e metodologias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 12, n. 3, p. 136-156.

RLA STEERING COMMITTEE. **Resource Description and Access**. 2020. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 8 out. 2020.

ROBERTO, K. R. What does “radical cataloging” mean, anyway? *In*: ROBERTO, K. R. (Ed.). **Radical cataloging: essays at the front**. North Carolina: McFarland & Company, 2008.

SALES, R. A classificação de livros de William Torrey Harris: influências de Bacon e Hegel nas classificações de biblioteca. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 188-204, 2017.

TEXEIRA, M. V.; SHINTAKU, M.; SCHIESSL, I. T.; MURAKAMI, T. R. M.; MACEDO, D. J. Análise prática do Recurso Descrição e Acesso e Modelo de Referência Bibliotecária no Koha no processo de catalogação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 3, p. 1-14, 28 set. 2020.

WATSON, B. M. “There was Sex but no Sexuality”: critical cataloging and the classification of asexuality in LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly**, [S.L.], v. 58, n. 6, p. 547-565, 2020.

WIKIPEDIA. **Quarta parede**. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2020]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Quarta_parede. Acesso em: 12 out. 2020.

CURADORIA DIGITAL EM BIBLIOTECAS

Aquiles Alencar Brayner

1 INTRODUÇÃO

A Curadoria Digital vem se tornando um campo cada vez mais relevante na formação profissional dos bibliotecários. O crescente número de documentos digitais que estão sendo incluídos em nossos acervos somado à popularização do uso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) e ferramentas digitais entre os usuários, exigem do bibliotecário um conhecimento voltado à gestão de acervos digitais que garanta tanto o tratamento técnico e preservação dos objetos eletrônicos de modo apropriado, e que facilite, sobretudo, a sua descoberta e utilização por diferentes grupos de usuários, até mesmo por aqueles que ainda não fazem uso dos nossos serviços e coleções.

Se antes a importância das bibliotecas era mensurada pelo tamanho e qualidade do seu acervo, hoje podemos seguramente afirmar que a sua relevância é afiançada pela capacidade de integrar, disseminar e oferecer acesso a informações e objetos digitais provenientes de várias outras fontes, plataformas e catálogos institucionais, de modo a complementar e enriquecer as áreas de abrangência dos nossos acervos, apresentando-os de maneira lógica e sistemática para os usuários. De fato, são duas grandes vantagens que a tecnologia digital nos oferece: primeira, a possibilidade de enriquecimento das nossas coleções através da colaboração interinstitucional na troca de informações e agregação de objetos em plataformas compartilhadas de acesso, como no exemplo do projeto *Old Maps Online* (<https://www.oldmapsonline.org/>) que disponibiliza mapas digitalizados provenientes de várias coleções em uma mesma interface de busca e acesso; segunda, a contribuição dos usuários tanto na criação de novos objetos para inserção nos repositórios institucionais, quanto sua participação direta através de práticas de folksonomia para a descrição dos acervos institucionais segundo diferentes interpretações que vão ampliar as possibilidades

de identificação, recuperação e uso dos acervos.

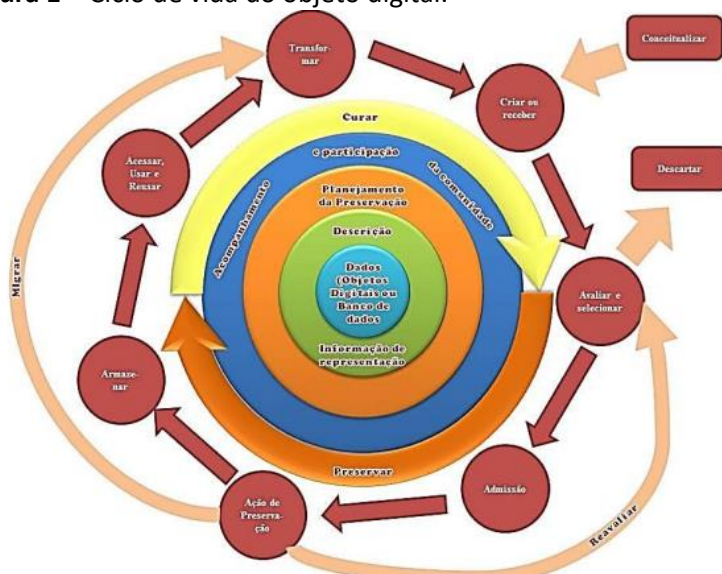
Em sua concepção histórica, o termo Curadoria Digital foi empregado pela primeira vez, em 2001, pela *Digital Research Coalition*, em Londres. A necessidade de se pensar a gestão dos objetos e dados digitais, determinando atividades de ação conjunta para o seu tratamento e preservação a médio e longo prazo, foram determinantes para que os profissionais da informação pudessem refletir sobre a natureza específica dos acervos eletrônicos que os diferencia do que tínhamos até então como prática de gestão dos acervos físicos. Os programas de digitalização inicialmente empregados em bibliotecas e arquivos tinham como objetivo prioritário garantir a preservação dos suportes físicos minimizando os riscos de deterioração pelo seu manuseio. Com o passar do tempo, os profissionais da informação começaram a compreender que os documentos digitalizados representavam muito mais do que um formato substituto aos documentos analógicos. A migração de formatos, do físico ao eletrônico, trouxe consigo, além da ampliação nas possibilidades de acesso e uso dos acervos institucionais, novos desafios para a sua preservação, dando origem às discussões na área.

O avanço nas propostas e modelos de gerenciamento dos acervos eletrônicos vem evoluindo graças ao compartilhamento de experiências e práticas profissionais de curadoria digital no setor de bibliotecas e arquivos digitais. Desde então, a elaboração de conceitos teóricos, criação de planos estratégicos e aplicação de modelos operacionais para a gestão de objetos e dados eletrônicos vêm se estabelecendo de forma cada vez mais padronizada e consistente, fruto do trabalho colaborativo entre instituições memoriais, usuários, organizações profissionais e centros de pesquisa.

O surgimento do *Digital Curation Centre* (DCC), em 2004, no Reino Unido, estabeleceu um marco importante na consolidação dos estudos e práticas em Curadoria Digital. O objetivo central do DCC tem sido formular recomendações sobre normas e políticas de gestão para recursos eletrônicos, promovendo, desta forma, ações mais sistematizadas no âmbito internacional para garantir o

gerenciamento, preservação e agregação de valor às coleções de documentos digitais. Uma das maiores contribuições do DCC em seu escopo de atuação foi a formulação de um esquema gráfico (Figura 1) indicando as ações necessárias para o tratamento e preservação a longo prazo de dados e objetos digitais, configurado por um caráter cíclico, interdependente e ininterrupto.

Figura 1 – Ciclo de vida do objeto digital.



Fonte: <https://curadoriadigitalblog.wordpress.com/2015/11/13/ciclo-de-vida-da-curadoria-digital/>

Este esquema, representado a partir de uma estrutura recursiva, demonstra que a gestão dos objetos e dados digitais é um processo que demanda um acompanhamento constante do desenvolvimento tecnológico e revisão das políticas de gestão digital de modo a garantir a acessibilidade e a utilização dos conteúdos eletrônicos no presente e em épocas futuras. No centro da estrutura se situa o objeto ou dado digital em torno do qual gravitam as ações de curadoria. Quanto mais próximas ao núcleo do gráfico, mais

importantes serão as medidas a serem adotadas para garantir uma gestão satisfatória dos acervos eletrônicos. Nesta perspectiva, as ações em curadoria digital estariam divididas em três etapas distintas que, além de inter-relacionadas, estabelecem de um modo esquemático as atividades necessárias para se garantir o gerenciamento dos conteúdos digitais de uma forma mais eficiente através de um planejamento esquemático, conforme os seguintes passos:

1. Ações completas ou essenciais: (Curar e Preservar)

- Descrição representação da informação;
- Planejamento da preservação;
- Acompanhamento e participação da comunidade;

2. Ações sequenciais:

- Conceitualizar;
- Criar ou receber;
- Avaliar e selecionar;
- Admissão;
- Ação de preservação;
- Armazenar;
- Acessar, usar e reusar;
- Transformar;

3. Ações ocasionais:

- Descarte;
- Reavaliação.

De maneira mais genérica, o que se observa na proposta curatorial sugerida pelo DCC é uma sequência de processos imprescindíveis que vão desde o **planejamento** inicial para a formação do acervo eletrônico (ações essenciais), passando, posteriormente, para a fase da **implementação** de sistemas e políticas de gestão do acervo (ações sequenciais), para, eventualmente, determinar, conforme necessário, a **reavaliação** e possível descarte do objeto digital ou dados armazenados em um repositório institucional (ações ocasionais).

É importante salientar que esta esquematização do ciclo de vida dos conteúdos digitais sugere uma relevância ao papel exercido

pelos usuários no desenvolvimento deste material, especialmente nos processos de seleção, descrição e possibilidades de uso dos objetos eletrônicos e as informações a eles pertinentes. Ao se considerar as peculiaridades informacionais e a heterogeneidade dos grupos de usuários que acessam e utilizam objetos eletrônicos desde diferentes perspectivas e contextos, o bibliotecário deve ter em mente que estes objetos devem estar sempre abertos a novas possibilidades de utilização e, por conseguinte, apresentar novas possibilidades de descrição, na maioria das vezes, oferecidas pelos próprios usuários através de atividades de etiquetagem em nossos catálogos e plataformas de disponibilização de acervos.

A seguir, iremos discutir cada etapa do gráfico sugerido pelo DCC, de modo a detalhar suas prioridades, recomendações práticas e planejamento dentro da conceituação cíclica que garante a criação, gerenciamento e preservação do objeto digital durante o seu tempo de vida útil.

2 AÇÕES COMPLETAS OU ESSENCIAIS

2.1 DESCRIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As ações descritas em torno do objeto ou informação digital, conforme designadas no centro do gráfico proposto pelo DCC, estabelecem os elementos essenciais que devem ser levados em consideração antes mesmo da implementação de políticas de seleção e arquivamento de conteúdos nato-digitais ou criação de objetos digitais através de programas de digitalização. Estas ações, adotadas ainda na fase de planejamento, irão influenciar diretamente os estágios subsequentes de gerenciamento e preservação dos conteúdos eletrônicos nos repositórios institucionais.

O primeiro passo a ser adotado em qualquer atividade de gestão de acervos digitais, “descrição e representação da informação”, refere-se de maneira mais específica aos metadados a serem utilizados para a descrição dos conteúdos eletrônicos com o objetivo de facilitar a sua descoberta e recuperação pelo público. Vale ressaltar que esta descrição não se limita ao objeto eletrônico

em si. Ela inclui também informações pertinentes que apresentem o contexto em que o objeto eletrônico foi gerado e mantido. Uma das tarefas atribuídas ao curador digital é prover informação suficiente que possa descrever os objetos eletrônicos em sua completude e modos de representação. Essa informação se faz essencial para que os usuários possam entender o contexto de criação e utilização do dado eletrônico e suas possíveis relações com outros conteúdos digitais, inclusive aqueles disponibilizados por outras instituições de modo a tornar as coleções cada vez mais completas. A ausência ou insuficiência de informação descritiva sobre esses objetos geram problemas que vão impossibilitar a identificação ou a utilização de conteúdos eletrônicos no futuro. Um exemplo bastante recorrente da perda de objetos digitais ocorre quando o endereço de acesso a um determinado conteúdo eletrônico ou parte dele é alterado sem que se notifique o novo local onde o mesmo passa a ser disponibilizado.

Outro cenário comumente experienciado em relação aos objetos digitais é a impossibilidade de se acessar e utilizar estes objetos devido à falta de informações sobre suas propriedades técnicas, dependências tecnológicas ou estrutura lógica em relação a outros itens presentes em um mesmo repositório ou acervo. A ausência de informação ou referência sobre o contexto no qual o objeto foi originalmente criado determina, da mesma forma, a impossibilidade de se garantir a integridade e a autenticidade dos objetos digitais.

2.2 PLANEJAMENTO DA PRESERVAÇÃO

A preservação dos objetos e dados eletrônicos é uma das principais atividades em Curadoria Digital. O processo de preservação, vale aqui ressaltar, não se limita apenas à migração da sequência de *bits* que compõem um objeto eletrônico para versões atualizadas de *software* ou replicação do objeto em diferentes repositórios eletrônicos. Este processo exige, principalmente, uma constante atividade de gerenciamento e avaliação do objeto digital de modo a garantir a integridade e longevidade do conteúdo

eletrônico, enriquecendo, da mesma forma, o seu acesso e possibilidades de uso em novos ambientes tecnológicos no futuro.

Os padrões utilizados para o tratamento técnico dos recursos analógicos em bibliotecas ou arquivos são insuficientes para dar conta da complexidade dos objetos digitais. Estes últimos requerem um processo descritivo que vai além das atribuições de seu formato ou conteúdo, incluindo informações sobre a sua criação, seus canais e possibilidades de acesso, condições de reutilização, conexão com outros objetos e metadados em acervos de uma mesma instituição ou fora dela, além de dados sobre sua preservação a partir das características intrínsecas a seu formato específico.

O conceito de integridade se refere à preservação da autenticidade do objeto ou dado eletrônico, garantindo que a sua estrutura e conteúdo originais não sejam manipulados, alterados ou substituídos. De modo a minimizar a perda de autenticidade do objeto durante os processos de migração de formato, é de suma importância que o curador digital estabeleça e mantenha os metadados que certifiquem a proveniência do objeto eletrônico, o seu contexto de concepção e uso (circunstâncias que envolvem a sua criação, seleção, arquivamento, ingestão em repositório, uso e relação do objeto com outros itens), assim como a sua acessibilidade e novas informações geradas a partir da criação de outras versões do objeto descrito.

O esquema de metadados PREMIS, mantido e gerenciado pela *Library of Congress* (<https://www.loc.gov/standards/premis>), determina quatro entidades ou elementos centrais de descrição do recurso digital de modo a possibilitar um melhor planejamento para a sua preservação. Estas entidades são:

- a. **Objeto:** conteúdo digital para fins de gerenciamento e descrição como um livro, fotografia ou *Website*. Os objetos podem ser um arquivo¹⁰⁵, um fluxo de *bits*¹⁰⁶, ou uma

¹⁰⁵ Sequência de *bytes* gerenciada como uma unidade informacional por um sistema de arquivos de computador.

¹⁰⁶ Sequência de dados dentro de um arquivo que podem ser descritos separadamente para fins de preservação, como a imagem incorporada a um

manifestação de um objeto eletrônico mais complexo¹⁰⁷. Este elemento determina, da mesma forma, os requisitos técnicos que possibilitam o acesso, a disponibilização e a utilização do objeto, incluindo informações sobre o seu formato, *software* ou aplicativos de criação, além do sistema operacional e *hardware* necessários para tornar o objeto utilizável.

- b. **Evento:** registro de ações relacionadas com os objetos digitais ou com seus agentes como, por exemplo, informações sobre a proveniência do recurso digital, incluindo histórico de migração e cópia do objeto em repositórios; mudanças ou alterações sofridas pelo objeto digital; réplica do seu conteúdo para formatos diferentes ou mesmo atualização na versão do *software* para a visualização do objeto em seu formato original ou qualquer outra intervenção realizada sobre o objeto original assim como o agente responsável pelas ações efetuadas.
- c. **Agente:** informações referentes aos criadores dos objetos (pessoas, organizações ou sistemas) associados aos documentos digitais ou agentes responsáveis pela manipulação destes objetos no caso de alteração do seu conteúdo original. Este elemento deve também oferecer o contexto intelectual necessário para tornar o objeto compreensível para futuros usuários. Por exemplo, se o objeto consiste em um relatório que descreva uma sequência de observações biológicas, suas informações descritivas podem incluir uma documentação que especifique como os registros foram estruturados, assim como informações sobre os instrumentos e metodologias empregados para registrar as observações realizadas.
- d. **Direitos:** informações sobre direitos e licenciamentos que

documento textual ou arquivos anexados em um e-mail.

¹⁰⁷ Conjunto de um ou mais arquivos que compõem uma instânciação de uma entidade intelectual, por exemplo, uma representação de um site que inclui um conjunto de arquivos HTML, CSS, PDF, JPEG etc.

se aplicam ao acesso e utilização dos objetos digitais, de modo a garantir que a instituição tenha permissão de reproduzir cópias de um documento ou modificar o seu formato com propósito de preservar o seu conteúdo. Os metadados de direitos também devem especificar os licenciamentos aplicados aos diferentes tipos de *software*, se abertos ou proprietários, com o objetivo de garantir que estes programas e as possíveis alterações de seus códigos possam ser também arquivados pela instituição para acesso no futuro.

O planejamento das atividades de preservação digital deve ocorrer antes mesmo da criação e armazenamento dos conteúdos digitais nos repositórios institucionais. Este planejamento deve se basear em padrões definidos para a criação de metadados de preservação, garantindo o armazenamento a longo prazo dos objetos digitais de acordo com as suas especificidades de formato e dependências tecnológicas.

2.3 OBSERVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A terceira ação no estágio das ações essenciais descritas no modelo de ciclo de vida dos objetos digitais indica a importância dos profissionais que trabalham com acervos eletrônicos de entender como os objetos e dados destes acervos são acessados e utilizados de modo a atender a diferentes necessidades informacionais. Colaboração é, de fato, um dos elementos chaves para um trabalho eficaz na gestão dos acervos eletrônicos. Todas as áreas profissionais envolvidas na criação, arquivamento, disponibilização e uso dos objetos e dados digitais devem participar de discussões sobre os desafios enfrentados em suas práticas profissionais, contribuindo com proposições úteis para o seu gerenciamento e soluções para os novos desafios encontrados.

Desde o início do seu trabalho com coleções eletrônicas, as instituições memoriais perceberam que nenhuma forma de trabalho isolado poderia fornecer serviços adequados de arquivamento, preservação e acesso aos materiais digitais. Os motivos para isso

incluem o constante levantamento de questões envolvendo a Curadoria Digital, a incerteza sobre como abordá-las ou adotá-las de acordo com as especificidades específicas de cada acervo ou instituição, e o alto custo que as práticas de Curadoria Digital possam representar em relação aos recursos financeiros disponíveis, principalmente em bibliotecas e arquivos com orçamentos precários. A colaboração garante o melhor uso dos recursos através do compartilhamento de experiências, desenvolvendo e construindo infraestrutura técnica, ferramentas e soluções que podem ser compartilhadas, garantido, assim, a redução de custos. A colaboração também promove novas oportunidades de aprendizagem, encorajando bibliotecários e arquivistas a desenvolver o seu conhecimento através de um processo constante de capacitação profissional. De acordo com a UNESCO (2003), as boas práticas em projetos e atividades colaborativas devem obedecer a alguns princípios básicos:

- a. **Adoção de padrões compartilhados:** as atividades colaborativas devem ser realizadas de uma maneira padronizada, garantindo, assim, a interoperabilidade entre programas com base em uma compreensão comum das práticas necessárias para se alcançar os objetivos estabelecidos;
- b. **Compartilhamento de informações:** informações gerais ou questões mais específicas em curadoria digital, tais como resultados de pesquisa, dados sobre usuários ou qualquer outro tipo de relatório que seja relevante para aos projetos colaborativos, devem ser comunicados às instituições parceiras de modo a garantir uma padronização nas ações adotadas na gestão de seus acervos;
- c. **Assumir linguagens comum:** as organizações envolvidas em projetos colaborativos devem desenvolver e apresentar uma mensagem comum em campanhas de advocacia ou em

- publicidade destinada a comunicar os objetivos, políticas, ações e perfil das instituições colaboradoras;
- d. **Divisão de trabalho:** instituições devem firmar acordos para trabalhar em colaboração a nível operacional, tomando medidas de forma coordenada com responsabilidades realizadas em paralelo ou divididas entre programas;
 - e. **Compartilhamento de recursos:** a colaboração entre instituição deve elaborar um planejamento para compartilhar recursos, tais como sistemas e ferramentas tecnológicas, recursos humanos e orçamentários, de modo a trabalhar de maneira mais eficiente em programas com objetivos comuns (UNESCO, 2003, p. 63-64).

O *Digital Curation Centre* designa a expressão “comunidade de usuários” em referência específica a determinados grupos de profissionais da informação que desenvolvam “atividades comunitárias apropriadas” com participação ativa no “desenvolvimento de padrões compartilhados, ferramentas e software adequados” (HIGGINS, 2008, p. 137, tradução nossa). No contexto mais amplo das bibliotecas e outras instituições de memória social, o termo “usuários” passa a ser aplicado a um público mais amplo que, demonstrando necessidades informacionais distintas e cada vez mais complexas, possam enriquecer os dados fornecidos pelas instituições, contribuindo de forma efetiva na descrição de seus acervos. Este usuário público, sem preencher necessariamente um perfil definido enquanto pesquisador ou acadêmico e, muito provavelmente, desprovido de uma compreensão mais abrangente do trabalho envolvido na prática de curadoria de dados e conteúdos eletrônicos, exerce uma função essencial no processo de seleção, disponibilização e descrição dos objetos digitais culturais. Como bem observam Martins e Carvalho Junior (2017):

[o]s novos agentes que exercitam a prática

social da memória na cultura digital não possuem treinamento em ciências da informação (Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia) e nem retaguarda institucional. São amadores – fãs, *hackers*, piratas e voluntários – que passam a atuar no campo e se tornam forças de produção informacional avassaladora para os sistemas oficiais. Ao exercerem seus novos papéis de organização e de representação da informação, passam a influenciar aquilo que se transforma em acervo, tornando disponíveis inúmeros objetos digitais que serão agora passíveis de recuperação e que passarão a compor o repertório de possibilidades que formarão a memória da contemporaneidade (MARTINS; CARVALHO JÚNIOR, 2017, p. 47).

Desta forma, todo e qualquer processo de Curadoria Digital deve levar em consideração, desde o seu planejamento até a reavaliação dos serviços de acesso aos conteúdos digitais, as necessidades informacionais e papel do usuário, de modo a “agregar novas e inusitadas perspectivas à informação, oferecendo aos seus usuários a surpresa, o inesperado ou simplesmente aquilo que o usuário nem imaginaria existir no mundo e sobre o mundo, ampliando seu próprio entendimento do mundo” (CÔRREA; BEROCCHI, 2012, p. 8). Diante deste contexto, faz-se necessário um entendimento mais amplo não somente sobre os conteúdos de maior interesse e relevância para as diferentes comunidades a que os acervos digitais se destinam, mas, de modo muito mais importante, como estes conteúdos podem ser mais facilmente descobertos, acessados e reutilizados tanto pelos grupos de usuários familiarizados com determinados tipos de acervos, quanto aqueles que, mesmo desconhecendo os objetos disponibilizados em rede pelas instituições de memória cultural, possam a vir, no futuro, fazer uso deles.

Outro ponto importante que deve ser levado em consideração

ainda na fase de planejamento de criação e arquivamento dos objetos digitais é a multiplicidade de alternativas oferecidas hoje para acesso, descrição e reuso dos objetos digitais, tendo em vista, da mesma forma, a rápida evolução das TICs e o seu impacto imediato e a longo prazo nos comportamentos informacionais dos usuários, de modo a construir acervos digitais que possam responder de forma satisfatória às necessidades informacionais atuais e no futuro.

3 AÇÕES SEQUENCIAIS

3.1 CONCEITUALIZAR/CRIAR OU RECEBER

A conceitualização e criação dos objetos eletrônicos são os primeiros passos a serem tomados em Curadoria Digital logo após a etapa de planejamento. Esta etapa determina os objetos que devem fazer parte da coleção e como eles deverão ser preparados de modo a atender os requisitos de padronização e modelos referenciais que garantam a sua usabilidade durante a sua vida útil. A digitalização apresenta inúmeras vantagens que garantem a ampliação do acesso e uso de acervos em bibliotecas, arquivos e museus para o público em geral. Além de auxiliar na preservação de documentos raros e frágeis ao evitar o manuseio do material físico onde estes documentos foram originalmente registrados, os conteúdos digitais complementam os acervos ao agregar objetos relacionados entre si e que se encontram hospedados em instituições distintas; ajudam a enriquecer a descrição dos objetos através de atividades de participação pública, e facilitam a interpretação dos objetos memoriais para os usuários e fomentam novas áreas e modelos de pesquisa, ensino e aprendizagem.

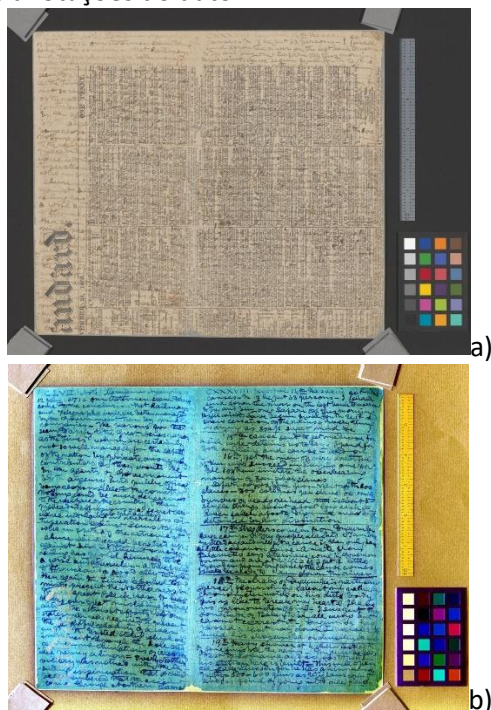
Ainda em relação aos objetos digitalizados, é importante determinar de antemão os processos de reprodução necessários para que a imagem digital represente de maneira fidedigna o formato físico original que deu origem ao documento digitalizado. A decisão sobre a reprodução digital dos objetos analógicos depende de vários fatores que devem ser considerados, dependendo, principalmente,

da finalidade de uso e o público-alvo que a instituição deseja beneficiar. Elementos como formato de imagens, resolução e definição de cores que irão ser estabelecidos no processo de digitalização são essenciais nos processos de conceitualização e criação de objetos eletrônicos.

Um documento textual, por exemplo, pode ser reproduzido em formato PDF e sem necessidade de cores. Já os itens iconográficos serão produzidos, preferencialmente, em formatos *Tagged Image File Format* (TIFF) ou *Joint Photographic Experts Group* (JPEG), de modo a capturar a coloração do objeto original. Embora o formato TIFF seja o mais indicado para a preservação a longo prazo dos conteúdos digitais, cabe a cada instituição decidir ou não pelo seu uso já que este formato exige um maior espaço de armazenamento. As imagens em formatos JPEG são mais compactadas e, por conseguinte, apresentam resolução bastante inferior ao formato TIFF. Elas podem ser uma opção mais viável a instituições sem muito espaço de armazenamento para hospedar os seus acervos digitais. Via de regra, as instituições de memória mantêm ambos formatos em seus repositórios. O formato JPEG é utilizado, sobretudo, para publicação em páginas *web*, miniaturas e visualização de imagens nos portais institucionais, enquanto o formato TIFF é usado como cópia de preservação.

Além dos formatos de registro dos objetos digitais, as instituições devem considerar os processos de reprodução de conteúdo analógico de acordo com o seu propósito de uso. A técnica de digitalização com imagem multiespectral, por exemplo, está auxiliando pesquisadores a recuperar conteúdos ilegíveis, normalmente gravados em suportes de alta fragilidade. Esta técnica consiste na tomada de imagens de um mesmo objeto, aplicando diferentes comprimentos de ondas eletromagnéticas com luz infravermelha, ultravioleta, raio-X ou qualquer outra faixa do espectro de cores que reaja ao material que está sendo digitalizado, trazendo à tona informações que já não se encontram acessíveis no suporte físico, como representado na Figura 2.

Figura 2 – Comparação entre as imagens tomadas de um mesmo documento. a) A primeira imagem reproduzida com luz natural e b) a segunda utilizando a técnica multiespectral, revelando de maneira mais nítida as anotações do autor.



Fonte: http://www.livingstoneonline.org/spectral-imaging/in-his-own-words/catalogue?access=view_spectral

Outro exemplo que ilustra as várias possibilidades de decisão sobre processos de digitalização de acervos físicos é a reprodução de objetos utilizando *software* para a construção de imagens tridimensionais. Esse tipo de digitalização é bastante comum em acervos museológicos que precisam ser apresentados de forma a oferecer ao usuário uma “inspeção visual de acordo com o objeto real, apoiado por documentação compreensível, demonstrando

evidência quantificável de fidelidade geométrica e colorimétrica” (HESS; ROBSON, 2012, p. 104, tradução nossa).

3.2 AVALIAÇÃO E SELEÇÃO/ADMISSÃO/AÇÃO DE PRESERVAÇÃO/ ARMAZENAR/ACESSAR, USAR E REUSAR/TRANSFORMAR

Os conceitos descritos imediatamente após o trabalho de conceitualização se referem à definição de critérios para determinar os objetos e dados digitais que devem ser identificados e escolhidos pelo curador digital para ingestão em repositório, a sua temporalidade para a sua preservação e o período e ações de armazenamento de modo a garantir o acesso e reutilização destes objetos por usuários no futuro.

Uma vez que se tenha estabelecido o modo como o objeto eletrônico será criado (no caso de digitalização) ou capturado (coleta de um objeto digital já existente), o curador digital deverá definir quais as ações de preservação que deverão ser efetuadas de acordo com o planejamento estabelecido nas ações essenciais, levando em consideração o modo de armazenamento e disponibilização dos acervos eletrônicos de sua instituição, tornando-os facilmente acessíveis e promovendo a sua reutilização ou transformação pelos usuários. Esse processo de transformação pode se dar desde a contribuição do usuário na descrição dos objetos que compõem o acervo através de etiquetagem, até o reaproveitamento do objeto, com a criação de novos itens a ele relacionados. Arquivos sonoros, para citar aqui um exemplo na transformação de objetos digitais, são bastante utilizados e remixados por usuários para a criação de novas músicas através de ferramentas ou plataformas abertas que facilitam cada vez mais a manipulação dos registros sonoros.

A decisão sobre os objetos a serem arquivados e preservados, muitas vezes, não segue a elementos pré-determinados ou modelos rígidos de avaliação. De fato, o processo de avaliação deve estar submetido a uma tomada de decisão institucional a partir de fatores econômicos, políticos, ideológicos, culturais e sociais que representem ou favoreçam o seu melhor entendimento dos objetos

e dados digitais. A designação dos recursos a serem incluídos em um repositório digital deverão atender da mesma forma alguns outros processos de decisão de ações para gerenciamento destes recursos, tais como a decisão sobre os modelos de aquisição e a estipulação do tempo de retenção dos objetos e dados digitais no repositório, considerando-se que

a determinação da informação de valor que deva ser preservada, continua sendo significativa no ambiente digital. Além disso, o conceito é aplicável além do domínio de registro em que se originou. Várias estratégias foram identificadas para realizar uma avaliação, de modo que qualquer uma delas ou combinação de várias estratégias disponíveis, pode ser apropriada para uma comunidade ou domínio de informação específica (OLIVER et al., 2008, p. 5).

É importante salientar também que a evolução constante das ferramentas digitais, principalmente com o surgimento dos recursos *Web 2.0* que possibilitam uma interação cada vez maior entre usuários e acervos institucionais, lançam novos desafios para a Curadoria Digital no sentido de determinar modelos que estabeleçam a importância de se arquivar e preservar, além dos recursos institucionais, os dados gerados pelo público sobre estes recursos.

A prática da folksonomia, definida enquanto modelo de descrições providas pelo público através da etiquetagem de objetos e dados digitais utilizando “termos com significação pessoal, ao invés da terminologia indicada por vocabulários controlados” (PORTER, 2011, p. 249), são hoje entendidas enquanto complemento que agregam enorme valor às informações e aos objetos digitais das bibliotecas, arquivos e museus. Estas informações oferecidas pelo público podem ser adicionadas a catálogos institucionais ou plataformas externas onde os objetos se encontram disponibilizados,

sendo empregadas para facilitar a descoberta de documentos digitais através do enriquecimento na descrição dos recursos institucionais. Neste novo contexto, as instituições devem avaliar e selecionar a importância não somente dos seus próprios documentos para inclusão no repositório digital, mas, sobretudo, determinar procedimentos para o controle de qualidade das informações providas pelo público e que possam servir como metadados complementares aos objetos e catálogos institucionais.

Em suma, as ações sequenciais em Curadoria Digital que estabelecem o processo de criação, arquivamento, preservação, acesso e reutilização de acervos eletrônicos, devem ser pensadas a partir de algumas questões básicas de modo a auxiliar os bibliotecários a estabelecer políticas de desenvolvimento de coleções em suas respectivas instituições:

- 1. Por quê?** Identifica os principais motivos que determinam a necessidade/importância de se preservar alguns objetos em detrimento de outros;
- 2. O quê?** Define quais os objetos digitais que serão preservados, considerando o contexto informacional e tecnológico em que foram criados (p. ex., formatos, sistemas operacionais, *software* etc.);
- 3. Para quem?** Estabelece um perfil de acervo de acordo com o público que a instituição pretende servir, tendo em vista a possibilidade de atender as necessidades, comportamento e demandas informacionais dos seus atuais e possíveis usuários;
- 4. Por quanto tempo?** Determina o tempo necessário para a manutenção e preservação de cada objeto digital, se a longo, médio ou curto prazo;
- 5. Como?** Estabelece políticas de preservação indicando os modelos e processos a serem adotados para a migração de conteúdos e formatos, padronização de metadados etc.;
- 6. Onde?** Especifica onde os objetos digitais e seus respectivos metadados estarão depositados de modo a possibilitar acesso aos recursos eletrônicos.

4 AÇÕES OCASIONAIS

O último estágio descrito no esquema elaborado pelo DDC sobre a Curadoria Digital se refere ao desenvolvimento das coleções a partir do desbastamento de certos itens que deixam de ser importantes em um acervo eletrônico. Estas ações podem ocorrer pela perda de características qualitativas do documento quanto a aspectos técnicos, como no caso dos objetos digitais em formatos obsoletos, ou mesmo pela sua redundância dentro de uma coleção. Via de regra, um mesmo objeto digital pode estar disponível para seus usuários em diferentes formatos, como no caso de um *e-book* oferecido em PDF, EPUB e RFT. Instituições podem optar em um determinado momento pela adoção de um único formato para seus *e-books* de modo a facilitar o monitoramento e preservação dos livros eletrônicos que fazem parte de sua coleção, reavaliando ou descartando os outros formatos hospedados em seus repositórios.

O acesso descontínuo a um determinado documento digital é outro fator que, assim como nas atividades de descarte de acervos físicos, pode levar o bibliotecário a decidir pela sua exclusão no acervo com o objetivo de liberar espaço no servidor institucional. Estas ações de descarte e reavaliação, vale a pena lembrar, são atividades ocasionais que ocorrem com menos frequência que as outras descritas no ciclo de vida do objeto digital. Qualquer que seja o motivo que justifique a prática de desbastamento, é imprescindível que as ações envolvidas estejam em consonância com as políticas de desenvolvimento de coleções da biblioteca e de que se mantenha um registro único dos documentos excluídos na coleção de modo a facilitar a gestão dos acervos institucionais.

5 CONCLUSÃO

Por ser ainda um campo em desenvolvimento em compasso aos avanços tecnológicos, principalmente nas últimas duas décadas, a prática da Curadoria Digital não pode ser expressa por um modelo único e definitivo de prescrição para as melhores políticas e ações a serem adotadas na gestão de acervos digitais em bibliotecas, arquivos e museus. Esquemas como o ciclo de vida do objeto digital

aqui apresentado servem muito mais enquanto modelo conceitual para o tratamento de objetos eletrônicos do que um padrão rigorosamente estabelecido a ser adotado por bibliotecários ou outros profissionais da informação que trabalhem com coleções digitais.

De toda forma, ainda que não tenhamos uma padronização definitiva para o gerenciamento de acervos digitais que atenda às necessidades específicas de todas as instituições, algumas ferramentas estão sendo criadas com o objetivo de auxiliar os curadores digitais a tomarem decisões de apreciação e escolha dos recursos eletrônicos mais apropriados ao tipo de instituição a que estão vinculados. Este é o caso do *Digital Preservation Coalition* que lançou em 2006 uma ferramenta *online* interativa (<https://www.dpconline.org/pages/handbook/dec-tree-select.html>) para assessorar os profissionais da informação e pesquisadores na identificação dos dados a serem preservados a partir de sua relevância para os usuários. A plataforma estabelece alguns pontos básicos na definição de requisitos de adequação do material ao escopo e políticas institucionais de desenvolvimento de coleções digitais incluindo permissões de acesso e reuso e possibilidade de migração dos objetos digitais para formatos mais estáveis, subsidiando o gerenciamento dos recursos digitais de maneira satisfatória através da mitigação de riscos (DIGITAL PRESERVATION COALITION, 2006).

Quaisquer que sejam as medidas ou os modelos adotados para o gerenciamento dos acervos eletrônicos, é importante que o bibliotecário considere a missão, políticas e público que a sua instituição atende, buscando sempre que possível seguir a regra dos 10 INs. Esta regra descreve os pontos essenciais que devem ser alcançados para uma curadoria efetiva dos objetos digitais através de:

- 1. Integridade:** oferecer garantia de acesso ao objeto digital na maneira em que ele foi criado ou reproduzido a partir de uma manifestação analógica;

2. **Integração:** possibilitar que diferentes conteúdos e formatos sejam acessíveis sem maiores empecilhos, preferencialmente a partir de uma mesma plataforma de consulta e acesso;
3. **Interoperabilidade:** garantir a compatibilidade entre diferentes formatos, plataformas e sistemas operacionais;
4. **Instantaneidade:** facilitar o acesso irrestrito e imediato aos objetos eletrônicos;
5. **Interação:** apresentar catálogos interativos incorporando elementos de *Web 2.0* (*blogs, wikis, tags*) e mídia social para que os usuários possam adicionar informações e enriquecer os metadados de objetos e acervos institucionais;
6. **Informação:** planificação de metadados para maior eficiência e confiabilidade nos resultados de identificação, consulta, preservação e reutilização dos recursos digitais;
7. **Incorporação de novos conteúdos e recursos:** manter uma constante atualização de objetos para a complementação dos acervos institucionais;
8. **Interpretação:** ampliar a contextualização dos objetos digitais, indicando *links* e outras informações pertinentes, tal como itens relacionados entre si, hospedados em um mesmo repositório ou em acervos distintos, adicionando ainda qualquer outra informação que favoreça uma melhor compreensão do objeto ou acervo;
9. **Inovação:** apresentação dos objetos e acervos digitais em plataformas inovativas e integradas com os novos recursos de disseminação de informações por mídias sociais e meios afins, de modo a despertar a atenção e o interesse dos usuários no uso dos objetos memoriais;
10. **Acesso Indefinido:** garantir o acesso e uso dos objetos digitais no presente e a longo prazo.

Ao buscar atingir os preceitos definidos na regra dos 10 INs não importando qual o modelo conceitual ou combinação de vários deles para o gerenciamento dos acervos digitais, o bibliotecário terá

certamente êxito no seu compromisso de atender os usuários de sua instituição de maneira a enriquecer cada vez mais a experiência destes últimos no acesso contínuo e uso criativo das nossas coleções digitais.

REFERÊNCIAS

CÔRREA, E.; BERTOCCHI, D. O algoritmo curador: o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 21., 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; Associação Nacional dos Programas de pós-graduação em Comunicação, 2012.

DIGITAL CURATION CENTRE. **Curation Reference Manual**. Edimburgo: Digital Curation Centre, 2017. Disponível em: <http://www.dcc.ac.uk/resources/curation-reference-manual>. Acesso em: 21 nov. 2017.

DIGITAL PRESERVATION COALITION. **Decision tree for selection of digital materials for long-term retention**. York, UK: Digital Preservation Coalition, 2006. Disponível em: <https://www.dpconline.org/docs/digital-preservation-handbook/298-preservation-handbook-decision-tree/file>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DIGITAL PRESERVATION COALITION. **Digital preservation handbook**. York: Digital Preservation Coalition. 2008. Disponível em: <http://www.dpconline.org/handbook>. Acesso em: 5 nov. 2017.

GARTNER, R; LAVOIE, B. **Preservation metadata**. 2. ed. DPC Technology Watch Report 13. Londres: Digital Preservation Coalition, 2013. Disponível em: <https://www.dpconline.org/docs/technology-watch-reports/894-dpctw13-03/file>. Acesso em: 23 nov. 2017.

HESS, M.; ROBSON, S. 3D imaging for museum artefacts: a portable test object for heritage and museum documentation of small objects. *In*: INTERNATIONAL ARCHIVES OF THE PHOTOGRAMMETRY, REMOTE SENSING AND SPATIAL INFORMATION SCIENCES, 39., 2012, Melbourne. **Anais...** Melbourne, 2012. p. 103-108. Disponível em: <https://www.int-arch-photogramm-remote-sens-spatial-inf-sci.net/XXXIX-B5/103/2012/isprsarchives-XXXIX-B5-103-2012.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

HIGGINS, S. What are metadata standards? **Digital Curation Centre**. 2017. Disponível em: <http://www.dcc.ac.uk/resources/briefing->

papers/standards-watch-papers/what-are-metadata-standards. Acesso em: 8 nov. 2017.

HIGGINS, S. The DCC curation lifecycle model. **The international journal of digital curation**, Edinburgh, v. 3, n. 1, p. 134-140, 2008.

LIBRARY OF CONGRESS. **Core metadata elements**. 1998. Disponível em: <https://www.loc.gov/standards/metadata.html>. Acesso em: 6 out. 2017.

MARTINS, D.; CARVALHO JÚNIOR, J. M. C. Memória como prática na cultura digital. **TIC Cultura 2016**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (NISO). **Understanding metadata**. Bethesda, MD: NISO Press, 2004.

OLIVER, G. et al. **Report on automated re-appraisal**: managing archives in digital libraries. Pisa: DELOS, 2008.

PORTER, J. Folksonomies in the library: their impact on user experience, and their implications for the work of librarians. **The Australian Library Journal**, v. 60, n. 3, p. 248-255, ago. 2011.

PREMIS EDITORIAL COMMITTEE. **PREMIS Data Dictionary for Preservation Metadata**. Versão 3.0, 2015. Disponível em: <https://www.loc.gov/standards/premis/v3/premis-3-0-final.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

UNESCO. **Guidelines for the preservation of digital heritage**. Paris: Information Society Division, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130071e.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BIBLIOTECÁRIO TREINADOR DE BASES DE DADOS

Michelângelo Mazzardo Marques Viana

1 INTRODUÇÃO

Bibliotecário Treinador de Base de Dados é um bibliotecário que realiza treinamentos síncronos e assíncronos para usuários finais com o objetivo de que estes sejam capazes de utilizar de maneira eficiente e eficaz as bases de dados e, analogamente, qualquer tipo de plataforma de pesquisa *online*, promovendo literacia digital e informacional. Além disso, também são responsáveis por produzir uma diversidade de materiais de apoio assíncrono ao uso dessas ferramentas, como: apresentações gráficas (*slides*), guias de uso, tutoriais, vídeo tutoriais, panfletos, cartazes, *posts* em redes sociais, *posts* em *blogs*, entre outros.

Ele pode ser um bibliotecário que tem esse *cargo* em uma empresa, editor ou provedor de bases, ou pode ser um bibliotecário que atua em uma biblioteca, mas que realiza essa *função*, sem importar o cargo que possui ou o departamento da biblioteca no qual atua. Nessa especialidade, o bibliotecário realiza efetivamente o seu papel de educador e mediador do conhecimento, explicando e demonstrando como colocar em prática as “tarefas do usuário” quando utilizam ferramentas de busca e catálogos, segundo indicado pela IFLA (2007) no documento “Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos” (*Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR*):

- **encontrar materiais** que correspondam aos critérios estabelecidos para a busca do usuário;
- **identificar** uma entidade através dos seus atributos;
- **selecionar** uma entidade adequada às necessidades do usuário;
- **solicitar, adquirir, ou obter acesso** à integra da entidade descrita.

Se você tiver maior interesse em conhecer os FRBR e se aprofundar no assunto, recomendo a leitura do documento “Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação” escrito pela Fernanda Moreno e Miguel Arellano (MORENO; ARELLANO, 2005).

Voltando à questão do “papel educador” que o bibliotecário exerce, Melissa Petinelli (PETINELLI, 2004) fez um estudo específico sobre o assunto, no qual reforça que “O aspecto de educador do bibliotecário inicia desde o seu comportamento frente ao público e vai até o incentivo e mediação da leitura.” e também que

Ao fazer a mediação da leitura, o bibliotecário precisa ter consciência do que significa esta ação, precisa saber que mediar também é educar, precisa valorizar o ato de mediar para, por meio dele, exercer o papel de educador.” (PETINELLI, 2004, p. 12).

Nesse estudo, a autora comenta que “a maioria dos cursos de Biblioteconomia do Brasil não inclui este tema em suas disciplinas, nem o considera relevante” (PETINELLI, 2004, p. 2). A partir da minha experiência como bibliotecário e tendo conhecido diversas bibliotecas e profissionais durante o período em que atuei como Gerente de Treinamento na EBSCO (junho de 2018 a junho de 2020), concordo com o estudo da Melissa Petinelli, pois os profissionais que atuam nessa especialidade, muitas vezes, precisam aprender “sozinhos” como realizá-la, pois diferentemente das funções de “bibliotecário catalogador”, “bibliotecário de referência”, “bibliotecário de aquisição” que são aprendidas no curso de Biblioteconomia, não existe uma formação específica na academia que habilite o bibliotecário como “treinador de bases de dados” e nem em cursos de especialização, apesar de ser uma função cada dia mais necessária, considerando que as bases de dados são a fonte mais confiável e abrangente para acesso à comunicação científica atualizada.

2 PRINCIPAIS HABILIDADES/CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para atuar como treinador de bases de dados, o bibliotecário precisa combinar uma série de competências, técnicas e habilidades, sendo que muitas delas deverá adquirir em cursos específicos, através de auto aprendizado ou com a experiência prática mesmo. Em primeiro lugar, precisa mais do que ninguém, de uma excelente habilidade de **comunicação**. “Comunicar” e “comunicar-se” são ações diárias do bibliotecário que realiza treinamentos. Essa habilidade será aplicada durante todas as etapas, desde o momento em que recebe de um usuário uma demanda para dar um treinamento até o momento que efetua o agradecimento aos participantes (mais adiante falarei das etapas envolvidas em um treinamento).

Dentre as habilidades específicas de comunicação, podemos destacar a **expressão oral** – a habilidade da oratória permitirá se expressar e apresentar de forma clara e objetiva as devidas instruções aos treinandos; a **expressão gráfica** – essencial para criação dos materiais visuais de apoio, como apresentações, guias e cartazes; a **expressão escrita** – para a correta utilização da ortografia e gramática (fonologia, morfologia e sintaxe); também a **expressão corporal** – pois o “corpo fala” e demonstra segurança na transmissão de mensagens, afinal receber uma mensagem acompanhada dos sinais corretos facilita a compreensão e cria vínculo entre o ouvinte e o locutor. **Habilidade cognitivas** – capacidade de aprender, compreender e integrar as informações de uma forma lógica e significativa, principalmente para que depois seja capaz de transmiti-las dessa mesma maneira aos usuários. De forma geral, são todas operações ou ações realizadas com o pensamento para o processamento de informações. **Didática** – a capacidade de transmitir conhecimentos com técnicas adequadas ao público que é treinado. Consiste em adotar métodos mais convenientes para contribuir com a aprendizagem do aluno. No contexto de treinamentos, podem ser adotadas: sessão expositiva, presencial ou *online*, com ou sem diálogo, apresentação audiovisual (uso de *slides*), uso de gráficos, jogos e *quizzes* – gamificação do ensino, vídeo

tutorial, estudo dirigido, *workshop* – útil quando se realiza treinamento prático em laboratório de microinformática ou com *laptops*, citando os principais métodos. De fato, toda metodologia que gere resultados práticos, ou seja, o aprendizado efetivo, pode ser utilizada. Mas é importante que o treinador conheça diferentes métodos e que tenha discernimento para adotar o mais adequado, ou uma combinação deles, para cada base de dados, contexto, público e situação.

Habilidade de **manuseio das tecnologias de microinformática**, incluído **software**: a própria interface da base de dados, navegadores *web* (como *Chrome*, *FireFox*, *Edge*), *software* de edição de apresentações (*slides*), edição gráfica (captura de tela, edição de imagens), captura e edição de vídeos (como *Camtasia*, *ScreenCast-O-Matic*, *Fimora*, *DaVinci Resolve*), plataformas de mídias sociais (como *FaceBook*, *Instagram*, *LinkedIn*), plataformas de webconferência (como *Zoom*, *Meet*, *WebEx*, *Teams*), plataformas de vídeo (*YouTube*, *Vimeo*); e **hardware**: controles de microcomputador, *laptop* e de projetores multimídia. Também é necessário conhecer os aplicativos para dispositivos móveis das bases e suas funções.

Outra habilidade importante é a de **organização** de documentos, tarefas e de tempo, para que o bibliotecário consiga planejar toda documentação e as suas tarefas de forma organizada e autônoma, sabendo priorizá-las e executá-las de forma eficiente e eficaz. Capacidade de **autoaprendizagem** e **educação contínua** são outras duas habilidades importantes, pois como “educador”, o bibliotecário que vai realizar treinamentos precisa “aprender antes” para ser capaz de ensinar os usuários. É ao mesmo tempo um desafio, pois ele vai se deparar com a ausência de guias e tutoriais. Inclusive, muitas vezes, é ele próprio quem vai ter que desenvolvê-los e criá-los. Continuar aprendendo sempre é regra, pois as tecnologias mudam e as pessoas mudam constantemente.

A habilidade da **autonomia** – capacidade de agir sozinho, com independência para tomada de decisões e realização de ações – é utilizada de forma constante. Muitas vezes, os treinadores precisam estabelecer seu plano de trabalho semanal/mensal a partir das

estratégias estabelecidas, além de cuidar tanto da “logística” para dar um treinamento e para a prestação de contas (quando existem gastos variáveis envolvidos).

Quando se trata de **logística**, de acordo com a modalidade do treinamento, diferentes ações precisam ser tomadas pelo treinador de forma a que o treinamento possa ser realizado. Por exemplo, no caso de **treinamentos presenciais**: negociar data e hora, definir o local onde será realizado o treinamento, confirmar se tem a infraestrutura necessária (assentos suficientes ao público que irá participar, acesso à Internet, projetor multimídia, computadores suficientes quando for treinamento prático), reservar esse espaço. Se for em outra cidade: comprar voos, reservar hotéis, organizar a agenda para todos deslocamentos, organizar os deslocamentos (alugar carro, contratar serviço de transporte), definir como irá se alimentar (pois estará em outra cidade), realizar apresentação e demonstração “ao vivo”. E quando for **treinamento online**: negociar data e hora, definir a plataforma *online* (se a da instituição ou outra preferida pelo usuário/cliente), agendar a sessão, enviar convite/*link* de registro/ingresso, fazer a gestão da sessão no dia – áudio, vídeo, tela, *chat*, perguntas, gravar a sessão, realizar apresentação e fazer a demonstração da plataforma, editar e publicar o vídeo, enviar certificados entre outras.

3 IMPORTÂNCIA DAS BASES DE DADOS

Cada vez mais as bases de dados representam, para usuários de instituições acadêmicas e de pesquisa, o principal recurso para produzir trabalhos acadêmicos, desenvolver pesquisa científica e compor material didático para o ensino em sala de aula. Mas o que são bases de dados? Do **ponto de vista técnico**,

bases de dados são fontes de informação computadorizadas que podem ser pesquisadas num modo interativo ou conversacional através de um terminal de computador, telex ou

mesmo um microcomputador” (CUNHA, 1989, p. 45).

Hoje em dia, muitas dessas bases são acessadas *online* através da Internet, mas ainda existem bases que podem estar disponíveis em CD, DVD ou mesmo em outras mídias digitais, acessíveis por computadores e dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets*.

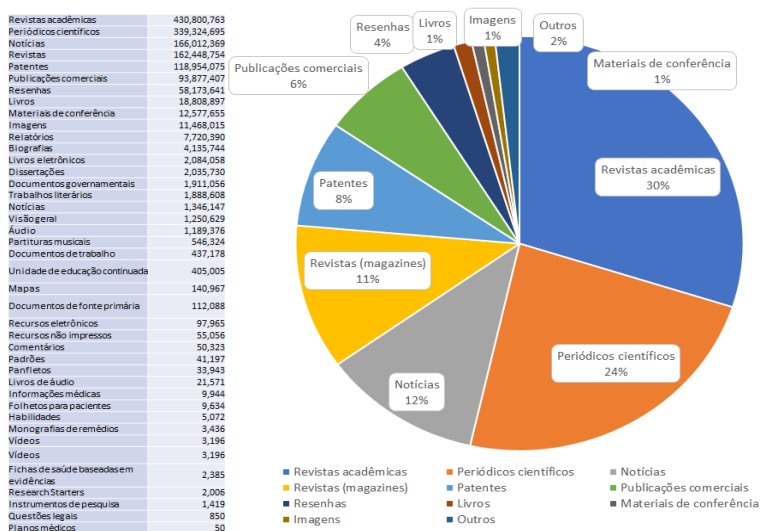
Ainda segundo Cunha (1989), bases de dados podem ser de diferentes tipos: “BASE DE DADOS REFERENCIAIS: são aqueles que contêm referências ou informações secundárias que identificam as várias fontes primárias.” Podem ser de dois tipos: “Bases de dados bibliográficos — contêm referências ou citações bibliográficas, com ou sem resumos, da literatura publicada em periódicos, livros, jornais, relatórios, patentes ou teses”; ou as “Bases de dados de diretórios — são as que contêm referências, com ou sem resumos ou sumários, de pessoas, organizações, projetos de pesquisa, contratos”. Podem ser também “BASES DE DADOS DE FONTES: são aquelas que contêm a informação completa (ou dados primários), as quais não requerem do usuário ir a outras fontes para obter respostas. Elas são de quatro tipos básicos: numéricas, texto completo, dicionário e gráficas.” As “Bases numéricas — são as que contêm séries estatísticas ou dados numéricos.”. As “Bases de texto completo — são as que contêm o texto completo de um documento, tais como decisões judiciais, legislação, artigos de periódicos ou de jornais.”. As “Bases de dados de dicionários — são as que contêm manuais ou dicionários, incluindo definições, nomenclatura química, propriedades físicas etc.”. E por fim as “Base de dados gráficas — são as que contêm, sob a forma gráfica, fórmulas de química orgânica, imagens de logotipos, desenhos, figuras e outros. É o mais novo tipo de base de dados e exige software de comunicação que tenha capacidade gráfica para fazer recuperações eficientes.”.

Quando se trata de dar treinamento, o bibliotecário vai precisar se preparar para dar treinamento em todos esses tipos de bases. Cada uma possui as suas particularidades, e o bibliotecário

deve ser capaz de poder informar ao usuário final qual conteúdo, finalidade, funcionalidade e estrutura cada uma delas possui.

Em termos de tipos de conteúdo que as bases de dados contêm, no passado eram praticamente apenas artigos de periódicos, em formato de texto. Apesar de os periódicos ainda representarem a maior parte dos conteúdos das bases de dados, hoje em dia as mesmas incluem uma diversidade crescente de tipos e formatos de conteúdo. A título de exemplo, é possível ver (Figura 1) a composição de conteúdo das bases de dados EBSCOhost por tipo (dados de agosto de 2020).

Figura 1 – Composição das bases de dados EBSCOhost (agosto de 2020).



Já do **ponto de vista epistemológico**, ou seja, da sua finalidade e importância, Fernando Sayão define de forma muito precisa e objetiva a base de dados como uma “memória coletiva da ciência” (SAYÃO, 1996, p. 314-315):

Quando um pesquisador, diante de um microcomputador ligado a um banco de dados que pode estar em qualquer parte do mundo, vasculha suas estantes eletrônicas à procura de informações que definam, completem ou estabeleçam as fronteiras do seu trabalho de pesquisa, ele repete o mesmo gesto de quem mergulha na memória de seu grupo para reconstruir as lembranças comuns e dessa forma manter íntegra a sua comunidade.

Isto nos leva a pensar que as bases de dados, com seus complexos esquemas de representação e de recuperação de informação, que hoje encerram praticamente todos os testemunhos' da ciência moderna, constituem a memória consensual desta ciência; a memória eletrônica de que nenhum cientista pode prescindir para ordenar e reconstruir seus conhecimentos e onde, obrigatoriamente, precisa haver suas contribuições, seus testemunhos inseridos, sob pena de não participar dessa memória coletiva e não ser jamais 'lembrado', ou melhor, citado por seus colegas. (SAYÃO, 1996, p. 314-315).

Bases de dados proporcionam aos pesquisadores terem acesso à memória de uma ou várias áreas do conhecimento, ao prover conteúdos de diferentes formatos e sempre atualizados, à medida que constantemente incluem novos conteúdos, inclusive alguns "*ahead of print*" (aceso antecipado, mesmo antes da versão impressa). Bases de dados se constituem, portanto, de uma memória histórica e de uma memória viva, essencial para o desenvolvimento da ciência, para a formação de profissionais e para a melhoria da sociedade.

Então, proporcionar aos usuários a capacidade de realizar de forma efetiva essa tarefa de "buscar na memória da ciência" a informação que embasa o seu trabalho acadêmico, seu relatório

técnico, sua atuação profissional, sua aula ou mesmo a sua retórica, é imprescindível a colaboração do bibliotecário treinador de bases de dados, a fim de que o mesmo possa ser eficiente ao usar todos recursos da base e, principalmente, eficaz em localizar as fontes de informação que necessita para usá-la da melhor maneira.

4 MATERIAIS DE APOIO QUE O BIBLIOTECÁRIO TREINADOR DE BASES DE DADOS PODE PRODUZIR

Um treinador pode produzir uma diversidade de tipos de materiais para promover o uso da base. Se antes os “guias” ou “páginas de ajuda” eram os únicos materiais disponíveis, atualmente é possível criar materiais textuais, materiais gráficos, materiais em vídeo, materiais para mídias sociais e muitos outros. De fato, tudo que puder colaborar para que o usuário utilize a base será válido. Dois elementos são essenciais em qualquer um dos materiais: o nome da base e a URL de acesso. Dentre os principais materiais de apoio a bases de dados que podem ser criados, destaco:

Guia do treinador: é o material base do treinador, que conterà o roteiro com o passo a passo do treinamento, documentando quais conteúdos o treinador deve abordar e em qual ordem. É de uso do “treinador” e deve conter indicações de elementos a enfatizar e quais exemplos utilizar. Esse roteiro, algumas vezes, já estará pronto, pois pode ter sido definido pelo departamento de capacitação – como geralmente ocorre em editoras/provedoras da base, ou então deverá ser elaborado pelo próprio treinador de forma autônoma ou pela equipe de forma colaborativa – o que geralmente ocorre em bibliotecas.

Apresentação (slides): normalmente são utilizadas apresentações visuais (criadas com *PowerPoint*, *Prezi*, *Google Slides* etc.) que servirão de apoio para o treinamento. A apresentação é o elemento exibido antes da demonstração e que serve para preparar o usuário para o treinamento demonstrativo em si. Normalmente contém os seguintes elementos: capa com título do treinamento, dados do treinador (nome, foto, cargo ou função, endereço de e-mail), objetivo da sessão, agenda de tópicos da sessão, informação

geral sobre a base e sobre seu provedor/editor, cobertura de conteúdos incluídos na base (assuntos, tipos, quantidades) forma de acesso (URL, se precisa autenticar e como) e lista de principais funcionalidades. A ideia é ser uma introdução apenas. Os detalhes deverão ser apresentados durante a demonstração ao vivo.

Guia de Uso: são documentos com texto e gráficos, que abordam em detalhes o conteúdo da base e cada uma de suas funcionalidades. Geralmente, inclui captura de todas as telas da base e a utilidade de cada um dos elementos e partes da interface. O guia serve justamente para “guiar” o usuário na utilização de cada uma das telas da interface. É o material mais detalhado e extenso.

Tutorial: mais conciso e esquemático que o guia de uso, o tutorial conterà as principais telas e funcionalidades contidas em cada uma. Pode conter, adicionalmente, uma legenda com indicações numéricas de cada uma das funções e onde estão localizadas na tela. Geralmente, tutoriais são criados em editores de texto ou em apresentações visuais. Além disso, atualmente é possível disponibilizá-los de forma aberta na Internet, em plataformas como *SlideShare* ou mesmo via *GoogleDrive*, tornando o acesso e compartilhamento dos mesmos muito mais facilitados.

Vídeo Tutorial: tutoriais em formato de vídeo contêm telas dinâmicas – sejam de apresentação visual ou de demonstração ao vivo da base de dados – que devem ser acompanhadas da narração e/ou de legendas do que a base contém e da utilidade de cada uma das funções. Geralmente, possuem curta duração e têm o objetivo de proporcionar ao usuário uma visão geral rápida de como acessar e utilizar a base de dados. Uma excelente opção é criar um canal em plataformas gratuitas – como YouTube ou Vimeo – e subir os vídeos no canal. Além da gratuidade, essas plataformas possibilitam o acesso ao vídeo de qualquer dispositivo (*PC, laptop, tablet, smartphone*), além de proporcionar para a biblioteca estatísticas detalhadas de visualização, ajudando a direcionar o desenvolvimento de outros vídeo tutoriais.

Panfleto, flyer ou folder: material de promoção com texto e imagens que possui em geral uma a três páginas, frente e verso, com

os elementos essenciais da base de dados: conteúdo da base, forma de acesso, tela de busca e tela de resultado, normalmente em formato A4. Tradicionalmente, a ideia é disponibilizar no balcão de atendimento ao usuário, para que ele possa levar consigo. Pode ser criado também como PDF, para envio como anexo através de mensagens de correio eletrônico.

Marcador de página: o mais breve dos materiais de promoção, geralmente com uma imagem, título da base e instrução geral de acesso. A proposta é entregá-lo dentro de cada livro que é emprestado no balcão de empréstimo ou dispô-lo em áreas onde o usuário transita. Tem por objetivo principal gerar interesse inicial do usuário na base de dados. Em virtude de sua pequena dimensão, não é muito indicado para divulgar instruções específicas de uso da base.

Cartaz ou banner: material de promoção com texto e imagens de dimensão média a grande, que possui apenas uma página, em formato A4 ou maior (A3, A2, A1...) para ser fixado em paredes, portas ou murais – na entrada da biblioteca ou junto aos pontos de atendimento ou de trânsito de usuários, para divulgação da base. Sempre deve conter a forma de acesso.

Post para redes sociais: material de promoção com texto, imagens ou vídeos de pequena dimensão, para promover as bases através das redes sociais (como *Facebook* e *Instagram*) ou plataformas de comunicação (como *WhatsApp*, *Telegram*).

Post para blogs ou site institucional: material de promoção com texto, imagens ou vídeos de caráter mais informativo. Pode ser adotado quando a base é contratada para comunicar a sua disponibilidade. O texto em geral tem forma de uma “matéria jornalística” – podendo ser criado com apoio da assessoria de comunicação/*marketing* da instituição, apontando quais conteúdos a base contém, quais temas são cobertos, qual é o público a que se destina e, principalmente, quais são os benefícios de uso da base. Tem um caráter mais narrativo e busca ser uma forma mais “informal” de promover a base de dados.

4 ETAPAS DE UM TREINAMENTO

Os treinamentos de bases de dados podem ocorrer ou sob demanda – quando são solicitados pelos usuários em uma data que os mesmos requerem, ou podem ser programados – quando o treinador determina um programa ou agenda de treinamentos para um determinado período (treinamentos do mês, treinamentos do semestre), em datas previamente estabelecidas. Nesses dois casos, o que varia é a forma como o processo é iniciado – usuário agenda ou treinador agenda – mas as fases que seguem são as mesmas e variam conforme o formato: treinamento presencial ou treinamento *online*. Cada um desses formatos tem fases com características próprias, indicadas a seguir:

Etapas de Treinamento Presencial: é o treinamento realizado na presença dos usuários em algum espaço físico. Para a realização desse tipo de treinamento, em geral ocorrem as seguintes fases:

- usuário envia pedido de treinamento presencial ou treinador programa o treinamento presencial;
- definição da data, hora, tema e duração do treinamento;
- estabelecimento do local do treinamento, adequado à proposta (sala ou auditório para exposição oral, laboratório de informática para *workshop* prático);
- confirmação da disponibilidade de conexão com Internet e projetor multimídia no local estabelecido para o treinamento;
- definição de inscrição prévia, forma e quem será o responsável pelo controle;
- Preparar e compartilhar uma arte para servir de “convite” aos participantes, para que possa ser promovida através de mensagem de e-mail, através de cartaz ou através de postagem em sites e redes sociais;
- no dia do evento, o treinador deve se deslocar até o local com antecedência, para testar os equipamentos e o acesso à base de dados;
- realizar a apresentação inicial (apresentação visual) introdutória, se necessária;

- realizar a demonstração da base de dados;
- responder as perguntas dos usuários;
- coletar assinatura na lista de presença;
- encerrar o treinamento;
- preparar e enviar os certificados de participação;
- enviar agradecimento pela participação, junto com *links* para materiais de apoio.

Etapas de Treinamento *Online*: é o treinamento realizado a distância, sem a presença dos usuários, através de alguma plataforma de vídeo conferência ou *web* conferência, por meio da Internet ou de redes internas de comunicação eletrônica. Para a realização desse tipo de treinamento, em geral ocorrem as seguintes fases:

- usuário envia pedido de treinamento *online* ou treinador programa o treinamento *online*;
- definição da data, hora, tema e duração do treinamento;
- estabelecimento da plataforma *online* a ser utilizada. No caso de empresas, geralmente a empresa possui a sua própria plataforma empresarial (como *Collaborate*, *WebEx* ou *Teams*) e o treinamento ocorre através da mesma. Pode ocorrer também na plataforma já adotada pela instituição do usuário ou mesmo em plataformas gratuitas de vídeo conferência (*Zoom*, *Google Meet*, *YouTube Live*, *Facebook live* etc.);
- Agendar a sessão de treinamento e anotar a URL para inscrição e/ou URL para acesso;
- Compartilhar a URL para inscrição e/ou URL para acesso, para divulgação. Opcionalmente, pode preparar e compartilhar também uma arte para servir de “convite” aos participantes, para que possa ser promovida através de mensagem de e-mail, através de cartaz ou através de postagem em sites e redes sociais;
- definição de inscrição prévia, forma e quem será o responsável pelo controle;

- no dia do evento, o treinador deve iniciar a sessão e testar a conexão de áudio e vídeo e o acesso à base de dados;
- realizar a apresentação inicial (apresentação visual) introdutória, se necessária;
- realizar a demonstração da base de dados;
- responder as perguntas dos usuários, geralmente através da tela de “bate-papo” (*chat*);
- encerrar o treinamento;
- preparar e enviar os certificados de participação;
- enviar agradecimento pela participação, junto com *links* para materiais de apoio.

5 TÉCNICAS PARA EFETIVAMENTE CAPACITAR DE FORMA ONLINE

Quando falamos em dar um “treinamento”, intrinsecamente nos referimos a treinar, capacitar, fazer com que o participante se torne “capaz” de aplicar o conhecimento obtido. Dessa forma, treinar no uso de bases de dados tem por objetivo capacitar o usuário a efetivamente saber acessar e usar os recursos de uma base de dados. A maioria das técnicas e recursos que podemos adotar, entretanto, muitas vezes são unidirecionais, ou seja, o treinador “fala” e o participante “escuta”. Mas será que assim o participante efetivamente aprende? Isobel Rimmer, em seu artigo “*Listening isn’t learning*” (RIMMER, 2014) aborda justamente esse aspecto, indicando algumas ações que podem colaborar para que o ensino transmitido nos treinamentos *online* seja efetivo, ou seja, promova o aprendizado e capacite o usuário a usar as bases de dados e plataformas de busca.

A primeira ação indicada pela autora é abrir o microfone dos participantes e se perguntar: “se eu posso ouvir o ruído de fundo dos participantes, como eles podem se concentrar em sua mesa ou estação de trabalho?”. Para ajudar os participantes a aprender, o instrutor deve criar um clima propício ao aprendizado, um espaço tranquilo no qual o participante pode assistir a um *webinar* ou sessão de *e-learning*. Rimmer indica que o instrutor sugira aos participantes

o uso de fones de ouvido, o que pode proporcionar essa tranquilidade e aumentar o foco no treinamento. Reforça também que apenas ouvir não é aprender: o capacitador precisa criar um ambiente onde as pessoas possam interagir, comunica-se com o instrutor, fazer perguntas ou experimentar um exercício ou técnica, em um ambiente sem distrações. A autora propõe incentivar as pessoas a fazerem anotações durante a sessão de treinamento para reforçar o aprendizado. Também sugere que o instrutor promova a prática (com *feedback*). “Quando sua técnica é boa, a repetição é seu melhor amigo. Quando sua técnica é ruim, a repetição é seu maior inimigo.” (RIMMER, 2014, s.p.). Outra técnica indicada pela autora é ensinar os outros: é a maneira mais eficaz de aprender, porque temos que usar, fazer e trabalhar com isso. Temos que aprender com nossos erros e corrigir nossas ações. Aprendemos como fazer algo porque não podemos explicar se não o conhecemos bem. Menciona também que o instrutor deve promover a ação: fazer, demonstrar e depois encorajar os participantes a tentar e fracassar, e tentar de novo até acertar. Conforme Rimmer, uma das maiores diferenças entre como adultos e crianças aprendem é que, de acordo com Gabriele Wulf, da Universidade de Nevada (Estados Unidos), “Os adultos pensam muito mais sobre o que estão fazendo. As crianças apenas copiam o que eles veem.” (RIMMER, 2014, s.p.). Rimmer finaliza dizendo que “o treinamento online é uma ótima maneira de aprender, mas, como instrutores, temos o dever de facilitar o aprendizado das pessoas, não apenas deixá-las nos ouvir.”

6 MOVENDO SEUS TREINAMENTOS PRESENCIAIS PARA A MODALIDADE *ONLINE*

Apesar de muitos treinamentos de bases de dados até agora terem sido tradicionalmente realizados na modalidade presencial, a pandemia da COVID-19 forçou editores, provedores de bases de dados e bibliotecas a migrarem para a modalidade *online*. Para quem já realizava treinamentos em ambas modalidades, a adaptação foi natural. Entretanto, para muitos provedores e principalmente bibliotecas essa mudança ainda está sendo um grande desafio e,

pouco a pouco, tanto bibliotecários estão se adaptando à nova forma de ensinar como usuários à nova forma de aprender. O processo é diferente e exige uma prática diferente. Nem tudo que funciona para o treinamento presencial é aplicável no treinamento *online*. O nível de atenção dos usuários, principalmente, cai de forma considerável. Em artigo recente (de maio de 2020), a psicóloga e treinadora Nikki O'Keeffe, da *Association for Talent Developer* (<http://www.td.org>), dos Estados Unidos, explica que os treinadores precisam adaptar rapidamente os seus treinamentos presenciais para o *online* (O'KEEFFE, 2020). Segundo a autora, ser capaz de treinar as pessoas virtualmente ou com *e-learning* é um recurso indispensável e inestimável. Para facilitar esse processo de adaptação, Nikki O'Keeffe aponta os seguintes itens:

- Adapte-se já! A conversão do presencial para o *online* deveria ter ocorrido ontem;
- O treinamento será diferente, não devemos esperar que seja a mesma experiência;
- Devemos nos concentrar na estrutura e organizar propositalmente o curso para o novo ambiente;
- Enviar ou exibir gravação em vídeo de treinamento presencial não é eficaz;
- Certifique-se de que seu conteúdo é válido, atualizado e confiável;
- Aproveite esse momento para revisar sua apresentação e capture novas telas da interface;
- Quando criar o conteúdo do treinamento, liste as principais habilidades, comportamentos e tarefas que os usuários devem realizar de forma diferente após o treinamento;
- Inclua apenas o essencial e o que tem de bom. Isso reduzirá imensamente o conteúdo;
- Inclua tarefas para alunos concluírem: fazer pergunta de verificação de conhecimento, enquete (votação), sugerir uma tarefa para executar na interface do sistema e pedir que responda qual foi o resultado encontrado;

- Evite simplesmente importar *slides* do *Power Point* de um treinamento presencial;
- Modularize o curso. Separe o conteúdo para torná-lo mais fácil de digerir para os usuários;
- Transforme as experiências interativas que acontecem presencialmente em experiências interativas no espaço *online*;
- Encontre uma ferramenta que facilite a criação de programas de *e-learning*.

Ainda a respeito de treinamentos *online*, Hayden (2020) dá algumas dicas importantes como manter a *webcam* ligada, para compartilhar seu rosto durante toda a sessão e assim buscar para manter as pessoas mais envolvidas; fazer perguntas aos participantes, dizendo às pessoas desde o início que você fará perguntas, inclusive chamando as pessoas diretamente; contar histórias relevantes para o tópico, para enriquecer o contexto do treinamento; dar tarefas às pessoas antes da sessão, para que já possam trazer alguma informação ou mesmo dúvida para o treinamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bibliotecário treinador em bases de dados tem um importante papel, pois transmite um conhecimento que promove um “salto” nas habilidades de estudantes e profissionais. Ao ensinar a melhor forma de utilizar bases de dados – acesso à plataforma, busca, recuperação, seleção e uso – e todas as suas funcionalidades, o bibliotecário empodera o usuário em dois importantes aspectos: a literacia informacional (*information literacy*) e a literacia digital (*digital literacy*).

Literacia digital, conforme menciona Elisabeth Dudziak (2003, p. 29), “É um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência.”. Segundo a autora (DUDZIAK, 2003, p. 23), a literacia informacional “liga-se à necessidade de se exercer o domínio sobre o sempre crescente universo informacional. Incorporando habilidades, conhecimentos e

valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento.”

Além de promover o uso de conteúdos informacionais, ao aprender a utilizar a plataforma informática da base de dados eletrônica e seus conteúdos em formato digital e também criar outras mídias a partir dela – uma produção intelectual em meio digital, uma postagem em redes sociais, ao se expressar textualmente através de um dispositivo digital acerca do conhecimento obtido, o usuário adquire maior competência em literacia digital. Conforme Allan Martin (2005), a literacia digital é a conscientização, atitude e capacidade dos indivíduos de usar apropriadamente ferramentas e recursos digitais para identificar, acessar, gerenciar, integrar, avaliar, analisar e sintetizar recursos digitais, construir novos conhecimentos, criar expressões de mídia e comunicar-se com outros, no contexto de situações de vida específicas, de forma a possibilitar uma ação social construtiva; e refletir sobre esse processo.

REFERÊNCIAS

CUNHA, M. B. Bases de dados no Brasil: um potencial inexplorado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 1989.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 1996. DOI: 10.1590/s0100-1965200300010000.

HAYDEN, E. **Tips for virtual training sessions**. Destinatário: Michelângelo Viana. Ipswich (EUA), 8 abr. 2020. 1 mensagem eletrônica.

IFLA. **Functional requirements for bibliographic records**: Final report. München: K.G. Saur, 2007. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/functional-requirements-for-bibliographic-records>. Acesso em: 1 ago. 2020.

MARTIN, A. DigEuLit – a European framework for digital literacy: a progress report. **Journal of eLiteracy**, v. 2, n. 2, p. 130-136, 2005.

MORENO, F. P.; ARELLANO, M. Á. M. Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 20-38, 2005.

O'KEEFFE, N. **Rapidly Moving Your Face-to-Face Training Online.**

Disponível em <https://www.td.org/insights/rapidly-moving-your-face-to-face-training-online>. Acesso em: 1 ago. 2020.

PETTINELLI, M. A. **O bibliotecário como educador.** 2004. 43 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – umiversidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2004.

RIMMER, I. Listening isn't learning. **Training Journal**, p. 21-24, Apr. 2014. Disponível em <https://www.trainingjournal.com/articles/feature/listening-isnt-learning>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SAYÃO, L. F. Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996.

BIBLIOTECÁRIA NA ÁREA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS – GED: DESAFIOS E COMPETÊNCIAS

Maralyza Pinheiro Martins

1 INTRODUÇÃO

Com o crescimento exponencial da informação, passou a se exigir uma gestão de documentos eficiente, visando alcançar a recuperação da informação de forma rápida e por método eletrônico. Conforme Silva Neto e Maciel (2012), temos que considerar que estamos em uma sociedade informacional, onde as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) passaram a incorporar presença massificadora na natureza social, política e econômica. Vislumbramos que a gestão eletrônica de documento passa a ser um conteúdo imperativo na formação do bibliotecário, pois entendemos que atuação do bibliotecário, no gerenciamento eletrônico de documento, vem exigindo competências voltadas à gestão, organização, representação de documentos eletrônicos e habilidades voltadas a inovação e transformação digital.

2 GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED)

As tecnologias sempre estiveram presentes no dia a dia das pessoas, a Gestão Eletrônica de Documentos (GED) surgiu no Brasil na década de 1980, com objetivo de gerir a grande quantidade de documentos gerados pelas organizações, de forma eletrônica. Conforme a definição da *Association for Information and Image Management* (AIIM), a Gestão Eletrônica de Documentos, ou Gerenciamento de Documentos (GED), em inglês *Document Management System* (DMS), é o uso de um sistema de computador e *software* para armazenar, gerenciar e rastrear documentos eletrônicos e imagens eletrônicas de informações baseadas em papel capturadas através do uso de um *scanner* de documentos.

A Gestão Eletrônica de Documentos (GED) trouxe um cenário de inovação e colaboração dentro das organizações, sendo possível que os colaboradores criem arquitetura da informação dos documentos, de forma estruturada, com níveis de permissão de acesso, metadados e pesquisa por documento, conforme a necessidade de cada usuário, permitindo maior controle das informações/documentos geridos pela organização.

Atualmente, as tecnologias GED vêm se aperfeiçoando e se adaptando ao cenário cada vez mais digital. A implementação de uma ferramenta de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) permite que as organizações gerenciem de forma eficiente e eficaz suas informações e documentos, possibilitando governança documental, além do controle do fluxo das informações e documentos que tramitam dentro da organização.

As principais vantagens de implementar uma tecnologia GED são:

- Facilidade na busca por documentos;
- Controle na tramitação dos documentos, permitindo governança documental;
- Permite indexação inteligente dos documentos e fácil localização;
- Maior agilidade nas atividades que necessitam de documentos dentro da organização;
- Automatização dos processos que envolvem documentos, gerando maior produtividade e menos risco de perda documental;
- Agilidade nas tomadas de decisões dentro da organização;
- Sustentabilidade, com a redução do número de papéis, quando os documentos passam a ser digitais;
- Redução de custos com cópias de documentos desnecessárias;
- Otimização de espaço físico, com a digitalização, o espaço físico realmente é utilizado para os documentos que as organizações realmente precisam manter fisicamente;

- Reduz extravio ou alteração indevida de documentos, permitindo maior segurança das informações;
- Controle de permissões de acesso aos documentos, com rastreabilidade;
- Agilidade na busca de documentos para áreas como RH e Jurídico, que envolvem prazos processuais para a organização;
- Integração com diversos sistemas da organização, entre eles: ERP, CRM e BI;
- Política de recuperação de documentos, em casos de sinistro na organização;
- Permite trabalho colaborativo entre as áreas que precisam de determinado documento para execução de alguma demanda da organização;
- Acesso em qualquer lugar, mesmo que o colaborador esteja remoto ou viajando.

As organizações que buscam inovação e transformação digital devem pensar a Gestão Eletrônica de Documentos como sendo uma etapa dessa transformação. Nos próximos capítulos, vamos apresentar o profissional bibliotecário atuando com Gestão Eletrônica de Documentos.

3 PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO DE GED NO SÉCULO XXI

Atualmente, as organizações públicas e privadas necessitam reconhecer a informação como o pilar fundamental da sociedade e a partir daí formular uma política dentro da instituição para a mesma, tendo como principal objetivo o acesso fácil e rápido a todos quanto dela necessitarem, sendo assim os gestores terão como tomar decisões que seriam em longo prazo, de forma imediata e precisa, assegurando assim a transparência dentro da organização, tanto entre os funcionários quanto entre os clientes/usuários. O bibliotecário é a peça fundamental desse contexto. No século XXI, o profissional tem que se adaptar às mudanças da Sociedade da Informação e do atual cenário da Gestão Eletrônica de Documentos, quanto ao quantitativo de informações em grande volume, o acesso

das pessoas a informações de diversos tipos em tempo real, tudo isso tem feito com que o profissional mudasse o seu perfil, buscando novas oportunidades no âmbito das tecnologias e comunicação.

A chegada do século XXI vem marcada com algumas características: o mundo globalizado e a emergência de uma nova sociedade que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento. Tal cenário traz inúmeras transformações em todos os setores da vida humana. O progresso tecnológico é evidente, e a importância dada à informação é incontestável. O progresso tecnológico atua, principalmente, como facilitador no processo comunicacional. Agora é possível processar, armazenar, recuperar e comunicar informação em qualquer formato, sem interferência de fatores como distância, tempo ou volume. (SILVA; CUNHA, 2002, p. 77).

A partir do que foi exposto acima, podemos ter ciência das transformações ocorridas com as mudanças advindas da globalização. Surge, a partir daí, uma sociedade focada no conhecimento humano, com um grande volume de informações disponível em diversos suportes e acessível para todos, em qualquer lugar do mundo. Com as novas tecnologias, estas nos propiciam uma maior comunicação entre pessoas e acesso às informações de diversos tipos e formatos. Para isso, o bibliotecário da atualidade tem que estar inserido nesse contexto, buscando qualificação na área tecnológica para ter entendimento de como estruturar um quantitativo de informações que cresce a cada nano segundo e em diversos suportes e ao alcance de toda a sociedade em diversas partes do mundo. De acordo com Silva e Cunha (2002):

Nesta conjuntura, em que a mudança tecnológica é a regra, buscar condições para ancorar a preparação do profissional do futuro

requer uma estratégia diferenciada. Este profissional deverá interagir com máquinas sofisticadas e inteligentes, será um agente no processo de tomada de decisão (SILVA; CUNHA, 2002, p. 78).

Nunca se pensou numa evolução tão rápida das Tecnologias Aplicadas ao Tratamento e Recuperação da Informação e Comunicação. Sobre o cotidiano da sociedade, as diversas formas de comunicação sofreram mudanças com o advento das tecnologias e todas as suas vertentes. As técnicas da biblioteconomia são o suficiente para inserir esse profissional no atual mercado de trabalho? O bibliotecário está preparado para essas mudanças? São questionamentos tangíveis a uma Sociedade da Informação que não busca o conhecimento hoje somente na biblioteca física, com as tecnologias as pessoas se permitem fazer pesquisa através de e-mails, sites, bibliotecas digitais, *e-books* entre outros, gerando um grande leque de fontes de pesquisas informacionais, não limitando mais o bibliotecário ao convencional e as práticas tecnicistas.

Os novos perfis profissionais privilegiam a criatividade, a interatividade, a flexibilidade e o aprendizado contínuo. Além disso, os novos profissionais devem ser capazes de operacionalizar seu conhecimento de modo integrado às suas aptidões e vivências culturais. É necessário enfatizar que o bibliotecário é em sua essência um mediador, um comunicador, alguém que põe em contato informações com pessoas, pessoas com informações (SILVA; CUNHA, 2002, p. 81).

O Bibliotecário da área de Gestão Eletrônica de Documentos tem que buscar ser esse profissional qualificado e em processo de aprendizagem constante, para atender a demanda do novo usuário/cliente que ao mesmo tempo tem a informação de maneira rápida e fácil e, em contrapartida, o excesso de informação, muitas

vezes trazidas de fontes duvidosas deixa esse usuário mais confuso e perdido no ‘excesso informacional’.

A partir desse contexto temos que ter um profissional preparado para o conhecimento individual de cada ser humano, suas limitações e conhecimento tácito, para que possa ser um mediador entre usuário e as informações que ele necessita. O bibliotecário de GED, na atualidade, é bem mais que um mediador entre usuário × informação; ele faz parte do contexto das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, sendo protagonista na estrutura das informações em qualquer suporte físico ou digital.

2.1 BIBLIOTECÁRIO DE GED: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Em relação às competências e habilidades do bibliotecário que atua com GED, vamos apresentar e descrever algumas delas:

1. Proatividade

A proatividade é uma característica fundamental para qualquer profissional que queira atuar no mercado corporativo. Essa habilidade busca antecipar demandas e anseios. Em um Projeto de GED, um bibliotecário com perfil proativo é capaz de se antecipar aos problemas e resolvê-los de forma autônoma, conduzindo um projeto com êxito. Na atualidade, o bibliotecário que for contratado para atuar com Gestão de Documentos e for proativo, com certeza crescerá dentro da organização e poderá inclusive liderar grandes projetos e dominar as ferramentas de GED.

2. Comunicação:

A comunicação sempre foi fundamental para as relações, mas principalmente no ambiente de trabalho. Hoje, com o atual cenário de pandemia que estamos vivendo no mundo e tendo a Internet como aliada para vender serviços e produtos, saber se comunicar bem pode nos gerar oportunidades. Hoje as pessoas estão buscando uma comunicação mais empática com seu nicho de mercado e pensando na Gestão Eletrônica de Documentos, como vamos vender um Projeto sem saber nos comunicar? Como vamos contar uma história para os patrocinadores do nosso projeto? Atualmente, um tipo de comunicação que vem ganhando visibilidades nas redes

sociais e também na comunicação dentro de grandes corporações brasileiras é o *storytelling*. Segundo Robert McKee, pai do *storytelling*, “Criar boas histórias vai muito além da inspiração. É preciso conhecimento, técnica e prática.” E sem uma boa comunicação é impossível contar uma boa história; então, se você é um profissional disruptivo e quer se destacar atuando com Gestão Eletrônica de Documentos, não pode deixar de ter essa habilidade.

3. Relacionamento:

Em qualquer área de atuação ter um bom relacionamento com seus pares, subordinados, gestores e alta gestão é fundamental. Através de bons relacionamentos, você inclusive cria redes de *networking* com profissionais da sua área e de diversas outras áreas. Na área de Gestão Eletrônica de Documentos, o bibliotecário está em constante contato com pessoas de diversas áreas e saber manter um bom relacionamento influencia diretamente no sucesso de um Projeto, principalmente quando há etapas de entrevista ou questionários com os usuários/clientes.

4. Adaptabilidade:

Adaptar-se a mudanças é uma habilidade importantíssima na atualidade, afinal estamos vivendo uma pandemia, uma crise mundial, principalmente na saúde e tivemos e estamos nos adaptando ao “novo normal”. Na área de Gestão Eletrônica de Documento que temos diversos cenários em um projeto e que conta com os avanços tecnológicos, as mudanças acontecem com mais frequência. Um exemplo dessa adaptação é relacionado à aplicação das metodologias de Gestão de Documentos nas áreas dentro de uma organização, sendo impossível criarmos um padrão único e engessado para a gestão. Com isso, precisaríamos entender nosso cliente, nos adaptarmos a cultura do mesmo e termos visão sistêmica e estratégica para executar o projeto. E no decorrer de cada projeto mudanças imprevistas podem ocorrer, entre elas: mudança de sistema, time, mudança do escopo inicial do projeto e tantas outras. Afinal mudanças são uma constante na nossa vida, tanto profissional quanto pessoal. A adaptabilidade é fundamental para o bibliotecário que almeja construir uma carreira de sucesso na área de Gestão

Eletrônica de Documentos. Portanto, bibliotecários que têm a habilidade de se adaptar conseguem interagir de forma correta às diferentes mudanças em qualquer etapa de um projeto de Gestão Eletrônica de Documentos.

5. Autoconhecimento:

É fundamental conhecer seus pontos fortes e saber como lidar com seus pontos de melhoria. Na Gestão Eletrônica de Documentos, atuamos com diversas áreas e diversos cenários e estamos sempre expostos, por isso é importante saber quais pontos de melhoria, para lidarmos com situações diversas dentro de um projeto.

6. Liderança:

A liderança é uma das competências essenciais para a gestão no mundo corporativo que é guiado pela competitividade, inovação e tecnologias. Nesse contexto, torna-se uma característica importante para bibliotecários que atuam na área de Gestão Eletrônica de Documentos, visto que liderar pessoas, projetos ou mudanças se relacionam a: conduzir, influenciar e motivar para o alcance do mesmo objetivo em um projeto de GED, que envolve mudança de cultura e transformação digital.

7. Gestão do tempo:

Gerenciar o tempo é uma habilidade importantíssima nos dias atuais. Com a pandemia, tivemos que nos adaptar e a maioria dos profissionais começaram a trabalhar em casa, por isso gerir as atividades é fundamental para executar as entregas no prazo, seja de um projeto, documento ou outras demandas do trabalho. Saber planejar e organizar o tempo de cada atividade e o prazo para entregá-la. Nesse sentido, o bibliotecário que sabe gerenciar seu tempo e realizar todas as demandas com qualidade é um profissional fundamental em um projeto de Gestão Eletrônica de Documentos. Atualmente, existem diversas ferramentas para gerir tempo e organizar as atividades profissionais do dia a dia: *planner/agenda*, *trelo*, *técnica pomodoro* entre tantos outros.

8. Inteligência emocional:

Essa é uma habilidade muito importante, pois ter consciência das nossas emoções é fator fundamental para que possamos

desenvolver nossa inteligência. Saber lidar com as próprias emoções é o primeiro passo para saber lidar com as emoções de outras pessoas. Os profissionais que desenvolvem a inteligência emocional têm mais autocontrole em situações adversas, solucionam conflitos de forma mais eficaz, com maior reflexão antes de agir em momentos críticos e situações adversas e proporcionam um ambiente de trabalho mais positivo. A inteligência emocional tem como principais características:

- Conhecer as próprias emoções, em um projeto de GED, como lidar com metas altas, como lidar com profissionais que pensam de forma diferente sobre determinada etapa do projeto;
- Controlar as emoções, para não comprometer seu desempenho no projeto ou dentro da organização na qual você esteja inserido;
- Ter empatia com os colegas de trabalho;
- Ser positivo.

Buscar equilíbrio nas situações do dia a dia profissional, que muitas vezes fugirão ao nosso controle é com certeza habilidade primordial para qualquer profissional e o bibliotecário que atua na área de GED que desenvolver essa habilidade se destacará.

9. Inovação:

Nos últimos anos, nos eventos de Tecnologia e eventos corporativos, a palavra que mais falam é inovação, a busca por novas ideias e através dessas novas ideias gerarem algum resultado para a organização. De acordo com Gripp (2020):

O processo de inovação inclui Descoberta e Mobilização (concepção), Avaliação (análise, prototipação), Experimentação (desenvolvimento, gestão, boas práticas e técnicas) que resultam na Comercialização de novos produtos, ou novos processos e por fim, o Acompanhamento, para monitorarmos se esta atendendo a expectativa da empresa, do cliente ou não. Também podemos definir que

inovação pode ser “*fazer mais com menos*” recursos, por enxutar processos, ganhar produtividade, seja na forma de atender, gerir, desenvolver, custear, ou entregar gerando competitividade no mercado. E quando aumentamos a competitividade, alavancamos o crescimento econômico, da empresa, em todo país (GRIPP, 2020, não paginado).

O bibliotecário inovador tem visão ampla dos projetos que esteja envolvido e consegue aliar as ideias do seu time e dos seus usuários/clientes, gerando bons resultados em um projeto de Gestão Eletrônica de Documentos. Com tantas mudanças e num momento atual de crise no Brasil, inovação estará no DNA dos profissionais que se destacam no mercado corporativo.

10. Interdisciplinaridade:

O profissional interdisciplinar consegue entender sobre eixos temáticos e áreas diferentes do seu nicho de mercado. Na área de Gestão Eletrônica de Documentos, que constantemente tem novidades, é muito importante que o bibliotecário que atue na área, esteja sempre se atualizando e se capacitando. Uma visão sistêmica das organizações é um dos primeiros passos em um projeto de GED, na etapa de mapeamento dos processos documentais, quando se aplica a gestão documental, por isso ter visão ampla das áreas contribui para o sucesso no projeto.

4 O BIBLIOTECÁRIO DE GED FRENTE ÀS NOVAS TENDÊNCIAS DE MERCADO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As grandes corporações necessitam de, além da Gestão Documental e Gestão Eletrônica de Documentos convencional, gerir informações que impactam no seu negócio de forma estratégica. Acredito que a Gestão Documental pode ir além do tecnicismo, do formato papel do documento, podendo impactar inclusive na escolha da ferramenta que irá fazer a captura inteligente dos documentos e dos seus principais metadados, permitindo o mapeamento dos

documentos eletrônicos, que muitas vezes se encontram espalhados em sistemas legados, sem nenhum tipo de padrão ou arquitetura da informação.

A estratégia mais sensata atualmente nas grandes corporações deveria ser parar de se preocupar com as tecnologias e passar a focar no problema que envolve o negócio e na solução para resolver e ter foco no usuário final do sistema de GED. Se a premissa inicial for entender o problema e as necessidades dos usuários, isso permitirá que a escolha da ferramenta gere valor ao seu negócio.

Antes das tecnologias, devemos aplicar a Gestão Documental, mapeando as informações e documentos, tanto no formato papel, quanto os que estejam no formato eletrônico. Devemos ter um “olhar” focado no negócio, entender a informação/documento como valor agregado da organização na qual estamos inseridos. Precisamos gerir informação/conteúdo. Os documentos/informações são ativos vivos dentro das organizações, quando geram valor ao negócio e impactam diretamente nas atividades executadas dentro da empresa.

O formato físico (papel) é um cenário e o formato (eletrônico) é outro. Quando pensamos em transformar ou migrar um arquivo papel em digital temos que ter ciência de que o tema vai muito além da criação de estruturas de pastas, são os primórdios da GED. Devemos pensar na arquitetura dos documentos, nos níveis de permissões de acesso, no ciclo de vida documental, no versionamento e *workflow*, em toda a arquitetura da informação que iremos implementar numa ferramenta de Gestão Eletrônica de Documentos -GED, assim como faremos o processo de entrada do documento a partir da captura ou extração dos dados, para recuperá-los depois e nas mais diversas tecnologias que podem agregar valor na implementação, dentre elas: RPA, Watson, tecnologia cognitiva, *User Experience*, *Blockchain* para a autenticidade dos documentos. Saber usar a tecnologia aliada à Gestão Documental de forma inteligente permitirá não só um *case* de sucesso na organização, mas a transformação digital!

Trabalhar o metadado como premissa do processo de Gestão Documental aliado à captura ou extração inteligente dos dados é um dos primeiros passos para se ter um *case* de sucesso na implantação de um Projeto de GED/ECM, tendo um repositório único gerindo toda informação/conteúdo da empresa e identificar o que realmente impacta para o negócio, pois, nem tudo é documento ou informação que gere valor para a organização, certo? E, além disso, como o usuário fará a pesquisa dentro da ferramenta de GED? Por isso é importante realizar entrevistas, aplicar questionários e observar os usuários, para entender suas reais necessidades ao buscar uma informação/documento.

A informação/documento necessita ser um organismo vivo dentro das organizações. Digitalizar é muito mais que *'scanear'* papel, é gerar inteligência na captura (extrair dados estratégicos para a organização, criar estruturas de metadados, criar arquitetura da informação). Informação gerada para impactar no negócio.

5 PERFIL E EXPERIÊNCIA DO BIBLIOTECÁRIO NA ÁREA DE GED

Com relação ao perfil e experiência do bibliotecário na área de GED, temos algumas vertentes tais como:

1. Como surgiu esse perfil profissional?
2. Como ele está inserido no mercado atual?
3. As empresas têm ciência das aptidões desse profissional?

São alguns questionamentos pertinentes na área, que na prática e nos mais de 11 anos de experiência na área de Tecnologia, descobri uma oportunidade e uma área pouco explorada no Brasil, na qual o bibliotecário pode se inserir.

Hoje, fala-se muito em Projetos no âmbito de GED, digitalizar documentos virou um negócio lucrativo, diversas empresas surgiram vendendo quase um *'milagre'* em tecnologia para órgãos públicos e organizações privadas em todo o país. Começou a preocupação das organizações em digitalizar os seus acervos, um volume documental grande, por vezes desestruturado, muitos anos gerando documentação sem aplicar os princípios da gestão documental. E como podemos *'enxergar'* o bibliotecário nesse contexto? Nas

organizações, tanto públicas quanto privadas, cada vez mais foi percebendo a necessidade de profissionais da informação, tanto bibliotecários quanto arquivistas, para atuar nesse cenário e corroborar com os projetos e com isso o mercado de GED foi surgindo como uma oportunidade para o bibliotecário.

As organizações vêm contratando cada vez mais bibliotecários para os projetos de GED. E como mostrar para as organizações a importância do bibliotecário dentro de um projeto de GED? Cabe ao profissional se qualificar, ter conhecimento sobre tecnologias, tratar a massa documental da organização tanto no formato físico quanto no formato digital, desenvolver competências e habilidades que o mercado de GED busca e ter conhecimento de *software* de Gestão Eletrônica de Documentos.

As novas formas de guarda, tanto de informações como documentos, estão constantemente atualizadas quanto às mudanças no mundo cada vez mais globalizado. Sabemos, contudo, que a demanda para o profissional bibliotecário em Projetos na área tecnológica ainda é pequena. No Brasil, hoje temos poucos profissionais inseridos no mercado tecnológico, até mesmo exercendo cargos de gestão nos projetos de GED. Contudo, esperamos nos próximos anos que mais bibliotecários se insiram nesse mercado, capacitando-se, buscando entender as tecnologias de GED e todo cenário que envolva gerir informações no formato digital.

Atualmente, um bibliotecário que atua na área de GED tem que buscar entender tecnologias que agregam a área e trazem mais inovação para as organizações, dentre elas destaco a Inteligência Artificial (IA) e a Gestão de Processos (BPM), *blockchain* para autenticação de documentos e a competência na área de UX Design, principalmente para que possamos ter ferramentas de GED mais focadas na experiência do usuário, especialmente relacionadas à pesquisa de documentos.

A inteligência artificial é uma das tecnologias que impactam positivamente em um Projeto de GED, principalmente na captura inteligente de metadados, inclusive temos IA como Watson da IBM,

com *Smart Document Understanding* (SDU) que treina IBM *Watson Discovery* para extrair campos customizados em seus documentos. Imagina o quanto isso impacta na gestão documental e categorização dos documentos?

O que podemos concluir com isso? Que quando treinamos a IA para entender os documentos e suas estruturas, avançamos na pesquisa de informações e conteúdos tanto em arquivos físicos quanto digitais. Você já imaginou a tabela de temporalidade de documentos sendo feita via SDU? Isso tudo dentro da ferramenta de Gestão Eletrônica de Documentos e o bibliotecário desenhando essa arquitetura.

A gestão de processo também pode contribuir no contexto da Gestão Eletrônica de Documentos, pois é impossível mapear os documentos de uma área sem entender das atividades que norteiam a área e a organização, tendo visão sistêmica de toda a organização. Como bibliotecária atuando na área de Gestão Eletrônica de Documentos, sempre observei que as organizações no Brasil ainda tratam a Gestão de Documentos separada da Gestão de Processos. Contudo, essas áreas devem trabalhar juntas para um *case* de sucesso num Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos.

O bibliotecário de GED entende das atividades e dos processos documentais dentro de uma organização, sabe que todo documento advém de uma atividade, mas nem toda atividade dentro de uma organização gera documentos. E o mapeamento de processos está diretamente conectado ao mapeamento de documentos.

Vamos agora falar um pouco sobre a tecnologia que tem revolucionado a área de GED nos últimos anos, quando se fala na autenticação dos documentos no formato digital, *blockchain*. Conforme Tapscott (2016):

Blockchain é o protocolo engenhosamente simples e revolucionário que permite que as transações sejam simultaneamente anônimas e seguras, mantendo um livro – razão de valor público e inviolável. Embora seja a tecnologia que impulsiona o Bitcoin e outras moedas

digitais, a estrutura básica tem potencial de ir muito além e gravar praticamente tudo de valor para a humanidade, de nascimento e morte, atestados para reivindicações de seguros e até votos.

Nos eventos que tenho participado e nos estudos que tenho feito sobre autenticação de documentos no formato eletrônico, tem se falado muito sobre a tecnologia de *blockchain*, pois tem como vantagem a imutabilidade e a integridade do documento digital. Atualmente, existe um cartório em João Pessoa que realiza esse tipo de autenticação, trazendo segurança jurídica aos documentos autenticados via *blockchain*.

Outro processo fundamental para um *case* de sucesso dentro de um Projeto de Gestão Eletrônica de Documentos é a *User Experience* (termo em português é experiência do usuário). Durante minha jornada em Projetos de GED, percebi que, muitas vezes ao finalizarmos um projeto, os usuários com o tempo deixavam de usar a ferramenta de GED e voltavam a buscar o documento de forma física ou, muitas vezes, continuavam a salvar em pastas na rede. E como poderíamos melhorar a experiência desses usuários, para que os mesmos continuassem a utilizar as ferramentas de GED? Aplicando metodologias de UX para colocar o usuário no centro, como protagonista, pois sempre pensamos na ferramenta e na gestão documental, mas como podemos melhorar a pesquisa dentro do GED para atender a demanda do usuário? Com entrevistas, questionários e observações, trazendo assim as técnicas do UX para contribuir com o projeto.

Para que vocês possam entender mais sobre UX, trouxe os princípios de design, segundo Don Norman (2006):

- Visibilidade das funções auxilia os usuários na tomada de decisão;
- Feedback, ação importante para manter a comunicação com o usuário, facilitando e

ajudando o mesmo na compreensão de como funciona o sistema;

- Restrições, evita que o usuário utilize o sistema de forma errada, assim restringe as escolhas do mesmo;
- Mapeamento é a relação entre o design do controle e a função conectada a ele;
- Consistência, fundamental para interface, auxilia o usuário a aprender a utilizar o produto e torna a experiência única;
- Affordance, quando as funcionalidades do produto são identificadas intuitivamente (NORMAN, 2006, não paginado).

Se levarmos todos esses princípios para a aplicação no contexto da GED, teremos o seguinte cenário:

- Uma GED é fácil de usar quando se tem visibilidade do passo a passo da pesquisa documental, sem necessidade de clicar em diversos botões ou pastas para acessar um documento;
- O *feedback* numa ferramenta de GED é importante, para que o usuário compreenda como executa as funcionalidades do sistema;
- Quando pensamos em restrições numa ferramenta de GED, tanto pode ser no nível de permissão de acesso a um determinado documento, quanto na restrição da ação de “eliminação de documentos” dentro de um sistema;
- Quando falamos em consistência dentro do GED, podemos ter a padronização das pesquisas e dos documentos;
- E quando nos referimos ao termo em inglês e sem tradução para o português *affordance*, pensamos na lupa que geralmente vem na barra de pesquisa nas ferramentas de GED, já se entende que essa é a função da mesma.

Trouxe alguns exemplos relacionando as tecnologias, processos e atualidades relacionadas ao mercado corporativo para que você como bibliotecário que atua com GED possa buscar mais

capacitações e se destacar nesse nicho de mercado com tantas possibilidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, gostaria de deixar em aberto para futuras discussões como o bibliotecário pode hoje se inserir no mercado da da Gestão Eletrônica de Documentos - GED, liderando equipes no âmbito da gestão de documentos e treinando e capacitando usuários e clientes para usar os repositórios de Gestão Eletrônica de Documentos, salvar informações/documentos nas nuvens e em diversos formatos, criar documentos no formato digital, mapear o processo informacional e documental das mais diversas áreas dentro das organizações e implementar soluções de BPM¹⁰⁸ no sistema, preservação digital, implementar um *software* adequado que atenda as demandas de uma determinada organização, estratégias para busca do documento no formato digital, estratégias para classificar e agrupar documentos entre tantas outras questões que possibilitam o acesso digital estruturado.

Os desafios crescem constantemente. No mundo cada vez mais com excesso de informações no formato digital, temos novos desafios como profissionais da informação, o desafio de estruturar dados, de migrar documentos de um formato digital para outro, além de termos o papel social de capacitar as pessoas para as novas metodologias de organização e reestruturação de documentos digitais e virtuais. Hoje, o usuário/cliente está ainda em processo de mudança e adaptação do formato físico para o digital. Nesse contexto, seremos os mediadores, no futuro da organização digital e da busca por soluções com menores impactos de perda de informação nas mais diversas organizações.

As mudanças quanto ao atual perfil do bibliotecário e suas competências frente às tecnologias de Gestão Eletrônica de Documentos e sua inserção no mercado de trabalho representam um cenário que não irá sofrer mudanças em um curto período. É um

¹⁰⁸ BPM – é a abreviação de *Business Process Management*, que traduzido para o português **significa** “Gerenciamento de Processos de Negócio”.

trabalho a médio e longo prazo, no qual o profissional terá que ter um esforço contínuo para atuar no mercado tecnológico de projetos no âmbito da Gestão Eletrônica de Documentos.

Hoje, não temos tantos materiais abordando sobre o bibliotecário no contexto dos projetos de Gestão Eletrônica de Documentos. Atualmente, ainda temos muitos profissionais de outras áreas, principalmente Tecnologia da Informação e Comunicação, atuando nesses projetos. Contudo, o bibliotecário tem competência para atuar com Gestão Eletrônica de Documentos, sendo o profissional capacitado para atuar com as mais diversas informações, em diferentes suportes/formatos e em qualquer área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AIIM. **What Does That Mean**. EUA: AIIM, 2017. Disponível em: <https://www.aiim.org/What-Is-Document-Imaging#>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- FLORES, D. Preservação dos Documentos Digitais. UFSM, 2013. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/sausp/wp-content/uploads/2011/11/daniel.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- NORMAN, D. A. **O design do dia a dia**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2018. recurso digital.
- SILVA, Edna; CUNHA, Miriam Vieira da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002.
- SILVA NETO, Carlos Eugênio da; MACIEL, João Wandemberg Gonçalves. A era da gestão eletrônica de documentos: o uso de hipertexto na recuperação da informação em arquivos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 49-74, jan./jun. 2012.
- TAPSCOTT, D. **Blockchain revolution: como a tecnologia por trás do Bitcoin está mudando o dinheiro, os negócios e o mundo**. São Paulo: SENAI/SP Editora, 2016.

BIBLIOTECÁRIA DE EDITORAÇÃO DE LIVROS CIENTÍFICOS COM ENFOQUE SOCIAL

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

1 INTRODUÇÃO

Em conjunto com Nathália Romeiro, no ano de 2018 foi criado o Selo Nyota¹⁰⁹, projeto dedicado a publicar livros científicos de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ de áreas do conhecimento como Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivologia, História, Educação, Direito, entre outras.

Nossa perspectiva ao criarmos o Selo é a de que o livro é um dos objetos mais desejados, tanto pela pessoa¹¹⁰ que o escreve, a qual quer ser lida e (re)conhecida, quanto por quem procura pelos conhecimentos científicos publicados em diversas áreas com vistas à atualização dentro de sua área de atuação.

Tínhamos passado por uma experiência ao tentar publicar o primeiro livro que organizamos e nos deparamos com algumas especificidades que o mercado editorial possui e que não se adequavam à nossa realidade. Nem toda pessoa que é pesquisadora, profissional ou estudante de graduação consegue a oportunidade de divulgar para sua comunidade a sua pesquisa em forma de livro. Há diversos motivos que podem excluir determinados grupos do rol de autores e autoras em editoras reconhecidas, dentre eles, elenco: a) falta de recursos financeiros para custear um livro, pois no Brasil ainda a publicação de livros possui alto custo (RODRIGUES, 2020); b) a baixa autoestima para se reconhecer enquanto uma pessoa autora e acreditar que a sua obra é um assunto de interesse para o mercado editorial e para seus pares; c) o racismo estrutural presente nas relações étnico-raciais ainda exclui grupos étnico-raciais de espaços de produtores de conhecimento literário e científico.

¹⁰⁹ O site do Selo é: www.nyota.com.br

¹¹⁰ Enquanto fim político e buscando utilizar uma linguagem neutra, adotei em grande parte deste relato o termo “pessoa” e “pessoa bibliotecária”.

Neste capítulo, compartilho um pouco de minha experiência como editora¹¹¹ e uma das coordenadoras do Selo Nyota, assim como apresento alguns dos principais processos de editoração de obras científicas.

2 PROCESSO EDITORIAL FOCADO NAS PESSOAS

Uma das características cruciais na profissão bibliotecária está no entendimento de que são as pessoas o ponto de partida para se pensar os serviços, produtos, acervos e estratégias adotadas quando pensamos uma biblioteca, uma empresa ou um negócio.

O entendimento do contexto no qual estamos inseridos, dos processos históricos e sociais, dos caminhos que levaram (e levam) às desigualdades e às exclusões de mulheres, de populações tradicionais e originárias, de orientação sexual que não seja heterocisnormativa, permite-nos compreender como as amarras que prendem as pessoas a determinados lugares dentro da sociedade e que as privam de ingressarem em outros espaços são ainda fortes dentro do nosso país.

A pessoa bibliotecária que entende esses contextos e dimensões de opressão pode se tornar mediadora da informação para a transformação social de povos marginalizados, assim como agente político fundamental na construção de um projeto de sociedade focado na equidade e nas perspectivas antirracista, decolonial, antissexista e antiLGBTQIAfóbica de mundo.

É a partir dessa compreensão que estruturo minhas ações enquanto uma mulher negra da Biblioteconomia, dentre elas, dentro de um Selo que serve como base para refletirmos sobre a prática bibliotecária e a editoração de livros, neste caso, a editoração de livros científicos com enfoque social.

O projeto que desenvolvemos é uma ação que visa as pessoas que fazem parte de nosso público-alvo e seus desejos de ter um livro

¹¹¹ Adotarei a definição de Cristina Yamazaki que atribui como responsabilidade da pessoa editora “dar à luz uma obra, [...] apresentando um texto claro e coerente, normatizado conforme critérios estabelecidos pela editora”. (YAMAZAKI, 2009, p. 29)

publicado. Em primeiro lugar, nosso Selo não é uma editora, somos vinculadas a uma e atuamos como as Coordenadoras do mesmo enquanto responsáveis pelo processo editorial, gráfico e de publicação da obra. Dessa forma, o que nos interessa é o livro em si e a produção de uma obra com qualidade editorial, dispensando a parte burocrática feita por uma editora como a distribuição e venda de obras para livrarias e feiras, pagamento de *copyright* para autoria e/ou organização da obra, entre outros pontos que são adquiridos quando se contrata uma editora comercial. Esse é o primeiro aspecto que nos torna diferentes quando pensamos em um processo de elaboração de livros com enfoque social, pensamos nas pessoas e seu objetivo de ter um livro publicado.

Em um segundo momento, tínhamos um anseio de que as pessoas autoras que faziam parte do Selo precisavam ser (re)conhecidas e lidas em todos os espaços. Assim, nossa reflexão foi em como promover a produção científica produzida e, ao mesmo tempo, possibilitar àquelas pessoas sem recursos financeiros – em especial, estudantes de cursos de graduação cuja renda é oriunda de bolsas de iniciação científica, extensão e ensino – que acessassem às produções. Como resolução, adotamos que as pessoas que produzem seus livros conosco assumiriam o compromisso de que sua obra seria hospedada no site do Selo para *download* gratuito por aquelas interessadas na leitura da obra, assim como poderiam fazer o compartilhamento e divulgação em seu espaço de atuação profissional.

Em terceiro, pensando na questão dos direitos autorais, e entendendo que não era de nosso interesse sermos proprietárias dos direitos das obras publicadas pelo Selo, decidimos adotar as *Licenças Creative Commons*, as quais permitem, entre outros aspectos, publicar livros sem ou com fins lucrativos, conforme o interesse da pessoa autora ou da organização da obra. Conforme o próprio site:

As licenças e instrumentos de direito de autor e de direitos conexos da Creative Commons forjam um equilíbrio no seio do ambiente

tradicional "todos os direitos reservados" criado pelas legislações de direito de autor e de direitos conexos. Os nossos instrumentos fornecem a todos, desde criadores individuais até grandes empresas, uma forma padronizada de atribuir autorizações de direito de autor e de direitos conexos aos seus trabalhos criativos. Em conjunto, estes instrumentos e os seus utilizadores formam um corpo vasto e em crescimento de bens comuns digitais, um repositório de conteúdos que podem ser **copiados, distribuídos, editados, remixados e utilizados para criar outros trabalhos**, sempre dentro dos limites da legislação de direito de autor e de direitos conexos (CREATIVE COMMONS, 2020, s.p.).

Dessa forma, além de termos as obras divulgadas em nosso site, ainda há possibilidade das bibliotecas hospedarem os livros publicados pelo Selo no acervo digital da sua unidade informacional, de forma que possam ser acessadas e lidas pelas pessoas pertencentes à instituição e fora dela. Isso permite que a obra extrapole os espaços geográficos, assim como seja acessível a qualquer pessoa com acesso à internet e a um dispositivo móvel via *download* e leitura dos livros digitais publicados pelo Selo.

Além disso, quando solicitado, livros em formato físico são impressos pela gráfica parceira para que a pessoa autora ou a organização possa realizar seu lançamento para familiares, colegas e amigos e, se assim desejar, ter contato com quem quiser comprar a sua obra. Isso permite um diálogo entre autores(as) e leitores(as) sem mediação de terceiros, haja vista que o *feedback* de quem lê ou quem adquire a obra vem acompanhado da vantagem de conhecer a pessoa autora dela.

Em um quarto momento elenco as redes de pessoas construídas para prestação de serviços. Importante salientar que devemos entender e saber sobre todo o processo que envolve a editoração de livros, em especial, porque cada livro é diferente de

outro devido ao projeto editorial criado para ele. Saber dialogar com diferentes profissionais que prestam suporte no que concerne à diagramação, revisões ortográficas, elaboração de peças gráficas, solicitação de ISBN, emissão de ficha catalográfica, etc., é fundamental para que se evite atrasos na entrega ou falhas na produção da obra. Essa equipe, escolhida sempre com base na expertise e confiança, será o alicerce para que o projeto continue em pleno andamento e com a mesma qualidade, independentemente de quem seja o responsável pela construção do projeto editorial e identidade visual da obra.

3 EDITORAÇÃO DE LIVROS: BREVE EXPLANAÇÃO DO PROCESSO DE RECEBIMENTO DOS ORIGINAIS À PRODUÇÃO DO LIVRO

Diferentemente de um processo editorial de obras literárias, obras de cunho científico geralmente são oriundas de pesquisas de dissertação, teses, monografias de especialização ou coletânea de artigos científicos, ou seja, seguem uma metodologia de pesquisa científica.

A pessoa que realiza a editoração é a responsável pela leitura preliminar do original submetido - texto escrito pelo autor e enviado à editora ou Selo para avaliação (SILVA, 2014) - e será quem irá direcionar a obra para a avaliação por parte de revisores *ad hoc* especialistas no assunto enfocado. A partir da avaliação técnica e da revisão¹¹² cega por pares, os revisores irão analisar e emitir um parecer sobre aquela obra ou coletânea e informar se está apta a ser publicada no meio científico ou se precisa ser reformulada em algum aspecto antes disso. Dentre os aspectos avaliados pelos pareceristas¹¹³ está a qualidade do conteúdo, a relevância da obra

¹¹² É o processo pelo qual os originais são avaliados pelos especialistas que emitem um parecer sobre a publicação ou não da obra. Nenhum dos pareceristas ou autores sabem a identidade um do outro (SILVA, 2014).

¹¹³ Conforme Silva (2014, s.p.), pareceristas são “especialistas no tema abordado nos originais, analisam o conteúdo do texto, assinalam seus pontos fortes e fracos, e recomendam ou não sua publicação em formato de livro”.

para a área, a abrangência e atualidade do tema, tipo de público a que se destina, assim como outros que considerarem pertinentes (SILVA, 2014).

Os pareceristas podem ser membros do próprio Conselho editorial ou indicar as pessoas que sejam daquela área de especialidade. Um Conselho editorial geralmente é composto por pessoas que sejam pesquisadoras (professoras universitárias, doutoras, mestras, especialistas) de diversas áreas do conhecimento, as quais orientam a política editorial a ser adotada, assim como auxiliam no estabelecimento de normas para as publicações de livros em uma editora (SILVA, 2014).

Posteriormente ao aceite da obra pelo Conselho e da inserção das contribuições dos pareceristas pela autoria ou organização da obra, a mesma irá para a definição do projeto editorial, no qual se estabelece aspectos relacionados ao miolo (conteúdo) e ao projeto gráfico da capa, ilustrações, figuras, etc.

O processo de diagramação se inicia com a conversão do texto e sua transformação em formato de livro. A formatação, que conforme o projeto editorial pré-definido pode ou não seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), se refere à configuração do documento com a definição do tamanho do texto (de impressão e do livro digital), das margens, cabeçalhos e rodapés, assim como paginação, alinhamento do texto, fonte a ser utilizada nos títulos de capítulos e seções, assim como no corpo do texto, espaçamento entre parágrafos e entrelinhas, entre outros aspectos. Além disso, a formatação de capa segue também definições estabelecidas no projeto editorial, tais como o uso do papel fosco ou com brilho, se a opção será brochura ou capa dura, a gramatura do papel a ser utilizado, etc. Por fim, será definido se a obra terá orelhas (abas) e quais informações irão conter, as quais podem ser: resumo da biografia da(s) pessoa(s) autora(s) ou organizadora(s), apresentação da obra, logos de patrocinadores ou apoiadores, etc.

Com o processo de diagramação terminado, a obra será direcionada a pessoas especialistas em linguagem acadêmica e

científica, assim como em regras ortográficas da língua portuguesa, e passará por um processo de revisão. Ao retornar, a obra receberá novas leituras por completo e alterações serão realizadas, conforme entendimento da equipe de revisão e da pessoa editora.

Com o encerramento desse processo, a obra é enviada em conjunto com a capa idealizada e elaborada pela equipe gráfica para a leitura de prova e, se houver, solicitação de ajustes por parte de sua autoria ou organização. Ajustes realizados, devolve-se novamente a obra para leitura de prova final pelos responsáveis. Encontrando-se novos ajustes, os mesmos são realizados até que o miolo e a capa sejam aprovados pela organização ou autoria da obra. Com a aprovação do miolo e capa finais, a pessoa bibliotecária da equipe será responsável por fazer a emissão da ficha catalográfica e o livro parte agora para a solicitação do *International Standard Book Number* (ISBN) junto à Câmara Brasileira do Livro, que no Brasil é a agência que fornece o serviço de emissão de ISBN. Posteriormente, já de posse do ISBN, a obra é enviada para a impressão na gráfica e, em poucos dias, a pessoa autora receberá os impressos em suas mãos.

Como podemos perceber o processo de produção de um livro requer diversas etapas e precisa ser realizado com a máxima atenção, haja vista que uma falha pode fazer com que todo o processo tenha que ser revisado ou reiniciado novamente.

4 PERFIL PROFISSIONAL PARA ATUAR COM EDITORAÇÃO DE LIVROS COM ENFOQUE SOCIAL

Finalizando este capítulo, entendo ser necessário focar alguns aspectos que pertencem ao perfil de pessoas que atuam (ou pretendem atuar) com editoração de livros, especialmente com projetos diferentes daqueles amplamente disseminados no mercado editorial.

Em um primeiro momento, elenco que a pessoa bibliotecária atuante no mercado de livros científicos escritos por populações em situação de vulnerabilidades deve possuir, antes de tudo, um entendimento da função social que o livro e a leitura carregam para

a transformação social de realidades sociais, econômicas e educacionais dessas populações. Conforme Grada Kilomba e Sueli Carneiro nos lembram, há populações que sempre estiveram fora dos espaços de produção do conhecimento científico e acadêmico devido às estruturas elaboradas nesses ambientes para excluir pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ dos espaços de intelectualidade e de autoridades epistêmicas.

É nosso papel enquanto bibliotecárias e bibliotecários promover a informação científica por um viés anticolonial, antirracista, antissexista e que se proponha a trazer novas narrativas para se pensar a ciência e o papel da sociedade. Atuar com a editoração de obras escritas por pessoas em situação de vulnerabilidades é exercer a expertise bibliotecária aliada com a consciência ético-política pela visibilização desses atores sociais.

Dentre as características que entendo fazer parte do perfil de uma pessoa que atua com editoração de livros científicos com enfoque social estão:

- Interesse e gosto pela leitura científica;
- Conhecimento de *softwares* gráficos, como *Adobe Illustrator*;
- Conhecimento de *softwares* de editoração, como o *Adobe InDesign*;
- Conhecimento de programas de *design* gráfico, como o *Corel Draw*;
- Atenção aos detalhes e conhecimento do processo que engloba a editoração de livros;
- Conhecimento e atualização sobre licenças de direitos autorais e obras em acesso aberto;
- Empatia e preocupação com o outro;
- Estabelecimento de redes de profissionais para atuar como prestadores de serviço.

A partir do perfil acima elencado, vinculado à realização de cursos sobre editoração e ao estudo de obras específicas sobre o assunto, tais como *A construção do livro: princípios da técnica de editoração* (1986, 2008), de Emanuel Araújo; *O livro: manual de*

preparação e revisão, de Ildete Pinto Oliveira (1993); *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, de Wilson Martins (2001); *Editoração: arte e técnica* (2015), organizado por Sônia Queiroz, entre outros, será possível aprimorar essa técnica e se tornar cada vez mais uma pessoa focada na produção de livros científicos com enfoque na visibilidade de sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Lexikon Editorial, 2008.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as Licenças**. S.l., 2020. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR Acesso em: 20 maio 2020.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. Com um capítulo referente à propriedade literária. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

PINTO, Ildete Oliveira. **O livro**: manual de preparação e revisão. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Paula. "Livro no Brasil é caro, elitista e excludente", diz cocriador da Flup. **ECO A Uol**, São Paulo, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/08/22/livro-no-brasil-e-caro-elitistas-e-excludente-diz-cocriador-da-flup.htm> Acesso em: 20 maio 2020.

SILVA, Ligia Maria Vieira da. Entrevista. In: FIOCRUZ. **Livros acadêmicos e a importância do Conselho Editorial**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2014. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/livros-academicos-e-importancia-do-conselho-editorial> Acesso em: 20 maio 2020.

YAMAZAKI, Cristina. **Edição de texto na produção editorial de livros**: distinções e definições. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BIBLIOTECÁRIA EM BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Priscila de Queiroz Macedo

Yasmin Wink Finger

Isadora Cristal Escalante

Francine Conde Cabral

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho¹¹⁴ pretende abordar a inserção de bibliotecárias¹¹⁵ em bibliotecas comunitárias e seu envolvimento na luta por direitos humanos protagonizada por esses espaços nas periferias de diferentes cidades brasileiras; a importância das bibliotecas comunitárias como equipamentos para o fortalecimento e valorização da identidade das populações desses territórios e da resistência cultural das comunidades; evidenciando a função da biblioteconomia social e das bibliotecárias e bibliotecários envolvidos nesse fazer.

Estar aqui, escrevendo sobre bibliotecas comunitárias, assunto ainda pouco discutido na biblioteconomia, é muito significativo para nós atuantes e militantes pelo direito à leitura e às bibliotecas. Trazer nossas vivências e pensarmos na forma dessa escrita representa para nós a união de esforços para um mesmo objetivo, uma sinergia de ações coletivas.

¹¹⁴ Este trabalho teve a revisão de Cida Fernandez – bibliotecária assessora da Comissão de Bibliotecárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitária (RNBC), também bibliotecária do Centro de Cultura Luiz Freire, Olinda, PE; e Sofia Tessler de Sousa – contadora de histórias do coletivo Com Fio no Conto e psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹¹⁵ Para fins deste trabalho, usaremos o termo “bibliotecária” considerando que somos quatro mulheres bibliotecárias e por ser uma profissão majoritariamente desenvolvida por mulheres. De acordo com Kramer e Martins (2019), “ainda que as mulheres sejam a maioria na Biblioteconomia, elas permanecem sem o destaque quando se trata de ocupação em processos políticos, alcançando o bibliotecário um destaque muito maior que sugeriria a sua representatividade de somente 18% da totalidade de profissionais no país. Para além disso, constata que a linguagem sexista empregada para a profissão se torna ainda mais descabida diante destes números”.

Graças à nossa cooperação nesta escrita conjunta, foi possível compilar alguns nomes e pesquisas importantes em bibliotecas comunitárias. Elisa Machado (2008) identifica um aumento no número de estudos sobre bibliotecas comunitárias nas publicações de graduação, enquanto o livro “O Brasil que Lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores” (2019)¹¹⁶, aponta uma ampliação na criação de bibliotecas comunitárias em diversos territórios de todo Brasil. No entanto, ainda são poucos os estudos e as discussões relativas às bibliotecas comunitárias e aos profissionais que atuam nessas bibliotecas nos espaços acadêmicos¹¹⁷, onde ainda são vistas como espaços “menores” ou inexistentes. Desta forma, através deste capítulo temos o objetivo de contribuir para o trabalho acadêmico nesta área.

Apesar de reconhecermos que há sempre uma diferença entre os saberes construídos na universidade e a prática dentro de qualquer biblioteca, o modelo da biblioteca comunitária extrapola esses conceitos abrangidos pela formação acadêmica. É preciso um olhar social crítico, o entendimento que não há saber menor ou maior, mas saberes diferentes (FREIRE, 1996), buscar compreender que cada biblioteca será diferente da outra e que é necessário construir junto e não sozinho. Além dessas particularidades psicossociais que nos são solicitadas, há diversos conhecimentos técnicos, administrativos e de gestão da informação que para atuar nesses espaços foi preciso estudar para além do curso de

¹¹⁶ “O universo das bibliotecas comunitárias é desvendado nesse primeiro amplo estudo sobre características, práticas e singularidades desses espaços, buscando incentivar a pesquisa nesse campo pouco explorado pela academia.” (RNBC, 2020). O livro é desenvolvido a partir da pesquisa Bibliotecas Comunitárias: impactos na formação de leitores, o qual dezenas de mediadores de leitura das bibliotecas comunitárias integraram, inclusive, uma das autoras deste artigo, Yasmin Wink Finger.

¹¹⁷ Em uma busca realizada por nós em agosto de 2020 na plataforma Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) encontramos um resultado de 76 pesquisas do termo “bibliotecas comunitárias”. Já o termo “bibliotecas públicas” encontramos um resultado de 694 pesquisas na mesma linha de tempo. Ambas as buscas foram feitas por título, palavras-chaves e resumo em uma linha temporal de 1972 a 2020.

Biblioteconomia e aprender na prática do dia a dia com mediadoras e mediadores de leitura¹¹⁸.

O contexto social das bibliotecas comunitárias no Brasil tem como um de seus fatores o descaso do Estado no tratamento das políticas públicas do livro, da leitura e de bibliotecas e pela distribuição desigual dos meios culturais. De acordo com o livro “O Brasil Que Lê: Bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores” (2019), 86,7% dessas iniciativas estão em regiões marcadas por baixos índices socioeconômicos e altos índices de violência.

Percebemos, a partir disso, o acirramento das desigualdades sociais, culturais, econômicas e, conseqüentemente, informacionais no cerne dessas comunidades. Diante deste cenário, é possível interligarmos com a fala de Bel Santos Mayer que aponta o surgimento das bibliotecas como um desejo das comunidades devido ao descaso do Estado como um exemplo na não garantia das políticas públicas de cultura.

Levantamos, portanto, questões acerca do diferencial desse tipo de biblioteca e da nossa atuação enquanto bibliotecárias. Incorporando os desafios, temas trabalhados e rotinas, nosso capítulo busca enfatizar a luta por direitos humanos difundidos por estes espaços nas periferias do Brasil e a sua importância como equipamento de resistência cultural, valorização simbólica e material dos territórios.

Ao longo do nosso capítulo traremos diversas referências a textos já construídos por profissionais que atuam em bibliotecas comunitárias. Dentre eles, o livro “Expedição Leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil” (RNBC, 2018) organizado pela

¹¹⁸ Mediadores e mediadoras de leitura são os profissionais atuantes no dia a dia das Bibliotecas Comunitárias, sendo os principais estimuladores do vínculo entre comunidade e Biblioteca. É, conseqüentemente, quem auxilia no processo de criação de ligação entre livro e leitor. “O mediador de leitura é um agente que tem a tarefa de mediar as palavras escritas com as do mundo, apostando sempre na literatura” (FINGER, 2018). Ou também, como traz Michèle Petit (2012), estas pessoas são engajadas em lutas sociais voltadas ao acesso à cultura, ao conhecimento, à informação.

Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) que traz um compilado de práticas realizadas nas bibliotecas e “O Brasil que Lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores” (2019) de Cida Fernandez, Ester Rosa e Elisa Machado que carrega um amplo estudo sobre características, práticas e singularidades desses espaços. É a partir deles que iremos tecer as nuances de nossa ação biblioteconômica.

2 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS NO BRASIL

Para fins desta escrita, traremos um breve histórico em relação ao surgimento do termo biblioteca comunitária assim como o conceito de comunidade. Além disso, buscaremos contextualizar como estes espaços se constituem nos territórios existentes, suas implicações no combate às desigualdades sociais e como nossa atuação tem se engajado diante desta luta.

O surgimento das bibliotecas comunitárias é muito diverso. De acordo com Fernandez, Rosa e Machado (2018), as iniciativas comunitárias surgem por três questões principais: o descaso dos governos em manter as bibliotecas públicas; atitudes dominantes do mundo bibliotecário e das políticas públicas de cultura e o desejo das comunidades em ter um espaço de cultura e informação tão negado à elas. Já dentro da universidade, o conceito de biblioteca comunitária tem sido empregado como sinônimo de biblioteca pública e biblioteca popular (RODRIGUES; LEAL, 2019). Destacamos agora as diferenças entre essas bibliotecas, a partir de diversos autores que se debruçam sobre a temática (ALMEIDA JÚNIOR, 1993; JESUS, 2007; MACHADO, 2009; GUEDES, 2011).

Almeida Júnior (1997) manifesta que a ideia da biblioteca comunitária se iniciou a partir de um carro-biblioteca (carros utilitários ou ônibus adaptados). Uma ação constante das bibliotecas públicas para atender bairros periféricos com o intuito de proporcionar o acesso à leitura para uma população desassistida. As ações eram voltadas aos empréstimos de livros, transformando-se assim em uma extensão da biblioteca pública.

Por ter essa relação histórica da pública com a comunitária, ainda há uma confusão destas duas bibliotecas. Primeiro, porque o conceito de biblioteca pública, conforme traz o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (BRASIL, 2020), tem como objetivo atender por intermédio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, sendo considerada um equipamento cultural que colabora na ampliação do acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita – uma das poucas instituições que foge do raciocínio universal do lucro. Porém o ponto que a descaracteriza é em como é mantida, pois sempre tem um vínculo municipal, estadual ou federal.

Almeida Júnior (1993) identifica o termo biblioteca popular na década de 1930. Em 1978, Carminda Nogueira de Castro Ferreira¹¹⁹ cita pela primeira vez na literatura brasileira o termo biblioteca comunitária ao se referir à experiência americana que tratava da integração da biblioteca pública com a escolar.

Algumas particularidades conceituais que ajudam a caracterizar as bibliotecas comunitárias são indicadas por Machado (2008, p. 60-61, grifo da autora):

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural;
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social;
3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade;
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas;

¹¹⁹ No artigo de Carminda Nogueira de Castro Ferreira, cujo título é “Biblioteca pública é biblioteca escolar?”. Esse artigo, publicado em 1978 na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, abordava uma experiência americana do início do século que tentava articular e integrar bibliotecas públicas e bibliotecas escolares (ALMEIDA JUNIOR, 1997, p. 94).

5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação (MACHADO, 2008, p. 60-61, grifos da autora).

A partir dessas características, ampliamos nosso olhar para as definições de biblioteca comunitária. Desta forma, Elisa Machado apresenta um conceito para o termo, que diz ser

[...] um projeto social autônomo que tem por objetivo estabelecer-se como entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições governamentais, articuladas com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro com vistas a sua emancipação social (MACHADO, 2008, p. 64).

Com este breve histórico e indicadores apontados por Elisa Machado é importante conceituarmos de forma sucinta a palavra “comunidade”, tão presente em seu significado. O termo diz respeito à permanência de determinada área, a consciência de pertencerem ao grupo e ao lugar, funcionando em conjunto, no que repercute aos principais assuntos de suas vidas, tendo consciência de suas necessidades.

Weber (1973), diz que a comunidade é uma relação social em que a atitude na ação social se inspira em um sentido de solidariedade e como fruto do sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos participantes na constituição de um todo. A comunidade já se torna um conceito amplo apoiado em fundamentos afetivos, emocionais e tradicionais.

Além do conceito de Weber, Milton Santos (2007) expressa que o componente territorial e cultural é central na constituição do modelo de cidadão, recuperar a cidadania é repensar o território, a cultura e a educação. Tais afirmações refletem muito no cenário das bibliotecárias comunitárias. Assim resumidamente, conseguimos

ampliar também todo um contexto territorial na construção de uma comunidade, que para nós esta demarcação é extremamente considerável, pois as Bibliotecas Comunitárias fortificam a territorialidade ao retomarem seus espaços, sendo, em algumas vezes, o único ponto de acesso à cultura agindo em seu território.

A Biblioteca Comunitária Girassol¹²⁰, presente na periferia de Porto Alegre é um exemplo disso. Esta é uma biblioteca que foi fundada por um coletivo formado por moradores do próprio bairro que através da ocupação de um espaço abandonado pelo poder público, atingido pela falta de segurança e presença de usuários de drogas, estes moradores sentiram a necessidade de ter uma biblioteca comunitária próxima de suas casas. Em três anos de existência da Biblioteca Girassol é possível perceber a autonomia, o orgulho das pessoas envolvidas e uma nova leitura de espaço, antes vista como um espaço de insegurança, criou-se uma nova visão graças às ações que são desenvolvidas. O resgate da identidade foi reforçado pela ideia de território, desestigmatizando uma zona marginalizada.

As bibliotecas comunitárias se tornam um espaço de reação da própria comunidade no combate às desigualdades informacionais e culturais, sendo uma resposta ao direito humano à leitura e pertencimento do local que estes indivíduos ocupam, resgatando e reforçando a sua identidade cultural, e auxiliando na autoestima dessas pessoas, no momento que se humaniza a periferia (MACEDO, 2018, p. 15).

A sua construção vem do desejo de moradores que querem ter próximo de si não só um espaço de leitura, mas de convivência e sociabilidade. Um ambiente humanizado que converse com a sua

¹²⁰ Biblioteca presente no Coletivo Conceito Arte, espaço ocupado devido ao abandono do poder público. Desde 2014, é gerenciado por moradores do bairro Sarandi.

comunidade através da mediação de leitura e das ações culturais onipresentes nestes ambientes.

Para Jesus (2007) e Guedes (2011) as Bibliotecas Comunitárias atuam como meio de transformação social, uma vez que são iniciativas de indivíduos ou associações com atividades voluntárias realizadas dentro de comunidades com os próprios moradores envolvidos que reconhecem suas necessidades e dificuldades no que toca o acesso à informação e a uma educação de qualidade. Por essa razão, a biblioteca comunitária se torna um espaço onde se desenvolvem ações de caráter autônomo e coletivo por meio dos quais são oferecidos projetos educacionais, culturais e profissionais “de caráter político e poético, da porta para dentro e para fora, ela anda, vai para a rua, escola, para o poste em formato de lambe. É uma biblioteca que circula” (MAYER, 2018, *online*) permitindo o desenvolvimento econômico, sociocultural e profissional daquela comunidade.

Cris Lima (2018), co-gestora e mediadora de leitura da Biblioteca Djeanne Firmino¹²¹, afirma que uma biblioteca comunitária atua na perspectiva de salvaguardar a memória desse lugar através dos saberes territoriais – o território fala mais forte, porque já se nasce dele. Petit (2010), em seu livro “A Arte de Ler”, afirma que as ações literárias em bibliotecas têm a participação ativa dos sujeitos que a constituem dentro de um processo nem autoritário, nem elitista. Trata-se, aqui, de um processo em que os indivíduos políticos encontram na leitura um instrumento de reflexão que lhes permite serem mais enérgicos em seu bairro, em sua comunidade onde vivem sua família e amigos, tornando-os enfáticos em seu destino e no destino de sua comunidade. É a maneira de “fazer sociedade”.

Para nós, bibliotecárias que atuam em bibliotecas comunitárias, acreditamos que o ponto principal que caracteriza esse espaço é estar em territórios demarcados pela própria comunidade ao conduzir seus valores sociais e culturais. Um recinto de acolhida e generosidade e não apenas um lugar de passagem, mas como afirma

¹²¹ Integrante da rede de bibliotecas comunitárias LiteraSampa, fazendo parte também da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC).

Michele Petit (2019), “um lugar agradável onde a partilha é possível”, uma zona que abriga a sociabilidade cultural de uma comunidade, sendo um lugar público para o público – uma referência no seu território.

Finalizamos esta parte ressaltando o trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de cinco anos pela Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, “[...] um coletivo que atua em várias cidades do país com a promoção da leitura através da incidência em políticas públicas em âmbito municipal, estadual e nacional” (REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, 2016). Essa iniciativa, que conta com 119 bibliotecas, tem como objetivo principal fortalecer as bibliotecas na luta por políticas públicas na área do livro e da leitura e garantir o direito humano à literatura, reforçando que **sim**, o Brasil que lê está nas periferias das cidades, muitas vezes marginalizado.

3 O PAPEL DA BIBLIOTECÁRIA EM BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS ARTICULADAS EM REDE

Diante do que foi apresentado anteriormente, agora focaremos em nossa atuação apresentando que o nosso papel nestes espaços extrapola os processos tradicionais. Quando falamos em biblioteca comunitária e suas ações, afirmamos que é essencial que se pense em estratégias junto aos moradores da região, dialogando sobre as suas necessidades básicas e necessidades informacionais. A partir da compreensão da inoperância de serviços básicos fundamentais para o exercício dos direitos humanos é que a bibliotecária atuará no planejamento de atividades que incentivam não somente o gosto pela leitura, mas o conhecimento por meio dos gêneros literários diversos ligados a diferentes tipos de materiais bibliográficos que auxiliam o aprendizado ao longo da vida.

A primeira particularidade que destacamos de nossa atuação é o trabalho em rede. A atuação em um único espaço permite um olhar mais profundo, tendo foco apenas naquela biblioteca e suas singularidades. A bibliotecária conhece mais os leitores, está mais enraizada na comunidade permitindo realizar um trabalho mais

conciso, incidir politicamente e mobilizar recursos mais focados na realidade daquela biblioteca.

É como cuidar de um pé de manga; se eu cuido apenas de um isoladamente eu vou olhar para ele todos os dias, provavelmente mais facilmente vou enxergar problemas nas folhagens, falta de água entre outros problemas. Já se eu passar a cuidar de um pomar de mangas eu preciso sistematizar as informações para que possa estar atenta a todas elas igualmente, entendendo cada particularidade. Desta forma, a bibliotecária que atua em rede necessita realizar um estudo maior das realidades de cada biblioteca, pois o solo que ela está pisando não é o dela. Os diálogos com as mediadoras de leitura são fundamentais para a gestão dos processos, pois são elas que fazem parte daquela comunidade, tornando assim o trabalho da bibliotecária de apoio à construção coletiva.

Ao atuar em bibliotecas em rede, realizamos nosso trabalho em formato de assessoria, pois não podemos olhar o todo o tempo todo. Não estamos na biblioteca diariamente com nossos olhos nos leitores, dialogando com eles e seus desejos. Por isso, realizamos visitas que podem ser semanais ou mensais pensando em sistemáticas de trabalho. Este formato de assessoria consiste em entender a importância do conhecimento científico e de nossa experiência, mas não exclui a rotina que a mediadora de leitura enxerga todos os dias, assim como sua experiência e territorialidade.

É o encontro da teoria, experiência e rotina que permeia nosso trabalho. Um eterno fazer dentro da práxis. Ter um planejamento organizado e os objetivos em cada biblioteca definidos também são fundamentais. É necessário ter em mente que cada biblioteca estará em um tempo de atuação, mas que é importante uma unidade, uma constante crescente para que todas possam se encontrar em algum momento.

O olhar sistêmico da bibliotecária se torna necessário em diversos espaços da biblioteca. Deste modo, nossa assessoria não se restringe ao conhecimento técnico de classificação e catalogação, mas abrange áreas como mediação de leitura, gestão compartilhada,

articulação e incidência política, pois todas essas são frentes das bibliotecas comunitárias.

A seguir, de acordo com os aspectos elencados no livro “Expedição Leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil” (2018), desenvolvido pela RNBC, iremos tecer os detalhes de nossa atuação nas bibliotecas comunitárias em rede:

a) Espaço - organizado de forma acolher o leitor

O espaço da biblioteca deve ser como um abraço, “aconchegantes e acolhedoras” (Figura 1). Segundo Souza, Damascena e Sousa (2018), o espaço da biblioteca deve ter “a cara da comunidade” e precisa de: um mobiliário adequado e acessível para o público atendido, respeitando a altura das crianças e pessoas com deficiência física. É importante também que tenham os equipamentos necessários, como um computador, infraestrutura que garanta circulação de ar e iluminação adequadas, ambientação que coloque o livro como protagonista, dinamização da programação cultural e visibilidade com uma placa na entrada da biblioteca.

Um espaço mediador de leitura seria aquele

[...] que tem como suas principais características a democratização do acesso ao acervo; a facilitação do acesso e dos empréstimos; a originalidade e criatividade no modo de apresentar e oferecer o acervo aos leitores; a disponibilidade de levar o acervo até onde está o leitor e a disponibilidade dos mediadores de leitura, sempre muito presentes (GARCIA, 2007, p. 44).

Figura 1 – Leitores desfrutando de seu espaço.

Fonte: Acervo da Biblioteca Multicultural Nasedouro - Recife/PE.

Dentro dessa perspectiva, nossa atuação enquanto bibliotecárias reconhece a importância de abrir espaços de discussão junto às mediadoras de leitura, principalmente com aqueles que estão iniciando neste caminho, de forma a mantermos sempre vivos os conceitos construídos por várias referências, muitos deles construídas pelas próprias mediadoras.

A bibliotecária, neste aspecto, traz inspirações e realiza perguntas: quais os aspectos culturais importantes da comunidade? Há moradores da comunidade que produzem artesanato regional? A comunidade tem registros fotográficos importantes para a sua história? Essas provocações devem ser construídas com as mediadoras de leitura, mas também com leitores que vão colaborar para que a biblioteca tenha a cara da comunidade.

É importante também que a bibliotecária organize metodologias para o desenvolvimento das propostas. Por exemplo: hoje, na visita na Biblioteca Comunitária União do Saber, falamos sobre o espaço, buscar inspirações e referências, definimos que na próxima visita, daqui a 15 dias, as mediadoras de leitura vão trazer referências da comunidade e diálogos que fizeram com leitores e

moradores da região. Assim, traçamos estratégias, definimos prazos e identificamos o trabalho progredindo.

b) Acervo

Ao adentrar em uma biblioteca comunitária que nós trabalhamos você provavelmente encontrará a organização interna muito parecida (Figura 2): literatura infantil em um espaço acolhedor com um tapete no chão; literatura juvenil próximo ao acervo infantil conduzindo o leitor a conhecer e aperfeiçoar sua leitura; literatura adulta em seguida separada por nacional e estrangeiro, ou até mesmo, valorizando escritores locais, e por fim um espaço menor de livros não literários: acervos de educação, saúde, história da comunidade entre outros temas que sejam relevantes para o espaço.

Normalmente, o acervo das bibliotecas é composto em sua maioria de livros doados, cujas obras passam por todo um processamento técnico, que por meio das assessorias e formações, as mediadoras de leitura passam a escolher obras que estejam em condições de empréstimo e que estejam dentro da realidade de sua comunidade e perfil de seu público. Aprendendo, assim, a ter um olhar mais técnico, fugindo da ideia que a biblioteca é um espaço de “depósito de livros” e que deve aceitar todo tipo de doação. Outra forma de aquisição de acervo é a compra, na qual nós priorizamos editoras, distribuidoras e autores independentes, em busca da valorização deste trabalho.

Os encontros de estudo e formação (gênero literário, literatura afro-brasileira e africana, literatura indígena, cordel, encontro com escritores, gênero, antirracismo, entre outros) que as mediadoras de leitura e nós bibliotecárias participamos, também são referências para a constituição do acervo e ampliação do repertório. Nosso papel, enquanto bibliotecárias, é buscar constantemente um acervo diverso e que as mediadoras estejam atentas às demandas dos leitores, seja com uma caixa de sugestões, seja no diálogo com os pequenos leitores (e grandes!). Isso tudo são pontos facilitadores que favorecem não apenas a leitura das palavras, mas é sobre enxergar, viver e estar no mundo.

Com isso, percebemos que as identidades dos acervos disponíveis nas bibliotecas comunitárias contemplam a diversidade literária produzida pela humanidade nos seis continentes, sem deixar de destacar a produção local, que é procurada e acessada pelas pessoas de cada lugar onde está inserida. Mais do que comportar grandes clássicos, ou livros importantes de referência, o acervo vai sendo formado pelo desejo, pela curiosidade e pelo protagonismo dos leitores das bibliotecas (ROCHA; HONORATO; CAVALCANTE, 2018, p. 65).

É fundamental a autonomia do leitor que possibilita a liberdade de escolha e facilidade de acesso aos livros. Biblioteca viva é biblioteca que se mexe no acervo, muda os livros de lugar e empresta muitos livros! Rocha, Honorato e Cavalcante (2018) reafirmam a necessidade de buscar um método de classificação do acervo de referência e planejar antes de iniciar o processo, sugerindo a classificação por cores organizada por Cida Fernandez, além de um sistema informatizado para a catalogação.

Entretanto, nas dimensões de tratamento do acervo não basta decidir o sistema de classificação e a automação, é preciso apresentá-los para que a equipe da biblioteca escolha. Realizar formações, dialogar com a universidade e buscar especialistas são atividades realizadas para tomarmos decisões coletivas e uma maneira de mobilizarmos outros recursos em meio às parcerias. Ao tomá-las é preciso que todos e todas estejam empoderados destes sistemas e possam andar com as próprias pernas com a assessoria da bibliotecária. Desta forma, as mediadoras em suas rotinas de trabalho realizam a classificação e catalogação inicial, em nossas visitas de assessoria fazemos as correções e finalização do livro. O aprendizado é mútuo e o trabalho pode se tornar mais demorado, mas o conhecimento é difundido.

Figura 2 – Bibliotecária e mediadora organizando o acervo.



Fonte: Acervo pessoal de Yasmin Wink.

Aqui, destacamos a ausência da academia em proporcionar bagagem para os alunos de graduação relacionadas a sistemas de classificação e de catalogação diversos. Muitas vezes, nos cursos de biblioteconomia, somos apresentados de forma sucinta a sistemas que em alguns momentos podem não ser adequados dependendo da realidade da biblioteca. Quando nos deparamos com isso, pensamos em classificações que sejam acessíveis para as mediadoras e para os leitores a fim que dê autonomia a ambos.

Os sistemas de catalogação para automação do acervo vêm de parcerias com universidades e/ou empresas e outros são sistemas gratuitos: Alexandria¹²², Biblioteca Fácil¹²³, Biblivre¹²⁴, FIND¹²⁵, PHL¹²⁶.

¹²² Ver: www.alexandria.com.br

¹²³ Ver http://www.mtg.com.br/control_e_biblioteca-programa_biblioteca_facil.html

¹²⁴ Ver: www.bibliivre.org.br/

¹²⁵ Ver: www.ufrgs.br/find

¹²⁶ Ver: www.elysio.com.br/

c) Mediação de leitura – os responsáveis pela biblioteca apresentam um conjunto de obras literárias

Como ser mediador(a) de leitura? Encante-se pela leitura e encante novos leitores. Crie vínculos com os frequentadores da biblioteca. Conheça o acervo de livros da biblioteca para ser a ponte entre os livros e leitores. Participe de atividades de formação e mantenha-se informado sobre as novidades. Amplie seu repertório cultural, lendo novas obras, indo ao cinema, ao teatro, ao museu. Planeje as atividades de mediação e registre o que aconteceu. Não esqueça que o livro de literatura é o principal objeto da mediação. Conheça, com profundidade, o texto que será mediado (HONORATO; CAVALCANTE; DAMASCENA, 2018).

As ações descritas no livro “Expedição Leituras” servem de orientação para as mediadoras de leitura. A bibliotecária oferece apoio para que estas atividades sejam desenvolvidas, além de realizar planejamento coletivo e outros processos organizacionais e informacionais que irão facilitar o trabalho da mediadora.

A bibliotecária que atua em bibliotecas comunitárias precisa ser leitora. E por que trazemos esta afirmação com tanta certeza? Em média 80% do acervo das bibliotecas são de livros de literatura. Para gerenciar este acervo e orientar as mediadoras de leitura é preciso que a bibliotecária o conheça minimamente, principalmente os gêneros literários. Ao lermos literatura afro-brasileira e africana, identificamos a importância das referências para leitores, crianças e adolescentes negros/pretos. É preciso ter este repertório e buscar aprender junto às mediadoras de leitura que desenvolvem essa ação muito mais próxima com os leitores (Figura 3).

A aprendizagem da leitura e a formação de leitores não se fazem de forma espontânea. São processos complexos que exigem esforços contínuos e, conseqüentemente, precisam ser permeados por práticas pedagógicas que contemplem estudos, orientação e leitura, considerando o leitor como agente neste processo. O Ser Leitor ultrapassa a lógica da decodificação das palavras, por isso sua formação é fruto da ação social, do diálogo e da escuta, de um espaço

de questionamento de assuntos significativos para a vida em comunidade e principalmente do seu comportamento frente à realidade que o envolve (MORAIS, 2013).

Ler, portanto, requer habilidades que não se limitam à decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que, como aponta Freire (1989), se antecipa e se alonga na inteligência do mundo.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1989, p. 5).

Como experiência, a relação que se estabelece com a literatura não pode ser controlada como um experimento. A mesma atividade de leitura pode ser uma experiência para algumas pessoas e não para outras. Petit (2008) cita exemplos de leituras significativas para jovens e defende que não se estabeleçam listas definitivas de obras mais ou menos adequadas. Daí a importância da bibliotecária conhecer e explorar a diversidade do acervo, do planejamento de mediação de leitura e de profissionais capacitados, tanto para o desenvolvimento de coleções quanto para as atividades de mediação estabelecidas entre as pessoas e as obras literárias.

Figura 3 – Mediação de leitura na Biblioteca Comunitária União do Saber.



Fonte: Acervo pessoal de Isadora Escalante.

Para Fernandez (2020), o exercício de ler literatura permite que se perceba múltiplas visões e interpretações da realidade entrecruzadas, que dialogam com os textos e se transformam em outras percepções de mundo, ampliado, múltiplo, possível. Com isso, desenvolve-se o sentido de humanidade e compreensão dos discursos. A partir disso, o leitor passa a analisar o mundo não com base em opiniões, mas em argumentos por meio de suas experiências e do seu lugar no mundo (BRITO, 2019).

Por essa razão, acreditamos que a biblioteca comunitária seja um espaço privilegiado para a mediação cultural. O papel da profissional nesse espaço é manter essas mediações vivas e dinâmicas de modo a proporcionar aos sujeitos não só o conhecimento registrado nos livros, mas também a experienciar aprendizagens especiais e específicas para lidar com as informações

e apropriar-se delas. Nessa direção, Brito (2019) afirma que é preciso dar o direito à escolha, mas a mediação é um item fundamental para que sejam formados leitores autônomos e conscientes de suas opções.

d) Enraizamento Comunitário – pertencimento e participação da comunidade

O enraizamento comunitário envolve integrar a comunidade, as famílias, os moradores, as escolas e outros espaços nos processos de tomada de decisões, construção de programações e trabalho voluntário na biblioteca, como sendo um conselho comunitário. É importante ocupar a comunidade e os eventos dela com ações da biblioteca, é preciso estar conectado com os desejos e as necessidades do entorno (CAVALCANTE et al., 2018).

Nossa atuação, enquanto bibliotecárias, é de organizar essas ações em conjunto com as mediadoras, lembrando-as de diversas estratégias e mobilizações que podem ser feitas (Figura 4). Ao realizar as visitas de assessoria, a bibliotecária busca refletir coletivamente e sistematizar essas ideias sendo propositiva com datas de encaminhamento e metodologias. Além disso, ao realizar o monitoramento dos dados de empréstimo, leitura local, público, entre outros registros, a bibliotecária tem em mãos informações fundamentais para direcionar o foco das mediadoras. Se o empréstimo está baixo, mas a leitura dentro da biblioteca é grande, o que acontece para o leitor não levar o livro para casa? Se o público da biblioteca está baixo como enraizar em outras esferas da comunidade?

Figura 4 – Parceria com projeto Autor Presente¹²⁷ com alunos de uma escola estadual do bairro Sarandi.



Fonte: Acervo pessoal da Biblioteca Comunitária Girassol.

e) Gestão compartilhada – agir e planejar coletivamente

A gestão compartilhada é metodologia transversal das ações coletivas. É a partir dela que tudo acontece. Se não há gestão compartilhada, não há ação coletiva. Desta forma, o livro “Expedição Leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil” (2018) propõe que o compartilhamento de informações seja feito da forma mais transparente possível e democrático, sem hierarquização nos processos, priorizando as decisões coletivas

Sabemos o quão desafiador é este eixo, mas é importante ser transparente ao compartilhar informações, trabalhar para que não haja hierarquia nos processos, priorizar as decisões coletivas,

¹²⁷ Criado em 1972, o Projeto Autor Presente, do Instituto Estadual do Livro (IEL), órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, caracteriza-se por promover a leitura e a literatura gaúcha a partir de encontros entre escritores e seu público. Ver: <http://autorpresente.blogspot.com>

garantindo planejamento e avaliação realizados de forma coletiva. É sempre primordial acolher os pensamentos divergentes, registrar os acordos e combinados e garantir gestão equânime de recursos (GUARILHA; SILVA; SOUZA, 2018).

O trabalho da bibliotecária perpassa por todas essas linhas que refletem a gestão compartilhada das bibliotecas que atuamos. É um processo contínuo, que não é perfeito, não se conclui. Por isso, o planejamento da profissional é realizado diversas vezes ao ano e compartilhado com todas as bibliotecas, além da utilização do *Drive* para envio de todos os documentos, registros e planejamentos.

Ser uma bibliotecária que atua com gestão compartilhada é ter ciência de que nosso saber não é único, não é maior, não é absoluto. Os conhecimentos adquiridos em nossos anos de academia e experiência são uma parte de todo o saber compartilhado em reuniões com as mediadoras de leitura. Ao tomar decisões é preciso estar atenta ao olhar do outro, visto que não estamos na biblioteca diariamente. Orientamos, mas não somos e nem devemos ser as únicas vozes, quando a biblioteca é espaço vivo cheio de seres atuantes.

f) Comunicação – ações para maior visibilidade à pauta do direito à leitura

Enquanto bibliotecárias, falamos diversas vezes sobre *marketing* em bibliotecas e como divulgar cada vez mais as ações que realizamos. No entanto, é notável a diferença quando contamos com assessoria de comunicação na biblioteca. As produções de conteúdo e estratégias de comunicação ficam mais refinadas e com identidade. É por isso que reafirmamos a importância do profissional de comunicação. É importante frisar que o desenvolvimento deste trabalho não é realizado especialmente pela bibliotecária, e sim por um Grupo de Trabalho que pode contar ou não com um profissional de Comunicação e Biblioteconomia.

Comece pela comunicação interna: a) olhe no olho com cumplicidade, confiança e muita conversa entre os integrantes da biblioteca; b) seja transparente no diálogo e no compartilhamento

das informações que circulam; c) planeje as estratégias de comunicação; d) produza os materiais e as atividades que serão compartilhadas (ANDRADE; SOUZA; ROCHA, 2018).

Comunicação externa: a) comece pelos vizinhos da sua biblioteca; b) crie placas, cartazes, faixas que identifiquem a biblioteca; c) crie uma agenda das atividades e divulgue-as; d) pergunte-se! O que? Para quem? Como eu vou divulgar?; d) utilize informações com linguagem acessível; e) seja criativo! Use e abuse de ideias; f) converse com quem está ao seu redor: escolas, creches, postos de saúde, associação de moradores, comércios; quebre seus muros, crie páginas em redes sociais, blogs, sites, fotografias, vídeos, jornais (ANDRADE; SOUZA; ROCHA, 2018).

No trabalho de comunicação é visível novamente a importância do trabalho organizacional, informativo, metodológico e com dados que a bibliotecária apresenta. Seja na construção de planejamentos, rotinas, contato com os leitores por meio dos conhecimentos aprendidos na universidade. Seja nos dados monitorados e comunicados das ações das bibliotecas. É importante dizer que a Biblioteconomia e a Comunicação andam juntas em tempos de informação em crise com as *fake news* e pós verdade.

Além disso, ressaltamos o envolvimento significativo com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não só para a automação das bibliotecas, mas também para refletir sobre como solucionar problemas de infraestrutura nesses espaços em que a informação não é democratizada. Botelho (2012) questiona a inserção das camadas populares, mais desprovidas economicamente, na sociedade da informação. Para o autor, a sociedade da informação “apresenta-se para as populações periféricas, como mais um tipo de exclusão a se somar às outras, uma vez que o acesso à informação através de bibliotecas e aparelhos culturais é de grave escassez, principalmente na promoção da inclusão digital” (BOTELHO, 2012, p. 59).

Nesse cenário, buscamos as ações de comunicação para além do mundo digital e as redes sociais. Bicicletas sonoras, lambes

espalhados pelas paredes das comunidades, diálogo com parceiros importantes da comunidade e boca a boca com os moradores.

g) Incidência política – engajamento em espaços e construção de políticas públicas

“Incidir é influenciar! E o papel das bibliotecas é influenciar a política pública para garantir o direito humano à leitura” (SILVA et al., 2018, p. 165). A atuação em bibliotecas comunitárias é, sobretudo, política. Para isso é essencial entender como se organiza a estrutura política do Brasil: quais leis e marcos legais incidem em todas as esferas do território? Quais as políticas existentes para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas? Qual pode ser a nossa participação em espaços de incidência política e mobilização social? Como tornar acessível para a comunidade os processos políticos? Além de buscar entender é preciso acompanhar e garantir que os direitos conquistados sejam assegurados e não haja retrocessos. Para isso, é importante estar presente em frentes, fóruns, conselhos, entre outros locais para o acompanhamento.

Não é tarefa fácil. Normalmente, essa é uma das frentes mais desafiadoras para as bibliotecárias que atuam em bibliotecas comunitárias, visto que não vivenciamos nada sobre isso na universidade. No entanto, nosso trabalho passa pelos processos de atuação política quando falamos sobre bibliotecas públicas, escolares e comunitárias. Um exemplo disso é a Lei da Biblioteca Escolar, que define a obrigatoriedade de ter uma bibliotecária em cada biblioteca escolar. Como garantir que essa lei entre em vigor? É preciso que a bibliotecária incida politicamente. Novamente, citamos que este eixo de trabalho é uma construção coletiva e não ação exclusiva da bibliotecária. A partir de seus conhecimentos, a profissional pode contribuir para que as ações de incidência política sejam realizadas.

Em relação às bibliotecas comunitárias, algumas leis relevantes e que estamos sempre atentas são os Planos Municipais e Estaduais do livro, leitura, literatura e biblioteca. São elas que garantem recursos para manutenção das bibliotecas públicas, escolares e

comunitárias. Já na esfera federal temos a Política Nacional do Livro e Leitura e Política Nacional de Leitura e Escrita¹²⁸.

h) Mobilização de Recursos – sustentabilidade e engajamento

Mobilizar recursos é garantir a sustentabilidade da biblioteca e, conseqüentemente, a garantia da execução dos projetos e atividades. O primeiro passo é entender no que acreditamos e qual a nossa razão de existir. Ter esse esclarecimento ajudará a sensibilizar possíveis apoiadores, sejam instituições parceiras, pessoas físicas ou em editais (SILVA; GUARILHA; SOUSA, 2018).

O próximo passo é saber o custo mínimo para que a biblioteca funcione: aluguel, luz, água, acervo, recursos humanos, mapear possíveis apoiadores, desde a comunidade até o âmbito nacional. Promover e vender produtos, cursos etc., e mobilizar recursos dentro da comunidade. Estar atento aos editais públicos e privados, tendo em vista que muitas bibliotecas comunitárias sobrevivem a partir deles. Participar de cursos de formação na área de projetos, mobilização de recursos, bibliotecas e áreas afins e manter o diálogo com pessoas da área do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas (SILVA; GUARILHA; SOUSA, 2018).

Assim como os outros tópicos, a bibliotecária na competência de mobilização de recursos pode apoiar a biblioteca com orientações organizacionais e informacionais. Não estamos à frente destes processos, mas cooperando com o Grupo de Trabalho responsável e mediadoras e gestoras das bibliotecas. Estar atenta a editais é importante para a biblioteca, inclusive porque alguns editais são direcionados aos profissionais de Biblioteconomia. Ao divulgar campanhas de doação de livros é necessário que a biblioteca tenha

¹²⁸ “A Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) é uma Lei sancionada em 13 de julho de 2018 que tem como estratégia a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil. O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é uma ação liderada pelo Governo Federal, conforme citado anteriormente. Em seu art. 4º da PNLE prevê que, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Portanto, PNLL e PNLE caminham juntos. Desse modo, a PNLE veio para institucionalizar como responsabilidade do Estado a construção e revisão permanentes de Planos voltados para o setor do livro, da leitura e das bibliotecas”. Ver: <http://snbp.cultura.gov.br/pnll/>.

as orientações da bibliotecária para receber os livros, seu estado físico e a necessidade daquele conteúdo no acervo.

Em se tratando de bibliotecas comunitárias articuladas em rede, temos um bom exemplo de uma ação de mobilização de recursos. Em 2019, a Comissão de Bibliotecárias da RNBC, composta por 12 bibliotecárias, empenhou-se em trabalhar a produção de conhecimento para um dos maiores eventos de Biblioteconomia do país, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBBD). Dividindo-se em grupos, a Comissão submeteu três artigos e todos foram aceitos. No entanto, os recursos financeiros ainda eram insuficientes para custear a inscrição no evento e a viagem de todas as envolvidas até o local onde ele aconteceria: Vitória, no Espírito Santo. A partir de uma parceria com o Grupo de Trabalho de Comunicação da RNBC, foi feita uma campanha de financiamento coletivo que obteve grande sucesso nas mídias sociais e fez com que toda Comissão estivesse presente no evento. Aproveitamos a situação e, em diálogo com a organização do evento, expusemos produtos da economia criativa das Redes Locais. Vendemos diversas camisas, broches, *ecobags*, canetas, cordéis etc. (Figura 5).

i) Articulação – trabalho em rede para fortalecimentos das ações promovidas por meio de parcerias e estratégias

A primeira articulação importante é com a própria comunidade, ao se articular com associações, coletivos e grupos de jovens, de mães, de mulheres e moradores da comunidade. Mantendo uma relação sempre aquecida com as parcerias, enviando materiais sobre as atividades da biblioteca e da rede e convidando para participarem também das atividades da biblioteca (SILVA et al., 2018).

Figura 5 – Comissão de Bibliotecárias no CBBB/2019.

Fonte: RNBC (2019).

A atuação da bibliotecária na perspectiva de articulação envolve os próprios contatos que a área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas nos proporciona. Divulgar as bibliotecas que atuam, dialogar com outras bibliotecárias, com órgãos de classe e buscar inserir no debate as bibliotecas comunitárias que em muitos momentos ficam ausentes, assim como as mediadoras de leitura. A bibliotecária também pode apoiar no acompanhamento das demandas e respostas nas redes sociais e no e-mail. Respondê-los e encaminhá-los pode ser uma tarefa da profissional buscando sempre que todos estejam cientes dos processos.

Por fim, citamos a importância dos aspectos organizacionais e sistemáticos das profissionais de Biblioteconomia. Mesmo em ações que normalmente não vemos como nossas funções, podemos apoiar na construção a partir da organização das informações e estratégias. A formação de Biblioteconomia não oferece conhecimento sistemático de estratégias de organização da informação, para além dos sistemas de classificação, indexação e catalogação. Como

podemos ampliar o olhar de nossa profissão para processos além do acervo físico de livros?

Podemos afirmar que pouco do que nos é demandado nas bibliotecas comunitárias nós estudamos na universidade, visto que os aspectos organizacionais de acervo são diferentes (a maioria das bibliotecas não utilizam classificação decimal e universal e não utilizam sistemas de catalogação sofisticados). De que forma a Biblioteconomia vêm acompanhando o trabalho da bibliotecária no mundo atual?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos eixos de trabalho destacados, é possível visualizar a multifuncionalidade necessária para a atuação da bibliotecária em bibliotecas comunitárias. Esse diferencial vai na contramão dos estigmas sociais e estereótipos de gênero atribuídos às bibliotecárias ao longo da história: uma postura apolítica e pouco dinâmica.

As particularidades mais evidentes de nosso trabalho em bibliotecas comunitárias são: o trabalho em rede e os desafios da gestão de uma atuação neste formato; a construção coletiva, sem hierarquias, que promove um trabalho mais compartilhado e humanizado, mas que é desafiador quando vivemos em uma sociedade que não segue esta forma de organização; o formato de assessoria enquanto bibliotecárias ao realizarmos formações junto às mediadoras de leitura para que elas estejam à frente do trabalho. Desse modo, entendemos que a nossa função em bibliotecas comunitárias é, sobretudo, de agentes de transformação social. Nosso dever, nesse sentido, é político e precisa estar diretamente relacionado ao fortalecimento da classe bibliotecária por meio dos movimentos associativos, a partir do envolvimento com Sindicatos, Associações, Conselhos Regionais e Federal de Biblioteconomia, entre outros.

Enxergamos ainda a necessidade de disseminar nossas práticas dentro da Academia, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, a fim de conduzir a mudança de comportamento nos profissionais no

sentido de um maior envolvimento com as questões sociais. Essa mudança é fundamental para conscientizar bibliotecárias desde o início da sua formação sobre os diversos papéis que pode desempenhar em sua jornada e sobre o poder que suas habilidades podem ter diante de complexidades que nunca antes havia experienciado, indo além de um plano mínimo de trabalho. Ter ciência de que sua contribuição profissional impactará profundamente a incorporação dos sujeitos e grupos no cenário social, mas que principalmente, a sua incidência nas políticas do livro, leitura, literatura e bibliotecas fortalecerão mais ações em outras bibliotecas, em outras comunidades, para o acesso à informação e aos Direitos Humanos.

Além disso, para nós, é muito importante trazer o histórico e o conceito de bibliotecas comunitárias dentro da literatura já existente e de nossas experiências nestes ambientes que resistem por si só nas periferias. Acreditamos que as bibliotecas comunitárias se constituem em espaços para o encontro, para o debate, respeito e acolhida, abrindo novas perspectivas dentro dessa instituição que ainda é vista como algo tão elitizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecas públicas e alternativas: bibliografia comentada. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 115-127, jan./jun.1993.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997.

ANDRADE, R.; SOUZA, J.; ROCHA, V. Comunicação: clareza e criatividade. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil**. Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

BOTELHO, C. N. A formação do bibliotecário e as bibliotecas comunitárias. **Informe: Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v. 1, n. 1, p. 50-64, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Org.). **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>. Acesso em: 4 ago. 2018.

BRITO, R. G. Mediação de leitura literária em bibliotecas: entre a velocidade da Sociedade da Informação e o tempo para fruição e troca de saberes. *In*: PRADO, J. M. K. **Mediação da leitura literária em bibliotecas**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

CAVALCANTE, M. et al. Enraizamento comunitário: pertencimento e participação. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil**. Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil**. Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

FINGER, Y. W. Formação de leitores e bibliotecas comunitárias: um olhar à práxis emancipatória. 2018. 101f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERNANDEZ, C.; MACHADO, E.; ROSA, E. **O Brasil que lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores**. Olinda: CCLF, Brasil: RNBC, 2019. 200 p.

FERNANDEZ, C. Literatura como direito humano. **Revista Emília**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/literatura-como-direito-humano/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, G. E. Arquitetura das instâncias e ações mediadoras. *In*: **Instituto C&A: Prazer em ler v. 2**, 2007. Disponível em: <https://www.institutocea.org.br/>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GUARILHA, J.; SILVA, C.; SOUZA, J. Gestão compartilhada: coletividade e transparência. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil**. Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

GUEDES, R. M. **Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação**. UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/11a_Bibliotecas_comunitarias_-_Roger_Guedes.pdf. Acesso em: 29 jan. 2020

HONORATO, C.; CAVALCANTE, M.; DASCENA, T. Mediação: intencionalidade e pluralidade. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil**. Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

JESUS, M. Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: CINFORM, 2007.

LIMA, C. **Biblioteca comunitária é ponte entre literatura e território.** [Entrevista cedida a] Cecília Garcia. Portal Aprendiz, [s.l.], 8 ago. 2018. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2018/08/08/biblioteca-comunitaria-e-ponte-entre-literatura-e-territorio>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MACEDO, P. Q. **Bibliotecas Comunitárias: agentes de resistência nas periferias.** 2018. 83f. TCC (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil.** 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009.

MAYER, B. S. **Bibliotecas comunitárias tentam driblar falta de acesso às livrarias na periferia.** [Entrevista cedida a] Matheus Rocha. Revista Época, [s.l.], 09 jun. 2019. Disponível em: www.epoca.globo.com/bibliotecas-comunitarias-tentam-driblar-falta-de-acesso-as-livrarias-na-periferia-23725555. Acesso em: 28 ago. 2020.

MORAIS, J. **Criar leitores: para professores e educadores.** Barueri: Minha editora, 2013.

MULLER, L. K.; MARTINS, C. W. S. Uma profissão feminina, mas não feminista? Representatividade de gênero na gestão dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais...** Vitória: FEBAB, 2019.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade.** São Paulo: Editora 34, 2010.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva.** São Paulo: 34, 2008.

PETIT, M. **Ler o Mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje.** São Paulo: Editora 34, 2019.

RNBC. Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. **A RNBC.** Disponível em: <https://rnbc.org.br/a-rnbc/>. Acesso em: 10 maio 2020.

RNBC. Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. **As bibliotecárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias estão em Vitória - Espírito**

Santo participando do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - CBBB. Vitória, 2 out. 2019. Instagram: @redenacionalbc. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/B3HnqdljV8i/?igshid=1oiuy1uerr201>.

Acesso em: 12 maio 2020.

ROCHA, V.; HONORATO, C.; CAVALCANTE, M. Acervo: organização e diversidade. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil.** Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

RODRIGUES, J. S.; LEAL, T. F. As práticas de letramento de crianças e adolescentes da "biblioteca comunitária amigos da leitura". **Educação em Revista**, Marília, v. 20, n. 2, p. 25-42, jul.-dez., 2019.

SANTOS, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** São Paulo: Hucitec, 2007.

SILVA, C. et al. Articulação: parceria e estratégia. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil.** Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

SILVA, C.; GUARILHA, J.; SOUSA, V. Mobilização de recursos: sustentabilidade e engajamento. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil.** Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

SILVA, M. B. et al. Incidência política: ocupação e resistência. *In*: HONORATO, C. et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil.** Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

SOUZA, J.; DAMASCENA, T.; SOUSA, V. Espaço: aconchego e acolhimento. *In*: HONORATO, C.; et al. **Expedição leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil.** Brasil: RNBC; São Paulo: Instituto C&A: Itaú Social, 2018.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. *In*: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Editora da USP, 2003. p. 140-143.

BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Juliana Aparecida Gulka

1 INTRODUÇÃO

A bibliotecária é uma profissional tradicionalmente associada a bibliotecas, e, de fato, muitas pessoas entram na faculdade de biblioteconomia procurando algum tipo de estabilidade profissional. Essa realidade, no entanto, tem se modificado com o tempo e, sobretudo em virtude das mudanças tecnológicas, oportunidades alternativas de trabalho têm surgido (GORDON, 2008). Assim, o mercado de atuação informacional tem apontado para outras possibilidades, o que leva a profissional também para uma via empreendedora e/ou autônoma. Essa perspectiva não é nova e vem sendo apontada desde as décadas de 1980 e 1990, quando se falava da desinstitucionalização da profissão, ou seja, a independência da bibliotecária em relação a bibliotecas e a sua busca por outros cenários de atuação (COSTA; MORAES, 1992; GORDON, 2008).

Essa dinâmica pode acontecer em virtude de vários fatores, como por exemplo, a inserção profissional para uma recém formada, profissionais aposentadas que estão saindo da biblioteca onde atuavam e querem uma alternativa para se manterem ativas, opções de trabalho como freelancer em complementação à renda, a busca por maior flexibilidade geográfica e de tempo, ou mesmo mudanças inesperadas e desafios pessoais (GORDON, 2008).

A *American Library Association* (ALA, 2020) aponta que, em virtude da grande quantidade de informações disponíveis, é cada vez mais esperado que as bibliotecárias atuem fora dos ambientes tradicionais em atividades de busca, classificação e processamento, ou seja, que utilizem seus conhecimentos e habilidades para atuar em outras direções.

Como resultado, as bibliotecárias estão trabalhando cada vez mais para empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e

firmas de consultoria. Outros estão se tornando profissionais de informação independentes, também chamados de *information brokers*, e abrindo negócios para pesquisar e gerenciar informações para clientes. (ALA, 2020, tradução nossa).

A ALA (2020) aponta algumas opções de trabalho que podem ser desempenhadas pelas profissionais: especialista em gestão do conhecimento, arquiteta de informação, engenheira de usabilidade, *information broker*, analista de conhecimento competitivo, taxonomista e ontologista, administradora de banco de dados e diretora de informação.

No Brasil, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento que regula as profissões no mercado de trabalho. Nela, a bibliotecária está na família dos profissionais de informação, juntamente com os documentalistas e os analistas de informação. Entre os sinônimos da ocupação de bibliotecária, encontram-se “biblioteconomista, bibliógrafo, cientista da informação, consultor de informação, especialista de informação, gerente de informação e gestor de informação” (BRASIL, 2017).

A CBO apresenta também nove áreas de atuação para as profissionais de informação: disponibilizar informação em qualquer suporte; gerenciar unidades, redes e sistemas de informação; tratar tecnicamente recursos informacionais; desenvolver recursos informacionais; disseminar informação; desenvolver estudos e pesquisas; prestar serviços de assessoria e consultoria; realizar difusão cultural; e desenvolver ações educativas. Todas essas áreas se desmembram em 104 atividades no total. Apesar de existir uma área específica chamada de assessoria e consultoria, todas as demais áreas listadas podem ser trabalhadas como consultoria em maior ou menor grau.

Diante do exposto até aqui, percebe-se que as oportunidades de atuação para a bibliotecária são vastas. Na inviabilidade de aprofundar todas as existentes, esse capítulo focará em discutir cinco delas, que são opções de trabalho e de carreira para as bibliotecárias

que pretendem atuar como autônomas, *freelancer* ou operar empresas de consultoria especializadas.

2 ALGUMAS POSSIBILIDADES DE CONSULTORIA

Nesta seção, abordaremos algumas perspectivas de como a bibliotecária pode usar as habilidades que desenvolveu como uma profissional de informação para a consultoria. Essa abordagem, no entanto, é inicial e carece de maior aprofundamento caso a bibliotecária escolha uma delas. Cada área de atuação tem suas particularidades e exige, muitas vezes, um constante aprendizado.

a) Organização de acervos: óbvio, mas ainda uma excelente opção

Organizar acervos é uma atividade das mais tradicionais quando se fala na atuação da bibliotecária. Em relação a consultorias, não seria diferente. É uma boa opção para a profissional que quer experimentar o mercado de consultorias, mas não se distanciar tanto de sua zona de conforto. É uma possibilidade um tanto óbvia, mas que pode inclusive ser feita como complementar ao trabalho regular.

A bibliotecária consultora pode trabalhar com a organização de acervos físicos ou digitais, grandes ou pequenos, de pessoas, empresas e organizações do terceiro setor. Há bibliotecárias que também são graduadas em arquivologia ou museologia, o que torna a qualificação dessas profissionais distinta e bastante competitiva para assumir projetos específicos de organização de acervos em arquivos, museus e sociedades históricas.

Nos acervos pessoais, estão incluídos aqueles mantidos por pessoas físicas, geralmente em suas próprias residências. Um bom exemplo de cliente potencial para esse serviço são os professores universitários, que acumulam ao longo de sua carreira uma vasta quantidade de livros e documentos.

Nas empresas, os acervos podem ser de livros, documentos, mapas, entre outros, a depender de sua atuação. Nesse caso, muitas vezes, os acervos são grandes e podem culminar em uma consultoria de longa duração, com o auxílio inclusive de outros profissionais, como arquivistas, auxiliares de bibliotecas e estagiários.

Dada a atual realidade, cada vez mais conectada e digital, tem-se um imenso campo de trabalho para a bibliotecária na organização de acervos digitais e criação de taxonomias que atendam seus usuários finais. Uma das demandas recentes, por exemplo, é em relação à organização de coleções de fotografias digitais relativas a pessoas físicas. Essa atividade já vinha sendo realizada em editoras ou outras empresas, mas para pessoas físicas tem despontado, já que há o acúmulo de uma grande quantidade de documentos digitais, muitas vezes dispersos e que precisam de algum tratamento analítico, desde uma simples classificação e organização em pastas por contexto, cronologia até a criação de índices que permitam acessar e recuperar o material com facilidade. Essa demanda é um lembrete de que a bibliotecária não precisa ficar restrita a espaços de atuação e acervos convencionais, podendo expandir suas áreas de interesse e trabalho.

Nessa mesma linha, outra opção são as consultorias de digitalização de acervos. Não só relacionada à tecnologia, mas às funções metódicas que esse tipo de serviço pede, a bibliotecária possui habilidades para trabalhar com esse tipo de acervo. Na organização de acervos, algumas habilidades e conhecimentos desejáveis são: catalogação, classificação, indexação, recuperação da informação e familiaridade com a tecnologia. Além disso, é necessário, muitas vezes, a disponibilidade para se deslocar até a sede do cliente, habilidade para se manter comprometida em projetos de médio e longo prazo, boa comunicação para ensinar os usuários finais a utilizar o acervo e facilidade na resolução de problemas. Algumas tarefas diárias incluem o tratamento técnico e físico do acervo, a alimentação de *software* de gerenciamento, a elaboração de manuais e o *feedback* ao cliente.

b) Formatação e normalização de documentos: uma boa porta de entrada para mundo das consultorias

Além da organização de acervos, a normalização de trabalhos também é umas das funções mais comuns desempenhadas pelas bibliotecárias. Ela é voltada tanto para trabalhos acadêmicos em

geral, atendendo autores e pesquisadores, quanto para periódicos e editoras. Um dos vínculos mais comuns para essa atividade é a de *freelancer*, onde a bibliotecária presta um serviço que se inicia no recebimento dos manuscritos a serem revisados, e finaliza na entrega do material corrigido e formatado.

Para exercer essa função, a bibliotecária deve possuir conhecimento de normas de informação e documentação nacionais e internacionais. No Brasil, destaca-se Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que oferece normas para formatação de citações, referências, trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, entre outros, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que fornece as normas de apresentação tabular, especificamente para a formatação e adequação de tabelas.

Para além disso, existem ainda diversos padrões internacionais que são cada vez mais requisitados, sobretudo, em virtude da internacionalização da comunicação científica e das características temáticas de cada área do conhecimento. Dessa forma, a bibliotecária precisa conhecer outros padrões como APA, Chicago, Vancouver e MLA.

Não é possível, no entanto, decorar todas as regras existentes, visto que só o Manual de Publicação da APA, por exemplo, possui mais de 400 páginas. A bibliotecária é responsável por conhecer a existência dos padrões, saber diferenciar as principais características entre eles e identificar sua melhor aplicação em determinadas áreas do conhecimento (Vancouver para saúde, MLA para letras, por exemplo). Para além disso, ao assumir um trabalho de normalização, ela pode contar com a consulta às normas na sua íntegra e, assim, seguir todas as diretrizes necessárias.

Por causa dessa diversidade de padrões existentes, é recomendável que a bibliotecária, ao fechar um serviço de normalização com um novo cliente, questione sobre o que de fato deve ser feito no documento e qual a norma que deve ser seguida. Ressalta-se ainda que algumas universidades possuem manuais próprios de publicação, o que também influencia nesse serviço, de modo que esse é mais um tópico que precisa ser questionado ao

cliente.

Além do mais, apesar das consultorias de formatação e normalização serem uma excelente porta de entrada para o mercado de consultorias, é importante que a bibliotecária pense em estabelecer uma carta de serviços mais completa. Isso se deve ao fato de que a automação está cada vez mais presente, de modo que muitos clientes não precisam mais de uma pessoa para formatar referências, por exemplo. Gerenciadores bibliográficos como o *Mendeley* e o *EndNote* dão conta disso. Existem ainda, plataformas *online* que, mediante uma assinatura acessível formatam o trabalho acadêmico inteiro de acordo com as normas.

Um dos fatores que pode favorecer a consultoria nessa área é quando a bibliotecária possui conhecimento de português, inglês e outros idiomas. Os clientes vão sempre preferir quem pode agregar valor fornecendo um pacote completo de revisão. Visto que a área de formatação e normalização de documentos não é exclusiva da bibliotecária, há concorrência com profissionais de outras áreas do conhecimento, como letras e jornalismo. Nesse sentido, a bibliotecária consultora precisa achar formas de se diferenciar no mercado.

Uma das possibilidades de atuação é em editoras, sobretudo as independentes, que não costumam manter um quadro grande de colabores fixos. Nesse caso, a bibliotecária pode atuar na padronização de materiais conforme a demanda. Além disso, um mercado em ascensão é o da conversão de documentos para outros formatos como *epub* e *mobi* (para *kindle*). Visto que a utilização de celulares e *tablets* só cresce, os recursos informacionais também precisam ser trabalhados para esses dispositivos, já que o PDF não tem uma leitura amigável. Uma consultoria nessa área pode agregar valor para a bibliotecária que já atua na revisão, formatação e normalização de documentos.

Na formatação e normalização de documentos, algumas habilidades e conhecimentos desejáveis são: normas nacionais e internacionais, recursos dos processadores de texto como o *Microsoft Word*, língua portuguesa e outros idiomas. Algumas tarefas

diárias incluem a revisão de documentos, consulta a normas e gramáticas, acompanhamento de projetos e seus desdobramentos, *feedback* para clientes, diagramação e conversão de documentos, passar orçamentos.

c) Consultoria acadêmica: um apoio especializado

A consultoria acadêmica tem despontado como um serviço oferecido por profissionais de diversas áreas do conhecimento e que pode ser feito também por bibliotecárias. É um apoio especializado realizado para estudantes de graduação ou pós-graduação e que precisam de uma orientação, seja em relação a suas pesquisas em andamento, confecção de trabalhos ou mesmo sobre a vida acadêmica em si.

Há, no Brasil, um público expressivo de estudantes matriculados no ensino superior¹²⁹, mas que não encontram suporte para executar ou compreender determinadas tarefas. Os alunos relatam dificuldades na elaboração de problemas de pesquisa, na escrita científica, na descrição da metodologia, levantamento de bibliografia e definição de aspectos da pesquisa (GULKA; LUCAS, 2020). Uma consultora acadêmica entra, nesse sentido, como um suporte para essa situação. Não se trata de substituir o orientador, e sim de dar apoio para que a vida acadêmica do estudante flua apesar de todas as adversidades.

A bibliotecária é uma profissional que apresenta algumas vantagens ao atuar como consultora acadêmica em virtude de sua própria formação. A graduação em biblioteconomia oferece disciplinas como fontes de informação, linguagens documentárias, pesquisa bibliográfica, recuperação da informação e serviço de referência, que podem vir a ser úteis no trato direto e personalizado com os estudantes. Além disso, bibliotecárias que já atuaram ou ainda atuam em bibliotecas universitárias, sobretudo no serviço de referência, desenvolvem competências de apoio e suporte à pesquisa

¹²⁹ Dados do INEP (2019) apontam um montante de 8,5 milhões de matrículas em cursos de Graduação, e em relação a Mestrados e Doutorados, a CAPES (2019) estima em torno de 340 mil alunos matriculados.

especialmente vantajosos quando se trata de trabalhar com a consultoria acadêmica.

Mas o que uma consultora acadêmica faz, afinal? Isso depende muito do que é acordado entre consultora e estudante. Pode envolver, por exemplo: o auxílio na definição e levantamento de literatura, na composição do desenho da pesquisa, no entendimento de questões de metodologia científica, na estrutura que os trabalhos acadêmicos devem ter, na linguagem adotada pela comunicação científica, o entendimento sobre o funcionamento de fluxos editoriais em periódicos, a composição e auxílio na escrita e envio de resumos para congressos, o auxílio na conduta ética, evitando o plágio acadêmico, a organização de rotinas e estudos, o auxílio ao uso de normas nacionais e internacionais, preparação para processos seletivos de mestrado e doutorado, entre outros. É importante ressaltar, que o bibliotecária não consegue saber tudo, de forma que em alguns casos o estudante pode ter vários consultores que vão dar conta de diferentes perspectivas em sua vida acadêmica (por exemplo, uma consultora somente para trabalhar as questões de estatística, enquanto o bibliotecária se ocupa de outros aspectos mais qualitativos).

Esse tipo de serviço está particularmente facilitado pelo uso de tecnologias digitais, que permitem que a consultoria seja feita tanto presencialmente, quanto digitalmente e, esta última, para qualquer lugar do mundo. A consultoria acadêmica pode se dar tanto no sentido de entregar uma solução pronta para o estudante, quanto de apoiá-lo periodicamente no andamento de seus trabalhos, esta última feita por meio de encontros semanais, quinzenais ou mensais e conhecida também pelo nome de mentoria acadêmica.

Mentoria é um processo de feedback contínuo e dinâmico entre dois indivíduos para estabelecer um relacionamento através do qual uma pessoa compartilha conhecimento, habilidades, informações na perspectiva de favorecer o crescimento pessoal e profissional do outro (OLIVERO, 2014, p. 9, tradução nossa).

No caso de encontros periódicos, é importante possuir objetivos e metas bem definidos para se trabalhar com o estudante, evitando que se vague ao acaso. A técnica SMART¹³⁰ e o modelo GROW¹³¹ podem auxiliar nessa etapa. O objetivo do serviço de consultoria acadêmica é ser um guia, uma luz para uma pessoa que necessita de direcionamento.

Bibliotecárias que já são mestras e doutoras possuem mais familiaridade para desempenhar esse tipo de consultoria, pois já passaram pelo caminho que muitos de seus clientes estão percorrendo. As que ainda não têm essa titulação devem ser mais cuidadosas e responsáveis na hora de aceitar as consultorias e podem se ater, em um primeiro momento, a clientes vindos de graduações e especializações ou a serviços mais técnicos.

Na consultoria acadêmica, algumas habilidades e conhecimentos desejáveis são, metodologia científica, português, inglês e outros idiomas, escrita acadêmica, recuperação da informação e conhecimento do fluxo da comunicação científica. Algumas tarefas diárias incluem atendimento ao cliente, preparação de treinamentos e mentorias, estudos de comunicação científica, pesquisa científica, levantamento de literatura e revisão de trabalhos acadêmicos.

d) Pesquisa: recuperando informações confiáveis para o cliente

Ao mesmo tempo em que a tecnologia permitiu a explosão informacional e derrubou barreiras de produção e comunicação da informação, também tornou a navegação nesse ambiente mais complexa e desafiadora. Assim, a profissional que conseguir recuperar e selecionar informações confiáveis na chamada sociedade da informação pode vir a ter vantagens em posições competitivas.

Nesse contexto, a bibliotecária consultora que trabalha com

¹³⁰ Acrônimo para S = Specific (específica); M = Measurable (mensurável); Attainable (alcançável); R = Relevant (relevante); T = Time-based (tempo).

¹³¹ Acrônimo para G = Goal (metas); R = Reality (realidade); O = Options (opções); W = What, When e Who (o que, quando e quem vai fazer).

pesquisas, seja ela para indivíduos ou empresas, pode acabar por se consolidar em uma carreira que tende a crescer cada vez mais. De fato, a profissional da informação possui habilidades para atuar nesse mercado, muito em virtude de sua formação acadêmica que privilegia mecanismos de processamento, análise e recuperação da informação.

Gordon (2008) afirma que esse tipo de consultoria, apesar de ser parecida com um serviço de referência, possui algumas diferenças. Isso porque a profissional se especializa em uma ou mais áreas temáticas, de forma a prover conhecimentos específicos. No exterior, a consultora é comumente chamada de *information broker*, ou, corretora de informações em uma tradução livre.

A bibliotecária consultora pode atuar, nesse sentido, rastreando informações que um determinado cliente precisa para suprir sua necessidade ou resolver um problema específico, fornecendo uma análise ou entregando os dados brutos. Algumas áreas de atuação potenciais são a médica, a jurídica, o levantamento de patentes, a pesquisa de mercado e de concorrentes, e mesmo o levantamento de literatura científica especializada.

São três as categorias de competências que podem auxiliar a bibliotecária na atuação em consultorias relacionadas a pesquisa:

1. Ser capaz de pesquisar as fontes de informação, explorando todos os componentes do ambiente de informação.
2. Coletar e armazenar as informações obtidas e estruturar, analisar, resumir e visualizar de forma adequada para atender o cliente. Uma habilidade especial é mapear informações disponíveis para o problema de forma criativa, combinando dados de diferentes fontes para descobrir a solução potencialmente melhor.
3. A última categoria inclui habilidades de apresentação. Muitas vezes, isso não se limita a descobertas para um cliente específico, mas requer a preparação de

informações adequadas para uso pelo público em geral. (DENCHEV; CHRISTOZOV, 2012 apud CHRISTOZOV; TOLEVA-STOIMENOVA, 2014, p. 114, tradução nossa).

Além disso, é altamente desejável que a bibliotecária consultora possua habilidades em outros idiomas, sobretudo o inglês, já que muitas plataformas e bases de dados são internacionais, como por exemplo a *Kolabtree*, a *Cactus Communications* e o *PreScouter*.

A *Kolabtree* funciona como uma plataforma de intermediação entre clientes e especialistas com título de doutor. Nela, a bibliotecária pode participar de projetos de pesquisa acadêmicos de todo o mundo como *freelancer*. Alguns dos serviços que a plataforma oferece e, portanto, requisita profissionais para fazer, são a pesquisa e compilação de literatura, consultoria científica, editoração científica e preparação de originais, pesquisas de evidências e revisões de literatura (a plataforma chama de pesquisa secundária, diferenciando do levantamento de literatura).

A *Cactus Communications* também oferece oportunidades para consultores trabalharem de forma independente, de qualquer lugar do mundo. Entre as possibilidades de atuação estão as de trabalhos editoriais e de tradução. A exigência das qualificações dos especialistas depende de cada projeto específico, e pode variar desde as titulações mínimas como mestrado e doutorado, até a conhecimento de idiomas específicos além do inglês e o envolvimento com áreas temáticas.

A *PreScouter* também funciona na mesma sistemática das duas empresas citadas anteriormente. Ela contrata consultores para atuarem em projetos específicos de diversas áreas do conhecimento. As atividades geralmente estão relacionadas a fazer pesquisa e entregar relatórios personalizados que auxiliem na tomada de decisão ou resolução de problemas. Nessa plataforma, o especialista não tem contato com o cliente final, todo o projeto de pesquisa é intermediado pela própria *PreScouter*.

Não há ainda no Brasil plataformas específicas como as citadas anteriormente, que atuem com a pesquisa de forma profissional, intermediando especialista e cliente. Há apenas ferramentas para *freelancers* de um modo geral, como um grande site de classificados e de oferecimento de serviços. A vantagem de trabalhar como consultora por meio de plataformas estrangeiras, nesse caso, está na valorização de conhecimentos específicos que a bibliotecária possui e no recebimento do pagamento em dólar.

Além da consultoria via plataformas, a bibliotecária também pode prestar serviços desse tipo diretamente para empresas ou pessoas físicas, por meio de contratos de prestação de serviço. Uma das possibilidades é a de realizar pesquisa para escritores, seja para obras de ficção ou não. Um livro geralmente engloba muito trabalho para ser feito, e no caso de checagens ou atualização de fontes a bibliotecária consultora pode ser uma profissional que agregará valor. Outra opção é trabalhar com investigação genealógica, no sentido de pesquisar documentação e rastrear informações específicas para construção das histórias da família e composição de processos de dupla cidadania.

Na pesquisa, algumas habilidades e conhecimentos desejáveis são idiomas, facilidade com plataformas de busca, redação, paleografia (no caso de investigação genealógica), assuntos específicos (direito, saúde, administração, etc.). Algumas tarefas diárias incluem a busca de informações em plataformas específicas e bases de dados, redação de relatórios, *feedback* para clientes, gerenciamento de projetos.

e) Infoprodutos: oportunidade de monetizar o conhecimento e traçar uma carreira alternativa

Novos espaços inimagináveis de atuação surgiram por causa da tecnologia e da Internet. A *International Telecommunication Union* (ITU, 2020), que acompanha o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação no mundo, estimou que no final de 2019 cerca de 53,6% da população mundial, ou seja, em torno de 4,1 bilhões de pessoas, estavam usando a Internet. É nesse cenário que

o empreendedorismo digital desponta, sobretudo os relacionados a infoprodutos.

Cursos *online*, *ebooks*, *templates*, e programas para membros ou comunidades, são exemplos de infoprodutos (também chamados de produtos digitais). Trata-se, basicamente, de um produto comercializado digitalmente com a finalidade educativa ou informativa em relação a algum tema ou público específico. A vantagem desse modelo é a escala, com a possibilidade de gravar um curso ou escrever um *ebook* que depois pode ser adquirido por um número ilimitado de pessoas. O mercado de infoprodutos não está necessariamente relacionado com consultorias, mas se trata de uma excelente opção que foca na monetização do conhecimento.

Os cursos *online*, mais especificamente, podem ser separados em dois tipos, os técnicos e os metodológicos. Os primeiros são voltados para habilidades específicas, e os segundos são destinados para o autodesenvolvimento por meio de um método, ou uma transformação da forma de viver. Algumas vezes, essa tipologia se mescla em um único produto. Para quem consome, os cursos *online* apresentam a vantagem de servir como um filtro para o verdadeiro mar de informações que a Internet apresenta, revelando o caminho das pedras sobre determinado tema de forma organizada e didática (LUG, 2019).

Na área da biblioteconomia, alguns nichos já se destacam nesse mercado, como por exemplo o de preparação para concursos públicos, biblioterapia e formação continuada para profissionais da informação. As possibilidades, no entanto, ainda são muitas, principalmente se levarmos em conta que a bibliotecária possui conhecimentos que podem sim ser sistematizados, empacotados e oferecidos a grupos no sentido de oportunizar o aprendizado dos mesmos.

Um dos nichos que pode receber atenção por parte das bibliotecárias é justamente o acadêmico, em complementação à consultoria que é feita no formato um para um. Ao pensar em infoprodutos para o público universitário, a bibliotecária atende uma demanda que as próprias bibliotecas universitárias normalmente não

dão conta, por ser muito grande. É possível oferecer, por exemplo, cursos *online* de *software* específico, como *Word*, *Excel*, *Power Point*, *Latex*, *SPSS*, ou treinamentos mais robustos que englobem busca e levantamento bibliográfico, bibliometria, leitura e fichamentos de artigos, entre outros.

Para o público em geral, algumas ideias são materiais para organização de pequenos acervos pessoais, organização dos estudos, gerenciamento de projetos, leitura dinâmica, entre outros. A depender da especialidade da bibliotecária que está à frente da elaboração do infoproduto, as possibilidades aumentam e isso pode oferecer alguma vantagem dentro de determinados nichos potenciais.

Toda a estratégia do infoproduto é feita digitalmente, e em muitos casos, *online*. Os passos incluem a escolha de um nicho, a verificação da demanda por um produto digital, a produção, escolha da forma de distribuição, preparação da publicidade e estratégia de venda, a entrega, avaliação e melhorias contínuas. Existem algumas plataformas que auxiliam na distribuição e venda dos produtos digitais, a exemplo da Hotmart e Eduzz. São empresas especializadas na hospedagem e comercialização principalmente de cursos *online*, que oferecem toda a estrutura e o suporte mediante uma taxa cobrada a partir das vendas realizadas. Essas plataformas são importantes para quem pretende iniciar no ramo, de modo que não é necessário, dessa forma, preocupar-se com a criação de sites ou outros ambientes mais complexos.

Assim como outras opções de atuação apresentadas até aqui, o mercado de infoprodutos pode ser uma opção para quem quer experimentar uma carreira alternativa em paralelo a um emprego regular. A bibliotecária também pode trabalhar com consultorias personalizadas e oferecer produtos digitais complementares que podem ser usufruídos pelos clientes, melhorando assim, a experiência do serviço com um todo.

Na atuação com infoprodutos, algumas habilidades e conhecimentos desejáveis são a facilidade com tecnologias, capacidade de aprender, domínio do assunto que se deseja

monetizar, *marketing* digital, redação, vendas. Algumas tarefas diárias incluem o planejamento e produção de infoprodutos, montagem da estratégia de vendas, produção de conteúdo para mídias sociais e outros canais, atendimento ao cliente, acompanhamento de relatórios e métricas, gestão de projetos.

3 POSICIONANDO-SE COMO UMA BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Na atual sociedade da informação, a bibliotecária tem grandes possibilidades no que tange ao mercado de consultoria. Para Gordon (2008, p. 96, tradução nossa), “bibliotecárias e profissionais da informação ficam frequentemente surpresas ao descobrir que já possuem um conjunto de habilidades e conhecimentos, e que suas habilidades comercializáveis não dependem necessariamente de uma biblioteca.”

Conforme mostrado nas seções anteriores, há diversas opções de atuação dentro da consultoria. Para começar, a profissional pode experimentar várias delas simultaneamente para testar em quais áreas possui maior interesse e verificar possibilidades de especialização. Isso também é especialmente útil para prover várias fontes de renda enquanto se verifica interesses pessoais e profissionais, sobretudo se a bibliotecária gosta de vários campos diferentes.

Pense em termos de e, em vez de ou. Você pode ser um consultor e escritor; você pode revisar livros e viajar o país dando workshops para vários grupos; você pode trabalhar em uma biblioteca em tempo parcial e prestar serviços de pesquisa a autores de ficção (GORDON, 2008, p. 97, tradução nossa).

Ao decidir atuar como consultora, é possível também fazer uma pesquisa antes de começar conversando com colegas que já prestam serviços semelhantes ou trabalham como consultores, e estabelecendo quais seriam os clientes potenciais.

No começo, também não é necessário investir muito. Dado o cenário digital, normalmente um computador, celular e conexão com a Internet são suficientes. O objetivo de um primeiro posicionamento como bibliotecária consultora é testar e definir as áreas de atuação, e, com o passar do tempo, criar uma reputação e uma autoridade no mercado que vão encaminhar o serviço de consultoria para a formalização e profissionalização. É importante que mesmo no começo, a bibliotecária consultora não tenha medo de cobrar. Conhecimento tem valor e é assim que os clientes vão reconhecendo a consultoria como um serviço, não um favor.

A bibliotecária pode, em um primeiro momento, contar para familiares e amigos que está prestando consultorias. É importante esse posicionamento, pois é muito comum que os primeiros clientes sejam pessoas conhecidas. Depois, a divulgação boca a boca vai ajudando a espalhar o serviço. É ainda especialmente útil anunciar os serviços em classificados e murais, pois apesar de parecer arcaico, é uma excelente forma de começar.

À medida que o serviço de consultoria avança, a bibliotecária pode ir construindo seu portfólio *online*. Provas sociais são muito importantes e costumam influenciar alguns clientes na tomada de decisão pelo investimento ou compra. É possível adicionar depoimentos genuínos de clientes satisfeitos e fotografias ou vídeos, no caso de serviços físicos.

Estabelecer uma presença digital também influencia o posicionamento da bibliotecária consultora. É possível atuar em mídias sociais, produzindo conteúdo constante e de valor para o público-alvo. Quanto mais valor a bibliotecária gerar gratuitamente, mais ela será posicionada como uma autoridade que será contratada para casos específicos. Aqui, é importante se afastar dos jargões da biblioteconomia. A comunicação precisa ser feita de forma simples, para que o cliente entenda como a bibliotecária consultora pode auxiliar.

O posicionamento como bibliotecária consultora é uma construção que vai sendo aprimorada com o passar do tempo. E para quem está entrando no ramo da consultoria pensando em uma

possível transição de carreira, é recomendado fazer uma reserva de emergência com um montante equivalente a seis meses ou um ano do salário atual, para que se tenha segurança. Antes de fazer uma mudança radical, é possível conhecer como funciona o mercado de consultorias, fazer um plano de transição, ajustar as expectativas, projetar uma carreira futura realista e pesquisar opções potenciais de trabalho.

4 PROFISSIONALIZANDO A ATUAÇÃO

Embora a maioria das bibliotecárias comece como *freelancer* para complementar sua renda regular, é importante pensar em uma formalização com o passar do tempo.

A linha entre *freelancer*, contrato e trabalho de consultoria é muito tênue, e muitas pessoas usam os termos de forma intercambiável. No entanto, como regra geral, o trabalho *freelancer* costuma ser de muito curto prazo e envolve um projeto definido; o trabalho com contrato muitas vezes envolve um compromisso de longo prazo e atividades mais complexas; e consultoria em geral envolve um trabalho em um nível mais estratégico (GORDON, 2008, p. 104, tradução nossa).

Se a bibliotecária ainda trabalha como pessoa física, é possível utilizar contratos para serviços que são de médio e longo prazo. Isso formaliza o que será prestado e oferece segurança, não apenas para a consultora, mas também para o cliente. Nesse caso também é possível emitir notas fiscais avulsas quando necessário.

À medida que o trabalho de consultoria vai ficando consolidado, é possível obter um registro de Microempreendedor Individual (MEI), que regulariza a situação dos profissionais informais e cria um CNPJ. Se registrando como MEI, a bibliotecária consultora pode fornecer notas fiscais, abrir conta bancária como pessoa jurídica e até obter empréstimos para profissionalização do negócio. O limite

de faturamento dentro dessa categoria é de até 81 mil reais por ano e é necessário pagar alguns impostos (SEBRAE, 2020). Quando o negócio evolui, o MEI já não é mais suficiente em virtude do limite de faturamento. Nesse caso, há outras opções como o registro de Micro Empresa, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) ou até mesmo sociedades.

Um contador deve auxiliar na formalização e finanças do negócio de consultoria, independentemente de ser MEI ou outra categoria. Outros profissionais também podem auxiliar no desenvolvimento da profissionalização do negócio de consultoria, descentralizando tarefas da bibliotecária e assumindo por exemplo a parte administrativa e de contato com clientes (assistente), *design* de peças publicitárias (*designer*), elaboração de contratos (advogado), entre outros. Não é preciso necessariamente contratar uma grande equipe multidisciplinar, é possível terceirizar e contar com prestadores de serviço. Muitos trabalham, atualmente, em *home office* e a distância, não sendo necessário nem mesmo uma sede para a empresa, como é o caso das assistentes virtuais e dos contadores especializados em negócios digitais.

Na profissionalização da consultoria também entram a elaboração de planos de negócios, carta de serviços, planejamento financeiro, entre outros. Mesmo quando a bibliotecária decide se manter pequena, é importante considerar que além das consultorias em si, será necessário reservar tempo para a administração do negócio, prospecção de novos clientes e a própria atualização profissional, que deve ser constante.

5 ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Há três espaços de atuação, de acordo com Valentim (2000): o mercado informacional tradicional, o mercado informacional existente não ocupado e o mercado informacional – tendências. A bibliotecária consultora pode atuar em todos. Muitas das habilidades que aprendemos na faculdade de biblioteconomia são transferíveis para o mercado de consultoria e o trabalho em bibliotecas não é o único caminho possível.

Não é necessário, porém, considerar nenhuma carreira dentro da biblioteconomia como estática, nem a de consultora, e nem as demais apresentadas em outros capítulos desse livro.

As carreiras tendem a não durar para sempre, e você não precisa se sentir permanentemente fechado em qualquer caminho que escolher. A natureza mutante do trabalho com informação, exigências pessoais e oportunidades de expansão levam os profissionais da informação a mudar de carreira, entre alternativas e ambientes mais tradicionais, com mais facilidade e frequência do que no passado. Mesmo enquanto você segue seu caminho alternativo, você pode permanecer receptivo à possibilidade de um dia voltar ao campo. Mantenha suas opções abertas e mantenha suas conexões com a profissão, porque você nunca sabe o que o futuro lhe reserva. (GORDON, 2008, p. 224, tradução nossa).

É possível considerar uma abordagem mais ampla da profissão da bibliotecária. Isso perpassa tanto pelos conhecimentos e habilidades adquiridos durante a formação formal, quanto as características intrínsecas a cada profissional. Avaliar os valores pessoais e habilidades pode direcionar para um campo de atuação dentro da consultoria que alie a satisfação profissional e pessoal, e, portanto, seja mais proveitoso.

Além disso, o trabalho pode ser solitário, sobretudo no começo. Assim, é importante estar perto de outros profissionais por meio de associações, congressos e feiras, sendo esses espaços também muito interessantes para ficar por dentro das tendências da área e construir redes com bibliotecárias que atuam em diferentes posições. Além dos eventos da biblioteconomia, outros que podem ser de interesse são, por exemplo, os de *marketing* digital e vendas, que trazem perspectivas diferentes a profissionais de diversos ramos de atuação.

A bibliotecária consultora pode ter benefícios como autonomia, liberdade geográfica e de tempo, oportunidades de atuar em serviços diferenciados e não tradicionais, com diversidade, foco em tecnologia e sem teto de ganhos. Por outro lado, os desafios podem incluir gerenciar equipes, prospectar clientes, lidar com a instabilidade de faturamento, tomar decisões com base a longo prazo e correr riscos, além de definir seus próprios limites, pois ao ser autônomo é comum que os profissionais trabalhem demais. Além disso, é necessário pensar e planejar o próprio futuro, como férias e aposentadoria.

É crucial encontrar a melhor combinação entre os valores pessoais e as preferências de atuação. Não é preciso nem se limitar e nem atuar em todas as funções listadas nesse capítulo. A bibliotecária consultora pode encontrar a própria definição de sucesso.

REFERÊNCIAS

ALA - American Library Association. **Non-traditional jobs for librarians.**

Chicago: ALA, 2020. Disponível em:

<http://www.ala.org/educationcareers/careers/paths/jobtypes/privatesector>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações.**

Brasília, 2017. Disponível em:

<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaAtividades.jsf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Distribuição de Discentes de Pós-graduação no Brasil por Estado (ao final

do ano). 2019. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.

Acesso em: 25 nov. 2019.

CHRISTOZOV, D.; TOLEVA-STOIMENOVA, S. The role of information brokers in knowledge management. **Online Journal of Applied Knowledge**

Management, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 109-119, 2014.

COSTA, A. R.; MORAES, J. D. Desinstitucionalização da informação.

Informação e Sociedade, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 9-24, 1992.

GORDON, R. S. **What's the alternative?** Career options for librarians and info pros. Medford: Information Today, 2008.

GULKA, J. A.; LUCAS, E. R. de O. O papel educativo das bibliotecas universitárias mapeamento de dificuldades e interesses de discentes da graduação e pós-graduação na realização de trabalhos acadêmicos. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 6, e020041, p. 1-22, 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

ITU. **Statistics**. 2020. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LUG, A. **Infoprodutos e cursos online**: tudo que você precisa saber para comprar ou vender. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://andrelug.com/infoprodutos-e-cursos-online/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

OLIVERO, O. **Interdisciplinary mentoring in science**. Amsterdam: Elsevier, 2014.

SEBRAE. **Tudo o que você precisa saber sobre o MEI**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VALENTIM, L. P. V. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 9, p. 16-28, 2000.

BIBLIOTECÁRIA DE AQUISIÇÃO

Lenise Di Domenico

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre a profissão se tornou uma tarefa desafiadora, já que na literatura poucos textos discorrem sobre a prática profissional e os conhecimentos inerentes ao trabalho de uma Bibliotecária de Aquisição. Por isso, aceitei o desafio e pretendo, neste capítulo, compartilhar minha experiência profissional atuando como bibliotecária do setor de aquisição.

Quando escolhi esta profissão e iniciei a vida acadêmica nos bancos escolares da faculdade, não conseguia vislumbrar, tampouco conceber, os mais diversos contextos de atuação do bibliotecário e os nichos de mercado que poderiam ser ocupados na sociedade. No entanto, são inúmeros os espaços de trabalho e cada vez mais presencio o bibliotecário conquistando cargos estratégicos nas instituições. Espaços conquistados devido a sua *expertise* na apropriação da informação e suas habilidades para usá-la e disseminá-la.

No decorrer da formação acadêmica, jamais poderia imaginar que atuaria em uma área tão específica, em que poucos profissionais no país assumem exclusivamente esta função: Bibliotecária de Aquisição. Logo, você leitor, deve estar se perguntando: existem habilidades e competências que devem ser desenvolvidas somente para atuar em uma função tão específica? Sim, são necessárias várias habilidades e competências, por isso pretendo descrevê-las a seguir.

Durante o Curso de Biblioteconomia, diversas disciplinas abordam os conceitos, termos e processos da ciência da informação. Mas é a partir de uma disciplina em especial que tomamos conhecimento sobre um assunto tão importante para o planejamento e gerenciamento dos acervos que compõem as bibliotecas: a disciplina de desenvolvimento de coleções. Em sua grande maioria, os cursos de Biblioteconomia ou Ciência da Informação oferecem, em seus currículos, apenas uma disciplina para

o conteúdo de desenvolvimento de coleções, o que torna a tarefa bem desafiadora para docentes e discentes.

O processo de desenvolvimento de coleções envolve princípios, definições e políticas. Na literatura, são essenciais as leituras das obras dos autores: Andrade e Vergueiro (1996), Vergueiro (1989), Vergueiro (2010), Weitzel (2013), entre outras bibliografias importantes da ciência da informação. O autor Waldomiro Vergueiro (1989) define como etapas do processo de desenvolvimento de coleções: a seleção, a aquisição, o desbaste e a avaliação. Todas essas etapas são essenciais para a operacionalização do processo e o alcance de bons resultados para a formação dos acervos.

É justamente em uma destas etapas, a Aquisição, que meu trabalho está inserido. É apenas uma das etapas do processo, porém de fundamental importância devido às especificidades envolvidas. Por ser a operacionalização da etapa de seleção, a aquisição recebe menos ênfase na literatura e seu conteúdo, durante a graduação, é ministrado de forma sucinta. Além disso, devido a maioria dos cursos de Biblioteconomia serem de cunho teórico, a prática fica reservada apenas aos estágios curriculares. A prática, ou seja, o saber fazer em aquisição, se instruído por um Bibliotecário de Aquisição, trará conhecimentos importantes aos novos profissionais. Entretanto, conseguir unir esses fatores, estágio e profissional atuante em aquisição, nem sempre é uma tarefa fácil. Por conseguinte, os bibliotecários ingressam no mercado de trabalho sem a experiência prática.

Em 2005, ao iniciar minha vida profissional em uma instituição de ensino privada, poucas mudanças ocorriam no contexto das bibliotecas universitárias. Convivia com acervos de livros e periódicos impressos. Em 2009, ingressei no serviço público, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde passei a atuar em biblioteca setorial universitária. Minha experiência com aquisição iniciou dois anos depois, quando recebi o convite para fazer parte do Núcleo de Aquisição da Biblioteca Central da UFRGS. De 2011 até aqui, diversas mudanças tecnológicas foram sendo introduzidas nas rotinas das

bibliotecas. Aprendi com os desafios, desenvolvi competências e coloquei em prática novas habilidades. Se antes o trabalho estava direcionado aos livros impressos em bibliotecas reais (físicas), durante os últimos anos, a cena mudou. O livro eletrônico vem ocupando o seu espaço, tornando invisíveis um percentual significativo dos acervos das bibliotecas. Todavia, muito mais recuperáveis pelos usuários, já que a virtualização trouxe novas formas de acesso e visualização dos documentos. Foi diante dessa vivência que meus conhecimentos em aquisição foram sendo construídos concomitante às necessidades de execução dos processos de compra.

Portanto, qual é o papel do Bibliotecário de Aquisição? Ao longo desses anos de atuação posso afirmar que o Bibliotecário de Aquisição é o profissional que atua diretamente com a aquisição de materiais de informação nos seus mais diversos suportes, uma vez que o mercado editorial segue as tendências tecnológicas. Existem três principais modalidades de aquisição: compra, permuta e doação. Nesta oportunidade, vou me ater à modalidade de compra, pois é o processo que envolve mais especificidades.

A compra de materiais de informação, por ser tão diversa, exige do bibliotecário uma série de conhecimentos para embasar a tomada de decisão. O objeto da compra pode ser um livro, um periódico ou uma base de dados; podem ser *software*, gerenciadores, serviços de descoberta; ou ainda, outros tipos de materiais como normas, partituras, objetos de aprendizagem etc. Ainda no que se refere aos livros, estes podem ser impressos ou eletrônicos, adquiridos em diferentes modelos de negócios e acessados em diferentes formatos. As demandas de uma instituição podem ser muito diversificadas. O mercado editorial não é estável e previsível, pelo contrário, mostra-se extremamente volátil, uma vez que, a cada ano, vivencio situações diferentes ao executar a aquisição do mesmo objeto. Além disso, o mercado editorial nacional e estrangeiro possuem características bem diferenciadas e precisam ser analisadas com atenção.

Na minha opinião, para exercer a função de Bibliotecária de

Aquisição é imprescindível a integração dos conhecimentos da Biblioteconomia com outros conhecimentos da administração, contabilidade, gestão pública, legislação e, principalmente, estar atento às tendências do mercado, seja para adquirir novos produtos ou exigir mudanças nos modelos de negócio ofertados. No tocante ao setor público, para se realizar a gestão de compras, uma série de informações devem estar conectadas. É como unir as peças de um quebra-cabeça: demandas, recursos financeiros e rubricas; produtos disponíveis no mercado e modelos de negócio; legislação e normativas contábeis.

Com o intuito de esclarecer os assuntos referidos, pretendo abordar, nos tópicos a seguir, as especificidades envolvidas nos processos de compra e o conhecimento que a prática em aquisição requer do Bibliotecário de Aquisição.

2 O QUE O BIBLIOTECÁRIO DE AQUISIÇÃO DEVE ADQUIRIR?

Impossível falar de aquisição sem antes determinarmos os critérios e políticas que devem ser estabelecidos para a escolha do material. A etapa de seleção é muito importante, pois é esta etapa que vai garantir a eficiência da execução do recurso financeiro. Que resultados obterá uma biblioteca que adquirir livros, periódicos, bases de dados e normas que não serão utilizados? Esses materiais, desde a sua entrada no acervo, se tornarão obsoletos. Livros permanecerão novos nas estantes, bases de dados e periódicos científicos não serão acessados.

Se o objeto primordial do trabalho do bibliotecário é a informação, nosso objetivo é tornar esta informação disponível e acessível à comunidade usuária. Para isso, o Bibliotecário de Aquisição não pode errar no momento da compra. A escolha sobre qual tipo de informação, qual suporte e formato, deve estar embasada em uma política de seleção com critérios definidos. Atuando dessa forma, o bibliotecário atenderá exatamente às necessidades de informação da sua comunidade.

a) O recurso financeiro deve ser bem investido!

Grande parte das bibliotecas brasileiras convivem com o mesmo dilema, não possuem recursos financeiros suficientes para adquirir os conteúdos informacionais de que necessitam e que estão disponíveis no mercado. Logo, com poucos recursos e diversas necessidades, toda e qualquer contratação deve ser acertada e, inclusive, muito utilizada.

Em primeiro lugar, é preciso responder as perguntas que norteiam a tomada de decisão. Diante do universo de informações disponíveis, tanto no mercado editorial nacional, quanto internacional, o que o bibliotecário deve selecionar para a sua biblioteca? Quais editores devem ser escolhidos? Quais bases de dados ou periódicos precisam ser assinados? Quais livros devem ser incorporados ao acervo? Como também, diante de poucos recursos, o que priorizar?

As indagações são complexas, mas as respostas para todas essas perguntas estão na **demand**a. A demanda norteará os passos que o bibliotecário deverá seguir. Portanto, qual é a principal demanda da sua instituição? Para executar de forma eficiente a compra é preciso suprir as necessidades de informação dos seus usuários e elencar prioridades, porque dificilmente o recurso financeiro será suficiente para atendê-las em sua totalidade.

Tratar de informação acadêmica/científica, é lidar com um contexto repleto de especificidades. É nesse momento que o bibliotecário de aquisição precisa obter informações internas e externas:

- Internamente: identificando quais são as demandas da instituição e o que a biblioteca necessita para atendê-las.
- Externamente: conhecer o mercado editorial, as fontes de informação e selecionar o que melhor atende às necessidades.

b) A compra deve atender a demanda!

Vou exemplificar algumas situações sobre identificação de demanda com base em minha experiência profissional. As maiores

demandas estarão concentradas no atendimento dos objetivos da instituição. Sendo assim, na Universidade, temos como principal objetivo a formação de profissionais de ensino superior. Os alunos dos cursos de graduação compõem o maior percentual de discentes da comunidade universitária. O ensino, pesquisa e extensão formam os pilares que justificam a manutenção e razão de existir da Universidade. Logo, o ensino de qualidade e a formação de excelência direcionam a tomada de decisão do grupo de gestão. Para atender a esse objetivo é preciso ofertar o conteúdo necessário ao aprendizado do corpo discente e também, servir de suporte aos docentes. Esse conteúdo é o material que os professores utilizam para embasar as suas aulas e é indicado na lista de bibliografias de cada disciplina. Podem ser livros, periódicos, bases de dados de pesquisa, normas ou quaisquer outros documentos.

Assim sendo, a principal demanda de conteúdo de uma biblioteca universitária, ou sistema de bibliotecas, é o atendimento às bibliografias indicadas nos planos de ensino dos cursos de graduação. Além disso, toda a instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada, está sob supervisão do Ministério da Educação – MEC. O MEC estabelece critérios para a avaliação das instituições e de todos os seus cursos de graduação e pós-graduação. Um dos critérios avaliados é a indicação das bibliografias básica e complementar dos cursos e sua disponibilização nos acervos das bibliotecas, sejam eles físicos ou virtuais.

Suprir a necessidade de informação do usuário ofertando os materiais indicados nas disciplinas que ele está cursando e, ao mesmo tempo, disponibilizar esses materiais nos acervos das bibliotecas, é atender a demanda com base em prioridades. Dessa forma, a compra precisa estar direcionada à aquisição dessas bibliografias. Toda a lista precisa ser analisada e observados os critérios quantitativos e qualitativos. Quantitativamente adquirir os títulos da bibliografia básica atendendo a proporção de exemplares necessários ao número de alunos matriculados. Qualitativamente abrangendo o maior número de títulos das bibliografias. Se a sua biblioteca executar o recurso de que dispõe para a compra de

dezenas de exemplares de apenas alguns títulos da bibliografia básica, por exemplo, seu acervo atenderá ao critério quantitativo. No entanto, a diversidade de títulos também precisa ser considerada no momento da compra. Se o recurso financeiro disponibilizado não permitir a aquisição de toda a lista de bibliografias, será necessário priorizar a compra dos títulos da bibliografia básica inicialmente. Em outro momento, quando mais recursos forem disponibilizados, procurar ampliar a compra dos títulos. Além disso, o bibliotecário precisa analisar a demanda do usuário e identificar os títulos com maior circulação.

A importância de a aquisição estar alinhada ao atendimento das demandas reflete diretamente na avaliação da instituição. Todas as instituições de ensino superior têm seus cursos avaliados periodicamente pelo MEC. Se o acervo da biblioteca possui ampla cobertura quanto aos títulos das bibliografias dos planos de ensino e, conseqüentemente, for bem avaliada pelos alunos, o resultado da avaliação será positiva. Nota-se que a aquisição da bibliografia é essencial para a contribuição da qualidade do ensino prestado.

Ao mesmo tempo, é de extrema relevância a análise das editoras que compõem a lista de bibliografias, identificando quais são as editoras mais utilizadas e conhecendo as características do mercado editorial nacional e estrangeiro. O Bibliotecário de Aquisição precisa conhecer os editores. Saber como os editores trabalham e de que forma negociam. Ao tomar conhecimento sobre o funcionamento do mercado, o Bibliotecário de Aquisição obterá critérios para decidir posteriormente, por exemplo, se a compra será direcionada ao livro impresso ou ao livro eletrônico. E, no caso de instituições públicas, se a contratação exigirá uma licitação ou deverá ser instruída por inexigibilidade, dispensando a licitação.

Além das bibliografias dos planos de ensino, outras demandas de informação são importantes e auxiliam as atividades de ensino, por exemplo, a disponibilização de bases de dados para a pesquisa. Para isso, é preciso identificar: qual é a abrangência da base de dados; se é referencial ou de texto completo; quais são as bases mais importantes para cada área do conhecimento, como a área da saúde,

exatas e a área jurídica; quais recursos as bases de dados oferecem; como são negociadas? Além disso, é preciso identificar se o conteúdo de uma base de dados não está contemplado em outra, para não ocorrer a duplicação de conteúdos e, conseqüentemente, desperdício de recurso financeiro.

O conhecimento sobre o mercado é importantíssimo até mesmo para a aquisição de normas, sejam elas técnicas ou científicas, nacionais ou estrangeiras. Verificar como são comercializadas; identificar quais são as normas essenciais aos usuários da instituição; qual a abrangência de cada contrato; conferir se possuem acesso remoto facilitado dentro e fora da instituição, assim como se o contrato permite a impressão dos documentos.

A identificação da demanda comprovará, por exemplo, a necessidade de contratação de informações em âmbito global, como é o caso da contratação de uma base de dados de jornais. No caso da UFRGS, esse tipo de aquisição é estratégico, pois além de disponibilizar notícias atualizadas diariamente, atende às demandas de diversos níveis institucionais, como o ensino de graduação, pós-graduação e de setores administrativos e de planejamento da Universidade.

E se estendermos a análise para outros tipos de bibliotecas, como por exemplo, as bibliotecas escolares? Nesse caso, as demandas estarão concentradas nos materiais pedagógicos para atender os níveis escolares de ensino. Em bibliotecas públicas, será necessária uma aquisição diversificada de materiais devido às demandas heterogêneas características do próprio público. Já as bibliotecas especializadas deverão direcionar a aquisição dos materiais aos objetivos da instituição, seja ela hospitalar, empresarial, jurídica ou até mesmo àquelas que disponibilizam exclusivamente um tipo específico de material, jornais, mapas, patentes, entre outros.

Todos estes exemplos foram citados com o intuito de evidenciar que se Bibliotecário de Aquisição conhecer internamente as suas demandas e externamente o mercado, ele efetivamente norteará a compra com base em critérios, atendendo as

necessidades da instituição. De posse de informações estratégicas, efetuará a compra ao seu público alvo, executando o recurso de forma eficiente.

3 QUAL SUPORTE: LIVRO IMPRESSO OU ELETRÔNICO?

Superada a etapa inicial de seleção e observados os critérios estabelecidos para se determinar a escolha dos materiais conforme a demanda, parte-se para uma fase muito importante que é a escolha do tipo de suporte dos materiais. Essa decisão pode parecer simples, afinal, não é a biblioteca que determina se os materiais serão ofertados no suporte impresso ou disponibilizados em meio eletrônico para os seus usuários? Assim deveria ser. A escolha do produto deve estar atrelada à necessidade da compra, mas, infelizmente, a lógica de mercado parece estar inversa no Brasil, pois não é dessa forma que o mercado editorial nacional atua ao analisarmos o contexto do livro eletrônico.

Antes de mais nada é preciso destacar que a escolha sobre o tipo de suporte do material a ser adquirido merece uma análise de conjuntura. Para isso, faz-se necessária uma reflexão sobre a atuação do mercado editorial no Brasil e no mundo. Conforme mencionei anteriormente, desde 2011 acompanho as alterações e o crescimento do mercado editorial acadêmico e, nos últimos anos, verificou-se a constante transformação na forma de comercialização do livro, ou seja, uma significativa mudança de suporte e novos modelos de negócio.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que o livro impresso, até a metade desta década, era o suporte mais comercializado pelas editoras acadêmicas e, possivelmente, pelas editoras em geral. A venda do livro impresso seguia predominante nas contratações e, no que tange às instituições públicas, a compra que puder ser efetuada através de mais de um fornecedor, conforme a Lei nº 8666/93, deve ser instruída através de um processo de dispensa ou licitação, observados os limites de valores vigentes. No Brasil, até pouco tempo, para as bibliotecas adquirirem livros acadêmicos de editoras nacionais, a compra tramitava apenas na modalidade impressa.

Diante disso, considero importante relatar como o processo de aquisição do livro impresso ocorre nas universidades.

O livro impresso é comercializado para as universidades através de livrarias ou empresas distribuidoras de livros, o qual também chamamos de fornecedores. As universidades contratam, com maior frequência, os fornecedores de livros como uma forma de agilizar e otimizar o processo de compra, devido à infinidade de editores existentes no mercado.

Inúmeros são os fornecedores de livros impressos existentes no Brasil e no mundo. Cabe destacar que o processo de aquisição de livros impressos, desde o seu início até o final, estabelece um fluxo entre diversas empresas, entre elas, a instituição solicitante, o fornecedor de livros (no caso de instituições públicas é o fornecedor vencedor do processo licitatório), as inúmeras editoras que fornecem os títulos, as empresas de logística que transportam os volumes, além de outros profissionais indiretamente envolvidos.

O processo de aquisição de livros impressos para universidades movimentam grandes volumes de itens e precisam ser distribuídos em inúmeras remessas. A grande demanda por títulos da bibliografia básica, necessários para atender as necessidades de ensino dos cursos de graduação, implica a aquisição de vários exemplares do mesmo título. Para exemplificar, um livro da disciplina de Cálculo requer a aquisição de dezenas de exemplares do mesmo título, pois é utilizado por todos os alunos matriculados nos anos iniciais, de todos os cursos de engenharia.

Além da questão logística devido à quantidade de volumes e remessas a serem entregues, deve-se atentar ao tempo dispendido nesse processo. O período de tempo necessário para que todo o processo de aquisição de livros impressos ocorra, pode perdurar por até dois anos. Esse fluxo é intenso, contínuo e inicia desde o envio da lista de títulos pelo Bibliotecário de Aquisição ao fornecedor, a aprovação da cotação dos títulos, o contato que este fornecedor precisa fazer com todas as editoras para efetuar os pedidos, receber e preparar os títulos das editoras, emitir as notas fiscais, organizar e despachar os volumes para a transportadora e efetuar a entrega dos

pedidos à biblioteca solicitante. O Bibliotecário de Aquisição, ao receber os itens, confere o material, efetua o registro no sistema de gerenciamento da biblioteca e envia as notas fiscais para pagamento. Já em bibliotecas de instituições públicas, pelo fato de o livro impresso ser considerado material permanente e seu pagamento ser efetuado com recurso de capital, os itens precisam ser patrimoniados. Após o patrimoniamto, é preciso criar os processos de pagamento das notas fiscais, incluindo toda a documentação necessária. Na sequência, deve-se encaminhar os títulos recebidos ao setor de processamento técnico. Quando a aquisição é realizada de forma centralizada, ou seja, quando uma biblioteca central realiza a compra para diversas bibliotecas setoriais, como é caso da UFRGS (30 bibliotecas distribuídas em cinco campi), deve-se, ainda, providenciar a conferência e preparação dos volumes para as bibliotecas setoriais, organizar a logística de distribuição interna e somente após o recebimento dos itens pelas bibliotecas setoriais é que será realizado o processamento técnico dos livros e incorporação nos acervos.

Outro cenário importante a ser contextualizado é o processo de aquisição do livro impresso estrangeiro. Ao analisarmos o cenário mundial, nos deparamos com mais dificuldades na questão de fornecimento de livros, uma vez que, o processo de entrega de itens físicos é muito mais complexo. Este processo envolve o fornecedor de livros no Brasil ou o fornecedor de livros vencedor do processo licitatório se a biblioteca pertence a um órgão público. O fornecedor no Brasil fará o contato com outros distribuidores de livros ou seus representantes, situados em todos os continentes. Este fluxo se torna necessário para facilitar a logística em reunir e despachar os pedidos para o Brasil. Os livros, ao chegarem no Brasil, passam pela alfândega e somente após o desembaraço aduaneiro a remessa será liberada ao fornecedor no Brasil. Este precisa receber a mercadoria e iniciar todo o processo interno conforme mencionado anteriormente.

Ocorre que um dos pontos principais e de maior entrave na aquisição do livro impresso estrangeiro é a oscilação da cotação da moeda concomitante ao tempo necessário para o distribuidor de livros efetuar a entrega dos pedidos de aquisição. Nos processos

licitatórios, por exemplo, o percentual de menor acréscimo do preço de capa ou de maior desconto do preço de capa, é definido no momento da licitação. Definida e aprovada pela biblioteca a cotação de cada título a ser solicitado, o fornecedor efetuará a entrega dos pedidos com a cotação pré-estabelecida até o final do contrato. Porém, em caso de alta do dólar, a margem de lucro que antes garantia o fornecimento, passa a não existir mais, o que torna praticamente inviável a entrega dos pedidos. Não obtendo lucro, por consequência, o fornecedor deixa de cumprir a entrega dos itens solicitados.

O descumprimento na entrega dos pedidos também pode ser verificado no processo de aquisição do livro impresso nacional. Quando o fornecedor vence um processo licitatório com um alto percentual de desconto sobre o preço de capa do livro. O elevado desconto concedido pelo fornecedor na licitação, muitas vezes, não corresponde ao desconto obtido com os editores. Em consequência, ao longo do processo de fornecimento dos pedidos de aquisição, o fornecedor não entregará para a biblioteca os pedidos que não conseguiram repassar o desconto estipulado, pois representam prejuízo para o fornecedor.

Além da licitação para escolha de fornecedor de livros estrangeiros em território nacional, também é possível realizar processo licitatório internacional, buscando a contratação direta com fornecedores de livros impressos estrangeiros. Entretanto, é preciso verificar se o fornecedor estrangeiro contempla as editoras de todos os continentes, pois somente com uma ampla cobertura de países, este fornecedor conseguirá atender a diversidade de editores que constam nos pedidos de aquisição.

Como consequência às dificuldades mencionadas, a grande maioria das bibliotecas universitárias, de instituições públicas, que necessitam receber seus pedidos de livros impressos estrangeiros, não obtêm bons índices de fornecimento e tal cenário se repete ano após ano. Além disso, as bibliotecas de instituições públicas enfrentam dificuldades para alocar recursos para a aquisição de livros. Em qualquer órgão público, para se realizar uma compra de

material permanente, deve-se utilizar o recurso de capital disponibilizado pelo governo. Por ser considerado material permanente, o livro é adquirido com este tipo de recurso. Ocorre que a disponibilização de recurso de capital, vem diminuindo gradualmente nas universidades públicas. Sendo assim, o recurso de capital que é utilizado para a aquisição de livros impressos, compete com outros tipos de investimentos essenciais dentro da instituição, como a aquisição de equipamentos de laboratórios, construção civil, reformas de infraestrutura, entre outros. Ao mesmo tempo, quando a biblioteca consegue obter recurso para a compra de livros impressos, conforme citado anteriormente, executa com dificuldade, pois os fornecedores não cumprem os contratos.

Diante da precária execução dos contratos por parte dos fornecedores, principalmente, de fornecedores de livros impressos estrangeiros, o Bibliotecário de Aquisição precisa aplicar as devidas penalizações. Os contratos estabelecem os deveres e obrigações entre ambas as partes. Constam cláusulas de prazo contratual, execução do objeto, forma de pagamento e sanções no caso de descumprimento das obrigações. As sanções ou penalizações devem ser aplicadas, pois evitarão que outras instituições sejam prejudicadas por esses fornecedores, uma vez que, os descumprimentos contratuais acarretam, inclusive, o impedimento de licitar com a administração pública. Diante do exposto, pode-se concluir que o processo de aquisição de livros impressos, seja ele nacional ou estrangeiro, é um processo lento, repleto de especificidades e requer um acompanhamento criterioso por parte de todos os Bibliotecários de Aquisição que efetuam este tipo de compra.

Concomitante a este cenário tão peculiar, presenciamos a incorporação das tecnologias no mercado editorial de livros. A modernização promovida pelo avanço tecnológico fez com que os editores acompanhassem as tendências que já ocorriam no cenário das revistas científicas, também chamados de periódicos científicos. Mundialmente, os periódicos que antes eram comercializados apenas no formato impresso foram sendo disponibilizados em

formato eletrônico. Assim sendo, os livros impressos, principalmente nos últimos 10 anos, também passaram a ser ofertados pelos editores em formato eletrônico. Já no Brasil, essa modernização ocorreu a passos bem mais lentos se compararmos aos editores internacionais.

Atualmente, editores nacionais e estrangeiros comercializam em ambos formatos, sendo que um percentual dessas publicações teve seu suporte totalmente substituído para o eletrônico. Destaca-se que o processo de aquisição do livro eletrônico, se comparado ao livro impresso, trouxe vantagens e facilidades. Conforme expliquei anteriormente, a compra do livro impresso implica em um processo lento e contínuo. Com a chegada do livro eletrônico, a compra passou a ser dinâmica e instantânea. No meu ponto de vista, as dificuldades encontradas na aquisição do livro impresso abriram portas para a praticidade da comercialização do livro eletrônico.

Enquanto Bibliotecária de Aquisição, preciso destacar as vantagens que esse tipo de suporte trouxe, tanto para as bibliotecas quanto para o processo de aquisição nas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Primeiramente, ressalto a questão do espaço físico. Bibliotecas com estantes lotadas em ambientes reduzidos precisam remanejar o acervo para espaços muitas vezes distantes e sem acesso aos usuários, ou ainda, fazer o desfazimento (ou descarte) de parte do acervo para dar lugar aos títulos novos. Já o livro eletrônico, acessado a partir de um *link online*, permite a incorporação e disponibilização de grandes coleções de editores sem precisar de espaço físico para elas. Além disso, proporcionam maior visibilidade e recuperação dos títulos.

Outra vantagem que merece ser destacada é o custo-benefício que a compra por coleções ou pacotes de livros eletrônicos proporcionam para as bibliotecas. A aquisição de grandes coleções faz com que o preço pago por cada título se torne menor. Alguns fatores que contribuem, por exemplo, são os custos com impressão e transporte que deixam de existir com o livro eletrônico.

O livro impresso não somente passa por deteriorações devido às ações do tempo (temperatura, umidade, fungos), assim como, o

excesso de manuseio ocasiona avarias na capa, nas páginas, exigindo a recuperação do material e, conseqüentemente, novos custos para a biblioteca. O livro impresso possui vida útil, já o livro eletrônico é perene, quando adquirido perpetuamente. Essas são algumas vantagens identificadas na aquisição do livro eletrônico se comparadas ao livro impresso. Na seqüência, destaco as formas de aquisição do livro eletrônico e os modelos de negócio mais praticados no mercado nacional e internacional.

No exterior, o livro eletrônico vem sendo comercializado há muito mais tempo e com modelos de negócio mais atrativos. Isso ocorre porque os livros eletrônicos não possuem restrições de direitos autorais, ou seja, controle de DRM (*Digital Rights Management*). Dessa forma, o livro eletrônico de editores estrangeiros não possui limitação para *download* ou impressão do conteúdo. O uso é facilitado e normalmente não há limite de acessos simultâneos, o que aumenta consideravelmente o aproveitamento do livro. O formato mais comercializado é o PDF e seus arquivos podem ser compartilhados. Este modelo de negócio permite, inclusive, a venda perpétua dos títulos. Nesses casos, o *link* para o acesso *online* do título é permanente, sendo que a preservação digital dos conteúdos eletrônicos deve ser garantida pelos editores ou fornecedores através de repositórios específicos.

Outro modelo de negócio muito utilizado em áreas com frequentes atualizações de conteúdo é a assinatura. Durante um período pré-estabelecido, normalmente 12 meses, o acesso a uma determinada coleção fica disponível para a instituição. Ao término da vigência e não ocorrendo a renovação da assinatura, os conteúdos não serão mais acessados.

Com o intuito de oferecer subsídios e facilitar a escolha dos títulos a serem adquiridos pela biblioteca, os editores estrangeiros criaram o modelo de negócio chamado *Evidence Based Acquisition* (EBA). Nesse modelo de negócio, a instituição realiza uma assinatura com o editor, a uma determinada coleção, e após o término da vigência da assinatura, a instituição seleciona títulos que deseja manter em seu acervo com acesso perpétuo. Este modelo se torna

atrativo, pois a escolha sobre a perpetuidade pode ser direcionada aos títulos mais acessados ou, também, pode-se escolher os títulos publicados em determinado ano, possibilitando, dessa forma, a criação de uma coleção anual. A vantagem dessa escolha é que a biblioteca paga um valor menor por cada título.

Além destes modelos de negócio, a seleção dos títulos eletrônicos de editores estrangeiros, conseqüentemente, também é facilitada. A escolha pode ser direcionada a títulos específicos. Esta forma de seleção é ideal quando se precisa escolher, por exemplo, títulos das bibliografias dos cursos de graduação. Além da escolha por título, podem ser selecionados pacotes por área do conhecimento, por assunto ou tema desejado.

No entanto, a realidade brasileira, em relação aos modelos de negócio de livros eletrônicos, é muito diferente. A legislação impõe uma série de restrições, impossibilitando cópias e resguardando direitos autorais. No cenário nacional, a comercialização do livro eletrônico iniciou com a venda direcionada à pessoa física. Somente após um determinado tempo, a venda do livro eletrônico passou a ser ofertada às instituições, porém, de forma retraída por parte dos editores e com modelos de negócio restritos.

Como Bibliotecária de Aquisição identifico que, do ponto de vista do usuário ou da comunidade em geral, a compra de conteúdos eletrônicos para as bibliotecas é uma tarefa simples, afinal, basta disponibilizar o *link* de acesso *online*. A percepção da maioria dos usuários é que qualquer documento pode ser adquirido eletronicamente, estar disponível 24 h por dia e ser acessado de qualquer lugar. Contudo, o mercado editorial nacional não funciona dessa forma no que se refere à compra institucional. No Brasil, a escolha sobre o tipo de suporte, em sua grande maioria, não é determinada por quem compra e nem por quem demanda, ou seja, nem pelo Bibliotecário de Aquisição, nem pelos usuários. Pelo contrário, as contratações ficam condicionadas aos modelos de negócio impostos pelo mercado e esta realidade precisa mudar.

Ocorre que, no Brasil, os livros eletrônicos possuem DRM (*Digital Rights Management*). É um controle de acesso virtual que

tem a função de proteger os direitos autorais desses conteúdos. É através do DRM que o editor controla tudo o que pode ser feito e a forma como o livro eletrônico é comercializado. Por exemplo, com esse controle, o editor determina restrições quanto ao número de cópias que são permitidas daquela obra, quantos usuários podem acessar simultaneamente e, inclusive, a proibição de compartilhamento. Além disso, o autor do livro determina se o título será comercializado somente no suporte impresso ou apenas no formato eletrônico, ou ainda, em ambos os suportes – impresso e eletrônico. Em consequência às restrições, a comercialização do livro eletrônico no Brasil se tornou inflexível e engessada a modelos de negócio como a assinatura por coleções. Modelo que atende de forma incipiente as necessidades das bibliotecas.

Para se compreender as formas de comercialização do livro eletrônico, é preciso esclarecer a diferença entre a venda para pessoa física e a venda para uma instituição. Os editores ou livrarias, através dos seus sites, direcionam a comercialização dos títulos para pessoas físicas, ou seja, a venda ocorre através do CPF do comprador. Nessa modalidade existe apenas uma permissão de *download* do título para um determinado aparelho – computador, *notebook*, celular. Ao ser adquirido dessa forma, o livro eletrônico não pode ser compartilhado e nem baixado em outro aparelho. A permissão de leitura é unicamente do comprador.

Diferentemente da compra individual, a aquisição do livro eletrônico por universidades, escolas, empresas ou associações, por exemplo, deve ocorrer através da compra institucional. Nesta modalidade, a comercialização do livro eletrônico deve prever as necessidades de acesso de cada instituição. As editoras precisam disponibilizar o acesso ao livro eletrônico por diversos usuários, sendo o número de licenças determinadas previamente, permitindo, inclusive, acessos simultâneos. Além disso, diferentemente da venda para pessoa física, no caso institucional, o acesso ou *download*, não ficará restrito a um único aparelho ou dispositivo, centenas, milhares de usuários farão uso do título. Outro aspecto a ser considerado, no caso de contratações para universidades, é prever o acesso para os

alunos que estão fora do campus através da autenticação do usuário por identificação de IP ou outras modalidades.

A dificuldade se torna ainda maior no processo de aquisição institucional, pois alguns autores, no Brasil, não autorizam ou não preveem a comercialização nessa modalidade. Esse fato faz com que as bibliotecas não consigam formar seus acervos virtuais com facilidade, visto que não são todos os livros impressos que estão disponíveis em formato eletrônico e não é todo livro eletrônico que pode ser adquirido pelas bibliotecas, pois não possuem a modalidade de aquisição institucional.

O modelo de negócio que predomina no Brasil é a assinatura. Um percentual significativo das editoras nacionais de livros acadêmicos comercializa suas coleções eletrônicas por meio de dois consórcios. Cada consórcio é formado por um grupo de editores que, juntos, abarcam aproximadamente 50 selos editoriais, sendo a única modalidade de contratação a assinatura. Além dos consórcios, outras editoras comercializam suas coleções através de plataformas próprias ou através de agregadores. Sendo assim, para uma biblioteca ter acesso aos livros eletrônicos de editores nacionais, o Bibliotecário de Aquisição deverá efetuar a contratação através de uma assinatura, podendo optar pela assinatura de toda a coleção das plataformas, ou ainda, escolher coleções por áreas.

No Brasil, a grande desvantagem do modelo de negócio via assinatura é a impossibilidade de escolha de títulos específicos das coleções. As bibliotecas universitárias precisam atender as demandas das bibliografias dos cursos e, diante de poucos recursos, o Bibliotecário de Aquisição precisa priorizar a compra e selecionar os títulos indicados pelos professores nos planos de ensino. Com isso, a assinatura por coleções não atende ao critério estabelecido na política de seleção. Outra desvantagem desse modelo de negócio é a incerteza quanto à permanência das coleções. Caso a biblioteca não receba recursos financeiros para efetuar a renovação, as coleções assinadas terão o acesso interrompido após o término da vigência da assinatura.

São pouquíssimos os editores nacionais que comercializam

livros eletrônicos através da aquisição perpétua. Ao contrário da assinatura, a aquisição perpétua proporciona maior segurança às bibliotecas. Por ser uma aquisição definitiva do livro eletrônico, esta modalidade permite a formação de acervos permanentes e seus títulos podem ser incorporados nos catálogos virtuais das bibliotecas. Logo, este modelo de negócio precisa ser ofertado por todos os editores e a escolha quanto à modalidade de aquisição (se perpétua ou assinatura), ficar a critério da instituição solicitante. Nota-se que o mercado editorial nacional precisa avançar e se adequar, pois até o momento não está atendendo as demandas das bibliotecas.

- O Bibliotecário de Aquisição deve fazer as demandas ao mercado editorial!

Diante desse cenário, constata-se até o momento, em relação às universidades públicas, por exemplo, a formação de acervos eletrônicos com a aquisição direcionada aos grandes editores estrangeiros, pois estes permitem a compra perpétua de coleções ou pacotes, além da escolha por títulos específicos.

No Brasil, muitas mudanças ainda são necessárias, pois os modelos de negócio estão aquém das necessidades. Os editores devem atender as demandas das bibliotecas e, para isso, precisam ouvir o bibliotecário. O bibliotecário, ao ofertar produtos e serviços nas bibliotecas e identificar as necessidades de informação dos usuários, está apto a determinar quais produtos ou serviços precisam ser melhorados ou criados para atender as demandas. Em determinada área do conhecimento, por exemplo, o livro impresso ainda é o suporte mais utilizado, já em outros, como a área jurídica, com frequentes atualizações na legislação, o livro eletrônico se torna o mais adequado pela agilidade com que as novas edições precisam ser disponibilizadas. Além disso, o modelo de negócio via assinatura não se justifica para áreas como humanas, sociais aplicadas, entre outros. O investimento em obras clássicas deve ser definitivo, assim como é o livro impresso. A biblioteca precisa ser proprietária do título sem ter que pagar, a cada ano, pela assinatura de obras que não

sofrem alterações de conteúdo. Se as editoras acadêmicas nacionais não adequarem a forma de comercialização do livro eletrônico, as bibliotecas passarão por dificuldades para formar suas coleções.

Penso que o livro eletrônico não substituirá o livro impresso. Os dois formatos devem coexistir, mas precisam se adaptar às demandas para serem adquiridos conforme a necessidade do usuário ou de uma área específica.

Até aqui, relatei sobre a identificação das necessidades de aquisição conforme a demanda, a escolha do suporte a ser adquirido e os modelos de negócio existentes no mercado editorial. No próximo tópico, explicarei como os processos de aquisição ocorrem nas bibliotecas de instituições públicas.

4 COMO REALIZAR A AQUISIÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA: DISPENSA, LICITAÇÃO, INEXIGIBILIDADE

Atuar como Bibliotecário de Aquisição em bibliotecas de instituições públicas requer do profissional uma gama de conhecimentos e atualizações constantes, principalmente devido às frequentes mudanças na legislação.

Para se realizar a aquisição em instituições públicas, seja para livros impressos ou quaisquer conteúdos eletrônicos, a aquisição deve ser realizada através de um processo de compra/contratação. Os processos de compra/contratação devem ser instruídos conforme a legislação vigente. Publicada desde 1993, a Lei nº 8666 institui normas para licitações e contratos da administração pública. Esta Lei determina e regula as formas de compra/contratação em órgãos públicos. Desde a sua publicação, até o presente momento, diversas alterações e atualizações se fizeram necessárias. O intuito é adequar os processos de compra/contratação dos órgãos públicos às mudanças de mercado, assim como efetuar a devida atualização de valores quando constatada a sua defasagem. Esta atualização é de extrema importância, pois a Lei institui limites de valores para cada tipo de compra/contratação: convite, tomada de preço e concorrência. Além disso, outras alterações na Lei podem ocorrer, inclusive, diante de situações emergenciais e de calamidade pública

no país, como: epidemias, pandemias, desastres naturais ou não, entre outros. Por esses motivos, não pretendo, neste texto, fazer referência a valores. Estes devem ser consultados na página oficial do governo federal.

Para se efetuar a aquisição de conteúdos eletrônicos, tais como: livros eletrônicos, periódicos eletrônicos, gerenciadores, serviços de descoberta ou bases de dados para pesquisa, a principal informação que o Bibliotecário de Aquisição que atua em uma instituição pública precisa obter é se o fornecedor de determinado conteúdo possui exclusividade para comercialização. Além disso, elencar as especificidades de cada produto/serviço para o atendimento da demanda. Essas informações são determinantes para a correta instrução do processo de aquisição. Raramente o Bibliotecário de Aquisição fará o contato diretamente com o editor. O que se verifica a partir da análise do mercado, tanto nacional quanto estrangeiro, é que a maior parte dos editores comercializam os seus conteúdos eletrônicos a partir de um distribuidor ou agregador. Estes fornecedores efetuam a venda dos produtos ou serviços de forma exclusiva.

Neste caso, a Lei nº 8666/93 determina que quando houver inviabilidade de competição a licitação é inexigível. A inexigibilidade da contratação será atestada desde que a empresa ou o representante for exclusivo na comercialização de determinado produto ou serviço e efetuar a devida comprovação.

O Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação

Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes. (BRASIL, 2020).

Sendo assim, a compra/contratação por órgãos públicos de coleções de livros eletrônicos, bases de dados de pesquisa, periódicos, *software*, entre outros, são instruídos através de um processo de inexigibilidade. São raros os casos na qual existe mais de um fornecedor sobre um determinado conteúdo eletrônico. Quando houver concorrência, o processo de aquisição não pode ser instruído desta forma.

Quando um serviço ou produto puder ser adquirido pelo órgão público através de diferentes empresas ou prestadores de serviço, neste caso, por diferentes fornecedores, este órgão público possui discricionariedade para instruir o processo de compra/contratação por dispensa ou licitação, desde que observados os dispositivos legais. Se o valor total ultrapassar o limite determinado na legislação vigente para as dispensas de licitação, a compra/contratação deverá ser realizada, obrigatoriamente, através de um processo licitatório. O vencedor da licitação será aquele que ofertar o menor valor sobre o objeto licitado. Como exemplo vou citar a compra de livros impressos pelas bibliotecas universitárias públicas. Atualmente, no mercado, existem diversos fornecedores de livros impressos. Logo, faz-se necessária a licitação para se determinar, por exemplo, qual empresa fornecerá os livros com o menor desconto sobre o preço de capa. Dessa forma, a licitação deverá ser realizada sempre que o produto ou serviço tiver mais de um fornecedor disponível no mercado e não for dispensável pela legislação.

Os mesmos critérios devem ser adotados para os processos de aquisição de livros eletrônicos. Se for comprovada a exclusividade da comercialização pelo editor ou fornecedor, o processo será instruído por inexigibilidade. Caso os livros eletrônicos possam ser adquiridos por mais de um fornecedor, a compra deverá ser realizada através de dispensa ou licitação, conforme limites vigentes. A orientação é verificar como o mercado editorial está atuando e se existem mudanças nos modelos de negócio praticados com as instituições.

Por exemplo: quando um editor decide alterar o modelo de negócio que praticava para a venda de livros eletrônicos. Em um primeiro momento, o editor comercializava o título com acesso monousuário e passou a comercializar o mesmo título através do acesso multiusuário. O bibliotecário de aquisição precisa se certificar de que outros fornecedores ou agregadores, também comercializem o mesmo conteúdo no modelo de acesso multiusuário. Tal mudança pode acarretar a alteração na instrução do processo de aquisição, de uma inexigibilidade, para um processo de licitação de livros eletrônicos.

– Seguir a legislação do início ao fim do processo!

O Bibliotecário de Aquisição, que atua em instituições públicas, deve sempre seguir a legislação e instruir os processos de aquisição corretamente atentando para as especificidades de cada contratação. Do início ao fim, ou seja, desde a abertura do processo, a inclusão de toda a documentação necessária, até a devida prestação de contas, é imprescindível o seu acompanhamento, uma vez que, nos contratos estabelecidos pela biblioteca com os editores ou fornecedores, o Bibliotecário de Aquisição pode, inclusive, ser indicado como fiscal do contrato e terá a responsabilidade de conferir a entrega dos produtos. No caso de contratações, deverá acompanhar a prestação do serviço e, em ambos os casos, informar qualquer irregularidade ao órgão competente.

Além da correta instrução dos processos de aquisição conforme o tipo de compra/contratação: dispensa, inexigibilidade ou licitação, o Bibliotecário de Aquisição precisa gerenciar o tipo de recurso conforme a rubrica orçamentária, ou seja, recurso de capital para a aquisição de bens, patrimônios, entre outros e recurso de custeio para a contratação de serviços, materiais de consumo etc. Portanto, além de administrar o orçamento da biblioteca, o Bibliotecário de Aquisição precisa administrar as aquisições conforme os recursos de capital ou custeio recebidos pela biblioteca. Sendo assim, as compras de livros impressos, livros eletrônicos de

acesso perpétuo e quaisquer outros equipamentos ou mobiliários devem ser efetuadas com recurso de capital. Para todas as demais contratações por assinatura, a saber, bases de dados, plataformas de livros eletrônicos, periódicos eletrônicos, serviços de descoberta, gerenciadores, manutenção de *software* de bibliotecas, entre outros, a contratação deve ser efetuada com recurso de custeio.

Por fim, preciso falar sobre o papel interlocutor que o Bibliotecário de Aquisição desenvolve dentro da instituição pública. Esse papel é de fundamental importância para que os processos de aquisição tramitem sem intercorrências entre as diversas instâncias. Para se ter uma ideia, um processo de aquisição, seja qual for a modalidade ou tipo de recurso, tramita em setores como: Departamento de programação orçamentária (dotação de recurso e empenho), Departamento de licitações (elaboração da minuta do edital), Procuradoria (manifesta parecer quanto a legalidade da compra/contratação), Pró-Reitoria de Planejamento (autoriza administrativamente a compra/contratação, efetua as publicações oficiais – DOU), Departamento de gestão de contratos (elaboração do contrato, fiscalização), Departamento financeiro (confere processo de pagamento, efetua o pagamento), Departamento de câmbio (confere instrução para pagamento e efetua pagamento em moeda estrangeira).

Todas essas instâncias são necessárias para a devida efetivação e aprovação da compra/contratação. Ocorre que devido às especificidades dos processos de aquisição de materiais ou serviços de informação, torna-se necessário que o Bibliotecário de Aquisição faça a interlocução entre essas instâncias. O Procurador, por exemplo, precisa compreender o objeto da contratação e ter informações sobre como o mercado editorial nacional e internacional atua para verificar a devida legalidade da compra/contratação. O Departamento de licitações precisa obter informações detalhadas sobre o objeto da aquisição e, da mesma forma, saber como o mercado editorial comercializa, para elaborar corretamente o edital. O Departamento financeiro precisa se certificar sobre o tipo de serviço, produto a ser adquirido, para aplicar devidamente as

normativas contábeis e efetuar o pagamento na rubrica correspondente. O Departamento de câmbio precisa ser informado sobre a forma de pagamento negociada com o fornecedor e se a entrega ocorrerá em remessas, para os devidos planejamentos quanto aos despachos aduaneiros. Estes são apenas alguns exemplos que justificam o que mencionei ao longo deste capítulo, sobre a importância do Bibliotecário de Aquisição acompanhar o processo do início ao fim. Esse acompanhamento beneficia a tramitação dos processos dentro da instituição, pois instrui corretamente as informações que devem constar às devidas instâncias. Quando o Bibliotecário de Aquisição atua dessa forma, os produtos ou serviços serão adquiridos dentro da legalidade e poderão ser ofertados para toda a instituição sem intercorrências.

5 GERENCIAMENTO DE CRISE: COMO ADMINISTRAR OS CONTEÚDOS ELETRÔNICOS ASSINADOS DIANTE DE UM CENÁRIO ADVERSO

Em 2011, quando iniciei minha jornada como Bibliotecária de Aquisição na Biblioteca Central da UFRGS, ocorriam anualmente três a quatro licitações de livros impressos e diversas assinaturas de bases de dados científicas. Aquisições imprescindíveis para dar suporte científico às diversas áreas de pesquisa da Universidade. Naquele período, os investimentos em ensino e pesquisa eram significativos, já que as universidades federais passavam pelo processo de expansão universitária. Como consequência, as bibliotecas universitárias públicas tiveram a oportunidade de ampliar seus acervos, modernizar suas estruturas, serviços e investir em informação científica.

Toda informação científica adquirida ou contratada pelas bibliotecas é disponibilizada a toda comunidade acadêmica para auxiliar no ensino, pesquisa e extensão. Como resultado, obtêm-se inovações científicas e tecnológicas, além da formação de profissionais altamente qualificados que ingressam no mercado de trabalho. É notório que todo país que investe em educação qualifica sua mão de obra e se torna produtor de tecnologia, abrindo portas

para um cenário de competitividade internacional.

Porém, diante de situações adversas, sejam elas econômicas, organizacionais ou políticas, nem sempre convivemos com um cenário favorável. A instabilidade imposta a partir de uma crise financeira, conforme a que presenciamos em âmbito mundial, acarreta sérias consequências em todos os setores da economia: agricultura, indústria, construção civil, comércio e prestação de serviços. Inevitavelmente, outros setores de investimentos, que estão a cargo do Estado, também são afetados, como saúde, segurança e educação.

Quando um país enfrenta a redução de investimentos no setor da educação, através dos cortes de gastos públicos, toda a cadeia produtiva do ensino é afetada. Como se pode ver, a diminuição do número de vagas nos cursos, falta de investimento em laboratórios de pesquisa, diminuição do número de bolsas para estudantes de pesquisa e, ainda, a redução no investimento em informação científica provido pelas bibliotecas.

Sem dúvida um dos maiores desafios que enfrentei como Bibliotecária de Aquisição foi o gerenciamento dos conteúdos eletrônicos assinados pela biblioteca diante da crise econômica e dos cortes de gastos públicos. Juntamente a isso, enfrenta-se a alta do dólar e a dificuldade de manutenção dos contratos executados em moeda estrangeira. É nesse momento, quando toda uma estrutura de informação científica está formada para atender às necessidades de ensino e pesquisa, que o Bibliotecário de Aquisição precisa agir com coerência e responsabilidade. Sendo assim, faço o seguinte questionamento: como gerenciar os conteúdos eletrônicos assinados diante da redução do orçamento da biblioteca?

Para enfrentar períodos de crise financeira o Bibliotecário de Aquisição precisa fazer uso de informações estratégicas para auxiliar a tomada de decisão. Será necessário cancelar contratos ou assinaturas? O que será cancelado? Quais critérios utilizar? É possível negociar com os fornecedores? As repostas para essas perguntas devem nortear os caminhos a serem seguidos. Primeiramente, o Bibliotecário de Aquisição precisa se certificar sobre o recurso

financeiro que a biblioteca receberá naquele ano. A partir desta informação, gerir os contratos e assinaturas conforme o orçamento informado. Se o orçamento não for suficiente para manter os contratos e assinaturas, deve-se consultar outras fontes para verificar, por exemplo, uma possível disponibilização de orçamento por unidades ou departamentos da universidade.

Além disso, se o momento é de cortes no orçamento e a previsão é de redução nos contratos ou assinaturas, o Bibliotecário de Aquisição precisa negociar com os fornecedores! A boa gestão do recurso público ocorre, inclusive, quando o servidor público negocia os contratos em períodos de instabilidade econômica, prevenindo a interrupção de serviços. Se a negociação for estabelecida entre a biblioteca e seus editores e fornecedores, bons resultados poderão ser obtidos. Vou citar alguns exemplos: os preços podem ser mantidos sem os reajustes contratuais; o tempo de cobertura de uma determinada assinatura pode ser estendido sem acréscimos no valor contratado. A partir das negociações é possível, inclusive, que a biblioteca obtenha descontos em relação ao valor pago no ano anterior.

No caso de contratos ou assinaturas efetivados com editores estrangeiros, a situação é ainda mais grave. A alta do dólar provoca a desvalorização da moeda nacional e, com isso, os valores a serem pagos na renovação são ainda maiores se comparados aos pagamentos anteriores. O Bibliotecário de Aquisição precisa negociar com os editores estrangeiros e buscar um equilíbrio de mercado. Caso não houver um entendimento acerca do cenário de crise, os cancelamentos serão inevitáveis.

– Pouco recurso financeiro, muita negociação!

Nos momentos de instabilidade financeira, o Bibliotecário de Aquisição precisa ser proativo, alocando recursos de outros setores e estabelecendo negociações com os fornecedores. Como resultado, poderá garantir a permanência dos conteúdos eletrônicos assinados mesmo diante da redução orçamentária. Contudo, se mesmo após as

negociações for necessário efetuar o cancelamento de assinaturas para ajustar o orçamento, deve-se verificar o uso que a comunidade acadêmica faz dos conteúdos contratados. Para isso, é necessário consultar as estatísticas de uso e identificar a frequência com que esses conteúdos estão sendo utilizados pelos usuários.

Além das estatísticas de uso, um critério a ser utilizado é a escolha por base de dados de texto completo, ao invés de base de dados referenciais de uma mesma área. Outro critério para auxiliar na tomada de decisão é a escolha sobre uma base de dados com maior abrangência de conteúdo. Por exemplo, se a biblioteca possui assinatura de duas bases de dados jurídicas sobre doutrina e jurisprudência, verifica-se qual dessas bases possui uma abrangência maior sobre o conteúdo e efetua-se o cancelamento daquela que obtiver menor abrangência. Esse critério pode ser adotado para todas as áreas do conhecimento.

O Bibliotecário de Aquisição precisa ficar atento e não aceitar aumentos abusivos que os editores possam exigir diante da renovação de uma assinatura. Os editores e fornecedores precisam atender as demandas da biblioteca e direcionar esforços para que ocorra o constante equilíbrio entre as variáveis: produto/serviço x preço x demanda. Os fornecedores devem disponibilizar produtos e serviços a um preço justo permitindo a socialização da informação científica, caso contrário, ficarão disponíveis apenas às minorias da sociedade. Dessa forma, o bibliotecário deve exigir mudanças de mercado quando necessário e gerir continuamente os recursos eletrônicos assinados, para não ocorrer interrupções indesejadas nos serviços.

A importância do bibliotecário de aquisição se mostra evidente quando expostas todas as funções e saberes imprescindíveis à função. No momento em que os processos de aquisição ocorrem de forma planejada e são acompanhados do início ao fim da sua execução, efetivamente, a biblioteca ganha visibilidade, os usuários ficam satisfeitos, os recursos são bem investidos e a instituição cresce!

Por fim, dedico estas palavras a todos os profissionais que,

assim como eu, atuam ou que pretendem se dedicar à execução dessa tarefa: a aquisição de materiais de informação. Trabalhar com a aquisição é buscar constantemente a **inovação**, haja vista que a sociedade avança a passos largos rumo à modernização, à virtualização e a toda praticidade que a tecnologia possa oferecer. A meu ver, o Bibliotecário de Aquisição desempenha um papel de gestor na sociedade, que transcende os saberes da biblioteconomia. Ser Bibliotecário de Aquisição é ser um gestor de recursos financeiros. É ser um conhecedor da legislação e da correta aplicação do recurso público. É ser o canal de comunicação entre os produtores de informação (autores, editores) e os consumidores (usuários, leitores). É ser porta-voz das demandas dos usuários, sugerindo ao mercado editorial os serviços e produtos mais adequados e os melhores modelos de negócio para os livros eletrônicos. É a busca pelo constante equilíbrio entre as instituições de ensino e os produtores de conteúdo, sem cobranças abusivas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C.; VERGUEIRO, W. C. S. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

STREHL, L.; SCHARNBERG, J. M. R.; HOROWITZ, Z.; CASTANHO, V. C. O método BiblioGrad para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p. 105-115, 2010.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

WEITZEL, S. R. Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

BIBLIOTECÁRIO DE SAÚDE: ATUAÇÃO, COMPETÊNCIAS, EXPERIÊNCIA E DESAFIOS

Maria Eduarda dos Santos Puga
Daianny Seoni de Oliveira

1 CONTEXTO

As constantes mudanças e evoluções na área da saúde exigem dos bibliotecários um rápido desenvolvimento de sua aprendizagem. Começa aqui os desafios para acompanhar toda essa evolução e especificidade da área.

No Brasil, a maioria das escolas de Biblioteconomia não oferecem disciplinas obrigatórias para uma formação específica e focada nos conhecimentos necessários para que os bibliotecários atuem nesta área com maior confiança e autonomia.

Para uma melhor compreensão sobre a formação em Biblioteconomia, vemos que países como os da América do Norte, a formação ocorre de modo diverso, para ser bibliotecário deve-se fazer uma pós graduação. Então, o graduado em medicina, farmacêutico, enfermeiro e etc. faz uma pós graduação em Biblioteconomia e desse modo a visão e a formação mudam completamente.

Aqui não discutiremos se é correto ou não esse tipo de formação, mas é importante refletirmos sobre a elaboração dos currículos do curso de Biblioteconomia no Brasil, bem como, as dificuldades que este profissional tem para atuar em uma área específica.

Dependendo do cenário onde esse profissional irá atuar, as habilidades e competências mudam como é o caso de: centros de pesquisa, hospitais, centros clínicos, indústria farmacêutica, etc. Podemos observar também que há uma variedade de nomenclaturas e definições de funções para a atuação do profissional bibliotecário que atua na área da saúde¹⁻⁸, conforme está ilustrado no quadro 1.

Quadro 1 - Nomenclaturas do profissional bibliotecário que atua na área da saúde e suas descrições.

NOMENCLATURAS	DEFINIÇÕES E FUNÇÕES
1. BIBLIOTECÁRIO DE SAÚDE	Atua em bibliotecas e ambientes em saúde. Indica formação genérica que lhe garante habilidades e competências para atuação em vários cenários, como bibliotecas médicas e centros de pesquisa.
2. BIBLIOTECÁRIO DA CIÊNCIAS DA SAÚDE	Atua em bibliotecas e ambientes em saúde. Indica uma formação genérica e também específica que lhe garante habilidades e competências para atuar em vários ambientes e também com inter-relação com equipes de todos os profissionais em saúde.
3. “BIBLIOTECÁRIOS INCORPORADOS” TRABALHANDO NA ÁREA DE SAÚDE	Atuam diretamente em equipes de saúde como um membro junto aos outros profissionais que compõem as equipes. São habilitados a ensinar e a produzir para a prática baseada em evidências e no desenvolvimento de avaliação crítica da literatura. Ensinam as cinco etapas para profissionais e alunos desenvolverem a alfabetização informacional voltada a Prática Baseada em Evidências – PBE. (HARRISON, 2011).
4. BIBLIOTECÁRIO CLÍNICO OU INFORMACIONISTA	Tem conhecimentos específicos, competências e habilidades profundas adquiridas em seus ambientes de trabalho. Nas várias descrições deste profissional bibliotecário, ele não tem somente conhecimento adquirido no trabalho, mas também formação e competências específicas (Bioestatística, Epidemiologia clínica, desenho específicos e atua na produção em pesquisa).
5. BIBLIOTECÁRIO DE SAÚDE E GESTÃO DE DADOS	Tem habilidades genéricas, mas agrega conhecimentos sobre big data focados para a área de saúde. Sua função é considerada emergente. Esse profissional Bibliotecário atua junto às equipes hospitalares e outras equipes de saúde, fornecendo e produzindo dados e informações voltados para a gestão.

6. BIBLIOTECÁRIO 2.0	Tem papel duplo - como especialista e aluno simultaneamente. Este tem um papel na metacompetência. Habilidade caracterizada em auto aprender. Aquele que estará sempre pronto para o futuro. A habilidade desse profissional mais importante é Aprender a Aprender.
7. BIBLIOTECÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA E CONSUMIDOR	Esses profissionais são essenciais para conectar usuários de todas as classes sociais a informações de saúde de qualidade em formatos apropriados. As competências básicas destes bibliotecários e funcionários da biblioteca estão em fornecer serviços de saúde ao consumidor e estender o papel da biblioteca com relação à construção de comunidades saudáveis.
8. PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	Nomenclatura que também foi identificada e que permeia pelas habilidades e competências das duas nomenclaturas (bibliotecário de saúde e bibliotecário em ciências da saúde), mas muito mais configurado para o fornecimento de informação.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Diante dessa diversidade, sugere-se o uso de uma nomenclatura genérica em que sejam elencadas as habilidades e competências que acompanhem a evolução desse profissional, entre o conhecimento e a experiência adquirida de forma gradual no desenvolvimento de sua carreira. A terminologia que melhor abarca todas as habilidades e competências seria a junção de duas nomenclaturas. Veja no destaque abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Terminologia da que abarca habilidades e competências bibliotecárias.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Essas são nomenclaturas e identificações coletadas por várias associações profissionais de bibliotecas e bibliotecários de saúde no mundo. As principais são: *MLA – Medical Library Association, HSLG – Health Science Librarians Group, HLG – Health Libraries Group, LIBER – Association of European Research Libraries, CHLA – The Canadian Health Libraries Association, NNLM – Network National Library of Medicine.*

2 CENÁRIOS DE ATUAÇÃO

A grande maioria dos bibliotecários que atuam hoje no mercado, tem suas habilidades e competências adquiridas no trabalho em está inserido. Isso acontece tanto no Brasil como no mundo⁷. Abaixo, será apresentado os diversos cenários de atuação do bibliotecário de saúde.

2.1 BIBLIOTECAS MÉDICAS

A biblioteca médica, em suas diversas configurações, nos permite afirmar ser um recurso educacional de suma importância no desenvolvimento curricular dos alunos e pesquisadores, e que, nesse cenário, são caracterizadas por serem especializadas.

Como recurso educacional e não como suporte, ela tem um papel ativo (educacional) nesta comunidade, principalmente para o desenvolvimento de habilidades e competências de seus usuários, tanto no provimento de informação para a geração de novos conhecimentos quanto para atualização profissional. E é nesse cenário que se dá a aprendizagem e experiência do bibliotecário de saúde⁶.

As bibliotecas médicas são as áreas mais comuns de atuação do bibliotecário, além dos requisitos tradicionais de gestão de uma unidade de informação, essa biblioteca possui especificidades de organização e gestão da informação em saúde.

O papel da biblioteca médica muda de acordo com as metodologias de ensino-aprendizagem adotadas pela Universidade. Em instituições que têm em seus currículos metodologias ativas, a atuação do bibliotecário e da biblioteca se tornam mais dinâmicos, e influencia também o modo como as bibliotecas se organizam para melhor atender seus usuários, conforme ilustrado a seguir (Figura 2)

Figura 2 – Papel de biblioteca médica.

BIBLIOTECA MÉDICA EM METODOLOGIA TRADICIONAL

SUPORTE AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

BIBLIOTECA MÉDICA EM METODOLOGIA ATIVA

PRINCIPAL RECURSO EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO
DO ALUNO E DO BIBLIOTECÁRIO

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No contexto das metodologias ativas, o aluno tem a biblioteca como o principal recurso educacional para a sua autoaprendizagem, precisando não só saber utilizar os recursos que a Biblioteca oferece (livros, periódicos, acesso à internet e bases de dados), mas dos conhecimentos que o Bibliotecário possui (habilidades e competência em informação) para a sua formação e independência no prover de seus conhecimentos⁶.

Desse modo, os alunos desenvolvem maior domínio em relação à busca de informação, enquanto os alunos do método tradicional têm uma postura mais passiva de busca, limitando-se muitas vezes à bibliografia indicada.

Para que uma Biblioteca Médica cumpra seu papel mediante a implantação de metodologia ativa na comunidade acadêmica, são necessárias as seguintes competências e habilidades do Bibliotecário, que vão muito além das tradicionais¹³.

- Ter equipe de profissionais preparados para essa demanda (com competências e papéis educacionais);
- Contar com recursos educacionais, como Biblioteca dotada de tecnologias atualizadas e à disposição por longo período para seus usuários.
- Foco nos serviços prestados a esses usuários, indo além da disponibilidade dos livros e outros materiais. Aqui entra todo o conhecimento desse Bibliotecário de saúde para ter papel de facilitador para a aprendizagem, e não somente a entrega pura e simples de um material.
- Planejar e desenvolver apoio constante às dificuldades constatadas relativas às habilidades desses usuários.

A cultura médica acadêmica, independentemente de seu método de ensino, utiliza a biblioteca de modo satisfatório e os motivos são diversos, como: facilidade de acesso, serviços e recursos oferecidos⁶. O perfil desse usuário, de modo geral, se caracteriza por ter:

- Alta frequência no uso da Biblioteca;
- Frequente necessidade de informação diária;

- Permanência na Biblioteca em média por cinco horas diárias;
- Utilização de muitos recursos concomitantemente e serviços da Biblioteca (Livros, Periódicos, Internet, Bases de Dados etc.);
- Habilidades satisfatória para o uso intensivo da Biblioteca;
- Independência na busca de informação.

Independentemente da metodologia de ensino adotado, a atuação do bibliotecário deve ser interativa, pois o papel educacional desse espaço é perfeito para que haja a elaboração de cursos de competência em informação que são essenciais para a instrução desse usuário/aluno, bem como, a formação de sua autonomia informacional sendo fundamental para a prática baseada em evidências²⁴⁻²⁶.

A Associação Bibliotecária Americana²⁹ considera que para ser competente em informação a pessoa deve saber localizar, avaliar e usar a informação de maneira ética. O conceito de *meta-information management (metaliteracy*, em inglês), no qual os alunos são consumidores e criadores de informação abre possibilidades para que sejam elaboradas novas colaborações em pesquisa pedagógica, envolvendo o próprio aluno na pesquisa bem como ampliando as discussões sobre o seu processo de ensino e aprendizagem³⁰.

Para o desenvolvimento da competência em informação, as bibliotecas e os bibliotecários, como especialistas em informação, têm papel fundamental especialmente no período de educação onde há a possibilidade da elaboração e execução de um programa especializado²⁷⁻²⁸

Além dos programas de competência em informação focados em sua comunidade acadêmica, as bibliotecas podem promover a alfabetização em saúde (*Health Literacy*) em sua comunidade.

De acordo com a definição de *Calgary*¹²:

A alfabetização em saúde é o uso de uma ampla gama de habilidades que melhoram a

habilidade das pessoas de agir com base nas informações para viver uma vida mais saudável. Essas habilidades incluem leitura, escrita, compreensão oral, fala, matemática e análise crítica, bem como habilidades de comunicação e interação.

Apresentada pela *National Library of Medicine – Network of National Library of Medicine*, se considera como alfabetizado o grau em que os indivíduos têm de processar, compreender informações e serviços básicos de saúde e tomar decisões apropriadas. Essa alfabetização perpassa por¹¹:

- Localização de informações de saúde;
- Habilidades de leitura, escuta, análise e tomada de decisão;
- Avaliar a credibilidade e qualidade das informações;
- Capacidade de aplicar essas habilidades a situações de saúde;
- Habilidades específicas necessárias para navegar no sistema de saúde;
- Comunicação clara entre os provedores de saúde e seus pacientes;
- Conhecimento de informática.

2.2 CENTRO DE PESQUISA

Centros produtores de evidências para a tomada de decisão em saúde, são especializados na produção de informação e de avaliações tecnológicas e econômicas em saúde.

Aliados também à formação especializada, como por exemplo os IEPs – Institutos de Ensino e Pesquisa – que dentro de grandes hospitais têm dupla função, a de produtores de evidências, educação continuada e a de formação especializada de equipes multiprofissionais, em que o Bibliotecário de Saúde atuam na identificação e produção de evidências, que também tem papel educacional na formação de outros profissionais.

2.3 EQUIPES CLÍNICAS E DE PESQUISA/HOSPITAIS

O Bibliotecário de saúde, junto a toda equipe multiprofissional, tem um papel importante em identificar a informação pertinente à prática. Ele precisa ter conhecimento avançado de pesquisa clínica e habilidades suficientes para compor a equipe em todo o desenvolvimento da pesquisa, desde a formulação dos problemas até acompanhar e dar suporte à busca.

Para isso, o Bibliotecário tem que procurar formação especializada em saúde para ter domínio do seu papel na integração da equipe.

2.4 INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Na indústria farmacêutica, é possível identificar a presença do Bibliotecário de duas maneiras:

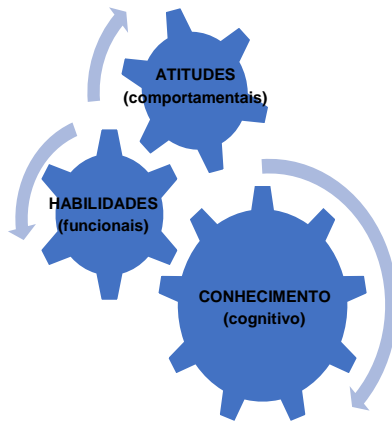
1. **Fornecedor de informação:** um Bibliotecário muito capacitado em suas habilidades de busca de informação e com alta capacitação para localização dos estudos necessários e até mesmo antecipando-se à demanda, promovendo espontaneamente informação para a manutenção de pesquisas;

2. **Produtor de informação:** compõe equipes de pesquisa desempenhando seu papel em todas as etapas do projeto de pesquisa. Vigilância e acompanhamento do assunto envolvido ou de um produto em processo de aprovação.

A grande maioria dos Bibliotecários precisa ter formação específica em pesquisa clínica. No próximo capítulo, trataremos dos conjuntos de habilidades, saberes e conhecimentos necessários para a prática do Bibliotecário de saúde.

3 COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES

As competências profissionais de Bibliotecários de saúde, em que nos ilustra Soutter, tem sua força pautada em três eixos, como podemos observar na ilustração abaixo¹³ (Figura 3).

Figura 3 – Atitudes, habilidades e conhecimento.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nesse contexto, tomamos como competências o conjunto de habilidades e conhecimentos que permitem ao Bibliotecário de Saúde executar suas atribuições com maior assertividade. Ele consegue tomar decisões e, ao mesmo tempo, ter habilidades na execução. É possível ter habilidades e não ter a competência, uma vez que o desenvolvimento de habilidades desses Bibliotecários se estabelece por meio de treinamento ou pela própria experiência⁹⁻¹⁰.

Com isso, surgem muitas perguntas: Que competências e habilidades são necessárias? Onde buscar essas informações? O que podemos fazer para preencher essa lacuna?

Não há consenso na literatura ou mesmo uma única definição para competências de Bibliotecários de saúde. Podemos ainda identificar a existência da definição de metacompetência para a capacidade de aprender como aprender, o que para o Bibliotecário de saúde é uma prática comum.

3.1 ÁREAS DE COMPETÊNCIAS

Na literatura podemos identificar algumas listas de competências mapeadas por várias associações de Bibliotecários de saúde no mundo. O grupo da *Health Science Libraries Group*, fez um levantamento entre as cinco principais associações e reuniu uma lista com 10 áreas comuns de competência, identificadas nas políticas dessas várias associações de Bibliotecários de Saúde. Na lista das 10 competências estão: comunicação, revisão sistemática, avaliação crítica, gerenciar e organizar informações em saúde, habilidades de gestão e organizacionais, treinamento e educação, conhecimento jurídico, liderança, tecnologia e compreensão da saúde ambiente de cuidado^{7,14}.

A quadro 2¹⁵⁻¹⁷ descreve essas 10 competências comuns encontradas nas agências: MLA, CHLA, CILIP, HSLG, ALIA e uma interposição de uma lista de 7 competências da MLA e 8 competências fornecida pela NNLM – *Network National Library of Medicine*.

Quadro 2 - Lista de competências identificadas por HSLG, MLA e NNLM e suas interposições.

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS		
HSLG	MLA	NNLM
<p style="text-align: center;">COMUNICAÇÃO</p> <p>1. Habilidades de comunicação eficazes. (ALIA)</p> <p>2. a biblioteca e o serviço de informação devem estar posicionados para se comunicarem com os tomadores de decisão nos níveis mais altos da organização (CHLA)</p> <p>3. Tecnologia da Informação e Comunicação como competências genéricas (CILIP)</p> <p>4. A biblioteca e o serviço de informação encorajam a comunicação aberta e inclusiva. (HSLG)</p>	<p>1. Compreender as ciências da saúde e o ambiente de saúde e as políticas, questões e tendências que impactam esse ambiente, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão atual e práticas de negócios - As principais políticas e fontes de programas da organização matriz (centro médico acadêmico, hospital, governo, corporativo etc.) - As profissões das ciências da saúde - O atendimento clínico, pesquisa, educação médica, questões e ambientes culturais, éticos, econômicos e legais - Várias organizações de saúde e relacionadas com a saúde 	<p>Conheça a Comunidade</p> <p>Conheça as características da comunidade atendida pela Biblioteca, incluindo dados demográficos, populações especiais, indicadores de estado de saúde e necessidades dos membros da comunidade. Compreenda que as crenças, os costumes e os valores de diferentes culturas podem influenciar pensamentos e ações sobre saúde, doença e decisões sobre cuidados de saúde. Seja respeitoso e responsivo a todos os grupos de usuários. Pratique a humildade cultural por meio da autorreflexão e da consciência de que as próprias crenças e experiências podem impactar as interações com os outros; esteja aberto para aprender sobre as experiências e a identidade cultural de</p>

		outros como um empreendimento para toda a vida.
<p style="text-align: center;">REVISÃO SISTEMÁTICA</p> <p>1. Recolher e analisar sistematicamente os dados e divulgar os resultados para o avanço da teoria da biblioteconomia e da ciência da informação e sua aplicação à prestação de serviços de informação (ALIA).</p> <p>2. A acumulação, apreciação e avaliação da literatura para uma questão de pesquisa específica (HSLG).</p> <p>3. Compreender os métodos de pesquisa científica e a capacidade de examinar criticamente e filtrar a literatura de pesquisa de muitas disciplinas relacionadas (MLA)</p>	<p>2. Conhecer e compreender a aplicação de teoria e técnicas de liderança, finanças, comunicação e gestão, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender a missão da instituição e os processos de planejamento e o papel da biblioteca na instituição - Forjar e manter alianças com universidades, bibliotecas públicas, serviços públicos de saúde, organizações comunitárias e outros para atender às necessidades de informação dos usuários - Gestão de recursos humanos, incluindo recrutamento, retenção, desenvolvimento de pessoal e mentoria. <ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento de instalações e alocação de espaço ● Orçamento, análises de custos e arrecadação de fundos ● Relações públicas, marketing e publicidade 	<p>Conheça o consumidor de saúde.</p> <p>Compreenda os princípios e práticas relacionados ao fornecimento de serviços de informação apropriados e relevantes para atender às necessidades de diferentes tipos de usuários, incluindo pacientes, cuidadores, educadores, alunos e profissionais de saúde. Compreenda e responda às questões e barreiras enfrentadas pelos buscadores de informações de saúde.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ● Administração de programas e serviços de biblioteca 	
<p style="text-align: center;">AVALIAÇÃO CRÍTICA</p> <p>1. Habilidades de avaliação crítica (CILIP)</p> <p>2. Habilidades de avaliação crítica. As habilidades necessárias para avaliar a validade, confiabilidade e aplicabilidade clínica da literatura atual para apoiar a prática baseada em evidências (HSLG).</p> <p>3. A capacidade de examinar criticamente e filtrar a literatura de pesquisa de disciplinas relacionadas, incluindo: Utilizar metodologias e técnicas quantitativas e qualitativas e sua interpretação. Localizar, organizar e avaliar criticamente a literatura de pesquisa. Usar princípios de prática baseada em evidências para apoiar a tomada de decisão. Conduzir pesquisas, relatar e disseminar os resultados da pesquisa individualmente ou em equipes de pesquisa interdisciplinares (MLA)</p>	<p>3. Compreender os princípios e práticas relacionadas ao fornecimento de serviços de informação para atender às necessidades dos usuários, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As necessidades de informação de profissionais de saúde, pesquisadores, administradores, educadores, estudantes, pacientes, consumidores e o público em geral - As políticas de informação da instituição - Métodos de entrega e acesso à informação, incluindo a consideração das necessidades específicas de informação de diversas populações - Gestão de serviços de informação 	<p>Conhecimento do Assunto e Recursos</p> <p>É essencial um conhecimento sólido de recursos específicos para tópicos gerais e especializados de saúde, bem como de recursos para grupos populacionais específicos ou para usuários com necessidades especiais. Conheça o acervo de impressos da biblioteca, tanto materiais circulantes como de referência. Conheça bem os bancos de dados de assinaturas de bibliotecas, incluindo a cobertura de materiais, moeda e adequação para solicitações específicas. Tenha conhecimento de recursos de qualidade baseados na web e se esforce para se manter atualizado conforme os recursos mudam ou são substituídos por novos recursos.</p>

<p>GERENCIAR E ORGANIZAR INFORMAÇÃO EM SAÚDE</p> <p>1. Conhecimento profundo dos recursos de informações impressa e eletrônica (CHLA)</p> <p>2. Capacidade de organizar a informação de forma lógica e direta para que os usuários possam acessar as informações de que precisam o mais rápido possível (CILIP).</p> <p>3. Ter a capacidade de gerenciar recursos de informação de saúde em uma ampla gama de formatos (MLA)</p>	<p>4. Ter a capacidade de gerenciar recursos de informações de saúde em uma ampla gama de formatos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seleção, aquisições e controle de recursos, incluindo o licenciamento de recursos <p>Publicações acadêmicas, direitos autorais, licenciamento, privacidade e questões de propriedade intelectual</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conservação, preservação e arquivamento de materiais em todos os formatos <p>Catálogo, classificação, abstração e construção de tesouros e representação de conhecimento</p> <p>Padrões e convenções nacionais e internacionais</p> <p>Tendências na formatação, produção, embalagem e disseminação de informações.</p>	<p>Avaliação de informações de saúde</p> <p>Compreenda os princípios de avaliação de qualidade das informações de saúde do consumidor. Aplique critérios de qualidade ao selecionar itens para a coleção impressa ou eletrônica. Ter a capacidade de examinar criticamente e filtrar materiais de recursos baseados na web e outros ao escolher um recurso apropriado para um usuário específico. Forneça aos usuários critérios de avaliação e orientação para encontrar materiais de saúde adequados.</p>
---	---	--

<p style="text-align: center;">HABILIDADES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO</p> <p>1. O chefe da biblioteca e serviço de informação redige, implementa e acompanha um plano para o desenvolvimento da biblioteca e serviço de informação (HSLG)</p> <p>2. Gestão de pessoas e capacidade de gestão estratégica. Compreender a aplicação de liderança, finanças, comunicação, teoria e técnicas de gestão (MLA)</p>	<p>5. Compreender e usar tecnologia e sistemas para gerenciar todas as formas de informação, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Princípios básicos de sistemas automatizados, padrões de dados e técnicas de análise de sistemas, incluindo design e avaliação - Aquisição, uso e avaliação de tecnologias de informação <p>Integração de sistemas e tecnologias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Soluções tecnológicas para acesso permanente à informação eletrônica - Aplicações em áreas emergentes da biologia computacional biomedicina e informações de saúde, incluindo sistemas e registros eletrônicos de saúde <p>Infraestrutura de comunicações e informações, incluindo a Internet e a Web</p>	<p>Comunicação, referência e instrução</p> <p>Conhecer e aplicar técnicas de comunicação eficazes; compreender e aplicar os componentes adicionais da entrevista de referência de saúde. Ser capaz de reconhecer e aproveitar os momentos de aprendizado com clientes. Ensine com eficácia os usuários como usar mecanismos de pesquisa, catálogos de bibliotecas e bancos de dados de assinaturas, materiais de referência e recursos online.</p>
--	--	---

<p style="text-align: center;">TREINAMENTO E EDUCAÇÃO</p> <p>1. Oferecer treinamento em alfabetização informacional presencial e online para uma variedade de profissionais de saúde, estudantes e gestores em vários níveis.</p> <p>2. Criação de guias, materiais de treinamento etc. em uma variedade de mídias. Treinamento em busca baseada em evidências e uso de recursos de informação (CHLA).</p> <p>3. Fornecer treinamento para auxiliar o pessoal na identificação de informações que apoiem seu desenvolvimento profissional e pessoal (CILIP).</p> <p>4. Compreender o projeto curricular e instrução e a capacidade de ensinar maneiras de acessar, organizar e usar informações, incluindo: Teoria da aprendizagem de adultos e psicologia cognitiva. Levantamento, análise e avaliação das necessidades educacionais. Metodologias instrucionais, tecnologias e design de sistemas. Gestão de serviços de educação (MLA)</p>	<p>6. Compreender o projeto curricular e a instrução e ter a capacidade de ensinar maneiras de acessar, organizar e usar informações, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teoria da aprendizagem de adultos e psicologia cognitiva; - Avaliação de necessidades educacionais, análise e avaliação; - Metodologias instrucionais, tecnologias e design de sistemas; - Gestão de serviços de educação. 	<p>Alfabetização e alfabetização em saúde</p> <p>Compreenda as questões relacionadas à alfabetização e alfabetização em saúde e os princípios e práticas de atendimento a usuários com baixa alfabetização ou baixa alfabetização em saúde, incluindo conhecimento de materiais de saúde impressos, online e multimídia, compreensíveis e apropriados. Ser capaz de avaliar a legibilidade dos recursos e estar ciente dos sinais de baixo nível de alfabetização dos usuários. Reconheça que o baixo nível de alfabetização em saúde pode afetar qualquer pessoa, independentemente de sua educação ou nível socioeconômico</p>
--	--	---

<p>CONHECIMENTO JURÍDICO</p> <p>1. A biblioteca e o serviço de informação estão em conformidade com a legislação pertinente, o Código de Ética CHLA/ABSC/MLA http://www.chla-absc.ca/assoc/chlawhat.html e as políticas, procedimentos e padrões organizacionais (CHLA).</p> <p>2. Conformidade com a legislação relevante, por exemplo, lei de direitos autorais, lei de saúde e segurança etc. (HSLG).</p> <p>3. Compreender os cuidados clínicos, pesquisa, educação médica, questões e ambientes culturais, éticos, econômicos e legais (MLA).</p>	<p>7. Compreender métodos de pesquisa científica e ter capacidade de examinar criticamente e filtrar a literatura de pesquisa de muitas disciplinas relacionadas, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - usar metodologias e técnicas quantitativas e qualitativas e sua interpretação localizar, organizar e avaliar criticamente a literatura de pesquisa; - usar princípios de prática baseada em evidências para apoiar a tomada de decisão conduzir pesquisas, relatar e divulgar resultados de pesquisas individualmente ou em equipes de pesquisa interdisciplinares. 	<p>Tecnologia e saúde</p> <p>Compreenda a tecnologia atual usada pelos usuários dentro e fora da biblioteca. Ter proficiência ajudando usuários com os computadores da biblioteca, o catálogo da biblioteca, recursos de informações de saúde baseados em assinatura, pesquisa na Internet e recursos de saúde baseados na web. Esteja ciente das tendências tecnológicas emergentes em redes sociais relacionadas à saúde, acesso móvel, registros eletrônicos de saúde e registros pessoais de</p>
<p>LIDERANÇA</p> <p>1. Liderança e defesa (CILIP).</p> <p>2. O chefe da biblioteca e serviço de informação fornece liderança eficaz no planejamento e desenvolvimento de biblioteca e serviços de informação (HSLG).</p> <p>3. Conhecimento e compreensão da aplicação da teoria e técnicas de liderança</p>		<p>Questões éticas e legais Compreenda as questões éticas que envolvem o fornecimento de informações médicas, incluindo o uso de discrição e a necessidade do direito do usuário à privacidade. Conheça e aplique as políticas da biblioteca em relação ao uso de isenções de responsabilidade ao fornecer informações</p>

(MLA).		médicas. Forneça recomendações apenas para recursos de informação de saúde; nunca forneça conselhos médicos. Compreenda as limitações da função do bibliotecário e recomende sempre que o usuário discuta as informações recebidas com um profissional
<p style="text-align: center;">TECNOLOGIA</p> <p>1. Tecnologia de informação e comunicação relevante e habilidades de aplicação de tecnologia. As bibliotecas de hospitais têm a capacidade de personalizar e marcar recursos para o benefício de seus usuários, por exemplo, ativar recursos do tipo Ask-A-Librarian, adicionar declarações de acervos locais, adicionar links para revistas eletrônicas de texto completo assinadas localmente etc. (ALIA)</p> <p>2. Uso de tecnologias apropriadas para acessar e gerenciar recursos de informação (HSLG).</p> <p>3. Compreender e usar tecnologia e sistemas para gerenciar todas as formas de informação (por exemplo, sistemas automatizados, bancos de dados e sistemas</p>		

<p>de gerenciamento de sites, sistemas eletrônicos de saúde e registros; aquisição, uso e avaliação de tecnologias de informação) (MLA).</p>		
<p>COMPREENSÃO ENTENDIMENTO DO AMBIENTE DE CUIDADO DA SAÚDE</p> <p>1. Compreender as políticas, problemas e tendências que afetam o ambiente de saúde, incluindo:</p> <p>Atuais práticas de gestão e negócios. As organizações de origem (centro médico acadêmico, hospital, governo, corporação etc.). Principais políticas e fontes de programas. As profissões das ciências da saúde. O atendimento clínico, pesquisa, educação médica, questões ambientais, culturais, éticas, econômicas e jurídicas. Várias organizações de saúde e relacionadas à saúde (MLA) Health Information & Libraries Journal, Volume: 32, Issue: 2, Pages: 84-94, First published: 30 December 2014, DOI: (10.1111/hir.12093)</p>		

As competências identificadas nas agências médicas para os Bibliotecários de saúde, abrem várias possibilidades para a busca de formação específica, a seguir será apresentada uma experiência de atuação na área.

4 EXPERIÊNCIA: ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA MEDICINA E NA SAÚDE BASEADA EM EVIDÊNCIA

Sabemos que o papel do bibliotecário como mediador entre a informação contida nas grandes bases de dados e o seu público na área de saúde, como médicos, enfermeiros, agentes de saúde, pacientes etc., requer o desenvolvimento de habilidades de busca e formulações de estratégias, gerando uma demanda de um profissional mais especializado.

A Medicina Baseada em Evidências (MBE), surge em um momento em que há necessidade de se sintetizar uma avalanche de informações diariamente, que estão disponíveis aos tomadores de decisões em saúde.

Fincada no uso de revisões sistemáticas, elaboradas sobre critérios rigorosos, permite ao profissional de saúde acesso à informação de qualidade, para que possa ser aplicada na prática clínica e em outros interesses que estes considerem adequados. Nesse cenário há um start do profissional bibliotecário como facilitador desse acesso.

Na resolução da *Medical Library Association* (MLA), por volta de 1995, foram discutidos requisitos e habilidades necessários para o Bibliotecário na área de saúde. Foi a partir desse documento que muitos autores procuraram abordar a participação desse profissional, o seu papel e as suas habilidades na MBE¹⁵.

4.1 CONHECIMENTOS E HABILIDADES EM METODOLOGIA DE SAÚDE BASEADA EM EVIDÊNCIA

Essa não é uma habilidade e nem mesmo um conhecimento que, com certeza, o Bibliotecário encontre formação em seu curso de graduação. Alguns dos Bibliotecários formados possuem boa

habilidade em busca de informação e, até mesmo, nas bases de dados em saúde, pois, muitas vezes, ao chegar em uma Biblioteca de saúde assume um posto nos serviços de referência.

Para que o Bibliotecário de Saúde esteja apto para atuar com efetiva relevância nesse cenário da saúde baseada em evidências, é necessária a busca por conhecimento específico. É importante destacar que as competências aqui vão além de habilidades de busca de informação (simples e avançada).

Podemos, com toda certeza, para bem atuar, utilizar a lista apresentada no quadro 2, as seguintes competências: Revisão Sistemática, Avaliação Crítica da Literatura, Treinamento e Educação e Tecnologias da Informação. Desses quatro elementos de competências, o conhecimento tem que ser avançado.

A habilidade de busca esperada do Bibliotecário na Saúde Baseada em Evidências, é o domínio na construção de estratégias de busca de alta sensibilidade, que são as estratégias utilizadas para a realização de pesquisas de síntese de evidências.

O entendimento metodológico implicado nessa construção da estratégia de busca é muito importante, porém, para se chegar ao segundo passo (estratégia de alta sensibilidade), é necessário saber e dominar o primeiro.

O primeiro passo é a formulação da pergunta e a construção da pergunta PICO, anacrônico utilizado para a estrutura do desenvolvimento da estratégia de alta sensibilidade e que necessita do esforço do Bibliotecário com o pesquisador para uma boa definição da pergunta de pesquisa e, a partir daí a tradução ou a transcrição dessa pergunta para a estrutura PICO, de maneira que cubra satisfatoriamente todos os elementos (assuntos) principais que serão buscados.

O Bibliotecário e o pesquisador devem chegar a um denominador comum que represente verdadeiramente a questão da pesquisa nesse desenvolvimento da estratégia, fazendo com que essa estratégia de alta sensibilidade identifique todos os estudos possíveis para esse assunto, mas, ao mesmo tempo, tenha uma especificidade que a equilibre (sensibilidade e especificidade).

Existem instrumentos de avaliação da qualidade de sínteses de evidência, como o PRESS - *Peer Review of Electronic Search Strategies* que possui instruções voltadas diretamente aos bibliotecários¹⁷⁻¹⁸, o MECIR¹⁹⁻²⁰ que determina os padrões metodológicos e o PRISMA²¹⁻²³ que orienta quais itens serão incluídos no relato de uma revisão sistemática. Esses instrumentos auxiliam o bibliotecário na construção da estratégia de busca de alta sensibilidade e, também, em sua avaliação.

O instrumento PRESS disponibiliza diretrizes específicas para os Bibliotecários conduzirem e também avaliarem de forma adequada e abrangente a estratégia de busca¹⁷. Segue no quadro 3 abaixo a tradução desse instrumento.

Quadro 3 - PRESS 2015 - Diretrizes e recomendações para a prática bibliotecária¹⁷

1	Tradução da pergunta de pesquisa: Avalie se a pergunta de pesquisa foi traduzida corretamente nos conceitos de pesquisa.	Idealmente, a estratégia de busca primária é submetida à revisão por pares para garantir a precisão conceitual. A pergunta de pesquisa, normalmente formatada de acordo com alguma variação do PICO e pontos finos de como a pesquisa foi informada pela entrevista de referência, deve ser enviada com a estratégia de pesquisa.
2	Operadores booleanos e de proximidade: Avalie se os elementos que tratam da pergunta de pesquisa foram combinados corretamente com os operadores booleanos e/ou de proximidade.	<p>Reveja a busca por quaisquer instâncias onde ocorreram erros nos operadores booleanos; por exemplo, OR pode ter sido acidentalmente substituído por AND (ou vice-versa), ou AND pode ter sido usado para ligar frases ou palavras (por exemplo, como conjunção) em vez de um operador booleano. Observe que onde NÃO foi usado, há a possibilidade de exclusões não intencionais e outro dispositivo (por exemplo, usando um título de assunto, etiqueta de verificação ou limite) pode produzir um resultado equivalente.</p> <p>Certifique-se de que o uso de aninhamento entre colchetes seja lógico e tenha sido aplicado, conforme necessário. Observe também se o uso de um operador de proximidade (adjacente, próximo, dentro) em vez de E pode aumentar a precisão. Se os operadores de proximidade forem usados, considere se a largura escolhida é estreita demais para capturar todas as instâncias previstas dos termos de pesquisa, que podem variar dependendo se o banco de dados pesquisado reconhece ou não palavras de parada. Considere se a largura é muito ampla. Se houver restrições (por exemplo, populações humanas ou idosas), certifique-se de que a construção apropriada foi usada.</p>
3	Cabeçalhos de assuntos (específicos do banco de dados): Avalie se há escopo suficiente na	Examine os seguintes elementos de uso do título do assunto: títulos ausentes ou incorretos, relevância/irrelevância dos termos e o uso correto da explosão para incluir termos mais restritos relevantes.

	seleção de cabeçalhos de assuntos para otimizar a recordação.	Considere o uso de subtítulos flutuantes que são, na maioria dos casos, preferíveis ao uso de subtítulos anexados a títulos de assuntos específicos (por exemplo, no MEDLINE, “ <i>Neck Pain/and su.fs.</i> ” Em vez de “ <i>Neck Pain/su</i> ”). Observe que os títulos e subtítulos de assuntos são específicos do banco de dados.
4	Pesquisa por palavra de texto (texto livre): Avalie se os termos de pesquisa sem cobertura adequada do título de assunto estão bem representados por termos de texto livre e se sinônimos ou antônimos adicionais (opostos) e termos relacionados são necessários.	Termos de texto livre são normalmente usados para cobrir cabeçalhos de assuntos de bancos de dados ausentes. Considere elementos de uso de texto livre, como muito estreito ou muito amplo, relevância dos termos e se sinônimos ou antônimos foram incluídos.
5	Ortografia, sintaxe e números de linha: Avalie o uso correto da ortografia, o uso correto da sintaxe e a implementação de pesquisa correta.	Revise a estratégia de pesquisa de palavras com erros ortográficos e na sintaxe do sistema que não são facilmente encontrados pela verificação ortográfica. Verifique cada número de linha e combinações de números de linha para garantir que a lógica de pesquisa foi implementada corretamente.
6	Limites e filtros: Avalie se os limites usados (incluindo filtros) são apropriados e foram aplicados corretamente.	Revise a estratégia de busca para ver se os limites que não são relevantes para os desenhos de estudo elegíveis ou para a questão clínica foram aplicados, uma vez que poderiam introduzir viés epidemiológico. Verifique se os filtros de pesquisa metodológicos foram aplicados corretamente; por exemplo, que as RSs (Revisões Sistemáticas) de avaliações econômicas não se restringem a RCTs (Ensaio Clínicos).

*Tradução do original ¹⁷.

É possível que o Bibliotecário atue em todos os momentos da revisão sistemática (a mais comum das sínteses), mas precisará de conhecimento específico (epidemiologia clínica, bioestatística e tecnologias da informação) sobre os desenhos de estudos, dos instrumentos de avaliação e entender da área (assunto daquele tema específico) para melhor integrar a equipe da revisão.

Uma vez que tenha dominado a metodologia, entenderá que ela se aplica não somente a área de saúde, que é a que mais se utiliza dessa metodologia, mas que também é possível utilizá-la na produção de revisões sistemáticas e outras sínteses e sinopses de evidência em todas as áreas do conhecimento.

4.2 COLABORAÇÃO COCHRANE – CENTRO COCHRANE BRASIL/COCHRANE BRAZIL

A Colaboração Cochrane, rede internacional sem fins lucrativos ou conflitos de interesses, tem como missão preparar e disseminar resultados de revisões sistemáticas sobre intervenções em saúde. A Cochrane tem aproximadamente 29.000 membros oficiais em pelo menos 130 países envolvidos diretamente no desenvolvimento de sínteses de evidência.

O objetivo da colaboração Cochrane é produzir revisões sistemáticas de alta qualidade, relevantes e atualizadas, e, também, outras sínteses de evidência para auxiliar na tomada de decisões em saúde de maneira a diminuir as incertezas. Atualmente, existem mais de 7.500 Revisões Sistemáticas Cochrane publicadas na Biblioteca Cochrane.

No Brasil, o Centro Cochrane, fundado em 1996, é um dos 13 Centros da Colaboração Cochrane Internacional que segue sendo uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sem fontes de financiamento internacionais, e que tem por objetivo contribuir para o aprimoramento e redução das incertezas na tomada de decisões em saúde, e isso é feito com base nas melhores informações disponíveis para tomadas de decisões dos profissionais da saúde, pacientes, Gestores e profissionais do Direito à Saúde.

A missão do Centro Cochrane do Brasil é elaborar, manter e divulgar Revisões Sistemáticas de ensaios clínicos randomizados, o melhor nível de evidência para as decisões em saúde. No Brasil, por estar ligado à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), tem um papel no desenvolvimento e formação acadêmica de alunos, professores, pós-graduandos e pesquisadores, permeando sua metodologia em todas as suas instâncias formativas.

4.3 O QUE FAZ UM BIBLIOTECÁRIO NA COLABORAÇÃO COCHRANE: COCHRANE INFORMATION SPECIALIST – CIS

Cochrane Information Specialist (CIS) é o nome designado ao profissional bibliotecário que desempenha muitas funções no Centro Cochrane e nos grupos da Colaboração Cochrane e, especificamente no Brasil, algumas dessas funções são comuns a todos os grupos, mas outras funções são mais especificamente por sua configuração local, como é o caso da questão educacional e de formação junto a academia.

A principal responsabilidade do Bibliotecário/CIS é identificar os estudos controlados para a elaboração (inclusão) das sínteses de evidência, como: Revisões Sistemáticas (intervenção, diagnóstico, prognóstico, etc.), *Overview*, *Rapid Review*, etc. Abaixo, temos uma lista de atribuições¹⁹.

- Fornecer assistência aos autores na busca de estudos para inclusão em suas revisões e outros estudos com sínteses de evidência;
- Transcrição do PICO em uma estratégia de busca;
- Identificar o vocabulário de cobertura do assunto para a estratégia de busca;
- Seleção das bases de dados;
- Assistência ao desenho das estratégias de busca para as principais bases de dados bibliográficas (transcrição para todas as bases);
- Executar essas buscas nas bases de dados;
- Salvar os resultados nas ferramentas de gestão bibliográfica e enviar aos autores;

- Recomendar aos autores para que, sempre que possível, busquem orientação de um bibliotecário de saúde local, ou um especialista em informação, com experiência na condução de pesquisas para revisões sistemáticas.

Os especialistas em informação são, para seus grupos de pesquisa ou mesmo em instituições de pesquisa, parceiros chave que podem, com certeza, reduzir as incertezas metodológicas testando a validade de novas ferramentas e métodos, não somente na área de saúde, mas, também, em todas as áreas do conhecimento, trazendo todas essas habilidades e rigor metodológico que lhes é conferido.

Como metodologistas experientes, esses especialistas em informação impulsionam inovações bem-sucedidas na descoberta de informações e estão prontos para aplicar habilidades e conhecimentos para melhorar a qualidade e eficiência da produção de qualquer tipo de pesquisa, agregando qualidade a todos os estudos.

4.4 A EXPERIÊNCIA E O TEMPO

Carol Jenkins, em documento desenvolvido para a MLA em 2013, apresenta uma lista do que se pode considerar como experiência para o Bibliotecário de Saúde, com a seguinte indagação: o que é experiência⁹⁻¹⁰?

De acordo com essa lista, o bibliotecário de saúde, mesmo com especialização na área, tem seu aprendizado desenvolvido em seu ambiente de trabalho, na prática profissional. Esse “acúmulo de experiência” vem com o tempo, anos da prática, anos de qualificação, que possibilitam ter o domínio desse conhecimento específico.

A autora também coloca a diferença entre ter habilidades e possuir competências, habilidades é o que se pode treinar, aprender com a experiência do outro, e a competência é o domínio do sistema, a “expertise”, os dois são considerados as medidas para o sucesso nesta atuação.

4.5 DESAFIOS

Os desafios que se apresentam ao profissional Bibliotecário de Saúde são:

- Permanecer relevante – busca por conhecimentos e habilidades constante;
- Manter as habilidades atualizadas;
- Ter plano de desenvolvimento profissional a longo prazo – ao longo de toda a sua jornada de trabalho;
- Ênfase nos serviços prestados e não somente nos espaços físicos;
- Par e passo com os avanços tecnológicos.

Desafios das escolas de biblioteconomia e ciência da informação:

- Ter currículos antenados com as exigências do mercado de trabalho, a fim de fornecer requisitos mínimos para o ingresso desse profissional nos ambientes de saúde – exemplo, alfabetização em informação em saúde.
- Opções para os já formados de buscar um aprofundamento nesta área de conhecimento – como a exemplo de outros países (especialização, mestrado e doutorado).

Desafios as associações profissionais:

- Empreender força tarefa para a identificação desses profissionais no Brasil e identificar as competências adquiridas e as necessárias para o desenvolvimento de políticas.
- Ter políticas de educação que incluam competências para Bibliotecários de Saúde, e que trabalhem na área de saúde, que buscam formação continuada.
- Identificar as competências necessárias e promover a formação para o preenchimento da lacuna de conhecimento e habilidades desse profissional.

O desafio de buscar um planejamento de sua carreira no sentido da especialização em saúde, sem deixar as competências gerais e globais que nos são necessárias para o grande equilíbrio.

- Buscar desafios e novas oportunidades
- Ter visão global e geral
- Comunicar-se efetivamente
- Apresentar ideias com clareza
- Criar parcerias e alianças
- Construir um ambiente de respeito e confiança mútuos;
- Respeitar e valorizar a diversidade
- Empregar uma abordagem de equipe
- Assumir riscos calculados
- Planejar, priorizar e focar
- Demonstrar planejamento pessoal de carreira
- Permanecer flexível e positivo em momentos de mudança contínua

Mudar é complicado, mas se acomodar é perecer. Gente não nasce pronta e vai se gastando; gente nasce não-pronta e vai se fazendo. (Mario Sérgio Cortella).

REFERÊNCIAS

1. HARRISON, Janet; CREASER, Claire; GREENWOOD, Helen. **Irish health libraries: new directions**. Report on the Status of Health Librarianship & Libraries in Ireland (SHELLI). Library Association of Ireland, 2011.
2. HARRISON, Janet; CREASER, Claire; GREENWOOD, Helen. The status of health librarianship and libraries in the Republic of Ireland (SHELLI): a mixed methods review to inform future strategy and sustainability. **Health Information & Libraries Journal**, v. 30, n. 2, p. 92-109, 2013.
3. HARRISON, Janet; BERAQUET, Vera. Clinical librarians, a new tribe in the UK: roles and responsibilities. **Health Information & Libraries Journal**, v. 27, n. 2, p. 123-132, 2010.

4. HARRISON, Janet; DE LA MANO, Marta; CREASER, Claire. Health Library Quality Standards in Europe. (ELiQSR): A Model. Results of an Eahil 25th Anniversary Research Project. In: EAHIL CONFERENCE "DIVIDED WE FALL, UNITED WE INFORM - BUILDING ALLIANCES FOR A NEW EUROPEAN COOPERATION", 14., Rome, Italy, 2014. **Anais...** Rome: EAHIL, 2014.
5. LARSEN, Camilla Marie et al. Methods for teaching evidence-based practice: a scoping review. **BMC medical education**, v. 19, n. 1, p. 259, 2019.
6. PUGA, Maria Eduarda S. **Estudo das necessidades e habilidades de busca de informação de estudantes de medicina em metodologia pedagógica ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas**. Marília: [s.n.], 2000. 76 p.
7. LAWTON, Aoife; BURNS, Jane. A review of competencies needed for health librarians—a comparison of Irish and international practice. **Health Information & Libraries Journal**, v. 32, n. 2, p. 84-94, 2015.
8. LAWTON, Aoife; MANNING, Pdraig; LAWLER, Fiona. Delivering information skills training at a health professionals continuing professional development conference: an evaluation. **Health Information & Libraries Journal**, v. 34, n. 1, p. 95-101, 2017.
9. MEDICAL LIBRARY OF MEDICINE – MLA. **Histories oral**: Jenkins, Carol G. (AHIP, FMLA). Disponível em: <https://www.mlanet.org/blog/jenkins-carol-g->. Acesso em 15 out. 2020.
10. UNIVERSITY LIBRARIES HEALTH SCIENCES LIBRARY. **Carol Jenkins'**. Legacy of Leadership and Innovation. Disponível em: <https://hsl.lib.unc.edu/honor/jenkinsretirement>. Acesso em: 06 jul. 2020.
11. NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. NETWORK OF THE NATIONAL OF LIBRARY OF MEDICINE. **Health literacy**. Disponível em: <https://nnlm.gov/initiatives/topics/health-literacy#toc-4>. Acesso em: 15 jul. 2020.
12. COLEMAN, Clifford et al. **The Calgary charter on health literacy**: Rationale and core principles for the development of health literacy curricula. The Center for Literacy of Quebec, 2008.
13. SOUTTER, Jennifer. Academic librarian competency as defined in the library and information science journal literature of 2001–2005 and 2011. **Partnership**: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research, v. 8, n. 1, p. np, 2013.
14. HEALTH SCIENCE LIBRARIES GROUP – HSLG. **HSLG conference 2018**. Disponível em: <https://www.libraryassociation.ie/health-sciences-libraries-group/hslg-conference-2018/> Acesso em: 12 set. 2020.

15. MEDICAL LIBRARY ASSOCIATION- MLA. **Professional development.** Professional competencies. Disponível em: mlanet.org/page/competencies. Acesso em 15 out. 2020.
16. NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE- NLM. NETWORK OF THE NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE- NNLM. **Core Competencies for Providing Consumer Health Information Services.** Disponível em: <https://nml.gov/public-libraries/competencies>. Acesso em: 12 out. 2020.
17. MCGOWAN, Jessie et al. PRESS peer review of electronic search strategies: 2015 guideline statement. **Journal of clinical epidemiology**, v. 75, p. 40-46, 2016. Disponível em: https://www.cadth.ca/sites/default/files/pdf/CP0015_PRESS_Update_Report_2016.pdf
18. LEFEBVRE, Carol; DUFFY, Steven. Peer reviewing search strategies. **HTAivortal**, 2018.
19. HIGGINS, J. et al. **Standards for the conduct and reporting of new Cochrane Intervention Reviews, reporting of protocols and the planning, conduct and reporting of updates.** S.l., 2016.
20. HIGGINS, Julian et al. Update from the Methodological Expectations of Cochrane Intervention Reviews (MECIR) project. **Cochrane methods**, v. 2, n. 3, 2012.
21. MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS med**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.
22. GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.
23. TRICCO, Andrea C. et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of internal medicine**, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018.
24. CAVALCANTE, Lídia Eugenia et al. Competência em Informação na Área da Saúde. **Incíd: Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n.1, p. 87-104, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://infobci.wordpress.com/2013/01/05/competencia-em-informacao-na-area-da-saude/>. Acesso em: 22 abril 2018.
25. MUELLENBACH, J. M.; CONLOGUE, B. C.; URIE, A. Impact of online, information literacy instruction on first-year medical students. **The Journal**

of the Canadian Health Libraries Association = Journal De l'Association Des Bibliothèques De La Santé Du Canada, v. 35, n. 2, p. 105-106. 2014.

26. WAHOUSH, O.; BANFIELD, L. Information literacy during entry to practice: information-seeking behaviors in student nurses and recent nurse graduates. **Nurse Education Today**, v. 34, n. 2, p. 208-213. 2014.

27. IFLA. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Veracruz, 2007. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 18 abril 2018.

28. SPUDEIT, Daniela. Programas para desenvolvimento de competências informacionais: implementação, metodologias e avaliação. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (Org.). **Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2016. 457 p.

29. ALA. **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**. Chicago: ALA, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org>. Acesso em: 20 abril 2018.

30. ACRL. **Framework for Information Literacy for Higher Education. Association of College & Research Librarians**. S.l, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 18 abril 2018.

La gestión de los datos de investigación incluye procesos de preservación, uso y reutilización. El dominio de estos procesos es fundamental para el éxito de un proyecto de investigación, desde su concepción hasta sus fases de ejecución y archivo. Esta obra tiene como objetivo investigar la relación, tanto en el ámbito conceptual como en el práctico, entre el proceso de investigación y el tratamiento de los datos, teniendo en cuenta el estado de la cuestión sobre las infraestructuras disponibles y las posibilidades de uso de los recursos en las diferentes áreas del conocimiento.

Recorreremos las piezas de un plan de gestión de datos en nuestro intento de ayudar en la toma de decisiones sobre herramientas, procedimientos o infraestructuras.

Asimismo, guiamos el lector a través de los conceptos esenciales sobre acceso, intercambio y preservación de los datos de investigación.

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO COUTO CORRÊA DA SILVA

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação/FABICO da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando no curso de graduação de Biblioteconomia e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN), ambos da mesma instituição. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e doutor em *Información y documentación en la Sociedad del Conocimiento* pela *Universitat de Barcelona* (2017). Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão de Dados Científicos, Produção Científica, Aprendizagem Colaborativa e Ciência Aberta.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

ANNA KHRIS FURTADO DUTRA

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2004). Atualmente, é Bibliotecária do Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária.

AQUILES ALENCAR BRAYNER

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1994), Línguas e Culturas da America Latina - Rijksuniversiteit Leiden (1996) e Biblioteconomia pelo Centro Universitário Claretiano. Mestre em Línguas e Culturas da America Latina - Rijksuniversiteit Leiden (1998) e Biblioteconomia e Ciência da Informação - City University London (2011). Doutor em Literatura Brasileira - King's College - *University of London* (2006).

BIANCA MARTINS LOYOLA DE OLIVEIRA

Bibliotecária Esportiva. Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-graduanda em Marketing Estratégico Digital pela Faculdade Educamais (UNIMAIS). Tem experiência na área da Biblioteconomia e Esportes, lidando principalmente nos seguintes temas: Futebol, Cultura, Memória e Identidade. Atuou com a informação esportiva no arquivo de conteúdo da empresa Globosat. Participou como comentarista esportiva na rádio Alternativa Esportes. Coordenou o projeto Bendito Seja o Futebol que insere mulheres na crônica esportiva. Atualmente é idealizadora da plataforma Biblioteconomia e Esporte no Instagram (@bibliosporte) e produz pesquisas científicas que abordam o Bibliotecário Esportivo.

CAMILA MENEGHETTI

Formada em Biblioteconomia pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), possui especialização em Marketing Criativo (UNIVALI) e Inteligência Competitiva (SCIP). Trabalhou durante sete anos com Inteligência de Mercado e agora atua na área de Gestão de Produtos.

CELVIO DERBI CASAL

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional na UFRGS. Bibliotecário (UFRGS), especialista em História Cultural (Claretiano), Bibliotecário do Instituto de Psicologia da UFRGS. Coordenador do programa de extensão “Biblioteca Viva: Laboratório de Criatividade”. Ativista pelas bibliotecas comunitárias. E-mail para contato: derbi.casal@ufrgs.br

CLAUDETE FERNANDES DE QUEIROZ

Mestra em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas-RJ. Possui especialização em Docência Superior pelo ISEP (RJ) e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Santa Úrsula (RJ). Atuou como Bibliotecária nas seguintes instituições: SENAC/Departamento Nacional; SENAI/RJ/Centro de Tecnologia Euvaldo Lodi; Documentar; Conselho Federal de Enfermagem; Ministério da Defesa/Centro Tecnológico do Exército; e atualmente exerce o cargo de Tecnologista em Saúde Pública na Fiocruz, atuando na coordenação técnica do Repositório Institucional Arca.

DAIANNY SEONI DE OLIVEIRA

Mestre em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, especialista em Tecnologia e Sistemas de Informação pela Universidade Santa Cecília - UNISANTA, possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Atualmente é Bibliotecária de Referência da área de ciências da saúde do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

DIRCE MARIA SANTIN

Doutora e mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Ciência da Informação pela Universidade da Região da Campanha e bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e bibliotecária do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, com experiência profissional na área de Biblioteconomia e ênfase em bibliotecas especializadas e universitárias, desempenhando atividades técnicas, de gestão, comunicação e atendimento aos usuários.

FELICIA DE OLIVEIRA FLECK

Bibliotecária e doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência nas áreas de literatura infantil; biblioteca pública e escolar; identidade e profissionalização do contador de histórias contemporâneo. Atua como contadora de histórias, apresentando espetáculos e ministrando oficinas para educadores. É professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação/PPGInfo, na UDESC e na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. Presta assessoria ao SESC/SC e a Editora Paulus. Foi professora em cursos de especialização nas áreas de Literatura infantil e Contação de histórias: Gestão de Bibliotecas Escolares, na UFSC (2010-2011); Educação Infantil com ênfase em Ludopedagogia; no IPEGEX, em Blumenau (2013); Contação de histórias e Musicalização; na AUPEX, em Joinville (2015); Séries

iniciais e Educação infantil e Inovação na Educação com base nas BNCCs, na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador (2018 -2020).

FRANCIÉLE CARNEIRO GARCÊS DA SILVA

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Idealizadora e gerente da página Quilombo Intelectual e coordenadora do Selo Editorial Nyota, em conjunto com Nathália Romeiro. Integra o Grupo de Trabalho Relações Étnico-raciais e Decolonialidades, vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat) e do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCS).

FRANCINE CONDE CABRAL

Mestranda em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS). Bacharel em Biblioteconomia (FABICO/UFRGS). Fundadora e Coordenadora da Biblioteca Comunitária Marginal Ilha do Saber.

GABRIELA BAZAN PEDRÃO

Doutora em Ciência da Informação (2019) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Bolsista da Fundação Biblioteca Nacional durante 2017 e desenvolveu a tese sobre a importância do Catálogo de Panizzi para a Biblioteconomia. Mestra em Ciência da Informação, também pela Unesp (2013), onde desenvolveu uma pesquisa subsidiada pela Capes, sobre memória e arquivos pessoais, tendo como objeto de estudo a Coleção Zeferino Vaz na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui graduação em Ciências da Informação e Documentação (2010) pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é bibliotecária escolar na Rede de Escolas Sociais do Grupo Marista, que atua em comunidades periféricas e de alta vulnerabilidade. Em paralelo mantém um canal no YouTube onde discute literatura e Biblioteconomia e é curadora e mediadora do Clube do Livro da Fundação do Livro e Leitura em Ribeirão Preto.

GISLENE SAPATA RODRIGUES

Bacharel em Biblioteconomia (UFRGS) e Especialista em Teoria e Prática na Formação do Leitor (UERGS), contadora de histórias. É membro da gestão do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região (2018-2020). Atua como bibliotecária na rede privada de ensino há 11 anos e luta para que as bibliotecas escolares sejam espaços potentes de construção de saberes e adquiram múltiplos significados para seus leitores.

ISADORA CRISTAL ESCALANTE

Mestranda em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT/UFRJ). Especialista em Alfabetização e Letramento (UCAM). Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG/UFRJ). Coordenadora da Biblioteca Comunitária União do Saber (BICUS). Bibliotecária da Rede Baixada Literária (RBL) e da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC).

JULIANA APARECIDA GULKA

Doutoranda em Educação e Mestre em Gestão de Unidades de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bibliotecária no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Laboratório de Produção, Comunicação e Memória Científica (CienLAB) e do grupo de pesquisa Cultura Impressa e Digital (UDESC). Pesquisadora nos seguintes temas: comunicação científica, acesso aberto, periódicos científicos, portal de periódicos científicos e serviços de editoração para periódicos.

LENISE DI DOMENICO

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Especialista em Gestão Estratégica da Comunicação - MBA pelo Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (2009). Mestre em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade LaSalle (2014). Atua como coordenadora do Núcleo de Aquisição da Biblioteca Central da UFRGS, desempenhando atividades de gestão e operacionalização de processos de aquisição, desfazimento e descarte de materiais bibliográficos.

LUANA ALVES VIEIRA

Pós-graduada em Certificate in Business and People Management – CBPMP pelo Insper e em Planejamento e Gerenciamento de Sistemas de Informação pela FAINC. Formada em Biblioteconomia e Ciências da Informação pelas Faculdades Integradas Coração de Jesus - FAINC. Integra o time de bibliotecários do Insper há 9 anos, hoje liderando os núcleos de Atendimento e Orientação à Pesquisa.

LÚCIA DA SILVEIRA

Doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atuou como bibliotecária coordenadora do Portal de Periódicos UFSC. Pesquisadora e palestrante nos seguintes temas: acesso aberto, ciência aberta, periódico científico, portal de periódicos científico, serviço de editoração para periódicos em bibliotecas universitárias e comunicação científica.

LUCIANA DANIELLI DE ARAUJO

Mestra em Ciência da Informação. Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (1998). Atualmente, é bibliotecária da Fundação Oswaldo Cruz, no setor da Seção de Informação do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do ICICT. Coordena a Biblioteca Virtual em Saúde – FIOCRUZ. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação científica, educação médica, biblioteconomia, ciência da informação, redes de cooperação técnica, bibliotecas médicas e saúde, tratamento da informação, terminologia e recursos educacionais abertos.

LUCIANA DE PAULA ARJONA

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (2007). Gerente da Biblioteca Telles, do Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia.

LUCIANA KRAMER

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), Especialização em Teoria e Prática de Formação do Leitor, na UERGS (2017), e Mestrado Profissional em Informática na Educação pelo IFRS (2018); é Analista Bibliotecária na Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE-RS) e professora do curso de Biblioteconomia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Conselheira e Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia – 10ª Região (Gestão 2018-2020).

MARALYZA PINHEIRO MARTINS

Bacharel em Biblioteconomia pelo UFC (2005), especialista em Tecnologias da Informação pela UFC (2014), especialista em Gestão de Projetos e Inteligência Artificial e UX Research. Possui experiência de mais de doze anos na área de Gestão Documental e GED, atuando em diversos projetos no Brasil, tanto em órgãos públicos quanto em empresas privadas de médio e grande porte. Certificada no módulo RM – Record Management da Alfresco, no Reino Unido). Tutora EAD na MPGED Startup, com o curso de GED e professora de pós-graduação da disciplina de GED. Palestrante e Consultora especialista. Membro da ABEINFO – Associação Brasileira de Empresas Usuárias e Fornecedoras de Tecnologias para Gerenciamento de Informação e da Comissão de Estudo de Gestão de Documentos Arquivísticos ABNT/CE-014:000. 004.

MARCELO VOTTO TEXEIRA

Professor titular na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e Coordenador do Grupo de Trabalho em Catalogação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), Especialista em Didática e Metodologia para o Ensino Superior (Anhanguera Rio Grande) e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Possui interesse em estudos e pesquisas na área da Representação Descritiva, Sistemas de Classificação, Metadados para sistemas estruturados e Softwares para unidades de informação.

MARIA EDUARDA DOS SANTOS PUGA

Graduação em Biblioteconomia. Experiência e atuação de mais de 25 anos em Bibliotecas especializada em Saúde (metodologia ativa e tradicional). Experiência profissional como *Cochrane Information Specialist* – CIS no Cochrane Brasil por 17 anos. Especialista em Informação em Ciências da Saúde. Mestra e Doutora em Ciências da Saúde – Medicina e Saúde Baseada em Evidências. A combinação da experiência e a formação específica em Ciências da Saúde fez com que a atuação seja mais efetiva e plena.

MICHELÂNGELO MAZZARDO MARQUES VIANA

Técnico em Processamento de Dados (1997) e Bacharel em Biblioteconomia (1998) ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bacharel em Administração de Empresas com ênfase em Análise de Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente é Gerente de inovação em Software como Serviço (SaaS) na EBSCO Information Services. - Áreas de interesse: capacitação de usuários, literacia digital, literacia informacional, plataformas de serviços

para bibliotecas, gestão de bibliotecas, inovação em bibliotecas, automação de serviços de bibliotecas, sistemas e suporte, incluindo integração de sistemas, metadados, repositório institucional, descoberta, equipamentos, softwares e sistemas integrados - principalmente de busca e recuperação de informações; novas tecnologias.

MIGUEL ROMEU AMORIM NETO

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio Documental COC/FIOCRUZ. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Informação e Comunicação em Saúde pelo ICICT/FIOCRUZ. Foi membro de Grupo de Pesquisa de Comunicação e Divulgação Científica, atuando nos projetos: Tesouro de Ciência da Informação e Correntes Históricas e Epistemológicas da Ciência da Informação no Brasil. Atualmente, é membro dos grupos de pesquisa Comunicação e Divulgação Científicas (IBICT) e Estudos de Informação e Avaliação em Ciência e Tecnologia e Saúde (FIOCRUZ).

PAOLA THAIS OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Pós-graduanda em Gestão de Projetos e Programas Sociais pela Universidade Cândido Mendes - UCAM e bacharel em Biblioteconomia com Habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Há mais de 5 anos atua com projetos culturais viabilizados pela Lei de Incentivo à Cultura, realizando desde a elaboração a prestação de contas pela empresa INCENTIVE, onde exerce a função de assistente de projetos. Também faz parte da equipe de produção do curso Capacitar, onde chegou a fazer participações como palestrante referente ao manuseio do sistema Salic - Sistema de Apoio as Leis de Incentivo à Cultura. Além disso, desde 2016 é palestrante sobre a Lei de Incentivo à Cultura com foco nas Unidades de Informação. Áreas de interesse: Gestão de unidades de informação, empreendedorismo, gestão de projetos.

PRISCILA DE QUEIROZ MACEDO

Bacharel em Biblioteconomia (FABICO/UFRGS). Bibliotecária da Rede Beabah! – Bibliotecas Comunitárias do RS e da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC). Fundadora e Coordenadora da Biblioteca Comunitária Girassol. 2ª secretária da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB) – Gestão: 2019-2021. Representante da sociedade civil do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura do RS (SEDAC/RS) – Gestão: 2019-2021.

RENATA CRISTINA TEIXEIRA

Analista de Inteligência Competitiva atuante na equipe de Prospecção Tecnológica da Gerência de Estratégia Tecnológica do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) da PETROBRAS. Aluna de doutorado no Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ. Mestre em Tecnologia pelo CEFET-RJ (2014). Possui o *Competitive Intelligence Professional Certificate* pela *Fuld-Gilad-Herring Academy of Competitive Intelligence* (2010), MBA em Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da UNIRIO (2008), Especialização em Organização da Informação em Contexto Digital pela Escola de Ciência da Informação da UFMG (2007) e Graduação em Biblioteconomia também pela ECI/UFMG (2005).

RICARDO RODRIGUES RAMOS

Pós-graduado em bibliotecas escolares. Graduado em Biblioteconomia ambas pela Fainc - Santo André. Bibliotecário de Orientação a Pesquisa e Responsável pelo núcleo Técnico na Biblioteca Telles – Insper.

RODRIGO CALLONI

É bibliotecário graduado pela Universidade de São Paulo (USP) em 2003 e nos últimos quatro anos atua como Especialista em Visualização de Dados do time de Analytics & Insights do Setor de Comunicação, Inovação e Conhecimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

SUZANNA DO CARMO LOUZADA

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). É Bibliotecária Jurídica no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP/RS). Coordenadora da Biblioteca João Bonumá (MP/RS). Por consequência da pesquisa desenvolvida em âmbito de mestrado, em 2018 passou a atuar como Colaboradora do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), junto à Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ), visando desenvolver projeto de reformulação dos portais de legislação do Ministério Público de todo o país.

YASMIN WINK FINGER

Bacharel em Biblioteconomia (FABICO/UFRGS). Bibliotecária da Releitura – PE Bibliotecas Comunitárias em Rede da Grande Recife – Pernambuco e Secretária Executiva da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC).

Tanto as bibliotecas físicas quanto as digitais são ambientes que servem para reunir e compartilhar documentos e informações, ensinar e treinar. Há bibliotecas que estão direcionando seus esforços na implementação de espaços dedicados à criação, disseminação e aprendizado através de conteúdos digitais feitos pelos próprios usuários, ressignificando sua própria concepção.

As tendências e os rumos que a atividade bibliotecária vem tomando tratam de oferecer tecnologia e alfabetização tecnológica às pessoas com um objetivo bastante claro: que as pessoas possam materializar suas idéias e projetos. Diante da quantidade de informação atualmente disponível os bibliotecários passaram a criar espaços com conteúdo individual e coletivo para os usuários transmitirem e também desenvolverem suas habilidades. Em relação ao espaço, é um aspecto muito importante. Deve ser flexível, aberto, permitindo que a colaboração, o trabalho em equipe e a experimentação sejam vistos como um ponto de encontro. No contexto da cultura contemporânea, é uma noção e uma experiência que se refere à geração de ideias suscetíveis de se tornarem projetos sociais e colaborativos, mediados ou não tecnologicamente.

Nos tempos atuais, onde os conteúdos são abertos e distribuídos e onde a cultura se abre para processos intensos de remixagem, o problema não está na quantidade de informações disponíveis, mas no que você faz com elas. É diante desse cenário que apresentamos a presente obra, em que bibliotecários atuantes em diversas especialidades apresentam suas atividades em contextos reais.

Fabiano Couto Corrêa da Silva



APOIO



PPGCIN
Programa de Pós-graduação em
Ciência da Informação – UFPE